



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**José Elias Domingos Costa Marques**

**JUVENTUDE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES:  
Institucionalização e militância juvenil**

**Goiânia  
2016**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**      Dissertação      Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Nome completo do autor: José Elias Domingos Costa Marques

Título do trabalho: Juventude do Partido dos Trabalhadores: institucionalização e militância juvenil.

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM      NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 19 / 01 / 2017

**José Elias Domingos Costa Marques**

**JUVENTUDE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES:  
Institucionalização e militância juvenil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: participação política, instituições e condições sociais da democracia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloísa Dias Bezerra.

**Goiânia  
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Domingos Costa Marques, José Elias  
Juventude do Partido dos Trabalhadores [manuscrito] :  
institucionalização e militância juvenil / José Elias Domingos Costa  
Marques. - 2016.  
CDXI, 411 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Heloísa Dias Bezerra.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Goiânia, 2016.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Juventudes partidárias. 2. Juventude do PT. 3. Partido dos  
Trabalhadores. 4. Partidos políticos. 5. Jovens - política. I. Dias  
Bezerra, Heloísa, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE

**JOSÉ ELIAS DOMINGOS COSTA MARQUES**

Aos vinte e um dias do mês de outubro de 2016, às 12h30min, no miniauditório Luis Palacín da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho da Tese de Doutorado de **José Elias Domingos Costa Marques**, intitulado *Juventude do Partido dos Trabalhadores: institucionalização e militância juvenil*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Heloisa Dias Bezerra (UFG-presidenta), Aldimar Jacinto Duarte (PUC-GO), Breitner Luiz Tavares (UnB), Denise Paiva Ferreira (UFG) e Flávio Munhoz Sofiati (UFG). O candidato apresentou o trabalho, os/as examinadores/as o arguíram e ele respondeu às arguições. Às 15:59 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo ao doutorando os seguintes resultados:

**Aprovado**       Reprovado

Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Heloisa Dias Bezerra \_\_\_\_\_

**Aprovado**       Reprovado

Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte \_\_\_\_\_

**Aprovado**       Reprovado

Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares \_\_\_\_\_

**Aprovado**       Reprovado

Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Denise Paiva Ferreira \_\_\_\_\_

**Aprovado**       Reprovado

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati \_\_\_\_\_

Resultado Final APROVADO

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Letícia Ferreira Angélica, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos/as membros/as da Banca Examinadora.

Letícia Ferreira Angélica

*Letícia Ferreira Angélica*  
Secretaria Geral do Programa de Pós-Graduação  
da Faculdade de Ciências Sociais PPG/FCS/UFG

Aos jovens brasileiros em situação de abandono.

## **Agradecimentos**

Primeiramente agradeço a Deus. Silenciosamente conversamos muito durante todo este árduo percurso.

Aos meus irmãos Tiago e Danilo, para sempre meus melhores amigos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, que me acolheu como aluno.

Ao Instituto Federal de Goiás, que me concedeu uma valiosa licença de um ano para que eu pudesse me dedicar integralmente a realização da pesquisa.

À minha orientadora Heloísa Dias Bezerra, pelas valiosas orientações e por ter acreditado na minha empreitada no doutorado.

Aos professores que gentilmente aceitaram compor a banca de defesa: Prof. Dr. Breitner Tavares; Prof. Dr. Flávio Sofiati; Profa. Dra. Denise Paiva; e Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte.

Aos jovens petistas que colaboraram com a pesquisa. Em especial, agradeço ao Rodrigo Cesar, uma verdadeira enciclopédia sobre a Juventude do PT.

À Perseu Abramo e aos amigos do acervo do PSTU pela ótima receptividade.

Aos meus verdadeiros amigos, que certamente estarão comemorando comigo mais uma vitória.

Novamente não posso deixar de citar a minha amiga Karina Mariano. Sem sombra de dúvidas a melhor pessoa que conheci em meus longos seis anos na cidade de São Carlos.

Aos meus familiares. Somos todos um só coração.

À Mônica Persona, meu amor, esposa, amiga, parceira, confidente. Sua paciência e seu carinho são indissociáveis à construção deste trabalho.

Ao meu pai, Águido Pedro da Costa Marques. Certamente nenhuma distância é capaz de abalar um sentimento tão forte e puro.

E principalmente agradeço aquela que sem sombras de dúvidas é a pessoa mais importante que eu tenho na vida: minha MÃE, Judete Domingos.

## Resumo

Esta tese de doutorado trabalha com a temática da juventude e participação política, especificamente no que se refere às organizações de jovens que militam dentro dos partidos políticos, a saber, as Juventudes Partidárias. Enquanto subunidades reconhecidas institucionalmente pelos partidos no Brasil, as juventudes nos partidos constituem um espaço crucial não somente como campo fértil de socialização política formal, mas principalmente porque participam na arena das disputas e influências intrapartidárias. Destes pontos extraímos a problemática central: como é a dinâmica de funcionamento institucional das organizações juvenis partidárias e qual seu papel e influência na arena política partidária? De forma a delimitar o objeto da pesquisa e possibilitar um estudo de maior fôlego, partindo de um recorte específico do tema, analisamos em profundidade a organização Juventude do Partido dos Trabalhadores. O objetivo da pesquisa, neste sentido, visa analisar uma subunidade partidária “Juventude do PT” quanto a sua dinâmica de funcionamento organizacional e posicionamento político intrapartidário, trajetória de atuação institucional, bem como as motivações, objetivos, crenças dos jovens que optam por militar em um partido político. A metodologia, do ponto de vista da abordagem do problema, é de cunho quali-quantitativa e os procedimentos técnicos de coleta consistiram no acesso a documentação indireta e técnica da observação direta intensiva, seguida da triangulação dos dados e análises sintonizadas com os objetivos propostos para esta pesquisa. Constatamos que a institucionalização em curso da JPT ao longo de três décadas vem acompanhada da manutenção do controle da direção partidária em alguns aspectos de sua movimentação política e deliberação, afetando diretamente sua autonomia organizativa. Para funcionar efetivamente, a JPT precisa da anuência dos dirigentes partidários em relação aos incentivos materiais e ratificação das iniciativas mais gerais. Os jovens petistas reproduzem em sua organização de juventude as disputas entre as tendências observadas na esfera partidária e aos eixos movimento estudantil e eleições progressivamente vêm sendo incorporadas na última década outras frentes de intervenção política. E eles vislumbram em um partido político a oportunidade de concretizar no campo da disputa política suas inquietações quanto aos problemas sociais e edificação de ideais.

Palavras-chave: Juventudes Partidárias; Juventude do PT; Partido dos Trabalhadores; Partidos políticos; Jovens - Política.

## Abstract

This doctoral thesis works with the theme of youth and political participation, specifically with regard to youth organizations militating within the political parties, namely youth wings. While subunits institutionally recognized by the parties in Brazil, the youths in the parties is a key area not only as a fertile field for formal political socialization, but mostly because participate in the arena of disputes and intra-party influences. These points draw the central issue: how institutional working dynamics of party youth organizations and what their role and influence in the arena party politics? In order to delimit the object of research and enable a higher breath study, from a specific focus subject, we analyzed in depth the Party's Youth Organisation of Workers Party (Brazil). The objective of the research in this sense is to analyze a party subunit "Juventude do PT" as the dynamics of organizational operation and intra-party political position, trajectory of institutional performance, as well as the motivations, goals, beliefs of young people who choose to military in a political party. The methodology from the point of view of the problem approach is qualitative and quantitative nature and the technical procedures for collecting consisted of indirect documentation collection technique and technique of intensive direct observation. We conclude that the ongoing institutionalization of JPT over three decades is accompanied by the maintenance of control of party leadership in some aspects of its political movement and deliberation, wich directly affecting its organizational autonomy. To function effectively, the JPT needs partisan leaders approval of material incentives and ratification of more general initiatives. The youth militants of PT reproduce in their youth organization disputes between the trends observed in the party sphere and the axes student movement and elections have been incorporated in the last decade other fronts of political intervention. And they envisage in a political party the opportunity to concretize in the field of political dispute their concerns about social problems and the building of ideals.

Keywords: Youth party organization; Youth wings; Juventude do PT; Political Parties; Young people - Politics;

## Lista de Figuras

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Chamada do 11º Encontro Nacional do PT.....                            | 174 |
| Figura 2 – Organograma da Juventude do PT: estrutura decisória (2008 - ).....     | 190 |
| Figura 3 – Reunião de jovens petistas na cidade de São Paulo (maio/1998) .....    | 201 |
| Figura 4 – Reunião de jovens petistas na PUC/SP (novembro de 1980) .....          | 205 |
| Figura 5 - 1º Encontro Estadual de Jovens Petistas/SP – 28 de julho de 1981 ..... | 207 |
| Figura 6 – Posse da nova diretoria para a 40 gestão da UNE – out. de 1987.....    | 228 |
| Figura 7 – Caravana da Juventude do PT – agosto/setembro de 2008 .....            | 278 |
| Figura 8 – Encontro Nacional da Juventude do PT (2010) .....                      | 283 |

## Lista de Gráficos

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Evolução do percentual de filiados ao Partido dos Trabalhadores por faixa etária .....                    | 126 |
| Gráfico 2 - Jovens e preferência partidária pelo PT .....   | 133 |
| Gráfico 3 - Perfil etário dos delegados petistas em EN e CN .....   | 142 |
| Gráfico 4 - Perfil etário dos delegados petistas no 4º Congresso Nacional do PT (%).144                               |     |
| Gráfico 5 - Eleições 2016 - Percentual de candidatos jovens a vereador por partido ..                                 | 150 |
| Gráfico 6 – Faixa etária dos candidatos pelo Partido dos Trabalhadores para o cargo de Deputado Estadual.....         | 151 |
| Gráfico 7 – Faixa etária dos candidatos pelo Partido dos Trabalhadores para o cargo de Deputado Federal.....          | 152 |
| Gráfico 8 – Cota de Juventude nos Diretórios Municipais por Estado (PED 2013) ....                                    | 196 |
| Gráfico 9 – Futuro de projeção do compromisso político pelos jovens petistas .....                                    | 318 |
| Gráfico 10 – Relevância política no ambiente familiar dos jovens petistas.....  | 324 |
| Gráfico 11 – Relação entre as atividades desenvolvidas pelos jovens petistas e aquelas solicitadas pelo partido ..... | 341 |
| Gráfico 12 – Relação entre a participação em atividades orgânicas no PT e na Juventude do PT .....                    | 350 |

## Lista de Tabelas

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 – Composição etária do Diretório Nacional do PT (%) – 2001 até 2003.....   | 145 |
| Tabela 2 – Lista dos Secretários Nacionais de Juventude e dos Presidentes do Conselho Nacional de Juventude (2006 – 2016) ..... | 288 |
| Tabela 3 – Distribuição da amostragem quanto a idade, renda familiar e tempo de filiação ao Partido dos Trabalhadores .....     | 299 |
| Tabela 4 – Atividade atual do militante da Juventude do PT .....  | 300 |
| Tabela 5 – Motivações dos jovens petistas para ingresso em seu partido .....  | 303 |
| Tabela 6 – Fatores de reconsideração da militância no PT .....  | 313 |
| Tabela 7 – Canal de ingresso do jovem petista no Partido dos Trabalhadores .....  | 325 |
| Tabela 8 – Esferas onde o jovem petista conhecia militantes do PT antes do ingresso no partido .....                            | 327 |
| Tabela 9 – Correlação entre atividade atual e participação em organizações sociais ..   | 329 |
| Tabela 10 – Classificação do jovem petista de acordo com o nível de engajamento no Partido dos Trabalhadores .....              | 337 |
| Tabela 11 - Indicadores da frequência em atividades políticas externas na qual participam os jovens do PT.....                  | 339 |
| Tabela 12 - Percepção de influência e eficácia política dos jovens militantes do PT...343                                       |     |
| Tabela 13 - Percepção de influência dos jovens petistas na JPT e no PT.....   | 348 |
| Tabela 14 - Relação entre a distribuição de cargos de responsabilidade (JPT e PT)....   | 351 |

## **Lista de Quadros**

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Faixa etária dos candidatos a Deputado Federal no Brasil e pelo PT (eleições de 2014)..... | 153 |
| Quadro 2 – Categorias e subcategorias de análise e caracterização .....                               | 299 |
| Quadro 3 – Juventude do PT / variáveis de institucionalização .....                                   | 359 |

## **Lista de siglas e abreviaturas**

### **Órgãos e instâncias do PT**

EN: Encontro Nacional

CN: Congresso Nacional

DN: Diretório Nacional

CEN: Comissão Executiva Nacional

EM: Encontro Municipal

DM: Diretório Municipal

SORG: Secretaria Nacional de Organização

PED: Processo de Eleições Diretas

JPT: Juventude do PT

### **Tendências Internas do PT**

OT: O Trabalho

CS: Convergência Socialista

FS: Força Socialista

DS: Democracia Socialista

AE: Articulação de Esquerda

PTLM: PT de Luta e de Massas

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

CNB: Construindo o novo Brasil

### **Partidos políticos**

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

DEM: Democratas

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

### **Juventude do PT**

SNJPT: Secretaria Nacional de Juventude do PT

ENEPT: Encontro Nacional de Estudantes do PT

ConJPT: Congresso Nacional da Juventude do PT

### **Outras siglas e abreviações**

UNE: União Nacional dos Estudantes

CONEB: Conselho Nacional de Entidades de Base

CONEG: Conselho Nacional de Entidades Gerais

APML: Ação Popular Marxista-Leninista

MCS: Movimento Convergência Socialista

MR – 8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro

MEP: Movimento pela Emancipação do Proletariado

LO: Liga Operária

LIBELU: Liberdade e Luta

OSI: Organização Socialista Internacionalista

CUT: Central Única dos Trabalhadores

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

CONJUVE: Conselho Nacional de Juventude

SNJ: Secretaria Nacional de Juventude

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| Introdução.....   | 13  |
| Apresentação geral da pesquisa .....  | 13  |
| Procedimentos metodológicos .....   | 20  |
| Materiais, técnica de coleta e análise dos dados .....  | 22  |
| Capítulo 1 – Referências conceituais sobre Juventude.....   | 28  |
| 1.1 - Adultocentrismo, desvio e potencialidades: os jovens interessam à sociologia. 29              |     |
| 1.2 - Reflexões sobre o conceito de geração.....  | 43  |
| 1.3 - Culturas, subculturas juvenis e o marco analítico-conceitual.....                             | 53  |
| 1.4 - Das trajetórias lineares às encruzilhadas labirínticas .....                                  | 64  |
| Capítulo 2 – Juventude e engajamento político.....  | 74  |
| 2.1 - Juventude e participação política: notas introdutórias.....                                   | 74  |
| 2.2 – Jovens organizados em partidos políticos: na contramão da tendência.....                      | 86  |
| 2.3 – Panorama da organização formal das Juventudes Partidárias no Brasil.....                      | 102 |
| Capítulo 3 – O PT é um partido dos jovens? .....  | 112 |
| 3.1 – O PT e a relação histórica com a juventude.....   | 112 |
| 3.2 – Juventude do PT: das fileiras estudantis à instância do partido.....                          | 154 |
| Capítulo 4 - Juventude do PT: trajetória de atuação (1980 – 2012).....                              | 197 |
| Capítulo 5- Caracterização dos jovens militantes da Juventude do Partido dos<br>Trabalhadores ..... | 296 |
| 5.1 – Subjetividade política dos jovens militantes.....   | 302 |
| 5.2 – Contrapartida social e socialização política.....   | 321 |
| 5.3 – Trajetória militante dentro do partido .....  | 331 |
| 5.4 – Influência e eficácia do jovem militante.....   | 342 |
| Discussão e considerações finais .....  | 356 |
| Referências Bibliográficas.....   | 368 |
| Apêndice I.....   | 396 |
| Apêndice II.....  | 400 |

## Introdução

### Apresentação geral da pesquisa

Esta pesquisa de doutorado imerge na temática da juventude e participação política, especificamente no que se refere às organizações de jovens que militam dentro dos partidos políticos, a saber, as Juventudes Partidárias. Enquanto subunidades reconhecidas institucionalmente pelos partidos no Brasil, as juventudes nos partidos constituem um espaço crucial não somente como campo fértil de socialização política formal, mas principalmente porque, enquanto organizações relativamente autônomas, participam na arena das disputas e influências intrapartidárias.<sup>1</sup>

Inexplicavelmente, ainda que perceptível a relevância temática, a produção científica nacional pouca atenção direcionou para estas organizações. Sob o prisma analítico, é nítido visualizar o *pool* de proposições que circundam o tema, uma vez que agrega dois campos férteis de pesquisa: juventude e partidos políticos. Destarte, o interesse desta pesquisa recai em torno de uma problemática central: *como é a dinâmica de funcionamento institucional das organizações juvenis partidárias e qual seu papel e influência na arena político-partidária?* A partir desta questão, ramificam-se outras importantes indagações: *quais as motivações, objetivos e crenças dos jovens que optam por militar em um partido político, organização constatada como bastante descredibilizada perante a juventude na atualidade? Quais os espaços e como se dá a atuação política das juventudes fora do partido?*

O sistema multipartidário brasileiro atualmente possui 35 legendas<sup>2</sup>. Tornar-se-ia inviável nesta proposta, tendo como referência as questões apresentadas, um estudo sobre todas as Juventudes Partidárias do país. Neste sentido, de forma a delimitar o objeto da pesquisa e possibilitar um estudo de maior fôlego, partindo de um recorte específico do tema, empreendemos nesta tese uma análise em profundidade da Juventude do Partido dos Trabalhadores.

---

<sup>1</sup> BRENNER, A.K. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários. 2011. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

<sup>2</sup> Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Atualizado em: 12/07/2016.

Diferentemente de outras inferências teóricas<sup>3</sup> desenvolvidas nos poucos trabalhos sobre Juventudes Partidárias no Brasil, a filiação teórica que ampara esta proposta é a institucionalista, uma vez que nesta pesquisa o foco referencial repousa nas mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. Em outras palavras, acreditamos que as normas e os procedimentos operacionais estruturam o comportamento político, portanto, “as instituições moldam a política e são moldadas pela história”<sup>4</sup>. Para os institucionalistas, a ação social estaria condicionada a influência das instituições, e não somente pela soma de preferência os atores (repouso da crítica ao behaviorismo). As abordagens estritamente holísticas também seriam alvos dos institucionalistas, pois estes rejeitavam a atribuição a uma determinada estrutura social a força causal de todas as situações sociais<sup>5</sup>. O institucionalismo seria uma alternativa na compreensão das ações dos indivíduos e suas manifestações coletivas. Assim, as normas e os procedimentos operacionais influem no resultado positivo, uma vez que estruturam o comportamento político e moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores em selecionar preferências.

Apresentamos abaixo algumas proposições hipotéticas, enquanto asserções provisórias, incorporando o papel de fio condutor na construção do conhecimento de pesquisa. As seguintes hipóteses alentam como um teste de reforço da distribuição de poder, incentivos e participação dentro da Juventude Partidária estudada e em sua relação com seu partido matriz.

#### Assertiva Hipotética I

A Juventude do PT é uma subunidade partidária ainda muito dependente da coalizão dominante do partido, recompensada com um misto de incentivos de identidade, à mercê de se constituírem como espaços de relativa autonomia quanto à dinâmica e elaboração de pautas.

#### Assertiva Hipotética II

---

<sup>3</sup> Em CALDEIRA (2008) a Teoria do Reconhecimento e em BRENNER (2008) a abordagem longitudinal, através dos relatos de vida.

<sup>4</sup> PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 45.

<sup>5</sup> IMMERGUT, E. M. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, vol. 26, n. 1, p. 5-34, 1999.

Os espaços de poder da Juventude do PT no partido ainda são restritos, tendo em vista a dificuldade de seus membros no trânsito para a composição do corpo dirigente partidário e controle de finanças, bem como na baixa indicação/suporte de seus membros para disputas eleitorais.

#### Assertiva Hipotética III

Todavia, a Juventude do PT vem paulatinamente instrumentalizando-se como uma importante ferramenta política do PT na imersão propositiva de políticas públicas para a juventude, no diálogo com outras Juventudes Partidárias, no diálogo/ocupação de espaços políticos em organizações políticas não-partidárias e nas empreitadas de aproximação junto ao público juvenil.

#### Assertiva Hipotética IV

O ingresso do jovem petista no partido tem na afinidade ideológica o combustível motivacional central, sendo o ambiente escolar o principal canal de socialização para esta aproximação com o partido.

A delimitação das hipóteses nos credencia a apresentar a seguir o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

#### **Objetivo geral**

- ✓ Analisar a subunidade partidária JPT quanto a sua dinâmica de funcionamento organizacional e posicionamento político dentro de seu respectivo partido, bem como as motivações, objetivos e crenças dos jovens que optam por militar em um partido político.

A concretização do objetivo geral demanda a concretização de três objetivos específicos:

#### **Objetivos específicos**

- ✓ Realizar uma radiografia institucional-histórica da formação, estruturação, atual composição social e organização nacional das juventudes partidárias do PT, dentro do cenário de suas fundações enquanto subunidades partidárias.

- ✓ Investigar quais são os tipos de incentivos delegados pela direção partidária à organização juvenil, o que possibilitará também diagnosticar qual o espaço e campo de ação da JPT dentro do partido, na esfera de influência nas arenas decisórias.
- ✓ Investigar quais as áreas de atuação da JPT fora do partido, quais os projetos políticos desenvolvidos, a relação e influência com juventudes partidárias, movimentos sociais e outras organizações.
- ✓ Desenvolver uma caracterização do jovem petista acerca das motivações para militância em um partido político, projeção de compromissos futuros, socialização política, trajetória militante intrapartidária e influência e eficácia no engajamento.

Debater sobre as Juventudes Partidárias no Brasil, tendo como base o referencial teórico sobre as mesmas, seria atualmente uma tarefa bastante inviável. No âmbito das Ciências Sociais então, praticamente impossível. Esta argumentação sustenta-se na escassez de pesquisas nacionais sobre as organizações juvenis enquanto subunidades partidárias. *Se por um lado*, como constata Hingridy Caliarí<sup>6</sup>, cresce o debate acadêmico e a inserção nas agendas públicas envolvendo a temática da Juventude, inclusive relacionada à questão da participação e socialização política, *por outro* a associação enquanto objeto de estudo entre esta participação e o vínculo formal partidário continua academicamente a passos lentos.

O seminal levantamento coordenado por Marília Pontes Sposito sobre o estado da arte sobre juventude nas pesquisas de mestrado e doutorado no Brasil entre 1999 e 2006<sup>7</sup> revelou a total ausência, até aquele momento, de pesquisas sobre a presença de jovens em partidos políticos. Após uma varredura no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, detectamos quatro pesquisas específicas mais recentes sobre o tema alentado, onde apenas uma está vinculada a programas de Pós-Graduação nas três áreas das Ciências Sociais<sup>8</sup>. No campo da Psicologia, temos a dissertação de Paula Caldeira<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> CALIARI, H.F. Um ensaio sobre a participação política da Juventude Brasileira. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

<sup>7</sup> SPOSITO, M. P. (Coord.). O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v.1-2.

<sup>8</sup> Informações coletadas no banco de teses da CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses> Último acesso em: 08/2016.

sobre a participação de jovens nos movimentos estudantis e partidos políticos no Rio de Janeiro; em Educação, a tese de Karina Brenner<sup>10</sup> apresentando um estudo de caso de jovens universitários cariocas militantes em partidos políticos de esquerda (PSOL, PSTU, PT, PC do B e PDT); a abordagem qualitativa em Serviço Social na dissertação de Hingridy Caliarí<sup>11</sup>, cuja estratégia metodológica pautou-se em entrevistas com presidentes de dez organizações juvenis partidárias; e por fim, a pesquisa de mestrado em Ciência Política desenvolvida por Everton Gomes<sup>12</sup> dissertando sobre a composição histórica das Juventudes Trabalhistas do PDT e PTB.

Neste cenário, cabe a indagação sobre os motivos desta lacuna (e porque não negligência) da produção acadêmica sobre Juventudes Partidárias, uma vez que diversos motivos sustentam um trabalho que privilegia o diálogo temático entre Partidos Políticos e Juventudes. Alguns estudos nacionais sobre partidos fazem menções ligeiras e concisas sobre a participação juvenil, geralmente discutida dentro do contexto da participação interna dos setoriais e secretarias<sup>13</sup>.

As Juventudes Partidárias constituem um importante espaço político dentro dos partidos que tem como objetivo elementar integrar a militância jovem na vida partidária. Embora sua importância no cenário da intervenção política juvenil nos países democráticos venha diminuindo significativamente nas últimas décadas, elas continuam sendo um importante canal de recrutamento partidário e socialização política<sup>14</sup>. Neste cenário de militância, as juventudes partidárias revelam não só a problemática do enquadramento, ao nível do Estado, das respostas políticas aos problemas da juventude, como também, e principalmente no que se refere aos objetivos desta pesquisa e da problemática, da estrutura de participação organizada da vida político-partidária.

---

<sup>9</sup> CALDEIRA, P. Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicossociologia, Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>10</sup> BRENNER, 2011.

<sup>11</sup> CALIARI, 2009.

<sup>12</sup> GOMES, E. Os caminhos e descaminhos das Juventudes Trabalhistas do PTB e PDT. 2009. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>13</sup> Destacamos os trabalhos de Ribeiro (2008), Lucas (1995) e Assumpção (2008).

<sup>14</sup> HOOGHE, M; STOLLE, D. Youth organisations within political parties: political recruitment and the transformation of party systems. In: FORBRIG, Joerg (Org.). Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe. Strasbourg: Council Of Europe, 2005. p. 43-52.

O sociólogo português Manuel Cruz pontua algumas importantes funções das organizações juvenis partidárias: socializar politicamente os jovens, subsidiar partidos políticos quanto à militância, aperfeiçoar o canal de comunicação do partido com movimentos juvenis e o que ele denomina de função “Câmara de Eco”, onde o partido nas Juventude alimenta um banco de provas para iniciativas políticas externas ou clivagens políticas internas<sup>15</sup>.

A ciência sobre estas organizações de jovens constitui-se como uma inegável ferramenta nos estudos sobre os próprios partidos, somada à possibilidade de melhor entender a adesão do jovem ao sistema democrático, nos processos eleitorais, na obtenção de capital político e no treinamento cotidiano das práticas partidárias. Dentro dos partidos, conhecer os espaços dos jovens é possibilitar também o conhecimento das assimetrias de participação desta categoria. Neste sentido, a filiação teórica a uma prospecção de análise institucional histórica da juventude petista viabilizaria a investigação em dois prismas sinérgicos: de dependência de trajetória, na premissa da importância da história destes grupos juvenis, via observação da estruturação e dinâmica de funcionamento dos mesmos desde sua fundação; e quais os resultados ao longo deste percurso no quesito distribuição de recursos de poder endógeno, relação da Juventude do PT com o partido e atuação política no “mundo profano” (fora dos partidos).

As Juventudes, além de importantes órgãos de militância e aprendizado político, atuam como elos entre o ingresso precoce no partido e a consolidação de uma trajetória de vivência partidária. As providências nesta conexão fecundariam importantes lideranças políticas<sup>16</sup>. No Chile, é comum os políticos eleitos, dirigentes políticos e ocupantes de cargos importantes no governo terem previamente construído suas trajetórias nas Juventudes Partidárias, afirmam Espinoza e Madrid<sup>17</sup>. Os autores salientam que, mesmo sendo a voz de uma minoria dentro dos partidos chilenos, as Juventudes fecundam importantes lideranças, muitas eleitoralmente expressivas. Em Portugal, entre 1974 e 1990, várias lideranças jovens brotaram no cenário político do país após experimentarem a vivência de militância em seções juvenis de partidos. Este processo é oriundo da institucionalizado nas organizações partidárias dos movimentos estudantis, canalizando assim ações juvenis incipientes e autônomas em direção ao

---

<sup>15</sup> CRUZ, M.B. A participação política da juventude em Portugal — as elites políticas juvenis. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), p. 223-249, 1990.

<sup>16</sup> BRENNER, 2011.

<sup>17</sup> ESPINOZA, V; MADRID, S. *Trayectoria y eficacia política de los militantes en juventudes políticas: estudio de la élite política emergente*. Santiago: Andros Impresores, 2010.

enquadramento organizado no sistema<sup>18</sup>. Atualmente, as juventudes dos dois principais partidos portugueses (PS - Partido Socialista) e (PSD - Partido Social Democrata) tem servido como base de renovação e de substituição de suas elites parlamentares.

No Brasil, em detrimento da falta de estudos sobre Juventudes Partidárias, existe a dificuldade em apresentar um balanço crítico de qualquer partido em relação aos membros destas organizações que trilharam trajetórias de sucesso na carreira política. Sendo assim, estudar uma organização juvenil partidária incide diretamente em observar aqueles que galgaram proficuamente o caminho da carreira na Juventude para a carreira no partido e a política eleitoral.

Em virtude da ampla gama de possibilidades inerentes ao estudo de Juventudes Partidárias, foi necessário um refinamento temático, a partir de um recorte analítico que possibilitasse mesclar uma proposta viável metodologicamente e relevante cientificamente. A escolha da Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT) enquanto objeto de pesquisa não foi feita de forma aleatória. Não temos dúvidas quanto ao destaque analítico que o PT vem recebendo na produção acadêmica tanto no Brasil como em outros países. Para termos uma noção da dimensão deste interesse de pesquisa sobre o partido, a Fundação Perseu Abramo lançou em 2014 uma obra<sup>19</sup> apresentando uma listagem acompanhada do resumo de 1,2 mil livros e artigos sobre o PT produzidos entre 1978 e 2002. Levando-se em conta as pesquisas que vieram após o período englobado neste levantamento, podemos afirmar categoricamente que o PT é o partido político mais estudado do Brasil, quiçá um dos mais estudados do mundo. Todavia, nestes 36 anos de existência e imenso acervo bibliográfico produzido sobre o partido, não existe registro de uma obra sequer que trata especificamente sobre sua organização de juventude. Sob os auspícios da problemática apresentada, um estudo de fôlego sobre uma juventude partidária, especificamente sobre a Juventude do PT, se fez necessário.

Por fim, tal como um arquétipo analítico, este recorte temático poderá contribuir para estudos posteriores sobre as outras organizações juvenis nos partidos. O incentivo repousa no conhecimento de uma peça importante no organograma partidário, em sinergia com as conclusões geradas sobre esta forma de participação formal alimentando diagnósticos sobre a própria categoria Juventude.

---

<sup>18</sup> CRUZ, 1990.

<sup>19</sup> PERSEU ABRAMO. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, objetivamos apresentar algumas contribuições teóricas elementares envolvendo a temática da juventude, circunscritas principalmente no raio de interesse da sociologia. Trabalharemos com debates sobre a incorporação histórica dos jovens enquanto interesse analítico desta ciência social, reflexões sobre o conceito de geração, o marco analítico-conceitual das culturas juvenis e a concepção de trajetórias. No capítulo dois, anexaremos à discussão sobre juventude alguns elementos teóricos referentes à participação política. Abordaremos questões em torno dos formatos recentes de engajamento político dos jovens, ao mesmo tempo em que privilegiamos também refinar algumas perspectivas analíticas acerca das organizações juvenis partidárias, para então descortinarmos uma breve introdução sobre o arranjo formal de algumas Juventudes Partidárias brasileiras.

Os capítulos três, quatro e cinco tratam diretamente do objeto desta pesquisa, a Juventude do PT. O capítulo três encarrega-se de trazer informações acerca do processo de envelhecimento dos quadros de militantes do PT, bem como da sub-representação juvenil interna na composição do Diretório Nacional, dos delegados em Encontros e Congressos e no recrutamento de candidatos. Em seguida, à luz dos diversos documentos oficiais produzidos pelo PT, buscaremos desvelar como a juventude organizada foi sendo incorporada no campo institucional formal do partido ao longo de sua história. Adotando uma apresentação em narrativa, ao capítulo quatro é reservado espaço para compreendermos a organicidade da atuação política dos jovens petistas desde a fundação do partido, quando ainda estavam muito identificados com a figura do estudante, até a consolidação da Juventude do PT enquanto instância partidária. No capítulo cinco apresentaremos uma caracterização dos jovens militantes da Juventude do PT, partindo dos resultados da análise de elementos referentes a subjetividade política destes jovens, contrapartida social e socialização política, trajetória militante dentro do partido e influência e eficácia. Nas considerações finais, amarraremos as principais conclusões abordadas em cada capítulo.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa pode ser definida de forma brevíssima enquanto uma atividade básica da ciência na busca por respostas sobre a realidade através do questionamento. A definição sugerida por Max Weber é certa: a ciência tem o papel “de transformar em

problema o que é evidente por convenção”.<sup>20</sup> Entretanto, é condição *sine qua non*, neste processo investigativo, a disposição de procedimentos técnicos e intelectuais, ou seja, toda pesquisa orienta-se pelo seu método científico.

O estudo das Juventudes Partidárias, em alusão à própria conjunção nominal, configura-se como uma mescla de possibilidades de análises tanto do tema Juventude quanto de Organizações Partidárias. O caminho de trabalho na problemática recai na escolha das melhores ferramentas metodológicas, sempre na perspectiva de contemplar os objetivos propostos em sua totalidade. A *estratégica central* desta tese consistiu na coleta sistemática e exaustiva dos dados a respeito da Juventude Partidária objeto, bem como de dados (sintonizados com a Juventude) de sua *mother party* e dos órgãos eleitorais.

A escolha do método remete a uma posição teórica, fruto de uma postura epistemológica de pesquisador em relação ao objeto. Os indicadores operacionais da pesquisa, lapidados na filiação teórica institucionalista aqui adotada, se orientam na demanda de algumas categorias de dados:

I-) Evolução histórica da formação da Juventude do PT no partido e características regimentais das mesmas.

II-) Organização interna da Juventude Partidária: lideranças e mecanismos participação dos jovens militantes.

III-) Participação de membros oriundos das fileiras da Juventude do PT no rol dos cargos de liderança partidária.

IV-) Características institucionais da participação da Juventude do PT nas instâncias deliberativas dos partidos: Congressos, Reuniões, Conselhos, Secretarias.

V-) Características institucionais da participação da Juventude do PT em atividades políticas externas à organização e ao partido.

VI-) Papel da organização juvenil partidária na oxigenação do quadro de candidatos para disputa de cargos eletivos.

VII-) Fatores que levam estes jovens a comprometer-se voluntariamente com a atividade político-partidária.

---

<sup>20</sup> WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Cortez/UNICAMP, 1992.

VIII-) Motivações, perfil ideológico e perspectivas dos jovens militantes acerca da sua participação política dentro da JPT e do partido.

IX-) Expectativas dos jovens militantes acerca da sua participação política dentro da JPT e do partido.

Do ponto de vista dos objetivos, esta proposta de pesquisa adquire característica exploratória e explicativa. Exploratória porque busca proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses<sup>21</sup>. Silvio Oliveira explica que a pesquisa exploratória tem como principal trunfo oferecer uma visão panorâmica a um determinado objeto ainda pouco explorado<sup>22</sup>. E explicativa porque procura fundamentar o conhecimento científico sobre o objeto *Juventude do PT* para além de uma nota descritiva, amparado no registro, análise e interpretação de fenômenos intrínsecos ao mesmo. O planejamento flexível, características deste tipo de pesquisa, viabiliza a utilização de diferentes técnicas de coleta de dados.

### **Materiais, técnica de coleta e análise dos dados**

Para uma visualização mais didática dos procedimentos técnicos propostos para esta pesquisa sobre a Juventude do PT, duas técnicas centrais foram requisitadas: técnica de coleta da documentação indireta e técnica da observação direta intensiva<sup>23</sup>.

A técnica de coleta da documentação indireta implica debruçar exaustivamente no levantamento de dados de variadas fontes que tenha relação com o objeto de análise. Este levantamento de dados está sendo realizado sob dois eixos:

#### a-) Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. O diferencial da pesquisa bibliográfica é sua

---

<sup>21</sup> GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, S. L. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

<sup>23</sup> Em sintonia com a proposta de coleta sugerida em: MARCONI, M; LAKATOS, E. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

configuração enquanto um estudo direto em fontes científicas, subsidiando empreitadas investigativas aos fatos da realidade empírica<sup>24</sup>. Sua finalidade consiste em proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo. Sendo assim, o mais relevante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico.

Nesta pesquisa foram consultadas referências acadêmicas de leitura corrente, publicações periódicas e impressos diversos, com o intuito de construir um balanço temático crítico da literatura nacional e internacional envolvendo Juventude, participação política e partidos políticos. Neste campo incluímos bibliografias que façam alusão ao prospecto analítico em questão, ou seja, que mencionem o papel destas organizações juvenis no contexto organizacional partidário. O contato com algumas produções internacionais sobre Juventudes Partidárias subsidiou-nos conceitualmente no sentido de preencher a escassez de pesquisas nacionais acerca do tema.

#### b-) Pesquisa documental múltipla

A pesquisa documental opera como um recurso para se construir indicadores empíricos operacionalizáveis, em congruência com os objetivos da proposta de pesquisa. Algumas vantagens desta modalidade de pesquisa: os documentos constituem fonte rica e estável de dados, insubstituíveis na reconstituição de um passado ou na demarcação das diretrizes no presente, e que permitem uma investigação de contato indireto com os sujeitos da pesquisa<sup>25</sup>.

A coleta de dados foi realizada de forma criteriosa, enquadrada nos parâmetros pontuais da demanda de informação ancorada nos indicadores operacionais da pesquisa. Abaixo listamos alguns documentos analisados:

| <b>Documento</b>                             | <b>Interesse analítico específico</b>  |
|--|--|
| Estatutos partidários e regimentos internos. | Regulamentação formal da organização e funcionamento da organização juvenil. |

<sup>24</sup> OLIVEIRA, 2002.

<sup>25</sup> GIL, 2002.

|  |  |
|--|--|
| Resoluções aprovadas em Encontros e Congressos Nacionais do PT.  | Delegação de funções e cargos, atribuição de controle político e qualquer outra menção à juventude.                                      |
| Resoluções aprovadas em Encontros e Congressos Nacionais da Juventude do PT.                                   | Transformações e ação organizativa, pautas e projetos encaminhados.<br><br>Proposições, apresentações de pauta e discurso produzidos JPT |
| Regulamentos, circulares de propaganda e manifestos produzidos pela Juventude do PT.                           | Transformações e ação organizativa, pautas e projetos encaminhados, lideranças políticas recrutadas e evolução patrimonial.              |
| Acervo de imprensa do partido e acervo de imprensa da juventude partidária.                                    | Informações gerais sobre história e atuação política recente da juventude.   |
| Acervo de imprensa geral-documentários, notícias e entrevistas.  | Informações gerais sobre história e atuação política recente da juventude.   |
| Documentos “não escritos” vinculados com a juventude partidária – filmes, vídeos, slides, fotografias, pôster. | Informações gerais sobre história e atuação política recente da juventude.   |
| Acervo de mídias alternativas: redes sociais (twitter, facebook) e blogs.                                      | Informações gerais sobre história e atuação política recente da juventude.   |
| Acervo informativo disponível produzido pelas tendências internas do PT  | Informações gerais sobre história e atuação política recente da juventude.   |

As principais fontes de dados para coleta documental foram: Diretório Nacional do PT (Secretaria de Organização), endereços eletrônicos do PT e JPT, endereço eletrônico e meio impresso da imprensa geral, Fundação Perseu Abramo, Acervo documental PSTU, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil (CPDOC – FGV) e Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Estivemos presentes no escritório nacional da Juventude do PT, que fica dentro da sede do Diretório Nacional do PT em Brasília, mas fomos informados que parte do material produzido pela Juventude está digitalizado e compartilhado na internet, assim como também são enviados periodicamente para catalogação na Perseu Abramo, sendo então disponibilizado para consulta pública no Centro Sérgio Buarque de Hollanda. A análise documental invariavelmente vincula-se com a estrutura teórica preliminarmente debatida, onde a conjunção dos elementos da problemática, contexto, autores e interesses estão sendo agregados, possibilitando assim uma interpretação coerente, em sintonia com a temática em questão.

O trabalho de coleta documental dos materiais petistas que trataram especificamente da temática “juventude” e das abordagens diretas ou tangenciais sobre sua organização juvenil constituiu um verdadeiro *garimpo* por informações. Cada menção, cada matéria, cada projeto observado foi de grande valia, tendo em vista o pouco conteúdo acessível sobre esta questão até meados do final da década de 1990.

Para uma análise documental mais densa, valemo-nos da técnica da *análise de conteúdo*, imergindo no processo de leitura compreensiva e exaustiva do material, produção de inferências, de codificação, caracterização da forma de registro, diagnóstico de temáticas mais frequentes, categorização e por fim interpretação das informações. Além de ser o recurso de análise documental mais utilizado nas Ciências Sociais, a capacidade de esmiuçar os dados documentais credenciou a análise de conteúdo enquanto um recurso técnico relevante<sup>26</sup>. Estávamos defronte a materiais de pesquisa que necessariamente demandavam refinamento no raciocínio da linha discursivo-propositiva sobre o jovem, em virtude das poucas, e muitas vezes camufladas, menções documentais (inserida complementando uma pauta central).

A técnica de observação direta intensiva possibilitou um contato mais estreito do pesquisador com o objeto estudado. Neste caso, optamos pelo recurso da entrevista em duas modalidades, divididas por unidade de análise: a estruturada e a pouco assimétrica (entrevista por pautas). Os conteúdos centrais que envolveram as entrevistas foram organizados em cinco grandes temas: motivação e incentivos, perfil sócio-

---

<sup>26</sup> HELDER, R. *Como fazer análise documental*. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

demográfico e político dos jovens, trajetória biográfica e política, opiniões gerais sobre o partido, participação e projeção pessoal<sup>27</sup>.

A entrevista estruturada consistiu na aplicação de um questionário com perguntas padronizadas, onde as respostas estavam limitadas às alternativas apresentadas. Através dela nos foi oferecida a possibilidade de uma análise comparativa com o mesmo conjunto de perguntas, aumentando a segurança de que as respostas seriam dadas num quadro de referência significativo para o objetivo da pesquisa e sob uma forma utilizável na análise. Esta modalidade de entrevista destinou-se aos jovens militantes da Juventude do PT, oriundos de diferentes estados brasileiros. Entrevistamos 151 jovens petistas de 13 Estados. Os questionários foram aplicados e respondidos face a face, sempre com a garantia do anonimato dos entrevistados. Dois eventos de caráter nacional promovidos pela Juventude do PT e dois nos quais eles se fizeram massivamente presentes nos possibilitaram este contato: o ENEPT (Encontro Nacional de Estudantes do PT), realizado em Belo Horizonte em fevereiro de 2014; o “Aldeias da Juventude”, realizado em Guarulhos no mês de junho de 2014; o 54º Congresso da UNE, realizado na cidade de Goiânia entre os dias 3 e 7 de junho de 2015; e a 9ª Bienal da UNE, ocorrida entre os dias 1º e 6 de fevereiro de 2015. Estes eventos reuniram jovens militantes da Juventude do PT oriundos de diversos Estados da Federação.

A opção pelo recurso da entrevista em profundidade sustenta-se porque foi preciso obter dados referentes a diversos aspectos da JPT que poderiam não ser mensurados na análise da documentação formal. São dados relacionados a valores, opiniões e atitudes inerentes ao contexto da organização juvenil e importantíssimas ante a problemática da pesquisa. Além disso, por ser “a ferramenta de escavar preferida dos Cientistas Sociais”<sup>28</sup>, a entrevista aberta, quando bem realizada

Permite ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Os roteiros das entrevistas encontram-se nos apêndices II e III.

<sup>28</sup> TAYLOR, S.J; BOGDAN R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*. Barcelona, Paidós, 1992, p. 100.

<sup>29</sup> DUARTE, R. Entrevistas em pesquisa qualitativas. *Revista Educar*, n.24.p.213-225, 2004, p. 215.

As entrevistas foram feitas individualmente e o alvo foram os atuais Secretários Estaduais da JPT, atual Secretário Nacional, ex-Secretários Nacionais e alguns militantes notórios oriundos das fileiras da Juventude. A lista de entrevistados encontra-se no apêndice III deste trabalho. As entrevistas se orientam na abordagem de temas referentes a trajetória de ingresso no partido, motivações para este tipo de militância e *principalmente* dinâmica de funcionamento das organizações juvenis. É importante frisar que o objetivo das entrevistas está voltado para o relato e as experiências pessoais de militância, mas também (e principalmente) como instrumento para reforçar a compreensão do *modus operandi* da Juventude. Para concluir, a interpretação das entrevistas incorreu na articulação das unidades de significação de pontos chave da entrevista em eixos temáticos pertinentes a história e organização da Juventude, seguida do cruzamento deste mosaico de informações colhidas com as referências teóricas e conceituais produzidas na pesquisa.

## Capítulo 1

### Referências conceituais sobre Juventude

Os desafios que permeiam os estudos sobre a juventude, especificamente quando falamos de uma *sociologia da juventude*, repousam em uma delimitação analítica ramificada de delineamentos conceituais e recheada de significados categóricos. Imprecisão analítico-conceitual benéfica, de certo modo, porque vem progressivamente sendo alvo de problemáticas para além da sua dinâmica (e interessante) inserção social, além no sentido da indagação constante *do que é, do que significa*.

A discussão “juventude” remete a leitura de essenciais postulados. Multidisciplinar enquanto objeto conotativo, o pensar sobre os jovens perpassa inúmeras áreas do conhecimento com variados pressupostos metodológicos e teóricos. Vemos assim o interesse da Psicologia, Biologia, Pedagogia, etc, construindo neste enredo a Sociologia frutíferos diálogos, interlocuções e contestações. Em tese de doutorado, Fernando Neves<sup>30</sup> reconhece que o caráter intrinsecamente plural desta temática incorpora naturalmente, em sua definição, inúmeras variáveis, como sexo, geração (entendida como as diferentes experiências de vida e as respectivas memórias sociais incorporadas) e classe social, cujas sínteses produzem diferentes significados. Aliás, o papel da Sociologia recai exatamente em consolidar a blindagem da Juventude também condicionada pelo meio social.

Frente às tentativas acadêmicas de definição de juventude, entramos em sintonia com Groppo<sup>31</sup>, que as diagnostica esbarrando em dois critérios irreconciliáveis: o etário e o sociocultural. Quanto ao primeiro critério, apontamos que as tentativas restritivamente demarcativas nas faixas de idade e sua conseqüente classificação podem remeter ao menos a dois pontos conturbados: 1- risco de simplificação categórica, relegando a um plano analítico-linear intensas possibilidades de se pensar o ingresso, permanência e saída da condição de *ser jovem*; 2- Dissonância histórica daquilo que se enquadra etariamente como jovem e de sua fluidez diferencial entre diferentes grupos sociais e relação entre sujeitos. Assim, qualquer divisão puramente etária é insuficiente,

---

<sup>30</sup> NEVES, F. L. d. O indivíduo restrito: reflexos biográficos da estrutura social brasileira. 2011. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011..

<sup>31</sup> GROPPPO. L. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

uma vez que é preciso fazer uma distinção entre a fase da vida e os sujeitos, ou seja, “não se pode misturar juventude e os jovens; o primeiro é a fase, e o segundo são os sujeitos que vivem uma diversidade”<sup>32</sup>. O segundo critério respalda-se no que Levi e Schitt chamam de caráter marginal ou limítrofe da juventude, não passível, portanto, de sua irredutibilidade de definição estável e concreta.

É precisamente sua natureza fugidia que carrega significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade essa *construção cultural*, a qual, em todas as sociedades, é objeto de uma atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas (...) As sociedades sempre “construíram” a juventude como uma realidade cultural carregada de uma imensidão de valores e de usos simbólicos, e não só como um fato social simples, analisável de imediato.<sup>33</sup>

Neste capítulo apresentaremos algumas discussões essenciais sobre a temática da juventude em áreas como a Psicologia, Educação, Antropologia e, *principalmente*, aquelas elaboradas no âmbito da sociologia da juventude. Longe de qualquer pretensão totalizante acerca de todos os contributos produzidos pela área, pretendemos primordialmente familiarizar o leitor com os conteúdos elementares por elas trabalhados.

### **1.1 - Adultocentrismo, desvio e potencialidades: os jovens interessam à sociologia**

Vivendo a efervescência de idéias liberais que se processaram na França iluminista, o francês Jean Jacques Rousseau apresenta em 1762 o órfão *Emílio*<sup>34</sup>, um retrato varonil da descoberta do cidadão cuja integração social plena dependeria da lapidação educacional neste período da vida que antecede a vida adulta<sup>35</sup>. O verbo *descobrir* adquire aqui duas denotações: enquanto *encontrar* os caminhos de uma

<sup>32</sup> SOUZA, C. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. *Última década* N°20, Cidpa Viña Del mar, pp. 47-69, junho 2004, p. 49.

<sup>33</sup> LEVI, G; SCHMITT, J. (orgs). *História dos jovens I: da antiguidade a era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 10.

<sup>34</sup> ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou Da Educação*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>35</sup> Rousseau trata do homem ideal enquanto aquele preparado plenamente para a vida adulta, numa sequência etária abrangendo 5 etapas no desenvolvimento cognitivo, sensitivo e moral: primeira infância – idade das necessidades; segunda infância – idade da natureza; idade da força – período entre os doze e quinze anos; juventude – idade da razão e das paixões; adulto – idade da sabedoria.

formação que fomente as capacidades cognitivas, morais e racionais do indivíduo na trilha rumo à *idade da razão*; e enquanto *retirar* o manto que encobria a efetiva importância de analiticamente observar as particularidades deste período da vida humana. A humanidade boa, pura, fulcro na ideia da natureza inata do homem em seu estado natural, que sentencia a sociedade, civilizando-se frente aos ditames da exploração do homem pelo homem, encontra no coração da infância e da juventude (estágios inevitáveis no desenvolvimento humano) o código de acesso a uma sociedade harmônica. Separando de vez a criança/jovem do mundo adulto e propondo o mergulho educacional das primeiras norteados pela intensa supervisão preceptora dos segundos, Rousseau entrega às futuras teorias psico-pedagógicas o mapa que identifica em definitivo o jovem como um sujeito diferente, particular e imensamente passível de imersões analíticas próprias.

Na realidade, a obra de Rousseau sintetiza um entrecorte de iniciativas analíticas que também no século XVIII voltaram seu interesse em compreender o desenvolvimento da criança e do jovem. Iniciativas estas, segundo Andreas Flinter<sup>36</sup>, ramificadas em três correntes de pensamento: *empirismo*, com as doutrinas do desenvolvimento genético-psicológico e sua periodização, além das observações direcionadas à idade juvenil em Locke e David Fordyce; a *pedagogia pietista*, imensamente preocupada da germinação nas fases prévias a vida adulta de percepções de fé, consciência do pecado e autonomia volitiva; e a interpretação *racionalista*, voltada primordialmente à pedagogia filantrópica preparando o terreno da estabilização das atividades mentais das crianças e jovens. Flinter destaca, entretanto, que se acrescenta à baixa fertilidade e contornos imprecisos no diagnóstico do período juvenil naquela época o hiato secular correspondente ao século XIX, que não acompanhou os esforços no século anterior no estudo específico da juventude, cabendo à Psicologia, na figura de Stanley Hall e sua seminal obra publicada em 1907, *Adolescência*, em definitivo consolidar esta via analítica.

O marco conceitual na obra de Hall ampara-se em ao menos três pontos: tentativa de definir sistematicamente o período entre a infância e a vida adulta; coragem na compreensão deste estado intermediário não apenas condicionado por fatores biológicos, mas também sociais; e fez frente no convencimento da permuta de práticas

---

<sup>36</sup> FLINTER, A. *Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude*. In: BRITO, S. (org). *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1968.

meramente punitivas, que recaiam aos jovens nas cidades americanas imersas numa rápida urbanização no final do século XIX, à mercê das instituições efetivamente reconhecerem seu papel de controle educativo aos emocionalmente instáveis, impulsivos e naturalmente propensos a tensões e a prática de atos insanos denominados adolescentes<sup>37</sup>. A visibilidade daquele indivíduo contraventor era mais nítida pelo aumento das exigências éticas da sociedade. Integrando a biologia evolucionista com a psicologia (de inspiração freudiana), Savage reforça que Hall ansiava uma ciência que em definitivo enxergasse esta fase da vida, possibilitando melhor moldá-la, dificultando seu afastamento de um amadurecimento civilizador. Os adolescentes possuiriam sentimentos de coletividade e, embasando-se no que ele denominou de Teoria da Recapitulação (inspiração darwinista), Hall absorvido é pela ideia do homem recapitulando a história até que em sua adolescência “os instintos da espécie se exaurem num novo nascimento de maleabilidade humana”.<sup>38</sup>

Não há como esconder sua inclinação em valorizar pressuposições comportamentais instintivas inatas superando a conduta racional, pesando exatamente sobre a adolescência a vulnerabilidade desta catastrófica incidência. É um agravante àquilo que Savage chamou de “*neurastenia adolescente inata*”<sup>39</sup>. Grinder e Strickland apontam que a renúncia teórica posterior, inclusive na área da psicologia, deu-se pela impugnação de suas ideias no que diz respeito a: considerar o crescimento físico dos adolescentes como algo sorrateiro e não gradual; negligenciar as influências da cultura, conferindo importância em demasia as funções fisiológicas; supervalorizar manifestações instintivas, gerando agitações e tensões atribuídas típicas deste período. Neste ensejo, a própria sociologia buscará conferir novos contornos analítico-metodológicos para efetivamente navegar cientificamente neste mar ainda pouco explorado pela academia chamado “*juventude*”.

O início do século XX revela o ambiente de despreparo adulto em lidar com as intensas transformações ocorridas na escalada à universalização do ensino, maior tempo de permanência na escola (principalmente nas classes médias e altas) e crescimento dos centros urbanos europeu e norte-americano, estes que reluziam diretamente sobre a juventude. Voltam-se os olhares para aqueles indivíduos que em muito

---

<sup>37</sup> SAVAGE, J. *A criação da Juventude*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

<sup>38</sup> GRINDER, R. E.; STRICKLAND, Ch. E., *A significação social na obra de Stanley Hall*. In: *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 34.

<sup>39</sup> SAVANGE, op.cit, p. 88.

responsabilizados eram por uma *sensação social antitética*: temor e esperança. Os estudos sobre juventude serão marcados em grande medida por estes dois pontos de vista. Por um lado, a juventude partindo da concepção do desvio e da anomia. Por outro, o reconhecimento da existência de uma cultura juvenil com paradoxos de integração e diferenciação<sup>40</sup>.

Na psicologia, predominará durante algum tempo o entendimento do período da adolescência estar bastante condicionada por atributos psicológicos e biológicos. É o que apontam Cecília Coimbra e Maria Nascimento, destacando que mudanças hormonais, glandulares, corporais e físicas, típicas desse período, seriam responsáveis por muitas de suas características próprias. Essas características intrínsecas à condição juvenil respondem pelos anseios de naquele momento entender (e também sugerimos reforçar) as inúmeras adjetivações como desinteresse, rebeldia, timidez, melancolia, crise, entusiasmo, colando-as sinonimicamente na tentativa de enfim constituir uma identidade adolescente<sup>41</sup>. As primeiras pinceladas rumo ao equilíbrio dos apontamentos destas condicionantes do *ethos* juvenil também para as influências sócio-culturais partem do psicólogo austríaco Siegfried Bernfeld, que emite a hipótese de que um estudo pleno sobre a juventude melhor se sustentaria se reconhecesse, durante a puberdade, as reações psicológicas às modificações biológicas somadas as conseqüentes influências sociais e suas instituições primariamente mediadoras<sup>42</sup>. Sob influência desta perspectiva, mesmo após anos de sua primeira intervenção, Allebeck e Rosenmayr sintetizam bem esta questão quando pontuam:

A diferença mais importante entre a puberdade e a fase juvenil é que a primeira é uma fase de maturação humana do indivíduo, em grande parte determinada pelas leis fisiológicas e, embora seja modificado socialmente, é, basicamente, sujeita a processos biológicos. Já a fase juvenil é determinada de maneira decisiva por fatores sociais (*tradução nossa*)<sup>43</sup>.

<sup>40</sup> SALLAS, A. L; BEGA, M. T. Por uma sociologia da juventude: releituras contemporâneas. *Política e sociedade: revista de sociologia política*, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 31-58, 2006.

<sup>41</sup> COIMBRA, C; NASCIMENTO, M. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Imagens sobre a Juventude. *Revista de Estudos sobre Juventud*, ano 9, n. 22, México, jan.-jun/2005, p. 346- 363.

<sup>42</sup> ROSENMAYR, L. *A situação sócio-econômica da juventude hoje*. In: SULAMITA, B. (org) *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

<sup>43</sup> “La diferencia más importante entre la pubertad y la fase juvenil ha de verse en que la primera es una etapa de maduración del individuo humano ampliamente determinada por leyes fisiológicas y si bien es modificada sociológicamente, se encuentra supeditada básicamente a los procesos biológicos. En cambio la fase juvenil se ve determinada de manera decisiva y fundamental por factores sociales”. In: ALLEBECK K; ROSENMAYR, L. *Introducción a la sociología de la juventud*. Buenos Aires: Editorial Kapeluz, 1979, p. 137.

Não podemos afirmar que os estudos sociológicos mais recentes sobre juventude relegaram completamente esta iniciativa de abordagem associativa analítica com os condicionantes biológicos na compreensão da juventude. A juventude como um produto biológico só explica a fatia que compõe o processo de reprodução humana. E os jovens, reconhecidos também enquanto produto social adquire relevância como parte dos processos de reprodução sócio-cultural. O sociólogo Brito Lemus<sup>44</sup> orienta que a diferenciação biológica é útil para estabelecer sua diferenciação com a criança e o social, a diferenciação com o adulto. A diferenciação da mulher com a criança é dada no nível biológico, uma vez que, na maturação dos órgãos sexuais, o jovem é fisiologicamente ideal para a procriação. Isso fomenta, segundo o autor, a confusão entre a puberdade e adolescência/juventude. Sendo assim, a juventude é definida por dois processos: um biológico e um social, que deve diferenciar a sua restrição biológica, caso se estabeleça uma violação dessas concepções que fazem uma relação causa-efeito entre as alterações fisiológicas da puberdade e um comportamento social da juventude.

Os primeiros passos da consolidação de uma sociologia da juventude dão-se sob um duplo interesse: responder aos prognósticos comuns de rotulação da juventude como promotora *em si* das agitações e sentimentos de inabilidade institucional em compreender/lidar com esta situação, acrescentadas da busca pela inserção na agenda de pesquisa de um posicionamento conceitual-analítico menos hermético do que até então se tinha produzido. Entretanto, não podemos afirmar que a prerrogativa adultocêntrica, que se enraíza historicamente na configuração relacional de pais-filhos, novos-velhos, adultos-jovens, estava à beira de uma real contestação.

O adulto enquanto centro das orientações morais. O ponto de chegada, partindo da ideia da natureza incompleta do jovem. A vida cotidiana enunciando a ideia de responsabilidade juvenil, e seu desenvolvimento perfilado no referencial adulto, este como depositário da regulamentação da atuação do sujeito mais jovem. Pontuações centrais que Gaviria propõe para demonstrar a dificuldade em romper com esta hegemônica interpretação do mundo sob ótica da postura dos adultos-masculinos-ocidentais que operam em duas frentes: como um dispositivo de controle social que

---

<sup>44</sup> BRITO LEMUS, R. Hacia una sociología de la juventud. Algunos elementos para la deconstrucción de un nuevo paradigma de la juventud. *Última Década*, 1988. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19500909>. Acesso em: 01/05/2014.

estabelece as relações de domínio centro-periferia (maturidade-imaturidade), permitindo a ilusão de um modelo evolutivo de desenvolvimento psicológico dos sujeitos, onde os jovens aparecem como um sujeito incompleto, que “*esta siendo sin ser*”; e como uma moratória na qual o sujeito não responsabilizado e imersas no estágio de ócio privilegiado ou na condição de “sem futuro”. É o tempo de trazer à tona o controle, um tempo panóptico.<sup>45</sup>

Esta incompletude dos jovens repousa no postulado aristotélico da legitimação do controle e contenção de suas práticas e espaços de circulação, como forma de posicionamento no campo social e preparação para o ponto de chegada na maturidade. Uma ótima referência nesta linha de reflexão repousa nas ideias de Erik Erikson, cujo estudo<sup>46</sup> edifica a adolescência como um modo de vida intermediário entre a infância e a vida adulta. Baseando-se nas ramificações psicanalíticas das fases oral, anal e fálica, o psicólogo sustenta a ideia da adolescência ser balizada pelo impulso elementar do abandono da segurança da infância visando à segurança no mundo adulto. Dois processos caminham em paralelo: o adolescente edificando pontos de sustentação social, ao mesmo tempo em que a sociedade impõe-lhe um período justamente de preparo para o mundo adulto, preparo este alimentado pela moratória social. Podemos notar que esta visão centra sua atenção na juventude enquanto uma etapa do desenvolvimento do indivíduo, pilar na contribuição epistemológica de teorias psicossociais e educacionais de entendimento dos ciclos vitais. Jean Piaget, outro autor referencial neste sentido, crê no equilíbrio entre a assimilação às estruturas externas ao indivíduo e acomodação destas estruturas aos objetos externos, derivando a adaptação essencial à plena formação cognitiva deste indivíduo. Menos ortodoxo que o equilíbrio orgânico (automaticamente dinâmico) será o equilíbrio mental, passível de alcançar diferentes estágios de desenvolvimento. Alcançar a adolescência é atingir o período das operacionais formais, tornando este habilitado na formulação de esquemas conceituais abstratos e início da interpretação conceitual das coisas. A entrada efetiva no campo da reflexão espontânea, formação da personalidade e preparo para ingresso no mundo

---

<sup>45</sup> GAVIRIA, D. Aportes conceptuales de La sociologia de La juventud: las juventudes como campo de interes para las Ciencias Sociales. *Revista Universidad De San Buenaventura Ed: Universidad de San Buena Ventura*, v.11 fasc.22, p.145 - 162 , 2005.

<sup>46</sup> ERIKSON, E. *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

adulto: conquistas etárias (início aos 12 anos) justificando a existência desta fase intermediária chamada adolescência<sup>47</sup>.

As teorias apresentadas respaldam a exatidão de uma contundente crítica sob a tutela de uma visão menos adultocêntrica: ambos referem-se à juventude como um processo inacabado, uma pedra bruta que demanda polimento, negando a condição histórica deste sujeito e limitando-o de assumir suas responsabilidades do presente e interditando parcialmente o reconhecimento de sua personalidade singular. O jovem nesta perspectiva “não é” ele “está para ser”. Wyn e White esclarecem a natureza intrínseca da relação jovem-adulto em termos conceituais, já que existe o conceito idealizado e institucionalizado (exemplificado nos sistemas educacionais e políticas públicas) que trabalha justamente a ideia do ingresso na vida adulta. Ou seja, se o jovem é um estado incompleto para a chegada a vida adulta, ele é simultaneamente um “não adulto”, um *deficit* do estatuto de ser adulto<sup>48</sup>. Inegável é, portanto, o risco da categorização dos jovens à mercê de sua sujeição ao adulto. Os autores reforçam que também é elementar compreender até que ponto as concepções categóricas da juventude têm sido centrais para recusar aos jovens os seus direitos, através da criação de quadros no âmbito dos quais os adultos podem julgar alguns jovens como “normais” e outros carecendo de intervenção.

Confrontar criticamente o adultocentrismo é partir da renúncia às suas pretensões universais e legaliformes que ignoram as diferenciações sócio-históricas, homogeneizando a identidade juvenil independentemente do seu contexto cultural. O olhar pejorativo e disciplinador que sustenta esta concepção sistemática, linear, na qual se consolidam as primeiras imersões temáticas sobre a adolescência, progressivamente desqualifica-se ante a relativização do universo juvenil, pensado enquanto fenômeno social, heterogêneo, tornando mais aparente a natureza socialmente construída de juventude. Estes elementos de conduta e comportamento sustentam e justificam a ideia de controle social, guardando resquícios de uma ótica de desequilíbrio de poder normativo entre adultos e jovens e justificando a moratória social.

Existe então um forte vínculo entre juventude e o discurso da moratória social, uma vez que a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos

---

<sup>47</sup> PIAGET, J. - *Seis Estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. 153p.

<sup>48</sup> WYN, J; WHITE, R. *The Concept of youth* In: Rethinking Youth. London: Sage Publications, 1997.

processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, como assumir responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania, dentre outros<sup>49</sup>. Margulis e Urresti<sup>50</sup> falam de duas moratórias: a social e a vital. Entende-se por moratória social como um prazo permissivo aos jovens de gozar de pouca responsabilidade social enquanto completam sua instrução e alcançam sua maturidade social. Este intervalo sinaliza para a redução da pressão matrimonial e de procriação em prol da articulação juvenil em termos de estudos e fomentos culturais, discurso este vinculado com a concepção moderna de juventude, sendo proferido e adotado por setores sociais médios e altos. Os autores introduzem a ideia de moratória vital exatamente para preencher esta indagação da condição juvenil não sendo estendida para aqueles que não se circunscrevem pela moratória social. Oriunda da própria natureza do jovem, a moratória vital credencia os jovens com a disponibilidade temporal, fomentando a sensação de irrestritos caminhos e ilimitadas possibilidades de ação, impactando estruturalmente em sua experiência subjetiva, porém passíveis de serem direcionadas.

A reflexão dialética de ambas as moratórias nos subsidia na compreensão da apropriação sociológica tanto do reconhecimento da singularidade deste momento na vida do indivíduo como da intensa demanda investigativa das razões, motivações, anseios que modelavam as atitudes juvenis, inclusive partindo de referências como classe, gênero, espaços de convivência, socialização, etc. Para Krauskopf, o conceito de moratória foi estabelecido a partir de uma sequência de eventos regulados de uma homogeneidade no imaginário social, mais próxima da classe média. Instaura-se a ideia da moratória nas representações sociais como estratégia necessária no período de preparação dos jovens para a vida adulta<sup>51</sup>. Groppo reforça o modelo sociológico de moratória social como um dos principais nas análises da condição juvenil e rebeldia, assentando-se em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social, propensas a considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social<sup>52</sup>. Não podemos negar a relevância referencial deste modelo para

---

<sup>49</sup> NOVAES, R. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida*. São Paulo, out 2007.

<sup>50</sup> MARGULIS, M; URRESTI, M. *La construcción social de la condición juvenil*. In: HUMBERTO CUBIDES et al. (org.): *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Depto de Investigaciones Universidad Central, 1998.

<sup>51</sup> KRAUSKOPF, D. Comprensión de La juventud: El ocaso Del concepto de moratória psicosocial. *JOVENES, Revista de Estudios sobre Juventud Edición: ano 8, núm. 21 México, DF, jul-dez, 2004.*

<sup>52</sup> GROPPPO, L. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. *Ultima Década* N°33, Cidpa Valparaíso, dez, 2010, pp. 11-26.

compreender/identificar o dinamismo juvenil, quando pensamos nas possibilidades e resultados de sua ação social. O que nos interessa, contudo, é transparecer que alguns elementos desta moratória social já constavam nas pioneiras imersões sociológicas que vincularão os jovens com comportamentos de risco, transgressão e revolta, demandando exatamente um olhar acurado sobre a paradoxal máxima da identificação de limites à liberdade irrestrita e vinculação categórica. O crédito do tempo na chegada à maturidade pode ser associado com a exata preocupação da preparação educacional integradora dos jovens nos ditames morais do mundo adulto.

Já final do século XIX, havia a preocupação acadêmica com o vertiginoso crescimento dos atos delituosos que assolavam as cidades Européias e nos Estados Unidos, fenômeno diretamente relacionado pela distribuição desigual dos recursos essenciais para satisfazer as necessidades humanas, resultando a situação de conflito latente típica das situações de intenso crescimento urbano.<sup>53</sup> Neste período pesquisadores anglo-saxões desenvolviam a Sociologia do Desvio, que primeiramente surge como uma disciplina com a finalidade de conceituar alguns problemas sociais abordados pela criminologia, por tratados filosóficos e ensaios religiosos. Paralelamente, desperta o interesse no departamento de sociologia da Universidade de Chicago em investigar a temática do crime na sociedade norte-americana, abrindo novas perspectivas de pesquisa consolidadas, duas décadas depois, pela chamada Escola de Chicago. Neste contexto, o jovem passa efetivamente a ser enquadrado como "nova categoria" de pessoa, distinto, geralmente do sexo masculino, e uma ameaça potencial para a estabilidade da sociedade. Embora existisse a sensação de ameaça implícita e ameaça física, existia também um sentido em que os jovens foram vistos como símbolos da mudança de valores morais e culturais<sup>54</sup>.

Helena Abramo orienta que a tematização da juventude como problema social justifica-se historicamente em dois pontos:

---

<sup>53</sup> INDOVINA, F. *Geologia da Insegurança Urbana* in *Cidades: Comunidades e Territórios*, Vol. 2, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, Lisboa, 2001. O autor destaca que existe o risco de generalizar os atos criminosos como o simples resultado do crescimento das cidades. Esta associação não pode ser feita sob um prejuízo determinista. O foco deve ser nas consequências deste vertiginoso crescimento e a inviabilidade estrutural das cidades de acompanhar qualitativamente este inchaço populacional. Isto fica evidente com a falta de recursos econômicos, estrutura física, altos índices de desemprego, baixa qualificação profissional. E o ator central neste cenário são os imigrantes, forçados a instalar-se nas periferias e áreas degradadas.

<sup>54</sup> WYN; WHITE, 1997.

Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social — por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social —, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural<sup>55</sup>.

Escolas, organizações de assistência social e do sistema de justiça juvenil, por exemplo, eram detectadas como também responsáveis por estes jovens, em apoio à instituição familiar. O acompanhamento dos jovens para além dos limites familiares levou inevitavelmente à ideia da possibilidade de identificação de alguns destes como mergulhados numa situação "de risco". Este conceito tem um papel chave no posicionamento do jovem como um problema. Vale frisar que as variantes do discurso da situação de risco não partem da suposição de que todos os jovens são problemáticos, mas alguns indivíduos e grupos que não incorporam plenamente as normas sociais, fugindo dos padrões elementares de socialização. Vemos então a classificação da juventude como grupo etário e o reconhecimento de suas especificidades culturais como temas abraçados pela Sociologia, via surgimento de comportamentos “anormais” e “desviantes”, onde grupos juvenis eram classificados como contestadores, excêntricos e delinquentes<sup>56</sup>.

A maior referência sociológica nesta época e nesta linha temática partiu das inovadoras contribuições analíticas da Escola de Chicago. Fundada em 1892, esta escola viria a se destacar como um expoente nos estudos da sociologia urbana a partir da década de 1920<sup>57</sup>. Importante destacar que é errôneo crer que a Escola tenha adotado uma única corrente homogênea de pensamento. Entretanto, existem pontos que a unificam e paralelamente singularizam-na no âmbito da sociologia norte-americana, principalmente: exaustivas e freqüentes iniciativas de campo (maioria de cunho

---

<sup>55</sup> ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 5 e n. 6, p. 25 – 36, maio/dez. 1997, p. 29.

<sup>56</sup> ABRAMO, H. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.

<sup>57</sup> A década de 1920 nos Estados Unidos foi marcada por diversos acontecimentos relevantes, que direta e indiretamente impactavam no ambiente social juvenil. Em 1920 entre em vigor a 18ª emenda constitucional, aprovando-se assim o Ato Volstead (Ato de proibição nacional), popularmente conhecida como Lei Seca. Esta lei teve um profundo impacto social, principalmente porque fomentou o surgimento de grupos criminosos especializado no tráfico e comércio de bebidas alcoólicas. Também neste período o ritmo jazz angariava depts juvenis, que se espremiavam nos clubes de dança, convidados à expressar sua sensualidade e à busca de um prazer hedonista; a moda constituindo uma das formas mais visíveis da inquietação irreverência juvenis; o crescente consumo de tabaco e bebidas alcoólicas, esta principalmente como símbolo de libertação. Mais informações ver o ótimo trabalho: LOPES, A.M. Os jovens na era do jazz ou os belos malditos. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*. Lisboa, n.28, p. 201-210, 2013.

etnográficas) e foco temático na vida urbana<sup>58</sup>. Inspirando-se na corrente da teoria pragmática da ordem social, orientava-se pela concepção de controle social no sentido de auto-regulação e solução de problemas coletivos. Neste sentido, a Escola de Chicago tenta “esclarecer a natureza da cidade a partir de suas partes, ou seja, das normas e suas margens, com o objetivo de detectar o papel que desempenha o contexto sociocultural na formação da vida urbana.”<sup>59</sup>

Alguns autores da Escola se destacaram pelas abordagens que identificavam conclusivamente os quadros de anomia e desvio social atreladas com o comportamento juvenil. O sociólogo Frederic Thrasher<sup>60</sup>, após mapear e identificar cerca de 1.313 gangues com aproximadamente 25.000 membros na cidade de Chicago na década de 1920, conclui que boa parte da composição social destes grupos continha jovens em suas fileiras, principalmente naquelas de identificação étnica, como a *Palomilla* (México) e *Range's Colt's* (Irlanda). A questão subjacente às organizações juvenis (gangues ou bandos) é a noção de desvio, fruto de uma forte urbanização e de reduzidas oportunidades oferecidas pela industrialização somadas a desorganização familiar. Os imigrantes e grupos étnicos diferenciados foram os mais afetados neste processo, estando no cerne do surgimento de zonas de marginalidade nas cidades. O sociólogo Robert Park, um dos formuladores da ideia de *ecologia humana*<sup>61</sup>, interessa-se pela organização física, ocupações e cultura da vida urbana, direcionando a atenção também para os grupos formados por crianças e jovens. Este cenário urbano, segundo o autor, catalisa a quebra das identificações individuais fundamentadas nos vínculos de parentesco e de afinidades, em detrimento daquelas vinculadas com interesses profissionais, de grupos ou vocacional. As mudanças na estrutura e dinamismo das interações (menos primárias e agora mais secundárias) estariam afetando substancialmente a relações filiais. Brotavam-se mundos diferentes, pontos de vista diferentes e concomitantemente interesses diferentes. À inerência do choque entre pais e filhos e o ímpeto destes de se lançarem na delinquência se somavam enzimaticamente o

---

<sup>58</sup> COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.

<sup>59</sup> ISLAS, P.A. *Juventude e Contemporaneidade: desafios e perspectivas*. In: Org.[por] GUIMARÃES, C.T. M.; SOUZA, G. M.S; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia:UFG: Cãnone Editorial, 2009, p. 22.

<sup>60</sup> THRASHER, F (1927) *apud* HOWELL, J; MOORE, J. The changing boundaries of youth gangs. *See Huff*, 2002, pp. 2–18.

<sup>61</sup> Em síntese, a Ecologia Humana pode ser definida como o estudo da organização e das relações dos seres humanos em relação aos constrangimentos ambientais. A Ecologia Humana busca compreender os fatores bióticos em sua relação de influência na organização social e a distribuição espacial das comunidades humanas (LAWRENCE, 2003).

fato de interesses culturais diferentes se confrontarem neste cenário de intenso borbulhar imigrante<sup>62</sup>.

A.B. Hollingshead, membro do Grupo de Estudo e Desenvolvimento Humano da Universidade de Chicago e orientando do célebre etnolinguísta Robert Redfield, faz de seu trabalho de pós-doutorado intitulado “*Elmtown’s Youth*” (publicado em 1949) uma referência metodológica elementar nos estudos de caso sobre comportamento juvenil. Refutando os condicionantes biopsicológicos relacionados a idade juvenil (como a puberdade) influenciando diretamente o comportamento juvenil, ele vai expor sua predileção funcionalista ao reconhecer que este comportamento “depende exclusivamente da sociedade, e mais ainda da posição que o indivíduo ocupa dentro da estrutura social”<sup>63</sup>. Aliás, posição esta que sustenta a problemática central de sua pesquisa (comportamento condicionado pelas mutações fisiológicas ou experiências sociais). A conclusão do autor reconhece o comportamento dos adolescentes predominantemente relacionados às suas condições de classe nas fases principais do comportamento social (escola, igreja, emprego, recreação, grupo fechado, namoro, sexo), mas o papel da família é central no processo de inserção social, existindo assim “uma relação funcional entre a posição de classe da família de um adolescente e seu comportamento social dentro da comunidade”<sup>64</sup>. Suas formulações vão no sentido exato de diagnosticar os comportamentos desviantes (oriundos essencialmente dos jovens das classes menos favorecidas da cidade), na essência de se reorientar as instituições no interesse da otimização do alinhamento social.

Tanto Park (interacionismo simbólico) quanto Hollingshead (funcionalismo) são exemplos referenciais destas duas vertentes de pensamento que se destacaram na propulsão e sustentação teórica nos estudos sociológicos (possuindo inclusive vários adeptos na Escola de Chicago) voltados à compreensão e reforço do “casamento” semântico e conceitual entre juventude e transgressão, desvio.

Buscando um viés analítico menos holístico e dogmático no que concerne à influência da estrutura social orquestrando o comportamento dos indivíduos nela inseridos, a vertente do interacionismo simbólico adota o conceito de interação não

---

<sup>62</sup> PARK, R. *A cidade: sugestões para uma investigação do comportamento humano no meio urbano*. En: Velho, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

<sup>63</sup> HOLLINGSHEAD, A.B. A juventude numa pequena cidade norte-americana. In: BRITO, S. *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1968, p. 100.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 105.

como mera categoria, mas como peça central e fundadora de uma ordem social negociada<sup>65</sup>. Não há uma rejeição do impacto social da constituição do *self*, mas a iniciativa de agregar proposição e criatividade ao mesmo. Privilegia-se o campo da interação, reflexão da não negligência para com a dimensão psicológica dos autores. Sendo assim, a Sociologia do Desvio foi desenvolvida a partir das primeiras orientações interacionistas, que enxergavam a moralidade social como um produto social, definida pelas pessoas cujas reivindicações são baseadas em seus próprios interesses, valores e visão de mundo<sup>66</sup>. Se nos atentarmos ao fato das análises psicossociais de George Mead na Escola de Chicago na década de 1920 inaugurarem o ponto referencial das paralelas e posteriores teorias interacionistas do desvio<sup>67</sup>, melhor compreenderemos o papel decisivo do interacionismo inaugurando, na Escola de Chicago, uma sociologia voltada aos estudos de comportamento e interação juvenil. A contribuição chave nesta vertente sociológica é a disposição propositiva de uma sociologia da cotidianidade juvenil e das manifestações identitárias (*self/*outro generalizado) criadas e criadoras destas manifestações. Destacamos duas importantes possibilidades de abordagem: 1- interpretar as construções simbólicas (ou símbolos significativos) que permitem significado para o mundo convencional intersubjetivamente oferecido a jovens e aflorantes desconstruções e reconstruções das dinâmicas juvenis coletivas; 2- apreender os processos de identificação e integração dos jovens e sua anuição simbólica do imaginário sociocultural.

O ramo da análise funcional (funcionalismo), por sua vez, concebe a sociedade em sua totalidade, numa conjugação institucional de equilíbrio. A manutenção do sistema social associa-se com o profícuo desempenho das práticas sociais orientadas pela distribuição dos papéis (funções, atribuições) no interior da dinâmica social. Como postulado conceitual, a ideia de anomia<sup>68</sup> apresentada por Durkheim balizaria as

---

<sup>65</sup> SAMPAIO, S; SANTOS, G. O interacionismo simbólico como abordagem teórica aos fenômenos educativos. *Revista tempos e espaços em educação*. vol. 06. Jan-junho, 2011.

<sup>66</sup> JUNQUEIRA, F.C. Estigmatização e rotulação no contexto escolar: a construção social da violência. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*, Dossiê: Educação, políticas públicas e mudanças sociais, p. 17-38. jan./jun. 2010.

<sup>67</sup> LIMA, R, C, P. Sociologia do desvio e interacionismo. *Tempo soc.* [online]. v.13, n.1 p. 185-201, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12356>. Acessado em 21/11/2014.

<sup>68</sup> Sendo um conjunto de sentimentos, ideias, crenças e valores originados da organização individual e possuindo uma existência diferente e superior a cada um dos seus membros, a organização em sociedade visa cumprir duas funções: integração e regulação. O estado de anomia tem como sintomas o enfraquecimento da coesão social, debilitando a consciência e solidariedade coletiva. Para Durkheim, a densificação da sociedade (o autor nitidamente influencia-se pelo contexto das transformações econômicas e sociais na Europa pós-Revolução Industrial) e sua intensa divisão social do trabalho poderiam levar a uma situação de individualismo moral, potencializando a possibilidade de anomia social.

iniciativas posteriores de diagnósticos e análises funcionalistas do rompimento da harmonia social via comportamentos desviantes. Talcott Parsons, um dos principais expoentes da perspectiva funcionalista, pioneiramente detecta a existência de uma subcultura juvenil, ao mesmo tempo em que se limita a enquadrá-la como um fenômeno de disfunção no processo de socialização. Colabora assim decisivamente no impulso sociológico da vertente funcionalista norte-americana na produção de estudos e debates a respeito das ações coletivas da juventude, num arco amplo de interpretações, tanto na faceta da anomia como no da inovação e ajuste. Em *Youth in the context of American Society*<sup>69</sup>, Parsons afirma que o desenvolvimento de uma cultura juvenil específica está intimamente relacionado com o aumento na quebra do vínculo de dependência (emocional, de relação) do jovem com sua família, postergando sua entrada na vida matrimonial, paterna e vislumbres profissionais. Um dos exponenciais redutos (e reflexo) deste cenário seriam as *high schools*. Rejeitar a vida adulta seria um reflexo e um anseio deste jovem de vivenciar um momento distinto, lúdico de suas vidas. E este processo reflete-se (inerentemente atrelado à condição etária) também nos desvios e rebeldias.

O fato mais importante sobre a cultura jovem atual é a sua preocupação com o significado. (...) Isto representa um aumento no nível de observação da preocupação anterior com justiça social, mesmo pensando que o problema das relações raciais é, compreensivelmente, proeminente. Outro exemplo de destaque é a preocupação muito discutida em relação aos problemas de identidade. Isto é inteiramente natural e esperado à luz da anomia<sup>70</sup>.

Por fim, Brunet e Pizzi, ao analisar o enfoque funcionalista dos ciclos vitais<sup>71</sup>, pontuam que este possui duas características: tratamento da juventude como uma categoria social e delimitação desta categoria social a partir de critérios demográficos. Prevalece nas pesquisas funcionalistas, segundo os autores, a ideia do “muro paradigmático adultocrático”, com a juventude sendo conceituada como algo negativo e incompleto na plenitude do ingresso à vida adulta. Há então um empenho da sociologia

---

Neste sentido, as instituições possuem um papel central exatamente na manutenção do controle e coesão para manutenção da solidariedade. Ver DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>69</sup> PARSONS, T. Youth in the context of American society. *Daedalus*, vol. 196, n. 01, p. 97-123, 1962.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>71</sup> BRUNET, I; PIZZI, A. La delimitación sociológica de la juventud. *Ultima decada* N°38, Cidpa Valparaíso, p. 11 – 36, jul, 2013.

funcionalista em categorizar a juventude como um momento de transição no ciclo de vida, anexado a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. Os autores apontam ao menos quatro limitações metodológicas a estas orientações funcionalistas: 1- a delimitação do objeto de estudo a partir das suas idades se estabelece previamente a investigação, sem justificação sociológica; 2- insistem em uma suposta condição juvenil compartilhada por sujeitos da mesma idade; 3- imposições prévias de idades de referência ao investigador, durante a seleção da amostra a ser estudada; 4- abusam da condição de estudos generalistas.

As respostas para os enfoques analíticos adultocêntricos/adulto-normativos sobre os jovens brotarão municiados de uma artilharia pesada, cuja principal munição será o próprio *status* amplamente relativizante do conceito. Nas palavras de Angelina Peralva:

Os fundamentos da sociologia da juventude estão originalmente ligados a uma representação da ordem social, e do lugar dos grupos etários e de suas responsabilidades respectivas na preservação dessa ordem, na sua observância, na ruptura com relação a ela, ou na sua transformação<sup>72</sup>.

## 1.2 - Reflexões sobre o conceito de geração

A noção de geração é largamente utilizada no dia-a-dia para dar sentido às diferentes idades agrupadas socialmente situando indivíduos num determinado tempo histórico<sup>73</sup>. A atenção ao significado deste conceito também tem estado na agenda dos cientistas sociais, em especial quando se ambiciona clarificar compreensivamente a inserção social da juventude enquadrada numa segmentação/situação histórica, passível inclusive de comparações temporais. A Escola de Chicago, por intermédio principalmente dos estudos da sociologia de Park, esbarrava na observação geracional via iniciativas de percepção do impacto de instituições remodeladas no cenário urbano,

---

<sup>72</sup> PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. In. *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007, p. 20.

<sup>73</sup> PILCHER, J. Mannheim's sociology of generations: an undervalued legacy. *Bjs*. Vol 45. Set, 1994.

como igreja e escola, e remodeladoras nas relações (no sentido de tomada de consciência e reconhecimento) dos agrupamentos juvenis e suas consequentes implicações para as próximas gerações etárias. O conceito de geração possibilita diferenciar o que separa e o que une, no plano estrutural e simbólico, as crianças dos adultos, assim como as variações dinâmicas historicamente produzidas e elaboradas nas relações entre crianças e entre crianças e adultos. Em síntese, geração

É um constructo sociológico que procura dar conta das interações dinâmicas entre, no plano sincrónico, a geração-grupo de idade, isto é, as relações estruturais e simbólicas dos actores sociais de uma classe etária definida e, no plano diacrónico, a geração-grupo de um tempo histórico definido, isto é o modo como são continuamente reinvestida de estatutos e papéis sociais e desenvolvem práticas sociais diferenciadas os actores de uma determinada classe etária, em cada período histórico concreto<sup>74</sup>.

Ao se debruçarem nesta temática, os cientistas sociais têm procurado justamente lapidar imprecisões generalizantes sobre um termo que usualmente adquire múltiplas conotações e direcionamentos de expressão, exatamente pela sua característica polissêmica. Brota-se daí, em adendo, seus múltiplos significados analíticos, em coro à sua relevância na compreensão conceitual, inclusive sobre juventude. David Kertzer facilita-nos enxergar esta multiplicidade conceitual, destacando nos estudos sobre geração quatro direções de análise, muitas vezes entrelaçadas, inclusive intencionalmente:

1-) Geração como um princípio de parentesco: enraizada na tradição da antropologia social, é utilizada abrangendo um universo maior da relação de parentesco, para além da relação pais-filhos. Demógrafos se apropriam deste sentido do termo para desenvolver medidas de comprimento de geração e variações populacionais.

2-) Geração e estudos de coorte: utilização generalizada na abordagem sobre geração, o conceito de coorte refere-se à sucessão de pessoas que deslocam-se através dos estratos de idade, onde os jovens substituem os velhos numa sucessão ordenada. A sociologia e os estudos demográficos vêm se apropriando desta direção analítica. A noção de coorte tem sido pensada para além da noção de coorte a partir do nascimento,

---

<sup>74</sup> SARMENTO, M.J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.* [online]. vol.26, n.91, p. 361-378, maio/ago, 2005, p. 367. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>. Acesso em: 20/05/2014.

sendo aplicada para sucessões temporais (daí a utilização referencial de primeira, segunda e terceira geração).

3-) Geração como fase da vida: atrelada com expressões como “geração universitária”, “geração consumista”, dentre outras, esta perspectiva analisa o conflito entre pessoas de diferentes idades vivenciando iguais eventos, períodos ou situações.

4-) Geração como um período histórico: caracteriza-se por identificar pessoas que vivem em um período histórico particular. Neste sentido, esta vertente credita peso significativo de um momento histórico definindo e delineando configurações sociais, muitas vezes sem levar em conta a diferenciação entre adultos e jovens<sup>75</sup>.

A concepção de geração nasce em paralelo ao surgimento das primeiras empreitadas sociológicas na segunda metade do século XIX, uma vez que, como sugerem Feixa e Leccardi<sup>76</sup>, é possível diagnosticar uma concepção mecânica e exteriorizada do tempo das gerações internas ao positivismo de Augusto Comte. Este acreditava numa linearidade na sucessão geracional, onde as gerações antigas teriam a função de transmitir o legado de progresso para a geração subsequente. Progresso então é sinônimo de continuidade, organicamente fixada numa lógica seqüencial e positiva. Os autores destacam que Comte propunha uma “lei geral sobre o ritmo da história”<sup>77</sup> em suas reflexões sobre gerações, ritmo este calculável pela medição do tempo necessário para que uma geração fosse substituída por outra, tempo calculado naquele período abrangendo em torno de 30 anos.

Logo no começo do século XX, a preocupação do pensamento social com o conceito de geração definitivamente alça vôo pelas mãos de dois autores cujas bases filosóficas são peças ainda essenciais nas discussões recentes: o filósofo espanhol José Ortega e Gasset e o sociólogo húngaro Karl Mannheim (este considerado o fundador da abordagem moderna do tema gerações). Ortega e Gasset<sup>78</sup> irá se apropriar em demasia de elementos da historicidade para fundamentar sua abordagem, procurando quebrar a

---

<sup>75</sup> KERTZER, D. Generation as a sociological problem. *Annual Review of Sociology* 9:125-149, 1983.

<sup>76</sup> FEIXA, C; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Soc. estado*. Brasília, v. 25, n. 2, Ago, 2010.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>78</sup> ORTEGA Y GASSET, J. El método histórico de las generaciones, *En torno a Galileo, Obras completas*, Vol. 5, Madri: *Revista de Occidente*, pp. 11-71 [Man and crisis, Nova York: Allen & Unwin, 1970.

ideia da sucessão vital estar imersa numa linearidade homogênea. A geração constitui um modo integral de existência, onde pessoas que nascem num determinado período histórico e se contatam socialmente estão passíveis de compartilharem existências similares, o que não implica negar a existência da multiplicidade de modos humanos num mesmo período histórico. Pelo contrário. Toda geração tem uma dimensão no espaço, como numa nota diferente nesta melodia das gerações, e como vivemos numa época de multiplicidade dispersa e descontínua, fomentamos multiplicidades geracionais de modos de vida.

O início de uma geração não marca o fim de outra para Ortega y Gasset. É no seu entrelaçamento que mundos geracionais paralelos vão sendo criados, sendo muito difícil precisar uma linha divisória no processo de sucessão geracional. A história avança pela sua natureza não estática, novas tonalidades são inseridas como elementos desta incorporação de gerações por outras. A mudança geracional é a condição humana de alçar novas leituras sociais da realidade, novas meditações partindo daquelas já existentes. O filósofo ilustra esta questão com um jovem de 25 anos que, estando num mundo vigente dos homens maduros, irá vivenciar seu próprio tempo, seus problemas, suas dúvidas, distintas daquelas que sentiram estes homens que também vivenciaram seu próprio tempo, seus problemas, suas dúvidas. O filósofo foge assim do risco da operacionalização linear do enquadramento geracional, universalizando categorias de geração como se fossem operações matemáticas imutáveis. E cada tempo convive com formas geracionais simultâneas, sejam elas aos 20, 40 ou 60 anos, cada uma com sua própria visão do tempo presente, pois estariam “alojados en un mismo tiempo externo y cronológico, conviven tres tiempos vitales distintos. Esto es lo que suelo llamar el anacronismo esencial de la historia”<sup>79</sup>.

O sociólogo Karl Mannheim, cujo conceito de gerações é ainda hoje a referência mais retomada nos estudos desta temática<sup>80</sup> (lembrando que seu clássico “*O problema sociológico das gerações*” foi escrito em 1928) também contribui para reforçar o papel chave da juventude como os únicos agentes capazes de produzir uma nova visão de mundo organizada numa unidade ideológica particular.<sup>81</sup> Mesmo ciente da

---

<sup>79</sup> ORTEGA Y GASSET, 1970, p. 38.

<sup>80</sup> DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, S. Paulo, 14(1): 67-89, maio, 2002.

<sup>81</sup> ABOIM, S; VASCONCELOS, P. *From political to social generations: A critical reappraisal of Mannheim's classical approach.* Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association Annual Meeting, Caesar's Palace, Las Vegas, NV, ago. 2011.

complexidade de pontos de vista parciais envolvendo problemáticas sobre geração, Mannheim posta a sociologia num papel chave de esquematização conceitual. Primeiramente, o conceito *geração* enquanto um fenômeno social deve ser desvinculado de qualquer analogia com os conceitos de comunidade e associação, pois não podemos deterministicamente postular que a existência de vínculos entre pessoas imersas num contexto geracional derivem grupos concretos. Indivíduos que pertencem a uma mesma geração indubitavelmente possuirão, na dimensão histórica, uma situação comum. E a particularidade sociológica reside em trazer a análise da simples demarcação biológica da vida humana (conexão etária) para o campo da identificação de padrões de experiência e de pensamento. Este alerta facilita nossa compreensão na distinção daqueles que vivenciam uma contemporaneidade cronológica e daqueles que neste cenário produzem uma situação de geração comum.

Uma geração está posicionada de modo paralelo quando participa paralelamente de igual período do acontecer coletivo. Mas isso proporciona uma determinação puramente mecânica e externa do fenômeno da determinação de posição social. Se antes temos nos referido à estrutura das memórias, agora temos de assistir ao fenômeno da estratificação da experiência. O que constitui a posição comum na esfera social não é o fato de que o nascimento ocorre cronologicamente ao mesmo tempo (...) em que no mesmo período se pode participar dos mesmos sucessos, dos mesmos conteúdos vitais; mas sim, a possibilidade de fazê-lo a partir da mesma modalidade de estratificação de consciência (*tradução nossa*)<sup>82</sup>.

Contudo, um indivíduo pode localizar-se numa situação geracional sem necessariamente compô-la. Participar da geração enquanto realidade, neste sentido, traz consigo a demanda de efetiva participação no destino comum desta unidade pertencente a um contexto histórico e cultural específico. Ao alinhamento cronológico se adiciona o ingrediente da criação de laços entre os envolvidos, o que Mannheim denomina de *nexo adicional*. Particularidades objetivas dentro da realidade geracional, numa evidência de fortalecimento dos nexos entre os indivíduos, acabam por gerar as unidades de geração. Estas propulsadas pela identidade de reações, afinidade relacional nas experiências comuns e criação destas experiências. Coelho e Santana nos auxiliam com um exemplo classificatório bem nítido: analisando a “*geração de 68*” no Brasil e as enteléquias que compunham as unidades desta geração, eles nela identificam uma polarização: unidade

---

<sup>82</sup> MANNHEIM, K. El problema de las generaciones [tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera]. *REIS - Revista española de investigaciones sociológicas*, n. 62, p. 193- 242, abr/jun. 1993, p. 216.

geracional dos que participaram do movimento estudantil e daqueles que não participaram<sup>83</sup>.

O dinamismo geracional é fruto do dinamismo cultural que a fomenta. As gerações intercambiam experiências exatamente pela constante transmissão da herança cultural, ou seja, experiências passadas sendo incorporadas concretamente no presente, mas também imensamente passíveis de diferentes incorporações pelos indivíduos que compõem as situações de geração. Juliana Mendes<sup>84</sup> pontua que esta questão ajuda na compreensão da existência de múltiplas juventudes que podem ocupar o mesmo terreno numa determinada situação geracional. Também a absorção diferenciada, atrelada com as experiências estratificadas, possibilita unidades de geração juvenis. A autora destaca a condição de classe enquanto um elemento importante neste ponto, exemplificando as formas de vivência e apropriação diferenciadas de jovens menos favorecidos e em situação de risco impulsionando a formação de unidades de geração. Aliás, Mannheim, trabalhando com a problemática da função sociológica da juventude na sociedade em *O problema da juventude na sociedade moderna*<sup>85</sup>, reconhece os inúmeros significados de juventude casados com as especificidades de contextos sociais. Sugere que um problema sociológico elementar nos estudos de juventude consiste em não meramente aceitar o surgimento de novas gerações em função dos grupos de idade menor (ciclo cronológico), mas compreender como esta sociedade aproveita-se deste recurso latente da mocidade, dispondo de sua mobilização para garantir sua vitalidade.

Durante a década de 1960, a sociologia progressivamente rompe com a problemática dominada por temas da ordem e do desvio, rompimento este fortalecido pela ideia de geração, como originalmente formulada por Mannheim, em meio ao debate sobre engajamento político da juventude<sup>86</sup>. Neste período, a definição do que significa ser jovem é reconfigurada, suplantando uma definição meramente cronológica, ou baseada numa ideia de sucessão de fases regulares da vida, entrando em cena a concepção da juventude como um valor. Daí a associação recorrente entre juventude e

---

<sup>83</sup> COELHO, M.F; SANTANA, V. L. A geração 68 no Congresso Nacional: ideologia e comportamento legislativo. *Soc. estado.*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 285-307, ago, 2010.

<sup>84</sup> MENDES, J. T. *Juventude e geração: a relação entre presente, passado e futuro*. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2011.

<sup>85</sup> MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (org.). *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

<sup>86</sup> PERALVA, 2007.

processos de mudança. Tornar a juventude um valor menos como uma conseqüência histórica inevitável do que uma construção social geracional<sup>87</sup>.

A socióloga Alda Britto Motta destaca que o sociólogo israelense Samuel Eisenstadt também analisa os jovens e os movimentos juvenis, não em termos centrais de geração social, mas centrando-se em grupos etários e em graus etários, construindo “uma panorâmica de grupos jovens em suas formas básicas de organização e interação com as gerações”.<sup>88</sup> Eisenstadt, no clássico *De geração a geração*<sup>89</sup>, localiza na juventude, assim como Mannheim, a problemática da mudança social. Contudo, o faz encarando esta mudança como um empecilho a uma sucessão geracional integradora. Desembainhando seu aporte funcionalista, o sociólogo aponta que grupos de idade não existem ao acaso, submersos em particulares condições sociais. Os papéis sociais dos indivíduos sujeitos estão aos ditames culturais, modificando-se e adaptando-se de acordo com a plena adaptação das identificações coletivas nestas interações com outros graus etários, dinamizando, posteriormente, a integração social independente da orientação coletiva. Estes grupos etários se originariam exatamente desta tensão geracional. Eisenstadt enxerga com ressalvas a ausência de prescrições de papéis da juventude pelos adultos, sob o risco destes grupos juvenis acrescentarem aos seus canais de transformação e renovação social os ingredientes da rebelião e anormatividade, justificando a essencial relação entre gerações, constatável no fato de que a fácil “transmissão da herança social, várias tentativas de transformação e várias manifestações de descontinuidade, são em grande medida realizadas por seu intermédio, ainda que não em forma total”<sup>90</sup>.

A polissemia do conceito de geração conecta-se também com o perigo do direcionamento ideológico de tentar enquadrar comportamentos, valores, moral; um literal exórdio etário demarcativo, num cercado de situações identificáveis, melhor plausíveis de compreensão. Eligio Resta denuncia o caráter abusivamente problemático do conceito de geração, na passividade analítica de mergulho em decisões biografias, reconstrução esta que o presente impõe ao passado. E garante que em contextos de filosofias da história fortemente construídas sobre macro-variáveis, “a ideia de gerações

---

<sup>87</sup> MAIA, R. G. Juventude como valor: referencial teórico e método para uma definição a partir do cotidiano. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* vol. 2 Nº 4, dez, 2010.

<sup>88</sup> MOTTA, A. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. *Soc. estado.*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 225-250, ago. 2010, p. 231.

<sup>89</sup> EISENSTADT, S.N. *De geração em geração*, São Paulo: Perspectiva, 1976.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 305.

ou é episódica ou é completamente irrelevante”<sup>91</sup>. Persiste o intenso rigor condicionante de empreitadas analíticas que visam proficuamente abordar a temática de gerações, sob o crivo do risco de pareceres manipulados expressando opiniões gerais<sup>92</sup>. Primeiramente, análises comparativas entre gerações e sua heterogênea multiplicidade de atitudes acabam se arriscando em generalizações universalizantes. Mesmo metodologicamente rigorosa nos levantamentos (fontes) para comparação, esta tentativa analítica não se desvincula do perigo da inexactidão de rotulações que determinam a real natureza de uma geração. À sociologia cabe sempre fugir das proclamações de expressões de representação (artísticas, literárias, etc) de um período como expressões de todo o período. E é óbvio que a juventude não escapa desta advertência.

A rigor, será preciso medir cada geração consigo mesma, ou seja, segundo a extensão em que alcançou, assimilou e utilizou as possibilidades latentes de seu tempo (...). Uma juventude é marcada por seu tempo. Mas a série divergente e ambígua de possibilidades de seu tempo constitui-se mais em ambiente, adversidade, chance, estímulo para o desenvolvimento da geração jovem, que lhe está subordinada, do que em força motriz única ou mais urgente. (...) A maneira pela qual a juventude deseja explicar o seu tempo não pode ser deduzida desse tempo como tal<sup>93</sup>.

Segundo, mais produtivo, a classificação da geração no sentido de uma visão estrutural e dinâmica ou da especificação de grupos ou tipológica. Isto possibilitaria uma compreensão ampla e diferenciada da juventude, viabilizando inclusive a compreensão de gerações precedentes. O foco está na apresentação, em suas particularidades, dos protótipos, a massa principal, os grupos marginais, indicando suas influências recíprocas. Passível estará de prova se a agregação de características indicarem de fato a mentalidade ativa e resoluta do grupo enquadrado numa geração, enfraquecendo a ideia de “geração como um rebanho com certa tendência”<sup>94</sup>, e revelando sua diversidade de tendências que muitas vezes estão em oposição.

Inegável reconhecer o conceito de geração como uma categoria de apoio nos estudos sociológicos sobre a juventude, remetendo a coortes de nascimento somadas com uma produção cultural, social e histórica. Ao reforço deste papel cabe crucialmente também à sociologia. Se nos atentarmos ao termo em si, bastante usual é sua utilização

<sup>91</sup> RESTA, E. O tempo entre gerações. *Revista Eletrônica Unijui*. Juiz de Fora, 2003, p. 313.

<sup>92</sup> JAIDE, W. As ambigüidades do conceito de “geração”. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude II: para uma Sociologia Diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 19-20.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 26.

para literalmente demarcar períodos etários e padrões comportamentais de compostos juvenis alinhados cronologicamente. E quando fazemos esta menção no plural, provocativamente reforçamos o foco nas particularidades subjetivas de interpretar incontáveis “gerações” que compõem o que seria “a geração jovem” de determinada época. Quando nos deparamos, por exemplo, com uma afirmação como a proferida pelo Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, em agosto de 2012: “Vamos apoiar os jovens do nosso mundo para que eles se tornem adultos que criem gerações de líderes ainda mais produtivos e poderosos”<sup>95</sup>, podemos questionar: de qual geração ele está se referindo?

O debate recente sobre geração vem sendo enriquecido com conceitos que se entrecruzam, como faixa etária, *idade-set*, círculos etários<sup>96</sup>. O vocabulário sociológico, ao abrir espaço às noções de idade nos estudos de geração, não deve limitar-se em seu sentido genealógico. E não ser quantificável nem codificado, pois remete a indivíduos que compartilham as mesmas idéias, visões de mundo e experiências. Quando tratarmos de geração, devemos levar em conta três eixos indissociáveis:

- 1- O efeito idade: todas as oportunidades de idade fomentam perspectivas geracionais, dependendo do contexto em torno do indivíduo. Em diferentes idades da vida existem diferentes possibilidades. Neste caso, encontramos fundamento em não associarmos unicamente geração com juventude, mas reconhecer outros momentos, etapas de geração, como a velhice.
- 2- O efeito geração: consistem em todas as mudanças nos planos físico, mental e social vividas pelo indivíduo, desde o nascimento até a morte, estas afetadas num cenário de convivência coletiva.
- 3- O efeito do período: o contexto histórico influenciando gerações no presente<sup>97</sup>.

Em acréscimo, devemos considerar também outros elementos, tais como apontados por Kimi Tomizaki: a situação de classe, subsidiando melhor compreender a ideia de gerações num mesmo período histórico; e as relações familiares e de parentesco<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> Mensagem propositada ao Dia Internacional da Juventude. Fonte: *DN Globo*. Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=2714069&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2714069&page=-1). Acesso em: 12/05/2014.

<sup>96</sup> ATTIAS-BONFUT, C. *Sociologie des générations : L’empreinte du temps*, Paris: PUF, 1988, 249 p.

<sup>97</sup> *Ibidem*.

<sup>98</sup> TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, Jun. 2010.

Participar de uma geração é como preencher um formulário anônimo em conjunto com outros indivíduos. E esta inscrição se dá na ordem social e é imaterial e simbólico. As marcas se revelam pela experiência em comum e impregnam-se pela sua natureza simbólica. Destrinchar então analiticamente “geração” envolve, sobretudo, reinterpretações conceituais, daí que o dotamos muitas vezes de uma auréola de realidade objetiva. Já existem inclusive iniciativas propondo a substituição do conceito de geração no sentido clássico tal como inscritos nas reflexões aqui apresentadas. Ulrich Beck e Elizabeth Beck-Gernsheim<sup>99</sup> tratam da emergência de uma geração global, reflexo do processo de crescente hibridismo cultural e compartilhamento informacional, e orientada sob uma ótica cosmopolita. A juventude estaria vivenciando fenômenos sociais similares em diversos aspectos, incorporando assim identificações e demandas comuns, credenciando o termo “constelações geracionais cruzadas” como o mais apropriado para entender o fenômeno.

Por fim, existe uma designação classificatória bastante utilizada e reconhecida atualmente por pesquisadores de diversas áreas, que buscam enquadrar comportamento, estilo de vida, posicionamento político e principalmente perspectivas acerca do trabalho como variáveis de diferenciação entre as diferentes gerações posicionadas na sucessão cronológica. Concisamente pontuamos esta classificação, palco da atuação da juventude no século XX dividida em cinco gerações<sup>100</sup>: tradicionais (nascidos antes de 1950), cujos jovens eram orientados pelo senso prático, dedicados ao trabalho, respeito à autoridade, legitimação da liderança pela hierarquia e reconhecimento do sucesso fruto do sacrifício; Baby Boomers (nascidos entre 1951 e 1964): jovens centrados no trabalho que relativizam a autoridade, buscando liderança pelo consenso e precisam ser estimulados para o trabalho. Jovens que contestavam o consumo desenfreado e politicamente engajavam-se em utopias humanistas, pacifistas e naturalistas; Geração X (nascidos entre 1965 e 1977): juventude eclética quanto aos padrões de estilo, pouco apego às hierarquias, liderança como resultado da competência e esperam um ambiente de trabalho mais informal. São vistos como jovens mais engajados e críticos dentre seus próprios pares e que acreditavam nas manifestações políticas. Geração Y (nascidos entre 1978 e 1990): conduta individualista e que procuram dissociar vida profissional e pessoal, priorizado o prazer pessoal, tratando o trabalho não como o objetivo da vida.

---

<sup>99</sup>Apud FEIXA E LECCARDI, 2010.

<sup>100</sup>TAPSCOTT, D. *Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net*. Makron Books, São Paulo, 1999.

Incompreendidos socialmente, os jovens desta geração demonstram desilusão com instituições tradicionais da política, se sentindo representados mais por movimentos de interesses e direitos difusos. E por fim a Geração Z<sup>101</sup> (final do século XX): juventude adaptada com as tecnologias de informação e comunicação, conectados e multiatarefados, que valoriza o ecletismo de estilo, não rejeitam o consumo e politicamente são semelhantes à geração anterior.

### 1.3 - Culturas, subculturas juvenis e o marco analítico-conceitual

Nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 1969 aconteceu no vilarejo de Bethel, situado no condado de Sullivan – Estado de Nova Iorque, o Festival Woodstock, que bem simbolizou a singularidade daquela década efervescente. O ambiente despojado, contestador, sonoramente transgressor e comportamentalmente livre do festival marcam o desfecho cronológico de um período marcante no século XX, estando a juventude no cerne deste protagonismo: o ecôo hippie pacifista “*peace and love*” como refluxo às mazelas da desigualdade social, conflitos bélicos e segregação racial; a crítica ao consumismo e aos ditames da indústria massificada; pregação do amor livre; o protagonismo de Martin Luther King, Malcom X, Panteras Negras no Movimento dos Direitos Civis para os Negros dos EUA; a revolução sexual e o escancaramento da crítica ao machismo; as barricadas dos estudantes em Paris; a Revolução Cultural Chinesa em 1966; a explosão do *Rock and Roll*; o concretismo solapando os resquícios poéticos parnasianos; o Tropicalismo e a agitação dos movimentos de esquerda não obtemperando-se com as repressões do regime ditatorial. Algumas amostras das contestações políticas apontando para projetos de uma nova sociedade, carimbando assim a década das revoltas<sup>102</sup> e da busca da destruição dos padrões tradicionais de relacionamento entre pessoas e comportamento dentro da sociedade existente, pela promoção de uma legítima revolução cultural<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> A letra Z refere-se ao termo “Zapping” que é uma expressão da língua inglesa que significa algo como “mudar de canal”, uma alusão ao indivíduo inquieto, frenético, sintonizado em vários canais de comunicação simultaneamente.

<sup>102</sup> FRIDMAN, L.C. O rock dos anos 60 e as utopias privatizadas da contemporaneidade. *Lugar Comun*, nº 35-36, pp. 211-229, s/d.

<sup>103</sup> HOBBSAWM, E. J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 482p

Neste cenário, a juventude enquanto objeto analítico da sociologia atravessa um período de intensa ressignificação. A persistência da ótica conservadora repousada na argumentação da dificuldade dos jovens em adequar-se aos padrões e normas sociais procurava exatamente justificar a existência do comportamento juvenil desviante e a criação de grupos de identificação subalternos, tratados abaixo da limiaridade funcional do que se esperava de uma alinhada reprodução cultural.

In American sociology in the 1950s—a very conservative time in academic research—research on youth gangs and deviance indirectly showed the effects of class. It was argued that youth who cannot achieve according to social norms, who cannot do well in school or find good jobs, create subcultures. These in turn have their own roles and norms which these youth can fulfill. The idea was that youth who do badly at school create their own little societies, in which they can achieve status by smoking, being tough or engaging in petty crime. This actually extends beyond youth<sup>104</sup>.

Se nos atentarmos no prefixo de origem latina “*sub*”, veremos que seu significado, conectado gramaticalmente com a palavra “*cultura*”, pode ser associado a algo situado numa posição inferior, abaixo de algo. Transferindo esta discussão para a identificação das subculturas juvenis, originar-se-ia na Escola de Chicago sem, contudo, escapar do viés de rotulação segregativo imputado ao jovem e suas práticas sociais. A subcultura juvenil, em seu nascimento analítico, tem como sobrenome a delinquência, embora houvesse (em menor tamanho) nesta Escola uma linha de investigação de buscava ir além deste olhar restritivo<sup>105</sup>. Um prelúdio das teorizações sobre juventude que sobrelevam um empenho de apreensão de uma vivência cultural juvenil, que parece entrecortada pela ambivalência e pelo caráter instável de sua interpretação. As duas palavras no plural: apreendemos a heterogeneidade cultural da juventude considerando o termo *culturas* e *subculturas* juvenis.

---

<sup>104</sup> “Na sociologia americana na década de 1950, um tempo muito conservador na investigação sobre gangues de jovens e desvio mostrou indiretamente os efeitos de classe. Argumentou-se que os jovens que não podem alcançar de acordo com as normas sociais, que não podem ser bem sucedidos na escola ou encontrar bons empregos, criam subculturas. Estes, por sua vez, têm seus próprios papéis e normas que estes jovens podem cumprir. A ideia era que os jovens que não tem com rendimento na escola criam suas próprias “pequenas” sociedades, em que eles podem alcançar o status para poderem fumar, mostrar resistência ou praticarem pequenos delitos. Isto, na verdade, se estende para além da juventude”. In: O’CONNOR, A. The sociology of youth subcultures. *Peace Review*. 16:4. dez. 2004, p. 409.

<sup>105</sup> MARTIN CRIADO, E. *Producir la juventud: crítica de la sociología de la juventud*. Madrid: Ediciones AKAL, 1998, 381 p.

A socióloga canadense Sarah Thornton<sup>106</sup> explica que a noção de subcultura reforça a ideia de diversidade cultural, explicitando a diferenciação interna da sociedade. A autora levanta o problema da forma como se estabelece a relação entre as diferentes subculturas e a sociedade/cultura na qual estão inseridas. O rebaixamento ancorado no desvio, que repousa uma visão limitada de subcultura, deve ceder espaço para uma interpretação relativizada e interessada nos problemas, interesses, práticas destes grupos subculturais, elementos estes significando as distinções entre si e colaborando na quebra de seu rebaixamento imposto por um olhar analítico vertical no esteio da relação com a cultura geral<sup>107</sup>. Já quando falamos de *cultura juvenil*, José Machado Pais orienta que podemos entendê-la como “o sistema de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais”<sup>108</sup>, explicitando a nítida diferenciação terminológica quando tratamos o conceito no plural, precisamente pela quebra nesta relação atributiva de valores dominantes. O sociólogo português nos subsidia a entender este conceito assim proposto: as *culturas juvenis* constituem as experiências dos jovens expressadas coletivamente mediante a construção de estilos de vida, estilos estes que se situam nos interstícios da vida institucional ou no tempo livre destes jovens. Os jovens se desvinculam em parte do domínio da esfera adulta, expressas principalmente nos estilos juvenis espetaculares, impactantes, em sintonia com os processos de mudança social ocorridos nos países Ocidentais após a II Guerra Mundial. Na aparência da confusão (e similaridade) conceitual que se pode ter no contraste de ambos os conceitos, aceitamos tomar as *culturas juvenis* para sublinhar de forma geral a existência de inúmeras formas de viver a juventude<sup>109</sup>.

Os estudos culturais desafiarão as ideias de composição jovem-vítima<sup>110</sup> e jovem-delinquente em voga na sociologia da juventude. Nesta década tão agitada como a de 1960, brota-se uma intensa inquietação acadêmica a respeito da natureza juvenil, voltada a reconhecer sua heterogeneidade. Enaltecem-se a diversidade das situações

---

<sup>106</sup> Sarah Thornton é considerada uma das maiores representantes da vertente pós-subculturalista, tendo se destacado nos estudos sobre a *Cultura Club*, tendo como aporte teórico a noção de capital cultural de Bourdieu.

<sup>107</sup> THORNTON, S. *Club Cultures, Music, media and subcultural capital*. Connecticut: Wesleyan University Press, 1996.

<sup>108</sup> PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Sociológica*, v. 25, n. 105-106, 1990, p. 163.

<sup>109</sup> PAIS, J. M. *Culturas Juvenis* 2º Ed. Casa da Moeda. Lisboa, 2003.

<sup>110</sup> Submetidos aos ditames da perspectiva adultocêntrica de carência de restrições morais e imaturidade sócio-psicológica de pleno convívio social.

existenciais vividas pelos indivíduos neste período e novas variáveis (religião, raça, escolaridade, renda, gênero) de diferenciação são trazidas à tona, na pontuação desta diversidade frente a iguais ou diferentes ambientes e períodos<sup>111</sup>. A acidez e solidez da crítica culturalista finca-se em duas observações: 1- se os jovens mergulham num contexto de diversidade cultural, também participam diretamente do cenário da desigualdade sócio-econômica, que afeta a forma como vivenciam essa juventude; 2- os jovens não apenas transitam para a vida adulta: eles fomentam particularidades, experiências inovadoras, confrontando uma realidade adultocentricamente imposta<sup>112</sup>. Se o funcionalismo pioneiramente introduziria o termo cultura juvenil em 1956 através de Albert Cohen em *Delinquent Boys: the culture of the gang*<sup>113</sup>, de aporte freudiano (gêneses das reações) para explicar o comportamento juvenil desviante, logo este termo seria apropriado referencialmente pela Escola de Birmingham.

O Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CCCS), ligado ao English Department da Universidade de Birmingham, foi fundado em 1963 pelo professor Richard Hoggart. Um dos propósitos centrais da Escola de Birmingham consistia em radicalmente reformular o debate a respeito da cultura juvenil. Naquele período, rotineiramente recaía sobre os jovens qualificações (principalmente pela imprensa e profissionais do marketing) encaixando-os como uma massa indiferenciada com gostos e experiências afins, que freneticamente orientavam-se para o consumo e a busca insaciável do prazer<sup>114</sup>. Ruud Abma afirma que os estudos do CCCS se pautavam em duas linhas de pensamento: a mais tradicional delas (apoiada na perspectiva psicológica) nutria interesse pelo caminho trilhado pela juventude rumo à vida adulta, realçando a maturação sexual e como absorviam os ditames de plenamente integrar-se ao universo da maturidade plena, seja através do emprego ou do matrimônio<sup>115</sup>. A sociologia se encarrega de embasar a segunda linha, esta interessada na juventude e sua função social. Observando atentamente os movimentos juvenis, estes estudos focavam-se nos valores, crenças, regras como variáveis analíticas para melhor entender a

---

<sup>111</sup> SPOSITO, M.P. Apontamentos para a discussão sobre a condição juvenil no Brasil. *Rio TVE Brasil* [periódico na Internet]. 2004 jun. [citado 2006 abr. 23]. Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2004/em/tetxt1.htm>.

<sup>112</sup> KRAUSKOPF, 2004.

<sup>113</sup> BLACKMAN, S. Youth Subcultural Theory: A Critical Engagement with the Concept, Its Origins and Politics, from the Chicago School to Postmodernism, *Journal of Youth Studies* 8(1): 1-20, 2005.

<sup>114</sup> FILHO, J. F. Das subculturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *Contemporânea. Revista de Comunicação e Cultura*, 2005.

<sup>115</sup> ABMA, R. Working-class heroes : a review of the youth subculture theory of the Centre for contemporary cultural studies. *Adolescence, careers, and cultures*, n. 99, 1991.

estabilidade e mudança social. A vertente marxista britânica (embasada na teoria da hegemonia gramsciana e heranças da Escola de Frankfurt) se destaca pelo peso analítico nos estudos relacionando cultura trabalhadora e cultura de massas, crescimento econômico e vínculo juventude-consumo<sup>116</sup>.

O sociólogo Paul Willis, um dos expoentes do CCCS, em sua obra *Learning Labour – Aprendendo a ser trabalhador*<sup>117</sup> desenvolve uma pesquisa de cunho etnográfico com jovens trabalhadores frequentadores de uma escola em uma cidade industrial, trocando em miúdos as condições de trabalho destes jovens trabalhadores. A relação entre educação e trabalho era seu principal foco, uma vez que ele possuía interesse na compreensão da identidade cultural dos jovens, cujas poucas vitórias na carreira escolar (pela interferência laboral) tinham relação direta com o desenvolvimento de experiências singulares próprias de sua condição juvenil. O autor pontua sua crítica à reprodução cultural imposta pelo capitalismo e diagnostica no desprezo pelas instituições escolares e inserção em grupos de afinidade uma resposta juvenil a estas condições repressivas. Dick Hebdige, em “*Subculture: the meaning of style*”<sup>118</sup> nos fornece uma clara tradução desta nova interpretação das culturas juvenis, postando os grupos subculturais<sup>119</sup> como um retrato nítido das afirmações identitárias (estética e postura), cujas formas simbólicas de *resistências* comuns manifestadas socialmente são enxergadas com extrema preocupação pelas classes dominantes. Os *estilos* subculturais resultam da invenção consciente de traços que transmitem/subvertem os padrões culturais ditados pela indústria cultural. Ou seja, subculturas em sua essência são respostas particulares a um conjunto de situações sociais hegemonicamente pré-fixadas, sendo a ideologia, identidade, perfil de resistência social e estética características importantes em sua identificação.

Subcultures represent ‘noise’ (as opposed to sound): interference in the orderly sequence which leads from real events and phenomena to their representation in the media. We should therefore not underestimate the signifying power of the spectacular subculture not only as a metaphor for

<sup>116</sup> McGUIGAN, J. *Cultural Politics*. Volume 2 Issue 2, p. 137-158, Berg, 2006.

<sup>117</sup> WILLIS, P. *Learning to labour: How working class kids get working-class jobs*. Farnborough, Hants: Saxon House, Teakfield Ltd, 1991.

<sup>118</sup> HEBDIGE, D. *Subculture: the meaning of style*. New York: Routledge, 1979. O texto integral pode ser acessado em: <http://www.isns.uw.edu.pl/ogloszenia/Hebdige-subculture.pdf>

<sup>119</sup> Grupos como Hipsters, Beats, Teddy Boys, Punks dentre outros são casos analisados pelo autor logo na primeira parte do livro.

potential anarchy 'out there' but as an actual mechanism of semantic disorder: a kind of temporary blockage in the system of representation<sup>120</sup>.

O autor destaca o ímpeto do mercado em se apropriar de elementos culturais chave produzidos por grupos subculturais, numa contra-ofensiva de cooptação e contenção, transformando símbolos de subversão e contestação em produtos passíveis de consumo. O risco de descaracterização do estilo destes grupos recai na íntima relação entre sua desconfiguração ideológica e sua conseqüente extinção.

O CCCS carimba decisivamente o passaporte dos estudos culturais rumo ao distanciamento do nexos predominantemente funcional entre jovem e disfunção. Acrescentam então ingredientes teóricos inovadores que energizariam a sociologia da cultura jovem por décadas. O norte-americano Ben Agger sintetiza bem este papel dos estudiosos desta escola, afirmando que dois temas efetivam-se na pauta. Primeiro, a cultura deixa de ser tratada como uma entidade monolítica ou homogênea, manifestando-se de maneira diferenciada em qualquer formação social ou época histórica. Segundo, cultura significa intervenção ativa (expressas especialmente no discurso e na representação), não sendo resumida à sabedoria recebida ou experiência passiva. A perspectiva dos estudos culturais britânicos lhe credencia a relacionar a produção, recepção e distribuição cultural à prática econômica, estas fortemente relacionadas à constituição do sentido cultural<sup>121</sup>.

Neste mesmo período, havia o empenho na compreensão de manifestações juvenis (principalmente na Europa e nos EUA) que, diferentemente da afirmação pelos grupos subculturais de seus valores, estilos, crenças particulares *inseridos* na esfera da cultura geral, situavam-se em radical desacordo e intensa rejeição da cultura dominante. *Contracultura* foi o termo utilizado pelo historiador Theodore Roszak<sup>122</sup> para definir esta movimentação social. Indivíduos desiludidos com o *establishment* ansiavam por

---

<sup>120</sup> “Subculturas representam "ruído" (em oposição ao som): interferência na seqüência ordenada que conduz a partir de fatos reais e fenômenos a sua representação na mídia. Não devemos, portanto, subestimar o poder do significado da subcultura, não só como uma metáfora para o potencial de anarquia "lá fora", mas como um mecanismo real de desordem semântica: uma espécie de bloqueio temporário no sistema de representação” (*tradução nossa*). In: HEBDIGE, op.cit, pg. 90.

<sup>121</sup> AGGER, B. *Cultural Studies as Critical Theory*. London/Washington DC: The Falmer Press, 1992.

<sup>122</sup> ROSZAK, T. *Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

uma nova sociedade, onde criticavam a lógica tecnocrata capitalista<sup>123</sup> e o modelo de sociedade competitiva. Traziam à tona o desconforto da dissintonia social, onde os acordos das vontades juvenis desajustavam-se com o desejável cultural normativo: “eu vi os expoentes de minha geração destruídos pela loucura, morrendo de fome, histéricos, nus, arrastando-se pelas ruas do bairro negro de madrugada em busca de uma dose violenta de qualquer coisa”<sup>124</sup>. Aos olhos do poeta Allen Ginsberg tem-se o retrato da comoção *beatnik* em gritar a ode ao escape, o apreço à espiritualidade, a apologia à carência e demanda pela liberdade.

Transformar a sociedade perpassava um reposicionamento comportamental, sendo as artes, a música e literatura importantes campos de divulgação e afirmação destes ideais de contestação. Em grande medida, os jovens condenavam a passividade dos adultos na aceitação dos ditames do sistema, não desenvolvendo o confronto de ideias e controle da autoridade pública<sup>125</sup>. Panoramicamente os jovens da Europa Ocidental movimentavam-se na corrente contracultural abraçados à bandeira do marxismo, enquanto os norte-americanos centravam fogo principalmente na imposição cultural do projeto tecnocrático. Vale ressaltar que não podemos restringir as movimentações contraculturais como exclusividade da categoria juventude. Todavia, se em todo mundo existiam naquele período aqueles inconformados com o mundo em que viviam, oriundos de diversos segmentos sociais, nenhuma contestação fora tão extraordinária quanto a realizada pelos jovens<sup>126</sup>.

Em relação aos estudos sobre juventude na América Latina (inclusive o Brasil) nos anos 1950 até 1970, o interesse dos estudiosos centrava-se na compreensão dos impactos do processo de urbanização e conseqüente difusão de novos hábitos por parte dos jovens<sup>127</sup>. É o que diagnostica Helena Abramo, sugerindo a existência do vínculo da ideia de modernização com projetos de mudança, esta que posicionava o jovem como

---

<sup>123</sup>Tecnocracia diz respeito “àquela forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional. É o ideal que geralmente as pessoas têm em mente quando falam de modernização, atualização, racionalização, planejamento” (ROSZAK, 1972, pg. 19).

<sup>124</sup> Uma insigne análise desta contribuição contracultural de Allen Ginsberg presente na edição 152 da Revista Cult. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/11/o-uivo-vivo-de-allen-ginsberg/>. Último acesso em: 20/05/2014.

<sup>125</sup> ROSZAK, 1972.

<sup>126</sup> PAES, M. H. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 4ªed. São Paulo: Ática, 1997.

<sup>127</sup>No Brasil, os primeiros estudos Sociológicos sobre Juventude elaborados por Marialice Foracchi (1972) e Octávio Ianni (1968) voltariam sua atenção para os setores juvenis nas camadas médias urbanas, a juventude universitária e seu envolvimento com o movimento estudantil.

elemento central<sup>128</sup>. A figura do jovem em questão é do estudante que ascende socialmente pela escolarização, que ocupa novos espaços profissionais pela qualificação técnica e científica e que participa das mobilizações políticas estudantis em contestação ao Estado repressivo. Dayrell e Reis explicam que se a imagem da juventude na década de 1960 era do jovem de classe média e do movimento estudantil, a partir dos anos 1990, “implica incorporar os jovens das camadas populares e a diversidade dos estilos e expressões culturais existentes, protagonizada pelos punks, darks, roqueiros, clubers, rappers, funkeiros, etc”<sup>129</sup>.

As diversas críticas direcionadas aos estudos do CCCS acabaram por enfraquecê-la no ambiente acadêmico dos estudos culturais, críticas como a escassez metodológica dos estudos de caso (poucas contribuições empíricas), a resistência vista sob uma ótica idealizada, o pouco diálogo estabelecido entre subcultura e contracultura e a pouca menção aos sujeitos femininos. É o que explica a antropóloga britânica Angela McRobbie<sup>130</sup>, destacando que uma nova onda de investigação da cultura jovem vem ganhando fôlego nas últimas décadas, os chamados estudos pós-subculturais. Em contraste direto com as culturas juvenis baseadas no conflito de classes e lutas contra-hegemônicas identificadas e sustentadas nas análises desenvolvidas pelo CCCS, os estudos contemporâneos sobre juventude consideram os jovens, imersos no capitalismo tardio, mais fugazes e organizados em torno de estilo de vida individual e orientados pelo consumo<sup>131</sup>. As subculturas, neste sentido, não facilmente se encaixam num padrão de estilo estático, condicionando seu ecletismo como reflexo de sua natureza difusa. Os pós-subculturalistas almejam aprimorar a habilidade em lidar analiticamente com os rótulos que iluminam algumas áreas específicas da juventude global, como consumismo, corporalidade, *performance*, concomitante a aceitação da fluidez e hibridação presentes nas culturas juvenis contemporâneas<sup>132</sup>.

---

<sup>128</sup> ABRAMO, 1994.

<sup>129</sup> DAYRELL, J; REIS, J. *Juventude e Escola: reflexões sobre o ensino de sociologia no Ensino Médio*. Maceió: Edufal, 2007, p. 71.

<sup>130</sup> McROBBIE, A. *Postmodernism and popular culture*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

O livro pode ser acessado em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.468.308&rep=rep1&type=pdf>.

<sup>131</sup> BENNET, A. *Punk's not dead: the continuing significance of punk rock for an older generation of fans*. London: BSA Publications Ltda, 2006.

<sup>132</sup> FEIXA, C. NILAN, P. Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais. *Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho*. Edição Online. Nº 31, 2009. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6818>. Último acesso em: 20/05/2014.

Esta mutabilidade constante das culturas juvenis pode ser um sintoma da não rigidez das afiliações identitárias e trânsito individual intenso entre estilos, gostos, hábitos que acabam por libertar o jovem de prescrições institucionais de adaptação. Quando Maffesoli recorre à metáfora “tribos” no auxílio à compreensão das numerosas experiências sociais juvenis, reconhece a complexidade destas identificações (partilhadas) de valores, lugares e ideias circunscritos numa delimitação cultural sutil e transitável. O autor articula um contraponto entre os conceitos de “*sociabilidade*” e “*socialidade*” reforçando as características contemporâneas das experiências dos sujeitos. Sociabilidade são relações orquestradas, formalizadas, alinhadas nas expectativas institucionais da modernidade. Em oposição, as práticas cotidianas que refletem a multiplicidade das experiências coletivas cotidianas, a negação das restrições performativas e de controle, a não rigidez nos posicionamentos políticos, a espontaneidade e a ode ao presente que caracterizam as relações de socialidade. A tribo é o carimbo desta socialidade na qual se fortalecem laços de afinidade e se afrouxam laços de identificação dogmática e restrita, numa miscelânea juvenil de integrar-se a vários grupos, de assumir vários papéis, em declarar a necessidade do outro. Para Maffesoli, é uma característica típica da juventude nas últimas duas décadas pertencer a tribos, jovens que se solidarizam na empatia coletiva, demonstram através da comum afinidade que precisam desta convivência, tendo extrema importância o sentimento de pertencer a um grupo, a um lugar, como fundamento eficaz de toda vida social<sup>133</sup>.

José Machado Pais se apóia nesta ideia ao considerar que as vivências juvenis que marcam os anos 1990 e 2000 assinalam um denominador comum, consubstanciado pela necessidade de formação destas tribos, bandos, grupos<sup>134</sup>. Os jovens não apenas estão sujeitos a se identificar com diversos estilos (impulsionados pela dinâmica de interação entre os mesmos), como frequentemente constroem estilos próprios. A juventude mergulha nas tentações do presente, do fazer acontecer imediatamente, vivenciando a intensidade do momento e o gozo de estar junto, reivindica em conjunto a segurança dos grupos de afinidade, construída no compartilhamento de emoções, afetos, sentimentos. Seja na vida social ou nas reflexões das ciências sociais, a incorporação metafórica de tribos juvenis e “cenas juvenis”<sup>135</sup> prestam importante assistência

---

<sup>133</sup> MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.

<sup>134</sup> PAIS, 2003.

<sup>135</sup> Os estudiosos das culturas juvenis se apropriam do termo “cenas” visando analisar ambientes de criação e consumo cultural. Estes ambientes da vida cotidiana seriam ferventes locais de sociabilidade, elaboração de pontos de vista e sinergia/compartilhamento de experiências sejam elas musicais, poéticas,

classificatória com relação a punks, emos, headbangers, etc, privilegiando-se o eixo analítico da forma, dada uma encenação imaginética e/ou performática marcante nestes grupos.

Em torno desta discussão sobre as particularidades produzidas pelas culturas juvenis, não poderíamos encerrar este tópico sem apresentar algumas contribuições indispensáveis do sociólogo francês François Dubet em sua obra “*La Galère: jeunes en survie*”<sup>136</sup>. Para estabelecer um tratamento analítico sobre a noção de juventude, para Dubet é fundamental reconhecer que a moderna condição do jovem encerra uma tensão intrínseca. Neste sentido, a experiência desta fase da vida é construída em torno da formação moderna de um mundo juvenil relativamente autônomo e, ao mesmo tempo, como momento de distribuição dos indivíduos na estrutura social. É importante investigar como as experiências vividas pelos indivíduos durante a juventude exercem influência para a determinação de seu destino, tomando este período como o momento estratégico da distribuição das posições sociais em sociedades modernas.

Le jeunesse apparaît comme le moment de la vie où s'exacerbent et se confrontent les deux faces du libéralisme des sociétés modernes : le libéralisme de la compétition et du marché mobilisant « l'égoïsme » et les capacités stratégiques, le libéralisme d'une culture individualiste invitant chacun à construire sa personnalité et son authenticité<sup>137</sup>.

Realizado em diversas cidades francesas, a pesquisa centra-se na conduta dos jovens das periferias, estes filhos das transformações da sociedade industrial e deslocados no eixo de socialização família e trabalho. Outrora, o trabalho potencializou a estruturação de um universo de identificação societária, catalisando sentimentos de pertencimento comunitário e vivência intermitente das lutas operárias. Uma vivência juvenil que se vê deslocando deste cenário tacitamente sólido ante os acordos normativos para outro muito diferente, desarticulado.

---

etc. Sugerimos a leitura do artigo “Tastefully renovating subcultural theory: making space for a new model”, escrito pelo canadense Geoff Stahl (2004), que trata da atmosfera construída pela cena do rock *underground*.

<sup>136</sup> DUBET, F. *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987, 503 p.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 30. “A juventude aparece como o momento da vida onde se exacerbam e se confrontam as duas faces do liberalismo das sociedades modernas: o liberalismo da competição e de mercado mobilizando “o egoísmo” e as capacidades estratégicas, e o liberalismo de uma cultura individualista convidando cada um a construir sua personalidade e sua autenticidade” (tradução nossa).

Um novo contexto, conturbado, tipificado nos palcos das periferias urbanas, assoladas por problemas sociais diversos, como desemprego, fome, desconfiança étnica. A experiência de vida dos jovens que constituem a *galère* substancia o contexto conturbado dos processos sociais, prevalecendo à lógica competição/conflito no ensejo de experiências individualistas, fragmentadas. Brilhantemente Dubet estereotipa o perfil do jovem francês da periferia: é o produto perfeito gerado por este cenário de transformação social, ou seja, um jovem desempregado, imigrante, geralmente usuário de drogas, instável emocionalmente e ludicamente atrelado às diversões etílicas. O jovem resultado da negligência adulta. O membro da galera.

A *galère* simboliza toda a trajetória de experiência juvenil na contramão dos consensos sociais de padrões de sociabilidade normativa. E há o reconhecimento subjetivo identitário do termo, em forma de gíria, onde ser da *galère* é pertencer a um mundo sem direção imposta, orientações padronizadas e perspectivas profissionais de longo alcance. A liberdade do jovem nesta categoria social recai em, pelo processo de exclusão involuntária, fazer brotar a exclusão voluntária pela não adaptação.

O conglomerado de práticas de incivilidade tão comuns a eles, como roubos, brigas e tráfico de drogas não recebem por estes jovens um tratamento digressivo desviante, justamente pelo que Dubet reconhece estar repousado na ausência da consciência de classe amarrada na diluição dos laços sociais nos bairros operários. O sociólogo destaca que a recusa no exercício do trabalho formal sinaliza uma recusa involuntária às submissões homogeneizantes e a carência de objetivos familiares e profissionais definidos. Homogeneização esta que se ausenta na organicidade destes conglomerados juvenis justamente pela sua heterogeneidade de perfis, o que impede qualquer iniciativa classificatória de taxar as *galeras* como bandos organizados. Delinqüência da *galère* é modo de vida, não prática burocratizada.

Dubet também diagnostica que as experiências cotidianas destes jovens não significam a formação de uma subcultura com interesses grupais bem torneados, já que as ações sociais juvenis se recheiam heteronimicamente. A ação social existe, mas totalmente desorganizada se pensada na ótica de mobilização social, sustentadas pelos eixos desorganização, exclusão e raiva.

Genuinamente sociológica, fica claro na análise de Dubet o reconhecimento da ingerência do meio pulsando a modelagem desta configuração social. Ele exemplifica os bairros que ainda prevalece o sentimento de solidariedade operária a ausência de focos

de formação das *galères*. Dito de outra forma, o cenário apresentado para o jovem com a progressiva extinção daquele cenário trabalhista é um cenário galgando em dimensões novas, porém desconhecidas. A incerteza que cerca estes jovens incendeia sua raiva, refletida diretamente nas suas ações societárias. E uma saída apontada por Dubet, ainda que pouco trabalhada no texto, repousa nestes jovens canalizarem esta energia em torno de um projeto de mobilização fomentando locais de resistência, denúncia social e consciência crítica.

#### **1.4 - Das trajetórias lineares às encruzilhadas labirínticas**

Debatemos no começo do capítulo o risco do superficial condicionamento da condição juvenil aos ditames das assertivas que alinham esta condição à comportamentos específicos e universais. Mostramos que a identificação dos padrões sócio-culturais diferenciados atua como substratos diferenciadores dos jovens em diferentes povos e período histórico. Recorrer a esta base explicativa decisivamente auxilia no enfrentamento do ponto de vista diacrônico que propulsa uma visão vetorial e unidirecional das etapas da vida. Não negamos a irreversibilidade do desenvolvimento biológico, mas alentamos a demanda de desapego analítico do ciclo vital enquanto etapas rígidas. O estatuto de adulto seria, nessa vertente desenvolvimentista, o ápice da maturidade e independência, o que nos remete novamente às rédeas da ótica adultocêntrica com suas restrições ante a relativização simbólica de interpretação da autonomia e *status* juvenil. Esta condição de transitoriedade passível está de inculcar ao jovem uma condição de vir-a-ser, numa projeção do futuro como alvo de sentidos para as ações que são realizadas no presente<sup>138</sup>, sendo esta negação do presente como espaço válido de formação uma forma explícita de encarar a juventude em sua negatividade.

Esta crítica não rejeita a importância das perspectivas de análise das trajetórias de vida nos estudos de sociologia da juventude, pelo contrário. Oscar León identifica nestes estudos tentativas de avanço na compreensão dos fenômenos da adolescência e juventude, constituindo novos ou reformulados olhares para as situações vividas por estes segmentos sociais e as implicações em termos de impacto sobre políticas a eles

---

<sup>138</sup> DAYRELL, J. O Jovem Como Sujeito Social. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro. n.24, p. 4-13, set/dez 2003.

direcionadas<sup>139</sup>. Há, para o autor, uma nítida distinção entre duas maneiras de enxergar esta transição: 1- enquanto um *movimento*, alicerçando-se nas trajetórias biográficas da infância até a vida adulta; 2- enquanto um *processo* (reprodução social), um reflexo de estruturas e processos sociais para além de simples histórias de vidas pessoais, processos estes que apreciam estas estruturas relacionadas com os processos de configuração na esfera de percepções individuais e subjetivas. E dois fatores sociais têm substanciado as linhas de abordagem na agenda investigativa das transições juvenis: primeiro, nota-se uma alteração nos padrões sociais e culturais de países industrializados, acarretando em mudanças (adiamento) dos elementos referenciais na demarcação do início da vida adulta; em sintonia com este ponto, nota-se também uma indefinição destas fronteiras entre a juventude e o início da vida adulta, reflexo da despadroneização e fragmentação das trajetórias de transição, inclusive com o diagnóstico do prolongamento da juventude<sup>140</sup>. Superficial permitir qualquer identificação pacífica de rituais que colaboravam na demarcação social do ingresso ao universo adulto, como a estabilidade profissional, casamento, residência autônoma, parentabilidade. Situações estas que a socióloga Lia Pappámikail acredita agirem como catalisadores de pesquisas que desafiam as concepções consensuais do normal desenrolar do ciclo de vida<sup>141</sup>.

Uma referência neste sentido é oriunda das reflexões do sociólogo Olivier Galland<sup>142</sup>, cuja crítica foca a contestação do modelo linear de transição, propondo cautela no anúncio sincrônico e bem delineado destas etapas a serem percorridas rumo à maturidade adulta. O prolongamento da juventude seria o reflexo desta não sincronia entre as etapas, estas se intercalando, se realocando e se desconectando. A extensão da vida estudantil antes da imersão profissional (postergação) e conseqüente garantia do auxílio financeiro familiar, o anseio em aproveitar a vida na tonalidade do que é possível ao jovem, a recusa da parentalidade precoce, a opção de morar sozinho ou com amigos, são frutos ilustrativos da tese do autor das intensas modificações nos processos de socialização que envolve os modelos de aprendizagem dos papéis adultos.

<sup>139</sup> LEÓN, O.D. Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes. *Última Década* – CIDPA - Nº21 – dez. 2004.

<sup>140</sup> DAYRELL, 2003.

<sup>141</sup> PAPPÁMIKAIL, L. Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, pág. 395-410, 2010.

<sup>142</sup> GALLAND, O. Changing Family Transitions: Young people and new ways of life in France. In: CHISHOLM et al (eds) *Growing Up in Europe – Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*, Gruyter, Berlim, New York, 1995.

Estaríamos vivenciando assim a transição de um modelo de identificação pautado nas transmissões de códigos e valores entre gerações para um modelo de experimentação, baseado, pelo jovem, na procura externa ao quadro de referência familiar os ingredientes de sua construção identitária. Esta intersecção (área intermediária) entre a adolescência e a maturidade Galland denomina de *pós-adolescência*.

O enquadramento deste modelo a uma categoria específica juvenil (classes médias urbanas) evidencia a fragilidade em adaptá-lo a contextos que jovens ainda muito cedo assumem responsabilidades do cotidiano da vida adulta. Os contornos menos lineares dos acontecimentos sociais que corroboram este escape à seqüência normativa de passagem à vida adulta ainda não devem referenciar contextos mais gerais, especialmente em locais onde a variável referencial “países industrializados” não seja contemplada parametricamente, justamente para evitar uma crítica reversa pela categorização ontológica da juventude como um período padronizado e homogêneo. Uma boa explicação desta questão é proposta por Silvia Finocchio, que aponta a limitação de setores populares de aceder à moratória social pela qual se define a condição de juventude. Isto porque ingressam precocemente no mundo do trabalho, costumam contrair obrigações familiares muito cedo, carecendo do tempo e do dinheiro. Jovens que definitivamente não se encaixam nesta moratória social para viver um período mais ou menos prolongado com relativa despreocupação e leveza<sup>143</sup>. J.J. Arnett enxerga esta limitação, ao mesmo tempo em que reconhece e refina analiticamente este modelo da emergência de uma nova fase do ciclo vital, a qual ele irá denominar de *emerging adulthood*:

*Emerging adulthood* tornou-se um período distinto do curso de vida para os jovens em sociedades industrializadas. É um período caracterizado pela mudança e exploração para a maioria das pessoas, como eles examinam as possibilidades de vida que se lhes abrem e gradualmente chegam escolhas mais duradouras no amor, no trabalho e visões de mundo. (...) É também um período de vida que é provável aumentar sua importância no próximo século, quando países em todo o mundo chegarão a um ponto no seu desenvolvimento econômico que lhes permitirão prolongar o período de exploração e liberdade de papéis que constitui a maioria emergente (*tradução nossa*)<sup>144</sup>.

<sup>143</sup> FINOCCHIO, S. Práticas dos jovens de hoje (e os fantasmas dos adultos de ontem). In: Cadernos Adenauer, vol. VIII, n. 02, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2007.

<sup>144</sup> ARNETT, J. J. Emerging adulthood: A theory of development from late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480, 2000, p. 479.

A simultaneidade paradoxal de liberdade e restrições pertinentes a este extenso período (18 a 29 anos) encontra nas preambulações à normatividade da vida adulta a fonte para compreendermos o navegar destes *adultos emergentes* por este período. O modelo de Arnett<sup>145</sup> orbita em torno de interessantes argumentos. Vivenciando a adulez emergente, o indivíduo experimentaria uma sensação de escolha na esfera profissional, amorosa e de vivência social que diretamente afetaria sua construção identitária. Identidade nos moldes da sensação de liberdade e margem para erros, de mutações inerentes ao período onde cada instante ou escolha são passíveis e permissíveis de alterações e mudanças de curso. Há o rompimento gradual da sensação do preparo imediato ao mundo adulto, sendo o tempo e a liberdade elementos garantidores do caráter exploratório deste período. Não podemos, no entanto, elevando os louros de tais irrestrições de percurso, consolidar a ideia da total independência como sustentáculos de uma harmonia plena do período. Arnett trabalha bem esta questão, afirmando que instabilidade, receios e percalços são elementos pulsantes deste período, já que a garantia da autonomia individual do trilhar trajetórias e tomar decisões tem como contra-reflexo a sensação solitária de vestir o fardo das responsabilidades sociais. A incerteza também envolve a percepção subjetiva da ambivalência de situar-se ora como adolescente, ora como adulto, exatamente por também se desenvolverem comportamentalmente nesta zona mista, singular e flexível.

Os modelos utilizados tanto por Olivier Galland quanto por Jeffrey Arnett se preocupam demais com os marcadores que pontuam o que significa adquirir características do modo de ser adulto, o que certamente é uma estratégia analítica bastante arriscada. Nota-se em adendo até a demarcação etária correspondente ao período que envolve este prolongamento da juventude: pós-adolescente (20 aos 25 anos) e adulez emergente (18 aos 29 anos). É preciso aludir à preocupação da sociologia da juventude nos últimos anos com a dificuldade investigativa de apontar quando os jovens saem em definitivo desta sua condição social<sup>146</sup>, ao mesmo tempo em que a experiência da juventude desestrutura-se, no sentido de importantes transições na vida cada vez menos estar relacionadas com a idade<sup>147</sup>.

---

<sup>145</sup> O autor irá refinar melhor sua teoria em: ARNETT, J. *Adolescence and Emerging Adulthood*. New Baskerville: Pearson, 2010.

<sup>146</sup> SINGLY, F. D. Penser autrement la jeunesse, *Lien Social et Politiques* n. 43, p. 9-21, 2000.

<sup>147</sup> WALLACE, C; KOVATCHEVA, S. *Youth in Society. The Construction and Deconstruction of Youth in East and West Europe*. London: Macmillan, 1998.

O sociólogo Pierre Bourdieu<sup>148</sup>, fulminando ressignificações sobre estas demarcações etárias transitivas, sugere que, na sociologia, há de se recordar sempre das arbitrariedades das divisões etárias, ou seja, não existe e nem deve prevalecer uma exatidão demarcatória universal que recaia sobre a questão etária. E esta fronteira que separa juventude e velhice vem sendo objeto de disputas em todas as sociedades. Dito de outra forma, os significados e significantes do “*ser jovem*” em uma sociedade podem ter uma conotação totalmente diferente em outra.

Podemos pensar então, dentro desta lógica de conflito num campo etário, onde a estrutura de divisão produz critérios de classificação, que acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação ao seu lugar. Ocorre então uma representação ideológica da divisão entre jovens e velhos, segundo Bourdieu. Na realidade, é bastante difícil neste cenário explicativo a caracterização do que é jovem e velho. Bourdieu mesmo afirma que as toma em sua forma mais vazia. “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isso que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objeto de manipulações”<sup>149</sup>. E árdua é a tarefa de compreensão das relações entre idade social e idade biológica, dada sua complexidade. A idade, neste sentido, é um dado biológico manipulado e manipulável. E que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes.

O tipo de análise das diferentes juventudes biologicamente parelhas reforça a posição de Bourdieu que é incorreto subsumir, no mesmo conceito, universos sociais que praticamente não se assemelham. Existe a preocupação do autor da intensa distinção alimentando diferentes juventudes ramificadas em classes sociais distintas. E a escola tem um papel central neste processo, porque se incumbiu de universalizar o acesso a si sem, entretanto, quebrar a lógica da reprodução das diferenças dentro de si. A experiência escolar é a experiência da ruptura. Mas ela carrega consigo o mal-estar do prolongamento escolar nos filhos das classes populares, jovens ansiando à chegada a

---

<sup>148</sup> BOURDIEU. P. A juventude é apenas uma palavra. In. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

<sup>149</sup> Ibidem. pág. 02.

vida adulta, do trabalho, e de ser reconhecido como “homem”<sup>150</sup>. O *ser estudante*<sup>151</sup>, como um acordo tácito, acaba não sendo encarado da mesma forma, gerando mal estar e, por vezes, segregação. A escola gera um dos seus efeitos fundamentais, que é a “manipulação das aspirações”<sup>152</sup>. Ou seja, ela faz com que as pessoas tenham aspirações incompatíveis com suas chances reais. Se antes o antigo estado do sistema escolar tornava os limites fortemente interiorizados, fazendo com que os fracassos ou limites fossem considerados justos, Bourdieu enxerga que atualmente estes desdobramentos pouco diferenciados estão entre si.

A juventude das classes populares de fato conseguirá descobrir como funciona o sistema de reprodução passando pela vida escolar. A ilusão juvenil libertadora da escola dá espaço a progressiva descoberta do sistema escolar como um intenso veículo de privilégios. Bourdieu deixa claro, todavia, que isto não significa o que se entende comumente por processo de politização, tendo em vista ser

Um questionamento mais geral e mais vago, uma espécie de mal-estar no trabalho, algo que não é político no sentido estabelecido, mas que poderia sê-lo. Algo que se parece muito a certas formas de consciência políticas ao mesmo tempo cegas em relação a si mesmas. (...) Para explicar seu próprio fracasso, para suportá-lo, estas pessoas devem questionar todo o sistema em bloco, o sistema escolar, e também a família, com a qual elas estão ligadas, e todas as instituições, com a identificação da escola com a caserna, da caserna com a fábrica<sup>153</sup>.

O conflito de gerações é alimentado por estas ascensões, sendo que muitos conflitos de gerações são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes. O que outrora foi conquista hoje é necessidade, e o conflito ocorre no contexto do não suprimento desta demanda básica. Bourdieu enxerga neste processo um forte combustível para o que ele denomina “racismo anti-jovem”<sup>154</sup> oriundo das gerações mais velhas, manifestação esta visível nas estatísticas e potencializadas pelo declínio social que vem correspondendo à velhice. Nas lutas de classificação, os velhos

---

<sup>150</sup> BOURDIEU, P; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Ed, Vozes, 2 Edição, 2009.

<sup>151</sup> Elementos diversos constitutivos da vida escolar, que vão desde os uniformes até a justificativa da dedicação exclusiva aos estudos com contrapartida a não trabalhar.

<sup>152</sup> BOURDIEU, 1983. p. 04.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 07.

<sup>154</sup> Ibidem. p. 08.

invocarão a experiência na mesma toada que os jovens invocarão a competência garantida pelos títulos.

Neste contexto, Bourdieu inter-contextualiza escola-trabalho como arena resplandecente deste conflito de gerações. “Os conflitos vividos como conflitos de gerações serão realizados, de fato, através de pessoas ou de grupos etários constituídos a partir de diferentes relações com o sistema escolar”<sup>155</sup>. A atual geração juvenil é mais qualificada para um emprego igual do que a geração precedente, e para além de todas as diferenças de classe, Bourdieu enfatiza que os jovens têm interesses coletivos, comuns de geração, fruto do inter-relacionamento com diferentes estados do sistema escolar.

Em seu trabalho<sup>156</sup> de doutorado em sociologia, Melissa Pimenta apresenta uma consistente contestação para boa parte das teorizações que pautam as transições para a vida adulta como uma tentativa de normatizar a transição de torno de conceitos herméticos de pós-adolescência, juventude, idade adulta, acarretando na criação de tipologias dicotômicas entre modelos considerados tradicionais de transição em relação a modelos “emergentes” ou “pós-adolescentes. Isto acontece porque, sendo difícil uma delimitação métrica da passagem da juventude para a idade adulta, algumas análises baseiam-se em conceitos definidos *a priori*, que seriam, para a autora, inadequadas para a compreensão das mudanças observadas no processo de transição, bem como das novas realidades sociais que brotaram das transformações vinculadas a ele. Sua tese propõe a seguinte assertiva: “a constituição da idade adulta não pode ser entendida fora do processo de socialização”<sup>157</sup>. A transição para a idade adulta seria uma das manifestações que unificariam os múltiplos processos de socialização secundária por meio dos quais a idade adulta é constituída. Deixar de ser adolescente/ jovem e passar a ser adulto significa assumir uma nova identidade, nunca completa ou acabada mas inerente à identidade social. *Ser* adulto, portanto, seria apenas uma das categorias socialmente disponíveis e legítimas de identificação. *E tornar-se* adulto requisita:

- 1- Que o indivíduo seja identificado como tal (atribuição da identidade) pelos agentes em relação direta com ele e pelas instituições em que se efetiva a formalização legítima desta categoria;

---

<sup>155</sup> Ibidem. pág. 09.

<sup>156</sup> PIMENTA, M. M. *Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias*. 2008. 464 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 127.

- 2- Que os próprios indivíduos se identifiquem como adultos (incorporação da identidade)<sup>158</sup>.

Podemos perceber também o crescente discurso de exaltação do “ser jovem” como um critério de êxito, um padrão de referência, discurso este que é derivado de eixos como o estético, modos de vida, atitudes. A apropriação dos adultos dos símbolos e modos dos jovens pode ter uma conseqüência impactante, qual seja, a criação de expectativas para as pessoas que se encontram nesta etapa vital e, para aqueles que dela saem, o sentimento de frustração e lamentação por ter atravessado a “melhor etapa da vida”. E se levarmos em conta estas categorizações sociais das etapas da vida, reconhecemos que seria mais pertinente não falar em trajetórias contínuas, mas em períodos que se esbarram, mas também que se chocam, em sinergia com a ideia de produção de novos encaixes proposta por Hannah Arendt<sup>159</sup>, encaixes estes originados da destradicionalização dos costumes, frutos da perda da hegemonia socializadora da família no começo do século XX e do fortalecimento dos interesses das indústrias de bens de consumo<sup>160</sup>.

Se, como foi apontado, os marcadores tradicionais do fim da juventude são cada vez menos significativos, a implicação disto é a disponibilidade da experiência social da juventude, independentemente da idade. Juventude então carrega um significado simbólico como um item de consumo. Uma interessante pesquisa desenvolvida pelo sociólogo inglês Frank Furedi<sup>161</sup> diagnostica um fenômeno que ele denominou de “*síndrome dos kidults*”, onde pessoas adultas e idosas saciam-se no consumo desenfreado de produtos destinados ao público jovem, inclusive brinquedos. Esta infantilização da cultura abrangeria o cinema, arte, universidades, moda, impressão estética, etc. Pesquisas como esta colaboram para corroborar as teses que defendem a não atratividade do *status* da maturidade se confrontada com o signo da juvenilização social, reforçada se levarmos em conta os interesses da construção no imaginário social

---

<sup>158</sup> Ibidem.

<sup>159</sup> ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Editora Perspectiva. São Paulo, 1996.

<sup>160</sup> Sallas e Begas (2006), referenciadas pela ideia do *espírito aventureiro da juventude* de George Simmel, vão afirmar que predomina no atual mercado capitalista globalizado a visão da cultura juvenil como objeto de culto, apropriado tanto pelos adultos como pelas crianças como um valor imutável e em permanente disputa. A sociedade de consumo e a indústria cultural contribuíram para ressignificação do valor de ser jovem, e este culto à juventude perpassa a luta contra o tempo e a busca pela eterna juventude.

<sup>161</sup> Ver FUREDI, F. Não quero ser grande, *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais 25/7/2004: 4-7

da cultura do consumo, seja o jovem como alvo destas investidas mercadológicas ou o padrão jovem como meta a ser alcançada por diferentes categorias etárias.

Reconhecemos até aqui que o ponto de vista mais interessante a ser adotado para melhor entender a questão das trajetórias juvenis precisa prezar justamente pela sua diversidade, sendo fundamental a recusa direta da linearidade como ponto de vista privilegiado de reflexão. Em adendo, quando há a preocupação excessiva com novos calendários de transição, arrisca-se a negligenciar as diversidades das experiências juvenis e das subjetividades a elas fixadas. A intervenção analítica de José Machado Pais nesta linha de raciocínio é decisiva. Para o sociólogo português, a juventude pode ser tomada tanto como uma unidade como ser tomada no sentido de conjunto social diversificado. Jovem como unidade pelo seu atributo de ser constituído por indivíduos que participam de uma fase da vida, definida primordialmente em termos etários. Jovem como conjunto social pelo seu atributo de ser constituído por indivíduos em situações sociais diferentes. As vertentes de acesso à vida adulta mostram-se bastante flutuantes, flexíveis e diversificadas quando tomamos a juventude pela sua diversidade<sup>162</sup>.

Transições não seguem uma linha reta como componente da quebra de relação causa/efeito (antes e depois), e os modelos de transição enrijecidos pressupõem obviamente trajetórias enrijecidas. Machado Pais propõe a seguinte ideia: nos tradicionais estatutos de passagem da adolescência para a vida adulta, adaptam-se a formas prescritivas que tornavam pouco flexíveis as modalidades de passagem de uma fase a outra. Na atualidade, todavia, muitos jovens estão sujeitos às culturas performativas brotadas das ilhas de dissidência em que se tem constituído os cotidianos juvenis. Nem sempre se enquadrando as culturas prescritivas impostas socialmente, a característica performática revela a natureza labiríntica destas transições. Num labirinto podemos percorrer o mesmo caminho mais de uma vez, sermos limitados pela obrigatoriedade ou proibição de um caminho a seguir, provocando a sensação de perda, de confusão neste trajeto. O futuro para os jovens da atualidade estaria cada vez mais enigmático e a trajetória como um vai e volta teria na metáfora *ioiô* sua melhor ilustração:

Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas, os jovens sentem sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, discontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais para um dia qualquer voltarem; abandonam os estudos para retomar tempos

---

<sup>162</sup> PAIS, 1990.

depois; encontram um emprego e em qualquer momento se vêem sem ele; suas paixões são como “vôos de borboleta”, sem pouso certo; casam-se, não é certo que seja para toda a vida...São esses movimentos oscilatórios que o recurso à metáfora do ioiô ajuda a expressar. Como se os jovens fizessem das suas vidas um céu onde exercitassem a sua capacidade de pássaros migratórios<sup>163</sup>.

Os caminhos da passagem para a vida adulta seriam caminhos longos, sinuosos e com escolhos<sup>164</sup>. As trajetórias seguidas pelos jovens seriam um *mix* de princípios do que deve e pode ser feito (realidade) com princípios do que gostariam de fazer (desejo), sempre imersas nesta lógica experimentalista de fluidez social. Sem dúvidas, no contexto da sociologia da juventude nos subsidiamos suficientemente para em definitivo refutar o pressuposto da objetivação da saída da juventude em marcadores identificáveis como se prescritas numa espécie de transição estatutária inerentemente anexada a uma transição identitária substancialmente pré-configurada.

---

<sup>163</sup> PAIS, J. M. Buscas de si: expressividade e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Org.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 08-09.

<sup>164</sup> PAIS, J.M. *Ganchos, tachos e biscates*: jovens, trabalho e futuro. Porto: AMBAR, 2001.

## Capítulo 2

### Juventude e engajamento político

#### 2.1 - Juventude e participação política: notas introdutórias

De saída, antes de pensarmos a juventude e sua relação com a política, devemos primeiramente desnaturalizar a categoria do termo *jovem* e tomá-lo em sua historicidade. Ao fazermos isso, logo percebemos que nem todas as juventudes se dispunham a contestar o mundo e o contexto político em que viveram. Esse, provavelmente, é um fenômeno próprio do mundo contemporâneo, pós-Revolução Francesa (1789), quando os ideais iluministas de liberdade e democracia foram colocados à tona em contraposição ao absolutismo dos reis no “Antigo Regime”. Se durante o século XVII, o rei Jaime I da Inglaterra costumava se referir às “inovações” como algo perigoso, após o século XIX, isso se modifica. A partir daí então, e cada vez mais, o “novo”, o “moderno”, é posto em oposição ao “antigo”, e a invenção e inovação passam a ser prezadas. E assim, com elas, a juventude<sup>165</sup>.

Ser jovem, neste momento, passa a ser algo positivo e os jovens passam cada vez mais possuir certo engajamento. “As vozes dos jovens foram se tornando cada vez menos encurraladas pelos adultos e ouvidas com mais frequência nos seus próprios termos”, conclui John Savage, em seu livro *A Criação da Juventude*.<sup>166</sup>

Destarte, a estirpe da juventude européia passa a conquistar territórios no mundo ocidental pós-processos de industrialização, urbanização e independência, resultando num enfoque cada vez maior em sua participação social, que culmina na invenção do termo *teenager*, que coincide com o período pós-Segunda Guerra Mundial, onde a presença da juventude é facilmente notada nas manchetes de jornal, nas revistas especializadas e nas publicidades estrategicamente direcionadas. A partir daí, o jovem passa a ser o centro das atenções da mídia e do mercado. Tudo apontava para um novo

---

<sup>165</sup> RIBEIRO, R. J. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 24.

<sup>166</sup> SAVAGE, J. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 15.

mercado consumidor, um novo paradigma cultural, que passou a ser referência nos Estados Unidos e na Europa a partir dos anos 1950. E esta imagem do *jovem* vinculado ao “novo” dominou o modo como o Ocidente passou a ver a juventude.

Partindo dessa premissa, não seria equivocado dizermos que ao falarmos dos dilemas e perspectivas da juventude contemporânea, estamos falando de modernidade, e, com isso, passamos a associar a juventude a “mudança” e a “possibilidade de transformação”. De acordo com Cesar Barreira, “o mundo jovem expressa um misto de positividade e negatividade no contexto social: é depositário de esperanças, e carrega a marca do movimento-mudança promovendo inflexões na ordem social”<sup>167</sup>

O discurso de Barreira coaduna com um levantamento empírico feito por Danyelle Nilin Gonçalves, no qual apresenta alguns depoimentos de entrevistados que enaltece o imaginário social, de que o jovem é sinônimo de mudança e possibilidade de transformação, além de representarem uma fase da vida na qual possuem maior sensibilidade as injustiças sociais e acreditarem mais em ideologias e utopias. Características como energia, rebeldia e insurgência, somada ao despojamento em relação à acumulação de riqueza, faz com que juventude perceba com mais facilidade as contradições existentes na sociedade e, diante disso, estão dispostos a lutar pelo bem comum, conforme o depoimento de um entrevistado apresentado pela autora:

A juventude tem facilidade de perceber isso, e qual o questionamento dela, por que é que tem tanta desigualdade num país rico como o Brasil? E ela é a mais desejosa de transformação dessa realidade e ela é a que tem mais facilidade e mais sentimento para a distribuição da riqueza. Quer dizer os mais antigos, vão ficando mais conservadores, vão se apropriando mais dos seus nichos, não querendo mais que a distribuição seja tão igualitária, como seria necessário. Porque aí você já pensa em montar o famoso pé de meia, como é que eu vou juntar dinheirinho aqui, os meus netos, os bisnetos, a herança? Então tudo isso vai começando a criar também um pensamento conservador do ponto de vista político e do ponto de vista econômico. A juventude não, ela está mais despojada desse espírito conservador, dessa acumulação de riqueza nas suas próprias mãos, ela tem mais essa disposição de que a riqueza de ser mais espaiada, mais distribuída.<sup>168</sup>

É essa hipotética característica movimento-mudança articulada ao despojamento, a coragem, a garra, a energia, a rebeldia e a insurgência apresentada pelos depoimentos

<sup>167</sup> BARREIRA, C. (Coord.). *Ligado na galera – juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Edições UNESCO, 1999, p. 155.

<sup>168</sup> GONÇALVES, D. *Jovens na política: animação e agenciamento do voto em campanhas eleitorais*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 35-36.

recolhidos por Gonçalves, que faz do *jovem* o principal ator para a mudança política e social, na medida em que “a categoria juventude tem como máxima o caráter da provisoriedade, ou seja, remete a uma fase onde os indivíduos desenvolvem principalmente o valor mudança”<sup>169</sup>. É pelo caráter de transitoriedade e mudança que

A juventude faz-se necessária a política, já que o espírito da política se inspira e condensa o sentido de transformação e da provisoriedade (...). Trazer o jovem para a política significa vislumbrar a possibilidade de mudanças permanentes. Essa categoria traz, portanto, à tona o conteúdo simbólico de que se reveste a política.<sup>170</sup>

Para a socióloga Marialice Foracchi, a juventude atrelada com a ideia de força dinamizadora motriz da transformação pode servir como armadilha dentro de uma conotação negativa, partindo de avaliações ambivalentes sobre uma eventual apatia, descrença ou imobilidade ante as expectativas que lhes são atribuídas no cerne de sua suposta “inerência” ao impulso pela transformação. As manifestações dos jovens, sempre sujeitas ao crivo adultocêntrico balizador, poderiam transmutar-se apenas atreladas a uma rebeldia sem finalidade e a uma necessidade nociva de desorganização pela subversão da ordem<sup>171</sup>.

Segundo Renato Janine Ribeiro, estamos vivendo um interessante desenvolvimento da ideia de *política*; falava-se em *política* numa ditadura, no nazismo ou no stalinismo, designando aquilo que nele excedia a força. Contudo, a palavra foi sendo associada cada vez mais a ideia de democracia. Com isso, a distinção entre política e democracia se esfuma, e “a consequência lógica é quase óbvia: regimes não-democráticos estão perdendo a legitimidade. Deixam até de ser considerados políticos: são regimes de força.”<sup>172</sup> No entanto, na mesma medida que a política se concentra na democracia, a política perde em prestígio. A razão disso, de acordo com Ribeiro, é que, desde quando começou a onda de democratização, os governos eleitos não conseguiram atender as demandas sociais. Além de substituírem regimes de ditadura e suas crises

---

<sup>169</sup> BARREIRA, C. (Coord.). *Ligado na galera – juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Edições UNESCO, 1999, p. 155.

<sup>170</sup> GONÇALVES, 2012, p. 13.

<sup>171</sup> FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

<sup>172</sup> RIBEIRO, J. 2004, p. 24.

econômicas, esses regimes democráticos não fecundaram em termos de promoção social, tendo sido estéreis em relação ao que deveriam e prometeram fazer.

De modo geral, podemos dizer que há uma crise da política, um enorme descompasso entre os meios e os fins que ela deveria promover, e, desse modo, ela vai se desmoralizando e isso reflete no imaginário popular da política e do político como algo negativo. Diante dessa negatividade, Anne Muxel aponta que:

A evocação da palavra “política” suscita, antes de qualquer outra perspectiva, imagens negativas. A rejeição da política, como se pode ver diariamente, é vivamente expressa, os desvios dos homens e das instituições são denunciados com a mesma força de convicção, tanto pelos estudantes como pelos assalariados, pelos jovens sejam eles diplomados ou não, de direita, de esquerda ou sem orientação política definida. A homogeneidade de argumentos é impressionante. A constatação é unânime. A crise da representação política se impõe pelo seu caráter evidente.<sup>173</sup>

O declínio juvenil dos comportamentos institucionalizados relaciona-se, segundo Castro, com as mudanças no âmbito valorativo, pois as gerações atuais pouco se identificam com organizações hierarquizadas e burocratizadas, tendo preferências por experiências políticas não-convencionais<sup>174</sup>.

No caso do Brasil, especificamente, Ann Mische revela que, quando a Constituição do Brasil de 1988 estendeu o voto para os jovens de 16 anos, apenas a metade deles tiraram o título de eleitor.<sup>175</sup> Tal questão é apresentada também pelo sociólogo Elimar Pinheiro Nascimento: “em relação aos jovens, a preocupação é grande, sobretudo em se tratando daqueles que se encontram na faixa etária de 16 e 17 anos, quando lhes é facultado pela primeira vez o direito do voto. E que poucos o usufruem.”<sup>176</sup>

Esses fatores ilustram uma pesquisa realizada em Fortaleza no ano de 1998, onde fica evidenciada a aversão ao formato político tradicional e aos representantes da política pela juventude local. Entre os entrevistados, podemos notar depoimentos que esboçaram críticas ao atual descompasso da política.

<sup>173</sup> MUXEL, A. Jovens dos anos noventa – a procura de uma política sem “rótulos”. In: Juventude e Contemporaneidade: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, São Paulo, 1997, p. 153.

<sup>174</sup> CASTRO, L.R. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilidade frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

<sup>175</sup> MISCHÉ, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: Juventude e Contemporaneidade: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, São Paulo: 1997, p. 135.

<sup>176</sup> NASCIMENTO, E. P. *Aspectos da juventude brasileira*. Brasília: mimeo, s/d.

A política hoje em dia num vale nada para mim, num vale uma merda, a política... nem sei não, esse negócio de política, eu num entendo não, nem quero entender porque é só um quebra-cabeça pra gente, o que é doido!

É tudo muito sem futuro esse negócio de política. Só tem é roubo! Eles gostam de roubar. Político, é só roubo. Eles não participam, eles só participam nos votos. Só querem é ganhar voto. E não mudam nada.

Não, eu não acredito nesse negócio não. Porque para mim, política, aquele grupinho ali, tudo ali acontecendo. Você acha que vai ter um vai ficar vendo e só olhando?<sup>177</sup>

Decorrente da incompreensão sobre o assunto e do desamparo de políticas públicas, a opinião negativa e corriqueira sobre a política e os políticos pela juventude brasileira, sintetizadas nos depoimentos acima, faz com que o jovem se abstenha de participar desse processo. Isso, entretanto, não quer dizer que o jovem esteja alienado. Para Muxel, a política está mal explicada, mal relatada e, portanto, mal compreendida pela juventude, inteligibilidade esta que o deixa não “alienado”, mas sim “desencantado” com o atual cenário e o formato que lhes é colocado<sup>178</sup>.

Contudo, ainda que muitos jovens estejam desiludidos com *esta* política, é pela juventude que a política consegue se revitalizar, não mais de maneira imanente a ela, mas sim, fora dela<sup>179</sup> – nos movimentos sociais; nas lutas pelas identidades negras, identidades do movimento LGBT; no feminismo; na indignação ética; na indignação ecológica; nas artes; no *hackerativismo*. Segundo Geoffrey Pleyers, o ano de 2011 demonstra a que ponto os jovens são atores importantes de nossas sociedades contemporâneas, mesmo fora do ambiente político-partidário.

Eles tiveram um papel primordial nas revoluções dos países árabes. Eles iniciaram o movimento de 15 de maio, na Espanha, para denunciar uma “democracia sem escolha”, e ocuparam as praças públicas na Europa e nas Américas, insurgindo-se contra a submissões dos gestores públicos frente à ditaduras dos mercados financeiros e grandes corporações. Do Chile ao Canadá, eles organizaram mobilizações de estudantes. No México, eles opuseram à violência, a criatividade, a arte e a poesia. Na China, fizeram greve para obter melhores condições de trabalho, tornando-se ciberativistas pela informação e pela democracia. Com os Anônimos, eles também se

---

<sup>177</sup> BARREIRA, 1999, p. 199.

<sup>178</sup> MUXEL, 1997.

<sup>179</sup> RIBEIRO, R. J., 2004, p. 28.

tornaram *hackers* para defender a liberdade de expressão e denunciar os abusos dos poderes econômicos.<sup>180</sup>

Para o autor, esses jovens não se contentaram somente em denunciar e reclamar por melhores democracias; eles também experimentaram modalidades de democracia direta ao se valerem de formas de engajamento guiadas pelo “altermundialismo” e “alterativismo”. Ou seja, colocaram em prática uma democracia participativa, no qual, o engajamento aparece

Atrelado à subjetividade, à criatividade e à transformação de si, à experiência e à experimentação; a promoção de ocupações que são ao mesmo tempo lugares de troca, resistência, expressão e experimentações de uma democracia direta e horizontal; o uso criativo das novas tecnologias e de conexões em rede; a capacidade para se inscrever nos desafios globais permanecendo posicionados prioritariamente no âmbito do espaço local.<sup>181</sup>

Alguns estudos apontam para essas “novas formas” de participação política dos jovens, em um momento de esvaziamento da política, de crise de representatividade, de desconfiança em relação às instituições e o afastamento dos jovens das atividades políticas convencionais de engajamento e de ação, como os partidos políticos<sup>182</sup>. Essas investigações sobre as novas formas de participação política dos jovens enfatizam a importância dos “dispositivos culturais”, “pois eles são elementos imprescindíveis à construção do laço do jovem com a sociedade”<sup>183</sup>. E é nesse sentido que esse redirecionamento das análises articula a participação política e a resistência com a “questão subjetiva”. De acordo com Silvia Borelli:

Da resistência compreendida como subversão e transgressão, endereçada a alvos fixos, institucionalizados e com protagonistas territorializados, passam

<sup>180</sup> PLEYERS, G. Prefácio. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo. (Org.). Juventude e a experiência da política no contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 9.

<sup>181</sup> PLEYERS, 2012, p. 10.

<sup>182</sup> Ver: HOLLOWAY, J. *Change the Word without Taking Power*. Londres: Pluto, 2005; NORRIS, P. *Democratic Phoenix. Re-inventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002; PUTNAM, R. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova York: Simon and Schuster, 2000; STOLLE, D; HOOGHE, M. Review article: Inaccurate, Exceptional, One-sided or Irrelevant? The Debate about the Alleged Decline of Social Capital and Civic Engagement in Western Societies. *British Journal of Political Science*, n. 35, p. 149-167, 2004.

<sup>183</sup> MAYORGA, C; CASTRO, L; PRADO, M. Apresentação: A participação social e política juvenil como questão. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo. (Org.). Juventude e a experiência da política no contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 25.

a considerar ações de posições pontuais, múltiplas, “prosaicas e sútis”, em que os atores, em situação de fluxo, reivindicam em nome de uma sugerida subjetividade, requerem pautas fragmentárias, e o centro de interesse encontra-se, muitas vezes, disperso, difuso.<sup>184</sup>

Tal discurso remete a diversidade nas novas formas de participação política, e essa diversidade reflete nas concepções e práticas de resistência: todos os jovens não participam da mesma maneira e não têm as mesmas expectativas de participação<sup>185</sup>. As subjetividades são construídas de formas fragmentadas, as atividades locais são individualizadas, criando-se múltiplas posições de agenciamento, conforme o complexo fluxo de relações de poder das sociedades contemporâneas<sup>186</sup>. A chave para este tipo de agenciamento micropolítico seria o que Patrícia Mann chama de “individualismo engajado”, que permitiria combinar “formas de agenciamento econômico e interpessoal” e experimentações com “várias identidades e também diversas relações familiares e comunitárias.”<sup>187</sup>

Fazer gazeta ou “corpo mole” na escola e no trabalho; caminhar à toa, andar sem destino pelas ruas da cidade; reconfigurar os significados dos espaços públicos e comerciais como zonas de autonomia e festa; fingir aquiescência ou ignorância; difamar o chefe e outras figuras de autoridade; desobedecer a ordens médicas, escondendo comida e descartando bebidas nos quartos de hospitais; cometer pequenos furtos ou sabotagens; envolver-se com boicotes ou saques; adotar estilos de vida “alternativos” ou “antimaterialistas”; não votar; interpretar a contrapelo mensagens reacionárias, patriarcais ou infamantes da mídia; assimilar mensagens de caráter progressista ou “empoderador” latentes na mídia; usar, de maneira desfiguradas ou customizada, peças de roupas da moda; incorporar trajés e cortes de cabelo ligados a tradições culturais ou religiosas; falar ou escrever na língua nativa; romper com o discurso de vítima; silenciar-se deliberadamente; assumir “comportamentos de risco”; submeter-se voluntariamente a “modificações corporais *nonmainstream*”. Eis uma módica amostra das inúmeras atividades e condutas realçadas como expressão de resistência<sup>188</sup>.

Creemos que essas novas formas de resistência, articuladas às subjetividades, colocam em questão a *nova* relação entre o espaço público e privado, uma vez que tentam tornar públicas novas formas de viver e agir que antes não tinham visibilidade.

<sup>184</sup> BORELLI, S.. Prefácio. In: FREIRE FILHO, João. Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 10.

<sup>185</sup> PLEYERS, 2012, p. 11.

<sup>186</sup> FREIRE FILHO, J. Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 16.

<sup>187</sup> MANN, P. *Micro-politics*: agency in a postfeminist era. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1994, p. 124.

<sup>188</sup> FREIRE FILHO, op.cit., p. 19.

Nesse sentido, essas “novas formas” de participação política da juventude constroem novos espaços entre o público e privado e novas formas de aparição e legitimação frente a publicização de demandas e ações na esfera micropolítica e cotidiana, dentro de “um processo de subjetivação em que aparece um sujeito de fala no curso da ação coletiva.”<sup>189</sup>

Podemos concluir que persiste, como sugerem Novaes e Vital<sup>190</sup>, a visão da perspectiva de participação juvenil vinculando-a aos lugares tradicionais da política. E mesmo nestas atuações perpetua, evocando uma suposta “crise de representação”, um processo de decadência, impulsionando o jovem da atualidade rumo à descrença, apatia e pouca vontade de participação política. A conexão do jovem com a participação é a conexão do mesmo com o contexto que fomenta esta participação. Isto significa que juventude reflete a tendência e escolhas que são socialmente construídas<sup>191</sup> sendo, portanto, arriscado propagar a generalização de uma participação juvenil estacada.

Sem incorrer num parâmetro meritocrático de participação com mais ou menos relevância frente outra situação histórico-espacial, demandas inéditas englobando consignas mobilizadoras<sup>192</sup> brotam na pauta do jovem estar e agir no espaço público. Estas consignas abordariam a temática da sustentabilidade, do acesso à educação, trabalho e à comunicação, do reconhecimento de grupos com vulnerabilidades específicas, e pela paz, pelo respeito às diferenças e aos direitos humanos. Reconhecer os novos espaços de participação implica partir da premissa da significação do “novo” em comparação com o que outrora fora circunscrito como indicadores de comportamentos participativos. Nota-se neste processo de reconhecimento uma alegoria indicativa de afinidade com a *situação geracional*<sup>193</sup>, e neste sentido é válido pensar que esta unidade de geração da juventude atual não necessariamente conduz a um lugar comum com uma inerente interconexão de engajamento unitária.

---

<sup>189</sup> MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012, p. 26.

<sup>190</sup> NOVAES, R. R.; VITAL, C. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, A. A. (Org.) *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

<sup>191</sup> VENTURI, G; BOKANY, V. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 351-368). São Paulo: Fundação Perseu abramo, 2005.

<sup>192</sup> NOVAES; VITAL, 2005.

<sup>193</sup> MANNHEIM, 1968.

Entre gerações históricas o processo em si revela cadências, pares de ordem e de oposição que afetam diretamente na configuração participativa. Pensemos, por exemplo, no caso do histórico de participação política da juventude brasileira. Atuantes no cenário social e político desde o período Imperial<sup>194</sup>, no Brasil este desenvolvimento histórico da atuação juvenil vem sendo alvo de vários estudos, tendo primordialmente como marco de referência temporal meados da década de 1960 até os dias atuais, inclusive alimentados por pesquisas comparativas entre o engajamento político dos jovens das diferentes gerações.

Na primeira metade do século XX, de acordo com Augusto Caccia-Bava e Dora Costa em sua pesquisa sobre o lugar do jovem na história política brasileira, grupos de jovens em torno dos movimentos vinculados com a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna, o tenentismo e o movimento integralista deram a tônica das movimentações de participação juvenil no período.

No primeiro caso, destacaremos a presença do jovem Astrogildo Pereira que, imbuído pelo seu contato com a juventude anarquista, decidiu se envolver no processo de formação do Partido Comunista Brasileiro. Paralelamente a esse processo, emergia em 1922 no estado de São Paulo um movimento de jovens literatos, artistas plásticos e músicos em defesa da modernidade estética, liderados por Mário e Oswald de Andrade<sup>195</sup>. Um dos objetivos desse grupo era romper com as artes conservadoras vigentes no país: “queremos mal ao academicismo porque ele é o sufocador de todas as aspirações joviais e de todas as iniciativas possantes”, argumentava Oswald de Andrade<sup>196</sup>. Também em 1922, surgiria no interior do Exército brasileiro um movimento de jovens oficiais que defendia uma forma de organização política que fosse contrária aos padrões da República Oligárquica dominante – que dera origem ao tenentismo, formado por jovens de classe média urbana, cujo nome de maior destaque seria o de Luís Carlos Prestes, que tinha 24 anos de idade ao início do movimento<sup>197</sup>.

---

<sup>194</sup> PONTE DE SOUZA, J. T. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

<sup>195</sup> CACCIA-BAVA, A.; COSTA, D. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, A.; PAMPLOS, C; CANGAS, Y. (Org.). *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p. 71-78.

<sup>196</sup> ANDRADE, O. Glórias de praça pública. In: BOAVENTURA, M. E. (Org.). *22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 75.

<sup>197</sup> CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 79-80.

Neste contexto da juventude brasileira dos anos vinte do século XX fez-se possível a formação de jovens intelectuais que, originários da classe média urbana, tornar-se-iam figuras elementares para o rompimento com os padrões oligárquicos da sociedade republicana brasileira<sup>198</sup>. Alguns deles formaram o movimento integralista, liderado por Plínio Salgado, jovem líder político que se manifestava contrário ao movimento de Arte Moderna e a figura de Oswald de Andrade. Nas palavras do próprio Plínio: “as revoluções da arte moderna serão um perigo para os povos sem cultura; agirão como elemento dissolvente em vez de construtor; desorientarão completamente os ‘novos’ e corresponderão para o senso estético das turbas do movimento de anarquia e regresso<sup>199</sup>. Tal postura nacionalista e conservadora, principalmente em relação aos movimentos estéticos do modernismo, contribuiu para que Plínio Salgado fundasse em 1932 um movimento juvenil de massas, integrado ao movimento integralista e inspirado na mobilização dos jovens italianos e alemães envolvidos com os governos de Mussolini e Hitler: os *Camisas Verdes*<sup>200</sup>.

O movimento estudantil apareceria para o conjunto da sociedade brasileira a partir da década de 1960 como a faceta de representação da mobilização dos jovens questionadores do regime militar, jovens estes oriundos essencialmente da classe média urbana, e organizados principalmente em entidades partidárias e sindicais. Cabe aqui ressaltar, neste contexto, a atuação da União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937. Até meados dos anos 1960 a UNE, que até então apresentava um discurso ancorado na ótica nacionalista, sofre uma ruptura marcada pela influência da revolução cubana e o antiamericanismo<sup>201</sup>. Suas lideranças juvenis passariam a adotar uma postura de questionamento as crises vivenciadas nas Universidades e, de forma clandestina, o regime autoritário em voga. Para além da esfera estritamente política, surgiram também no período grupos juvenis associados a movimentos que procuraram transformar o cotidiano das pessoas através de uma nova utopia, uma nova sexualidade, uma nova espiritualidade, um novo conceito de estética – caso do movimento tropicalista, do Teatro Oficina e do Cinema Novo<sup>202</sup>.

---

<sup>198</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>199</sup> SALGADO, P. In: BOAVENTURA, M. E. (Org.). *22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 329.

<sup>200</sup> CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p. 84.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>202</sup> PAIVA, M. R. Juventude e mobilização. In: ABRAMO, H; FREITAS, M. V. de; SPÓSITO, M. P. (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2002, p.42.

De acordo com o sociólogo Flávio Sofiati, na década de 1970 crescem as articulações políticas de jovens no interior da Igreja Católica, em virtude da forte repressão da Ditadura Militar as movimentações juvenis de contestação<sup>203</sup>. Muitos jovens da frente de resistência à repressão enveredariam nos movimentos de guerrilha e luta armada. Entre os grupos guerrilheiros, destacamos a atuação do MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), surgido no meio universitário de Niterói, no estado do Rio Janeiro, cuja atuação ficaria marcada pelo seqüestro do embaixador norte-americano. Para Helena Abramo, até os anos 1970 as formas de articulação da formação juvenil eram sustentadas pela condição de classe, como respostas altamente dicotômica para demandas específicas. Classes altas e médias pela articulação em torno da formação geral, das políticas de educação e de medidas preventivas; nas classes populares pelas medidas de inserção no mercado de trabalho, de prevenção e de resgate (situação de vulnerabilidade social)<sup>204</sup>.

Nas décadas de 1980 e 1990 a ação juvenil se descola gradativamente do ambiente estudantil, e redutos tradicionais que incorporavam jovens alinhados com ideais de transformação mais gerais (como partidos e sindicatos) perdem espaço para novos agrupamentos com novos formatos, que essencialmente valorizavam o campo da subjetividade, da individualidade. Vemos o nascimento de agrupamentos de identificação (microgrupos) em termos de interesses, preferências musicais, estética e hábitos confluentes, denominadas *tribos urbanas*. Os anos 1990 revelam uma faceta social da contestação juvenil muito mais diversificada, multicêntrica e fluída. Demandas geracionais e formas de organização diversas passam a preencher o campo de mobilização da juventude, dentro das suas especificidades, sincronias e reivindicações. Temos demandas vinculadas com a questão da identidade feminista, orientações sexuais, questão de gênero, legalização da maconha, questão racial (opressão étnica), resistência pela arte e música (hip hop, *graffitti*, literatura marginal, etc), grupos ecológicos, movimentos juvenis religiosos, dentre tantas outras. Chegamos assim às considerações apresentadas no começo deste tópico sobre o retrato do perfil destas novas formas de participação e engajamento. Esta relevância da participação histórica juvenil (inclusive enquanto objeto analítico) compatibiliza-se com suas necessidades e valores, justamente pelo sentimento de eficácia e responsabilidade político-social. Os

---

<sup>203</sup> SOFIATI, F. M. *Religião e juventude: os jovens carismáticos*. 2009. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 09.

<sup>204</sup> ABRAMO, 2005.

benefícios recaem no desenvolvimento de habilidades (prisma do acúmulo de capital social), em somatória condicionante dos jovens como cidadãos ativos em suas comunidades (dimensão da cidadania)<sup>205</sup>. O próprio sistema político vigente reluziria na juventude um termômetro de cristalização das condições de aceitabilidade ou rejeição<sup>206</sup>.

Esta conjuntura vigorosa das vias não convencionais de engajamento juvenil tem chamado a atenção dos estudiosos brasileiros para o tema da juventude e participação, o que diretamente tem impactado na produtividade acadêmica voltada a compreensão da atuação dos jovens nos formatos tradicionais como partidos e sindicatos. Sim, a juventude brasileira vem integrando cada vez menos o círculo de participação político-institucional partidário. Resultados de uma ampla pesquisa de abrangência nacional<sup>207</sup> realizada pelo IBASE/PÓLIS em 2005 apontaram que apenas 4% dos jovens brasileiros participavam ativamente de atividades político-partidárias, frente a 42% dos que eram integrantes de grupos vinculados a Igrejas, por exemplo. Uma pesquisa mais recente feita com quatro mil jovens e publicada em 2012<sup>208</sup> demonstrou que um contingente significativo deles não somente nutrem uma desconfiança em relação aos partidos políticos, como inclusive estão descrentes quanto à garantia de direitos e uma vida mais digna serem assegurados pela via eleitoral.

Entretanto, defronte esta crescente repulsa juvenil aos partidos, uma pequena parcela dos jovens brasileiros ainda opta por enveredarem nesta trajetória de militância, associando seus engajamentos ao cotidiano da vivência político-partidária, muitos através de suas organizações juvenis. Estes jovens estariam, por conseguinte, militando na *contramão da tendência*, e é sobre este tipo de organização que iremos dissertar agora.

---

<sup>205</sup>BERTOLLO, M. Juventude e participação política: motivações, trajetórias e representações. Vitória. Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

<sup>206</sup>MUXEL, 1997.

<sup>207</sup>A pesquisa englobou sete regiões metropolitanas brasileiras mais o Distrito Federal. Foram aplicados 8.000 questionários e dinamizado grupos de diálogos com jovens entre 15 e 24 anos. Mais detalhes ver: IBASE. Relatório Final: *Juventude brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas*. 2005.

<sup>208</sup>MAYORGA, C., CASTRO, L. R; PRADO, M. A. (orgs.) *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.

## 2.2 – Jovens organizados em partidos políticos: na contramão da tendência

Elementos chave no sistema democrático, os partidos políticos vislumbram inúmeras prerrogativas analíticas, que invariavelmente perpassam diferentes áreas das Ciências Humanas, alimentando o diálogo entre suas condições de existência, classificação enquanto instituição política e formulações tipológicas de organização. O cientista político português Fernando Lopes explica que o partido exerce diferentes funções que podem ser distinguidas em sociais e institucionais. Como função social, podemos pensar os partidos garantindo a estruturação e canalização da comunicação entre governantes e governados, assim como atuando na socialização política, visando principalmente ao reforço da cultura política oficial (dominante). O partido também pode fomentar e articular grupos de interesses, homogeneizando-os e/ou hierarquizando-os. Sua função institucional consiste primordialmente na estruturação/organização da escolha eleitoral (o candidato é a opção política viável e racional), na oferta de programas de governo alternativos, na orientação/coordenação dos órgãos do Estado e das políticas públicas, e, por fim, na seleção e designação de candidatos<sup>209</sup>.

Diferentes tipologias clássicas foram elaboradas numa tentativa referencial-diagnóstica de compreensão deste dinamismo dentro dos partidos políticos. Estes modelos vêm servindo de parâmetro para classificações e enquadramentos de um determinado caso, situação ou fenômeno partidário. É possível, inclusive traçar uma radiografia concisa destes modelos, na perspectiva de sua referência nos estudos organizacionais dos partidos.

Primeiramente destacamos a célebre obra “*Sociologia dos Partidos Políticos*” de Robert Michels, onde o mesmo diagnostica a tendência dos partidos à oligarquização burocrática, dentro do jogo da autonomização das lideranças com relação às bases partidárias, na preocupação com a manutenção de posições estratégicas. Seria o que ele denominou de “lei de ferro da oligarquia”<sup>210</sup>.

Maurice Duverger, por sua vez, em “*Os partidos políticos*”, destaca a tipologia dicotômica entre partido de massas e partido de quadros, constituindo-se dentro dos

---

<sup>209</sup> LOPES, F. F. *Partidos políticos e sistemas eleitorais: uma introdução*. Lisboa: Celta Editora, 2002.

<sup>210</sup> MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

primeiros uma organização interna de alta densidade, com forte articulação entre as instâncias partidárias, sistema este diferente da anêmica articulação estrutural entre as instâncias e grupos organizacionais que caracterizam o segundo tipo. Aliás, o trabalho seminal de Duverger inspirou tipologicamente Otto Kirchheimer<sup>211</sup> e o cunho do termo “*catch-all party*”, numa alusão à diversos partidos europeus que se transformaram em partidos fracos ideologicamente, com apelo majoritariamente eleitoral e institucionalmente desarticulados. Para o autor, não somente as lideranças estariam muito mais focadas para ações externas ao partido, como o dinamismo interno da militância progressivamente diminuiria ante o processo de enfraquecimento das bases do partido.

Rompendo com uma visão mais unitária de partido político, Katz e Mair propõem uma reclassificação mais abrangente nos estudos dos partidos políticos, em virtude de não ser tanto do interesse dos autores dialogarem sobre a ascensão e declínio de determinados tipos partidários, mas sim partir da ótica do estudo da adaptação e transformação dos mesmos. O que aparenta ser uma “crise” nos partidos políticos modernos, vistas de sua relação com o público (empreendidas nas análises anteriores), na realidade poderia ser visualizada de outra forma, principalmente da relação do partido com o Estado. Esta relação, de certa forma de dependência e interpenetração (em diferentes aspectos) germina uma nova forma de organização, denominada pelos autores de *cartel party*<sup>212</sup>.

Importante mencionar a tipologia mais recente elaborada por Wolinetz<sup>213</sup>, numa clara tentativa de melhor enquadrar os partidos num modelo classificatório. Três seriam os tipos de partidos, seguindo critérios principalmente quanto sua organização interna: *office-seeking* – partido que sempre busca participar do governo com cargos e captação de recursos estatais. Caracterizado pelo baixo comprometimento programático dos filiados; *policy-seeking* – partido ideologicamente forte e organizacionalmente intenso, com bastante participação dos grupos internos e propostas políticas de transformação em diversos setores sociais; *vote-seeking* – que seriam partidos utilitaristas, cujo

<sup>211</sup> KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, J; WEINER, M.(ed.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

<sup>212</sup> KATZ, R; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, vol. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

<sup>213</sup> WOLINETZ, S. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, R; MONTERO, J; LINZ, J. *Political Parties: Old Concepts, New Challenges*. Oxford: out. 2002. p. 136-165.

propósito único seria vencer eleições. Sua estrutura partidária seria assim limitada, com pouca participação dos filiados.

O modelo organizativo institucional proposto por Angelo Panebianco<sup>214</sup> nos foi bastante útil nesta pesquisa, mais especificamente no que tange a utilização dos conceitos de manutenção da estabilidade organizativa através de incentivos e a forma de participação de membros das Juventudes no mapa organizativo de poder do partido. Para o autor, é inviável cognitivamente o conhecimento dos fins da organização partidária sem uma especial atenção para suas estruturas partidárias. A estrutura formal, dinâmica interna, a relação entre grupos e indivíduos e os jogos de poder caracterizam e servem como referencial para a observação das diferenças e semelhanças entre as organizações partidárias. Neste sentido, quando analisamos as Juventudes Partidárias, partimos da perspicua premissa das mesmas invariavelmente serem afetadas pelo partido no qual pertencem, ou seja, a dinâmica partidária também afetar e ser afetada pela dinâmica das Juventudes Partidárias.

Panebianco destaca que o grupo dirigente do partido, denominado de coalizão dominante, constantemente precisa distribuir incentivos para recrutar e manter os membros em atividade, como um recurso fundamental para manutenção da estabilidade organizativa. Os incentivos partidários, segundo o autor, constam como um importante dilema organizativo<sup>215</sup> e são classificados como: incentivos coletivos e incentivos seletivos. A ideologia partidária é alimentada pela identificação dos membros e organizações internas com as finalidades oficiais do partido. Neste caso, os incentivos coletivos distribuídos pela coalizão dominante amparam os filiados junto à causa do partido. Em paralelo, e como forma de garantir a continuidade e estabilidade da organização, são distribuídos incentivos seletivos de natureza financeira (materiais) e de *status* (cargos e controle de setores partidários). Sendo assim, os militantes guiados pelos incentivos coletivos são denominados por Panebianco de “crentes” e aqueles motivados por recompensas seletivas seriam os “carreiristas”.

O espaço das Juventudes no partido também pode ser mensurado pela ação e participação de seus membros (representando o grupo juvenil) no controle (ainda que

---

<sup>214</sup> PANEBIANCO, A. *Modelos de Partidos: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>215</sup> Os outros dilemas organizativos apontados por Panebianco seriam: 1-) Modelo Racional *versus* modelo do sistema natural. 2-) Adaptação ao ambiente *versus* Predomínio e 3-) Liberdade de ação *versus* coerções organizativas. Para mais detalhes ver Panebianco (op.cit., pág. 109-111).

minimamente) de alguma faixa de poder no partido. Estas faixas de poder são denominadas por Panebianco de zonas de incerteza, que seriam: competência do ator para papéis estratégicos no partido; controle da comunicação; potencial para definir as regras formais; controle das finanças; influência no recrutamento de quadros; e relações com o meio. O autor reforça que cada membro do partido ou grupo organizado controla, mesmo que de forma bastante restrita, alguma fatia destas faixas de poder no partido.

Dentro dos partidos, visualizar o espaço das Juventudes inflecte em diretamente entender a estrutura formal do partido via divisão e organização das subunidades partidárias. Se referenciarmos as Juventudes em harmonia com a literatura clássica, algumas contribuições classificatórias servem de parâmetro nesta demarcação, como o esquema de subunidades partidárias de Sartori<sup>216</sup> e o não esgotável círculos concêntricos de Duverger<sup>217</sup>. A disposição de seus membros operando o funcionamento intervenção juvenil do partido, pertencentes, portanto, ao mais interno círculo proposto no modelo de Duverger, as Juventudes estariam assim vinculadas enquanto instrumento partidário de integração com a sociedade e os movimentos sociais.

Não constitui um fenômeno recente a existência de jovens que optam por se organizarem enquanto um braço juvenil de partidos políticos. A ideia da formação de um coletivo etariamente enquadrando esta categoria social nestes espaços tradicionais remete ao começo do século XX nas democracias estabelecidas, como forma de desenhar os jovens na rotina política do círculo de atuação partidária<sup>218</sup>. A inclusão de fileiras juvenis nos partidos consolida-se organicamente pensada sob a ótica do combate ao envelhecimento dirigente e a formação específica de jovens nas particularidades do cotidiano da vida partidária. Esta constatação elaborada por Maurice Duverger apresenta-se como observação pontual, contextualizada historicamente na dificuldade dos partidos operários em formar quadros preparados para direção interna, mediante a aproximação tardia de seus militantes com uma cultura política e técnica de análise dos fatos passível de ser apreendida no ensino secundário e superior<sup>219</sup>. Possuir um grupo

---

<sup>216</sup> Sartori (1982) distingue as subunidades partidárias em cinco grandes grupos: fração, facções, tendências, agrupamentos e agrupamentos atomizados.

<sup>217</sup> Para o autor os partidos seriam compostos por quatro círculos concêntricos de indivíduos ligados ao partido, em ordem crescente participação: eleitores > simpatizantes > adeptos > militantes.

<sup>218</sup> GONZÁLEZ, F.; CASTAÑOS, S. The political career of members of youth wings. In: XII Congress of Spanish Association of Political Science., *Anais...* San Sebastian, 2015, 27 p.

<sup>219</sup> DUVERGER, 1985, p. 199-200.

jovem interno identificado programaticamente com o partido era um antídoto contra o despreparo político e a carência de militantes mobilizados.

Um enquadramento mínimo do significado de “*Juventude Partidária*” (o termo em inglês mais utilizado para denominá-las é “*youth wings*”) deve impreterivelmente atender a dois requisitos: considerar o vínculo da organização com o partido político, ainda que existam variações quanto à natureza deste vínculo; e reconhecer sua particularidade de identificação categorial, o que anula generalizações de enquadramento do jovem partidário com seu respectivo braço juvenil organizado. Adotaremos aqui a definição (enfoque institucionalista) proposta por Julian Rodríguez: Juventudes Partidárias (abreviaremos no texto como JP’s) são:

Formas organizativas de juventude que integram as estruturas dos partidos políticos (subunidades partidárias), com especificidades próprias, e que, segundo as regras do jogo, formais e informais, desenvolvem atividades diversas no interior dos partidos e no ambiente externo de forma a contemplar fins específicos<sup>220</sup>.

A feição organizativa de uma JP pode assumir diferentes contornos. Ela pode assumir posição formal bastante similar aos seus partidos, correspondendo simetricamente suas normatizações quanto à divisão de cargos, atribuição das instâncias e órgãos, sobrevivência financeira, critérios de escolhas de dirigentes, etc. No eixo oposto, uma JP pode estruturar-se genuinamente dentro das prerrogativas que lhes são competentes pelas particularidades que assumem sua movimentação política juvenil. Por exemplo, uma máquina partidária burocraticamente rígida quanto à verticalidade das esferas de decisão pode abrigar em seu organograma uma liga de juventude que prioriza deliberações internas ancoradas na horizontalidade e enfraquecimento da hierarquia. São tipos de contornos em extremidade que possuem em comum a relação que precisam estabelecer com seus partidos políticos. O partido político necessariamente é a matriz de uma JP.

Como poderíamos avaliar, então, a estrutura e as atividades desenvolvidas pelas Juventudes Partidárias, partindo das referências dos indicadores de sua institucionalização? Temos, na literatura política, importantes contribuições voltadas a

---

<sup>220</sup> RODRÍGUEZ, J. Las Juventudes Partidárias de três partidos políticos en Colômbia. 2009. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Política, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009.

avaliar o grau de institucionalização organizativa de um partido político. No modelo proposto por Samuel Huntington<sup>221</sup>, a mensuração do grau de institucionalização dos partidos deve ser confrontada com quatro dimensões, a saber: autonomia (liberdade para delimitar influências externas), complexidade organizacional, coerência (correspondência entre as normas formais e condutas dos agentes) e adaptabilidade (habilidade para ajustar-se aos contextos políticos a qual está submetido). Na acepção de Panebianco, a institucionalização pode ser medida ao longo de duas dimensões: nível de autonomia da organização em relação ao ambiente, pelo desenvolvimento da capacidade de controlar os processos de troca (extração de recursos humanos e materiais e distribuição de incentivos externos); e nível de sistemicidade, que se refere à coerência estrutural interna (forte interdependência entre as diversas subunidades, “assegurada por um controle centralizado dos recursos organizativos e dos processos de troca com o ambiente”)<sup>222</sup>. Cervi e Codato<sup>223</sup> oferecem um modelo dedutivo de institucionalização dos partidos adaptada ao sistema partidário brasileiro referenciado em três critérios demarcativos: força eleitoral autônoma, ou seja, grau de independência frente a um cacique político e forte identificação do eleitorado; coesão partidária e disciplina organizacional (baixa migração partidária e comportamento unificado das bancadas legislativas); e influência do partido junto às instituições políticas (controle dos recursos políticos, competência de definição nos processos decisórios).

Em se tratando das Juventudes Partidárias, podemos efetuar uma adaptação tipológica, levando-se em conta o enunciado de características e ações básicas a serem por elas desenvolvidas enquanto subunidades partidárias. Consideramos então um conjunto de itens demarcados em três variáveis: atributos, funções internas e funções externas:

1. Atributos: estar legalmente constituída; possuir um regimento/estatuto próprio; ser referenciada no estatuto do partido; controle de filiação; dispor de um organograma com cargos e funções e possuir um código de ética.
2. Funções internas: previsão de fóruns, encontros e congressos; desenvolver cursos de formação específica para jovens; participação nas atividades e em

---

<sup>221</sup> HUNTINGTON, S. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

<sup>222</sup> PANEBIANCO, A.. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 106.

<sup>223</sup> CERVI, E; CODATO, A. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL no Paraná. In: CODATO, Adriano; SANTOS, Fernando. *Partidos e Eleições no Paraná: Uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006. p. 245-274.

cargos estratégicos do partido; eleições de representantes para cargos na juventude, gestão de projetos e disposição de candidatos para a disputa eleitoral oriundos de suas fileiras.

3. Funções externas: trabalho comunitário, campanhas de adesão e filiação de membros; participar de campanhas políticas do partido; presença em eventos voltados ao público juvenil; interferência nas discussões e proposições acerca de Políticas Públicas para Juventude e eleição de representantes para cargos públicos em entidades relacionadas com a juventude.

Concebidas dentro dos partidos como força motriz de renovação de quadros, as Juventudes Partidárias sofrem em cheio o impacto do desgaste sofrido pelas instituições partidárias nas últimas décadas. A batalha de afirmação pela relevância das JP's no cenário político assume duas frentes: externa, no sentido de mostrar-se atraente para uma juventude que galopa na negação nos formatos tradicionais de associações e mobilizações; e interna, porque sua institucionalização está umbilicalmente condicionada ao seu posicionamento no tabuleiro dos interesses políticos de seu partido. Para Cosmas Kanyadudi, a sobrevivência das Juventudes Partidárias nas democracias atuais irá depender da sua disposição em incorporar as novas linguagens juvenis, projetando-se como peça elementar na luta pela promoção e proteção da governabilidade democrática. E isto tem impacto na legitimidade que elas assumem para o conjunto partidário. O posicionamento muitas vezes periférico das organizações juvenis partidárias dentro de seus partidos reverbera na dificuldade que eles encontram em estreitar o canal de comunicação com os jovens na sociedade<sup>224</sup>. Daí emerge a urgência de se discutir o papel que as JP's podem exercer dentro das instituições partidárias, na vanguarda da otimização da comunicação e interação geracional intrapartidária e no intercâmbio cooperativo que elas podem estabelecer dentro das redes de articulação políticas e culturais juvenis<sup>225</sup>.

A criação de um braço juvenil organizado dentro de um partido político associa-se a condições diversas, confluentes ou não. Consistiria em mera inferência panfletária

---

<sup>224</sup> KANYADUDI, C. J. O. The role of political parties youth leagues in democratization and regional integration in east Africa. Nairobi: Friedrich Ebert Stiftung, 2010. 36 p.

<sup>225</sup> BUSCH, T. Creating a local Youth Council. In: GOLOMBEK, Silvia. *What Works in Youth Participation: Case Studies from Around the World*. Baltimore: International Youth Foundation, 2002. p. 41-48. ("What works").

se reduzíssemos o surgimento das JP's a premissa de que partidos preocupam-se em subsidiar espaços exclusivos para melhor articulação de seus jovens militantes. Adaptando as pontuações apresentadas por Gladys Acosta<sup>226</sup>, sugerimos quatro pontos gerais em auxílio a melhor enxergarmos o surgimento destas organizações partidárias:

1. Decisão do partido em adaptar-se as exigências da legislação partidária, eleitoral ou Constituição. Neste caso, consideramos a existência de exigências legais para que partidos políticos possuam organizações juvenis em seu organograma de composição.
2. Necessidade instrumental: aumentar o número de filiados, aumentar o contingente de militantes nas frentes de campanha eleitoral, treinamento de lideranças para a renovação dos quadros.
3. Apropriação de pautas gerais de inclusão e respeito à pluralidade (reconhecimento de direitos, culturalismo, multi-inclusão, etc).
4. Viabilizar caminhos para melhor construção do diálogo com o público juvenil, objetivando primordialmente adaptar suas iniciativas políticas com as demandas dos jovens.

Defronte o desafio de carregar a insígnia de uma instituição erodida politicamente, as JP's possuem uma particularidade, à serventia de uma aproximação com o público juvenil: podem estar na interface entre as demandas desta categoria social e sua incisão na promoção de política pública. Os resultados da pesquisa “*Euyouparty*,” realizada junto a jovens de alguns países europeus<sup>227</sup> entre 2002 e 2005 acerca das suas visões gerais sobre participação política, demonstram que a insatisfação destes jovens com as estruturas políticas formais constrói-se pela desconexão entre as partes no que tange a ideias e pontos de vista. Os jovens querem se sentir decisivos e querem intervir para melhorar de alguma forma sua comunidade, mas não vislumbram receptividade em organizações como os partidos políticos. Há uma crença entre os jovens na baixa prioridade dada pelos partidos às questões que lhes interessam, criando-se visíveis barreiras de entrada. Todavia, se existe a preferência por formas alternativas de participação política, tais como manifestações, boicotes ou expressões culturais, elas

---

<sup>226</sup> ACOSTA, G. Jóvenes en la política partidaria Una aproximación a las organizaciones de juventud, vinculadas a los partidos políticos en Colombia. *Anagramas*, Medellín. Volumen 9, Nº 19, pp. 51-68, 2011.

<sup>227</sup> São eles: Áustria, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Eslováquia e Grã Bretanha.

não são municiadas de direitos políticos comparáveis com os partidos para moldar a formulação de políticas. Boa parte destes jovens europeus entrevistados não nega a importância dos partidos pela posição especial que eles ocupam no ordenamento legal democrático e na própria estrutura de poder político<sup>228</sup>.

As Juventudes Partidárias sobrevivem embaraçadas a sua condição normativa, concebida pela inerência ao *habitat* onde foram concebidas. Alimentar uma negação ou distanciamento de sua condição partidária não só seria incoerente, como revelaria uma *fraqueza molecular* quanto a sua constituição identitária e identificações que lhes são conferidas. O caminho à elaboração do diálogo com setores juvenis talvez perpassa a (re) afirmação justamente da sua condição institucional, erigida pela transmutação da sua existência como essencial democraticamente na cristalização dos interesses juvenis em conflito, na conciliação de reivindicações e na agregação de pressões. Seria o reforço do caráter pedagógico que podem assumir, introduzindo o jovem ao universo de uma socialização política bem específica, na latência do preparo à mediação da vontade política de grupos ou categorias sociais.

Tornar-se atraente para os cidadãos jovens é um grande desafio vivido pelas organizações partidárias na atualidade, segundo William Cross e Lisa Young, e investir recursos políticos em suas Juventudes Partidárias, de forma a atuar como a ponta da lança nesta empreitada, pode ser a resposta mais coerente. Os autores alertam que os jovens desinteressados plenamente da política são menos susceptíveis a ser uma fonte de recrutamento para o partido, a partir de dados que demonstram este desinteresse nascer, em grande parte, da não afeição dos jovens pelos métodos tradicionais do fazer a política. Uma estratégia mais fértil consistiria em focar naqueles jovens já engajados em caminhos alternativos de militância. Neste caso, o esforço deveria vir acompanhado da ideia de ressignificação do discurso e de algumas práticas, uma vez que estes mesmos jovens explicitamente contestam o formato hierárquico e burocrático dos partidos, justificando sua opção por grupos com menor ou nenhum desnivelamento das esferas de decisões (horizontalizados) e mais espaço para expressão da categoria juvenil<sup>229</sup>.

Diante desta conjuntura nebulosa quanto a esta representação imagética dos partidos perante os jovens, uma proporção substancial deles ainda opta por enveredar-se

---

<sup>228</sup> SPANNRING, R. We vote and then we suffer: Survey results in the light of young people's views on participation. *Young people's studies magazine*, Madrid, n.81, p.45-66, 2008.

<sup>229</sup> CROSS, W; YOUNG, L. Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged To Join a Political Party: An Investigation of the Canadian Case. *Party Politics*. 14(3), p. 345-369, 2008.

neste tipo de engajamento. *A priori*, pela baixa identificação generalizada do público juvenil com os partidos, poderíamos deduzir que estes jovens geralmente ingressam nestes espaços motivados pela adesão à disposição destes em fornecer-lhes incentivos de poder e status, como uma oportunidade de candidatura para disputa de cargo eletivo ou ocupar um cargo de destaque e/ou que remunere bem, contemplando uma ambição que estes jovens poderiam já possuir. “Sou jovem e não simpatizo com nenhum formato ou com este formato específico de militância, mas surgindo uma oportunidade para impulsionar minha carreira profissional ou política, qual o problema?”. Esta assertiva poderia encaixar-se perfeitamente num raciocínio que levasse em conta esta adesão partidária motivada por um interesse meramente pessoal ou instrumental. Contudo, importantes estudos recentes que caracterizam o perfil destes jovens interessados na vivência político-partidária vêm demonstrando a existência de outros fatores mais relevantes para mensurar sua atração pelos partidos políticos.

No trabalho intitulado “*Tomorrow’s Leaders? Understanding the Involvement of Young Party Members in Six European Democracies*”, Michael Bruter e Sarah Harrison<sup>230</sup> desenvolvem um modelo tricotômico para explorar as motivações, percepções e atitudes que levam jovens a se engajarem em organizações juvenis partidárias. É uma ampla análise comparativa que contou com a colaboração de 2919 jovens com idade entre os 18 aos 25 anos de seis democracias européias.

Os autores partem da hipótese de que cada indivíduo é influenciado pela predominância estrutural de uma ou outra categoria de incentivos, o que resultaria em três tipos distintos de jovens partidários: os “*moral-minders*” - centrados em motivações ideológicas, estes jovens possuem uma visão idealizada do valor que representa fazer parte de um partido político, reconhecendo-o como uma ferramenta de transformação social. Eles fazem esta escolha buscando expressar e afirmar suas crenças morais recém-cristalizadas, e estão mais propensos a simpatizarem com modos radicais de participação, a se envolverem em outras organizações, a tratarem o partido na perspectiva do *policy-seeking* e a se afastarem da ideia da política como profissão; “*social-minders*” – desejam acima de tudo sentir-se integrados num grupo social, cultivando o valor “entretenimento” de sua participação. A filiação partidária para estes jovens é uma oportunidade para conhecer pessoas, trabalhar afinidades ou simplesmente

---

<sup>230</sup> BRUTER, M; HARRISON, S. *Tomorrow’s Leaders? Understanding the Involvement of Young Party Members in Six European Democracies*. *Comparative Political Studies*. v.42, p. 1259-1291, 2009.

trocar opiniões políticas. Existe um ingrediente de “diversão” em suas participações organizacionais, amparadas por incentivos solidários de pertencimento ao coletivo; e os “*professional-minded*” – filiação partidária motivada pela expectativa de conseguir oportunidades profissionais, tornar-se político ou deste ingresso derivar um trabalho como estágio, na parte administrativa ou em algum cargo comissionado no poder público. Os incentivos materiais diferenciam com mais nitidez os membros jovens dos membros em geral. Este perfil de jovem é o mais propenso a buscar posições de responsabilidade no futuro, a ser mais ativo em termos de participação orientada na busca pelo voto, a acreditar que a política pode ser vista como uma carreira, enfim, a ser o tipo de membro necessário para o projeto de conquista do poder pelo partido.

Os resultados da pesquisa mostram que a maioria dos jovens filiados se enquadra no perfil *moral-minders*, optando pela filiação partidária para responderem a um senso de dever moral. A predominância deste perfil de jovem partidário mostra que os partidos possuem majoritariamente em suas fileiras um perfil de militante que enxerga seu engajamento num formato mais ativista e que está disposto a militar pelos ideais do partido, abdicando de interesse motivacional puramente pessoal ou instrumental. O segundo tipo mais diagnosticado são os membros *social-minded* e, por último, aqueles jovens com intenções claras de amarrar seu futuro profissional na vida política. Bruter e Harrison relatam que os jovens enquadrados no perfil *professional-minded* transpareciam firmeza quanto ao posicionamento político-estratégico que o partido precisava ter na arena eleitoral na busca pelo maior número de votos, mostrando-se pragmáticos quanto ao papel que eles, enquanto jovens, poderiam incorporar, representando a ideia de renovação dos quadros dirigentes.

Outra pesquisa de referência consiste no estudo de Cross e Young<sup>231</sup>, feito com jovens canadenses engajados em partidos e em outras esferas não-tradicionais, que parte do exame de variáveis demográficas, atitudinais, socialização e uso da mídia com o objetivo de medir os seus efeitos sobre a decisão dos jovens em aderir ou não a um partido político. A maioria dos jovens militantes de partidos foram expostos, durante sua infância, ao ativismo partidário dos pais, o que muito provavelmente também gerou sua exposição a diferentes tipos de informação política. Os pesquisadores afirmam que o “*pull*” de socialização familiar serve como contrapartida ao “*push*” social geral de afastamento do ativismo partidário. Sua predisposição em relação aos partidos é maior

---

<sup>231</sup> CROSS, W; YOUNG, L, 2008.

do que o outro grupo de ativistas jovens participantes da pesquisa, devido a sua maior exposição familiar neste cotidiano político. O ambiente escolar formal é outro espaço de socialização que muito interfere na formação da preferência destes jovens partidários por estas organizações. Tal como no Brasil, o movimento estudantil no Canadá é fortemente tutelado por grupos ligados a partidos políticos. Além disso, estes jovens tendem a ser mais dependentes de fontes de notícias tradicionais e a produzir conteúdo informativo com uma linguagem que dialoga melhor com o contexto institucional.

Já os jovens não-partidários são céticos quanto à eficácia dos partidos em representar os anseios gerais da população, dando mais crédito a mecanismos de intervenção política mais dinâmicos e não atrelados a redoma do Estado. Estes jovens se assemelham muito ao perfil da juventude de sua geração. Para Cross e Young, os partidos precisam ficar em alerta, pois a caracterização de um perfil de militante juvenil tradicional ainda está muito colada ao perfil do jovem que ocupam suas fileiras, fato este que dificulta pretensões programáticas de revigoração de suas bases e reconfiguração de sua imagem junto ao público juvenil. Em um determinado momento, a socialização familiar *aos* partidos não será suficiente para compensar o ritmo daqueles que deles se afastam, resultado direto das mudanças de preferências políticas do ciclo geracional.

Para Bertollo-Nardi, Souza e Menandro<sup>232</sup>, o sentimento de pertencimento ao um grupo de natureza política inaugura no comportamento dos jovens a contestação do estigma geracional a eles atribuídos (desinteressados, desmotivados e apáticos). Participar de um partido político envolve a disposição pelo exercício da resignificação de seu papel no sistema democrático, daí a urgência de atualizar a agenda de pesquisas sobre os caminhos trilhados pelos jovens para ingresso nestas organizações. Analisando as relações intergrupais entre jovens brasileiros membros de diferentes juventudes partidárias<sup>233</sup>, os autores traçam um perfil de conduta destes jovens mensurando os motivos para ingresso em seus respectivos partidos e as comparações sociais interpartidárias. As categorias motivacionais mais apontadas pelos jovens, mediante escolha de um conjunto de categorias para eles apresentadas, foram: ampliação da participação, influência de outras pessoas, interesse profissional e desejo de acabar com

---

<sup>232</sup> BERTOLLO-NARDI, M.; SOUZA, L. de; MENANDRO, M. C. S. Representações, identidade social e tensões interpartidárias: um estudo com jovens militantes. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 7(2), São João del-Rei, p. 299-310, jul/dez 2012.

<sup>233</sup> A pesquisa coordenou entrevistas em profundidade e diálogos em grupos focais com 19 jovens membros de partidos políticos.

a injustiça. As respostas estão bem distribuídas entre estas categorias, demonstrando que o desafio dos partidos para atraírem membros jovens perpassa múltiplas frentes de intervenção. Outras categorias apresentaram pouca relevância estatística: formação política, prestígio e visibilidade, características pessoais e contribuição para o partido.

Nas comparações sociais interpartidárias, foi analisada a frequência com que cada jovem comparou o seu partido e o conteúdo da comparação: “entre os jovens partidários surge uma dinâmica interna de diferenciação”.<sup>234</sup> Constatou-se que a diferenciação feita era sempre no sentido de diminuir a importância do *outgroup* e elevar a relevância do *ingroup*. Jovens partidários que entraram mais diretamente em conflito tecendo críticas a outros jovens são os que apresentaram com maior intensidade conteúdos relacionados à categorização, diferenciação e identidade social. O partido que mais sofreu comparações foi o PT. Ao mesmo tempo, os jovens petistas se mostraram mais dispostos a atacar a conduta política dos outros jovens partidários. Os jovens dos partidos PDT, PSB, PTB e PMDB evitaram incorporar nas suas críticas elementos de categorização e diferenciação social. Para os autores, estes jovens não disputam diretamente o mesmo espaço político e simbólico daqueles jovens dos partidos mais a esquerda, o que justificaria este afastamento do conflito intergrupar. Os autores concluem que as disputas na esfera partidária refletem nos processos de disputa ideológica e atua como combustível nas comparações entre membros de suas juventudes partidárias. A identificação com o grupo e com a ideia do coletivo supera apresentações subjetivas da importância política de sua juventude partidária.

Esses jovens, mesmo ao falarem de suas trajetórias pessoais, levantaram questões que são muito mais de ordem grupal. Eles não falam como membros independentes, mas como representantes de categorias sócio-partidárias às quais se identificam. Daí a importância de se analisar os dados a partir de teorias que não se restrinjam ao enfoque individualista<sup>235</sup>.

O modelo de incentivos apresentado na pesquisa de doutorado de Matthew Lamb é outro trabalho que também vem sendo bastante referenciado em estudos interessados na compreensão da adesão de jovens a partidos políticos. Ele apresenta um conjunto de incentivos visando enquadrar diversos relatos de jovens ligados ao partido

---

<sup>234</sup> BERTOLLO-NARDI; SOUZA; MENANDRO, 2012, p. 300.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 308.

conservador e ao partido socialista britânico, incentivos estes enquadrados nas seguintes categorias: preocupações altruístas; *collective positive incentives* – atração pela proposta política do partido; *collective negative incentives* – combater propostas políticas de outros partidos; *selective process incentives* – despreocupação com resultados políticos, mas com o processo em si. Experiência agradável em aderir a um partido, com a oportunidade de conhecer pessoas com interesses semelhantes; *selective outcome incentives* – motivações para com a realização de determinados objetivos políticos, cujas recompensas são planejadas a fim de afetarem apenas o indivíduo, em vez de beneficiar o coletivo; *social factors and norms* – influência familiar, amigos ou quaisquer outros grupos de afinidade<sup>236</sup>.

O papel que uma Juventude Partidária poderá exercer no desenho institucional do partido dependerá da estrutura de oportunidades que lhes é colocada e/ou por ela conquistada, isto é, se o conjunto de regras, atribuições e cultura de participação proporciona espaços para que ela articule suas pautas, esteja presente nos círculos de decisão, seja requisitada para oferecimento de aspirantes à disputa eleitoral, gerenciem recursos, interfiram nas definições programáticas e posicione-se de forma legítima na apresentação de proposições condizentes a sua categoria social.

Como uma JP operacionalmente deriva no partido, pensemos na sua constituição (perfil de composição) e agitação (vetores de participação) condicionadas a intensidade do diálogo partidário com princípios de inserção interna do militante e de grupos temáticos. Inferimos então que o fortalecimento da democratização dos processos internos afastaria as JP's do seu engessamento numa relação partidária simbiótica. Como um tipo de partido, cuja estrutura altamente burocratizada que perpetua uma elite dirigente praticamente inamovível (cristalizando a oligarquização)<sup>237</sup>, conceberia espaços organizativos férteis para as particularidades do dinamismo militante juvenil? Qual o lugar dos jovens em um partido dominado pela faceta pública dependente do

---

<sup>236</sup> LAMB, M. Young Conservatives, Young Socialists and the great youth abstention: youth participation and non-participation in political parties. 2002. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, Department Of Political Science And International Studies, University Of Birmingham, Birmingham, 2002.

<sup>237</sup> Em referência a interpretação unidirecional de Robert Michels quanto ao crescimento e consolidação dos partidos. In: MICHELS, R. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.

Estado, onde impera critérios rígidos de mascaramento da hierarquização que segrega dirigente e alto escalão burocrático da base partidária?<sup>238</sup>

Em linhas gerais, a democracia intrapartidária implica a adoção de princípios democráticos dentro da organização partidária, numa perspectiva pluralista, que significaria a inclusão de critérios de competência para com a liberdade de expressão e eleição entre seus membros, utilização de mecanismos competitivos no processo de tomada de decisões, a participação do filiado na formação da agenda programática e orientação ideológica e a existência de canais que permitam o exercício efetivo de controle político interno<sup>239</sup>. Ela também pode assumir contornos deliberacionistas, pela promoção de uma ligação vertical entre as diferentes esferas internas deliberativas e horizontais no que concerne aos aspectos da competição<sup>240</sup>. A democracia interna repousa sobre o direito de participação dos filiados e o direito da organização dos grupos internos.

De acordo com Susan Scarrow e Sefakor Ashiagbor<sup>241</sup>, a garantia do funcionamento democrático nos partidos depende do atendimento a requisitos mínimos estabelecidos nas dimensões do comportamento político institucional e da organização. Recai sobre a dimensão comportamental a forma como o partido lida com os conflitos internos e externos, como trabalham sua responsabilidade junto aos cidadãos e como se mantém fiel, na atuação política, aos princípios e ideais fixados em suas cartas propositivas. Na dimensão organizacional, pesam questões de aspirações e estratégia, com procedimentos internos que ajudam a definir o que representa o partido. Neste caso, devem prevalecer regras claras e que incentivam a inclusão dos filiados na vida orgânica do partido. Os autores deixam claro que a regulamentação e o respeito às manifestações das unidades partidárias simbolizam a disposição pela aceitação da pluralidade de ideias, conferindo mais legitimidade aos posicionamentos políticos e demandas de setores sociais ali representados.

---

<sup>238</sup> Em referência a modelo emergente de partido nas democracias contemporâneas propostas por Katz e Mair: o *cartel party*. In: KATZ, R; MAIR, P. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *The American Review of Politics*, Fayetteville, v. 14, p. 593-617, winter, 1993.

<sup>239</sup> FREIDENBERG, F. Democracia Interna: reto ineludible de los partidos políticos. *Revista de Derecho Electoral*. n.01, Primer Semestre, p. 1-17, 2006.

<sup>240</sup> TEORELL, J. A Deliberative Defence of Intra-Party Democracy. *Party Politics*, vol. 5, nº 3, p. 363-382, Jul. 1999.

<sup>241</sup> SCARROW, S; ASHIAGBOR, S. Estándares mínimos para el funcionamiento democrático de los partidos políticos, Washington, Instituto Nacional Demócrata para Asuntos Internacionales, 2008. O texto está disponível em: [https://www.ndi.org/files/2337\\_partynorms\\_snpndf\\_07082008.pdf](https://www.ndi.org/files/2337_partynorms_snpndf_07082008.pdf)

O trabalho de Nelson Villavicencio<sup>242</sup> acrescenta alguns ingredientes bem interessantes a este debate. Para ele, a democracia intrapartidária precisa ser analisada mediante a concretização de pontos dentro de três eixos: participação, organização e composição. Os indicadores do eixo *participação* conclamam espaços horizontais de participação na estrutura partidária, instrumentos normativos para reconsideração de decisões, canais estreitos de aproximação filiado-dirigentes e amplos espaços de participação para elaboração do programa e estratégias partidárias. Quanto a *organização*, o partido precisará habilitar os militantes para escolher ser dirigentes e candidatos a cargos eletivos, aprimorar a comunicação interna, fazer valer os procedimentos regimentais e oferecer espaços para disputas políticas internas. Na dimensão *composição*, o partido apresentar-se-á alinhado com os princípios democráticos caso instrumentalize ferramentas internas para representação efetiva de setores tradicionalmente excluídos dos partidos. O autor afirma que recai sobre o partido a responsabilidade de oferecer para jovens, mulheres, indígenas e outros grupos sociais possibilidades reais de ascensão a espaços internos de poder e no processo de seleção de candidatos.

A *institucionalização* das Juventudes Partidárias, nos moldes da tipologia apresentada no começo deste tópico, viabilizar-se-á em arenas partidárias onde a inclusão dos militantes esteja solidificada em seu *modus operandi*, de forma a garantir teleologicamente a expressão da pluralidade pelo enfraquecimento de moratórias sectárias impostas à condição etária. O papel de uma JP dependerá do tipo de partido que ela pertence. Acreditamos que partidos lapidados na cultura da participação, que contam com intenso engajamento de ativistas na vida partidária e que possuam infraestrutura de aporte para políticas são espaços mais férteis para o fortalecimento das JP's enquanto organizações politicamente relevantes do que em partidos oligarquizados e/ou partidos cujo objetivo máximo centra-se nas articulações em torno do jogo político eleitoral.

---

<sup>242</sup> VILLAVICENCIO, N. Calidad democrática y democracia interna de partidos políticos. Trabalho apresentado no 7º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política de la ALACIP, Bogotá, set. 2013.

### 2.3 – Panorama da organização formal das Juventudes Partidárias no Brasil

As Juventudes Partidárias se fazem presentes no quadro organizativo de partidos em inúmeros países de todos os continentes. Canadá, Bélgica, Peru, Zimbábue, Índia dentre tantos outros países dotados de organizações partidárias compondo o funcionamento do seu sistema político possuem seções específicas voltadas ao público juvenil. Algumas figuraram no noticiário internacional em anos recentes, como por exemplo, os jovens gregos membros da Coligação da Esquerda Radical (*Youth SYRIZA*), que na última década vinha participando de inúmeros protestos pelo país, até conseguirem empossar, nas eleições gerais em janeiro de 2015, o primeiro-ministro de seu partido; as juventudes de 18 países africanos que participaram no ano de 2011 em Windhoek, capital da Namíbia, do “Fórum China-África de Jovens Líderes”, uma proposta do Partido Comunista Chinês de aproximação com comitês de partidos de esquerda na África; e a forte presença de jovens partidários na chamada “Primavera Árabe”, onda revolucionária de protestos ocorridos no Oriente Médio e no Norte da África iniciada em dezembro de 2010. Destacamos a atuação da *Vanguard Youth*, ala jovem do Partido Trabalhista Turco na organização da manifestações em seu país e dos jovens egípcios membros do *Free Egyptians Party*, *Danish Libertarian Youth* e *Freedom Party*<sup>243</sup>.

As seções juvenis garantem sua existência em partidos políticos do mundo inteiro, diagnóstico este que nos remete a uma importante questão: o quão voluntária é esta iniciativa pela autorização da criação de alas jovens por parte dos partidos, em alento a regulamentações legais em seus países orientando-os para tal? Decidimos então mapear as prescrições legais presentes nas leis de partidos, lei de financiamento partidário e Constituições de alguns países visando obter um panorama sobre as prescrições legais acerca da existência das Juventudes Partidárias. Analisamos este conjunto de normas jurídicas de 15 países Europeus (alguns deles não possuem leis específicas sobre financiamento partidário, como República Tcheca, Polônia e Alemanha), de todos os países da América do Sul, do México, Canadá e dos Estados Unidos. As leis nos países europeus analisados podem ser consultadas no portal *Party*

---

<sup>243</sup> GELVIN, J. *The Arab Uprisings: what everyone needs to know*. Oxford: Kirkus Review, 2012, 208 p.

*Law*<sup>244</sup>. O acesso a legislação nos demais países foi feito através da visita no endereço eletrônico de seus parlamentos.

Nos países americanos, apenas a Bolívia, em sua legislação partidária, faz menção direta a organização de jovens nos partidos. O Art. 15, referente aos componentes básicos que devem estar presentes nos estatutos partidários, versa sobre os direitos das organizações juvenis em seu inciso V, complementado pelo Art. 16, donde se tem o incentivo legal à promoção pelos partidos da participação dos jovens, onde lê-se:

Artículo 16°. (Participación de la juventud) Los partidos políticos promoverán, en todas sus instancias, la participación efectiva de los jóvenes. Se integrará efectivamente a los jóvenes mayores de dieciséis y menores de dieciocho años, reconociéndoles una categoría especial para la formación cívica, ciudadana y de nuevos liderazgos.

Já no continente europeu, as JP's estão presentes na legislação da Alemanha, Bulgária, Holanda e Noruega. O Art. 20, inciso II da Lei dos Partidos na Bulgária menciona a possibilidade dos partidos políticos criarem suas próprias organizações de juventude. Na Holanda, as juventudes partidárias podem ser contempladas com recursos públicos específicos, a partir de um contrato de subvenção firmado com seu partido político. Partidos que não se empenham na estruturação formal de suas alas juvenis ficam excluídos de receberem financiamento público. Na lei partidária da Alemanha, também estão previstas subvenções públicas específicas para as organizações juvenis partidárias, que devem ser obrigatoriamente declaradas separadamente das receitas e despesas gerais do partido (Art. 24, inciso 12). Na Noruega, as JP's também tem direito a receber um subsídio do governo, cujo cálculo é baseado no número de votos recebidos pelo seu partido na última eleição em cada nível (Art. 11, incisos 11 e 12).

Dispostos constitucionalmente nos Arts. 14 e 17<sup>245</sup>, os partidos políticos no Brasil estão regulamentados pela Lei nº 9.096, aprovada pelo Congresso Nacional em 19 de setembro de 1995. No Brasil, assim como na grande maioria dos países analisados, não há qualquer previsão legal para a criação ou incentivo financeiro voltado às organizações juvenis dos partidos. O partido político possui liberdade para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer estatutariamente a

---

<sup>244</sup> Disponível em: <http://www.partylaw.leidenuniv.nl/>. Último acesso em: 06/06/2016.

<sup>245</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

sua estrutura interna, organização e funcionamento, tal como disposto no Art. 14 da Constituição. Ou seja, parte dos critérios estabelecidos internamente pelos próprios partidos possuir ou não uma Juventude Partidária.

O sistema partidário brasileiro na atualidade é composto por 35 partidos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral<sup>246</sup>. Não existe um registro ou levantamento oficial de quantos partidos brasileiros possuem seções específicas para a juventude. Contudo, após consulta on-line nos endereços eletrônicos de todos os partidos brasileiros, constatamos que *todos* eles possuem juventudes partidárias organizadas. Percebe-se com isso a consolidação de uma *cultura político-partidária* no país voltado à adoção de seções juvenis.

Esta tese envereda-se na compreensão da institucionalização, trajetória de atuação e perfil militante de uma dentre tantas juventudes partidárias existentes no Brasil. Entretanto, apresentaremos brevemente as características da organização formal de algumas Juventudes Partidárias presentes no país, preparando panoramicamente o terreno para a apresentação do estudo em profundidade sobre a Juventude do PT. O estudo aqui empreendido abrolha mais como uma demonstração inicial da estrutura formal destas organizações, a partir da documentação oficial pública que regulamenta e norteia o funcionamento das mesmas.

Ao reunir elementos de análise da estrutura formal das organizações juvenis nos partidos, metodologicamente direcionamos o foco investigativo nos documentos regentes de suas diretrizes gerais (estatutos das juventudes). As juventudes analisadas serão: UJS (PC do B), JPSDB (PSDB), JPMDB (PMDB) e JDEM (DEM)<sup>247</sup> Esta escolha se ancora na seleção realizada por Caliarí<sup>248</sup>, tendo como base alguns dos partidos com maiores porcentagens de jovens e conectadas ao distanciamento no espectro político ideológico ante a configuração nacional. A pesquisa qualitativa aqui empreendida, do ponto de vista da abordagem do problema, soma-se, do ponto de vista de seus objetivos, a uma análise mais descritiva e comparativa. Para além da exposição das características estatutárias de cada Juventude Partidária, empreende-se aqui também o estabelecimento de correlação entre as variáveis analisadas a partir de cada documento e entre documentos.

---

<sup>246</sup> Informação atualizada em: 08 de setembro de 2016.

<sup>247</sup> Tanto a JPSTU (PSTU) como a JPSOL (PSOL) não possuem Estatuto Geral Registrado, impossibilitando para esta pesquisa a coleta e análise dos dados a partir do referencial documental.

<sup>248</sup> CALIARI, 2009.

Partindo das orientações metodológicas propostas por Moraes<sup>249</sup>, a estratégia de análise dos estatutos envolveu três sucessivas etapas:

**I-** Preparação das informações, a partir da seleção dos documentos centrais de análise, identificação das amostras a serem analisadas e codificação de identificação.

**II-** Construção das unidades de análise (unidades de significado), permitindo em seguida uma classificação comparativa. A natureza das unidades foi definida seguindo os critérios de divisão estatutária (capítulos) e temas relevantes e comuns dentro das organizações juvenis. Constituem unidades de análise desta pesquisa: filtros de filiação e demandas de participação, finalidades (objetivos), estrutura organizacional, influência eleitoral e participação deliberativa.

**III-** Por fim, segue-se a análise descritiva complementadas pela interpretação e contextualização à discussão bibliográfica precedente.

A primeira unidade de análise, filtros de filiação, revela as particularidades de cada Juventude quanto aos pré-requisitos para ingresso na organização. A transição do indivíduo profano para compor as fileiras de cada uma das Juventudes revelou particularidades principalmente no que concernem as dimensões etárias de ingresso e desfiliação dos membros.

A visualização do raio etário como pré-requisito aponta para JMPDB como a Juventude com o maior intervalo entre a idade mínima e a idade máxima (21 anos). Nota-se inclusive que a idade máxima de filiação aos denominados “jovens” pela JDEM, JPSDB e JPMDB supera os limites etários demarcados por importantes órgãos nacionais e internacionais. A USJ não possui registro estatutário da idade mínima de filiação.

A JPMDB possui outras três particularidades bastante interessantes: a filiação compulsória de filiados do PMDB à JPMDB (contemplando o requisito da faixa etária),

---

<sup>249</sup> MORAES, R. *Análise de Conteúdo*. Revista Educação. Porto Alegre. V. 22, n 37 p 7-32, 1999.

a exclusão compulsória, para aqueles que atingem a idade limite de 35 anos e a possibilidade de filiação em diferentes Comissões. Estes instrumentos estatutários da Juventude Peemedebista certamente propiciam a facilitação nos trâmites burocráticos de filiação e o preenchimento compulsório (em termos quantitativos) de quadros.

A União da Juventude Socialista martela na necessidade, como requisito, de participação dos fóruns e atividades da entidade, bem como o aceite ao Manifesto. É um ponto que na sua aparência óbvia surge de forma clara apenas no estatuto da Juventude do PC do B.

Não foi possível visualizar em nenhum dos estatutos analisados, justamente pela não menção, um ponto bastante relevante: a filiação prévia ao respectivo partido como pré-requisito para a filiação à juventude da mesma. O ponto de interrogação sustenta-se em duas pistas: primeiramente, o fato da UJS constituir-se como uma organização autônoma do PC do B, o que lhe garante certa prerrogativa de maior independência organizativa. Segundo, porque no item I do Art. 2º do Estatuto da JPSDB, existe a menção como um dos objetivos de congregar filiados *ou simpatizantes* do PSDB, o que indica à abertura de filiação aos não filiados ao partido.

A unidade de análise *finalidades – objetivos* constitui a referência holística dos anseios de cada uma das organizações juvenis. Observa-se, entretanto, que diferentemente da UJS, JDEM e JSPDB, a JPMDB congrega seus objetivos e finalidades exclusivamente como aqueles elencados no estatuto do próprio JPMDB. É uma lacuna de identificação, partindo da premissa deste espaço de diretrizes despontarem como demarcadores da aproximação das mesmas com a juventude em si. Este ponto, inclusive, marca presença como termo obrigatório nas finalidades centrais das outras juventudes, como é possível perceber nos trechos abaixo:

Disposição no Estatuto da JDEM:

Art. 3.º - A JUVENTUDE DEMOCRATAS como Órgão de Ação Partidária, tem os seguintes objetivos:

(...) II - incentivar a participação política **de jovens** visando à ampliação dos quadros do Partido e a formação de novas lideranças;

III - planejar, coordenar, executar e apoiar estudos, projetos, pesquisas e ações voltadas para o atendimento **ao jovem**, objetivando o seu pleno desenvolvimento

como cidadão;

IV - apoiar ou promover eventos, estudos e pesquisas nas áreas política, econômica e social, destinados à divulgação, debate e discussão de temas ligados

à **juventude**, à sua formação profissional e ao seu desenvolvimento.

V - Fomentar o desenvolvimento político **da juventude**, visando a sua integração

na vida pública brasileira.

Disposição no Estatuto da UJS:

**Art. 2º** - A UJS é uma **organização de jovens**, principalmente oprimidos e trabalhadores, que atua compreendendo e respeitando a diversidade da juventude. Para tanto, busca contato com todas as manifestações juvenis, desde que não firam seus princípios.

**Art. 3º** - A União da Juventude Socialista tem por objetivo:

**a.** defender **os direitos da juventude** à liberdade, ao trabalho, educação, saúde, esporte, lazer e cultura;

**b.** divulgação e estudo do socialismo científico entre **a juventude**;

(...) **e.** promover e participar de eventos em conjunto com as associações culturais, profissionais, juvenis e outras, de acordo com as alíneas a, b, c e d deste artigo.

Disposição no Estatuto da JPSDB

**Art. 2º** – O JPSDB tem por finalidade:

**I** – **congregar jovens** filiados ou simpatizantes do PSDB;

**II** – contribuir para a conscientização política **dos jovens**, inserindo-se em seus diversos setores de atuação e nos diversos setores do movimento social.

Ampliar os espaços de inserção das Juventudes dos Partidos em entidades, grupos juvenis e organizações diversas consistem decididamente num objetivo comum a todos. As linhas de finalidades são bem próximas, mesmo se tratando de juventudes vinculadas a partidos distintos. Ponto em consenso também diz respeito à necessidade da juventude partidária fomentar a potencialização da participação política juvenil. A

atual condição juvenil de participação política possuindo conotações de engajamento paulatinamente mais distantes daqueles praticados nos espaços tradicionais de participação política revela a ironia, em alusão aos objetivos propostos pelas Juventudes Partidárias, das mesmas trabalharem em prol da participação política dos jovens estando imersos na própria dificuldade estrutural de fomentar a participação política dentro de suas próprias organizações.

Organização fortemente burocrática; descentralização estrutural nos três níveis (nacional, estadual e municipal); e hierarquicamente delineada quanto aos dispositivos de deliberação e direção. Estas são três características que soam uníssonas na estrutura organizacional das quatro juventudes partidárias analisadas.

O Estatuto da JDEM é o que mais destrincha a descentralização das esferas de deliberação. Além disso, existe uma forte dependência de regulamentação das instâncias inferiores para com a Diretoria Nacional, como a prerrogativa de regulamentar a realização, a composição, data, tempo de duração e até as finalidades das Convenções Municipais e Estaduais. Na JPMDB consta a prerrogativa dicotômica de intervenção nos órgãos “hierarquicamente inferiores”, principalmente no que concerne à reorganização das finanças e preservação das normas estatutárias, em não sintonia com a autonomia concedida aos Diretórios Municipais para criarem de sub-órgãos setoriais, para atuação em áreas de interesse político e partidário, como também, as Convenções Estaduais e Municipais podem definir autonomamente sua posição quanto à escolha de candidatos do partido a cargo de eleição majoritária.

Todas as Juventudes analisadas têm como instância máxima deliberativa as Convenções Nacionais. Todavia, a UJS instituiu as Plenárias Nacionais, Estaduais e Municipais como um dispositivo para proceder o balanço da aplicação das resoluções dos respectivos Congressos em suas respectivas esferas, convocar plenárias extraordinárias, realizar ajustes conjunturais e até destituir membros da direção e delegados da plenária. Mesmo assim, o Estatuto da UJS é bastante claro quanto à divisão hierárquica dos Fóruns, conforme consta no estatuto: “Art. 11 – (...) Parágrafo único – Os fóruns nacionais são superiores aos estaduais e assim sucessivamente.” Ou seja, a organização possui dispositivos legais de contrabalanço deliberativo sem, entretanto, quebrar o protocolo do pragmatismo vertical.

Na JPSDB, além prever a organização das Convenções e Congressos como órgão de deliberação (em semelhança às outras Juventudes), se distingue neste quesito

por prever em Estatuto a formação do Conselho de Política. Ele é responsável por orientar a ação política do Secretariado de Juventude dentro das diretrizes estabelecidas no Congresso e por impetrar a moção de desconfiança à Coordenação Executiva ou um de seus membros. Entretanto, o aspecto mais interessante neste Conselho recai na natureza de sua composição, haja visto o mesmo funcionar como um contra peso de equilíbrio federativo, pois sua composição deve conter obrigatoriamente 3 (três) representantes de cada Estado.

Este mecanismo de compensação do Conselho recai também na questão de abrangência numérica de membros. Enquanto a Coordenação Executiva da JPSDB deve possuir 15 membros escolhidos pelo sistema de proporcionalidade qualificada, sendo vedada a reeleição, o órgão correlato na JPMDB, do Diretório Nacional, o número de membros do Diretório Nacional totaliza 119 titulares e 40 suplentes, além dos membros natos. Ainda com foco nas singularidades organizacionais, a JPMDB é a única das organizações Juvenis que possui um órgão específico para, no âmbito de sua jurisdição, impetrar representação contra membros e órgãos da JPMDB. Nas outras Juventudes, esta ação “punitiva” fica a cargo de órgãos com outras funções acumuladas (as Comissões Executivas no JPSDB e Diretórios na JDEM e da UJS). A regência legal desta Comissão ancora-se no Código de Ética e Disciplina do PMDB. Em acréscimo, nota-se mais um vínculo organizacional direto da JPMDB, porque além de seus objetivos serem os mesmos daqueles escritos no estatuto do PMDB, na Convenção Nacional o número de Delegados da JPMDB que cada Estado e o Distrito Federal elegerão deve ser igual ao número de delegados do PMDB na sua Convenção Nacional.

Se a JPMDB possui um órgão específico para impetrar representação contra membros e órgãos, a UJS é a única Juventude que criou tentáculos de intervenção social direta, os chamados Núcleos. Organismos quase autônomos, não existem regras formais para sua Constituição, bastando apenas que 3 (três) membros da UJS se disponham à criá-lo.

A unidade de análise *influência eleitoral* diz respeito às prescrições legais diretas das Juventudes Partidárias com relação ao processo eleitoral. No artigo 8º, “deveres dos filiados da JPMDB”, fica explícita a obrigatoriedade do membro da JPMDB de participar das campanhas eleitorais dos seus candidatos. Esta obrigatoriedade eleitoral estende-se para os detentores de mandato eletivo quanto à prestação de contas de suas atividades políticas ao Diretório da JPMDB a qual pertence.

Outro ponto importante a ser ressaltado sobre a JPMDB vincula-se com o incentivo à afinidade eleitoral entre membros da JPMDB, partindo da possibilidade de medidas disciplinares para àqueles que não apoiaram candidatos adotados pela juventude. Estes dispositivos evidenciam uma tentativa de controle do mandato do jovem e de suas opções eleitorais pela juventude partidária.

Esta pressão institucional individual não está presente nas linhas de orientação eleitoral da JDEM. Sua ligação eleitoral reluz nas denominadas Convenções Extraordinárias. A convocação das Convenções Extraordinárias tem um papel fundamental de inserção da JDEM na dinâmica eleitoral do Democratas. É através deste dispositivo estatutário que a JDEM expõe seu posicionamento no partido sobre as coligações e plano de governo dos candidatos a cargo do executivo. Ainda nestas Convenções, conforme o artigo 14º é possível a JDEM fortalecer sua presença político-eleitoral indicando pré-candidatos da organização juvenil a cargos eletivos.

Tanto na JPSDB como na UJS não existe qualquer referência de atuação da Juventude em qualquer dinâmica ou esfera do processo eleitoral. A unidade de análise *Participação Deliberativa* encontra-se intimamente ligada aos direitos individuais de cada um dos jovens membros das Juventudes Partidárias. Condição universal nos estatutos é o direito de votar e ser votado, partindo da condição de que todos possuem iguais oportunidades dentro da lógica de ascensão hierárquica de posições. O atrito neste ponto entre as Juventudes está no tempo de filiação prévio necessário para se degustar deste direito. Enquanto na UJS e na JPSDB não existe restrições quanto ao tempo de filiação para concorrer a cargos ou votar nas Convenções, na JPMDB existe um mínimo de 30 (trinta) dias de filiação prévia, bem menor do que o tempo exigido pela JDEM (12 meses).

Em todas as Juventudes estão presentes também os escalonamentos de participação, ou seja, a participação nos Encontros em escala Estadual depende de escolhas nos Encontros em escala Municipal, assim como a participação nos Encontros em escala Nacional depende das escolhas nos Encontros em escala Estadual. Ainda em todas as Juventudes, existe a possibilidade do membro recorrer aos órgãos superiores para questionar decisões referentes a assuntos de suas gestões.

A JPMDB articulou um mecanismo para evitar qualquer inferência de “controle da maioria” nas eleições do Diretório, da Comissão de Ética e do Conselho Fiscal e na escolha Delegados, como é possível visualizar no inciso 5 do artigo 20, que prevê a

“divisão proporcional dos votos na ordem de colocação no pedido de registro, quando mais de uma chapa receber no mínimo 20% dos votos dos convencionais”. Somente para as eleições das Comissões Executivas prevalece o sistema majoritário com maioria relativa de votos.

Uma particularidade interessante da JPSDB consiste na eleição dos participantes no Congresso Nacional, já que os delegados eleitos nos Congressos Estaduais precisam estar na mesma proporção ao número de parlamentares de cada Estado que compõe o Congresso Nacional.

Existe uma previsão estatutária como princípio organizativo de participação na UJS que prevê a importância sempre do incentivo às deliberações consensuais. Entretanto, esta previsão está restrita apenas como um item de Parágrafo único, carecendo enquanto uma lacuna legal, de especificações da dinâmica de funcionamento deliberativo deste princípio democrático.

A partir das análises empreendidas, é possível vislumbrar nestas considerações finais uma síntese dos pontos organizacionais elementares das Juventudes estudadas:

1. Todas as Juventudes possuem um dinamismo organizacional que possibilita uma distribuição de atuação em todo território nacional. A descentralização das áreas de atuação é conectada pela estreita ligação entre os órgãos deliberativos e de direção.
2. As Juventudes possuem especificidades legais que não necessariamente as desconecta, porque a espinha dorsal organizativa das mesmas ancora-se numa mesma linearidade estrutural: organização fortemente burocrática; descentralização estrutural nos três níveis (nacional, estadual e municipal); e hierarquicamente delineada.
3. A inferência de uma suposta finalidade eleitoral das Juventudes (instrumentos de cooptação de novos quadros para este fim) cai por terra frente a poucas menções de imersão eleitoral em duas Juventudes analisadas e quaisquer menções nas outras restantes.

## Capítulo 3

### O PT é um partido dos jovens?

Sempre dissemos que o PT é um partido jovem. Até agora, porém, o PT não fez uma reflexão séria sobre isso. De que se trata, onde está, o que pensa o jovem petista? E a juventude brasileira como um todo?<sup>250</sup>

O PT precisa urgentemente voltar a falar pra juventude tomar conta do PT. O PT está velho. Eu, que sou a figura proeminente do PT, já estou com 69 (anos), já estou cansado, já estou falando as mesmas coisas que eu falava em 1980. Fico pensando se não está na hora de fazer uma revolução neste partido, uma revolução interna, colocar gente nova, mais ousada, com mais coragem. Temos que decidir se nós queremos salvar a nossa pele e os nossos cargos, ou queremos salvar nosso projeto (Luís Inácio Lula da Silva, durante seminário na cidade de São Paulo em junho de 2015)<sup>251</sup>.

#### 3.1 – O PT e a relação histórica com a juventude

No dia 30 de março de 2015, a Direção Nacional da Juventude do PT publicou uma carta, por meio da Secretaria Nacional de Juventude do PT, intitulada “*Novos desafios para uma nova geração de petistas*”.<sup>252</sup> O conteúdo da carta expressa claramente a preocupação dos jovens militantes petistas com a conjuntura política enfrentada pelo partido no momento, preocupação diretamente atrelada a três fatores: os rumos da Operação *Lava Jato*<sup>253</sup> a queda da popularidade da presidenta eleita pelo seu partido, Dilma Roussef, e a queda da preferência partidária pelo Partido dos Trabalhadores entre os eleitores jovens. Aos golpes sofridos pelo partido na esfera nacional com as intensas manifestações populares anti-governo, anti-PT e investigação pela Polícia Federal de membros de suas fileiras na operação citada, se somaram os então recentes dados de preferência partidária publicados pelo instituto Datafolha.

<sup>250</sup> *Boletim da Secretaria Nacional de Juventude*, n.0, dezembro de 1991.

<sup>251</sup> Lula defende revolução interna do PT. *Jornal O Globo*, 22/06/2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/lula-defende-revolucao-interna-no-pt-hoje-gente-so-pensa-em-cargo-16518440>. Último acesso em: 20/08/2015.

<sup>252</sup> Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/novos-desafios-para-uma-nova-geracao-de-petistas-2/> Último acesso: 17/04/2015.

<sup>253</sup> A Operação Lava Jato, deflagrada em 14 de março de 2014 pela Polícia Federal, investigou um esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a maior empresa estatal brasileira, a Petrobrás, grandes empresas do país e políticos. Políticos de diversos partidos foram denunciados e investigados, e quadros do PT compuseram a lista dos investigados.

Na véspera das eleições presidenciais em 2010, o PT contava com 26% da preferência partidária dos eleitores, índice que chegou a atingir 31% em 2012, um dos mais altos da história do partido. Até março de 2013 o partido mantinha a mesma porcentagem de simpatia por parte do eleitorado, número que despenca em junho do mesmo ano, simultaneamente no período em que ocorriam grandes manifestações em diversas cidades brasileiras<sup>254</sup>. A última pesquisa, realizada em março de 2015, descortina um cenário de popularidade nebuloso para o partido e que não ocorria desde 1989: apenas 9% do eleitorado disseram ter preferência pelo partido. E entre os jovens, esta queda de popularidade talvez seja ainda mais impactante. O Datafolha comparou a preferência partidária de jovens de 16 a 24 anos entre PT e PSDB e constatou que em 2014, cerca de 15% tinham preferência pelo PT contra 5% do PSDB, ao passo que em 2015, pela primeira vez nesta série histórica, os tucanos ultrapassaram os petistas na preferência juvenil, com 6% e 5% respectivamente. Se por um lado os números não expressam significância estatística no que tange aos jovens simpatizantes do seu partido rival, já que a porcentagem se mantém praticamente a mesma, a queda de popularidade do PT em 200% com público jovem acende o sinal vermelho sobre a sua real situação perante esta onda geracional vindoura.

Se é verdade que há uma campanha insidiosa, sem trégua e inescrupulosa contra o PT, também é necessário que reconheçamos que cometemos erros, e que após 35 anos precisamos de um vigoroso processo de renovação do nosso partido (...). A questão é que a história mostra que o capital eleitoral e político não é imutável; os processos recentes nos indicam que entre os jovens esta credibilidade há tempos não atinge os mesmos patamares do de outras gerações; e o presente aponta que o apoio ao nosso projeto político pode se degenerar mesmo entre a nossa principal base de sustentação (...). Nós que nascemos com o objetivo de mudar o mundo, inverter as prioridades, temos o dever de reencantar o povo brasileiro. Para isso precisaremos ser o exemplo do que pretendemos construir (...). O PT ainda abre a possibilidade de fazermos pressão por dentro e por fora, para girar a tática do governo, fazer as tais brigas boas, garantir que o segundo mandato do governo Dilma seja superior ao primeiro, e que reflita seus compromissos de campanha. Para conquistarmos estas vitórias, nós precisamos ocupar as ruas e o Partido dos Trabalhadores. O Brasil de hoje é radicalmente novo, enquanto alguns negam o problema e saudosistas dizem que precisamos voltar ao PT da década de

---

<sup>254</sup> A chamada “jornadas de junho” surgiu inicialmente como frentes organizadas de protesto contra as condições do transporte público em várias cidades brasileiras, protesto este que logo adquiriu um caráter multitudinário. Esta revolta urbana tomou proporções inusitadas, atendendo os anseios de uma população que clamava em expor seus mais diversos questionamentos sobre sua condição de vida. As mobilizações de 2013 são consideradas as maiores no Brasil. desde as manifestações pelo Impeachment do então presidente da República Fernando Collor de Mello em 1992. Para mais informações sobre as mobilizações de 2013, ver SAMPAIO JR, P (org.). *Jornadas de junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: Icp-instituto Caio Prado Jr, 2014.

1980, nós dizemos que o que nós precisamos é de um novo PT, à altura dos sonhos e desafios da nossa geração<sup>255</sup>.

A preocupação expressa pela juventude organizada do PT destoa no questionamento da habilidade histórica do partido em conseguir sensibilizar os jovens, numa conexão com os anseios de um setor social que outrora tinha o partido como uma referência vanguardista original de contemplação de perfis e engajamento militante. Inegável, como fora discutido no capítulo 2, a progressiva queda em importantes democracias no mundo do número de membros aderindo a organizações políticas “convencionais”, como partidos políticos e sindicatos, principalmente entre os jovens. O dilema da renovação de quadros, no alicerce de uma demanda constante de oxigenação dos componentes ativos que movimentam as engrenagens dos partidos políticos, vai diretamente de encontro com a importância para o próprio partido do componente de atratividade para suas fileiras.

Analisando o perfil de composição social dos membros e estratégias de filiação partidária em vinte países democráticos europeus entre 1980-2000, Mair e Biezen<sup>256</sup> constataam que dificilmente podemos desconectar funcionalmente a organização partidária de estratégias de adesão organizacional de filiação, pois: a-) partidos se interessam diretamente na fidelização financeira dos membros, mesmo com o crescimento do debate sobre a importância do financiamento público de campanha<sup>257</sup>, haja vista os membros do partido fornecerem um fluxo imaculado estável de receitas ; b-) membros partidários constituem um *pool* de possíveis voluntários para trabalhos de campanha, garantindo boa parte do funcionamento da máquina eleitoral; c-) membros representam uma fonte de legitimação de aspirações de discursos sociais específicos, garantindo a incorporação de demandas externas ao rol de problemáticas a serem tratadas na pauta de ação partidária. A peça “jovem” no tabuleiro do jogo político-partidário na arena eleitoral, parlamentar e da dinâmica organizacional interna é sem dúvidas um elemento de desequilíbrio, à mercê da atração juvenil pelo ativismo alheio

---

<sup>255</sup> *Novos desafios para uma nova geração de petistas*, op.cit.

<sup>256</sup> MAIR, P, and VAN BIEZEN, I. Party membership in twenty European democracies, 1980-2000, *Party Politics*, 7 (1), 2001, pp. 5-21.

<sup>257</sup> Atualmente 39 países, dentre eles México, Canadá, Paraguai, Peru, Colômbia, Costa Rica, Portugal, França, Polônia, Ucrânia e Egito, proibem o financiamento de empresas nas campanhas eleitorais. No caso de México, Itália e Espanha, cerca de 80% dos gastos de campanha são oriundos de financiamento público, sendo o restante das receitas divididas entre contribuições dos filiados e doações individuais. Ver: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150330\\_financiamento\\_butao\\_ms](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150330_financiamento_butao_ms). Último acesso em 30/03/2015.

aos ditames engessados pela via do engajamento institucional tradicional<sup>258</sup>. E quando nos propomos a debater esta relação do PT com a juventude, nos defrontamos com as seguintes problematizações: qual a relação histórica do partido com grupos de juventude? O partido vem conseguindo preencher suas fileiras com filiados desta categoria social? Qual o panorama de identificação partidária juvenil pelo partido?

A fundação do PT não se traveste do manto da unicidade dos interesses de um grupo político específico, de uma pauta específica ou como consequência de um desmembramento de uma organização. O surgimento do Partido dos Trabalhadores ocorre num cenário político no Brasil de intensas transformações, que diretamente contribuíram para sua particularidade partidária. A trajetória do PT inicia-se no final dos anos 1970, frente à crise aberta do padrão de desenvolvimento econômico gestado nos anos 1930 e aprofundado pela ditadura militar instalada no país em 1964<sup>259</sup>. A este ponto se acrescentam os contornos peculiares ganhos pela esfera pública no Brasil sob o governo militar, pela condução autoritária das relações sociais via Atos Institucionais, intensificando a repressão. Ou seja, o chamado “milagre econômico” entre 68 e 73, com a reorganização do sistema financeiro, redução da inflação, alta liquidez internacional e abertura comercial e financeira ao exterior ocorreu em paralelo com o aumento da concentração de renda, desvalorização do salário dos trabalhadores e deterioração de diversos indicadores de bem-estar social. Era a acumulação capitalista do período sendo possível pelo emprego da violência institucional colocada em prática pelo Estado autoritário, sob o comando das forças armadas.<sup>260</sup>

O governo Geisel (1974-79) e o processo de distensão lenta, gradual e segura trabalhava estrategicamente com o objetivo de minimizar os custos da coerção do regime militar, tendo implicações diretas no revigoramento da arena eleitoral-partidária, na contenção dos órgãos de repressão e gradual liberalização da imprensa<sup>261</sup>. Se em 1974 os governadores ainda eram escolhidos pelos militares via representação de seu interlocutor partidário (ARENA), o MDB conquista 21 das 16 cadeiras disputadas no

---

<sup>258</sup> NORRIS, P. Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice? Report for the Council of Europe Symposium, 2003. Disponível em: <http://www.pippanorris.com>. Último acesso em 18 de março de 2016.

<sup>259</sup> POMAR, V. R. A metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. 2005. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>260</sup> GIANNASI, C. A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico (1969/1973). 2011. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

<sup>261</sup> MENEGUELLO, R. PT: a formação de um partido (1989-1982). RJ: Paz e Terra, 1989. p.23

Senado (72% dos votos válidos). As manifestações contrárias ao regime militar se intensificavam ao mesmo tempo em que o ciclo de “prosperidade” econômica parcial se encerrava. As oposições se reorganizavam *encurralando* a ditadura<sup>262</sup>, os exilados políticos retornavam ao país após conquistarem a anistia<sup>263</sup>, os movimentos sociais borbulhavam, adentrando no cenário público naquele contexto trazendo novas modalidades de preparação das condições de vida das classes populares e de expressão social<sup>264</sup>. Angelo e Villa destacam que o PT diretamente foi associado àquela leitura de Brasil que conjunturalmente passava por um conjunto muito particular de transformações. A possibilidade real de uma militância ingressar em uma organização nascida nos moldes da legalidade endossada pela Lei Federal nº 6.767/79, que garantia a volta do pluripartidarismo, era a possibilidade concreta na “organização dos trabalhadores em favor da democracia e de uma sociedade mais justa e igualitária”<sup>265</sup>.

Os holofotes à particularidade deste projeto partidário foi o chamariz para uma miscelânea compositiva de agregação de grupos, interesses e perfis de atuação política emaranhados naquele projeto político, fato marcante para a caracterização de sua heterogeneidade e auto-proclamação de uma organização política que visava “elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas, que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores”<sup>266</sup>. O perfil interno de composição social do PT no período de sua fundação origina-se da conformação de cinco fatores elementares, segundo Raquel Meneguello<sup>267</sup>: a influência dos novos sindicalistas, principalmente em sua proatividade de lutas e conquistas trabalhistas em São Paulo, mais especificamente na região do ABC; o engajamento de quadros intelectuais, revigorando o debate político com a iminência de abertura política; o interesse de alguns políticos do MDB paulista cujo espaço ficara bastante restrito após as eleições em 1978, mobilização de setores populares urbanos, com destaque para setores progressistas da Igreja Católica e diversas organizações de esquerda, em sua maioria auto denominados trotskistas.

<sup>262</sup> GASPARI, E. A ditadura encurralada. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p. 13

<sup>263</sup> Lei da Anistia (Lei Federal nº 6.683, de 28/08/1979), que anistiou os cidadãos envolvidos em crimes políticos entre 25/08/1961 e 15/08/1979.

<sup>264</sup> SADER, E. Quando os novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

<sup>265</sup> ANGELO, V. A. de; VILLA, M. A. (Orgs.) O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos(SP): Editora: EdUFSCar, 2009 (275p.), p.08.

<sup>266</sup> Carta de Princípios, lançada no dia 1 de maio de 1979, documento este anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores.

<sup>267</sup> MENEGUELLO, 1989.

Setores juvenis, tendo como interface essencialmente o setor estudantil, figuravam também neste balaio de interesse pela organização política popular nascente. Não era incomum dentro das universidades no começo da década de 1980 a realização de grupos e comitês de discussão com a temática PT e os caminhos para ingresso, fortalecimento e questionamentos sobre o partido. Para além dos muros universitários, os jovens se faziam presentes em importantes fóruns e reuniões de coletivos, movimentos, mesmo aqueles promovidos por setores descontentes do MDB. Em 18 de agosto de 1979, por exemplo, num grande encontro em São Paulo organizado por políticos da esquerda do MDB buscando discutir a ideia do Partido dos Trabalhadores e que reunira cerca de quatrocentas pessoas, os estudantes perfilavam no conjunto de discussões com sindicalistas, intelectuais e representantes de cerca de cem movimentos diversos<sup>268</sup>. Keck reforça que muitos participantes do movimento estudantil procuravam uma alternativa aos partidos tradicionais, constituindo uma fonte de recrutamento para o partido.

Os principais articuladores do partido tinham ciência que seria vital organicamente que o PT não fosse atrelado a um setor social específico e/ou suas pautas específicas. A *revitalização* do movimento estudantil galgava terreno no campo político brasileiro desde 1974, cujos marcos foram a criação DCE Livre da USP desapechado da subordinação à universidade enquanto entidade legalmente reconhecida<sup>269</sup> e o processo de reconstrução da UNE, que culminou no Congresso Nacional em Salvador no ano de 1979, onde ocorreu a primeira eleição por voto direto da história da entidade. Se era no movimento social que o PT encontrava sua principal força política, onde os posicionamentos do partido eram determinados pelas bandeiras de lutas desses movimentos, não fazia sentido dissociar ou negligenciar o efervescente setor estudantil desta conjuntura. A luta acirrada pela democratização da sociedade fornecia o elo comum que conectava as várias lutas do movimento social<sup>270</sup>, e conseqüentemente, o estudantil.

Os fundadores do partido ainda preocupavam-se em difundir a ideia do PT e não em estabelecer o partido como uma organização estruturada (o que, de

---

<sup>268</sup> KECK, M. PT, *A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991, p.105.

<sup>269</sup> SANTANA, F. *Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*, São Paulo, 2007.

<sup>270</sup> BRANDÃO, M. A. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: Fapesp, 2003, p.53.

toda forma, ainda não era permitido por lei). No encontro do Rio, Jacó Bittar e outros articuladores, que acabavam de voltar de uma viagem por Fortaleza, Belém e Manaus, onde já se haviam formado núcleos para debater o futuro partido, distribuíram nota aos estudantes conclamando-os a “discutir a criação do Partido dos Trabalhadores”. A nota continua: “o governo deseja criar partidos de seu interesse, enquanto os oportunistas falam em criar partidos de nosso interesse, o que temos certeza não ser verdade. Nós, trabalhadores, desejamos criar o nosso partido, um canal que nos permita manifestar, expressar e agir politicamente”<sup>271</sup>.

Os grupos organizados de esquerda que aderiram ao projeto político do PT atuaram como atores importantes na formação do partido. E setores juvenis de alguns destes grupos, muitos deles inclusive nascidos no próprio movimento estudantil<sup>272</sup>, foram decisivos para a articulação da pauta dos jovens na estrutura de organização, como correia de transmissão e atuação política no âmbito dos movimentos estudantis que se reorganizavam na época. Os grupos que se destacavam neste rol da esquerda organizada eram: Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), Ala Vermelha e Partido Revolucionário Comunista (ambos dissidências do PC do B), Fração Operária, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Popular Marxista-Leninista (APML)<sup>273</sup>, Política Operária (POLOP), Convergência Socialista, Democracia Socialista e Organização Socialista Internacionalista (OSI)<sup>274</sup>. Sobre esta relação entre setores estudantis e grupos organizados que aderiram ao projeto petista, destacamos as três últimas organizações supracitadas como pólos de destaque no fornecimento de matéria-prima jovem para as fileiras do partido.

Originada da fusão de diversos grupos identificados com o trotskismo em 1976, a OSI era uma importante referência combativa no final da década de 1970 na coordenação de oposições sindicais. Crítica voraz do projeto do PT no período de sua fundação, a organização custava crer no sucesso do projeto do partido nascente, cujo cerne de divergência decorria de sua recusa em considerá-lo um partido genuinamente operário, constituído pela vanguarda internacional do proletariado e pela sua natureza enquanto entidade casada com sindicatos atrelados ao Estado. Esta posição de crítica frontal paulatinamente se atenua, impulsionada, sobretudo, pela boa aceitação entre os

<sup>271</sup> KECK, 1991, pg. 108. A mencionada nota refere-se a uma publicação no jornal Folha de São Paulo em 04 de outubro de 1979, cujo título é “*Criadores do PT querem debater com estudantes*”.

<sup>272</sup> Ibidem, pg. 119.

<sup>273</sup> Os militantes da APML eram predominantemente de base católica da esquerda e a organização, que vivia uma crise organizativa no final da década de 1970, acabaria diluindo-se dentro do PT. Destacamos o nome do médico baiano Jorge Almeida, que pertencia a APML e na década de 1980 seria referência na militância juvenil do PT.

<sup>274</sup> MENEGUELLO, 1989.

dirigentes da OSI à garantia de organização autônoma dos trabalhadores presentes no conteúdo do Manifesto de Fundação do PT. Da postura política de “pressão, aconselhamento e aproximação”<sup>275</sup> com o PT, a OSI define, em resolução do 4º Congresso em agosto de 1980 sua opção pelo ingresso no partido<sup>276</sup>. Prontamente no PT, seus membros acabariam bifurcando para lados opostos na disputa intra-partidária: uns aderiram à corrente Articulação, capitaneada por Lula, enquanto outros se mantiveram como organização própria, agora como tendência interna denominada O Trabalho.

E a Liberdade e Luta (Libelu), braço estudantil da OSI, lançada inicialmente como chapa destinada a concorrer à direção do recém-reconstruído Diretório Central dos Estudantes da USP em 1976, teve um papel elementar por fortalecer a OSI naquele contexto de ressurgimento do movimento estudantil e por garantir posteriormente à organização um espaço de disputa na ala juvenil do Partido dos Trabalhadores. O jovem radical, típico daquele momento de fermentação do discurso pró-estudantil e desejo das liberdades democráticas, tinha como representação ilustrativa a figura de um membro da organização<sup>277</sup>. De inspiração trotskista, a atuação da Libelu galgou influência inicialmente no meio estudantil, disputando e pautando debates no interior de centros acadêmicos e diretórios centrais, inclusive se aproximando de outras tendências trotskistas como a Convergência Socialista. No bojo das propostas que norteavam as ações da Libelu, como as de radicalização das formas de luta contra o ensino pago, das lutas pela anistia e pela Constituinte livre e soberana, Mirza Pellicciotta aponta que a movimentação política da classe operária no final da década de 1970 reorienta o caminho político desta organização, ao adquirir contornos de uma tendência sindical, com a adoção de táticas de criação de comitês de luta no interior das universidades e composição de uma Frente Única para agregar os interesses dentro do que era pautado

---

<sup>275</sup> MACEDO, E. A. de. Os Trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

<sup>276</sup> E esta mudança segundo Macedo, deve ser creditada inicialmente à greve de 1980, da qual a OSI foi participante ativa, pela primeira vez ao lado dos líderes do movimento, sendo também elementar o contato com as oposições sindicais de São Paulo, e por seu intermédio com o próprio Novo Sindicalismo, no quadro do ENTOES (Encontro Nacional de Trabalhadores em oposição à estrutura sindical), como também a atuação conjunta com a Convergência Socialista, no quadro do Comitê Paritário.

<sup>277</sup> KAREPOVS, D. e LEAL, M. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. p 153-234. In.: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs). História do marxismo no Brasil. V 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 160.

nestes comitês<sup>278</sup>. Em paralelo, assim como ocorria com a OSI, a Libelu vivenciaria o dilema da adesão ou não ao projeto do Partido dos Trabalhadores, já que caminhava a pauta, entre seus membros, do fortalecimento de uma organização partidária: “fomos os primeiros a pensar na organização de um partido de trabalhadores, e queríamos também a fundação de uma central sindical independente”<sup>279</sup>, afirmou Luiz Favre, então membro da Libelu e futuro militante petista.

Em total sinergia com as ações de sua organização matriz, a Libelu vai progressivamente incorporando a ideia da adesão ao PT. No final de 1979, defenderia a criação de um núcleo do PT na PUC-SP, cujo impulsionamento habilitaria o raio de abrangência do jornal O Trabalho<sup>280</sup> na instituição de ensino. No segundo semestre de 1980, no documento sobre as pontuações referentes ao CONEB<sup>281</sup> realizado naquele ano, enfatizaram que era necessário o apoio dos sindicatos estudantis ao PT, por reconhecê-lo como um partido de cunho verdadeiramente operário, rejeitando outros partidos de rótulo burguês, e repudiaram as coligações de correntes estudantis, (principalmente ligados ao PCB), com grupos emedebistas<sup>282</sup>. No final daquele ano, com a realização do 4º Congresso da OSI, desdobra-se uma campanha de legalização e criação de uma *juventude petista*, como estratégia direta para fomentar o “*entrismo*” dos jovens Libelu no partido, estratégia reforçada pela colaboração direta da OSI na preparação do Encontro de Jovens Militantes e Simpatizantes do PT. O deslocamento definitivo para o movimento estudantil petista, ainda em gestação, e consequente diluição da Libelu em 1981, garantiu a opção de um novo formato de militância, o de uma organização de juventude dentro do PT que

Nascia da perspectiva de abandonar a mesma dinâmica de organização e atuação política no movimento estudantil que levava sua criação em 1976;

---

<sup>278</sup> PELLICCIOTTA, M. Liberdade e Luta: considerações sobre uma trajetória política. 2012. 511 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

<sup>279</sup> Trecho da entrevista concedida à Revista Fórum para composição do artigo “A Libelu ganha o poder” (2011). Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2011/10/a-libelu-ganhou-o-poder/>. Último acesso em: 27/04/2015.

<sup>280</sup> O Trabalho foi um jornal criado e na época editado pela OSI e sua primeira edição fora lançada em 1º de maio de 1978. Mais informações ver: <http://otrabalho.org.br/>.

<sup>281</sup> Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE, que reúne representantes de Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos de todo o país visando à preparação do Congresso da Une subsequente.

<sup>282</sup> O referido documento é a uma resolução da Libelu de 04/08/1980: “*Intervenção no ME: a greve nacional e o Congresso da UNE*”, Orácio (resp. Nac. Estudantes). Doc mimeog, 6p, pp 5-6 IN Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP. CEMAP/Fundo Editora A Palavra, caixa LP 099, que consta em Pellicciotta (2012).

por outro lado, este novo formato também nascia para agregar as forças trotskistas dentro do PT, num momento estratégico de reorganização do movimento trotskista internacional<sup>283</sup>.

Outro importante grupo político cujos membros juvenis foram decisivos para a dinamização de uma juventude organizada dentro do PT foi a Convergência Socialista. Nascida em 1978 com o nome de Movimento Convergência Socialista (MCS), a CS foi o resultado das pretensões políticas de formação de um novo partido pela Liga Operária<sup>284</sup>, que enxergara naquele momento vivido no país o espaço político para formatação de um partido socialista, em resposta ao bipartidarismo vigente. Segundo Marcos Faria<sup>285</sup>, mesmo diante das dificuldades de articulação política enfrentadas por organizações esquerdistas no período, a LO fortalece sua intervenção na sociedade brasileira, principalmente nas universidades, participando ativamente de mobilizações estudantis, com destaque para aquelas motivadas pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Em 1977, às vésperas do 1º de Maio, milhares de estudantes em algumas capitais e cidades do interior do país saíram às ruas em protesto contra a prisão de duas lideranças da Liga Operária, José Maria de Almeida e Celso Brambilla. Naquela ocasião, a passeata em São Paulo contou com cerca de dez mil estudantes e acabou sendo duramente reprimida pelos órgãos repressivos do Estado. Também era através da atuação de suas tendências estudantis, como o Novo Rumo Socialista na USP, Proposta na PUC-SP e Ponto de Partida na UFF, o canal principal de tensão e embates da LO com outros grupos de esquerda que defendiam a participação e o fortalecimento do MDB<sup>286</sup> (PC do B, PCB, dentre outros), à mercê da proposta de criação de um novo partido mais atrelado aos interesses programáticos socialistas<sup>287</sup>.

---

<sup>283</sup> PELLICCIOTTA, 2012, pg. 436.

<sup>284</sup> A Liga Operária foi um grupo de filiação trotskista fundada no final de 1973 por exilados brasileiros na Argentina. O início de suas atividades no Brasil deu-se no ano seguinte, com o retorno clandestino de seus membros fundadores.

<sup>285</sup> FARIA, M. de. Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores?: Contribuição à história do trotskismo no Brasil: a experiência do Movimento Convergência Socialista, 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Comparada)-da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

<sup>286</sup> Entretanto, segundo Faria, nas eleições de 1978, o MCS acabaria apoiando várias candidaturas do MDB, como uma tática eleitoral de conceder apoio aos candidatos operários e socialistas deste partido com o comprometimento destes de empenhar-se na organização do Partido Socialista.

<sup>287</sup> CERDEIRA, B. A Convergência Socialista e a ditadura militar. *Jornal GGN*. Publicação de 02/09/2013. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-convergencia-socialista-e-a-ditadura-militar>.

Com a eclosão do período das grandes greves operárias em 1978 e 79<sup>288</sup>, estreitam-se os vínculos entre os operários combativos, capitaneados pelo sindicalismo autêntico. Muitos sindicalistas acabariam sendo atraídos pela proposta combativa desta movimentação sindical e o MCS, que até então havia atraído predominantemente agrupamentos políticos formados por intelectuais e estudantes, viu eclodir dentro do seu próprio movimento o fortalecimento de um setor nucleado atrelado com os “autênticos”. Assim, o descompasso entre a ideia de criação de um partido socialista e as experiências dos operários da Grande São Paulo foi sendo percebido pelo MCS com mais lucidez à medida que ele se envolvia na organização e apoio às lutas operárias<sup>289</sup>. Ao gradual abandono da ideia de formação do Partido Socialista, combustível para a existência do próprio Movimento Convergência Socialista, segue-se o apoio à ideia de construção de um Partido dos Trabalhadores, proposta que, quando fora lançada em janeiro de 1979 no 9º Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do Estado de São Paulo (o Congresso de Lins), teve como um dos redatores do texto base um membro de destaque da Convergência Socialista, o sindicalista Benedito Marcílio<sup>290</sup>.

No mesmo ano, a juventude da Convergência Socialista colaborava diretamente nas discussões e trabalhos de reconstrução das entidades de luta estudantil. Ela acabou diretamente participando do 31º Congresso da UNE realizado nos dias 29 e 30 de maio na cidade de Salvador, por meio da corrente Ponto de Partida. E em outubro entraria na disputa para composição da diretoria da entidade, que seria escolhida por meio da votação direta. Os militantes da CS montaram a chapa “Novação”, encabeçada pelo então estudante de economia pela UFMG, Eduardo Albuquerque, 24 anos, e disputaram as eleições com outras cinco chapas, dentre elas a chapa “Libelu”, nome homônimo ao movimento que a organizara, encabeçada por Josimar Moreira de Melo<sup>291</sup>. A aproximação dos jovens da CS com o Partido dos Trabalhadores, na mesma toada trilhada pela CS de uma forma geral, era sentida no próprio programa apresentado pela

---

<sup>288</sup> Greves que acabaram reverberando para categorias, como os trabalhadores da construção civil, médicos e professores Ver NORONHA, E. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 119-168, 2009.

<sup>289</sup> FARIA, 2005.

<sup>290</sup> MENEGUELLO, 1989.

<sup>291</sup> MÜLLER, A. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 128-147, 2014.

chapa Novação, que preconizava nos entremeios das propostas a criação de um partido legitimamente dos trabalhadores<sup>292</sup>.

A presença militante destes jovens trotskistas da CS e OSI nos primeiros anos do PT foi elementar no processo de construção do partido dentro das Universidades. O espaço estudantil em disputa era uma das peças-chave na sobrevivência política interna destes grupos políticos radicais junto ao PT, já que no período de legalização e estruturação do partido, entre 1979 e 82, estes militantes encontravam muitos obstáculos para acesso aos postos de direção<sup>293</sup>. A CS acabaria coexistindo durante dois anos, entre 1983 e 84, com uma pequena corrente de juventude interna ao PT, a Alicerce da Juventude Socialista.

A Democracia Socialista foi outra importante organização decisiva na moldagem da feição inicial da militância jovem dentro do Partido dos Trabalhadores. A DS, fundada no final de 1979, originou-se da iniciativa central de um grupo de militantes de esquerda alinhados com o trotskismo, além de membros de outras organizações de esquerda atuantes no país no começo da década de 1970, com o objetivo de desenvolver um trabalho com forças da esquerda proletária tendo como princípios base de atuação a luta pela independência política e ideológica da classe operária frente ao Estado, à ideologia burguesa e outros aparelhos subordinados à ótica de atuação burocratizada da estrutura oficial sindical<sup>294</sup>. O jornal *Em Tempo* fora o ponto de encontro destas organizações que culminou na fundação da DS. Resultado das primeiras experiências de imprensa alternativa durante o regime militar, o *Em Tempo* nasceu em novembro de 1977 e reuniu integrantes oriundos de grupos como Libelu, do MR-8, de ex-colaboradores do Jornal Movimento, da Organização Revolucionária Marxista Operária (Polop), Centelha e Nova Proposta, estes dois últimos que passariam a hegemonizar o jornal ante sua união que culminou na formação da Democracia Socialista<sup>295</sup>.

Angelo destaca que a maioria dos fundadores da DS era composta por membros de duas organizações conhecidas pela abreviatura “O.”, uma mineira e a outra gaúcha.

---

<sup>292</sup> O campus vai às urnas. *Revista Veja*, 26 de setembro de 1979, pg. 55. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Último acesso em: 27/04/2015.

<sup>293</sup> BRANDÃO, 2003.

<sup>294</sup> ANGELO, V. A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT. 2007. 114 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

<sup>295</sup> DIAS, R. Imprensa revolucionária dos anos oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a revolução brasileira. 2011, 257f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Ambas nasceriam de dentro do movimento estudantil, sendo a primeira fundada por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de Juiz de Fora (UFJF) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), enquanto a segunda por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Centelha (mineira) e Nova Proposta (gaúcha) surgiram como ferramenta de introdução das O. na disputa política dentro das universidades e entidades estudantis. Do racha<sup>296</sup> no movimento Nova Proposta surge o Manifesto, defendendo a continuação da permanência no MDB e a Peleia, defensora de utilizar o MDB de reboque para a construção de um partido socialista. Os militantes da Centelha acabariam convidando os companheiros da Peleia a integrarem o *Em Tempo*, semeando o ponto forte do setor estudantil dentro da Democracia Socialista. Aliás, a base social dos seus grupos fundadores seria bastante restrito ao movimento estudantil e a algumas relações com as oposições metalúrgicas de São Paulo e Belo Horizonte<sup>297</sup>. E a adesão ao movimento pró-PT parte inicialmente da adesão pela linha editorial do jornal *Em Tempo* a partir de março de 1979, sendo que posteriormente a DS enxergaria nesta nova proposta partidária a oportunidade de estreitar laços com outras agremiações de esquerda, na garantia de criação de uma corrente revolucionária dentro do partido, e na possibilidade de, inserida no PT, direcionar seus rumos para uma proposta política de um partido revolucionário.

O ponto de convergência político-partidária para essa ampla gama de militantes surgidas no movimento estudantil, contra a carestia, reposição salarial, anistia, dentre outros, será o PT, que funcionou com maestria como um catalisador de demandas ecléticas tendo o ciclo grevista, no período de sua fundação, uma importância crucial. Como aponta Mauro Iasi<sup>298</sup>, a militância surgida nas lutas sociais neste período manteve uma ligação quase automática e espontânea com o PT. O posicionamento dos diversos grupos no mapa organizativo do partido nos primeiros anos de sua fundação distribuía-se motivados pelo debate sobre as articulações ou não na busca dos requisitos legais para o registro partidário. Dois blocos podem ser identificados: o dos sindicalistas, intelectuais, parlamentares e grupos ligados a movimentos sociais urbanos, municiados da prerrogativa do PT ser um sujeito legítimo para representação, devendo mergulhar de vez na disputa no quadro político-institucional; e o bloco composto pela maioria dos

<sup>296</sup> ANGELO, 2007. O racha é fruto das divergências em torno dos mecanismos de enfrentamento do regime militar e do conteúdo ideológico a ser dado à luta pela redemocratização.

<sup>297</sup> Ibid.

<sup>298</sup> IASI, M. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. Expressão Popular. São Paulo, 2006. p. 375.

grupos de esquerda, que almejavam cravejar o partido de feições revolucionárias nos moldes do marxismo-leninismo, projeto de difícil execução caso fosse trilhado o caminho da institucionalização partidária, proposto pelo primeiro bloco.<sup>299</sup> E estes grupos de esquerda funcionariam como um contrapeso nesta ênfase pragmática, através da insistência do papel dos movimentos sociais<sup>300</sup> e como espaço privilegiado de fermentação da atuação juvenil, esta voltada durante muitos anos pós-fundação do PT quase exclusivamente para as articulações dentro do movimento estudantil<sup>301</sup>.

“Há 13 anos, quando era fundado, o PT atraía milhares de jovens que participavam da luta contra a ditadura e que assumiam as tarefas de construção do novo partido. O PT, então, era essencialmente jovem”. Esta afirmação, que consta numa análise editorial do Boletim O Trabalho publicado em 1993<sup>302</sup>, retrata com exatidão qual era o perfil etário dominante no ano de fundação do partido, como podemos observar no gráfico abaixo:

---

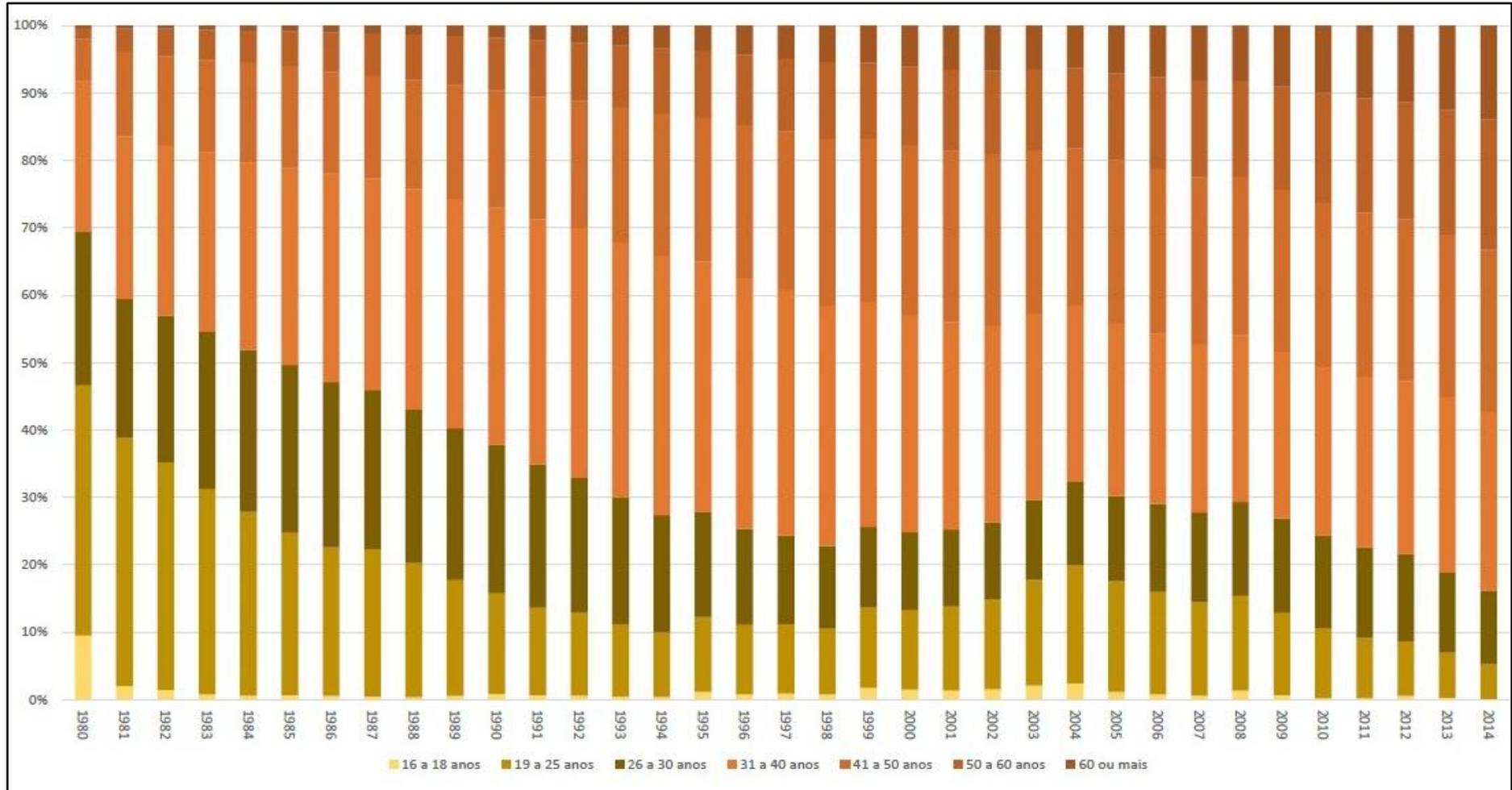
<sup>299</sup> MENEGHELLO, 1989.

<sup>300</sup> SINGER, A. O PT. São Paulo: Publifolha, 2001.

<sup>301</sup> No próximo tópico abordaremos com maior profundidade esta trajetória de atuação dos jovens petistas.

<sup>302</sup> Boletim *O Trabalho*, n. 334, p. 6, 1993.

**GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE FILIADOS AO PARTIDO DOS TRABALHADORES POR FAIXA ETÁRIA**



Fonte: Secretaria de Organização do Partido dos Trabalhadores (SORG).

Em 1980, 47% dos filiados no partido tinham até 25 anos de idade. Esta porcentagem sobe para quase 70% quando englobamos os filiados com até 30 anos de idade. O Partido dos Trabalhadores possuía em suas fileiras uma ampla massa de filiados jovens, e este percentual vai progressivamente decrescendo com o passar dos anos. Nota-se que era expressivo também o número de jovens entre 16-18 anos no momento de fundação do partido, sendo que já no ano seguinte o número de pessoas encaixadas este perfil etário cai abruptamente, mantendo-se a níveis pouco expressivos percentualmente. Neste longo intervalo de 34 anos desde sua fundação até o último ano apresentado no gráfico, houve uma redução de quase 50 pontos percentuais no número de jovens. É uma “perda” numérica expressiva, validando a afirmação que o PT *fora* um partido essencialmente jovem etariamente, com o distanciamento deste perfil atingindo seu ápice exatamente no ano de 2014. Entretanto, a razão para um enquadramento explicativo sobre os fatores que desencadearam esta mudança em um item importante da composição social do partido é uma tarefa bastante complexa. Podemos diretamente refletir sobre alguns pontos que poderiam ser vinculados direta e indiretamente à conjuntura de transformação do PT ante esta realidade.

A evolução do número de filiados ao PT foi bem discreta e gradual até 2002, quando no intervalo de um ano, saltou de pouco mais de 400 mil filiados para 640 mil filiados. Um salto relevante, se levarmos em conta que este acréscimo numérico não fora obtido até 1998, quando o partido contava com 200 mil filiados (portanto, 20 anos para alcançar esta marca)<sup>303</sup>. Quando observamos o deslocamento etário rumo ao envelhecimento do partido, é perceptível que ele foi bastante gradual e não ocorreu de forma abrupta, salvo entre 1980-81, quando as três categorias jovens no gráfico perderam expressivo número de componentes. Não podemos então reduzir a queda da presença numérica de jovens simplesmente como consequência de sua robustez quanto ao número de filiados. Aliás, na atualidade, a presença de jovens no Partido dos Trabalhadores se equipara percentualmente com a presença deste público no eleitorado brasileiro, que hoje corresponde a 16,14 % de eleitores entre 16-25 anos<sup>304</sup>. A trajetória de consolidação petista no cenário político-partidário e mudanças organizativas nos fornecem alguns indicativos desta mudança em sua composição etária.

---

<sup>303</sup> PT. Secretaria de Organização, *Perfil dos filiados*, 2014.

<sup>304</sup> Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais – 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-eleitorado>. Última consulta em 05/05/2015.

Marcada como uma década de luta por mais espaços de participação da sociedade civil e por direitos de cidadania, na década de 1980 borbulharam intensos protestos e mobilizações pelo fim do regime ditatorial. O momento era propício para repensar os limites e significados da atuação política, e os partidos e movimentos sociais contestatórios manejavam-se na ressignificação de sua expressão de luta, durante a transição de um período que suprimira diversos direitos políticos e princípios basilares da cidadania. No quadro partidário, o PT era uma novidade, um canal de inserção institucional de combate político. A identificação partidária ao PT neste período ocorria pela sua proposta (ainda não muito bem lapidada) de socialismo democrático atrelada com uma clara estratégia para se construir um perfil diferenciado e características de organização de massa, garantindo ao partido uma exposição singular, na sua apresentação como um efetivo partido de oposição e de esquerda<sup>305</sup>. As movimentações que pautavam o PT não se reduziam à insatisfação ao regime militar, mas ao *fazer democrático*, ao esforço propositivo de catalisar, com sua presença nas lutas, a garantia da conquista de uma democracia mais ampla<sup>306</sup>. Esta presença nas lutas era assegurada pela vigorosa ligação entre o partido e movimentos urbanos e rurais, e a dinâmica de atuação da vanguarda petista trabalhava mecanismos de operação política que sintonizasse a pluralidade de interesses e o leque de demandas políticas.

O canal de ingresso de muitos jovens ao partido na década de 1980 deu-se pelo contato com o movimento estudantil e sua atuação nas universidades e colégios secundários. O partido, através de suas instâncias estudantis ramificadas nos grupos de esquerda que compunham as tendências do partido, paulatinamente ingressava nas disputadas políticas dentro de entidades estudantis, e este era o ponto de maior força na intersecção entre o partido e juventude organizada. A relação com o movimento estudantil se adapta a transformação da cartilha de conexão com os movimentos sociais proposta pelo partido, que no período de sua fundação enfatizavam o papel dos movimentos e suas demandas como *guia condutor*<sup>307</sup> de boa parte da ação do partido,

---

<sup>305</sup> KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 57, vol. 20, fevereiro de 2005.

<sup>306</sup> CHAUI, M. PT "Leve e suave". In: SADER, Emir. E agora, PT? São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 111-140.

<sup>307</sup> O discurso de Luís Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção do partido é uma evidência neste sentido: "reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. É fundamental para a libertação deste país que os moradores de um bairro ou os posseiros de uma região – independente de suas preferências partidárias – possam se encontrar na base, em torno de suas lutas específicas. Se temos, como militantes políticos, um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem, porém, induzi-los à nossa opção partidária. Por isso, não admitimos

visão modificada ainda em 1987, nas resoluções do 5º Encontro Nacional, onde o PT, numa lógica explícita de empoderamento político, pontua a necessidade da disputa nos movimentos pela inserção direta e referencial das pautas debatidas em suas instâncias partidárias.

No anseio de criar um partido aberto, democrático e de massas, deixamos em segundo plano a organização de suas instâncias [...] a atual estrutura do PT não é ágil para discutir a política que os militantes petistas devem levar para sua atuação dentro dos movimentos sociais de que participam. E confundimos muitas vezes autonomia e independência dos movimentos sociais com ausência de propostas políticas e direção<sup>308</sup>.

O *locus* de identificação dos jovens petistas no engajamento dentro dos movimentos sociais privilegiava, dentro dos próprios canais de comunicação dos grupos internos do partido, a disputa pela entidade máxima dos estudantes, a União Nacional dos Estudantes, paulatinamente sendo reestruturada e que acabaria sendo reconhecida oficialmente em 1985 pelo Ministério da Educação. Compunha-se como uma frente atuante ante a fragmentação da UNE algumas alas de jovens petistas, corriqueiramente em embate direto principalmente com jovens ligados ao PC do B, hegemônicos por quase toda a década no controle da direção da entidade<sup>309</sup>. No entanto, seria arriscado resumir a atuação do conjunto de jovens filiados no campo da luta estudantil por duas razões-chave: até 1989, 40% dos filiados tinham até 29 anos e sem dúvidas o conglomerado de engajamento neste campo de luta envolvia uma fatia menor deste bolo; e porque o partido, desde sua fundação e impulsionada pelas crescentes conquistas eleitorais, viveria um dilema que o assombraria por muito tempo, entre contrabalancear o pêndulo de sua ação voltada às eleições ou à militância, via discurso revolucionário. Para Garcia<sup>310</sup>, o PT e seu caráter classista da década de 1980 reconhecia a arena eleitoral como um espaço a ser ocupado de forma a viabilizar a efetiva transformação

---

que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente” (PT, *Discurso de Luís Inácio Lula da Silva*, Caderno final da 1º Convenção Nacional do PT, 1981, p. 06).

<sup>308</sup> *Resoluções Políticas*. Cadernos de Resoluções do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1987, p. 39.

<sup>309</sup> PORNER, A. *O poder jovem: história da participação dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5. ed. Rio de Janeiro: Boolink, 2004.

<sup>310</sup> GARCIA, C. *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. 2008. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

social e emancipação da classe trabalhadora, procurando trazer para si, portanto, a vanguarda na organização dos grupos sociais como força essencial neste processo. A campanha de Lula para Presidência da República em 1989 simbolizou a expressão nítida do capital político do partido perante diversos movimentos sociais urbanos e rurais contra setores sociais conservadores e sua política tradicional.

A proporção da robustez gradativa do partido no cenário partidário nacional bem próxima foi acompanhada da submissão às tentações do jogo político eleitoral. O debate eleitoral em 1982 já havia se configurado como uma experiência singular no desenho da dinâmica de diversos grupos internos, superando o debate da inserção político-institucional do partido naquela conjuntura<sup>311</sup>. A “quase” vitória em 1989 sinalizou para a real capacidade do partido em galgar mais espaço nesta arena de disputa política e boa parte do seu fôlego organizacional-combativo na década seguinte seria voltada exclusivamente para este fim. Cláudio Couto aponta que é decisivo para a dinâmica petista de relação com o Estado e com a sociedade civil ter assumido, já em 1988, o comando de importantes prefeituras, como a de São Paulo, Porto Alegre e Campinas, onde a responsabilidade ética da gestão parecia começar a se sobrepor a simples ética da convicção do confronto<sup>312</sup>.

O ônus da busca pela maximização dos ganhos eleitorais como comprometimento medular de muitos partidos nas democracias contemporâneas teria com reflexo direto sua maior profissionalização e dificuldade de diálogo com sua base militante e conexão com grupos civis organizados<sup>313</sup>. As primeiras experiências dos partidos europeus de esquerda na esfera do poder eletivo geraram um temor de sua hipervalorização frente o risco da perda dos ideais basilares de sua fundação e orientação ideológica<sup>314</sup>. O PT enfrentaria face a face este problema a partir da década de 1990, pois o sucesso eleitoral seria acompanhado da burocratização do partido, revelando a contradição entre manter um conteúdo programático classista e a necessidade de ampliar a base eleitoral via abrandamento deste conteúdo<sup>315</sup>.

---

<sup>311</sup> MENEGUELLO, 1989.

<sup>312</sup> COUTO, C. O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992). São Paulo: Paz e Terra, 1995.

<sup>313</sup> PANEBIANCO, 2005.

<sup>314</sup> PRZEWORSKI, A. Estratégia partidária, organização de classe e votação individual In: Capitalismo e Social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 – p. 121 a 160.

<sup>315</sup> LAGOA, M. I. O programa político do Partido dos Trabalhadores no contexto de uma esquerda em crise. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

O olhar clínico para o elo entre os jovens brasileiros e o PT encaixa-se na perspectiva de afinidade com a imagem do partido enquanto código de identificação. Os partidos políticos junto aos cidadãos no sistema democrático representativo portam a prerrogativa de atuação para além da estruturação do voto, em se tratando de organizar a multiplicidade de proposições programáticas no momento da competição eleitoral, simplificando a escolha do voto. Estruturar as demandas sociais, harmonizando-as no seu eixo de prioridades de afinidade ideológica e linhas de atuação política, e fomentar a socialização política, organizando formas de participação e educação política cabe diretamente no conjunto de suas funções enquanto mediadores institucionais entre eleitor e eleitorado. Em concomitância, a estabilidade eleitoral das preferências políticas pela sintonia com propostas e posições políticas destas organizações favorece a manutenção da estabilidade democrática<sup>316</sup>. Aguilar Lopez pontua que a identificação de um indivíduo com um partido surge como um comportamento político que se caracteriza por lhe proporcionar uma série de referências que lhe facilita a formação de uma determinada opinião, na qual se relacionaria em certa medida com a adotada pela organização partidária, favorecendo a cumplicidade política. Para o autor, o vínculo *afetivo* entre cidadão e partido favorece o primeiro quanto à tomada de decisões políticas eleitorais e de contestação/movimentação, dentro do fluxo contínuo de informação política, num ritmo mais dinâmico e de certa forma sensata<sup>317</sup>.

No cenário atual democrático de crise da representação e gradativa perda de legitimidade das organizações partidárias, a identificação partidária responde cada vez mais pela sua capacidade de resposta aos interesses e problemáticas de diferentes grupos sociais. Esta questão esclarece pontualmente o alijamento do cidadão da esfera de interesse pela política partidária, sobretudo os jovens: excluir ou restringir a juventude de sua pauta temática gera na mesma uma contra-reação negativa de ação política:

Em vez disso, quando se dá uma resposta favorável aos interesses dos diferentes grupos sociais (jovens, mulheres, trabalhadores, camponeses, etc.), eles tendem a se identificar ou reforçar a sua identificação com um partido político em particular. Devemos recordar da particularidade da identificação partidária - que se torna irracional em certa medida, pelo seu vínculo psicológico- no contexto regional, familiar, entre outros fatores; ou seja, as pessoas podem votar em um partido político que não cumpre os seus

---

<sup>316</sup> DALTON, R.; WATTENBERG, M. Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies. Oxford University Press, 2002.

<sup>317</sup> AGUILAR LOPEZ, J. Identificación partidaria: apuntes teóricos para su estudio. *Polis*, México, v. 4, n. 2, p. 15-46, dez. 2008.

interesses, e ainda considerar que estão tomando a decisão certa. (*tradução nossa*)<sup>318</sup>.

Contudo, uma votação específica não significa necessariamente que haja uma identificação partidária coerente, como uma assertiva indissociável de correlação, sobretudo em democracias onde existe baixa institucionalização dos partidos e vida orgânica de construção política junto com a sociedade. A dimensão de institucionalização do sistema partidário brasileiro mostra o quão distante estamos do patamar coerente de identificação dos cidadãos com os partidos, alimentada pela influência do personalismo na vida política, baixo enraizamento dos partidos na sociedade/ indicador de voto ideológico pouco expressivo, volatilidade eleitoral, variante do sistema de eleição proporcional (lista aberta) e baixa legitimidade dos partidos<sup>319</sup>. A predisposição para o depósito do voto na urna sinaliza a manifestação de uma tendência de identificação a um partido, mas não uma certeza. As circunstâncias eleitorais podem influenciar na coerência da identificação, dentro da expectativa de um desvio de trajetória de preferência, permitindo mudanças de curto prazo e estabilidade a longo prazo tipicamente visto em resultados eleitorais agregados<sup>320</sup>.

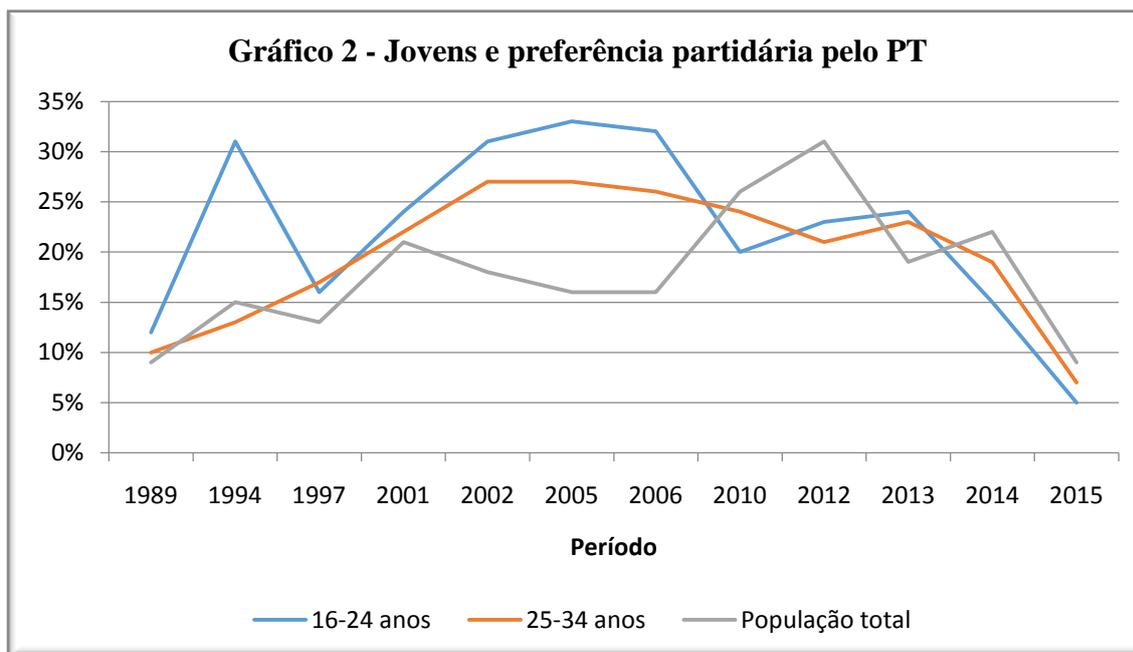
O cerne da questão é que no Brasil a personalização do voto atinge em cheio o anseio de creditar qualquer indicador de efetiva preferência partidária como uma variável solidificada. No primeiro semestre de 2015, 75% dos eleitores brasileiros declararam não ter qualquer preferência partidária, segundo o Instituto Datafolha. Índice recorde frente ao patamar de 60% que figurava como uma média geral dentre os anos de 1989 a 2011. O PT, que até 1999 disputava com o PMDB os percentuais médios em torno dos 20% da preferência partidária, se consolida a partir de então com indicadores bem superior aos demais partidos, que não conseguiam bater sequer 10% na escala de preferência<sup>321</sup>. Se o PT se singulariza pela destacada e relativamente estável preferência num coorte analítico que engloba pouco mais de 20 anos, nos questionamos qual seria a interferência da variável juventude na composição desta base de afeição pelo partido?

<sup>318</sup> AGUILAR LOPEZ, 2008, p. 25.

<sup>319</sup> KINZO, M. D; BRAGA, M. S. B. Eleições e representação partidária no Brasil. São Paulo: Humanitas/CNPQ, 2007.

<sup>320</sup> MARSH, M. Testing the second-order election model after four European elections. *British Journal of Political Science*, v.28, p. 591-607, 1998.

<sup>321</sup> MÜLLER, 2014.



Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do Instituto Datafolha / Adaptado de Cesar (2015).

A empatia da juventude brasileira pelo PT oscilou bastante desde o final da década de 1980. Mas durante quase todo o período de nossa análise, ela foi predominante na composição de sua preferência partidária. Em 1989, os 12% de penetração entre os eleitores jovens (número um pouco acima do diagnosticado na população geral – 9%) representavam 2/3 de todos aqueles que tinham afinidade com o partido. Os jovens constituíam um significativo peso de desequilíbrio na composição social de preferência pelo PT, desequilíbrio que foi, com o passar do tempo, se tornando menos expressivo e decisivo. Em 2010, por exemplo, apenas 2/5 do total daqueles que inclinavam pelo partido eram jovens, menos de 40%<sup>322</sup>.

Alguns acontecimentos no âmbito da conjuntura política do país nos auxiliam a compreender o cenário mutante de adesão-retração da preferência da juventude pelo PT. Em 1992, o movimento Fora Collor teve grande adesão do público jovem, centrais ao protagonizarem diversas campanhas por todo o país, com o epíteto de “caras pintadas”. O PT era uma organização expoente naquele momento, referência institucional no incentivo da investigação do então presidente (proposta de criação da CPI para investigar denúncias do irmão do então presidente, Pedro Collor, partiu de um deputado e um senador petista) e na mobilização de massas. Bastante comuns nas passeatas e

<sup>322</sup> VENTURI, G. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária, impacto nas eleições de 2010. *Revista Perseu*, nº 5, p. 197-214, 2010.

protestos a bandeira do Brasil disputar espaço com a bandeira do PT nas mãos da juventude descontente.

A década de 1990 também vivenciou um movimento de desestruturação do mercado de trabalho, tendo efeito direto na mão-de-obra do segmento juvenil evidenciado por três principais fenômenos: elevação do desemprego, desassalariamento e geração de postos de trabalho precários<sup>323</sup>. Em paralelo, os jovens seriam afetados pelo processo de sucateamento, nenhum incentivo a criação de novos *campus* e baixo investimento nas Universidades públicas, restringindo o já difícil acesso ao ensino superior. A crescente preferência da juventude pelo partido teve um impacto importante para a eleição de Lula, uma vez que em 2002 no período que antecede as eleições quase 1/3 dos jovens brasileiros simpatizavam com o partido.

Se em 2005 os índices de atratividade nos jovens alcançaram sua maior marca em toda história do partido, batendo os 33%, o escândalo de alcunha “mensalão” que estouraria naquele ano mancharia a tão capitaneada imagem ética abraçada pelo partido em sua trajetória. O curioso, no entanto, é que nenhum outro partido cresce ou se beneficia da crise de imagem da sigla petista<sup>324</sup>. David Samuels, em seu artigo *A evolução do petismo* (2008)<sup>325</sup>, vai desenvolver uma interessante análise sobre a evolução comparativa das bases de apoio ao PT entre ano de ascensão de Lula ao poder em 2002 e o ano de 2007. O ponto de partida analítico são quatro conjuntos de hipóteses sobre as bases do petismo: identidades de grupo, inserção em redes sociais, contexto demográfico e atributos individuais. A mudança central neste período de tempo do perfil médio de petista reside na ideologia esquerda-direita não ser uma variável de predição ao petismo, como reflexo de moderação ao nível de sua elite refletida também sobre sua base de apoio de massa. Em compensação, algumas características se mantêm: o petista médio acredita que a participação política faz a diferença, vive em centros urbanos, é contrário ao clientelismo, mas importa-se menos com corrupção. O que nos interessa em especial, no entanto, é que os resultados de algumas categorias sociais atreladas com etnia, gênero, religião e principalmente *idade*, não apresentam relação

---

<sup>323</sup> POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

<sup>324</sup> VENTURI, 2010.

<sup>325</sup> SAMUELS, D. A evolução do petismo. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, p.302-318, nov. 2008.

com o petismo, resultado diferente de um trabalho realizado anteriormente<sup>326</sup>, onde apontou que *juventude* em termos de indicativo de predileção estava atrelada com as bases do petismo. Em complemento, resultado contributivo à discussão foi diagnosticado por Luciana Veiga, que constatou em 2002 e 2006 que idade e avaliação do PT se correlacionam, independentemente de uma plena identificação, mas sem ser “capaz de promover mudanças relevantes na avaliação do PT”<sup>327</sup>.

A popularidade do PT na juventude, em declínio, ganha um fôlego extra em 2010, momento que o partido pôde apresentar durante a campanha presidencial as conquistas sociais do governo petista na presidência, o que garantiria a vitória da petista Dilma Rousseff, apadrinhada por Lula. Contudo, o PT sofreria outro duro golpe na sua capilarização juvenil, como consequência das grandes manifestações ocorridas em 2013, onde gargalos de insatisfação popular com a política (satisfação de certa forma genérica e generalista) atingiram em cheio o governo. No começo de 2013 a preferência geral dos jovens pelo PT era de 30%, portanto, antes das manifestações de junho. No final do mesmo ano, este índice cairia para 23%. E em queda livre, haja vista o primeiro semestre de 2015 ter registrado pífios 5% dos jovens entre 16 a 25 anos que tem o PT como partido de predileção.

Abriremos um parêntese aqui para duas ponderações: primeiro, é bom frisar que no final de 2014 a população desta mesma faixa etária que passou a ter alguma preferência partidária cresceu cinco pontos percentuais, e neste conjunto 66% se identificavam com o PT, chegando a 80% na população entre 25 a 34 anos<sup>328</sup>. E segundo, historicamente o posicionamento do jovem em relação ao PT assentou-se em bases de preferência bastante discrepantes em relação a todos os outros partidos no Brasil. Em recentes levantamentos, tanto o Latinobarômetro<sup>329</sup> quanto o Ibope<sup>330</sup> apontaram uma porcentagem cinco vezes maior dos que simpatizam pelo PT em

<sup>326</sup> Ver: SAMUELS, D. From Socialism to Social Democracy? Party Organization and the Evolution of the Brazilian Workers' Party. *Comparative Political Studies*. v. 37 No. 9, p. 999-1024, nov. 2004. O artigo está disponível em: <http://www.polisci.umn.edu/~dsamuels/CPS2004.pdf>. Último acesso em: 10/08/2015.

<sup>327</sup> VEIGA, L. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores. *Opinião Pública*, v.13, n.2, p.340-65, 2007, p.354. Tendo como base analítica aqueles que possuem identificação com o PT, a autora também constatou que o perfil etário médio em 2002 é de 37 anos e em 2006 é de 36 anos.

<sup>328</sup> ELIAS, B; CESAR, R. *O PT e a juventude: a esperança em construção*. São Paulo, Editora Página 13, 2015.

<sup>329</sup> LATINOBARÔMETRO, Corporación. Brasil - Estudio nº LAT-2011. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 27/03/2016.

<sup>330</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de opinião pública sobre preferência partidária. Rio de Janeiro, out, 2012.

comparação com o segundo colocado, sendo em ambos os casos o PSDB (média de 23% do primeiro contra 5% do segundo). A ininterrupta goleada petista nos índices quanto à escolha partidária oxigena a ponderação para resultados efetivamente conclusivos, fato que significativamente não ameniza o decrescente índice de simpatia da juventude pelo partido nos últimos três anos, reforçando o alerta vermelho para uma tendência quanto ao envelhecimento na preferência.

Feita algumas ponderações iniciais da relação PT e juventude no âmbito de sua relação endógena, iremos focar neste momento no ambiente interno do partido e como ele dialoga com os jovens em se tratando do fomento de espaços de interação interna e centrífuga, de espaços dentro da coalizão dominante e de oportunidades de carreira política. Nossa atenção volta-se então para os núcleos de base, o perfil dos delegados em Encontros e Congressos, dos dirigentes e dos concorrentes nas disputas eletivas. A evolução institucional das secretarias/setoriais e sua conexão com a juventude será abordada com mais detalhes no próximo tópico deste capítulo

Desde sua fundação, o modelo de organização do PT se municiou de ferramentas formais facilitadoras do estreitamento da relação partido-sociedade. As secretarias temáticas e os núcleos de base estão previstos como órgãos de cooperação do partido desde seu primeiro Estatuto de 1980<sup>331</sup>. A conquista pela juventude do partido de um espaço próprio de atuação foi gradativa, primeiramente como uma Secretaria Estudantil, depois uma Secretaria de Juventude, que se transformaria em 2001 em um Setorial, até finalmente em 2012 serem reconhecidos estatutariamente como uma instância partidária. Os núcleos de base, pela sua natureza mais dinâmica, pouco burocrática e flexível em relação a abordagens temáticas, continha elementos consideráveis para dinamizar a incorporação dos debates em torno dos anseios da juventude. Mas concretamente não foi isto que aconteceu.

O escopo para a criação e funcionamento dos núcleos de base remete a uma forma primordial de organização do PT para estreitar o diálogo do partido com grupos sociais específicos e moradores de uma determinada região, viabilizar um canal direto de participação dos militantes nos debates das políticas petistas e tentar conter tendências de oligarquização na construção de pautas internas, descentralizando as esferas de discussão e promovendo a democracia interna. Ozai<sup>332</sup> reforça que no

---

<sup>331</sup> PT. Estatuto (1980). Art. 11º, item. V, 1980.

<sup>332</sup> OZAÍ, A. Partido de massas e partido de quadros: A social democracia e o PT. São Paulo: CPV, 1996.

processo de regularização legal do partido, os núcleos foram peças elementares para intensificar o processo de filiação, para atender as exigências de demanda relativa de capilarização nos municípios, enquanto requisito para se cumprir a legislação eleitoral que limitava o funcionamento do partido à esfera do diretório<sup>333</sup>. Entretanto, na trajetória de consolidação e fortalecimento do PT no cenário partidário brasileiro, os núcleos sufocariam dentro da dificuldade de organização, esvaziamento, isolamento tático, baixo empenho dos militantes na germinação de novos espaços e também da coalizão dominante em manter viva a perspectiva inicial de atuação deste órgão partidário. Alguns circulares internos trataram da dificuldade de articulação e recomposição do papel dos núcleos e o partido chegou em 1984 a regulamentar o funcionamento dos núcleos dentro do Regimento Interno, destrinchando com mais precisão as suas funções. Contudo, “aquilo que já vinha se delineando até as eleições de 1982 se acentuou ao longo da década de 1980, ou seja, a progressiva desestruturação dos núcleos de base”<sup>334</sup>.

Quando divagamos buscando compreender as variáveis que pesaram para o mau funcionamento e conseqüente enfraquecimento dos núcleos de base, empurrados somos invariavelmente a vincular esta situação com as transformações no modelo de organização e nas formas de militância no interior do PT, com a burocratização da máquina partidária, a consolidação hegemônica de uma tendência compondo a coalizão dominante e a energia de atuação partidária preferencialmente gasta na movimentação política em torno da conquista de cargos eletivos<sup>335</sup>.

Os núcleos indiretamente acabariam disputando espaço de atração para atuação dos petistas e simpatizantes com as tendências internas, estas funcionando de certa forma como um substitutivo, uma vez que copiosas atividades passíveis de serem realizadas dentro dos núcleos, cumprindo sua própria finalidade regimental (discussões, formação e posicionamentos políticos com a base filiada e base social), encontraram um espaço privilegiado (e previsto estatutariamente) dentro das tendências internas<sup>336</sup>. Para

---

<sup>333</sup> Os critérios legais presentes nos dispositivos da Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979 nitidamente dificultava a criação de novos partidos com as exigências numéricas de filiação por município. Mais informações ver do Art. 35 ao 39. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6767.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm). Último acesso em: 02/08/2015.

<sup>334</sup> BRANDÃO, 2003, p. 89.

<sup>335</sup> Muitos núcleos acabariam funcionando periodicamente apenas em períodos eleitorais, transformando-se em verdadeiros comitês de campanha. Nas Resoluções do 9º Encontro Nacional do PT em 1994 (p.11) inclusive consta a indicação para que os núcleos atuassem com esta finalidade supracitada.

<sup>336</sup> GURGEL, C. *Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Editora Papagaio, 1989.

Jaqueline Ferreira, cujo objeto de sua dissertação foi especificamente os núcleos de base do PT<sup>337</sup>, a fragilização deste órgão partidário tem conexão direta com a ausência de uma socialização do poder político com o conseqüente encaminhamento do partido para o centralismo democrático. Para a autora, não era interessante para proeminentes figuras políticas do partido, gravitando na tendência Articulação, descentralizar em demasia o raio de discussões e decisões do partido, pelo risco da apropriação destes espaços pelos ditos “radicais” do partido. A conclusão cirúrgica de Ribeiro corrobora com esta linha de raciocínio, demarcando três conjuntos principais de fatores para o declínio dos núcleos de base: 1- paradoxo da representatividade interna: os núcleos se transformaram em trincheiras de disputas entre tendências internas, instrumentalização que favorecia a sobreposição da lógica de nucleação temática pela lógica de facção, selando o contato destes órgãos com a sociedade; 2- falta de infra-estrutura e recursos financeiros: assim como os setoriais, os núcleos “sempre se mantiveram dependentes da discricionariedade das Executivas Municipais (e Zonais) para o repasse de verbas e concessão de espaços físicos” (p. 251), dando brecha para o asfixiamento dos participantes não-alinhados as lideranças locais; 3- transformação dos núcleos em comitês eleitorais, mobilizados (muitos criados somente para este fim) em grande parte para servirem como comitês informais, sendo posteriormente desativados ou extintos<sup>338</sup>.

Tudo indica que o baque sofrido pelos núcleos de base na sua idealização e formatação original parece definitivo, pela conclusão da extrema dificuldade atual de sua real articulação orgânica na conjuntura de organização na qual se encontra o PT. Nas propostas de Reforma Estatutária aprovadas nas Resoluções do seu 4º Congresso Nacional ocorrido em 2011, sugere-se o acréscimo no Art. 58 em reforço a demanda de articulação dos núcleos setoriais zonais e municipais com as instâncias de direção correspondentes e com os respectivos setoriais. E buscam inovar, no que tange a participação digital, incluindo os coletivos nas redes sociais na Internet como núcleos de base<sup>339</sup>. No 5º Congresso Nacional do PT realizado em Salvador em junho de 2015, os núcleos seriam mencionados nas Resoluções em uma pequena nota do capítulo

---

<sup>337</sup> FERREIRA, J. O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

<sup>338</sup> RIBEIRO, P. F. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2000. 2008. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

<sup>339</sup> *Reforma do Estatuto*. Caderno de Resoluções do 4º Congresso Nacional do PT, item 35 – Participação Digital, 2001, p. 08.

*Recomendações ao Diretório Nacional do PT*, orientando para que o partido fortaleça os núcleos por área geográfica e temáticas, “estabelecendo formas e espaços de deliberações nos municípios, inclusive de participação nas direções municipais”<sup>340</sup>. Menção genérica e carente de uma proposta concreta de como orquestrar tal recomendação, numa reprodução de certa forma irônica e antitética da presença desta instância no estatuto, porém ausente da implementação prática no cotidiano da ação partidária.

Um grupo considerável de deputados federais petistas (33 dos 63), chancelados por alguns senadores, movimentos sociais afinados com a pauta do partido e parcela orgânica de sua militância, apresentaram uma carta destinada aos participantes do Congresso, intitulada “*Mudar o PT para continuar mudando o Brasil*”<sup>341</sup>, onde reforçam que ao longo da história do partido “algumas de nossas (sic) boas práticas internas foram se perdendo, principalmente a formação política. Os núcleos de base foram esvaziados e o debate político e ideológico foi empobrecido”<sup>342</sup>. O partido perdera então uma grande oportunidade neste Congresso de operar mudanças substanciais nos seus procedimentos internos, seu projeto de poder e nas estratégias para resgatar a confiança infinda que *parecia* ser inerente entre PT e sociedade<sup>343</sup>.

A matriz de impacto dos núcleos partiria das bases do partido para as bases sociais. Uma via de mão dupla teoricamente potente para trazer às suas fileiras as primeiras familiarizações com a vivência política em uma esfera propícia ao engajamento e reflexão crítica sobre a conjuntura política e social. Sua previsão formal em ambientes de intensa socialização secundária da juventude, como as escolas, universidades e setores comunitários constituía um artefato poderoso para inserção de pautas, reflexão sobre temáticas de interesse e na sensibilização com o ideal partidário via estreitamento inerente à sua forma de atuação. Mas as engrenagens de motivação destas células orgânicas do partido gradualmente emperrariam, solapando um importante (na esfera da possibilidade preconizada) canal de contato exógeno do partido

---

<sup>340</sup> *Recomendações ao Diretório Nacional do PT*. Caderno de Resoluções do 5º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, p. 80, 2015.

<sup>341</sup> O seu conteúdo na íntegra está disponível em: <http://molon.com.br/mudar-o-pt-para-continuar-mudando-o-brasil/>. Último acesso em: 06/08/2015.

<sup>342</sup> *Ibidem*.

<sup>343</sup> PASSOS, N. Movimento “Mudar o PT para continuar mudando o Brasil” propõe reformas no partido”. *Agência Carta Maior*, junho de 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Movimento-Mudar-o-PT-para-continuar-mudando-o-Brasil-propoe-reformas-no-partido/4/33766>. Acesso em: 06 ago. 2015.

com o universo do movimento estudantil e mesmo daqueles jovens ainda pouco inseridos no universo da participação política.

É por isso que, salvo raríssimas exceções, **as tentativas de se constituir núcleos de jovens nas escolas, por exemplo, não dão certo.** Os coletivos e secretarias de juventude, quando existem são incapazes de envolver quaisquer setores de massa, de filiados e muito menos de simpatizantes. A estrutura do PT não foi feita para os jovens<sup>344</sup>.

Respondendo diretamente à indicação nos últimos dois Congressos na demanda de aperfeiçoamento das formas de organização partidária e adaptação comunicativa do partido no campo das redes digitais, o Diretório Estadual de São Paulo lança em agosto de 2015 os Núcleos Virtuais, enquanto uma proposta de inovação do partido com o intuito primário de sofisticar os canais de participação direta da militância. Em acréscimo, esta iniciativa objetiva lapidar (ou adaptar) a compreensão inicial da criação dos Núcleos de Base ao campo da Internet, deslocando o palco de atuação para as redes sociais e outros espaços de comunicação virtual, como blogs, microblogs, videocast e podcast<sup>345</sup>. O documento de regulamentação dos Núcleos Virtuais é pontual, considerando

A necessidade de ampliar, modernizar e melhorar nossos instrumentos de organização, formação e comunicação partidária, especialmente aqueles que ampliem a participação de militantes e filiados. Que os Núcleos são instrumentos importantes para organização partidária, para o processo de democratização e para construção de nossa unidade. (...) O papel estratégico das redes sociais no processo de disputa de hegemonia, no debate dos principais temas, na organização de eventos e atividades e comprovadamente nos últimos processos eleitorais. O papel estratégico dos núcleos de base em toda nossa trajetória política, de organização e formação e a necessidade de fortalecê-los. (...) São objetivos dos núcleos virtuais: (...) Criar novas plataformas para curso de formação política por meio digital através dos próprios Núcleos Virtuais; Ampliar a atuação militante em ambientes virtuais, tanto nas redes sociais como em grupos de debates e discussões<sup>346</sup>;

<sup>344</sup> Boletim *O Trabalho*, n. 334, 1993, p. 6.

<sup>345</sup> Mais informações ver: PT-SP lança oficialmente os Núcleos Virtuais. *Portal de notícias* – Diretório Municipal de São Paulo, agosto de 2015. Disponível em: <http://www.dmptsp.org.br/todas/5476-pt-sp-lanca-oficialmente-os-nucleos-virtuais>. Último acesso em: 10/08/2015.

<sup>346</sup> *Regulamentação dos Núcleos Virtuais*. Partido dos Trabalhadores - Diretório Estadual de São Paulo. 06 de julho de 2015.

O aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação baliza o engajamento no universo hipertextual da Internet como um espaço de disputa do discurso, da aproximação com a juventude orientada, dentro do universo cibernético, a ressignificar canais de socialização, de construção de perspectivas, pontos de vista, adesão estética e julgamentos acerca daquilo que surge como relevante no seu raio de convivência cotidiana. Esta empreitada do PT paulista abraça a possibilidade da reinvenção do diálogo institucional interno e externo, nos moldes preconizados pelos Núcleos originais, municiando-se dos artefatos tecnológicos que vem modificando as formas de interação social, em especial entre os jovens, sob a chancela de uma nova noção de espaço, novas formas de organização e possibilidades ilimitadas de enveredamento nos canais de estranhamento social e político. Trabalhos futuros poderão responder se estas ferramentas foram eficientes, colaborando na melhor integração entre os militantes, no reordenamento das interlocuções de pauta e reaproximação política com a tripulação nascida envolta no espaço da navegação virtual, os jovens da atualidade.

O organograma petista, tal como disposto nos Arts. 74, 99 e 110 de seu Estatuto, dispõe de espaços partidários de organização, debate e deliberação, as chamadas *instâncias partidárias*, compostas, na esfera nacional pelo Congresso; e nas três esferas pelos Encontros, Diretórios, Comissões Executivas, Setoriais e Juventude do PT<sup>347</sup>. Os núcleos de base estão previstos estatutariamente enquanto instância somente na esfera municipal.

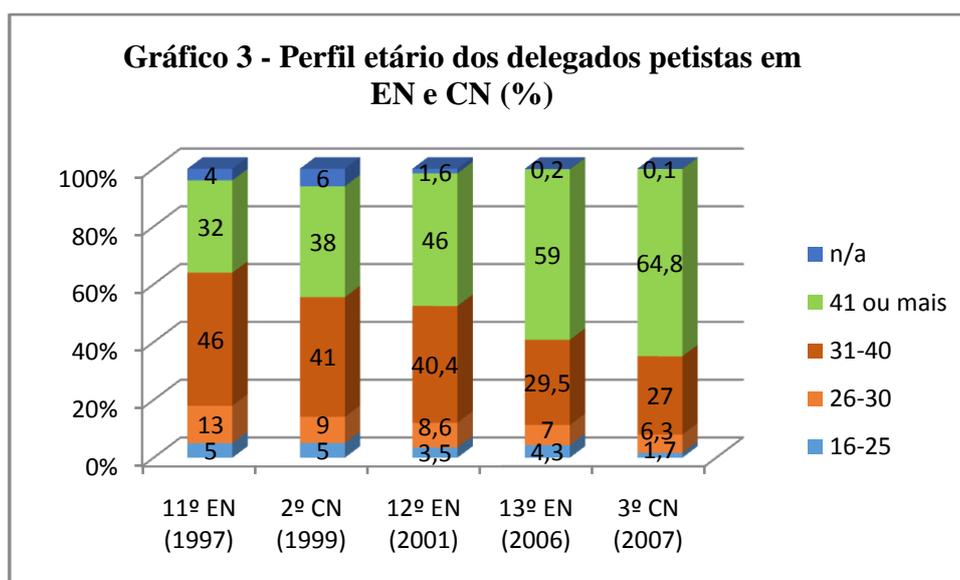
Os Congressos e Encontros Nacionais são momentos ímpares do partido, onde representantes partidários (delegados) de todos os Estados têm a oportunidade de triangular experiências de militância e debater questões de interesse direto do partido. Se até 1997 os Encontros Nacionais ocorriam espaçados por um intervalo médio de dois anos, esta periodicidade foi sendo substituída por intervalos de tempo cada vez maiores entre um Encontro e outro. Nos últimos 17 anos posteriores a 1997 o partido realizou apenas três destes eventos (12º EN – 2001; 13º EN – 2006; 14º EN – 2014). A finalidade dos Encontros, em qualquer esfera, é debater a política do PT dentro do momento político que circunscreve o período do evento e deliberar “sobre questões

---

<sup>347</sup> A Juventude do PT passa a ser considerada uma instância partidária nos moldes das resoluções do 4º Congresso Nacional do PT ocorrido no segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012.

conjunturais de curto e médio prazo”<sup>348</sup>. O Congresso, por sua vez, objetiva aprofundar o debate e os posicionamentos partidários no que tange a “atuação política, questões de âmbito nacional, atualização do Programa, formas de organização ou funcionamento partidário”<sup>349</sup>.

Enquanto espaços institucionais de promoção democrática da oportunidade de ditar os rumos da vida partidária, no mínimo apropriado seria esperar que imperasse certo equilíbrio etário no perfil dos delegados, como representação dos diferentes segmentos sociais que compõem o mosaico orgânico de composição social do partido. Notamos, contudo, guiados pela linha de raciocínio dentro da perspectiva de envelhecimento dos quadros partidários do PT e baixa adesão da juventude ao seu espectro de atuação política, a perda gradativa de espaço dos jovens dentro destas instâncias máximas de discussão e deliberação.



Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do Núcleo de Opinião Política da Fundação Perseu Abramo.

A participação dos delegados nestas instâncias nacionais deliberativas parte das escolhas feitas na esfera estadual. Um delegado nacional é fruto das etapas de seleção que se inicia com a escolha dos delegados municipais e zonais, atualmente

<sup>348</sup> *Bem vinda, bem vindo ao PT!*. Caderno de formação. Escola nacional de formação do PT. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2012, p. 24.

<sup>349</sup> Estatuto do PT, 2012, Art. 126.

condicionados ao Processo de Eleições Diretas (PED), que garante o voto direto do filiado na escolha destes representantes. Em sua tese, Oswaldo Amaral afirma que este processo de escolhas de delegados no nível local e estadual colabora na compreensão da demanda de inserção partidária ou projeção pública que um petista deve ter para galgar etapas até a etapa nacional. Ou seja, dificilmente um filiado de baixa militância e dedicação a vida partidária conquista uma cadeira de delegado nacional nos Encontros e Congressos<sup>350</sup>.

Como podemos observar no gráfico acima, a presença de jovens delegados nestas instâncias nacionais decresceu entre 1997 e 2007, em total sinergia com a progressiva queda dos filiados pertencentes a esta categoria etária. Se em 1997 o número de delegados acima dos 40 anos fechava em pouco mais de 30% do total de presentes, este número duplica dez anos depois no 3º Congresso Nacional. Em contrapartida, a presença de jovens até 25 anos, que comparativamente era baixa já em 1997 se comparada a outras faixas etárias (5%), torna-se numericamente irrisória no último evento analisado (1,7%); uma queda significativa, que escancara a sua sub-representação. Se no 11º EN, os delegados com até 30 anos representou 18% do total de delegados, em 2007 no 3º CN há uma queda de 10 pontos percentuais (8%).

A queda do número de jovens delegados também tem relação com a queda no número de petistas que no momento destes encontros participavam em movimentos de estudantes e organizações sociais de juventude. Como apontam as informações coletadas pelo Núcleo de Opinião Política da FPA, no 3º Congresso do PT apenas 2,3% dos delegados presentes militavam nas fileiras de movimentos e organizações desta natureza, índice bem abaixo do registrado no 11º EN (7%) e 12º EN (8,5%), ainda que esta porcentagem seja bem desproporcional se comparada com a categoria sindical (31% e 28,6% para os respectivos eventos). Também é importante pontuar que o retrospecto de queda numérica da participação de jovens delegados atrelados com grupos de militância de sua categoria vem em sinergia com o retrospecto de queda no número de delegados que militam em outras organizações como um todo, revelando a desconexão gradativa entre quadros de liderança partidária e empoderamento de movimentos sociais e organizações populares. Uma informação bem interessante apontada por Amaral diz respeito aos delegados que tinham ligação com algum

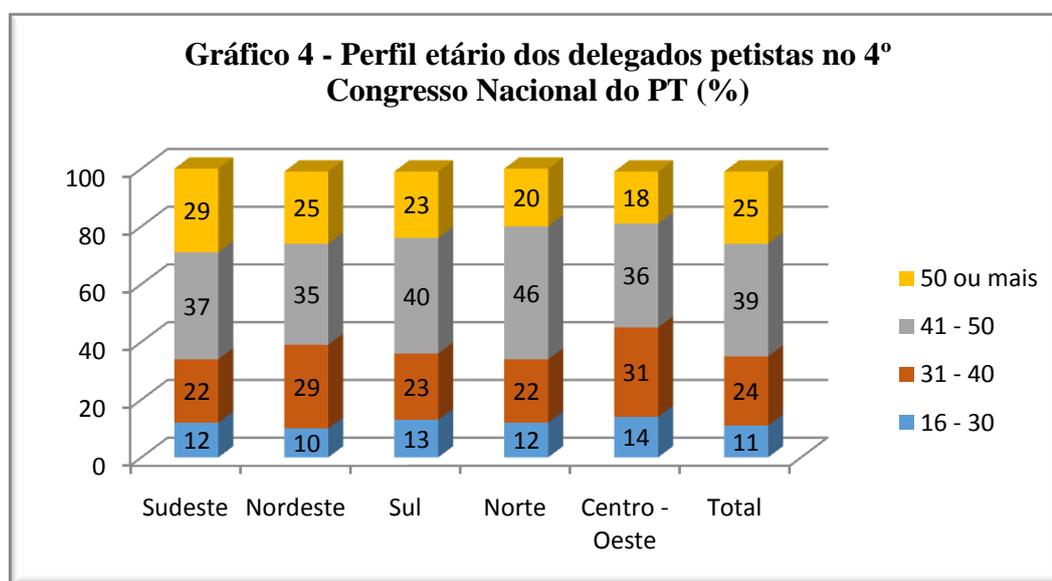
---

<sup>350</sup> AMARAL, O. M. As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. 2010. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

movimento ou organização no momento de ingresso no partido. Trabalhando com dados do período de fundação do partido até 2007, o autor constata que têm ocorrido mudanças nos padrões de recrutamento pela perda de expressividade numérica de três categorias de lideranças ligadas a movimentos e organizações: movimento sindical, organizações religiosas e movimento estudantil.

Paralelamente, a porcentagem de delegados com vinculação a “outros” movimentos e organizações sociais no momento de filiação cresceu de 17,5%, dos que entraram no PT entre 1995 e 2000, para 51,7%, entre os membros a partir de 2001. Esse é um dado importante que pode significar o início da erosão da predominância dos atores tradicionais da sociedade civil organizada entre a liderança petista<sup>351</sup>.

No 4º Congresso do PT, realizado em 2011, é possível notar uma ligeira melhora no índice de presença juvenil compondo o quadro de delegados, quando o comparamos com o último CN ocorrido quatro anos antes. A apresentação da distribuição por região do país nos permitiu visualizar se algumas delas colaborou de forma decisiva para “puxar pra cima” o percentual de jovens.



Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do Núcleo de Opinião Política da Fundação Perseu Abramo.

<sup>351</sup> AMARAL, 2010, p. 98.

Não há uma discrepância estatística significativamente alta entre as cinco regiões, com diferenças percentuais em torno de três pontos. A região Centro-Oeste foi a que mais enviou delegados jovens, enquanto o Nordeste contribuiu menos neste quesito. O gráfico revela também a tendência ao envelhecimento das delegações petistas nestes eventos nacionais do partido, com a continuação da queda do número de participantes trigenários e o aumento dos delegados com 50 anos ou mais.

A mesma tendência ao envelhecimento de quadros e a sub-representação juvenil no PT é vista também quando analisamos o perfil daqueles que vem compondo o corpo dirigente partidário, detendo o controle dos *recursos de poder organizativo*<sup>352</sup> dentro do partido. O coorte retrospectivo da presença de jovens na composição social do Diretório Nacional engloba o período desde a implementação do Processo de Eleições Diretas, onde filiados petistas elegeram, onde por meio do voto direto em chapas previamente compostas, aqueles que preencheriam as cadeiras de direção do partido. Privilegiamos o recorte etário de cinco anos entre uma categoria e outra, otimizando o diagnóstico das mudanças de perfil com base no tempo médio entre uma eleição e outra.

**Tabela 1 – Composição etária do Diretório Nacional do PT (%) (2001 até 2013)**

| Faixa Etária | 10° DN | 11° DN | 12° DN | 13° DN |
|--------------|--------|--------|--------|--------|
| 21-29        | 2,6    | 2,6    | 2,5    | 1,2    |
| 30-35        | 9,2    | 1,3    | 5      | 1,2    |
| 36-40        | 13,2   | 9,1    | 10     | 4,9    |
| 41-45        | 30,3   | 19,5   | 16,3   | 11,1   |
| 46-50        | 11,8   | 28,6   | 30     | 21     |
| 51-55        | 15,8   | 22,1   | 17,5   | 23,5   |
| 56-60        | 14,5   | 3,9    | 8,8    | 16     |
| 60 ou mais   | 2,6    | 13     | 10     | 21     |

Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos da Secretaria de Organização do PT.

Abrimos uma exceção em relação à faixa etária que compreende dos 21 aos 29 anos, por facilitar a identificação unitária do perfil *jovem*. A transformação dos percalços gerados pelos filtros de seleção de representantes nas esferas locais como

<sup>352</sup> PANEBIANCO, 2010.

requisito para escolha do corpo dirigente poderia, *em tese*, ser uma oportunidade ímpar de articulação nas bases por um maior espaço dos jovens petistas. Quando desagregamos os dados de composição etária por diretório, nota-se que as mudanças no processo de escolha dos dirigentes não causaram impacto quanto à presença da juventude nas três primeiras eleições. Aliás, na composição do 13º DN via PED em 2009, o número de dirigentes jovens (21-29 anos) cai pela metade, igualando em número de cadeiras a intensa queda do número de dirigentes entre os 30 e 35 anos.

O desequilíbrio etário na composição social do DN pende para o pleno envelhecimento do quadro de componentes, onde mais da metade (60%) ultrapassa a faixa dos cinquenta anos de idade na gestão 2010-2014. E a restrição no acesso juvenil a esta instância partidária reverbera automaticamente quando se trata da formação da consecutiva Comissão Executiva Nacional. A constituição da CEN é fruto da negociação entre as chapas que conquistaram espaço dentro do DN, tendo como pano de fundo a disputa entre as diversas tendências partidárias incrustadas no PT. Até 1990, a distribuição dos cargos dentro da CEN ficava a cargo da chapa majoritária no DEN, formato modificado com a adoção da proporcionalidade plena a partir de então. Para Ribeiro, vem ocorrendo no PT um processo de oligarquização da direção nacional, orquestrada pelo grupo hegemônico que controla o partido desde 1995 (antigo Campo Majoritário, atualmente com a denominação Construindo um Novo Brasil), e um dos indicadores é a baixa oscilação na correlação das forças internas e manutenção do controle sobre cargos estratégicos da CEN. Se existem indicativos de redução das taxas de substituição de dirigentes após 1995, com menor permeabilidade de dirigentes estreates na CEN do que no próprio DN, o envelhecimento da classe dirigente brota quase que automaticamente<sup>353</sup>.

Para encerrarmos este tópico, observemos o perfil etário dos candidatos lançados desde as eleições gerais de 1994 para os cargos de Deputado Estadual e Federal. Como o TSE não disponibiliza as informações compiladas sobre as candidaturas discriminadas pela categoria específica “faixa etária x partidos políticos”, foi preciso acessar as informações brutas sobre as candidaturas disponibilizadas em seu repositório de dados

---

<sup>353</sup> RIBEIRO, 2008.

eleitorais e analisar todas as listas das candidaturas petistas em cada um dos vinte e sete Estados brasileiros<sup>354</sup>.

Em trabalho anterior<sup>355</sup>, concluímos que é absolutamente correto pensar que escolhas de carreira política são condicionadas por *preferências*, partindo da iniciativa subjetiva do ator social (motivações pessoais, traduzidas sob a forma de ambição política), mas também das estruturas institucionais que enxergam neste indivíduo um sujeito potencialmente viável para, de alguma forma, estar pleiteando um cargo na disputa eleitoral. Uma candidatura é construída dentro do contexto das oportunidades eletivas que estão postas. Diversos fatores atuam como variáveis condicionantes à produção de candidaturas, como disposições pessoais, *expertise* político, condições demográficas (meio político de oportunidades), linhagem familiar, expectativas competitivas, ideologia e grupos de interesse<sup>356</sup>.

A escolha dos candidatos é um momento ímpar no ambiente das disputas políticas intrapartidária, situando-se como um dos elementos do recrutamento partidário. Um espaço como aspirante a representação eletiva em nome do partido deriva do jogo de oportunidades/incentivos que florescem no ambiente das disputas pelo controle desta zona de incerteza (recrutamento) e manutenção da estabilidade organizativa. Os mecanismos de surgimento das candidaturas de acordo com as possibilidades de seleção apontados por David Fleischer<sup>357</sup> nos auxiliam a melhor refinar esta discussão:

- Seleção a “*petit-comité*”: envolvem grupos (as chamadas “panelinhas”) de amigos ou colegas de candidatos. Processo ligado ao nível de competição intrapartidária;
- Auto-recrutamento: o candidato se apresenta sem nenhum contato prévio com elementos do partido, mas com a mobilização de grupos secundários;

---

<sup>354</sup> Os dados brutos com as informações de candidaturas nas eleições de 1994 estão incompletos, pois conseguimos ter acesso à lista de apenas 14 Estados.

<sup>355</sup> MARQUES, J. E. D. Na busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal – aspectos teóricos e um estudo de caso. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

<sup>356</sup> FOX, R; LOWLESS, J. Run or not to run for office: explaining nascent political ambition. *American Journal of Political Science*. Vol. 49. nº03. Jul 2005.

<sup>357</sup> FLEISHER, D. Recrutamento partidário. In *Partidos Políticos*, Caderno de Política, Brasília Ed. UNB, 1993.

- Conscrição forçada pelo núcleo do partido, em situações quando as chances de vitória são quase nulas, onde geralmente ativistas partidários aceitam a tarefa;
- Seleção faccional, ocorrendo em núcleos sem firme liderança e coordenação central (candidato ligado a subgrupos dentro do partido);
- Cooptação, onde um indivíduo não militante é convidado a ser candidato, seja por possuir status social e/ou econômico. É o que o autor denomina de “entrar pela janela”.

O controle na designação de um candidato vai depender dos procedimentos que o partido adota para a realização de tal feito. Observar os níveis de inclusão e exclusão por parte dos militantes pode ser uma ferramenta proveitosa para entender até que ponto o controle da representação política pode estar concentrado ou não, atravancando a estruturação democrática dentro do partido. No caso do sistema partidário brasileiro, quando falamos em “controle da representação”, estamos compactuando com as conclusões apresentadas por Maria do Socorro Braga<sup>358</sup>, ao afirmar que os partidos políticos no país mantêm o protagonismo na dinâmica de formação de uma elite política responsável por operar a representação política por meio do controle do processo de seleção de candidatos e da ordenação informal da lista partidária. O preenchimento e ordenamento desta lista acontecem seguindo as preferências àqueles candidatos com reais condições de concluir as metas partidárias naquela eleição, o que explica alguns candidatos terem mais tempo de exposição na mídia, participação em comícios, apoio de correligionários, recursos financeiros, material de campanha e até números facilmente decoráveis.

Os partidos estariam assim sempre condicionados a fazer uma avaliação dos riscos e benefícios políticos atrelados a uma candidatura. Este é um fator que precisa ser considerado para melhor compreendermos a sub-representação juvenil na composição das listas partidárias. Sim, a juventude cada vez menos compreende o sistema político tradicional como representativo de suas demandas, buscando muitas vezes outras formas de organização e mobilização política. Por outro lado, percebe-se que não há muito esforço das agremiações partidárias em lapidar e projetar candidaturas dentro desta faixa etária.

---

<sup>358</sup> BRAGA, M. S. Partidos Políticos: organização e controle sobre a dinâmica de representação na democracia brasileira. In: V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, 2006.

Segundo levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) sobre as candidaturas aos cargos legislativos no pleito de 2014, os indivíduos com até 29 anos somaram apenas 6,8% do total, às vistas desta faixa etária responder por parcela expressiva da população brasileira<sup>359</sup>. Este dado não foge à regra: o baixo percentual de candidatos jovens no Brasil é uma constante. Nas eleições de 2006, os candidatos a deputado federal entre os 20 e 29 anos corresponderam a apenas 4,1% do total. Em 2010 para o mesmo cargo, dos 6.015 candidatos, apenas 83 candidatos tinham até 25 anos (1,37% do total), enquanto que na disputa por uma cadeira nas assembleias legislativas estaduais o percentual foi equivalente (1,62%, totalizando 233 candidatos)<sup>360</sup>. A fraca presença de candidatos jovens na disputa eleitoral automaticamente impacta sua representatividade na composição etária das Assembleias Legislativas: de 1998 até 2010, os deputados estaduais jovens (21-29 anos) preencheram em média 4,9% das cadeiras<sup>361</sup>. As informações que dispomos sobre a faixa etária dos candidatos para a Câmara dos Deputados no Brasil desde 1946 mostram que jamais as candidaturas de pessoas com até 30 anos superou a margem dos 5% em relação ao total de pleiteantes<sup>362</sup>.

Diante dos números apresentados, indagamos: os jovens não estariam mais propensos a serem incluídos nas listas partidárias de disputas para cargos no legislativo municipal, que intuitivamente correspondem aqueles com demandas menores de capital político acumulado por um aspirante? Em outras palavras: na perspectiva da carreira política pensada por etapas, onde existem cargos que requerem maior aporte financeiro, capilaridade eleitoral e *feedback* partidário, o cargo de vereador (na base da estrutura de carreira<sup>363</sup>) seria então o alvo de predileção dos partidos para o lançamento de candidaturas experimentais, tendo o jovem nesta esfera maiores oportunidades? Dados recentes apontam um cenário não tão favorável assim para empreitadas juvenis na disputa eleitoral. Em 2012, apenas 3% dos candidatos a vereador tinha entre 18 e 25 anos<sup>364</sup>.

---

<sup>359</sup> INESC. Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: desafio à democracia. Brasília, set. 2014.

<sup>360</sup> TSE. Estatísticas eleitorais - 2006.

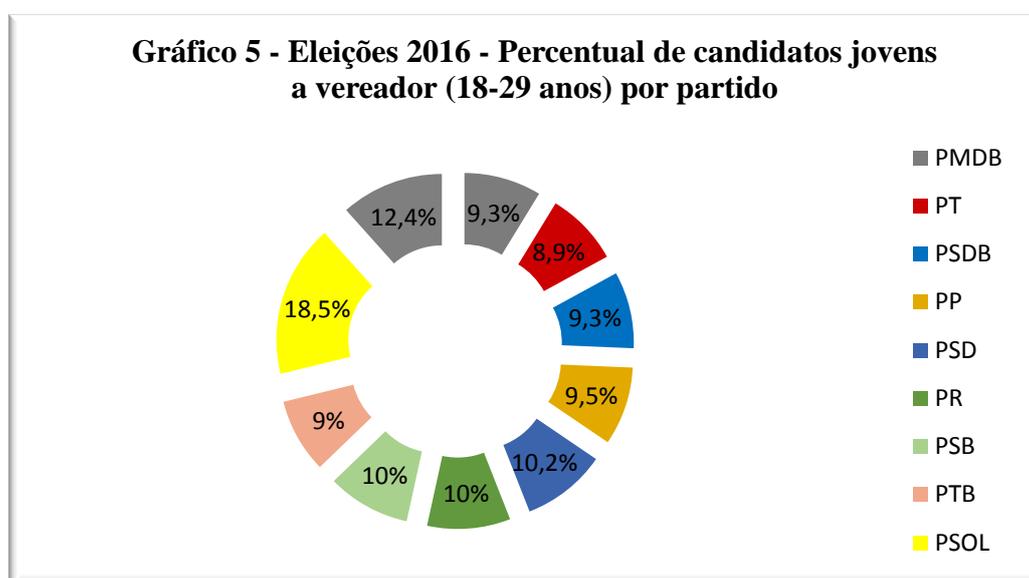
<sup>361</sup> HORTA, C. et.al. O perfil dos representantes eleitos para as Assembleias Legislativas no Brasil. *Temas de Administração Pública*. Belo Horizonte, v.09, n.1, 2014.

<sup>362</sup> PIVETTA, M. Renovação à brasileira. *Pesquisa Fapesp*. Caderno: Humanidades – Ciência Política, edição 225, p. 76 – 81, 2014.

<sup>363</sup> MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 20, p. 115-134, Jun. 2003.

<sup>364</sup> O TSE agrupou as faixas etárias entre os 25-35 anos, por isso não temos informações sobre os candidatos entre os 26 e 29 anos.

O cenário pouco muda nas eleições de 2016: 9,7% dos 456.919 candidatos inscritos possuíam até 29 anos. No gráfico abaixo, refinamos as candidaturas para vereador no referido ano por legenda partidária, levando-se em conta a proporcionalidade candidato jovem – total de candidatos das oito maiores bancadas partidárias no Congresso Nacional, mais o PSOL e PC do B<sup>365</sup>. PSOL é disparado a legenda que mais apresentou postulantes jovens, quase o dobro da média alcançada pelos demais partidos. Surpreendentemente o PT figura como o partido que menor investiu em candidaturas juvenis: 1.944 candidatos dum total de 21.840.



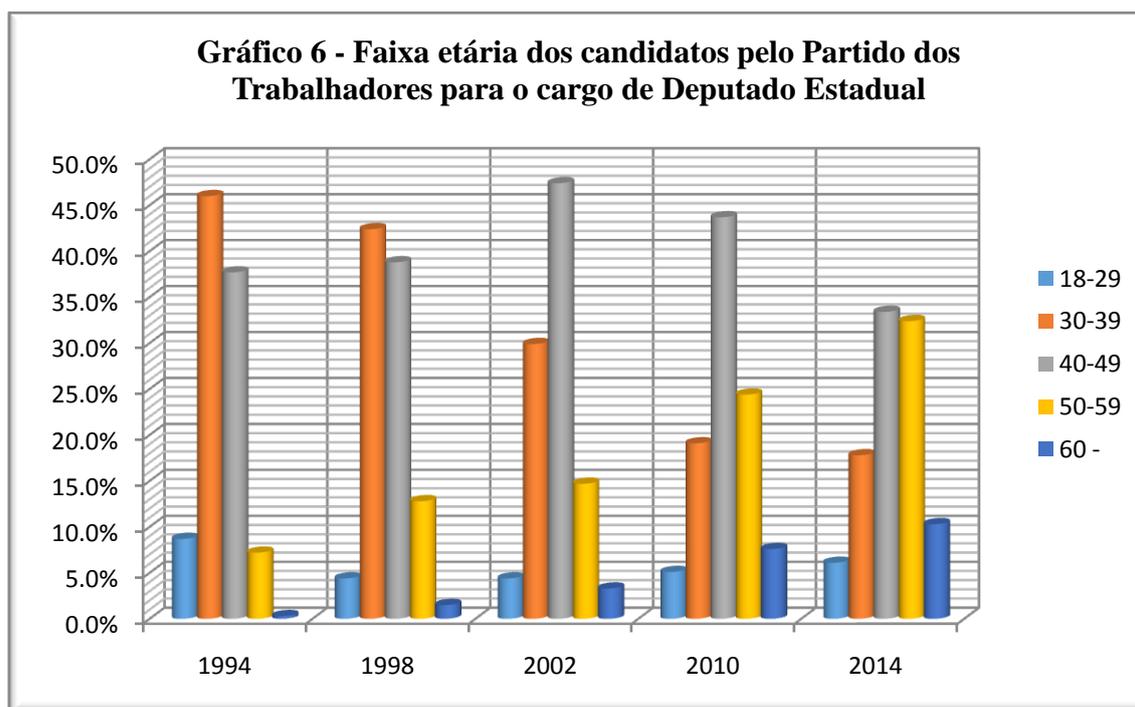
Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE.

Bolognesi, Costa e Codato<sup>366</sup> apontam que o PT vem passando por uma “revolução silenciosa”, devido à queda nas taxas de êxito político nas candidaturas petistas enquadradas no perfil “trabalhadores” para a Câmara dos Deputados. A fragmentação partidária intensificada nos últimos dezesseis anos gerou mais espaço para grupos menos mobilizados politicamente, enfraquecendo legendas já consolidadas. Os autores destacam que os antigos candidatos trabalhadores foram desfavorecidos com esta intensa fragmentação na qual o PT se viu refém. Progressivamente o partido vem deixando de ser um espaço ótimo para candidatos oriundos de ocupações socialmente

<sup>365</sup> Decidimos inserir estas duas legendas a título de comparação porque seus quadros juvenis possuem bastante inserção no movimento estudantil organizado.

<sup>366</sup> BOLOGNESI, B; COSTA, L; CODATO, A. A revolução silenciosa no Partido dos Trabalhadores. In: X Encontro Associação Brasileira de Ciência Política, *Anais*..Belo Horizonte, 2016.

desprestigiadas almejem algum sucesso político. Quando direcionamos este foco analítico para a categoria dos jovens, antecipamos a conclusão sobre as taxas de êxito nestas candidaturas para um estágio anterior: a barreira de entrada dos jovens ergue-se ainda na formação das listas de candidatos, pois são poucos os jovens que conseguem conquistar um espaço como candidatos.

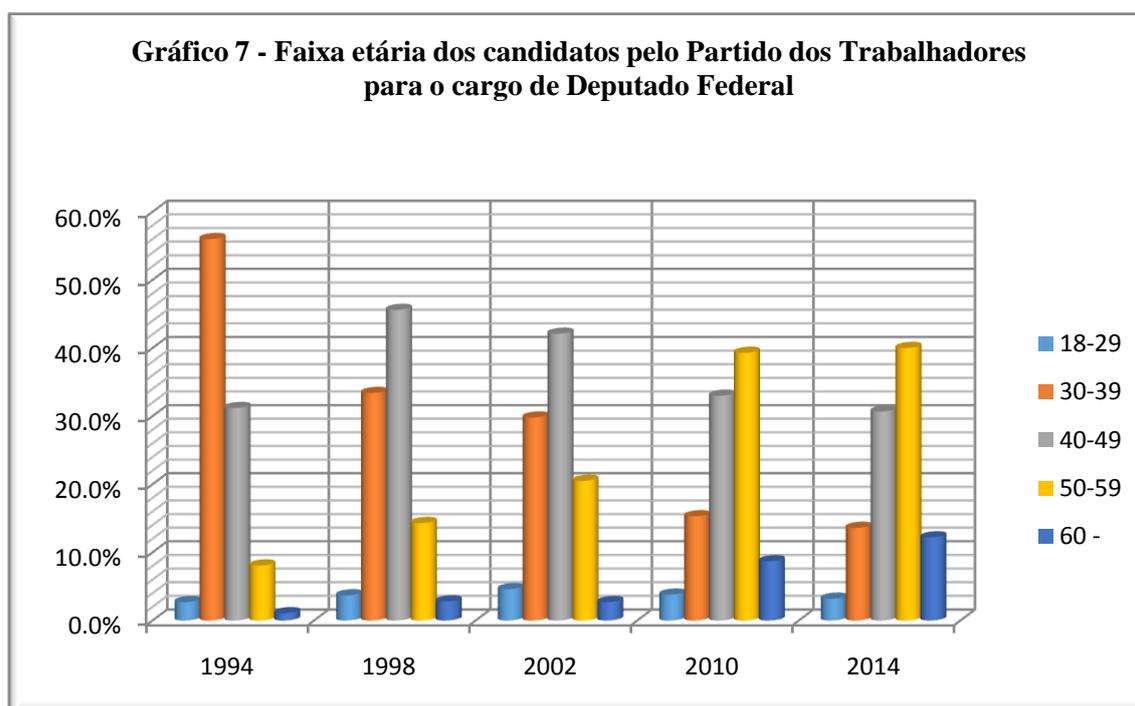


Fonte: elaboração própria, a partir de dados brutos obtidos no repositório do TSE.

No vicênio correspondente a 1994 até 2014, duas transições na estrutura etária dos candidatos petistas para deputado estadual podem ser observadas. A primeira refere-se ao progressivo declínio dos candidatos entre 30 e 39 anos, em paralelo ao aumento daqueles na faixa dos 40 anos. A segunda é a oscilação, agora para baixo, dos candidatos nesta faixa etária, com a ascensão percentual dos candidatos cinquentenários. O deslocamento vetorial nestes dois eixos de transição é sempre no sentido do envelhecimento etário. A projeção, seguindo o ritmo de queda percentual desde 2002 (negativo de 6,7%) dos candidatos entre 40 e 49 anos, indica o topo etário das candidaturas petistas destinado já nas próximas eleições aos candidatos com mais de cinquenta anos.

O percentual de candidatos jovens pelo PT se manteve ao longo deste período na casa dos 5%, com oscilações pouco expressivas se comparadas às outras faixas etárias.

A partir de 2010, a faixa etária entre os 18 a 29 anos passa a figurar como a que menos possui candidatos (5,1% neste ano e 6,1% em 2014). Nestes vinte anos, os estados que mais concederam espaço para candidatos jovens foram Roraima, Amapá, Amazonas e Acre. Em contrapartida, ser jovem e almejar disputar uma eleição para deputado estadual na Bahia, São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro é mais complicado que nos demais estados. O processo de envelhecimento do quadro de candidatos petistas pode ser visto também quando a disputa envolve o cargo de deputado federal.



Fonte: elaboração própria, a partir de dados brutos obtidos no repositório do TSE.

Tradicionalmente, um maior número de candidatos a deputado federal localiza-se numa faixa etária mais elevada do que aqueles que disputam o cargo de deputado estadual. Podemos notar que a transição da estrutura etária entre 1994 e 2014 neste gráfico acusa uma grande simetria distributiva no tocante ao gráfico anteriormente apresentado. No intervalo de apenas uma eleição (1994 – 1998), a faixa etária dos 30 aos 39 anos perde 22,6% de representantes petistas, perda de espaço que prossegue nas eleições seguintes, ao ponto de em 2014 percentualmente se equipararem aos candidatos com sessenta anos ou mais (13,3% e 12,2% respectivamente). Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul foram os Estados que proporcionalmente mais recrutaram jovens candidatos.

O deslocamento percentual privilegiando gradativamente candidatos com mais idade em ambos os gráficos, numa escala oscilante de queda numérica de uma faixa etária e aumento da faixa subsequente, indica que o PT gradativamente tem privilegiado selecionar candidatos apostando na manutenção de quadros com experiência na disputa eleitoral e privilegiando os aspirantes à reeleição. Detecta-se neste ponto uma das justificativas que sustenta a dificuldade do partido em oxigenar sua lista de candidatos. É preciso considerar, em adendo, que o quadro de filiados jovens ao partido vem se dissolvendo ao longo dos anos, gerando pouca disposição de “matéria-prima” dentro deste perfil etário. Outros partidos também são assombrados pelo mesmo fantasma: de 2009 pra cá, o número de eleitores entre os 16 e 24 anos filiados aos cinco maiores partidos do país (PMDB, PT, PSDB, PP e PDT) caiu 56%<sup>367</sup>. Em 2014, 48 anos foi a média geral de idade dos concorrentes para uma cadeira na Câmara dos Deputados, tendo na faixa etária dos 40 aos 49 anos a maior concentração de candidatos. Já o PT apresentou para o pleito candidatos mais velhos, agrupados em maior número na faixa dos 50 aos 59 anos.

**Quadro 1 – Faixa etária dos candidatos a Deputado Federal no Brasil e pelo PT (eleições de 2014)**

|              | <b>18-29</b> | <b>30-39</b> | <b>40-49</b> | <b>50-59</b> | <b>60 -</b> |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| <b>Geral</b> | 6,3%         | 18,1%        | 30,5%        | 28,8%        | 16,2%       |
| <b>PT</b>    | 3,2%         | 13,6%        | 30,7%        | 40,0%        | 12,2%       |

Fonte: elaboração própria, a partir de dados oriundos do TSE.

Pouco jovem no partido reverte-se em pouca demanda de aspirantes, lógica esta que necessariamente traz consigo a observação da estrutura de oportunidades internas para carreira política que estes jovens se deparam. Sua explicação não repousa somente na paulatina perda de filiados jovens, mas também pela baixa representatividade nas esferas partidárias locais e estaduais, através do não reconhecimento e legitimidade na travessia dos jovens do filtro político como requisito de participação nas etapas. Como

<sup>367</sup> COUTO, M; TARDÁGUILA, C. Partidos sem renovação: número de filiados entre 16 e 24 anos caiu 56% nas cinco maiores legendas. *O Globo*, 28 jun. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/partidos-sem-renovacao-numero-de-filiados-entre-16-24-anos-caiu-56-nas-cinco-maiores-siglas-16581309>. Acesso em: 13 jul. 2016

veremos no último capítulo, algumas lideranças juvenis petistas reclamam dos poucos incentivos oferecidos a eles para comporem as listas de candidatos e/ou construírem de candidaturas viáveis. Das poucas candidaturas de jovens petistas nas eleições mais recentes, observa-se que algumas delas são preenchidas com indivíduos com experiência de engajamento dentro da juventude organizada do partido. Ainda é cedo para mensurar o impacto da crescente do processo de institucionalização da Juventude do PT<sup>368</sup> na mobilização interna pelo lançamento de candidaturas oriundas de suas fileiras. Todavia, ao compararmos as duas últimas eleições gerais, diagnosticamos o aumento de candidatos pró-ativos na JPT. Aliás, de 1994 pra cá, a única candidatura jovem, etariamente abaixo da casa dos vinte anos, ocorreu nas eleições de 2014, quando Thamara Liege da Silva lança-se com 19 anos à corrida por uma vaga na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Detalhe: Thamara era militante destacada da JPT em seu estado.

### **3.2 – Juventude do PT: das fileiras estudantis à instância do partido**

A trajetória institucional do Partido dos Trabalhadores, desde seu registro oficial em 1980, é marcada por diversos Encontros e Congressos, onde em registro mais recente o partido realizaria em junho de 2015 na cidade de Salvador na Bahia o seu 5º Congresso Nacional. As resoluções e os documentos oficiais produzidos pelo conjunto do partido como resultado destes eventos constitui um acervo elementar e rico sobre a história e os pontos de vista adotados acerca de questões como a estrutura do partido, formas de organização, papel do militante, burocracia partidária, eleições internas, controle das zonas de incerteza, posicionamento partidário sobre a conjuntura nacional e internacional. O caminho para compreendermos a consolidação formal de sua organização juvenil partidária diretamente perpassa sua evolução debatida e oficializada pelo conjunto partidário em suas reuniões de abrangência nacional. O fio condutor deste tópico desenrola-se ancorado em dois objetivos: explicar a trajetória interna de desenvolvimento organizacional de sua “*youth wing*” e analisar qual o posicionamento oficial do partido e como/quando se deu a inserção da pauta “juventude” nas suas resoluções.

---

<sup>368</sup> Tema a ser abordado nas páginas seguintes.

No período pré-fundação do PT, como vimos no tópico anterior, diversos setores sociais, organizados e não organizados, acabariam creditando à proposta de criação de um novo partido político a possibilidade real de concretizar uma luta efetiva na consolidação para a democracia incipiente e efetiva instrumentalização institucional na luta política da classe trabalhadora. Pontos estes presentes nos documentos produzidos neste período (final da década de 1970), onde também constata-se a preocupação com o formato (composição social, estrutura e inserção social) que iria adquirir o novo partido.

No 9º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP) realizado em janeiro de 1979, era grande o esforço do grupo sindicalista denominado “autênticos” na difusão da ideia junto aos sindicalistas vinculados com a “unidade sindical” de criação de um novo partido<sup>369</sup>. Neste Congresso é aprovada a Carta de “Santo André-Lins”, cujo conteúdo ratificava o partido político, naquela conjuntura, como o melhor instrumento de luta a ser utilizado pela classe trabalhadora brasileira. A carta continha cinco proposições que estavam atreladas quase que tão somente as demandas de organização reivindicatória e consolidação de pauta dos trabalhadores, como a independência dos sindicatos junto ao Estado e sua consente democratização (democratização operária) e o lançamento do manifesto conclamando a unificação de todos os trabalhadores brasileiros na construção do Partido dos Trabalhadores, partido este que seria “todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões”.<sup>370</sup> No dia 1 de maio daquele mesmo ano, alguns dirigentes sindicais lançaram a *Carta de Princípios* do Partido dos Trabalhadores, onde reforçaram a urgência da participação decisiva dos trabalhadores na tarefa de reverter a situação social de opressão social e política que historicamente recaía sobre sua condição de existência. Aproveitam também o ensejo para criticar a natureza exclusivamente parlamentar do MDB, sua composição social contraditória, e suas linhas de interesse também coligadas com os interesses das classes opressoras. O MDB se revelaria então “um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras (...) impermeável aos temas sociais e políticos que tocam nos interesses das classes trabalhadoras”<sup>371</sup>. A carta destaca, inclusive, em sinergia com nosso interesse

---

<sup>369</sup>No Congresso, a unidade sindical apoiou a iniciativa de criação do partido, Acervo digital *Revista Veja*, 15/11/1978.

<sup>370</sup>*Carta de “Santo André-Lins”*. Documentos da Pré-Fundação do PT, jan. 1979.

<sup>371</sup>*Carta de Princípios*. Documentos da Pré-Fundação do PT, mai. 1979.

analítico, a real necessidade de união dos trabalhadores, em sua atuação de vanguarda, com diversos setores da sociedade, inclusive o setor estudantil.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política<sup>372</sup>.

O PT, no seu período classificado como de *pré-fundação*, formaliza o debate e abertura política ao diálogo de proposição de demandas sociais com segmentos sociais e lideranças populares, mesmo que não pertencentes ao quadro de construção partidária. Obviamente que a base de vanguarda desta iniciativa era norteada pelos sindicalistas, estes que compuseram quase que exclusivamente, por indicação no dia 13 de Outubro de 1979 na reunião de lançamento do Movimento Pró-PT<sup>373</sup>, a Comissão Nacional Provisória, que se encarregaria de dirigir o movimento até 01 de Junho de 1981. Mas o discurso do PT, enquanto espaço institucional que deveria ser uma referência e um canal de expressão política aos diversos segmentos e movimentos sociais (inclusive o estudantil), seria adotado em outros documentos importantes neste período de pré-fundação. A Comissão Coordenadora Provisória, julgando conveniente dar a público alguns pontos preliminares da posição política do Movimento Pró-PT, redige uma Declaração Política que expressava com clareza a proposta de discussão com as bases do partido, expressos pelos núcleos pró-PT e com as organizações populares existentes, como associações de moradores, comunidades eclesiais, dentre outros setores<sup>374</sup>.

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros. dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; **do movimento estudantil** e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres. E ainda outros. como os que lutam pelos direitos das populações indígenas<sup>375</sup>.

---

<sup>372</sup> Ibidem, p. 05.

<sup>373</sup> Reunião realizada na cidade que era o epicentro das efervescências sindicais do período, São Bernardo do Campo, no salão de festas do Restaurante São Judas Tadeu.

<sup>374</sup> OLIVEIRA, 1987.

<sup>375</sup> *Declaração Política do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores*. Documentos da Pré-Fundação do PT, 1979, p. 01.

As lideranças do Movimento Pró-PT tinham ciência desta particularidade estratégica de legitimar a organização nascente como um pólo de referência de luta dos trabalhadores. A declaração deixa claro que o PT pretendia ser um canal de expressão política e partidária dos trabalhadores, mas também uma organização política dos militantes de variados movimentos sociais, estes “frequentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão de política de que são capazes”<sup>376</sup>. O reforço da importância da presença estudantil na construção do PT constará também na Plataforma Política lançada pelo Movimento, esta que objetivou, naquele momento, apresentar algumas normas de funcionamento de caráter preliminar na busca pela aderência orgânica normativa da iniciativa político-partidária.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, desde já democrático e aberto à participação dos trabalhadores da cidade e do campo, dos camponeses, dos posseiros, dos profissionais liberais, dos professores e bancários, parlamentares, estudantes, trabalhadores autônomos da cidade e do campo etc. proclama sua decisão de lutar pela sua legalização<sup>377</sup>.

Dois meses após o Movimento Pró-PT ter-se tornado uma sociedade civil legal, na emblemática data de 10 de fevereiro de 1980, num evento realizado no Colégio Sion em São Paulo que contou com a presença de cerca de 2000 simpatizantes, a Comissão Provisória Nacional<sup>378</sup> aprova o lançamento do Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, que acompanharia o pedido de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral<sup>379</sup>. Permaneceram, naquele documento, as linhas mestras da declaração política, acompanhado de uma petição para seu registro oficial feito a 20 de abril de 1980<sup>380</sup>. O Manifesto reconhece a categoria estudantil e suas iniciativas contestatórias e de enfrentamento contra a ditadura militar na década de 1970 como uma importante

---

<sup>376</sup> Ibidem.

<sup>377</sup> *Plataforma Política do Movimento Pró-PT*. Documentos da Pré-Fundação do PT, 1979, p. 01.

<sup>378</sup> Esta Comissão era formada basicamente por sindicalistas do eixo sul-sudeste. As únicas exceções foram o jornalista Francisco Auto, de Fortaleza, Ceará e o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim (Maranhão), Manoel da Conceição. Fonte: PARTIDO DOS TRABALHADORES, *Trajetórias: das origens à vitória de Lula*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª Edição. São Paulo, 1996.

<sup>379</sup> Manifesto do PT diz que trabalhador não será mais manobrado pelos políticos. *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1980. Consulta no Acervo Digital Jornal do Brasil. Disponível em: [https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b\\_mode=2&hl=pt-BR](https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2&hl=pt-BR)

<sup>380</sup> OLIVEIRA, 1987.

coluna no avanço das lutas populares urbanas no período. A menção aos estudantes no documento é bastante discreta e de restrição pontual a esta questão de balanço da conjuntura de lutas na década anterior.

Em 31 de maio de 01 de junho de 1980, o PT realizou um Encontro Nacional que aprovou seu programa e o seu estatuto. No Programa, há uma sensibilização com pautas diretamente ligadas às atuações históricas do movimento estudantil brasileiro, como a denúncia da deterioração e privatização crescente do ensino público, a precariedade nos serviços e a defesa do ensino público, ponto que entraria no Plano de Ação do Partido dos Trabalhadores no mesmo documento, tópico IV: “Por melhores condições de vida: (...) Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores”. No Estatuto aprovado, aparece pela primeira vez o termo “*jovem*” em um documento oficial produzido pelo partido, quando nas regulamentações estatutárias sobre a filiação partidária no Capítulo III do documento:

Art. 4º Parágrafo único - Os jovens, acima de 16 e abaixo de 18 anos, que concordem com o Programa e Estatuto do Partido dos Trabalhadores - PT poderão filiar-se aos Diretórios e participar de suas atividades, salvo nas deliberações que exijam a condição de eleitor.

Durante o período de fundação do partido, muitos núcleos setoriais foram organizados por estudantes simpatizantes da iniciativa partidária de fundação do PT, principalmente dentro das universidades públicas. Como a legislação dos partidos na época<sup>381</sup> delimitava a participação política ao domicílio eleitoral do militante, a regulamentação destes núcleos acabaria tendo uma regulamentação específica no partido através do seu Regimento Interno. O reconhecimento da demanda de uma organização específica de jovens dentro do partido só entraria como elemento de discussão oficial anos depois, mesmo que no ano de fundação do partido, como vimos anteriormente, a grande maioria dos filiados poderiam ser enquadrados nesta categoria social.

A primeira Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizada na Assembléia Legislativa de São Paulo nos dias 08 e 09 de agosto de 1981. A preocupação temática central neste encontro envolveu a situação do trabalhador brasileiro e o desemprego conjuntural. Algumas resoluções pautando a organização

---

<sup>381</sup> BRASIL. Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

interna foram aprovadas, de forma a complementar o regimento interno do partido, com destaque para as especificações sobre o papel e a importância dos núcleos de base. O então presidente do partido Luiz Inácio Lula da Silva, em nome da Comissão Nacional do PT, discursou abordando temas como a luta pela reforma agrária, a posição contrária a Lei de Segurança Nacional, o sindicalismo e a construção da CUT, os negros, mulheres e índios. Os estudantes ficaram restritos em sua fala somente quando afirmou que não existe distinção por categoria ou classe social dentro do partido, quando complementava no discurso o poder que emanava das massas populares como agente coletivo que vinham norteando e norteariam as ações políticas do PT<sup>382</sup>:

Aqui, é preciso que se diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc<sup>383</sup>.

No ano seguinte, o PT realizou seu 2º Encontro Nacional, embalado pela perspectiva de sua primeira empreitada na arena eleitoral. Naquele ano estava em disputa, sob a regulamentação da Lei nº 6.978 de 19 de janeiro de 1982, os cargos de governador, senador e deputado federal e estadual. Havia a frustração do partido em não ter alçado-se como a única alternativa de novo calibre na disputa contra o governo, tendo em vista que a fusão entre o PMDB e o PP transforma o ambiente eleitoral pautado na competição entre partidos, mantendo-se o sentido de polarização entre governo e oposição. O PT margearia este eixo polarizado e recusaria a aceitá-la como a melhor definição dentre o leque de alternativas políticas possíveis<sup>384</sup>. O partido acabaria entrando na disputa eleitoral com candidatos em todos os níveis, tendo como figura de destaque naquele momento a candidatura de Lula ao governo do Estado de São Paulo, candidatura que, segundo o então deputado estadual Eduardo Suplicy, “foi recebida pelo partido como opção a que ele tinha direito”<sup>385</sup>.

---

<sup>382</sup> BRANDÃO, 2003.

<sup>383</sup> *Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores*. Documentos de fundação do PT, 1980.

<sup>384</sup> KECK, 2010.

<sup>385</sup> *Folha de São Paulo*, Caderno Nacional, p. 04, 20 mar. 1982.

O Encontro ocorreu no Instituto Sedes Sapientiae<sup>386</sup> em Perdizes nos dias 27 e 28 de março de 1982. As políticas de alianças para as eleições daquele ano e a elaboração de uma carta eleitoral foram os pontos de maior discussão deste encontro. O parlamentar petista deveria, segundo as resoluções, ceder ao partido assessores para tarefas partidárias, bem como contribuir com 30% dos seus vencimentos líquidos como contribuição partidária. A plataforma eleitoral continha os lemas: trabalho, terra e liberdade. Foram abordados pontos pela luta a favor da liberdade e contra a ditadura militar. Na retrospectiva crítica do período da ditadura e da repressão conduzida pelo aparato policial do Estado, mencionam a violência que recaiu sobre o trabalhador, os dirigentes sindicais, a população negra e os mais pobres, mas nota-se a ausência alusiva aos estudantes e sua efetiva mobilização contra o regime. A pobreza no trato acerca de qualquer item relacionado à questão estudantil ou juvenil seria superada no encontro nacional seguinte, realizado entre os dias 06 e 08 de abril de 1984 no Pampas Palace Hotel em São Bernardo do Campo.

O partido vivia uma intensa agitação por conta das divisões internas refletidas nas disputas no campo político e discursivo entre as tendências. A tônica do encontro deu-se entre a proporcionalidade e o caráter majoritário da composição da Executiva Nacional. A Articulação acabaria impondo, com 65,8% dos votos, que a proporcionalidade entre as várias tendências ficasse restrita ao Diretório Nacional, contrariando a proposição dos grupos à esquerda do partido, que buscavam garantir a proporcionalidade incursa na divisão da Comissão Executiva Nacional<sup>387</sup>. Vale destacar que, logo após o Encontro, no mesmo mês, a emenda Dante de Oliveira, foi derrotada no Congresso Nacional, fecundando a impulsão à maior unificação do bloco oposicionista ao regime decadente.

O Diretório Nacional se reuniu nos dias 05 e 06 de maio para discutir e aprovar o texto final do Regimento Interno do Partido, a partir das diversas emendas ao anteprojeto apresentado e debatido no Encontro. No Regimento surge a regulamentação da direção coletiva dos organismos auxiliares, que seriam divididos em cada nível da estrutura partidária em: Comissões, Secretarias e as Assessorias. E neste ponto ele é emblemático para os jovens petistas, já que versa no Capítulo V art. 53 sobre a criação

---

<sup>386</sup> Segundo Lincoln Secco (2011), este bairro carregava um forte simbolismo político, já que além do Instituto, estavam ali a PUC e a base forte dos dominicanos. Era uma combinação de estudantes, católicos e intelectuais de esquerda, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Paulo Sandroni

<sup>387</sup> SECCO, 2011.

da Secretaria Estudantil<sup>388</sup>. Duas observações devem ser feitas sobre esta iniciativa: não consta no Regimento um artigo especificando as competências desta Secretaria, diferentemente do que ocorreu com todas as outras secretarias supracitadas. E esta secretaria só teria previsão de funcionamento em nível regional e nacional (o art. 54 enfatiza a prioridade da criação nestas esferas da secretaria sindical, de filiação e nucleação, movimentos sociais e política municipal). Em relação a este segundo ponto, acreditamos que o Diretório antevia a dificuldade inicial em articular a juventude então desarticulada em âmbito local, preferindo trabalhar com a experiência referencial de sua constituição em uma esfera maior. Inclusive, a previsão de criação das secretarias dependeria das “necessidades políticas”, tal como consta no art. 53. E os coordenadores de todas as secretarias seriam indicados pela Comissão Executiva, prioritariamente sendo membros do Diretório correspondente, *ad referendum* do mesmo.

Na mesma ocasião onde o DN discutiu o Regimento Interno, deu-se a discussão e aprovação das Teses para Atuação do PT<sup>389</sup>. O momento político no partido era de ofensiva da Articulação, que havia conquistado maioria do DN no 3º Encontro Nacional e iniciaria sua trajetória hegemônica de imposição, ao conjunto partidário, das suas críticas à atuação das demais tendências. Neste documento, destacamos a preocupação do partido com a débil presença nos movimentos sociais na maioria dos estados e a existência do partido em algumas cidades apenas como referência nominal. O mesmo reforça assim a imprescindibilidade na criação e fortalecimento dos núcleos de base, canal direto de aproximação de cidadãos e movimentos com o PT e seu fortalecimento como partido de massas. Keck diagnostica que, embora aparentemente unanime que a existência dos núcleos fosse fundamental para o partido, as alas moderadas do PT combateram todas as propostas que visavam dar mais poder aos núcleos (como o seu direito de convocar eleições ou indicar 80% de candidatos às direções).

No item 06 do documento, o DN propõe intensificar a luta popular, reforçando a garantia de autonomia que os movimentos sociais precisam ter em sua relação com o PT. Mesmo sendo compreensível que os petistas buscassem, inseridos nos movimentos, a unidade de ação como militantes do partido, o documento ratifica o dever pela garantia do respeito às instâncias deliberativas dos movimentos. E, assim como ocorrera

---

<sup>388</sup> Além da Secretaria Estudantil, são criadas outras oito secretarias: Secretaria de Formação Política; Secretaria Sindical; Secretaria de Política Agrária; Secretaria de Imprensa e Propaganda; Secretaria Jurídica; Secretaria de Movimentos Sociais; Secretaria Cultural e Secretaria de Política Municipal.

<sup>389</sup> *Teses para a atuação do PT*. Resoluções do 3º Encontro Nacional do PT, São Bernardo do Campo, 1984, pp. 144-145.

em outras resoluções, consta a preocupação em melhor dialogar com setores estudantis, desta vez o partido reconhecendo a unidade estudantil do partido e a prerrogativa do melhor foco nas suas disputas por entidades e em Encontros e Congressos Estudantis.

É preciso, ainda, que o PT comece a organizar os seus filiados que são estudantes, secundaristas e universitários. Com isso, o PT terá condições de definir a atuação de seus militantes no movimento estudantil sob uma nova perspectiva, com práticas mais próximas dos problemas que os estudantes vivem no seu dia-adia, como a questão da democratização da educação em todos os seus níveis, e conferindo caráter de massas às entidades estudantis, hoje distanciadas de suas bases. Para tanto, será necessário organizar comissões e encontros estudantis em todos os níveis, a fim de unificar a política petista para o movimento estudantil. Será, também, uma forma de evitar a nociva prática de utilização do nome e do endosso do PT às vésperas dos congressos de entidades estudantis sem qualquer discussão e preparação mais permanente, coletiva e aprofundada<sup>390</sup>.

Até o presente momento, é perceptível que existe uma clara substituição, para não dizer confusão, no tocante a designação dos militantes mais jovens e sua caracterização como estudante. A menção a palavra *jovem* na primeira versão do Estatuto restringe-se a uma conotação etária, e sua menção de reconhecimento como ator social dar-se-ia somente no 4º Encontro Nacional, realizado em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1986, ainda que atrelado com a ótica do desvio, como reféns de um sistema que não o trata com as devidas precauções e promoção da cidadania<sup>391</sup>. Esta iniciativa do PT de pautar a juventude pensando na figura do estudante deu-se em virtude de muitas correntes internas do partido atrelar o movimento estudantil como um celeiro na formação de quadros, tendo o estudante a principal tarefa no partido mobilizar-se pela conquista da UNE. A relação do PT com a juventude brasileira, portanto, “era bastante parcial, condicionada por uma visão que encontrava no estudante seu principal vetor de atuação”<sup>392</sup>. Moraes sugere que esta confusão histórica feita pelo partido entre juventude e estudante (em sua análise, o estudante

<sup>390</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>391</sup> Item 110 do Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88: “(...) Neste sentido, estenderão a assistência judiciária aos municípios e distritos da capital; desmontarão os presídios *monstros*, regionalizando-os em pequenas comunidades; acabarão com a Febem, implementando, em seu lugar, microssistemas regionalizados de atendimento ao menor; transformarão progressivamente as instituições voltadas para o atendimento ao menor em escolas integrais de educação e profissionalização; criarão uma rede pública de locais de vivência e práticas sociais para crianças, **jovens** e velhos abandonados; implementarão programas de atendimento integral à saúde da mulher, assim como delegacias regionais específicas para mulheres”.

<sup>392</sup> ROMÃO, 2008, p. 53.

universitário) revelou-se um erro de atuação entre os jovens. Erro este justificado em virtude destes universitários, à mercê do seu contingente ser bem baixo no âmbito da juventude brasileira, trazerem o simbolismo da luta contra a ditadura, daqueles que fizeram, enquanto juventude, frente às medidas repressivas promovidas pelo Estado militarizado contra a categoria de uma forma geral<sup>393</sup>.

Ainda no mesmo Plano de Ação Política e Organizativa, há um conjunto de propostas a serem aplicadas imediatamente após a publicação oficial do documento e, dentre elas, conforme consta no item 136, a implantação da Secretaria da Juventude em âmbito nacional, regional e estadual. A proposta previa a criação de uma Comissão para o Movimento Estudantil, que estaria subordinada a Secretaria de Movimentos Populares, esta também dentro da proposta de criação do Plano. Nota-se que há uma primeira incursão rumo à dissociação da categoria jovem com a categoria estudante, mediante o fortalecimento identificativo da primeira, já que para aos jovens do partido, não necessariamente só os estudantes, previa-se uma secretaria própria, diferentemente do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres, por exemplo, que estariam subordinados, tal como a estudantil, à Secretaria de Movimentos Populares.

O PT estabelece como plataforma para as eleições de 1986 uma série de objetivos prioritários, expressos no *Documento Eleitoral Básico*. As conquistas democráticas precisariam ser garantidas pelos futuros candidatos petistas, e no rol destas incorporações na constituinte, não há qualquer menção no sentido da garantia dos direitos da juventude, em revelia à inclusão da luta pelos direitos de grupos sociais específicos, como mulheres, negros e índios, tal como consta no documento. No capítulo 2 deste documento, que trata das candidaturas e métodos de formação de chapas, ao avaliar os nomes indicados pelos núcleos e diretórios, as Comissões Executivas Estaduais avaliariam os nomes indicados levando-se em conta critérios como a identidade com o PT, recorte social, participação em movimentos sindicais, populares e políticos, mas também a faixa etária, sinalizando que havia a preocupação em flexibilizar o diâmetro etário do perfil dos candidatos para englobar concorrentes de diferentes idades. Era a primeira iniciativa na história do partido neste sentido.

---

<sup>393</sup> MORAES, R P. Prefácio. In: ELIAS, Bruno; CESAR, Rodrigo. O PT e a juventude: a esperança em construção. São Paulo: Página 13, 2015. p. 8-23, 2015.

Em Brasília, entre os dias 04 e 06 de dezembro de 1987, o PT realiza seu 5º Encontro Nacional, que ficou marcado essencialmente por duas polêmicas: a disputa pela garantia de proporcionalidade nas cadeiras da CEN pelos grupos de esquerda; e a regulamentação sobre as tendências. A proporcionalidade só seria conquistada três anos depois, no 7º Encontro Nacional, com a manutenção da exigência de 10% de votos para entrada no DN e, como consequência, na CEN. Sobre a segunda polêmica, a análise de Ribeiro nos fornece um panorama tangível desta conjuntura partidária em relação às tendências: as alas moderadas, principalmente os dirigentes do novo sindicalismo, sempre empenharam críticas à atuação das tendências. O alvo operativo das críticas consistia na duplicidade de disciplina e fidelidade de militância, onde, para estes críticos, estes grupos utilizavam do partido com uma concepção de partido-frente, como um instrumento para suas próprias lutas e interesses fora dele. Estas frentes, neste prisma crítico, gastariam muita energia nas lutas internas do que na consolidação do partido. O surgimento da *Articulação dos 113*<sup>394</sup>, engatilhando a ideia de construção de uma frente ampla, visou essencialmente neutralizar e/ou enfraquecer a incipiência ao fortalecimento destes grupos internos. Todos aqueles que não se identificavam com nenhuma tendência poderiam ganhar refúgio na Articulação (que anos depois se transformaria em Campo Majoritário e em 2007 seria rebatizado de Construindo um Novo Brasil – CNB). A *Resolução sobre as tendências*, preparada pela Articulação, seria aprovada neste Encontro, mas levaria mais dois anos para sua aprovação final normativa (em 15 de abril de 1990, com a Regulamentação das tendências internas).

Neste balaio permeando a disputa intrapartidária que marcou este seminal Encontro Nacional, a juventude acabaria sendo mencionada de forma bem pontual e estratégica. As Resoluções Políticas tinham como objetivos estratégicos gerais “a conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil”<sup>395</sup>. O item 52 das resoluções afirma que o projeto socialista do PT precisa incorporar as perspectivas postas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões contra as mulheres, os negros os jovens e os homossexuais e suas expressões ideológicas. A atenção à valorização da expressão e identidade juvenil é seguida pelo clamor aos

---

<sup>394</sup> “A despeito da retórica, a construção de uma grande tendência foi a medida encontrada para tentar refrear a atuação dos grupos de esquerda. A inicialmente chamada *Articulação dos 113* (pois oriunda do “grupo dos 113”) reuniu, em torno de Lula, o grosso dos dirigentes que emergiram no novo sindicalismo, além de personalidades, intelectuais e políticos já com certa expressão eleitoral”. (RIBEIRO, 2008, pg. 179).

<sup>395</sup> *Resoluções Políticas do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*, 1987, p. 01.

militantes para a aproximação com a mobilização popular. Só que é possível notar uma mudança de postura do partido em relação aos movimentos sociais: se antes havia a defesa irrestrita da autonomia dos movimentos e suas instâncias deliberativas, nas Diretrizes para o Movimento Popular, que compunha o texto das Resoluções Políticas, há a orientação da evidente necessidade de disputa centrípeta, nesta relação entre o PT e os movimentos sociais, tanto nas pautas como na conquista de postos dirigentes:

Todavia, não se deve confundir essa independência dos movimentos com a ausência de disputa pela linha dirigente, a ser adotada em suas instâncias próprias de deliberação. Por isso, os militantes do PT devem – ao mesmo tempo em que defendem a democracia interna dos movimentos – lutar pela vitória das propostas do Partido<sup>396</sup>.

Há o diagnóstico da esfera da influência do partido nos movimentos se fortalecer com a participação em suas instâncias organizativas, movimentos estes no qual se menciona também o estudantil:

Dessa forma, apesar da enorme influência do PT nos movimentos sociais – popular, sindical, camponês, de mulheres e estudantil –, milhares de militantes ainda permanecem alheios às suas instâncias organizativas. Com isso, privam-se da discussão e da vida partidária, e obstaculizam a sua evolução para uma militância política consequente e uma consciência política socialista<sup>397</sup>.

Havia naquele momento uma preocupação do partido com os núcleos de base, e a palavra que bem sintetiza esta preocupação, partindo do registro da situação destes órgãos de cooperação do PT, era: abandono. A resolução é enfática ao apontar que era crucial, como principal base e característica do partido, a reconstrução e revitalização dos núcleos. O desprestígio dos núcleos teria conexão direta com o momento vivido pelo PT, que passava por um período de intensa reflexão sobre sua identidade, natureza organizativa, participação e real incorporação dos trabalhadores na sua emancipação e conquista do socialismo<sup>398</sup>. A maior dificuldade vivida pelos núcleos residia nas dificuldades do mesmo para “se generalizarem e se constituírem em organismos de

---

<sup>396</sup> *Diretrizes para o Movimento Popular*. Caderno de Resoluções Políticas do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1987, p. 30.

<sup>397</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>398</sup> Uma importante publicação que versa exatamente sobre este momento vivido pelo partido é o livro “E agora PT?”, organizado por Emir Sader, publicado em 1986 e que assinam com artigos importantes nomes do partido como Francisco de Oliveira, José Dirceu, Plínio de Arruda Sampaio e Luis Gushiken.

massa”<sup>399</sup>. Quando, no parágrafo 227, tratam dos objetivos dos núcleos por local de moradia, se constituindo como uma porta de entrada e instância menos burocratizada, a resolução direciona para um tratamento especial que deve ser feito em relação aos problemas da juventude e sua ligação com a questão cultural, estudantil, familiar e lazer.

O 6º Encontro Nacional do partido em 1989 ficou marcado como aquele que ineditamente as lutas da juventude foram mencionadas em separado da luta estudantil, tal como expresso nas *Diretrizes para a elaboração do programa de governo*, documento guia que nortearia a proposta da candidatura petista ao cargo máximo do Executivo pela candidatura Lula. O partido escancara o que discretamente já vinha fazendo em resoluções de encontros anteriores, quando a identificação da categoria juventude florescia, ainda que timidamente, vinculada com diagnósticos de situação de vulnerabilidade social e apenas uma discreta identificação de luta de juventude (questão presente nas resoluções do encontro anterior, como já apontado). O jovem, pela primeira vez, é reconhecido como um ator político.

Em que pesem os 21 anos de ditadura e os erros da esquerda brasileira, parece ter chegado ao fim o terrível dilema que angustiou uma geração de líderes sindicais, populares e partidários: apoiar os projetos nacionais e/ou reformistas da burguesia ou cair no isolamento, no gueto político e cultural. O projeto do PT, a luta sindical, popular, estudantil, agrária, ecológica e de libertação da mulher, do negro e da juventude travada nos últimos 15 anos aponta um caminho, abre a possibilidade histórica de o PT ser governo, disputar a hegemonia, construir uma força social e política<sup>400</sup>.

O crescimento da CUT, do movimento social, sindical, popular, agrário, negro, da juventude, das mulheres, ecológico é condição para nossa vitória nas eleições de novembro. É também condição para viabilização do governo popular e está articulado com a luta pelo socialismo. Daí se vê que a ocupação de espaços institucionais e a construção de um projeto socialista igualmente dizem respeito à disputa de hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças<sup>401</sup>.

O 6º Encontro Nacional do PT<sup>402</sup> ocorreu em um ano emblemático: o Brasil vivenciaria suas primeiras eleições diretas para Presidência desde a o início do regime

<sup>399</sup> *Diretrizes para o Movimento Popular*, op.cit. p. 42,

<sup>400</sup> *Diretrizes para a elaboração do programa de governo*. Resoluções do 6º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1989, p. 03.

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 04.

<sup>402</sup> Realizado entre os dias 16 e 18 de junho de 1989 no Colégio Caetano de Campos na cidade de São Paulo.

militar na década de 1960, carimbando em definitivo o ingresso do país no período da Nova República. O PT faria composição na Frente Popular, juntamente com o PC do B e o PSB. Lula acabaria sendo derrotado por Fernando Collor de Mello (do nanico Partido da Reconstrução Nacional), por uma diferença de apenas 4,8% dos votos válidos. Para aquela eleição, os jovens a partir dos 16 anos exerceram seu direito de voto, garantia legal incorporada na Constituição de 1988. Bandeira notória do movimento estudantil na década de 1980, a garantia legal do voto dos jovens de 16 e 17 anos foi fruto também da mobilização juvenil que pressionou a Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Ganha força no país a campanha “Se liga, 16!”, que contava com o apoio de entidades como a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e da União Brasileira dos Estudantes (UNE) e juventudes partidárias, além de jovens sem vínculos com partidos. A Constituinte aprova no dia 2 de março de 1988 o voto facultativo para menores a partir dos 16 anos, cuja emenda, de autoria do deputado Hermes Zanetti (PMDB), receberia 355 votos a favor, 98 votos contrários e 38 abstenções<sup>403</sup>. A Carta Magna promulgada em cinco de outubro de 1988 carimbaria em definitivo esta permissão à juventude de comparecer às urnas.

O PT havia puxado no mesmo ano uma campanha pelo direito do voto aos 16 anos, que teve participação decisiva da juventude organizada do partido. O artigo “*Voto aos 16, uma bandeira do PT*” publicado no Boletim Nacional do partido em 34 de abril de 1988 e escrito pelo então Secretário Nacional de Juventude Cezar Alvarez<sup>404</sup> e pelo militante jovem do PT e tesoureiro da UNE Jackson de Toni, criticam a adesão tardia do partido a esta discussão em virtude das centenas de jovens, desde a fundação do partido, terem se incorporado a vida partidária, se engajando nos núcleos, nas atividades cotidianas e extraordinárias como as eleições. A convocação dos jovens para agregarem força na campanha Lula Presidente vem na esteira do que o 6º Encontro Nacional almejava ao propor o encontro: o debate e a articulação com diferentes setores da sociedade civil, como parte do esforço de mobilização de massa que comporia a estratégia de campanha<sup>405</sup>. A juventude entraria também no documento *As Bases do Plano de Ação de Governo*, como um setor social que careceria, no projeto de

<sup>403</sup> Jovens de 16 anos terão direito a voto. *Jornal O Globo*, 03 de março de 1988. p.06. In: acervo digital O Globo. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/na-constituente-de-88-jovens-de-16-anos-conquistam-direito-de-votar-no-brasil-12938949>

<sup>404</sup> Cezar Alvarez foi membro do Diretório Nacional do PT e Secretário Nacional de Juventude do PT entre 1988 e 1990.

<sup>405</sup> *As Eleições Presidenciais e a Campanha Lula*. Resoluções Políticas do 6º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1989.

transformação petista do Brasil, de um “sentido de vida”<sup>406</sup>, um olhar partidário nítido dos jovens como diretamente afetados pelos problemas estruturais históricos enraizados na sociedade brasileira.

Com dez anos de existência, as linhas mestras que guiavam a pauta oficial do partido sobre Juventude abrangeram quatro eixos: a necessidade de convocação dos estudantes e demais jovens para somar nas reivindicações programáticas do partido, como militante de fato ou movimento em parceria; a paulatina e lenta identificação desta categoria social como potencial receptor de atenção do poder público, essencialmente no que tange as políticas de proteção e combate a precariedade nas condições de trabalho juvenil, garantias educacionais e combate a violência na qual os mesmos seriam diretamente vítimas; e em menor escala de preocupação, a articulação para viabilizar de fato e fortalecer sua organização de juventude. Em maio de 1990, no Anhembi – São Paulo, quando o partido realiza seu 7º Encontro Nacional, as pautas envolvendo a juventude se mantiveram conectadas aos três primeiros eixos dos quatro supramencionados, mas dentro da estratégia eleitoral do partido visando à disputa eleitoral naquele ano<sup>407</sup>. Este envolvimento temático na qual nos referimos se agruparia dentro de apenas um documento como parte das resoluções, o *Conjuntura e Tática*, especificamente no tópico *As Eleições de 1990*:

1-) Fortalecimento e articulação do movimentos estudantil, num momento onde os movimentos populares enfrentavam uma crise de articulação, somada a ausência de uma política clara para a criação de espaços democráticos de atuação, viabilizando a constituição de canais políticos regulares de participação popular:

Por conseguinte, os objetivos gerais de nossa tática eleitoral resumem-se nos seguintes pontos: (...) d) fortalecer os movimentos sociais (sindical, popular, agrário, estudantil e os movimentos ecológico, dos negros, mulheres, índios) organizados e disputar os setores médios da sociedade, dando atenção ao trabalho junto aos setores desorganizados e mais pobres da classe trabalhadora<sup>408</sup>.

<sup>406</sup> *As Bases do Plano de Ação de Governo*. Resoluções Políticas do 6º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1989, p. 21.

<sup>407</sup> Para as eleições gerais no Brasil neste ano estavam em disputa os cargos de Governador, Senador e Deputados Federais e Estaduais.

<sup>408</sup> *Conjuntura e tática*. Resoluções do 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1990, p. 09.

No plano da sociedade, o PT deve-se opor à recessão, articulando o movimento sindical, popular, agrário, estudantil, da pequena e média empresa, entidades profissionais, evitando que a lógica recessiva do Plano Collor se imponha. Por isso, a ação anti-recessiva das nossas prefeituras e da Frente Nacional de Prefeitos deve merecer da direção do Partido uma atenção especial<sup>409</sup>.

## 2-) Luta contra a opressão à Juventude:

Nascido de um impulso democrático, o PT tem expressado e tem sido um canal das reivindicações sociais dos trabalhadores e da luta contra a opressão e as discriminações contra o jovem, a mulher, o negro e o índio. É preciso retomar esse caminho, dando uma dimensão, para esta luta, de disputa geral na sociedade<sup>410</sup>.

A resolução de maior destaque deu-se com a conquista, pelos grupos de esquerda do partido, da proporcionalidade na composição da Comissão Executiva Nacional. Isto acabou moderando algumas de suas ações no conjunto crítico de atuação dentro do partido, mas também diminuiria posteriormente o custo político das cisões internas, desde que o grupo dissidente tivesse votos suficientes para impor ao menos um membro na Executiva<sup>411</sup>.

Entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro, em São Bernardo do Campo, o partido realizou o seu 1º Congresso Nacional. O cenário geopolítico internacional vivia uma agitação intensa em detrimento da bancarrota dos regimes do Leste Europeu, simbolizados pela queda do muro de Berlim e a consolidação do discurso neoliberal, ao mesmo tempo em que, no Brasil, o governo Collor enfrentava graves denúncias de corrupção, política econômica desorganizada e baixos investimentos sociais. O desafio do PT pairava neste exagitado cenário, e era crucial que o partido esclarecesse o real sentido de seu programa socialista e as alternativas políticas e econômicas de enfrentamento discursivo e eleitoral. Para Florestan Fernandes, o PT deveria se focar, naquele momento, em três frentes: fortalecimento de uma democracia mais inclusiva para os anseios dos trabalhadores e oprimidos (busca pela auto-emancipação coletiva e cidadania); abertura para amplas reformas sociais; formulação redefinitiva das premissas históricas de uma revolução socialista<sup>412</sup>. O 1º Congresso brota com o

---

<sup>409</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>410</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>411</sup> SECCO, 2011.

<sup>412</sup> FERNANDES, F. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.

aprofundamento das resoluções do Encontro realizado no ano anterior, na busca pela correção da visão dogmática acerca do processo de transformação da sociedade e pela destruição do domínio político da burguesia. Seria a oportunidade de evitar, de forma direta e combativa, a burocratização e as orientações social-democratas, afirmando a demanda da centralidade democrática nas resoluções políticas do PT<sup>413</sup>. No Congresso discutiram-se essencialmente os temas referentes ao socialismo e caminhos para sua construção e concepção tática de construção e atuação partidária.

Para os petistas, havia também o desafio de reconstruir o significado do socialismo entre os jovens. A proposta de socialismo para mobilizar os jovens teria a árdua tarefa de apresentar-se diferente do que fora o “socialismo real”<sup>414</sup>. De fato, no caderno *Socialismo*, é possível notar esta preocupação do partido, quando este resolve que:

O envelhecimento da base produtiva, as perdas na produtividade e na produção, os graves problemas ambientais, o recuo das condições de vida, as precariedades de toda ordem, a violação dos direitos civis e da cidadania, esta realidade, que vem à tona de forma mais flagrante hoje, causa impacto no mundo, em especial na juventude. Não pode haver esperança com esse horizonte socialista. Por isso, o PT tem que recusar claramente esse modelo. Cabe ao Partido apontar para um horizonte socialista para a humanidade bem diferente do socialismo real<sup>415</sup>.

(...) A juventude tem um papel importante na construção do socialismo e do PT, que foi considerado uma alternativa de futuro. Reconhecer a necessidade do trabalho petista entre os jovens significa perceber suas características de heterogeneidade, pluralidade, abertura para a construção de novos valores, criatividade, irreverência e, principalmente, a contribuição que a juventude pode trazer para resgatar o caráter de um partido jovem, novo e de futuro<sup>416</sup>.

No mesmo caderno consta pela primeira vez nas resoluções oficiais em um encontro partidário nacional a preocupação do partido em compreender o jovem enquanto um sujeito de *direitos*, no sentido de combater os setores/forças sociais que limitam a expansão do desenvolvimento pleno do jovem, de suas particularidades e os limites impostos pela moratória social.

---

<sup>413</sup> IASI, 2006.

<sup>414</sup> ROMÃO, 2008.

<sup>415</sup> Tópico: *Socialismo*, item 76. Resoluções do I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1991.

<sup>416</sup> *Ibidem*, tópico 143.

A juventude não se limita simplesmente pela faixa etária, mas principalmente como momento de reflexão, de opção, de escolha de um projeto de vida e por seu potencial de combatividade e disposição de luta. Mas, na atual situação, premida por uma super exploração no trabalho, discriminação e obrigações impostas pelas elites, vê seus ideais de liberdade contrariados. Hoje, a sociedade brasileira marginaliza o jovem, política, econômica e socialmente. Nesse sentido, temos que afirmar uma moderna condição juvenil que rejeite o estigma e o preconceito ao jovem como incapaz, inconsequente ou, simplesmente, “o futuro do País”. A juventude é o presente. E o grande desafio do PT é ousar na luta pela conquista e o exercício pleno da cidadania<sup>417</sup>.

O PT debate com profundidade a organização da base partidária e suas instâncias. Mas aborda com superficialmente o papel do jovem no partido, no sentido de subsidiar organizacionalmente ferramentas para o fortalecimento de sua organização de juventude. Havia a preocupação do partido em articular a sua organização de juventude diretamente integrada ao fluxo de atividades e deliberações do partido. Sugerem com isso a abertura de uma discussão no interior de suas instâncias a respeito para trabalhar com essa juventude, tanto dentro como fora do partido<sup>418</sup>. É sem dúvidas uma visão estratégica de trabalho com a juventude, voltado também para a maior aproximação com os movimentos sociais, assim como buscando resgatar o caráter de um partido jovem, novo e de futuro<sup>419</sup>.

O PT dava indícios de desejar muito, naquele momento, reforçar sua atuação nos setores progressistas da luta política, articulando-se organicamente. A prerrogativa de também aproximar mais sua organização de jovens com o partido vem como reflexo às críticas que as resoluções, sob forte influência da Articulação, realizam sobre a proliferação no partido de “centros autônomos, que solapam atribuições e concorrem com instâncias partidárias”<sup>420</sup>, quando se referem a atuação de algumas tendências. Ou seja, qualquer organização nascida e/ou fortalecida dentro do partido precisaria essencialmente estar atendida com as diretrizes imperativas da organização, sob a regência do DN e CEN. E em nossa leitura, adaptando este discurso também para a sua organização de juventude, era crucial para a coesão partidária a limitação da autonomia gerencial de suas organizações internas. E um adendo nesta discussão: vale ressaltar que

---

<sup>417</sup> Ibidem, tópico 144.

<sup>418</sup> *O PT e os Movimentos Sociais*. Resoluções do 1º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1991, p. 06.

<sup>419</sup> ROMÃO, 2008.

<sup>420</sup> *O PT e os Movimentos Sociais*, op.cit, item 31, p. 07.

a construção orgânica da atuação juvenil do partido, inclusive no seio do movimento estudantil, tinha como reduto de forte referência as tendências mais a esquerda do PT.

Algumas destas tendências conseguiriam um feito inédito em 1993 no 8º Encontro Nacional do PT, que aconteceu no Centro de Convenções em Brasília entre os dias 11 a 13 de junho: no que tange a composição das cadeiras do DN e CEN, conquistariam a maioria numérica. Lincoln Secco explica que esta situação deu-se fundamentalmente pela cisão da tendência Articulação, fruto da iniciativa de ex-militantes da esquerda organizada não trotskista que, ao lançarem o manifesto *Hora da Verdade*, apresentaram uma pré-tese propondo uma ressignificação do papel dirigente do partido, sem ingredientes do dirigismo. Segundo o autor, o Hora da Verdade culminaria na formação de uma nova tendência, a Articulação de Esquerda. O resultado da votação para a composição da CEN naquele Encontro evidenciaria um momentâneo enfraquecimento da Articulação: a esquerda partidária, composta por Na Luta PT e Uma Opção de Esquerda conseguiram 19,11% e 36,48% dos votos, respectivamente, enquanto a Articulação Unidade na Luta alçaria 29,34% de apoio.

Para aquele ano, ocorreria outra importante mudança ligada à questão organizacional do PT, agora de relevante e direto impacto em sua organização de juventude. A CEN, dentro da prerrogativa de manutenção do controle sobre grupos internos do partido, nomeava dirigentes identificados com grupos, como sindical e agrário, como secretários nacionais, sem eleição direta entre os pares pertencentes a estes grupos. Em 1993, nos Encontros Setoriais, inicia-se a consolidação das eleições destes secretários, que teriam espaço dentro da CEN, porém sem direito a voto. Juventude, juntamente com Sindical, Agrário e Meio Ambiente (único não-eleito pela base) seriam os grupos com cadeiras agora garantidas<sup>421</sup>. Todavia, há de se frisar que em eleições anteriores da CEN, dirigentes juvenis do partido galgaram espaço em sua composição. Na reunião do Diretório Nacional em 17 de janeiro de 1988, César Alvarez (PT- Rio Grande do Sul), então Secretário de Juventude, fora eleito como 2º Suplente, e na eleição do DN realizada no dia 15 de julho de 1990, Jorge Almeida (PT – Bahia), ocuparia uma cadeira representando a Secretaria de Juventude, atribuição que seria mais bem elucidada na reunião do DN ocorrida em 13 de julho de 1992, onde Jorge Almeida acabaria constando como 2º Suplente.

---

<sup>421</sup> RIBEIRO, 2008.

A menção aos estudantes neste 8º Encontro vem no sentido de apontá-los como um segmento social estratégico na retomada da mobilização social em contestação direta ao governo Itamar Franco<sup>422</sup>. O PT propunha intensificar a orientação de sua atuação no movimento estudantil como um dos pontos de expressão popular em busca das reformas estruturais que seriam propostas na campanha Lula-94 e no respaldo do futuro governo. Os estudantes deveriam ser chamados a colaborar na elaboração do programa de governo petista, numa proposição de diálogo ativo, debates organizados em várias instâncias e apontamento das contribuições acumuladas pelas Secretarias e Subsecretarias do partido (neste caso, entendemos o papel funcional e estratégico que a Secretaria de Juventude precisaria ter naquele momento, ainda que não citada diretamente)<sup>423</sup>. Aliás, no que tange a proposta de implementação do programa de governo petista, os jovens de uma forma geral e como um setor oprimido, entrariam de forma bem modesta como alvo do *pensar* políticas públicas, voltadas ao “resgate da cidadania”<sup>424</sup>.

O ambiente de ansiedade que rondaria o partido no ano seguinte vinha acompanhado da possibilidade de disputar novamente a cadeira da Presidência da República, após a fatídica derrota para Fernando Collor em 1989. Lula havia iniciado em abril do ano anterior a Caravana da Cidadania, e ao clima de tensão somava-se o otimismo quanto ao seu potencial político-eleitoral para aquele ano, onde “pesquisas de opinião que os jornais começaram a publicar mostravam que Lula seria imbatível na eleição presidencial de 1994”<sup>425</sup>. Nas dependências do Congresso Nacional, entre os dias 29 de abril e 01 de maio, o PT realizou o seu 9º Encontro Nacional, e a pauta central foi o programa de governo para as eleições presidenciais que ocorreriam em outubro. Naquele momento o desafio do partido quanto à juventude era no sentido da consolidação do apoio em torno da campanha de Lula (vide o documento *A Conjuntura e a Campanha*).

---

<sup>422</sup> *O Momento Político*. Resoluções do 8º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1993.

<sup>423</sup> *Por um Governo Democrático e Popular*. Resoluções do 8º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1993.

<sup>424</sup> *Por um Governo Democrático e Popular*. Resoluções do 8º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1993, p. 15.

<sup>425</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Trajetórias: Partido dos Trabalhadores (2003) das origens à vitória de Lula*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 87.

Contudo, num *replay* desta pontuação temática, não fica muito claro nas suas Resoluções como especificamente se daria a construção deste diálogo mobilizador do jovem e em momento algum consta qualquer menção de outorgar à sua juventude organizada este papel crucial na esfera tático-organizativa. Curiosamente, o partido assim o faria somente no Encontro seguinte, em 1995, com um destrinchamento até então inédito em suas Resoluções oficiais. Abriremos um parêntese aqui para fazer uma observação: o 11º Encontro Nacional do PT, realizado no Hotel Glória na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 28 a 30 de agosto de 1997, foi orquestrado pelo DN para ser dedicado aos jovens.



**Figura 1 – Chamada do 11º Encontro Nacional do PT**

Fonte: PT Notícias, n. 50, 1997, p. 01

Ironicamente, no entanto, este encontro seria marcado como aquele que, em toda a história do partido, não ocorrera nenhuma menção aos estudantes ou aos jovens. Em concordância com a análise de Wagner Romão, acreditamos que isto é fruto do momento delicado pelo qual atravessava a organização juvenil do PT, que entre os anos de 1995 e 1999 passou por um período de desarticulação política, com baixa mobilização de suas bases juvenis organizadas. E, como vinha ocorrendo, quando o partido expressava opinião ou demonstrava preocupação em incluir a juventude na vida partidária, o alicerce desta iniciativa partia em boa frequência da iniciativa dos próprios jovens. A intervenção dos jovens petistas nos Encontros fortalecia a presença da questão

juvenil nas resoluções partidárias, ainda que esta intervenção não fosse tão incisiva pela sua pouca presença numérica representativa.

Dois anos antes, no 10º Encontro Nacional<sup>426</sup>, quando a Articulação e tendências mais conservadoras do partido retomam a maioria das cadeiras do DN, com José Dirceu alçado a presidência do partido, a juventude comparece pela primeira vez na história do PT formalizado em um documento específico para ela, como parte dos adendos às Resoluções daquele encontro, especificamente no que tange a discussão envolvendo o PT e os Movimentos Sociais. O partido reconhece que a juventude está cada vez mais distante na atuação política e partidária, e utiliza como exemplo a pouca mobilização dos jovens na campanha de Lula em 1994. Três seriam os fatores deste distanciamento: falta de renovação dos quadros partidários, ausência de uma política para o setor e deficiente adaptação da linguagem do PT para o jovem. O PT, também de forma inédita, utiliza o termo “juventudes” em sinergia com a perspectiva multifacetada de reconhecimento da diversidade juvenil:

Falta ao PT observar que o setor não é composto por uma juventude, mas por várias juventudes e requer uma política ampla, aberta e plural; reinventados os espaços políticos. Passou o tempo em que poderíamos estereotipar a juventude como unitária, como monoclássista, com desejos e aspirações iguais e homogêneas culturalmente<sup>427</sup>.

O partido invoca a extrema necessidade da construção de um Plano de Atuação com a juventude, chegando inclusive a sugerir a criação de uma Caravana da Cidadania com a Juventude, com a participação de Lula em diversos espaços juvenis, como escolas e Universidades. O partido, diretamente, buscava levar uma visão diferente e contrassensual daquela trabalhada constantemente pelos meios de comunicação, via intensa Campanha Publicitária de forma criativa, leve e massificada, favorecendo a recíproca aproximação Juventude-Partido dos Trabalhadores. Em relação à organização, o partido tinha ciência de que era preciso aproximar o trabalho desenvolvido pelas organizações juvenis na esfera estadual, inclusive com o compartilhamento de experiências e resultados. A impulsão da regionalização deste trabalho teria como mola propulsora o fomento aos núcleos (então bastante enfraquecidos) enquanto possibilidade direta de canal de contato do jovem com as ideias do partido e a reflexão sobre seus

---

<sup>426</sup> Realizado no SESC de Guarapari (ES) entre os dias 18 a 20 de agosto de 1995.

<sup>427</sup> *Atuação na Juventude*. Adendo as Resoluções do 10º Encontro Nacional, 1995.

problemas locais. O conteúdo textual da proposta é de fato avançado em termos de reformulação partidária e do que até então fora produzido enquanto resolução oficial do partido. O próprio Estatuto do PT, que sofreria algumas alterações na Convenção Nacional realizada em 22 de dezembro de 1995, é flexibilizado quanto aos requisitos de filiação partidária, mais especificamente no Art. 4º - Parágrafo Único, quando aprova a possibilidade de se instituir uma modalidade especial de filiação para favorecer a militância partidária entre jovens não eleitores menores de 16 anos<sup>428</sup>. Uma evidente tentativa de efetivamente concretizar o sugerido trabalho de base com o público de menor faixa etária.

Nas emendas apresentadas referentes à discussão do Estatuto e Regimento Interno, a ser apreciada na reunião do DN (que ocorreria em dezembro), consta a demanda de se debater o grau de autonomia da organização de juventude. Esta questão seria apenas mencionada no documento, assim como, no Adendo as Resoluções do 10º Encontro Nacional, especificamente no tópico *O PT e os Movimentos Sociais*, há a indicação da constituição da Secretaria de Juventude, Sindical, Agrária e de Movimentos Populares como organismos “formuladores executores das políticas do Partido dentro dos movimentos de massa, contando com os recursos humanos e materiais”<sup>429</sup>. Novamente, o partido revigora, na esfera de seu órgão máximo de deliberação, a sinalização para a melhor organização, definição de ações e efetiva atuação política interna e externa destes importantes órgãos de cooperação. A dificuldade de alinhamento e de desenvolvimento de um trabalho contínuo de formação e militância partidária por parte dos jovens sem dúvidas esbarrava na ausência de uma efetiva diretriz normativa de funcionamento, já que a menção à existência de uma Secretaria de Juventude constava no Regimento de forma bastante vaga, e a própria juventude petista, enquanto organização, não possuía sequer um regimento próprio e não havia qualquer menção do que exatamente era e qual sua função em termos estatutários. Sem dúvidas o 2º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores acabaria sendo um divisor de águas em relação a este impasse organizativo.

O 2º Congresso Nacional do PT ocorreu em Belo Horizonte entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999. Era latente o anseio do partido em melhor posicionar suas definições políticas, quebrando a ambiguidade que o colocava como um pêndulo que

---

<sup>428</sup> Estatuto do PT, 1996, p. 01.

<sup>429</sup> *O PT e os Movimentos Sociais*. Caderno de Resoluções do 10º Encontro Nacional, 1995.

oscilava em orientações políticas não regulares, “dando a impressão de um partido dilacerado por conflitos internos”<sup>430</sup>, num momento de intensa afirmação da efetiva capacidade do partido em governar o país. Mesmo com importantes pautas como a redefinição da proposta democrática do partido, o fortalecimento da luta contra o governo Fernando Henrique Cardoso e os intensos debates sobre economia solidária, duas se destacaram por diretamente impactar na vida orgânica do partido: a instituição do Processo de Eleição Direta (PED) e a proposta de efetiva consolidação estatutária dos Setoriais (ambas as propostas seriam regulamentadas em 2001 com a reforma do Estatuto).

O PED foi regulamentado no Estatuto do PT compondo a Seção IV, que trata especificamente do seu funcionamento. Esta regulamentação do processo eleitoral do partido estabeleceu que os todos os filiados, cumpridos os requisitos de filiação mínima e um ano e em dia com as contribuições financeiras, teriam o direito de votar nas chapas e teses (estas amplamente publicadas e debatidas previamente). As teses mais votadas orientariam, como teses guia, os debates nos Encontros e Congressos. A polêmica em torno da instituição do PED, como iniciativa do Campo Majoritário, era se ele efetivamente garantiria a democracia plena e incremento na participação política dos filiados do partido.

As duas principais teses de doutorado no país que trabalharam com a evolução e consolidação da organização petista divergem conclusivamente sobre esta questão. Ribeiro<sup>431</sup> vai afirmar que o PED, no que tange à sua implementação enquanto mecanismo de seleção de lideranças, fortaleceu a liderança nacional, uma vez que esta via de *empowerment* da base petista por meio de eleições diretas para todos os cargos de direção partidária facilitou o controle da massa difusa de filiados, diferentemente da exposição árdua ao debate que tinham que se submeterem quando lidavam politicamente com as elites das facções partidárias ou das instâncias intermediárias do partido<sup>432</sup>. Amaral, em debate direto com Ribeiro, sugere um quadro distinto. O PED possuiria a capacidade de alterar a correlação de forças no interior do partido. Isto porque os filiados não estariam automaticamente submetidos, como sujeitos dóceis, a

---

<sup>430</sup> *O Programa da Revolução Democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário*. Resoluções do 2º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1999, p. 02.

<sup>431</sup> RIBEIRO, 2008.

<sup>432</sup> Como um adendo e na mesma linha de raciocínio, Iasi (2006) aponta que o debate pós-eleição fragilizaria a dialética propositiva, estando o PED sujeito inclusive da interferência do poder econômico. Ou seja, o poder de fogo financeiro das chapas e teses presentes na produção de material e divulgação é um reflexo das feições pouco saudáveis que orientam sistemas democráticos representativos.

influência da então liderança nacional partidária. O apoio a esta liderança por parte dos filiados sofreria direta influência do quadro político mais amplo, onde elementos externos – como crises de grande repercussão, desempenho das administrações do partido e resultados e perspectivas eleitorais – atuariam como variáveis de sensibilização e reflexão do eleitorado petista sobre seu posicionamento eleitoral ante o poder da então liderança. E acrescenta que esta nova configuração eleitoral interna as tendências podem desempenhar importante papel na formação da preferência do filiado, ocupando assim um lugar de destaque no processo eleitoral interno<sup>433</sup>.

A outra importante proposição de modificação estatutária envolve a regularização dos setoriais do partido<sup>434</sup>. Agremiações partidárias estão passíveis de elaborar mecanismos de aproximação que integre o cotidiano da vida partidária com as demandas de atores sociais organizados. O estreitamento de vínculos com a sociedade civil neste espectro suplanta a prerrogativa da finalidade eleitoral ótima ou do aumento das fileiras de filiação, podendo incidir diretamente na experiência recíproca da troca de conhecimento e incorporação de linguagem.<sup>435</sup> Os setoriais do Partido dos Trabalhadores apresentam-se como instâncias partidárias integradas por filiados atuantes em áreas específicas (como sindical, combate ao racismo, juventude), tendo como objetivo colaborar no estreitamento do partido com movimentos sociais organizados pela direta intervenção partidária.

Essas instâncias deverão combinar o debate e a intervenção sobre questões específicas com a discussão e atuação nas grandes questões da política brasileira e se constituem como instrumentos fundamentais na mobilização partidária e na avaliação das políticas de nossos governos e de nossas bancadas<sup>436</sup>.

As alterações estatutárias, ocorridas dois anos após o 2º Congresso, promove uma alteração na nomenclatura em relação às instâncias e órgãos do partido. No Estatuto anterior, Art. 15, as Secretarias Municipais, Estaduais, Regionais e Nacional, além dos Núcleos de Base, constavam como órgãos de cooperação do partido. A partir de 2001, extingue-se a denominação *Secretaria*, ingressando os Setoriais e Núcleos de

---

<sup>433</sup> AMARAL, 2010.

<sup>434</sup> *Mudanças estatutárias*, tópico 66. Caderno de Resoluções do 2º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1999.

<sup>435</sup> HOFMEISTER, W; GRABOW, K. *Political parties : functions and organisation in democratic societies*. Singapore: Konrad Adenauer Stiftung, 2011.

<sup>436</sup> *Ibidem*, p. 28.

Base como Instâncias do partido. Juventude, Combate ao Racismo, Mulheres, Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento e Sindical obtiveram um *status* privilegiado de Secretaria Setorial, ao garantirem autonomia organizativa frente à Secretaria de Movimentos Populares, além do direito a estruturas organizativas próprias e realização de eleições próprias para secretários estaduais e nacionais nos seus Encontros. Seria um alento positivo a certificação de que a juventude petista selou, enfim, sua presença com o devido delineamento organizativo dentro da regulamentação normativa máxima do partido.

Todavia, no que tange a plena autonomia de atuação e gestão em relação ao respectivo diretório nas três esferas de atuação (municipal, estadual e nacional) e o direito à voz nas instâncias de deliberação do partido, a certificação como Secretaria Setorial pouco contribuiu para amenizar este quadro de dependência organizativa ao partido e pouca expressividade por parte dos jovens no PT. Como todos os Setoriais, o Setorial de Juventude não teria garantias para a elaboração de um regimento ou estatuto próprio. Na Seção VI do Estatuto aprovado em 2001, que versa sobre os Encontros Setoriais, em específico as Eleições, o Diretório Nacional possuiria total controle quanto ao número de filiados para eleição ao Encontro Setorial Estadual, o número de delegados ao Encontro Setorial Nacional, o quórum mínimo de participantes, e o estabelecimento da exigência de realização de um número mínimo de Encontros Setoriais Estaduais que dariam aval para a realização do Encontro Setorial Nacional<sup>437</sup>.

Em todos os níveis, os respectivos Diretórios precisariam aprovar a realização de qualquer Encontro Setorial. E todas as deliberações dos Encontros Setoriais estariam sujeitas a interferências deliberativas nos Encontros do mesmo nível, tendo em vista a obrigatoriedade do seu encaminhamento para apreciação. Os Encontros Setoriais, Estaduais e Nacional poderiam escolher um representante para participar dos Encontros em suas respectivas instâncias, representante este que teria direito a voz, porém não teria o direito a voto<sup>438</sup>. Finalmente, quanto à escolha dos candidatos às eleições proporcionais e majoritárias, há a previsão de indicação dos Setoriais de pré-candidatos, sujeitos a avaliação da CEN, aos cargos de Deputado Estadual e Deputado Federal, indicação esta que *concorreria* com indicações de outras instâncias: assinaturas de 1/3 (um terço) dos membros do Diretório Estadual; ou 5% (cinco por cento) das Comissões

---

<sup>437</sup> Estatuto do PT, 2001, Art. 125, § 1º.

<sup>438</sup> Estatuto do PT, 2001, Seção II, Artigos 52 e 53.

Executivas Municipais; *ou* 1% (um por cento) dos filiados no estado. Nos demais cargos para agente político não existiria esta possibilidade de disputa por apreciação de indicação de candidatos por parte dos Setoriais.

Neste sentido, corroboramos com afirmação de Ribeiro quando aponta que o Estatuto de 2001 ratifica o processo de esvaziamento e secundarização destes grupos deslocados nos Setoriais, já que certamente era mais viável, dentro das possibilidades de disputa partidária real, partindo de quadros propositivos na esfera das zonas de incerteza, militar com mais afinco em outras instâncias e não necessariamente como representante de um setorial. Para um jovem, a disputa dentro do Setorial de Juventude carregaria o fardo de dificultar a trajetória de crescimento e militância dentro do partido, já que no mesmo caminho muitos poderiam fazê-lo em outras instâncias mais decisivas, como diretamente nos respectivos diretórios e comissões executivas.

O PT naquele momento articulava mecanismos que suprimissem a adesão partidária de apoio restrito aos períodos eleitorais. Mesmo que muitos dos temas debatidos naquele 2º Congresso tinham como pano de fundo a expectativa em torno da possibilidade de finalmente derrotar o PSDB nas eleições gerais em 2002 (com vistas à conquista da Presidência), o partido tinha a exata noção do quão importante era manter um quadro de filiados que efetivamente migrassem para as fileiras da militância e promovessem uma maior abertura aos que por ele simpatizavam. Os jovens eram um dos alvos diretos desta reflexão, onde mais do que nunca o partido efetivamente precisava abrir e reestruturar novos canais de adesão, numa tentativa vital de romper com a inércia organizativa, “criando formas de participação dos filiados e uma nova relação entre instâncias partidárias, dirigentes, tendências, lideranças, militantes, mas, sobretudo, entre o partido e a sociedade”<sup>439</sup>.

O Partido está muito voltado sobre si mesmo. Durante as eleições e campanhas políticas existe mais abertura para a sociedade. Milhares de novos ativistas se somam às nossas fileiras, a maioria deles se afastando após os pleitos. Isso tem de mudar. É imperioso abrir núcleos e diretórios do partido para a juventude, trabalhadores informais, pequenos micro e médios empresários, além de reconstituir nossos laços com setores tradicionais petistas, como os operários industriais, amplos setores da classe média, artistas e intelectuais<sup>440</sup>.

---

<sup>439</sup> *Construção Partidária*. Caderno de Resoluções do 2º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1999, p. 25.

<sup>440</sup> *Ibidem*.

A juventude negra do PT ganha destaque nos debates dentro do Congresso ao chegar de forma bastante articulada para compor as bancadas temáticas. Esta articulação tem como alicerce as mobilizações políticas dentro dos Seminários Nacionais da Juventude Negra do PT realizados em 1998 e 1999. Quase dez anos depois, realizar-se-ia o 1º ENEJUNE (Encontro Nacional da Juventude Negra), que culminaria na criação, em 2008, do Núcleo de Juventude Negra do Partido dos Trabalhadores (JN13)<sup>441</sup>. A discriminação contra o povo negro no Brasil, particularmente atingidos por intensas formas de discriminação econômica e social e pela violência é colocada em pauta no 2º Congresso do PT, no ensejo do debate sobre a utilização de mecanismos de ação afirmativa no combate a discriminação e o esforço para multiplicar iniciativas legais nesta direção.

Nos anos seguintes, mais especificamente seis anos após a realização do 2º Congresso, o Partido dos Trabalhadores realizaria seu 12º e posteriormente seu 13º Encontro Nacional, sendo o segundo num hiato de tempo longo em relação ao primeiro, se considerarmos a frequência histórica média de dois anos que intercalava um Encontro do outro. O fator decisivo para que o partido delongasse maior tempo para a promoção do evento deu-se certamente pela sobreposição na escala de preocupação do que seria sua prioridade naquele momento: governar o Brasil após a tão sonhada vitória nas eleições presidenciais em 2002, com a eleição do líder máximo do partido, Luís Inácio Lula da Silva ao posto político máximo no país: Presidente da República.

Em 2001 o PT respirava um clima de entusiasmo com o resultado das eleições ocorridas no ano anterior, e o ambiente no Centro de Convenções de Pernambuco na cidade de Olinda, onde o partido realizaria seu 12º Encontro Nacional, era de expectativa pelo rumo das decisões envolvendo as diretrizes do programa de governo e política de alianças referentes à disputa presidencial em 2002. Enquanto solene referência de oposição, o *status* pleno de partido nacionalmente expressivo reluzia nos números daquelas eleições em 2000: o partido conquistaria 187 prefeituras, 131 cargos de vice-prefeitos e 2.485 vereadores, obtendo no primeiro turno quase 12 milhões de

---

<sup>441</sup> Para melhor visualização deste processo de formação da JN13, ver: PAPA, F; JORGE, F.(org.) *Êa juventude : Juventude Negra do PT em movimento*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008, onde destacamos o texto de Ramos (2008), “JN13, que novidade é essa?”.

votos, crescendo 51% em relação às eleições em 1996<sup>442</sup>. O partido tinha ciência da necessidade de atrelamento deste crescimento com a promoção da formação política de sua militância e daqueles que indiretamente passavam a destoar simpatia pela organização e linhas de atuação<sup>443</sup>. Uma oportunidade ímpar de exprimir com mais clareza a posição política para com os jovens num momento de intensa visibilidade eleitoral do partido, na carona do fomento ao furor de abocanhar a simpatia desta categoria social para lapidar a construção política de conexão militante. Mas o que se viu nas resoluções deste Encontro foi apenas uma pontuação (de forma vaga e apressada) que aludia à preocupação da situação da juventude e o ingresso no mercado de trabalho<sup>444</sup>. O eixo *Direito a Educação*, este conectado com as demandas de se pensar políticas públicas para a juventude, aparece como garantia do Programa de Governo petista em combater a evasão escolar, universalizar o acesso à educação básica, valorizar as Universidades Públicas e Institutos de Pesquisa e investir em ensino profissionalizante. Mas também não acabaria relacionando nenhum trecho deste eixo temático com as demandas da juventude.

Já no 13º Encontro Nacional, realizado entre os dias 28 a 30 de abril de 2006 na Quadra dos Bancários em São Paulo, assim como no Encontro anterior, não houve quase nenhuma iniciativa dentro das resoluções no sentido de expor o debate sobre a situação da organização de juventude dentro do partido e debater pautas específicas sobre a questão juvenil e sua situação na sociedade brasileira. O Encontro aconteceu na véspera de uma nova disputa presidencial, e a reeleição do então Presidente da República Lula era prioridade enquanto objetivo tático, juntamente com a ampliação da força do PT em conjunto com forças populares parceiras dentro do projeto de governo petista. No ano anterior, houve um grande avanço em termos de incentivo a promoção da inserção da pauta dos jovens pelos jovens com a criação, através da Lei 11.129/05, que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de jovens – Projovem, a criação do Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ<sup>445</sup>. Pauta esta que acabou não constando em nenhuma resolutiva daquele Encontro.

---

<sup>442</sup> Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>. Último acesso em: 10/07/2015.

<sup>443</sup> *As bases de uma alternativa de esquerda democrática e popular vitória de 2000 e crescimento do PT*. Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2001, item 18, p. 07.

<sup>444</sup> *Ibidem*, item 27.

<sup>445</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm). Último acesso em: 12/07/2015. Este ponto será melhor lapidado no próximo tópico deste capítulo.

É bom registrar que imperava um clima de tensão dentro do partido, bastante fragilizado pelas denúncias de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional entre os anos de 2005 e 2006, o que acarretou na cassação, pela Câmara dos Deputados, do mandato de José Dirceu, um dos maiores articuladores políticos do Campo Majoritário e então Deputado Federal pelo PT<sup>446</sup>, além da ação penal 470 movida pelo Ministério Público do Supremo Tribunal Federal para investigar o caso. José Dirceu, juntamente com João Paulo Cunha, Professor Luizinho e Josias Gomes, nomes envolvidos no escândalo político, compareceram a este Encontro Nacional. Alas minoritárias do partido propuseram discutir emendas ao texto final, fazendo referências diretas à crise e simultaneamente a cúpula dirigente do partido que se movimentava para que este tema não reverberasse como um “auto-atoite” petista, uma vez que a questão já estava em curso processual formal no Judiciário<sup>447</sup>. Em seu discurso no primeiro dia do Encontro, este o momento mais marcante e que contou com uma platéia de quase 2000 pessoas, Lula acabaria provocando a oposição, num eufemismo desafiador, a derrotá-lo na “disputa democrática”, em alusão a ideia do uso político dos opositoristas do escândalo para ataque direto ao seu governo na Presidência do Brasil<sup>448</sup>.

Lula em seu discurso reforçou as conquistas sociais de seu governo, falou sobre a experiência como presidente nas relações diplomáticas, a conjuntura internacional e também abordou a crise vivida pelo seu partido. Um momento sem dúvidas interessante deu-se quando, numa referência direta ao ex-líder estudantil e então prefeito de Nova Iguaçu – Rio de Janeiro, Lindberg Farias, revela o diálogo que tiveram e a provocação que lhe fez ao questioná-lo se o mesmo largaria o ferrete de líder estudantil para tornar-se um líder político de projeção nacional. Em miúdos: o discurso poderia nos revelar que a militância política no movimento estudantil para Lula poderia ser encarada, numa assertiva otimista, como uma etapa de amadurecimento ou somente uma etapa para uma real projeção política sólida de um militante?

Estou vendo o Lindberg, aqui, o nosso líder estudantil, revolucionário, prefeito de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. E eu lembro de uma conversa que eu tive com esse menino. Renato, eu tinha vontade de convidar o

---

<sup>446</sup> Câmara aprova cassação do mandato de José Dirceu. *Folha Online*, 1 de dezembro de 2005.

<sup>447</sup> Cúpula tenta evitar que encontro do PT discuta mensalão. *Folha de São Paulo*, Caderno Brasil, 29 de abril de 2006.

<sup>448</sup> Lula desafia oposição e diz estar pronto para rechaçá-la. *Folha de São Paulo*, op.cit.

Lindberg para vir para o PT, há muito tempo. Vou te confessar isso, que eu já disse pra ele. Eu tinha vontade de convidá-lo, quando ele era presidente da UNE. Nunca o convidei por respeito ao PCdoB. Nunca o convidei. Depois, fiquei muito magoado porque ele saiu e foi logo para o PSTU. Depois, veio para o PT e se juntou a um grupo de companheiros, que também já não está no PT. Um dia, eu o convidei para ir em casa. Ele e um grupo de deputados. E, cada vez que eu estava conversando com ele, um companheiro deputado logo gritava: “Ô, Lula, ele é traidor”. Como eu já tinha vontade de conversar com ele, eu puxei ele para um canto e falei: “ô, menino, eu quero saber o seguinte: o que você quer ser da vida? Você quer se transformar num líder político, numa pessoa que possa ter uma projeção nacional, fazendo as coisas acontecerem nesse país, ou você vai ser um eterno líder estudantil?” Olhe, eu não sei se foi essa conversa, mas o dado concreto é que esse menino voltou para o Rio de Janeiro, fez as alianças que o Vladimir deve ter ajudado. Deve ter ajudado. Só pode ter o dedo do Vladimir, aí. E, hoje, esse menino - com respeito a todos os outros -, esse menino é uma referência extraordinária do nosso partido na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro<sup>449</sup>.

Uma das bandeiras do Governo Lula, o programa Prouni<sup>450</sup> acabaria sendo lembrado como um programa que propiciou a criação de 204 mil bolsas em Universidades particulares para jovens com baixa renda, destas 40% contemplando negros e 1.300 indígenas<sup>451</sup>.

O ano seguinte pode ser considerado, já com Lula reeleito como Presidente do Brasil, um marco na história agora da Juventude do PT. As conquistas da juventude organizada dentro do 3º Congresso Nacional do PT teriam um impacto profundo na sua forma de encaixe dentro do quebra-cabeça de posição enquanto organização dentro do partido. Naquele Congresso, as deliberações específicas sobre a temática juvenil floresceram, em larga medida, no cerne do trabalho da própria juventude organizada. Em 2005, ante a realização dos encontros setoriais, oxigenados pelo ambiente político do PED que ocorria no mesmo ano, o setorial de juventude promoveu a eleição para Secretário Nacional da Juventude do PT. O Encontro Nacional da Juventude Petista acabou sendo também o espaço para intensos debates sobre os rumos que a juventude do partido deveria seguir neste cenário de reflexão sobre os rumos do partido em si. Rafael “Pops”, da tendência Articulação de Esquerda, seria eleito Secretário Nacional

<sup>449</sup> *Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. Resoluções do 13º Encontro Nacional do PT, 2006, p. 9.

<sup>450</sup> Programa Universidade para Todos, criado pelo Governo Federal em 2004, que tem como objetivo conceder *bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior*, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, que não possuem diploma de ensino superior. Ver: <http://siteprouni.mec.gov.br/>. Último acesso em: 14/07/2015.

<sup>451</sup> *Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. Op.cit., p. 10.

de Juventude, derrotando o candidato do Campo Majoritário, tendência que até então ocupava a cadeira principal da SNJPT.

Entre as notícias da nossa vitória, uma delas destacava que tínhamos feito o que os adultos não conseguiram: unificar e derrotar o antigo campo majoritário – o que não deixa de ser um pouco verdade, pois a juventude foi a única derrota nacional no processo de renovação das direções ocorridas em 2005 daquela maioria formada em 1995<sup>452</sup>.

No ensejo da proposta de reflexão na órbita da temática juvenil a Juventude do PT, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, promoveria no ano seguinte as Jornadas de Reflexão Juventude e Sociedade, uma bateria de debates entre os meses de abril e agosto na sede da Fundação com as seguintes temáticas: A condição juvenil; Políticas sociais e direitos da juventude e Os jovens e o mundo do trabalho<sup>453</sup>. O alicerce do que seria apresentado no 3º Congresso Nacional do PT como Resolução da Juventude do PT nasce neste contexto, reforçado pela realização estratégica, pouco tempo antes do Congresso, da Jornada de Formação Política da JPT, em agosto de 2007. O saldo da participação ativa dos cerca de 90 jovens petistas que estiveram presentes nesta Jornada foi o rascunho definitivo de como a Juventude deveria encarar aquele 3º Congresso do PT, pela afirmação de sua organização e exposição da urgente demanda do *alvará* partidário visando garantir a construção do primeiro Congresso Nacional da Juventude do PT.

Pelo corpo definitivo das resoluções finais, os 927 delegados que se reuniram entre 31 de agosto e 02 de setembro de 2007 para o 3º Congresso do PT sinalizam que captaram o “recado” transmitido pela sua organização de juventude. O *jovem* foi diretamente objeto de deliberação em três dos dois temas centrais do Congresso: *O Brasil que queremos* – eixo de diretrizes do partido para o período que se iniciou com a reeleição do Presidente Lula; e *Concepção e Funcionamento* – reflexões e propostas voltadas à dinâmica de organização do PT.

O partido procurou destacar as conquistas sociais na esfera da promoção de Políticas Públicas de Juventude (PPJs), não restritas somente ao governo Lula, mas também nos governos petistas na esfera municipal e estadual antes mesmo de assumirem a presidência do país, e reforçou que a aprovação do Plano Nacional de

---

<sup>452</sup> MORAES, 2015, p. 18.

<sup>453</sup> PAPA, F; JORGE, F; MORAES, R (orgs.) *Juventude em formação* : textos de uma experiência petista São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2008.

Juventude e o Estatuto da Juventude eram vitais para o fortalecimento da Secretaria Nacional de Juventude enquanto espaço de articulação institucional das PPJs. E alertou, no embalo da pontuação das diretrizes programáticas para o segundo mandato de Lula, que os esforços dos governos petistas não deveriam ser poupados junto ao combate contra desemprego e precarização do trabalho entre os jovens e a violência urbana na qual eram as maiores vítimas. Em síntese, os governos do PT deveriam a partir de então “colocar o tema juventude como uma de suas prioridades, pensando na formação das novas gerações e mantendo viva a nossa esperança por um país mais justo e solidário”<sup>454</sup>.

O partido dedicou um espaço considerável em suas resoluções para melhor contornar o papel dos setoriais, sendo que apenas as Secretarias Setoriais de Juventude, Mulheres e Sindical ganhariam um espaço exclusivo de pontuação para além das mencionadas no tópico específico sobre esta instância partidária. A trajetória de consolidação do PT dentro da institucionalidade partidária no Brasil é indissociável dos laços desenvolvidos com os movimentos sociais. Para o PT, esta capilaridade do quadro de petistas nos movimentos e vice-versa se complexificou, em detrimento de fatores como: os movimentos sociais incorporarem uma militância social não vinculada a partidos; lógica conflitante entre as reivindicações dos movimentos autônomos e propostas do governo; e endurecimento da disputa intrapartidária no interior dos movimentos pela implementação de bandeiras e primados de organização.

O fortalecimento dos setoriais era imprescindível para o PT naquela conjuntura de auto-questionamento de sua identificação enquanto partido de massas, e o seu reconhecimento (setoriais) enquanto instância partidária que poderia efetivamente: motivar a organização partidária de filiados dos movimentos de cada setor; subsidiar a ação institucional do Partido pela participação na elaboração de políticas públicas e impulsionar a representação institucional petista nos movimentos sociais. Destacamos alguns pontos aprovados nas resoluções que claramente apontam neste sentido:

- Organização de núcleos setoriais zonais ou municipais vinculados a Setoriais Estaduais;
- No período do PED, os encontros setoriais elegerão delegados, com direito a voz e voto, aos Congressos e Encontros do partido em todos os níveis;

---

<sup>454</sup> *Políticas Públicas para a Juventude*. Temática: O Brasil que queremos. Caderno de Resoluções do 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2007, p. 39.

- Obrigatoriedade da realização de plenárias anuais dos setoriais em todos os níveis, visando manter o status regular conferido pelo PED;
- Quando os assuntos pautados pelas instâncias de direção forem da ordem de pauta de algum setorial, o coordenador deste deverá participar das reuniões destas instâncias com direito a voz e voto, sendo assegurada também a possibilidade do setorial demandar a inclusão de temas sob sua responsabilidade nas instâncias de direção partidária, garantida a presença de seus coordenadores;
- Em todos os níveis, cada secretaria setorial e Secretaria de Movimentos Populares terão orçamento próprio, definido a partir do orçamento global de cada instância. O PT garante a autonomia de gestão orçamentária, desde que contemple os objetivos de atuação propostos estatutariamente para os setoriais;
- Garantia, junto ao planejamento da Secretaria de Comunicação, de espaço para produção de material específico para sua comunicação interna e campanhas de intervenção externa<sup>455</sup>.

A afirmação programática da importância dos setoriais para o PT não inibiu o Coletivo Nacional de Juventude de manter a proposta de alerta para necessidade de um novo modelo de organização para a Juventude Petista. A reflexão sobre a juventude presente nas resoluções é profunda dentro do que outrora fora publicado em resoluções anteriores, com o diagnóstico do crescimento da visibilidade da temática sobre juventude, os problemas atrelados a condição do *ser jovem* e como esta condição se desenvolve em múltiplas dimensões, partindo de suas necessidades, potencialidades e demandas em relação a outros segmentos etários. O suporte partidário para a afirmação da especificidade da juventude precisaria ser afinado num duplo registro: “o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida; e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos”<sup>456</sup>.

O Coletivo Nacional de Juventude defendia em bom tom a debilidade dos setoriais quanto a sua lógica de articulação política, bastante perene, refém da priorização da elaboração de políticas do partido nos períodos eleitorais (mantendo sua vitalidade) e sua limitação quanto à atuação em movimentos de massa. Esta era uma limitação na esfera político-administrativa, que dava pouca margem para uma plena

---

<sup>455</sup> *Organização partidária dos setoriais*. Resoluções do 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2007, p. 112 e 113.

<sup>456</sup> *A condição juvenil*. Resoluções do 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2007, p. 118.

autonomia da juventude organizada de intervir na sociedade através da organização das lutas juvenis, na organização de núcleos de jovens petistas (fomentando a familiarização de jovens *outsiders* com a proposta militante do PT) e na autonomia de direção política para organizar a juventude nos órgãos e instâncias políticas do partido. Nas palavras do Secretário Nacional de Juventude na gestão 2005-2008 Rafael Moraes:

Em movimentos de massa, como mulheres, negros e jovens, o setorial é muito aquém das necessidades de organização do PT nesses segmentos. Além de ser limitado para fora, por dentro, as pautas desses movimentos tornavam-se somente pautas dos setoriais, esvaziando as direções partidárias de debates mais próximos das lutas sociais<sup>457</sup>.

A outra limitação apontada pela juventude petista era de caráter estrutural. Eles denunciam a falta de prioridade dada pelo PT em municiar a juventude organizada de condições materiais para execução de suas tarefas organizativas, tendo efeito direto na desarticulação dos jovens na esfera municipal e estadual.

É preciso que o PT garanta as condições políticas, organizativas e estruturais para o funcionamento de uma direção política plural da juventude que tenha capacidade de organizar os diversos militantes petistas nos movimentos juvenis. Desta forma é preciso que a JPT supere o atual modelo de setorial e passe a ser um órgão do partido. Este órgão será o espaço de organização dos jovens petistas e será a expressão pública do PT entre a juventude. Entre outras tarefas, a nova Juventude do PT fará a disputa de suas pautas específicas na sociedade, terá ação junto aos movimentos e organizará a imensa base social de juventude filiada e com referência no PT<sup>458</sup>.

Os resultados político-partidários da pressão exercida pelo Coletivo Nacional de Juventude surtiram efeitos imediatos e também a longo prazo. Imediatos porque naquele 3º Congresso foram aprovadas, dentre outras medidas: a proposta de realização de Conferências Livres da Juventude do PT; a delimitação de 29 anos como idade máxima para militar, votar e ser votado na organização de juventude, visando delinear com mais precisão o círculo de identificação etária do filiado dentro do partido, como ferramenta para qualificar a atuação do que são efetivamente jovens; e, principalmente, a

---

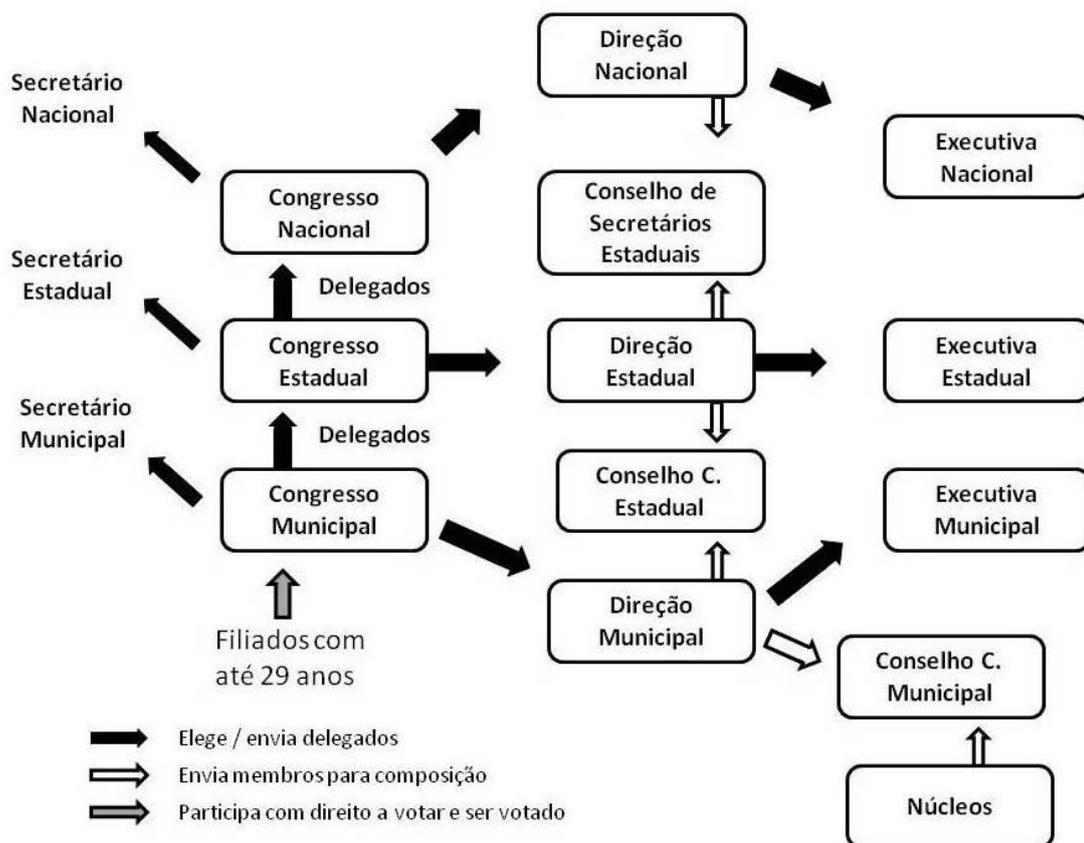
<sup>457</sup> MORAES, 2015. p. 14.

<sup>458</sup> *A necessidade de um novo modelo de organização para a Juventude Petista*. Resoluções do 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2007, p. 118.

convocação do 1º Congresso Nacional da Juventude do PT, com as devidas cotações orçamentárias para que a Secretária Nacional de Juventude viabilizasse o evento.

Vale frisar que o Diretório Nacional, numa contrapartida de concessão política para não perder o controle institucional sobre a juventude organizada, precisaria referendar as deliberações deste 1º Congresso, buscando avaliar principalmente a proposta de regulamentação e funcionamento da Juventude Petista. E, a longo prazo, a carta branca para a substituição do modelo de organização setorial de juventude por uma organização própria de juventude, pauta que acabaria não entrando na reforma estatutária empreendida naquele ano, mas apenas quatro anos depois, reconhecendo-se o bônus do ineditismo desta iniciativa dentro do PT.

O espaço de quatro anos que separam o 3º e o 4º Congresso Nacional do PT foi preenchido pela sua Juventude Organizada com ações e mobilizações que visaram essencialmente o seu fortalecimento como a entidade político-partidária estratégica e legítima para estreitar o canal de diálogo do PT com a juventude e a pontuar internamente suas demandas específicas. Em maio de 2008 a JPT realizou o seu 1º Congresso Nacional, e os debates centraram-se na elaboração de um programa do partido para o segmento jovem da população brasileira, com foco principalmente para o estreitamento de canal de diálogo com os movimentos juvenis, e análise do funcionamento das organizações de juventude petista. A catarinense Severine Macedo, com histórico de lutas no movimento sindical da agricultura familiar, conquistaria a cadeira de Secretária Nacional da JPT em eleições realizadas neste Congresso. No Congresso, a JPT também aprova a redefinição do seu organograma organizativo, dando contornos mais robustos e buscando trabalhar a capilaridade municipal.



**Figura 2 – Organograma da Juventude do PT: estrutura decisória (2008 - )**

Fonte: elaboração própria

Diferentemente do PT, a JPT continua optando por não adotar as eleições diretas dos filiados para os cargos de direção. A organização continua mantendo o sistema de eleições congressuais, conforme organograma acima. A Direção Nacional da Juventude do PT, que no começo da década de 1990 chegou a se articular em torno de apenas seis, sete dirigentes nacionais, é composta atualmente por 30 membros, além do secretário que é eleito no Congresso com voto separado. Desta direção saem 12 membros que compõem a Executiva Nacional, composição esta definida pela proporção de votos obtidos pelas chapas. A divisão dos cargos na EN-JPT baseia-se em funções específicas, algumas regulamentadas *a priori*: secretário (a) nacional, finanças, comunicação, organização, formação política, relações internacionais, mobilização e relações institucionais.

Quanto ao tamanho das direções estaduais e municipais, o número de membros irá variar dependendo do porte do Estado e dos municípios (contingente populacional).

Uma observação merece destaque: os núcleos zonais e/ou temáticos estão previstos para comporem o conselho consultivo municipal da JPT, e isto tem fundamentação diante das expectativas do partido, tal como constam em suas resoluções recentes, em tentar revitalizá-los, pelo seu papel (cumprindo sua “missão” original) estratégico na aproximação entre o partido e comunidade.

Em 2009, a JPT participou em Brasília, juntamente com outras agremiações juvenis de partidos da base governista do PT<sup>459</sup>, do Seminário “Juventude e Projeto Nacional”, que buscou debater políticas públicas para a juventude e projetos visando o debate para as eleições nacionais em 2010. E como preparação programática para o 4º Congresso Nacional do PT, a Juventude realizou um Encontro Nacional entre os dias 05 e 07 de fevereiro, para em seguida aprovar a *Proposta de Resolução da Juventude do PT*, encaminhada como uma das pontuações oficiais da JPT para o Congresso. O documento contendo 19 páginas e 94 pontuações traz uma análise da conjuntura sociopolítica na qual se encontrava a juventude brasileira, o significado do governo petista e seus programas sociais no sentido da valorização do jovem como um sujeito de direitos e a transmissão da posição da juventude petista quanto às estratégias, táticas e tarefas que poderia desempenhar no campo da disputa eleitoral da pré-candidata petista a Presidência Nacional, Dilma Rousseff.

Parte desta reflexão presente neste documento seria inserida na *Resolução sobre as diretrizes de programa 2011/2014*, no capítulo *A dimensão estratégica da juventude para um novo desenvolvimento* dentro do conjunto de resoluções da primeira etapa do 4º Congresso Nacional do PT. Aliás, o Congresso ocorreu em duas etapas, cada uma com a participação de 1.350 delegados<sup>460</sup>: a primeira (18 a 20 de fevereiro de 2010) tratou das seguintes pautas: 1 – Conjuntura nacional e internacional; 2 – Tática, política de alianças, programa e candidaturas para as eleições 2010; 3 – construção partidária e plano de ação. Durante esta etapa foram empossados os novos dirigentes nacionais do PT, eleitos no PED 2009. A segunda etapa (02/04 de setembro de 2011) teve como destaque a Reforma Estatutária.

---

<sup>459</sup> Participaram as Juventudes do Partido Pátria Livre, PMDB, PDT, PSB, e UJS (ligada ao PC do B). Mais informações sobre o evento acessar: <http://juventudespartidarias.blogspot.com.br/>. Último acesso em: 26/07/2015.

<sup>460</sup> FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *4º Congresso Nacional do PT reunia 1.350 delegados em Brasília*. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/iv-congresso-nacional-do-pt-reunira-1350-delegados-em-brasilia>. Último acesso em: 21/07/2015.

Os pilares da proposta da JPT para compor o programa de governo partiram do diagnóstico do estudo dos problemas particulares desta categoria social e da sua utilização enquanto dimensão estratégica “impulsionando reformas democráticas e populares que garantam a integração das novas gerações ao processo democrático e ao projeto de desenvolvimento sustentável”<sup>461</sup>. Cultura, lazer, trabalho, educação, saúde, mobilidade urbana, dentre outros temas, são pontuados de forma bastante genérica na resolução como diretrizes gerais, síntese do que até então fora fruto de reflexão dos encontros preparatórios da juventude petista, além da proposta de criação de um Sistema Nacional de Juventude, para articular ações nas três esferas federativas políticas e programas voltados ao setor juvenil. A *juventude* acabaria retornando como pauta temática dentro das *Resoluções Políticas* aprovadas na segunda fase do Congresso, pauta esta nos mesmos moldes do que outrora fora debatido ainda na primeira etapa. E foi exatamente nesta etapa que a Juventude do PT conquistaria o que em já em 2007 havia aludido como proposta para fortalecimento de sua organização dentro do partido: a superação do modelo setorial pela conquista estatutária de um lugar à parte dentro das instâncias partidárias.

O documento<sup>462</sup> que norteia as alterações estatutárias, cuja redação final foi aprovada pelo Diretório Nacional em 09 de fevereiro de 2012, teve no processo de sua elaboração a participação efetiva das Secretarias Setoriais, incluindo Jefferson Lima, então Secretário Nacional de Juventude. O tópico 25 (pg. 06) deste documento, posteriormente oficializado *ipsis litteris* no estatuto, propõe o enquadramento de algumas diretrizes de funcionamento da juventude organizada que até então estavam embutidas de forma genérica junto com a descrição dos objetivos e funcionamentos dos setoriais e como sugestão de pauta nos cadernos tanto do Congresso anterior do partido como no 1º Congresso da Juventude Petista. A feição do que representaria a JPT dentro do partido via Estatuto enfim ganha contornos mais nítidos: era a instância diretamente responsável pela atuação partidária dos filiados e filiadas jovens com o objetivo de promover o diálogo e intervenção junto aos movimentos sociais (art. 93), com previsão de organização abrangendo os três níveis: municipal (art. 74), estadual (art. 99) e nacional (art. 110), e a identificação de *jovem petista* sendo regida pelo critério etário (pessoas com no máximo 29 anos) e filiação ao PT.

---

<sup>461</sup> *A dimensão estratégica da juventude para um novo desenvolvimento*. Resolução sobre as diretrizes de programa 2011/2014. Resoluções do 4º Congresso Nacional do PT, 2010, p. 12.

<sup>462</sup> *Reforma do Estatuto aprovada no 4º Congresso*. Etapa estatutária, Caderno de teses do 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2011.

Ao mesmo tempo em que a Juventude do PT adquire um *status* próprio de instância partidária permanente, o partido sinaliza na direção de lhe garantir um *plus* em sua autonomia organizativa, abonando o financiamento das atividades da JPT com verbas do Fundo Partidário e sugerindo a discussão e aprovação de um Regimento próprio no subsequente Congresso da Juventude, Regimento este que posteriormente deveria ser submetido ao crivo da discussão e deliberação da instância nacional de direção do Partido, tal como a aprovação desta requisição da verba, mediante a aprovação de um plano de trabalho. Em tom lacônico: não havia qualquer garantia de que este Regimento afrouxaria as rédeas da cúpula dirigente do partido sobre o raio deliberativo gestor de sua juventude organizada.

Esta medida é compreensível para um partido que desde o seu nascimento viu-se mergulhado nos embates em torno do papel interno e grau de autonomia das correntes partidárias. O fortalecimento da Juventude Petista não representaria a sua caracterização enquanto um centro autônomo de poder, com diretrizes de atuação desvinculados do eixo programático do partido e risco de desestabilização da unidade partidária na laboração de uma subunidade com sistemática e lealdades próprias<sup>463</sup>. O tom da manutenção deste “controle” do partido sobre sua organização juvenil vai de encontro com a garantia da manutenção da fisionomia daqueles que preenchem a coalizão dominante do partido, em alusão a clássica tipologia proposta por Panebianco. Seria uma catástrofe reversa para a unidade partidária orgânica que sua instância de juventude ameaçasse de alguma forma o grau de coesão (pela interferência *dispersa* no controle sobre as zonas de incerteza) e o grau de estabilidade do mapa de poder organizativo pelo abalo na relação subordinativa dentro das instâncias dirigentes.

Levantamos então a questão: em que medida é permitido falar de *autonomia de atuação* quando tratamos desta conquista normativa da juventude organizada dentro do partido? O teor desta conquista permeia em demasia o campo da afirmação organizativa da juventude do que propriamente sua independência para com as linhas de atuação do partido. Rodrigo Cesar é bem claro quanto a esta questão: a confusão entre autonomia e independência da Juventude do PT em relação ao partido pode ser perigosa, uma vez que este (o partido) deve ser a fonte política, programática e ideológica de atuação dos

---

<sup>463</sup> SARTORI, 1982.

jovens petistas<sup>464</sup>. E a autonomia firmada sob a tutela estatutária orientaria para o posicionamento temático dentro das instâncias partidárias e para trabalhar no sentido de ampliar e enriquecer os espaços internos de atuação da juventude. Vale ressaltar que as premissas contidas nesta carta jurídica do partido e o seu impacto na dinâmica de atuação da juventude tal como objeto de nossa reflexão serão melhores observadas com o passar do tempo, já que a legitimidade que o estatuto possui diz respeito apenas à possibilidade de fixar normas e critérios ritualísticos na condução da vida partidária, balizando as estruturas internas de poder<sup>465</sup>.

Os jovens filiados ao PT também conquistaram neste 4º Congresso do PT uma oportunidade ímpar de ascensão aos postos dirigentes no partido, uma iniciativa singular dentro do quadro político partidário brasileiro até então: a aprovação da proposta do petista Francisco Rocha, membro eleito para a Comissão de Ética e Disciplina na gestão 2010/2014, da cota de no mínimo 20% em todas as instâncias de direção do partido<sup>466</sup> para pessoas com até 29 anos de idade (cota geracional)<sup>467</sup>. Como não existe uma prescrição formal de identificação do jovem filiado ao PT como pertencente ao quadro de militantes de sua juventude organizada (ficha de filiação a JPT ou algo do gênero), seria muito simplista reduzir a conquista das cotas como uma condição automática de preenchimento destas vagas pela Juventude do PT. O empoderamento dos jovens petistas nos postos de direção do partido no fomento à transição geracional como base de repouso desta iniciativa flerta diretamente com dois desafios que surgem como uma espécie de “requisitos”, como bem sugere Bouzan<sup>468</sup>: inclusão qualificada dos jovens nos espaços partidários, sob o respaldo da juventude militante na vanguarda de incentivo aos jovens filiados que não possuem militância orgânica.

O primeiro teste de fogo para o partido da nova regra de cota geracional viria com o Processo de Eleições Diretas em novembro de 2013. Para que se cumprisse a exigência estatutária de preencher com 20% dos cargos de direção em todas as esferas

---

<sup>464</sup> CESAR, R. Qual autonomia a juventude deve ter? In: ELIAS, B; CESAR, R. O PT e a juventude: a esperança em construção. São Paulo: Página 13, 2015, p.50-52.

<sup>465</sup> STROM, K. A behavioral theory of competitive political parties. *American Journal of Political Science*. 34 (1): p. 593-613, mai. 1990.

<sup>466</sup> Delegados (as), direções municipais, zonais, estaduais e nacional, seguindo os critérios de eleição propostos no PED.

<sup>467</sup> Estatuto do PT, 2012, Art. 22, item V, p. 11.

<sup>468</sup> BOUZAN, E. O Ped 2013 será da juventude. *Opinião – Diretório Municipal do PT de São Paulo*, 2012. Disponível em: <http://www.dmptsp.org.br/opiniao/3249-opiniao-o-ped-2013-sera-da-juventude>. Último acesso em: 25/07/2015.

com jovens, era imprescindível que nas chapas houvesse a presença deles em sua composição. O Diretório Nacional tinha conhecimento que não poderia deixar esta questão a revelia das articulações dentro dos diretórios estaduais e municipais, justamente pela existência no PT de uma cultura política na composição das chapas de baixo prestígio ou fraca mobilização aos aspirantes jovens. Por isso, deliberaram que no *Regulamento do PED 2013* contivesse uma orientação para a implementação desta medida durante a formação das chapas. Ela então assim constou no documento:

Art. 5º: Para a eleição dos (as) delegados (as) e das direções em todos os níveis deverão ser cumpridas as seguintes exigências:

(...)V - Na composição final dos diretórios e das executivas, 20% (vinte por cento) de seus membros deverão ter menos de 30 (trinta) anos de idade. No cálculo da composição da cota a fração igual ou superior a 0,5 representará a indicação de mais um membro<sup>469</sup>.

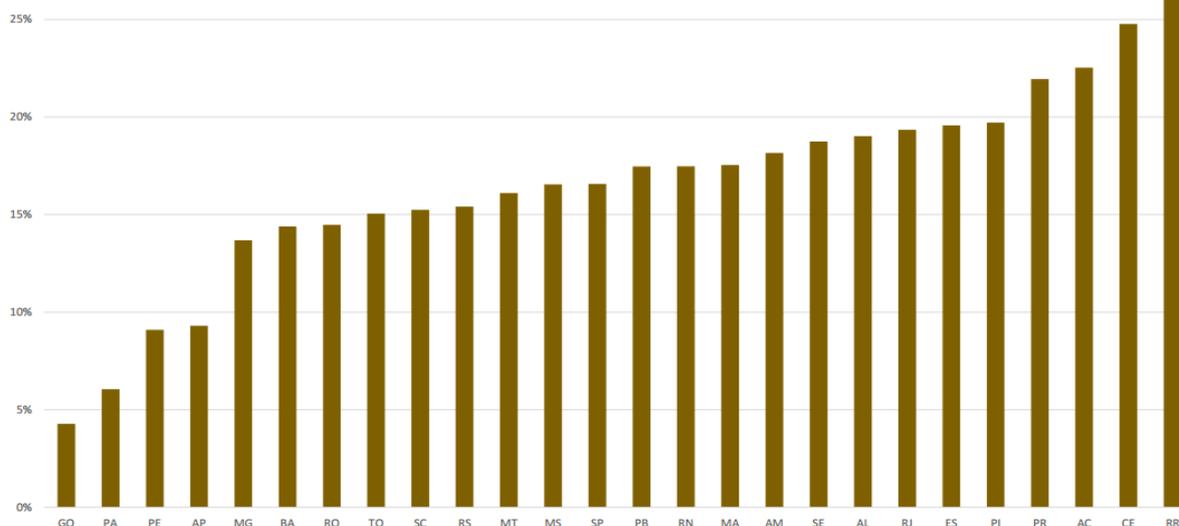
Os municípios que não conseguissem bater a meta geracional seriam automaticamente transformados em comissão provisória, havendo um prazo de seis meses de articulação no sentido de trazer mais jovens para o diretório. Em entrevista<sup>470</sup> poucos meses antes do processo eleitoral interno, Gilson Guimarães, membro da direção nacional, ilustra bem a preocupação que esta medida poderia gerar nos diretórios municipais, pois o enfraquecimento da presença juvenil no partido era estrutural, não podendo ser sanada com iniciativas pontuais. O equilíbrio interno almejado precisaria estar de prontidão para atender as grandes questões partidárias. Sua previsão era de que cerca de 1000 municípios não conseguiriam atingir as cotas geracionais em seus Estados.

---

<sup>469</sup> *Regulamento PED 2013*. Aprovado pelo Diretório Nacional em 08 de dezembro de 2012, p. 05.

<sup>470</sup> MARIA, E. Regras do PED 2013 são alteradas pelo PT. *Jornal Leia Já*. Caderno Política, jul. 2013. Disponível em: <http://www.leiaja.com/politica/2013/07/30/regras-do-ped-2013-sao-alteradas-pelo-pt/>.

**Gráfico 8 – Cota de Juventude nos Diretórios Municipais por Estado (PED 2013)**



Fonte: Secretaria de Organização do PT (SORG)

O gráfico acima nos mostra que no primeiro crivo a que foram submetidos os diretórios em relação à inserção de jovens na disputa organizacional interna, a grande maioria dos Estados teve dificuldades para atingir o limite mínimo de 20%. Neste caso entra na pauta o elemento da adaptação, dentro do material humano que está disponível em cada instância municipal. Os operadores lógicos são claros: poucos jovens militantes significa baixa oferta disponível desta categoria para recrutamento na composição das chapas. A revisão de metas perpassa justamente a reorganização dos trabalhos visando atrair novos filiados desta faixa etária e introduzi-los no cotidiano da militância. O tempo em si não rege a adaptação, mas como o recorte histórico partidário poderá adquirir um formato mais inclusivo dos jovens nas esferas de decisão.

## Capítulo 4

### Juventude do PT: trajetória de atuação (1980 – 2012)

A história da Juventude do Partido dos Trabalhadores deve ser compreendida pela ótica do reconhecimento das múltiplas vias de luta e afirmação institucional interna no partido e dos embates e proposições indexadas no campo político da disputa de pautas dos temas concernentes a sua categoria social. O terreno político da máquina partidária petista lentamente vem sendo trabalhado de forma a acolher as demandas oriundas dos jovens que se situavam como maior grupo etário no conglomerado de sua composição social de filiados nos primeiros anos de vida orgânica do partido. E ao pontuarmos o verbo conjugado no presente, reconhecemos o processo de contorno institucional *em curso* e a ideia de não-acabamento organizacional e paulatina afinação de pautas que a juventude do PT vivencia, em paralelo com a história de consolidação do PT no cenário político-partidário.

É preciso destacar que ao mencionarmos a organização “*Juventude do PT*”, estamos falando de uma organização específica de jovens dentro do complexo organograma de grupos políticos que compõem o Partido dos Trabalhadores. As correntes internas (ou tendências partidárias) formam a primeira camada de divisão interna, constituindo-se como verdadeiras subunidades partidárias, utilizando a expressão de Giovanni Sartori<sup>471</sup>. Como bem destaca Angelo, o PT demorou sete anos para regulamentar a atuação de suas tendências, resultado das intensas discussões no 5º Encontro Nacional do Partido realizado em 1987. Contudo, a ramificação organizativa do partido congrega em diversos eixos temáticos (muitos distribuídos formalmente como setoriais e secretarias) eixos de militância que propõem, debatem, militam, alardeando questões sobre pautas/contextos/pontos de vista que colaboram na construção da pauta partidária<sup>472</sup>. Meio ambiente, trabalho, cultura, formação, movimentos populares, mulheres, movimento negro são algumas destas linhas de militância fortemente engajadas na manutenção da organicidade propositiva do PT. E a juventude insere-se exatamente nesta circunferência.

---

<sup>471</sup> SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1982.

<sup>472</sup> ANGELO, V. A. As correntes partidárias são fator de divisão? *Em debate*, Belo Horizonte, v.1, n.3, p. 20-26, nov. 2009.

Ao se referir aos jovens militantes do partido, a utilização da expressão “Juventude do PT” incorre no sério risco de redução a uma simples categorização descritiva de todos aqueles circunscritos etariamente até os 29 anos que estejam filiados ao partido. Apesar da resolução do 3º Congresso do PT propor este enquadramento etário conectado com o pertencimento automático à sua organização de juventude, isto não significa que todos os jovens do partido militam na Juventude do PT. E mesmo os jovens que possuem engajamento partidário não necessariamente o fazem por intermédio da JPT, mas através (ou também) pelas tendências, setoriais temáticos, cargos de direção, postos eleitorais eletivos, dentre outros órgãos e instâncias. Ser jovem no PT não significa necessariamente ser um membro da Juventude do PT. O próprio significado meândrico do que significa ser um membro ou não se confronta com esta prerrogativa totalizante de inclusão dos jovens partidários como membros de uma instância categorial específica, esta que não possui, todavia, um rito de filiação, um cadastro daqueles que de fato compõem as fileiras da juventude organizada. O caráter difuso para a representação dos jovens petistas parte da premissa do seu reconhecimento das suas múltiplas formas de atuação, para além de um bloco organizacional único, fechado classificativamente no critério puramente etário e normatizado oficialmente como a organização dos jovens petistas. Os atributos de atuação heterogêneos dos jovens petistas nos leva a crer na juventude sendo pensada no PT no plural, tal como sugere as visões mais recentes orientando uma melhor leitura das particularidades de atuação das juventudes<sup>473</sup>.

Os resultados do longo processo de afirmação da JPT, pensando em seu papel estratégico do projeto político do PT para a juventude, cacifam-na de fato como o braço central para organização dos jovens do partido. Isto não excluiu o florescimento de outras juventudes temáticas, como a JN13, a juventude LGBT, a juventude de mulheres, as juventudes atuantes dentro das tendências, etc. No entanto, nota-se, tendo como marco de referência a realização do 1º Congresso da Juventude do PT em 2008, a visível intenção do PT pela unificação organizacional de sua juventude, tendo como vanguarda a Juventude do PT. Mas a busca por uma maior unidade de articulação entre os jovens petistas não é uma discussão recente, remetendo aos primeiros anos de vida do partido, e somente pela análise histórica de sua atuação é possível enxergar de fato como o surgimento e consolidação da Juventude do PT não é fruto de uma deliberação

---

<sup>473</sup> PAIS, 1993.

pontual de dirigentes ou saldo resolutivo de um ou outro encontro. Se no capítulo anterior nos atemos a compreender sua consolidação institucional pelos documentos oficiais do partido, partiremos agora para a análise da atuação política interna e externa dos jovens do PT, garantindo uma melhor compreensão do que representa a organização Juventude do PT dentro de um partido tão complexo como o Partido dos Trabalhadores.

Nestes 35 anos de partido, o foco de atuação que despertou demasiada atenção dos jovens militantes organizados dentro do PT tinha como alvo: o movimento estudantil, as eleições e a afirmação de sua unidade interna. O primeiro, no começo do novo século, acabaria perdendo espaço para outras demandas inseridas no debate da juventude, como a questão da sustentabilidade, políticas públicas de juventude, papel da mídia e reforma política. A leitura da atuação dos jovens engajados dentro do PT envolve as disputas que movimentavam as tendências do partido no seio da movimentação estudantil, este sob a órbita das duas principais entidades do país: a UNE e a UBES. Aglutinador partidário de diferentes segmentos progressistas da sociedade brasileira no final da década de 1970, o PT arrebanhou inúmeros jovens, de organizações de esquerda até vinculados com setores da Igreja Católica, jovens estes que diluíram-se principalmente nas trincheiras das correntes internas. O lento processo de redemocratização que se iniciava no começo dos anos 1980, onde a iminência do fortalecimento da representação efetiva se fazia valer nas pautas pelo fim do regime militar, de certa forma condicionava boa parte da juventude para uma organização partidária, como condição para a participação na representatividade e acessibilidade de poder de decisão na política institucional<sup>474</sup>.

Muitos jovens que aderiram ao projeto petista como verdadeira alternativa de luta emancipatória da classe trabalhadora voltaram-se, sob a insígnia de defesa da nova legenda, para as disputas dentro do movimento estudantil. Ao “Congresso de Reconstrução” da UNE realizado em 29 e 30 de maio em Salvador no ano de 1979, marcando o fim de 13 anos na ilegalidade<sup>475</sup>, o reconhecido líder sindical Lula enviaria uma carta de apoio à realização do Congresso, esta muito bem recebida no seio da articulação estudantil: “mas o principal apoio ao Congresso da UNE partiu da comunidade (...) Em São Paulo, por exemplo, os estudantes (...) receberam uma carta de

---

<sup>474</sup> KRISCHKE, P. J. Perfil da Juventude Brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. *Revista Internacional Interdisciplinar – INTERTHESIS*, Florianópolis, PPGICH, UFSC, 2003.

<sup>475</sup> MARCONDES, C. A UNE, há 30 anos. *Carta Capital*, Caderno Política, 01 jun. 2009.

apoio do líder sindical Luís Inácio da Silva, o Lula”<sup>476</sup>. O dilema que a emblemática entidade estudantil do país iria enfrentar logo no primeiro ano de sua reorganização seria decidir pelo apoio ao quadro partidário e mais precisamente qual partido apoiar. Em fevereiro de 1980, a diretoria eleita no Congresso do ano anterior opta pelo apoio ao PMDB<sup>477</sup>, alegando, nas palavras de um dos diretores paulista, Marcelo Barbieri, ser o PMDB no quadro de reordenação partidária o partido “que mais atende aos interesses dos estudantes e da maioria da população”, bem como servindo perfeitamente à unidade das oposições, reconhecendo o PT, PP e o PTB como componentes deste bloco<sup>478</sup>.

Este posicionamento da diretoria da UNE desagradou muitos jovens identificados com o PT, que alertaram estar o PMDB distante do dia a dia das lutas populares, colocando-o como um partido dentro da estrutura viciada de poder. Carlos Moreira, militante vinculado com o grupo trotskista Democracia Socialista, em artigo publicado no jornal *Em Tempo*, afirmou que a melhor alternativa partidária que representa de fato os interesses dos oprimidos e do movimento popular era o PT<sup>479</sup>. Os jovens da Convergência Socialista, apoiadores do projeto petista, foram categóricos ao afirmar que a UNE, enquanto entidade de representação de todos os estudantes do país, não poderia assumir o apoio político a partido algum, não anulando, contudo, a possibilidade de apoio isolado de grupos estudantis na mesma toada. O posicionamento radical do repúdio a posição tomada pela diretoria embasou-se na prerrogativa estatutária da entidade da sua não filiação partidária, assim como pelo seu comprometimento às lutas dos trabalhadores, e que, portanto “não poderia vir a apoiar um partido dirigido pela burguesia”<sup>480</sup>. Esta disputa do apoio ou não ao PMDB pela UNE acabou polarizando o debate no 4º CONEG (Conselho Nacional de Entidades de Base) realizado em Belo Horizonte entre os dias 09 a 13 de fevereiro, onde os jovens petistas conseguiram incluir o reconhecimento do PT, juntamente com o PMDB, PTB e PP, como um partido de oposição ao governo e importante no avanço das lutas democráticas.

O empreendimento na construção de uma unidade política entre os jovens petistas se confrontava com a dificuldade do reconhecimento de uma plena identidade

---

<sup>476</sup> *Jornal O Movimento*, maio/junho de 1979, p. 10.

<sup>477</sup> Foram 9 votos (tendências Caminhando e Correnteza – vinculadas ao MDB) contra 3 (tendência Refazendo – vinculada ao PT).

<sup>478</sup> *Em Tempo*, ano III, n. 97, 1980, p. 03.

<sup>479</sup> MOREIRA. C. PT interessa aos oprimidos. *Em Tempo*, ano III, n. 99, p.7.

<sup>480</sup> *Convergência Socialista*, n.08, fevereiro de 1980.

política petista, identidade que deveria centrar-se na codificação comum entre seus pares da juventude dentro de um comum projeto partidário, possibilitando o que Mouffe aponta como antagonismo para identificação<sup>481</sup>. Era difícil pensar em uma articulação mais coesa dos jovens petistas quando temos ciência dos diversos pontos de vista divergentes que estes jovens carregavam como diretriz militante, oriunda da organização na qual ele pertencia que estava incrustada dentro do PT. Em São Paulo, os primeiros passos nesta perspectiva foram dados, aproveitando a ocorrência do Encontro Estadual do PT do Estado, entre os dias 24 e 25 de maio na Câmara Municipal, com a organização de uma reunião entre jovens petistas.<sup>482</sup> O encontro de jovens tinha como protagonista central a figura do jovem *estudante* petista e as iniciativas de deliberação foram no sentido de fortalecer o movimento pró-PT pela ampliação social do debate através da formação de uma corrente estudantil pró-PT.



**Figura 3 - Reunião de jovens petistas na cidade de São Paulo – maio/1980.**

Fonte: *Em Tempo*, n. 107.

Deste encontro parte a iniciativa de um grupo de estudantes petistas em lançar um movimento chamado Corrente Estudantil do PT, este que resultaria posteriormente

<sup>481</sup> MOUFFE, C. Democratic politics and the question of identity. In: RAJCHMAN, J. *The identity in question*. New York: Routledge, 1995.

<sup>482</sup> *Em Tempo*, ano III, n.107, 1980, p. 02.

na formação de uma chapa (Nosso Tempo) que disputaria as eleições da diretoria da UNE no CONUNE daquele ano.

A Corrente deve vir a ser um campo político para o desenvolvimento da intervenção dos militantes estudantis do PT no movimento estudantil e no interior do partido. Há tantos estudantes do PT pelo país, a força do PT entre os estudantes é grande: por que não buscar romper o isolamento que há entre nós? (...) Os estudantes do PT devem comportar-se como o resto do partido. Buscando unificar sua ação (...) A unificação dos estudantes do PT é um passo importante para começar a romper essa situação, exatamente pela contribuição que nós podemos dar (...). Certamente a nossa contribuição ao PT não poderá ser dada em toda sua potencialidade com a gente isolada, desnecessariamente disperso (...) A Corrente deve ser vista como nada mais do que a busca pela unificação da intervenção dos estudantes petistas no movimento estudantil. Por isso achamos que devemos discutir uma proposta programática dos estudantes do PT para a UNE (...) Assim estaremos combinando as duas coisas: a nossa identidade, a unidade dos estudantes do PT com a preocupação com o movimento e sua unidade em torno de uma perspectiva de luta firme, combativa, independente e solidária aos trabalhadores<sup>483</sup>.

Muitos setores do movimento estudantil mostraram resistência à formação da Corrente do PT, e críticas surgiram tanto para o nome do movimento (incorporando a sigla de um partido político) quanto para o caráter político que esta corrente estava proposta a assumir, críticas estas sustentadas na alegação de que ela atingia a unidade do ME, jogando pela sua divisão em blocos, ao mesmo tempo em que utilizava da sigla do PT para ganhar respaldo entre os estudantes. Os núcleos estudantis do PT tinham exatamente esta função de organização do partido dentro das Universidades, e a Corrente se pronuncia de forma categórica afirmando não ter qualquer pretensão de disputar espaço de atuação com os núcleos<sup>484</sup>.

A militância dos jovens petistas, engajados no projeto do partido, possuía este elo de inserção dentro da militância priorizando o movimento estudantil. que guardava como resquício simbólico o papel dos estudantes ao liderarem diversas manifestações e protestos contra o governo durante o regime militar pós-64<sup>485</sup>. O ME era o objeto a ser disputado pelos jovens petistas, fortalecendo a confusão que se fazia muitas vezes entre juventude e estudante petista. O próprio Lula, então presidente do partido, fora

---

<sup>483</sup> Manifesto da Corrente Estudantil do PT. *Em Tempo*, ano III, n. 114, 1980, p. 07.

<sup>484</sup> PIRES. A. A corrente do PT fortalece o partido. *Em Tempo*, ano III, n. 116, p. 07.

<sup>485</sup> SANTOS, J, de S. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Aurora*. Ano III, n. 5, dez. 2009.

questionado por alguns estudantes petistas sobre um posicionamento pontual durante a declaração no inquérito enquanto esteve preso, declaração esta publicada pela revista *Istoé* no dia 28 de maio de 1980, onde contestou a participação dos estudantes no movimento dos trabalhadores. Os jovens afirmaram que a unidade da luta estudantil deveria ter no PT um espaço de construção de suas pautas. Assim, dentro do PT, os estudantes, dirigidos pelos trabalhadores, teriam um papel a cumprir: “levar sua experiência de luta pela mudança do caráter da Educação e contra todas as formas de opressão”<sup>486</sup>. Este questionamento acabou não recebendo nenhuma resposta oficial do Diretório Nacional.

E foi justamente via demandas no movimento estudantil que a juventude petista conseguiu realizar sua primeira reunião de maior abrangência, com integrantes de vários Estados, ocorrida no primeiro dia do 32º Congresso da UNE, mais precisamente no dia 13 de outubro de 1980, na cidade de Piracicaba (SP). A expectativa em torno da concretização deste Encontro foi fruto de inúmeras discussões entre estudantes de núcleos estudantis do PT realizadas durante o CONEB (ocorrido em julho no Rio de Janeiro) quanto no CONEG (agosto em Maceió). Com a anuência do Diretório Nacional, que enviou um membro (Wanderly Farias de Souza – PB) para acompanhar os trabalhos, cerca de 900 jovens petistas se reuniram para definir estratégias de atuação unificada dentro do Congresso com o lançamento de uma chapa do PT. Fenômeno que se repetiria em várias outras reuniões de articulação do bloco estudantil petista no CONUNE, as divisões quanto aos interesses de intervenções diferenciadas no ME impossibilitaram a formação desta chapa unificada. De um lado estudantes petistas ligados às tendências Refazendo, Resistência e alguns identificados com o jornal *O Companheiro* corroboraram com a ideia da dificuldade, naquela conjuntura, em unificar o voto estudantil petista, mesmo sob intensa pressão dos grupos Libelu (chapa Mobilização Estudantil)<sup>487</sup>, Novo Rumo (Convergência) e Travessia, que defendiam uma intervenção uniforme no Congresso<sup>488</sup>. Três foram os pontos de sustentação da defesa da unificação: armar o ME para a deflagração da greve nacional, prevista para o semestre seguinte; a negativa dos jovens petistas em tentar estender à mão para qualquer

---

<sup>486</sup> *Convergência Socialista*, n. 17, julho de 1980, p. 12.

<sup>487</sup> A Libelu compunha chapa para o Congresso com integrantes da Convergência Socialista (chapa Novo Rumo).

<sup>488</sup> *O Trabalho*, ano III, n.81, 1980.

negociação com o general Figueiredo; o PT, mesmo reconhecendo o apartidarismo da UNE, precisaria pontuar com veemência o seu posicionamento dentro da entidade<sup>489</sup>.

A aprovação de realização de um Seminário Nacional dos militantes estudantis do PT para discutir um programa de intervenção do partido nos problemas da educação foi um dos poucos pontos que obteve unanimidade entre os estudantes petistas. O fracasso do Encontro (ante o objetivo central para sua ocorrência) traduziu-se na divisão dos jovens petistas em três chapas de disputa naquele Congresso: Nosso Tempo<sup>490</sup> (ligada a DS – Centelha, Peleia e Travessia), Voz Ativa (dos grupos Refazendo, Organizando e Caminhando) e Mobilização Estudantil (ligada ao Jornal O Trabalho e CS). O maior embate dos petistas contra então majoritária da direção da entidade deu-se no seu posicionamento para que o Congresso deliberasse pela deflagração de um indicativo de greve geral para o começo do ano seguinte, proposta derrotada pela situação, que não enxergou viabilidade do ME se articular a tempo para esta iniciativa. O Congresso chamou eleições diretas para escolha da nova diretoria nos dias 13 e 14 de novembro, e a dissintonia entre os grupos juvenis petistas possibilitou a expressiva vitória da chapa Viração (composição das tendências Convenção, identificada com o jornal Tribuna Operária, e Mãos à Obra, identificada com o jornal Hora do Povo – MR8) que conquistariam a maioria das cadeiras da UNE e a presidência, sendo eleito Aldo Rebelo, do MR8<sup>491</sup>. Nem mesmo a presença de Lula no Congresso foi suficiente para sensibilizar os estudantes petistas pela sua atuação unificada. Mas o Congresso da UNE evidenciou a existência dentro do PT de uma corrente de massas que no ME se define pelo partido, corrente esta que teria “um papel fundamental para a formação da *Juventude do PT*”<sup>492</sup> nos anos seguintes.

No final do ano de 1980, vários núcleos de estudantes petistas na cidade de São Paulo, bastante articulados entre si e de forma pioneira no PT, tomariam importantes iniciativas no sentido de organização da juventude na capital. Jovens e simpatizantes do

<sup>489</sup> *Convergência Socialista*, n. 23, outubro de 1980, p. 09.

<sup>490</sup> A petista Lídia Maria Tonon, estudante de medicina em Belo Horizonte, foi a candidata à presidência da entidade por esta chapa. Não encontramos registro de outra candidata a presidência do gênero feminino na história da UNE. Para o jornal *Em Tempo* ela declarou: “Para você se impor no ME e romper a barreira do preconceito machista, é preciso quebrar o pau, forçar a barra, ser brava (...) Em várias tendências estudantis, há uma divisão de trabalho: os homens ficam com a liderança e as mulheres ficam vendendo cafezinho, jornal ou batendo palma na claque. E acham muito natural”. Fonte: *Em Tempo*, ano III, n. 117, 1980, p. 13.

<sup>491</sup> SANTOS, J, 2009.

<sup>492</sup> Nos documentos analisados, esta foi a primeira menção ao termo “Juventude do PT”, este que seria paulatinamente adotado como substantivo próprio da organização de jovens petistas. Fonte: *Convergência Socialista*, n. 25, 1980, p. 04.

PT vinham numa crescente no fomento de atividades culturais localizadas (através dos núcleos) e, contando com a presença de petistas de Santos e Sorocaba, organizaram uma reunião no começo de novembro e dela se deliberou pela convocação de um Encontro de Jovens Militantes e Simpatizantes do PT da cidade de São Paulo<sup>493</sup>. Antecedendo este Encontro, uma reunião de preparação foi realizada na PUC/SP no dia 29 de novembro visando lapidar os temas que seriam debatidos na próxima semana durante o Encontro e que contou com a participação de 100 jovens petistas. O tema desta reunião fora: “Organização da juventude e o Partido dos Trabalhadores” e três pontos de discussão balizaram a conversa: maior espaço da juventude no partido para discussão dos seus problemas, bem como para deliberação de suas ações; e eleição de seus próprios representantes<sup>494</sup>. No dia 06 de dezembro, 300 jovens (filiais e simpatizantes), incluindo de cidades do interior como Sorocaba, Ribeirão Preto, Mogi das Cruzes e Campinas, se reuniram no mesmo local para aprovar um Encontro Estadual e um Nacional de jovens<sup>495</sup> petistas para o ano seguinte, além de levantarem bandeiras por reivindicações da juventude na área da educação (ensino público e gratuito), fim do salário diferenciado para menores e jornada de trabalho de no máximo 6 horas diárias<sup>496</sup>. Aquele era o momento para engajar os dirigentes do partido e os núcleos na reflexão sobre a importância de uma juventude organizada dentro do PT.



**Figura 4 - Reunião de jovens petistas na PUC/SP – novembro de 1980**

Fonte: *O Trabalho* n. 88

<sup>493</sup> *Convergência Socialista*, n.26, 1980, p. 05.

<sup>494</sup> *O Trabalho*, ano II, n. 88, 1980, p. 04.

<sup>495</sup> Referendando uma Comissão Coordenadora de Jovens Militantes e Simpatizantes do PT.

<sup>496</sup> *O Trabalho*, ano II, n. 88, 1980, p. 09.

Com um ano de existência, florescia em algumas cidades intervenções da militância jovem do PT, a exemplo do que vinha ocorrendo em São Paulo, estas visando organizar sua categoria política e congregar aqueles que tinham nas demandas estudantis e de juventude um fio de identificação de engajamento. Na cidade do Rio de Janeiro, uma Comissão de Jovens do PT foi aprovada em janeiro de 1981 após uma Convenção Extraordinária do PT, com a missão de se dirigir aos núcleos petistas espalhados pela cidade para discutir questões gerais de juventude e fortalecer a criação de comissões de jovens petistas nestas localidades. Na mesma toada, em fevereiro petistas de Belo Horizonte criaram uma Comissão de Jovens Militantes e Simpatizantes do PT para orientar o trabalho dos jovens petistas dentro dos núcleos espalhados pelas sete zonas da cidade<sup>497</sup>. O resultado a curto prazo desta articulação política viria com o agendamento do 1º Encontro de Jovens do PT de BH, marcado para a primeira semana de julho<sup>498</sup> (encontro que acabou não ocorrendo, ao contrário do Rio, que realizaria meses depois o 1º Encontro de Estudantes do PT da cidade).

Em São Paulo, berço do partido e estado cuja organização estava em estágio mais avançado<sup>499</sup>, no que tange a sua organização de juventude, a situação não era diferente. O 1º Encontro Estadual de Jovens do PT/SP nasceu do esforço da Comissão de Jovens do PT/SP em agregar diferentes núcleos espalhados pelo estado mediante autorização direta do Diretório Estadual. 400 jovens de 26 cidades representando 101 núcleos e 31 comissões de jovens participaram do Encontro, que contou com a presença de lideranças petistas, como a Deputada Irma Passoni, da Direção Estadual do Partido, que ajudou a coordenar os trabalhos. Decidiu-se neste Encontro encaminhar junto ao Diretório Estadual a necessidade de organização da Juventude do PT como tema de pauta do Encontro Estadual, pauta esta como alavanca de pressão nas instâncias nacionais do partido<sup>500</sup>. Isto porque naquele período, nos informativos oficiais do Diretório Nacional, eram raras as iniciativas de divulgar estas ações dos jovens do partido. O fomento à organização dos jovens petistas germinava das esferas municipais e estaduais como anseios de articulação e reconhecimento junto à esfera nacional. Talvez pela composição social da origem militante de grande parte dos seus fundadores entrelaçarem-se diretamente com o setor sindical, baixa era ainda a percepção da ferramenta juventude organizada para somar no arranjo do corpo dirigente e na

---

<sup>497</sup> *O Trabalho*, ano III, n. 95, 1981.

<sup>498</sup> *Em Tempo*, ano IV, n. 136, 1981, p. 15.

<sup>499</sup> KECK, 1991.

<sup>500</sup> *Convergência Socialista*, n. 38, julho de 1981, p. 5.

proposição de suas pautas gerais. “O nosso partido nasceu dos trabalhadores, das suas agruras diárias, das suas lutas cotidianas, das suas campanhas sindicais, do seu movimento de massas. E deve continuar assim, e ser cada vez mais assim”<sup>501</sup>. Quando foi criado o Centro de Formação Política do PT em 1982, nenhuma menção foi feita no seu anúncio pelo partido à ideia de formação de militantes mais jovens, mas de forma genérica alguns objetivos do Centro como o aprofundamento e o detalhamento do programa do partido e o acompanhamento dos movimentos sociais específicos<sup>502</sup>.



**Figura 5 - 1º Encontro Estadual de Jovens Petistas/SP – 28 de julho de 1981**

Fontes: *Convergência Socialista*, n. 38 (figura 1); *O Trabalho*, n. 112 (figura 2).

Mas esta pressão indireta dos jovens petistas, paulatinamente se organizando em coletivos municipais e estaduais, viabilizou um espaço para uma reunião de caráter nacional dos estudantes petistas no dia 26 de setembro de 1981 durante Encontro Nacional do PT naquele ano. Meses antes, alguns jovens petistas mineiros ligados à União Estadual dos Estudantes haviam pré-acertado diretamente com Lula<sup>503</sup> um encontro de estudantes petistas precedendo a Convenção Nacional do Partido<sup>504</sup>. Dez dias antes do EN do PT, Jacó Bittar confirmaria a reunião, com o *status* de um pré-encontro nacional, aberto a participação de todos os estudantes petistas e cujo objetivo

<sup>501</sup> Palavras de Jacó Bittar, secretário geral nacional do PT, no artigo “Trabalhador é que deve dirigir o PT”, publicado em: *Boletim Nacional* - n. 03 julho 81.

<sup>502</sup> *Jornal dos Trabalhadores*, ano I, n. 02, 1982.

<sup>503</sup> Lula inspirava simpatia significativa ao menos em boa parte dos jovens engajados do partido. Um acontecimento releva esta afirmação: em algumas cidades, com destaque para a cidade de Goiânia, vários atos públicos foram organizados contestando a condenação a sua condenação e mais quatro sindicalistas do ABC pela Justiça Militar, com base na lei de Segurança Nacional, pelas greves deflagradas em 1980. E estes atos contaram com a expressiva participação de jovens petistas. Fonte: *Folha de São Paulo*, quinta-feira, 26 de fevereiro de 1981.

<sup>504</sup> *Em Tempo*, ano IV, n. 132, 1981, p. 16.

era fornecer bases para a intervenção unificada do partido no ME, respaldada por um Encontro Nacional dos Estudantes do PT previamente articulado antes do Congresso da UNE no próximo ano. Militantes jovens de nove estados e do Distrito Federal promoveram nesta reunião “o debate de maior peso no interior do partido no sentido de unificar sua intervenção no movimento estudantil”<sup>505</sup>. Contando com a presença de Altino Dantas (ex-presidente da UNE na gestão 1965/1966) e do Deputado Federal e líder da bancada do PT na Câmara Airton Soares, os jovens fortaleceram a pressão para que o DN subsidiasse a formação de uma linha para o movimento estudantil, elaborando uma proposição à Comissão Executiva do partido a convocação de um Encontro Nacional dos Estudantes Petistas no ano seguinte.

O PT já está atrasado neste debate. Há algum tempo, o movimento estudantil vem passando por uma série crise de direção, (...) sem conseguir canalizar as reivindicações estudantis com a força necessária para quebrar a postura rígida do MEC que se nega até a negociar diretamente com a UNE (...) A intervenção do PT enquanto força organizada certamente abriria novas perspectivas para o movimento. (...) Forjar uma intervenção para o ME não significa passar por cima das diferenças reais que existem entre as tendências estudantis petistas. Pelo contrário, significa aprofundar o debate no interior do partido, realizando uma síntese entre as diversas contribuições e resgatando o melhor que a experiência do ME já acumulou em todos estes anos<sup>506</sup>.

A frente estudantil de jovens identificados com o PT marcaria presença também na disputa estudantil secundarista naquele final de 1981 quando, por intermédio da organização juvenil secundarista Alicerce (braço estudantil da tendência petista Convergência Socialista), travara uma importante disputa pela disputa da direção da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), onde mesmo perdendo as eleições acabou angariando 40% dos votos totais durante o 20º Congresso da entidade, que marcou o seu processo de re-fundação<sup>507</sup>. Sob a bandeira de identificação do PT, a luta secundarista é acrescida de outro reforço de oposição a diretoria eleita, quando jovens secundaristas ligados a corrente petista O Trabalho, lançam em junho de 1982 o boletim *Luta Secundarista*<sup>508</sup>.

<sup>505</sup> ANTUNES, A. Criar a força estudantil do PT. *Em Tempo*, ano IV, n.137, 1981, p. 13.

<sup>506</sup> Ibidem.

<sup>507</sup> CINTRA, A; MARQUES, R. *Ubes - uma rebeldia conseqüente*: a história do movimento estudantil secundarista do Brasil. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

<sup>508</sup> *O Trabalho*, ano IV, 16 de junho de 1982, p. 08.

Os períodos eleitorais configuram na história de mobilização dos jovens petistas uma oportunidade de confluência das diretrizes de sua atuação política, de real canalização no empenho em se fazer valer a organização política partidária intermediando a relação entre cidadãos e política, entre programas de governo e anseios populares, entre conquista do voto e expressão de seu posicionamento político-ideológico. Eleições significavam para os jovens do PT uma oportunidade ímpar de pincelar posicionamentos no núcleo de construção dos programas partidários; impulsionar candidaturas via mobilização de voluntários para trabalho em campanha; tornar visível para a população suas idéias; disputar mais espaço dentro do partido, fazendo valer a prerrogativa de sua condição de jovem com cartas relevantes jogadas na mesa nos momentos de recrutamento partidário de candidatos. Nas eleições gerais de 1982, a primeira vivência do partido nesta arena competitiva, a intervenção petista jovem preencheu mais as colunas de campanhas, substancialmente recheadas com sua presença em passeatas, comícios dentre outras atividades. O jornal *Folha de São Paulo* chegou a destacar a confraternização dos jovens petistas em campanha na cidade do Rio de Janeiro como aquela que mais atraía o maior número de jovens, “com direito a chope e dança”<sup>509</sup>. Em seu quadro de filiados naquele ano, aproximadamente 60% tinha até 30 anos de idade<sup>510</sup> e esta informação pode indicar que muitos candidatos naquele ano pelo partido estavam envoltos nesta faixa etária.

Algumas tendências de esquerda inclusive faziam plena questão de destacar suas candidaturas juvenis, geralmente envoltas programaticamente nas diligências do ME. Em Minas, o jovem Américo Antunes, que fora candidato de oposição à presidência da UNE, se lança para Deputado Estadual; Josimar Melo, membro da Libelu, pelo PT paulista candidata-se à Deputado Federal; Beto Bastos, de apenas 22 anos e ligado à DS disputaria uma vaga na Assembléia Legislativa no Estado do Rio; o candidato paulista mais jovem à Câmara Federal, Henrique Carneiro, então presidente da UPES<sup>511</sup>, lança-se pelo PT assumindo muitas das propostas debatidas na organização o qual pertencia, o Alicerce. Nesta maré de candidaturas juvenis lançadas pelas tendências de esquerda do PT (que eram responsáveis por boa parte da organicidade de identificação própria da juventude mais engajada do partido), a corrente OT chegou a denunciar que a CS estaria instrumentalizando o folhetim de sua corrente secundarista (Alicerce da Juventude) para

---

<sup>509</sup> A alegre campanha carioca. *Folha de São Paulo*, Caderno Nacional, 10 de outubro de 1982.

<sup>510</sup> Ver gráfico no capítulo 3.

<sup>511</sup> União Paulista dos Estudantes Secundaristas.

chamar voto não no PT de uma forma geral, mas apenas nos da sua corrente, destacando especificamente os jovens<sup>512</sup>. Analisando as publicações no período, constatamos, no entanto, que os jovens petistas do Alicerce pregavam o voto no PT<sup>513</sup>, ainda que destacasse seus candidatos correligionários, fato comum entre diversas tendências dentro do partido, mesmo no próprio OT.

No mesmo ano, em abril, outra peça fora colocada no quebra-cabeça da consolidação de uma organização juvenil petista, quando jovens de Porto Alegre realizaram o 1º Encontro Municipal dos Estudantes Universitários e Secundaristas do PT. Em percolação de traços com pautas normalmente colocadas em discussão até então pelos estudantes petistas, os jovens porto-alegrenses do partido debateram a plataforma estudantil do PT, a relação do PT com as entidades estudantis e a organização do partido no ME. Deste Encontro vislumbrou-se a preparação de um Encontro Estadual Petista e uma campanha de nucleação por cursos e escolas<sup>514</sup>. Novamente podemos perceber que os anseios de intervenção do ME acabariam colaborando para impulsionar iniciativas de maior organização pelos estudantes petistas. Aliás, os estudantes petistas organizados teriam uma preocupação maior naquele contexto de pontuação de pautas no ME: novamente a disputa pela direção da mais representativa entidade estudantil, a UNE.

Validada pelo Diretório Nacional, os estudantes petistas deliberam por se reunirem no 34º Congresso da UNE. Esta reunião teve dois propósitos centrais: de intervenção externa, socializando informações de como o partido vem se organizando dentro da universidade e do ME; e de intervenção interna, com a pretensão de propor ao DN um Encontro Nacional de Estudantes Petistas. Mesmo aprovando a reunião, esta reforçada pela designação de um de seus membros, Luiz Eduardo Greenhalgh, para acompanhar os trabalhos in lócus, o DN estrategicamente decide não oficializá-la e esta atitude foi justificada pela ausência de uma definição política do partido para o movimento estudantil e para a Universidade, propondo que a Secretaria de Movimentos Populares desse os primeiros passos neste sentido<sup>515</sup>. A estratégia do DN era de amarrar

<sup>512</sup> Convergência no PT: caçando votos. *O Trabalho*, ano IV, n. 165, 1982, p. 08.

<sup>513</sup> Os artigos “Em quem vamos votar”, publicado pelo folhetim *Alicerce* n.0, p. 12; e “Vamos nos organizar para votar no PT”, publicado em *Alicerce*, n. 2, p. 16 claramente orienta o voto no partido e chegam a destacar as candidaturas de Lula para o governo de São Paulo e Olívio Dutra para o governo do Rio Grande do Sul. Em um trecho no segundo artigo supracitado, é evidente o posicionamento direcionando o voto ao PT, com destaque indireto aos seus candidatos: “Quem pode votar porque já tem 18 anos, Alicerce chama a votar no PT, especialmente naqueles candidatos que sempre estiveram do lado da revolução nacional e internacional”.

<sup>514</sup> *Em Tempo*, ano V, n. 153, 1982, p. 16.

<sup>515</sup> *Jornal dos Trabalhadores*, ano I, n. 12 Setembro de 1982.

a atuação dos jovens petistas organizados no ME de alguma forma no círculo de deliberação do núcleo dirigente, uma vez que estava nas mãos das correntes mais radicais do partido o alinhamento da intervenção estudantil dos jovens petistas.

Havia a expectativa de que os estudantes petistas, superando ranços sectários e deslocando empreitadas frentistas, chegassem coesos ao Congresso e o sucesso desta reunião disto dependia. O otimismo do sucesso da reunião era alimentado também pelos resultados do 10º Conselho de Entidades Gerais ocorrido em fevereiro, onde a coesão dos estudantes petistas prevaleceu sobre uma diretoria da UNE bastante dividida (as maiores divergências eram com os adeptos do jornal Hora do Povo)<sup>516</sup>; e do Conselho de Entidade de Bases (CONEB) preparatório para o Congresso, onde a oposição constituiu maioria dos participantes da reunião<sup>517</sup>, fortalecendo a derrubada de diversas propostas encaminhadas pelo grupo da direção nacional da UNE, além de garantirem a inscrição de opositoristas indeferidos, não aceitação de Tancredo Neves no plenário e aprovação do nenhum aumento nas mensalidades das Universidades particulares<sup>518</sup>.

Os estudantes petistas enfim se reuniram durante o Congresso, numa reunião aberta que contou com cerca de 500 participantes. Participaram as tendências Centelha (jornal Em Tempo), Liberdade e Luta (jornal O Trabalho), Alicerce, o grupo baiano Correnteza e estudantes independentes, que não eram ligados a correntes estudantis<sup>519</sup>. O ponto de maior divergência deu-se pelo posicionamento dos jovens da CS ao insistirem para que o bloco de oposição apoiasse a iniciativa do Congresso de definir o voto no PT: “para vocês qualquer candidato que defenda o programa do Congresso da UNE (...) deve merecer o voto dos estudantes, sem se importar se são do PMDB, PT, PDT ou até do PDS”<sup>520</sup>. Este posicionamento foi refutado por tendências “rivais” da CS (como a Centelha), por membros do bloco de oposição que não eram petistas<sup>521</sup> e oficialmente pela própria Direção do Partido, alegando preocupação com a autonomia de deliberação partidária dos movimentos sociais.

---

<sup>516</sup> *Em tempo*, ano V, n. 144, 1981, p. 07.

<sup>517</sup> *Alicerce da Juventude*, edição especial, setembro de 1982, p. 4-5.

<sup>518</sup> *O Trabalho*, ano IV, n. 161, 1982, p. 8, 9

<sup>519</sup> FUSER, I. Estudantes tem nova direção. *Jornal do Trabalhador*, ano 01, n.04, Outubro de 1982.

<sup>520</sup> *Alicerce da Juventude*, op.cit.

<sup>521</sup> Os petistas eram maioria, mas não a totalidade, já que compunham o bloco setores do PMDB, como a corrente Resistência do Rio Grande do Sul.

A maioria dos estudantes do PT defende outra proposta que, sem induzir o voto neste ou naquele candidato, manifesta o apoio do movimento estudantil a todos os candidatos comprometidos com as bandeiras de lutas dos trabalhadores, aprovadas pelo Conclat, além das reivindicações específicas dos estudantes defendidas pela própria UNE<sup>522</sup>.

No Congresso, o bloco de oposição lançou a candidatura de Sérgio Luz, presidente da UEE-MG, para presidência da entidade, visando fazer frente à chapa Viração com a candidata da Bahia, Clara Araújo. A força da chapa situacionista representava numericamente pouca diferença em relação ao bloco oposicionista, majoritariamente petista. Entretanto, os estudantes petistas reproduziam no seu campo de militância os atritos entre as tendências do partido existentes no campo de disputa intrapartidária. Nada menos que três correntes estudantis petistas queriam encabeçar a presidência da chapa de oposição: Centelha-Peleia (por ser o grupo majoritário acabaria encabeçando o bloco); Libelu, que era a segunda maior força do bloco; e Caminhando, terceira maior força. Esta última acabou se retirando da reunião da oposição para lançar uma candidatura própria (Aldo Fornazier, presidente da UEE-RS). Os conflitos entre os petistas persistiram também no embate da proposta sobre Conjuntura Nacional, onde o grupo Alicerce manteve o seu posicionamento defendendo o voto exclusivo no PT, enquanto o bloco de oposição não queria somente rejeitar o voto no PDS (proposta da situação), mas recomendar o voto nos candidatos que se comprometessem com as lutas do movimento operário e popular<sup>523</sup>.

Mas as divergências pontuais no conjunto de algumas discussões temáticas no Congresso por si só não explicam a divisão do bloco de oposição. O cerne desta questão envolve a carência aos estudantes petistas de uma política do PT para o movimento estudantil, alinhando as perspectivas de mobilização daqueles identificados com o partido, o que refletia diretamente no elevado peso dos particularismos como reflexo das diferenças menores entre as tendências. As palavras do jovem petista Nelson Porto, então diretor do DCE-RJ, refletiriam bem este cenário:

Se nós queremos construir uma direção alternativa à direção da UNE, ao imobilismo e à conciliação descarada com a burguesia, só poderemos fazer através do PT, que hoje é que, a nível nacional, batalha pela luta independente dos trabalhadores frente às classes dominantes. Portanto, chega de estudantes do PT aparecerem para o conjunto dos estudantes divididos,

---

<sup>522</sup> *Jornal dos Trabalhadores* – ano I, n. 11 – Agosto de 1982, p. 05.

<sup>523</sup> *Em Tempo*, ano V, n. 160, 1982, p. 15.

como aconteceu no Congresso da UNE, com propostas mais diversas como se pertencentes a partidos completamente diferentes<sup>524</sup>.

Os Encontros e Congressos das entidades do ME eram o palco de maior visibilidade dos atritos existentes entre as correntes estudantis petistas. Entre os secundaristas não era diferente, e o que se viu no 21º Congresso da UBES<sup>525</sup> foi o naufrágio da ideia de criação de um bloco de oposição para disputa da diretoria lançada por apoiadores do jornal *Em Tempo* e *O Trabalho*, desta vez por conta de suas divergências com o grupo Alicerce. O clima tenso que marcou o Congresso envolveu denúncias de fraude de delegados pela bancada da atual diretoria apoiadora do jornal *Hora do Povo*, de tentativas de agressão e até de esfaqueamento<sup>526</sup>. Liderados por Kalil Bittar, antigo militante do movimento secundarista de Campinas e filho de Jacó Bittar, e Ricardo Rebelo, liderança juvenil do PDT, cerca de 300 delegados do bloco Luta Secundarista se retiraram do plenário, abdicando de finalizar o debate de propostas e eleição da diretoria<sup>527</sup>.

O posicionamento cada vez mais crítico do Alicerce em relação ao PT, e principalmente ao grupo majoritário que compunha sua direção, ratificava sua dificuldade em compor um bloco conjunto com os demais estudantes petistas. No final de 1982, questionaram o posicionamento de Lula quando este se posicionou contrário ao PT assumir uma oposição sistemática aos governos do PMDB<sup>528</sup>. Em março do ano seguinte, seu editorial teceria ácidos comentários ao PT paulista, diante da cogitação em aceitar uma secretaria no governo Franco Montoro<sup>529</sup>. Em todas as publicações em seu folhetim pautando o 21º Congresso da UBES<sup>530</sup> é possível observar a chamada de apoio unicamente ao Alicerce, não havendo qualquer iniciativa no sentido da unificação do voto aos petistas. Aliás, eles não chegaram a mencionar em nenhum dos quatro artigos o nome do PT ou termos associados.

A viabilidade de construção de uma organização de estudantes petistas reconhecida pelo partido sairia para aquele momento somente com pressão dos próprios jovens. Parte desta pressão advinha das iniciativas de identificação dos jovens enquanto entidade petista de uma cidade, núcleo ou universidade, como por exemplo, a realização

<sup>524</sup> *O Trabalho*, ano IV, n. 189, 1982, p. 09.

<sup>525</sup> Ocorrido em Campinas, nos dias 21 a 24 de abril de 1983.

<sup>526</sup> *Em Tempo*, ano VI, n. 170, 1983, p. 13.

<sup>527</sup> *O Trabalho*, ano V, n. 196, 1982, p. 08.

<sup>528</sup> Não foi pra isso que votamos no PT. *Alicerce da Juventude*, n. 05, novembro de 1982, p. 07.

<sup>529</sup> PT à deriva. *Alicerce da Juventude*, n.10, março de 1983, p. 09.

<sup>530</sup> Edição especial de março (p. 09); edição n.11 de abril (p. 14) e edição n.12 de abril (11,12).

em 11 de junho naquele ano do 1º Encontro de Petistas na maior universidade do país, a USP<sup>531</sup>. O partido pouco caminhava na compreensão da importância do papel que poderia desempenhar, para divulgação dos ideais petistas no meio juvenil, estudantes mais organizados e a postos para propalar as suas linhas de intervenção política. E esta pressão veio oficializada pelos estudantes quando, em uma reunião realizada durante o 4º CONEB em São Bernardo no final de julho, aprovaram uma carta endereçada à Executiva Nacional pedindo a realização do 1º Encontro Nacional dos Estudantes Petistas, antecedendo o Congresso da UNE que ocorreria ainda naquele ano. A resposta a esta solicitação veio de prontidão, intermediada pelo então Secretário dos Movimentos Populares Virgílio de Paula, através de uma nota divulgada pelo DN em seu Boletim Nacional:

**Juventude: “Um encontro só para estudantes”.**

Após o congresso da UNE, que será realizado no final de outubro, o PT promoverá um Encontro Nacional dos Estudantes do Partido. A proposta deste encontro é dos próprios estudantes e a organização social e a organização social está nas mãos dos integrantes da Secretaria dos Movimentos Populares. Para garantir o êxito do encontro, a Secretaria está encaminhando reuniões estaduais de estudantes, sob orientação direta das respectivas secretarias estaduais. A primeira foi realizada em Minas Gerais, nos dias 24 e 25 de setembro. Em São Paulo, a reunião está marcada para o dia 02 de outubro e no Rio de Janeiro está programada para breve, embora a data ainda não tenha sido definida<sup>532</sup>.

Não definir um calendário de imediato foi o recurso utilizado pela EN para que as instâncias municipais e regionais pudessem se envolver diretamente no processo de organização deste encontro. E esta organização tinha o seu calcanhar de Aquiles: o tempo, pois dificilmente a Secretaria de Movimentos Populares conseguiria acender as Diretorias Regionais de forma a contemplar as várias fases que um encontro de caráter nacional demandava, resvalando na sistematização das pautas e teses, critérios de participação, público alvo e, principalmente, na imensa dificuldade que seria articular em instâncias a nível local os jovens petistas que até então sequer tiveram incentivos oficiais para sua própria organização. A inevitabilidade de seu adiamento sustenta a

<sup>531</sup>Participaram deste encontro cerca de 100 estudantes petistas representando 15 unidades da Universidade. O objetivo era unificar a intervenção do PT na USP, como contraponto a atual diretoria do DCE, que era composta pelo mesmo grupo dirigente da UNE. Fonte: *O Trabalho*, ano V, n. 203, 1983 p. 10.

<sup>532</sup>*Boletim Nacional*, n. 00, agosto de 1983.

dificuldade de sua execução em curto prazo, e um semestre é acrescido no calendário de previsão de realização do encontro, passando de outubro de 1983 para maio de 1984<sup>533</sup>.

A não realização do encontro obstruiu qualquer empreendimento no sentido de fortalecer a legenda partidária na disputa do 35º CONUNE em outubro. Mesmo com a boa expectativa por conta dos resultados de Congressos Estaduais em importantes centros estudantis como SP, RJ, RS, PR e PE, quando plataformas da oposição estudantil foram aprovadas<sup>534</sup>, e expressivo número de delegados vinculados ao partido (estimativa de 1000, dum total de 2700), os jovens petistas seriam envolvidos politicamente pela força política do grupo situacionista, com a chapa Viração, agora sob a alçada majoritária dos simpatizantes do jornal Tribuna da Luta Operária<sup>535</sup>. Alguns petistas que compunham os grupos “Caminhando” (em conjunto com estudantes do PMDB, ambos até pouco tempo adversários no ME), “Correnteza” e “Companheiro”, mesmo votando junto com o bloco de oposição em quase todo o Congresso, acabariam compondo chapa com apoiadores da Tribuna, argumentando que poderiam trazê-los mais para a esquerda<sup>536</sup>.

A regulamentação, no regimento interno, da Secretaria Estudantil do PT em maio de 1984, mesmo que sua atribuição ainda estivesse vaga no texto final; a efervescência juvenil no mesmo ano no ápice da movimentação pela eleição direta através das *Diretas Já* iniciada em março do ano anterior<sup>537</sup>; e a promessa da EN de impulsionar o Encontro Nacional de Estudantes do PT compunha os ingredientes da alta expectativa política entre os jovens militantes do partido naquele ano.

No Rio Grande do Sul, a Executiva gaúcha, dando um passo importante na intervenção do partido no ME, aprovou a organização do 1º Encontro dos Estudantes Secundaristas do PT para os dias 29 e 30 de setembro, deliberando pela organização de

<sup>533</sup> *Boletim Nacional* n.02 Novembro de 1983.

<sup>534</sup> *Em Tempo*, ano VI, n. 181, 1983, p. 12.

<sup>535</sup> O periódico Tribuna da Luta Operária foi lançado em 1979 pelo PC do B, tendo circulado até 1988. Sua proposta era de publicizar o conjunto de representações políticas dos trabalhadores urbanos e rurais no processo de redemocratização do país.

<sup>536</sup> DELLA VECHIA, Renato da Silva. O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985). 2011. 414 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>537</sup> O PT foi uma das organizações políticas que protagonizaram a luta pela abertura política, concebendo-a como uma conquista do povo brasileiro. Mobilizou reuniões, comitês unitários e passeatas em prol da emenda Constitucional Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas em todos os níveis. Ver *Nota da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, 18 de fevereiro de 1984. In: REVISTA PERSEU, n. ° 3 – maio, 2009, p. 116/117.

plenárias secundaristas, sempre com a presença de um representante do Diretório Municipal ou Zonal para tirada dos delegados<sup>538</sup>. No Rio de Janeiro, os estudantes universitários petistas organizaram no dia 20 de maio o 1º Encontro dos Estudantes Petistas do Estado, visando formar um bloco combativo para as próximas eleições da União Estadual dos Estudantes. Referente à construção do PT no movimento universitário, os estudantes petistas aprovaram uma resolução defendendo o direito de existência das tendências estudantis, como resposta a uma resolução do 3º EN do PT<sup>539</sup> que imputava a atuação política de algumas tendências como verdadeiras frentes partidárias. A reação da maioria dos estudantes presentes (membros justamente destas tendências petistas) vem em paralelo com as críticas em torno do grupo de jovens *autonomistas*, um braço de intervenção direta da Articulação dos 113 no seio do ensaio organizativo da juventude petista, de forma a contemplar sua premissa máxima de controle dos recursos organizativos do partido, buscando consolidar uma posição predominante de suas lideranças nas diferentes esferas da estrutura partidária<sup>540</sup>. Aqueles jovens que não pertencessem a alguma tendência de esquerda poderiam encontrar abrigo no grupo dos autônomos, garantindo a feição de guarda-chuva próprio deste grupo hegemônico no PT<sup>541</sup>, acolhedor de perspectivas heterogêneas que se distanciariam dos embates petistas tradicionais no ME. O ápice desta desarmonia no Encontro deu-se com a recusa dos autonomistas e de alguns ex-membros da Libelu de montarem uma chapa em conjunto com Alicerce e apoiadores do jornal *Em Tempo*<sup>542</sup>.

Outro exemplo imediato deste embate, que se acirraria nos próximos anos, dá-se no Congresso da UEE-SP, quando o PT demonstrou a dupla face de ser a força majoritária estudantil no Estado e persistir em sua divisão interna. A desunião entre os autonomistas, abertamente identificados com as posições políticas do secretário geral do partido em SP, José Dirceu, somados com alguns ex-Libelu, contra jovens da DS e Alicerce possibilitou a vitória da Viração, do PC do B (apoiada inclusive por petistas do grupo Caminhando), com sua chapa *Diretas Já*. Isto porque a soma dos votos da chapa *Diretas Urgentes para a UNE*, do primeiro bloco de petistas (em união com a ala jovem do PDT) angariou 17.276 votos, enquanto a chapa *Diretas Livres* - do segundo bloco de

<sup>538</sup> *Em Tempo*, ano VII n. 193, 1984, p. 12. Uma observação deve ser feita: não encontramos registros do formato e deliberações deste Encontro, apenas do seu enunciado.

<sup>539</sup> Ver: PT. *Teses para a atuação do PT*. Resoluções do 3º Encontro Nacional, São Bernardo do Campo, 1984, pp. 144-145.

<sup>540</sup> AMARAL, 2010.

<sup>541</sup> RIBEIRO, 2008.

<sup>542</sup> 1º Encontro dos Estudantes Petistas do Rio de Janeiro. *Convergência Socialista*, n. 01, maio de 1984.

petistas – conseguiu 10.418 votos, que em sua somatória bateriam com folga os votos alcançados pela Viração (20.329 votos)<sup>543</sup>.

Esta permanente divisão delineava uma nova derrota dos jovens estudantes petistas nos devaneios de seu objetivo até então mais almejado: conseguir a maioria dos votos na disputa de cadeiras da diretoria da UNE. Surpreendentemente, no conjunto de propostas aprovadas no 5º CONEB poucos meses antes do 36º Congresso da UNE, prevaleceria o leque de propostas alinhadas com o seu posicionamento político-partidário. O ponto de maior controvérsia versou sobre as eleições diretas para presidente e boicote ao colégio eleitoral, proposto pela tendência Caminhando, com o apoio de vários grupos do PT, proposta que acabou sendo aprovada por 284 votos contra 268 (sendo sete abstenções)<sup>544</sup>, descontentando setores do PC do B, e MR8 que defenderam o apoio da entidade ao candidato opositor Tancredo Neves<sup>545</sup>.

Em uma plenária que reuniu cerca de 200 estudantes petistas durante este CONEB, acabou sendo aprovado um documento para ser remetido ao Diretório Nacional reiterando a urgência na convocação do 1º Encontro Nacional de Estudantes do PT. O entrave para a concretização do Encontro esbarrou novamente no baixo empenho do partido em despender esforços neste sentido, corroborado pelos aditamentos de tempos seguidos no prazo de sua realização e, neste caso, alegando problemas de ordem “técnica” e financeira<sup>546</sup>. Não havia qualquer garantia de que este Encontro saísse em curto prazo, quiçá antes do próximo CONUNE em outubro. Um abaixo-assinado elaborado por alguns jovens petistas chegou a circular, reivindicando junto à EN a convocação do 1º ENEPT. Transcrevemos um trecho deste documento:

Essa proposta (a de realizar o ENEPT) foi aprovada no único fórum nacional de estudantes petistas realizado este ano. Sua concretização será a forma mais ampla e democrática de envolver o conjunto do partido na construção de uma alternativa classista para o movimento. Sem o Encontro, os petistas perderão não só a chance de discutir pela base as linhas gerais do movimento, como também de tirar da direção da entidade (UNE) os que querem colocar o movimento ao lado dos patrões e do regime. Sem a organização dos petistas, quem poderá combater nacionalmente a fraude e o apoio à burguesia, prática

<sup>543</sup> Venceu a conciliação, quem são os culpados. *Convergência Socialista*, n. 2, junho de 1984.

<sup>544</sup> *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, 26 de outubro de 1984, p. 21.

<sup>545</sup> PAULA, 2009.

<sup>546</sup> Universitários petistas querem garantir a realização do 1º ENEPT. *Convergência Socialista*, n. 14, setembro de 1984.

corrente da Tribuna Operária, Voz da Unidade e Hora do Povo, para forjar suas “maiorias”<sup>547</sup>?

Os estudantes petistas, conformados com a inviabilidade de seu encontro acontecer naquele ano, decidem no dia 29 de setembro, em uma reunião ampliada dos estudantes petistas na cidade de São Paulo convocada pela Executiva Nacional do partido, aprovar o indicativo do 1º ENEPT para maio de 1985. Uma plenária Nacional dos Estudantes do PT a ser realizada no 36º CONUNE foi ratificada pelos presentes, e foi exatamente nesta Plenária e durante parte do Congresso que os jovens do partido vivenciariam uma de suas maiores crises internas. O clima de confronto e acusações de sectarismo tonificou um debate que deveria ter como fio condutor a unificação dos estudantes em um projeto político comum contra a política de conciliação com o governo do bloco dominante da entidade.

Houve tumulto na Plenária petista, com agressões físicas de lado a lado. Quanto tentaram fazer outra Plenária, o representante Paulo Delgado (da Executiva Nacional), disse que aquela plenária não era deliberativa, porque as decisões daquela reunião iriam ferir a autonomia dos delegados eleitos na base<sup>548</sup>.

Alegando fraude da inscrição de delegados, estudantes petistas ligados à Articulação e O Trabalho racharam a intervenção partidária na plenária abandonando-a em definitivo, sugerindo que os demais grupos de seu partido o fizessem também. O ápice desta debandada deu-se na tensão em torno das discussões sobre o boicote ou não ao colégio eleitoral, onde após dez horas de intensas discussões os delegados presentes não conseguiram decidir um posicionamento em definitivo. Diante do impasse, apimentado por provocações panfletárias, alguns jovens petistas da OT invadiram o palanque da diretoria, provocando choques, retiradas forçadas da plenária e muitos crachás rasgados em protesto<sup>549</sup>. Por fim, os jovens do PC do B e MR8, aproveitando-se da fragilidade vivenciada pelo bloco petista, acabariam revertendo a deliberação principal aprovada no último CONEB de não apoiar o candidato Tancredo Neves na campanha Muda Brasil, como alternativa de enfrentamento ao candidato do PDS, Paulo

---

<sup>547</sup> Ibidem

<sup>548</sup> O PT não unificou sua ação. *Em tempo*, ano VII, n. 195, 1984, p. 14.

<sup>549</sup> Sucessão presidencial está dividindo o Congresso da UNE. *Folha de São Paulo*, Caderno Geral – Educação, segunda-feira, 29 de outubro de 1984, p. 12.

Maluf<sup>550</sup>. As duas chapas petistas, uma composta por integrantes do Em Tempo, Correnteza e Caminhando, e a outra composta por jovens da Convergência Socialista e Caminhando, sofreriam uma já previsível derrota, novamente para a chapa da atual direção, composta por jovens do PC do B, do PDT e apoiadores do jornal Hora do Povo (MR8)<sup>551</sup>.

O cenário de baixa sintonia na afinação de propostas do partido para o movimento estudantil colabora na explicação sobre a cobrança de alguns grupos estudantis do PT pelo seu Encontro Nacional. A orientação do partido na organização dos jovens petistas em paralelo caminhava com a oportunidade de se criarem espaços de discussão sobre o seu papel no partido. Parecia transbordar a clareza dos erros nas intervenções políticas no ME pelas atuações circunstanciais, particularizadas e sem nenhuma feição permanente e unitariamente identificada com a proposta política do partido. Todavia, como mencionamos anteriormente, os embates entre grupos políticos dentro do PT tinham reflexo direto na relação entre os jovens petistas mais organizados, já que uma grande fatia dos que estavam mais articulados politicamente nesta categoria social identificavam-se com esta ou aquela corrente partidária. A novela em torno da organização do 1º ENEPT temperada estava com este ingrediente de disputa política: de um lado o grupo majoritário de controle das esferas de decisão do partido e seu braço estudantil, autodenominado Articulação dos Estudantes Independentes (em algumas comissões e diretórios pelo país adotavam o nome de Coletivo 113); do outro lado tendências como Convergência Socialista e Democracia Socialista, apoiados também por estudantes ligados ao Partido Revolucionário Comunista (grupo Caminhando).

Previsto para acontecer nos dias 25 e 26 de maio de 1985, o 1º ENEPT pela terceira vez acabou sendo adiado, desta vez para 6 e 7 de julho. Uma circular elaborada pela Comissão Nacional de Movimentos Populares fora remetida à reunião do DN (11 e 12 de maio) apresentando modificações na data e critérios de formação de delegações para o encontro. As justificativas para o adiamento do encontro pesariam em alguns pontos como uma autocrítica: fruto da deficiência da estrutura orgânica para os jovens, em vários estados não houve discussões e muitos encontros nesta esfera acabaram não ocorrendo; insuficiências na fixação dos critérios para retirada de delegados; e pouca

---

<sup>550</sup> PAULA, G. C. A atuação da União Nacional dos Estudantes - UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009). 2009. 383 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

<sup>551</sup> As duas faces do divisionismo. *Convergência Socialista*, n. 22, novembro de 1984.

circulação nacional de documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares<sup>552</sup>.

Com o calendário do encontro definido, é divulgada pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares uma circular descrevendo os critérios para a escolha de delegados. Os critérios seguiam a rigidez de tornar ciente aos diretórios nas três esferas todos os trâmites deste processo em seu raio de atuação. Nenhum Encontro Municipal, Distrital e Estadual poderiam acontecer sem a presença de representantes do DN da esfera. Os delegados seriam eleitos na proporção de um para cada cinco presentes com o quorum de dez filiados presentes. Dois delegados seriam tirados com maioria simples de votos na chapa para os dez primeiros presentes, passando a funcionar a proporcionalidade na disputa quando tivesse acima de treze representantes. Poderiam participar estudantes enquadrados em sua divisão eleitoral filiados até uma semana antes da reunião municipal/distrital. A resolução permitiria a presença de delegados natos ao Encontro Estadual, que seriam os membros do diretório regional e todos os diretores de entidades estudantis filiados ao PT que obtiveram o *referendum* de 50% dos presentes. No Encontro Nacional, todos os membros do DN automaticamente se convertem em delegados natos<sup>553</sup>. Três pontos destes critérios descontentaram os estudantes da DS e CS. Ambas denunciaram que os critérios de proporcionalidade exigindo no mínimo 30% dos votos na chapa acabariam prejudicando as correntes minoritárias; que o enquadramento de participação dos estudantes estava negligenciando os locais naturais de militância, geralmente nos núcleos; e que o cargo de diretor de uma entidade estudantil é conferido pelos estudantes e não pelo partido, e seria prejudicial ao partido esta confusão de legitimidade de representação nos fóruns estudantis e partidários<sup>554</sup>.

Mesmo envolto nas críticas pontuais acima elencadas, o DN reiterava a realização do Encontro, com sua previsão e local inclusive sendo noticiado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, na edição do dia 06 de julho<sup>555</sup>. Então, num revés totalmente inesperado, a Executiva Nacional decide cancelar o Encontro e em seu lugar promover uma reunião plenária de estudantes petistas sem caráter deliberativo. Três fatos curiosos

---

<sup>552</sup> *Em Tempo*, ano VIII, n. 200, 1985, p. 04.

<sup>553</sup> *Em Tempo*, ano VIII, n. 200, 1985, p. 04.

<sup>554</sup> Ver: Encontro Nacional de Estudantes Petistas - adiamento e novos critérios: mudando pra pior. *Convergência Socialista*, n. 41, maio de 1985, p. 6; e “A democracia em questão”, *Em Tempo*, ano VIII, n. 200, 1985, p. 04.

<sup>555</sup> 1º Encontro Nacional dos Estudantes do PT. *O Estado de São Paulo*, 06 de julho de 1985, p. 28.

desta reunião ocorrida na cidade de Diadema desenredam o ambiente político para os estudantes petistas naquele momento. Primeiro, a mesa fora composta por Moacir Gadoti (presidente da fundação Wilson Pinheiro), Gilson Menezes (prefeito de Diadema) e por dois membros da EN (Perseu Abramo, Paulo Azevedo e Paulo Delgado), ou seja, nenhum jovem petista sequer pode compor a mesa mediadora da reunião. Além disso, gastou-se a maior parte do tempo desta reunião debatendo os motivos da não realização do Encontro. Por fim, vindos de dezesseis Estados, cerca de 120 representantes estudantis souberam pouco tempo antes do cancelamento do poder resolutivo que seu Encontro viria a ter<sup>556</sup>.

Um dos avalistas do veto ao Encontro deliberativo era o então presidente da Comissão de Movimentos Populares, Paulo Delgado. Em conjunto com a EN, pontuaram em um artigo publicado no Boletim Nacional<sup>557</sup> os motivos principais que culminaram no veto:

- Precariedade de organização e baixo empenho de diversas direções regionais em acompanhar de perto as condições de sua viabilização;
- Somente três dos dezesseis Estados presentes em Diadema confirmaram a filiação dos seus delegados ao PT (requisito básico de participação);
- Do Mato Grosso, foram indicados três delegados, sendo que o número de presentes não garantiria sequer um;
- Representantes estudantis do Rio de Janeiro apresentaram duas listas de delegados: uma sobre o quorum de credenciados e outra sobre o quórum de inscritos;
- Vários Estados ou não enviaram ata de suas reuniões ou apresentaram atas não-oficializadas;

Estudantes da Convergência Socialista presentes na reunião apresentaram uma moção de Repúdio à EN pelo cancelamento do Encontro, relegada a pouca importância pelos dirigentes do partido, atitude esta recopilada no comentário de certa forma desafiador de Paulo Delgado:

Quanto à moção de repúdio apresentada por parte dos estudantes presentes – não há delegado quando um encontro se instala – está arquivada na Comissão de Movimentos Populares. Lembre-se que, nos termos em que foi escrita,

---

<sup>556</sup> Adiado o 1º Encontro Nacional dos Estudantes do PT. *Boletim Nacional*, n.11, julho de 1985.

<sup>557</sup> *Ibidem*.

dissemos que a moção se constituía, na verdade, num recurso contra o ato da CEN e isto implicaria em descer às bases para apurar as reais causas das irregularidades ocorridas nos encontros preparatórios municipais e estaduais. Foi aí que os signatários da moção nos disseram tratar-se de coisa sem importância. Este, também, foi o nosso entendimento<sup>558</sup>.

Naquela altura, o PT mergulhava em um momento de profunda reflexão interna sobre sua identificação enquanto um partido de esquerda, de massas, construído sobre uma sólida base sindical e popular e vinculado com os anseios da transformação democrática que o país estava vivenciando. Administrando a prerrogativa de ser um instrumento legal de disputa democrática pelo poder político, o partido se preocupava em “manter o impulso histórico que agregou milhares de trabalhadores ao seu projeto” de forma a manter “a interação do partido político (...) com este conjunto, com esta base social”<sup>559</sup>. O professor Perseu Abramo, em artigo publicado no Boletim Nacional do PT em novembro de 1986<sup>560</sup>, apontaria que a expectativa de crescimento eleitoral do partido deveria vir acompanhada do reconhecimento da pouca organicidade que o PT vinha tendo no contato com o movimento popular. Diagnóstico semelhante ao do então secretário geral do partido, Francisco Weffort, que afirmou carecer ao PT uma feição mais propositiva e menos impositiva aos movimentos sociais, o que significava que os “militantes no movimento popular, sindical, estudantil<sup>561</sup>, cultural etc teriam (sic) que começar a assumir a sua condição de existência partidária”<sup>562</sup>. A aspiração pelo reforço no fortalecimento popular do projeto socialista do partido, com referências ao ambiente estudantil, trabalhava a favor também do amadurecimento da ideia de um braço jovem do PT, organizado e com pautas bem definidas e alinhadas, ainda que este amadurecimento interno centrifugamente fluísse de forma cautelosa e lenta. O partido tinha ciência que possuía um contingente significativo de militantes, “a maioria jovens, dispostos a sacrificar festa no sábado, jogos de futebol no domingo e algumas horas vagas nos dias da semana para distribuir panfletos ou participar de reuniões”<sup>563</sup>. Mas a tendência majoritária do DN também tinha sabida que sua área de influência no ambiente estudantil do partido ainda era minoritária<sup>564</sup> e expeditamente institucionalizar este

<sup>558</sup> DELGADO, P. O desencontro estudantil. *Boletim Nacional*, n. 12, agosto de 1985.

<sup>559</sup> DIRCEU, J. Os desafios do PT. In: SADER, E. *E agora PT?*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 36.

<sup>560</sup> PT: plantando dá. *Boletim Nacional do PT*, n. 23, novembro de 1986.

<sup>561</sup> Grifo nosso.

<sup>562</sup> Entrevista com Francisco Weffort. In: *Boletim Nacional*, n. 13, set/out de 1985.

<sup>563</sup> *Veja*, edição 903, 25 de dezembro de 1985, p. 20.

<sup>564</sup> *Em Tempo*, ano VIII, n. 202, 1985, p. 15

braço partidário incorreria em entregá-lo de bandeja aos grupos mais radicais do partido.

O diálogo a seguir, a título de exemplo, ilustra com clareza como havia indícios de que a movimentação dos jovens no partido de alguma forma movimentava atmosferas de discussão pelo partido afora. O *Boletim Nacional* no final de 1985 e começo de 1986 reproduziu duas opiniões (comentário e resposta) sobre o significado para o partido da criação de sua organização de juventude. O primeiro acreditava que a criação de uma “ala jovem” do PT enriqueceria o capital político do partido para atuar no movimento juvenil de massas. Já o segundo tem ressalvas com esta ideia, sob o risco de nascer uma frente juvenil divisionista.

O nosso partido, a nosso ver, deveria prioritariamente chamar uma reunião com todos os jovens amigos e filiados ao PT de todo território nacional para a criação da juventude do partido. Não somos contra a organização dos estudantes, mas, com a criação da “ala jovem”, haverá a possibilidade de intercâmbio em diversas áreas, entre a liderança jovem dos trabalhadores da cidade e do campo e lideranças estudantis; conseqüentemente maior capacidade de ação no movimento juvenil de massas. O que não podemos é cair na irresponsabilidade histórica de deixar os jovens brasileiros entregues ao populismo, aos modismos da Rede Globo às seitas orientais dirigidas pela Cia. Por um PT de massas<sup>565</sup>.

No Boletim Nacional de dezembro, percebi a preocupação de um companheiro em propor que se faça um Encontro Nacional com o objetivo de criar uma ala Jovem do PT. Eu acredito que num partido jovem, seja desnecessária a criação de uma nova ala. Dividir um partido por tempo de vida é uma coisa comum entre partidos tradicionais, onde os vícios passam de geração à geração. E enquanto ao fato dos jovens estarem entregues ao modismo ou populismo dos meios de comunicação, isto é coisa peculiar do capitalismo. PT sem divisão<sup>566</sup>!

José Dirceu, então membro do DN e que em 1987 assumiria uma cadeira na Comissão Executiva Nacional, decide em definitivo encampar a disputa interna pela unificação dos estudantes petistas. Talvez, em superação da importância de constituição de um braço jovem no partido como dissertamos na página anterior, o que tenha lhe motivado em acréscimo a tomar esta iniciativa fora seu histórico de lutas no movimento estudantil durante a ditadura militar, onde, ocupando o cargo de presidente da UEE-SP, chegou a ser preso em 1968 no histórico 30º Congresso da UNE em Ibiúna. Juntamente

<sup>565</sup> Carta de Dirceu Messias – Porto Alegre, reproduzida no *Boletim Nacional*, n. 15, dezembro de 1985.

<sup>566</sup> Carta de Joaquim Teixeira Neto, reproduzida no *Boletim Nacional* n. 16, jan/fev de 1986.

com o jovem gaúcho César Alvarez, e com a autorização do DN, Dirceu organizou um grupo de trabalho com estudantes petistas nomeados pelo Diretório com o objetivo de auxiliar a EN no subsídio de demandas de trabalho para enfim agregar as pautas dos estudantes petistas, inclusive coma proposta de um encontro nacional para o primeiro semestre de 1987. César Alvarez encarregou-se então de levar a proposta para os petistas que iriam participar do CONEG no início de julho no Rio de Janeiro<sup>567</sup>. E coincidentemente este encontro fora até então o de maior unidade entre os jovens do PT, encontro este que não contou com a presença de membros da diretoria da UNE e que deliberariam por constituir uma comissão de entidades pela unidade da UNE, encarregada de levar adiante uma campanha de denúncia das fraudes nas eleições<sup>568</sup>.

O ano de 1987 é bastante emblemático na história da juventude do PT, em decorrência das suas conquistas políticas institucionais dentro do PT e, externamente, no movimento estudantil. Entre os dias 7 e 9 de agosto daquele ano na cidade de São Paulo, após sete anos de fundação do Partido dos Trabalhadores, seus estudantes enfim conseguiriam realizar o ENEPT (Encontro Nacional de Estudantes do PT), o primeiro fórum *deliberativo* de jovens do PT de caráter nacional. Mesmo com a crescente esfera de influência dos jovens petistas nas entidades de base dentro das Universidades, poucos delegados participariam do encontro, vinte e cinco no total, além de filiados e observadores, número bem menor se comparado a reunião nacional ocorrida em 1985. Contudo, aquela plenária revelou uma grande sintonia entre os jovens na elaboração e construção das resoluções, e questões envolvendo a organização dos estudantes no partido, conjugação de interesses para disputa da UNE e reivindicações de pautas petistas nas Universidades foram em geral aprovadas sem muitos transtornos<sup>569</sup>.

No Encontro, por meio de votação, compuseram uma Coordenação Nacional para auxiliar a Executiva Nacional nos trabalhos de sistematização da atuação política dos estudantes. Esta iniciativa era um recado evidente dos estudantes do seu anseio urgente por um espaço de atuação e deliberação próprio dentro do partido, espaço este enfim conquistado em dezembro, durante 5º Encontro Nacional do PT, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude do PT. O primeiro secretário nacional, nomeado pelo Diretório Nacional, foi César Alvarez, ligado à tendência Articulação e próximo à importantes figuras desta tendência no partido, como José Dirceu, o que

---

<sup>567</sup> *Em Tempo*, ano IX, n. 210, 1986, p. 16.

<sup>568</sup> *Ibidem*.

<sup>569</sup> Estudantes do PT realizam Encontro Nacional. *Em Tempo*, ano X, n. 219, 1987, p. 11.

estrategicamente representou uma iniciativa de tentar alinhar o eixo de atuação de sua recém-fundada organização de juventude com o setor majoritário do partido. Alvarez, em acréscimo, acabaria sendo eleito no mesmo EN para uma das cadeiras do DN e, no dia 17 de janeiro de 1988, como 2º suplente (e já mencionado como Secretário Nacional da Juventude no documento oficial) da Comissão Executiva Nacional<sup>570</sup>.

No movimento estudantil, a freqüente derrota petista na disputa da diretoria de sua maior entidade representativa, a UNE, deu espaço em outubro daquele ano para uma vitória contundente da oposição sobre o grupo político que vinha controlando-a desde sua reestruturação em 1979. O 38º Congresso da UNE aconteceu em Campinas, na UNICAMP, entre os dias 09 e 12 de outubro, e contou com o apoio financeiro do governo do Estado, medida apoiada inclusive pela chapa de oposição, que inesperadamente concordaria com o bloco situacionista em aceitar este financiamento público, uma vez que sem esta verba o Encontro teria se deslocado para Salvador, e os jovens petistas estavam bastante fortalecidos nas entidades de base no Estado de São Paulo<sup>571</sup>.

Era forte a coesão do bloco oposicionista na construção da chapa para disputa da diretoria era o resultado em grande medida da intensa movimentação e diálogo da Coordenação Nacional dos Estudantes do PT nos meses que antecederam o Congresso<sup>572</sup>. Embora na apresentação das resoluções grupos petistas mantivessem a “tradição” de apresentar propostas separadas em alguns pontos de pauta, a comunhão de interesses para conseguirem quebrar a iniciativa da então diretoria de adotar a proporcionalidade na composição da chapa da próxima gestão trazia à tona o cálculo dos petistas de que conseguiriam angariar a maioria dos delegados para depositarem o voto na chapa de oposição. Ironicamente, nos Congressos anteriores a proporcionalidade era carta certa dos grupos oposicionistas para quebrar o controle total da entidade pelos situacionistas. Contudo, mesmo reiterando ser uma diretoria proporcionalmente dividida a forma mais democrática para sua composição<sup>573</sup>, naquela conjuntura o que os jovens petistas menos queriam era dividir cadeiras de sua histórica virada na entidade com membros do PC do B, MR8 e PC, integrantes da chapa Viração.

---

<sup>570</sup> *Composição da Comissão Executiva Nacional*. Resoluções do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1988.

<sup>571</sup> Congresso usa verba pública em nome do interesse do povo. *Folha de São Paulo*, caderno Cidades, A-14, segunda-feira, 12 de outubro de 1987, p. 14.

<sup>572</sup> PASQUALINI, E. UNE: o fim da política do aparelhamento. *Boletim Nacional*, n. 33, nov/dez de 1987.

<sup>573</sup> *Convergência Socialista*, n. 150, novembro de 1987, p. 10.

Esta rivalidade possuía tamanha proporção que, no último dia do Congresso, a plenária teve que ser interrompida, por intervenção da reitoria da Universidade, devido a ameaças, tentativas e agressões consumadas de ambos os lados da disputa<sup>574</sup>.

O paraense Valmir Bispo Santos, então com 25 anos, encabeçou como primeiro petista presidente da UNE a chapa vencedora daquele Congresso, fatiada entre estudantes petistas das tendências Caminhando, Articulação, Democracia Socialista, Convergência Socialista, além de “prestistas”<sup>575</sup>, estudantes independentes e um jovem dissidente da chapa Viração. O vice-presidente eleito, Milton Pantaleão (RS), esclarece concisamente os fatores que possibilitaram a vitória petista: enfraquecimento do grupo majoritário da UNE pelos insucessos naquele ano no combate contra o aumento das anuidades escolares e contra o anteprojeto de lei proposto pelo governo como resultado do Projeto Geres<sup>576</sup>; a comissão organizadora do Congresso foi dividida paritariamente entre oposição e situação, facilitando a transparência das votações; e o clima de renovação imperando entre os jovens presentes, críticos à perpetuação do mesmo grupo político na diretoria da entidade<sup>577</sup>.



**Figura 6 - Posse da nova diretoria para a 40ª gestão da UNE – out. de 1987**

Fonte: Acervo Fotográfico – *Convergência Socialista*.

<sup>574</sup> Reitor intervém no congresso da UNE para resolver conflitos estudantis. *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, A15, terça-feira, 13 de outubro de 1987, p. 15.

<sup>575</sup> Jovens simpatizantes do líder comunista Luiz Carlos Prestes.

<sup>576</sup> O relatório final produzido pelo Geres (Grupo Executivo de Reforma do Ensino Superior) previa, dentre outras medidas, acabar com a dualidade de estruturação das UF's (incorporando autarquias e fundações num novo ente jurídico) e racionalizar o controle governamental sobre as Universidades, com dotação global orçamentária. Mais informações sobre o Projeto Geres, ver: CUNHA, L. A. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. *Cadernos de Pesquisa*, n. 101, p. 20-29, jul. 1997.

<sup>577</sup> PANTALEÃO, M. A grande vitória da oposição. *Em Tempo*, ano X, n. 221, 1987, p. 12.

A constituição formal da Secretaria Nacional de Juventude facultou aos jovens petistas, de alguma forma engajados na militância partidária, organizar-se em uma instância própria e pensar a organização em si, como atividades não exatamente superponíveis, cujos requisitos dependeriam desta relação com o grupo dirigente partidário manter-se estreita e, de certa forma, subordinada. Não estavam claros ainda quais os objetivos desta nova Secretaria, aquém das descrições genéricas de atrair para as fileiras do partido o público de sua designação nominal e dinamizar a intervenção política nos nichos juvenis. Afirmar a juventude partidária naquele momento significava batalhar pela sua inserção orgânica na construção das pautas internas, sob o risco de sua periferização partidária, situação bastante regular de braços juvenis europeus nas trajetórias de suas disposições intrapartidária<sup>578</sup>.

A SNJ precisava *aparecer* para o conjunto partidário, e viabilizar um canal de comunicação mais abrangente no conjunto da filiação partidária era estrategicamente essencial. Quase que integralmente restrito aos folhetins de algumas tendências internas, a atuação política dos jovens petistas consegue, a partir de julho de 1988, uma seção própria no folhetim oficial do partido, sob a tutela da Secretaria Nacional de Juventude. No mesmo período, a Secretaria começa a edificar e abraçar campanhas externas e colaborações temáticas junto com o DN, buscando se posicionar de alguma forma na disputa do discurso interno envolvendo sua categoria social. A juventude petista encarregou-se de levar a mensagem do partido aos estudantes contestando a política econômica do governo Sarney, conclamando a luta contra seu pacote econômico, emendando também a luta pela revogação do decreto-lei n. 95.720/69<sup>579</sup>, que estabelecia critérios para o reajustamento de encargos educacionais<sup>580</sup>. A SNJ estaria presente também na elaboração do Plano de Governo do PT (PAG) para as eleições municipais em 1988, via seu secretário nacional (indicado pelo DN), compondo o eixo de temas especiais – juventude<sup>581</sup>. E algumas iniciativas próprias da juventude petista se destacaram, quando, no controle da União Nacional dos Estudantes, apoiaram a campanha “Se liga, 16!”, reivindicando a inserção, na Constituição, da regularização do

---

<sup>578</sup> RAINSFORD, E. Political parties need to better integrate young members and give them the chance to influence policy. *Democratic Audit UK*, jul. 2014. Disponível em: <http://www.democraticaudit.com/2014/07/11>

<sup>579</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D95720.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D95720.htm). Último acesso: 12/2015.

<sup>580</sup> *Boletim Nacional*, n. 34, abril de 1988.

<sup>581</sup> *Ibidem*.

voto dos jovens a partir dos 16 anos<sup>582</sup>. A SNJ aproveitaria esta campanha para questionar a carência do PT na discussão acumulada internamente sobre as questões de juventude e o papel decisivo da SNJ:

Sem dúvida, esta discussão (voto aos 16) acontece tardiamente pois desde o surgimento do PT que centenas de jovens se incorporaram à vida partidária, se engajando em seus núcleos, suas atividades, decidindo e implementando seus rumos sem que o partido tenha elaborado profundamente sobre esta questão (...) Se nos recusarmos a contribuir para dar sentido revolucionário as lutas da juventude, certamente alguém o fará. Neste momento o fundamental é assegurar o debate interno no Partido. (...) A própria constituição de uma Secretaria Nacional de Juventude representa um avanço na organização desse debate. (...) Imediatamente, devemos desenvolver a orientação política precisa para abrir o partido aos milhares de jovens incorporados à cidadania política, desenvolvendo campanhas de filiação em massa e orientando o alistamento eleitoral a todo este setor que se identifica muito com as propostas petistas, com nossa ética e postura política<sup>583</sup>.

Não seria uma tarefa tão simples à SNJ o trabalho de ressignificação da concepção interna do papel do estudante/jovem, em sua correspondência com o significado que poderia ser atribuído e necessariamente compartilhado sobre o surgimento de uma esfera própria de militância, no fomento a uma identificação juvenil comum deste objeto. De prontidão, a Secretaria iniciou rodadas de conversa, no semestre subsequente à sua criação, com os filiados interessados em impulsionar a discussão sobre o papel do jovem dentro do PT, de forma a tentar desenvolver um trabalho político interno, partindo de um perfil dos seus interesses e perspectivas<sup>584</sup>. Era mais um esforço em sua tentativa de afirmação da sua existência no partido por meio de “uma nova trilha que não esbarrasse no emaranhado dos velhos problemas e fórmulas pré-concebidas”<sup>585</sup>.

Sensibilizar os jovens para uma maior participação política era um desafio para a juventude petista também nos fóruns do movimento estudantil. O descrédito das entidades estudantis era sentido no ambiente estudantil petista, principalmente porque detinham o controle da diretoria da maior entidade do país. A esta situação atribuíam à dedicação quase que exclusiva dos debates nestes espaços em torno de questões de ordem política, afastando a juventude não organizada e tornando estas entidades nada

<sup>582</sup> Jovens de 16 anos terão direito a voto. *Jornal O Globo*, Caderno O País, 03 de março de 1988, p. 06.

<sup>583</sup> ALVAREZ. C; TONI. J. Voto aos 16, uma bandeira do PT. *Boletim Nacional*, n. 34, abril de 1988.

<sup>584</sup> SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE DO PT. Abaixo as velhas fórmulas. *Boletim Nacional* n. 36, junho de 1988.

<sup>585</sup> *Ibidem*, p. 13.

mais do que “uma constelação abstrata de siglas”<sup>586</sup>. Mesmo desempenhando um papel chave na luta pelo direito ao voto aos 16 anos e agitando naquele ano algumas greves universitárias, pleiteando junto ao MEC suplementação de recursos para as Universidades Públicas<sup>587</sup>, um dos diretores da UNE, o petista Jackson Di Toni, reconheceu as dificuldades da entidade para reconstruir o movimento estudantil, pois além da desmoralização dos estudantes em relação à entidade, houve segundo ele pouco empenho da diretoria em fazer presença nas mobilizações de pressão ao Congresso Constituinte, pouca capilarização das lutas regionais e carência de um funcionamento mais coletivo e unificado dos diretores<sup>588</sup>.

Confrontando um ano experimental no controle da entidade, os petistas poderiam esperar na disputa novamente de sua diretoria uma situação no mínimo delicada. Com maioria dos delegados apoiando sua chapa, o bloco dos estudantes petistas no 39º CONUNE tinha como maior opositor não a chapa montada pelo PC do B (que fervorosamente queria retomar o controle da entidade, até mesmo ameaçando boicotar o congresso caso não fosse acatada a proposta de eleição de uma diretoria proporcional), mas sim o saturado veneno que corroía as aspirações de uma unidade de atuação política dos petistas: as divergências entre suas tendências. Indicado para disputa da presidência por uma plenária extraordinária dos petistas durante o congresso, esta chamada às pressas para contornar intensas divergências no bloco, o petista Juliano Corbellini, da corrente Caminhando, foi eleito compondo a vitória da chapa de maioria petista presidente da UNE<sup>589</sup>.

O Congresso, ao polarizar o embate entre os que eram a favor daquele partido e os que eram contra, acabou despolitizando internamente as discussões, que era justamente o que o PC do B queria. (...) Isto é fruto de uma visão aparelhista das entidades de massa, que permeia a maioria das correntes estudantis, inclusive as ligadas ao PT<sup>590</sup>.

Esta união da ala juvenil do partido, mais do que em qualquer outro momento até então, serial crucial para fortalecer a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais em 1989. Destacamos três vias elementares da força participativa

<sup>586</sup> *Boletim Nacional*, n. 37, julho de 1988.

<sup>587</sup> *Veja*, Edição 1045, 14 de setembro de 1988, p. 54.

<sup>588</sup> DE TONI, J. Une: rumo ao 39º Congresso. *Boletim Nacional*, n. 39, outubro de 1988.

<sup>589</sup> Um encontro tumultuado. *Boletim Nacional*, n. 40, novembro de 1988.

<sup>590</sup> Depoimento de Eugênio Pasqualini, estudante membro da corrente Articulação. Fonte: *ibidem*.

da Secretaria Nacional de Juventude nestas eleições: em 1988, ao participarem, via engajamento do então Secretário Nacional, dos preparativos para a construção do Plano de Governo (PAG); da colaboração ao espaço *Juventude* no Plano de Governo definitivo lançado em 1989; e do incentivo para que os coletivos de juventude petista espalhados pelo país se mobilizassem nas campanhas locais.

A campanha eleitoral pode ser um momento decisivo para avançarmos na superação de uma antiga debilidade do PT, a organização de sua juventude, como espaço de organização de sua militância jovem, de condução de campanhas voltadas para este setor, onde eles podem realizar suas primeiras experiências de participação política em bases próximas a sua dinâmica concreta de vida<sup>591</sup>.

O Programa de Governo da campanha de Lula em 1989 reconhecia a dificuldade em fechar cronologicamente um limite etário para enquadrar a juventude, centrando sua atenção no diagnóstico das barreiras encontradas pelos jovens no acesso aos estudos, nos seus baixos índices de escolaridade e na sua entrada precoce no mercado de trabalho, reflexo direto do agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, justificando o posicionamento propositivo do programa pelo estabelecimento de uma política específica de emprego para os jovens, fortalecimento da rede pública de ensino e programas de incentivo à cultura, esporte e lazer<sup>592</sup>. Pontuações estas correlatas com as proposições da SNJ na construção do PAG no ano anterior, e que embasaram também as resoluções do Seminário Nacional da Juventude do PT ocorrido em agosto, seminário este exclusivamente voltado para preparar a campanha de Juventude Lula Presidente<sup>593</sup>.

A campanha eleitoral de Lula foi a mais maciça e mobilizadora das campanhas nacionais realizadas pelo PT. A coligação Frente Brasil Popular (PT-PC do B-PSB) conseguiu reunir dois milhões de pessoas em 122 comícios entre maio e novembro. A campanha foi uma jornada de massas, com intenso trabalho de propaganda nas ruas pela militância, simpatizantes e apoiadores do PT e demais partidos da Frente, trabalho este centrado no voluntarismo<sup>594</sup>. Muitos jovens participaram ativamente da campanha, e sua

---

<sup>591</sup> CORRÊA, J. "O PT e a juventude". *Em Tempo*, ano XII n. 236, 1989, p. 06.

<sup>592</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programas de governo de 1989, 1994, 1998 e 2002. Disponível em < <http://www.fpabramo.org.br/o-quefazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt>> Acesso em 22 de setembro de 2015.

<sup>593</sup> CESAR, 2015.

<sup>594</sup> RIBEIRO, 2008.

presença marcante nos comícios, nas panfletagens, nas bandeiradas, na venda de camisetas, nas passeatas não pode ser analisada reduzindo-a como um fenômeno de adesão espontânea e inesperada, uma vez que o partido há algum tempo alardeava para o papel que os jovens poderiam desempenhar na campanha. De sugestões como organizar grandes Festivais de Juventude<sup>595</sup> até previsões de realização de atos massivos para convocação de setores da sociedade civil, incluindo os jovens<sup>596</sup>, o PT idealiza um reduto tático de campanha para que sua juventude pudesse intercambiar ações, através da Comissão Especial de Juventude, cujo funcionamento estava atrelado ao Comitê Nacional de Campanha<sup>597</sup>.

Não é possível, pela ausência de registros documentais, quantificar o número de jovens petistas organizados que diretamente se engajaram nas atividades políticas desenvolvidas pelos comitês Brasil afora. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Eugênio Pasqualini, ex-secretário geral da UNE, membro da Articulação e que assumira a Secretaria de Juventude do PT por indicação do Diretório Nacional, afirmou na época que naquela corrida eleitoral ao menos quatro mil jovens petistas em todo Brasil estavam engajados de alguma forma na operação de campanha<sup>598</sup>. E durante a campanha, além de se envolverem com tenacidade, alguns jovens petistas protagonizariam situações inusitadas. Na cidade de Belém, em outubro, jovens petistas ocuparam boa parte do comício do presidenciável Afif Domingos, ecoando gritos como “fora burguesia que chegou a sua hora”, enquanto jovens apoiadores do empresário, em resposta, queimariam bandeiras com o semblante de Lula. Ao jornal *O Estado de São Paulo*, Afif concluiria sobre o tumulto: “O PT está desesperado, porque se julgava rei da juventude e quebrou a cara”<sup>599</sup>. Em novembro, circulou em Brasília milhares de panfletos de suposta autoria da Juventude do PT da cidade, fazendo apologia à luta armada caso Lula não conseguisse ser eleito pelo voto, panfleto que chegou a ser apresentado no comitê central de Collor pelo coordenador nacional da juventude do

---

<sup>595</sup> FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Campanha presidencial do Partido dos Trabalhadores: Lula Presidente. Resolução aprovada na reunião do Diretório Nacional do PT em 11 de dezembro de 1988. *Revista Perseu* n.08, 2012.

<sup>596</sup> *Resoluções políticas do 6º Encontro Nacional do PT*. São Paulo: Secretaria Nacional de Comunicação do Diretório Nacional, 1989, p. 9-20.

<sup>597</sup> HASWANIL. M. Treze de maio: todos à São Bernardo. *Boletim Nacional*, n.44, maio/jun, 1989, p. 09.

<sup>598</sup> Jovens fazem campanha com ruído e estilo. *Folha de São Paulo*, Caderno Política, B8, 10 de setembro de 1989.

<sup>599</sup> Petistas atacam Afif com pedras e latas. *O Estado de São Paulo*, Caderno Política, Edição de 20 de outubro de 1989, p. 04.

PRN, Marcelo Senise, e lido pelo próprio Collor em campanha<sup>600</sup>. Com fortes evidências de adulteração do documento original de campanha impresso pelos jovens petistas, o PT formalizaria uma representação no Tribunal Superior Eleitoral contra o candidato do PRN, solicitando também a investigação da procedência dos panfletos<sup>601</sup>. A atriz Marília Pêra condenaria publicamente, em artigo no *Jornal do Brasil*, a falsificação do panfleto da juventude petista pela campanha de Collor, atribuindo-lhe a constante fuga da discussão política dos programas partidários ao empreender na mídia uma “guerra ideológica de baixo nível”<sup>602</sup>.

Apesar da frustrante derrota de Lula em um segundo turno bastante disputado com Fernando Collor, três meses antes o coletivo de jovens petistas desfrutaria de um saldo positivo para sua militância, ao conquistarem pela terceira vez, com a vitória do petista Cláudio Langone, a presidência da União Nacional dos Estudantes. A tendência Articulação, naquela conjuntura reverberando para boa parte dos jovens do PT sua influência na esfera partidária, nortearia a chapa petista durante 40º CONUNE numa aproximação com a UJS, ao votarem conjuntamente algumas propostas, como a “suspensão” da dívida externa, em vez da indicação de “não pagamento” e o aumento gradual das mensalidades universitárias (de acordo com reajustes salariais), em vez do total congelamento, contra-propostas estas apresentadas pelo grupo minoritário de petistas, encabeçado pela Juventude Revolução, ligada à corrente O Trabalho<sup>603</sup>. O contexto das eleições nos fornece pistas para compreendermos esta tímida, porém simbólica, aproximação de setores juvenis petistas com pcedobistas, haja vista os respectivos partidos estarem coligados na disputa presidencial. Esta seria a terceira e última gestão até os dias atuais que um jovem petista sentaria na cadeira principal da maior entidade estudantil do país.

Com uma década de existência e três anos após instituir uma secretaria própria, pontos de interrogação preenchiam as engrenagens de funcionamento da máquina partidária petista em relação ao seu setor juvenil. A atividade política da juventude organizada emperrava na carência de uma regulamentação mais específica, no apoio formalizado mais incisivo, na dependência financeira do DN, no enfraquecimento dos núcleos (reduto importante de articulação de estudantes), na dificuldade de intercâmbio

---

<sup>600</sup> *Folha de São Paulo*, Caderno Política, B5, 27 de novembro de 1989.

<sup>601</sup> *Ibidem*.

<sup>602</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 12 de dezembro de 1989, p. 02.

<sup>603</sup> *O Trabalho*, n. 283, ano XII, setembro de 1989, p. 06.

de informações sobre atividades pontuais nas esferas municipais e de um plano de atuação encaixado no organograma do planejamento burocrático do partido.

A presença marcante dos jovens na construção do partido e no movimento estudantil não impediu que grande parte de sua atuação, enquanto signatários do petismo, fosse dispersa ou isolada dentro das tendências em sua disputa pública por posição. D. D., ex-militante da Juventude do PT na década de 1980 e ligado a corrente Convergência Socialista explica, em entrevista para esta pesquisa, que unidade entre os jovens petistas era visível quase que tão somente nos momentos em que estava em jogo a disputa classista, a disputa social do confronto político com grupos ou ideais nitidamente conservadores.

Agora se você me pergunta se havia uma unidade da Juventude do PT em atuar nesse aspecto, bem nós tínhamos uma unidade, que nós tínhamos que enfrentar os nossos inimigos, de classe, nós baixávamos um pouco as nossas disputas políticas e nos uníamos e batalhar para ganhar pro campo da nossa classe uma entidade, um movimento social, mas desgraçadamente nós nunca conseguimos entre nós na juventude do PT a época um ponto de unidade que nos fizesse ser a vanguarda em breca a política da direção majoritária que transformou o PT no que o PT é hoje<sup>604</sup>.

A constatação consensual oriunda da reunião nacional dos jovens petistas em outubro de 1990 visando reorganizar a Secretaria Nacional de Juventude do PT imputava ao próprio partido grande parte da responsabilidade pela desarticulação de seu braço juvenil<sup>605</sup>. Nesta reunião ganha corpo o Coletivo Nacional de Juventude do PT enquanto um espaço dentro da SNJ composto por lideranças juvenis na esfera nacional. O Coletivo naquele momento era composto por quatro membros, incluindo o recém-empossado Secretário de Juventude, o baiano Jorge Almeida<sup>606</sup>.

Ao assumir o cargo de Secretário Nacional da Juventude do PT em 1990, Jorge Almeida encararia a tarefa de oxigenar a postura do coletivo nacional junto à direção do partido na disputa interna pelo reconhecimento da significância do investimento político e material na SNJ visando seu fortalecimento. Diferentemente de seus dois antecessores, Almeida não era ligado à corrente majoritária do partido (ele militava na Força Socialista, tendência oriunda do Movimento Comunista Revolucionário), justificando

<sup>604</sup> Trecho da entrevista com D.D., ex-militante da Juventude do PT.

<sup>605</sup> ALMEIDA, J. SNJ vencendo desafios. *Boletim Nacional*, n. 53, abril de 1991.

<sup>606</sup> Resoluções do 1º Encontro Nacional da Juventude do PT. *Revista Perseu*, n. 10, ano 7, dezembro de 2013, p. 206-213.

sua postura mais contestadora junto ao DN, ainda que ocupasse uma cadeira na CEN. Neste sentido, o Coletivo Nacional<sup>607</sup> orchestra um plano de reestruturação da Juventude do PT contemplando três objetivos centrais: programar cursos de formação de monitores da juventude, no sentido de preparar petistas dispostos a reproduzir a capacitação de militantes da juventude em seus estados; revigorar o funcionamento das Secretarias Estaduais de Juventude, mapeando os locais com menor fluxo de atividade política; e realizar o 1º Encontro Nacional da Juventude do PT<sup>608</sup>.

Ao eixo de fortalecer o reconhecimento interno de sua organização, explícito com estas iniciativas, soma-se, como conseqüência, a busca da capitalização de uma atuação política externa mais sólida e unificada da juventude petista. O 4º ENEPT em 1991, antecedendo o CONUNE naquele ano, viria como uma primeira *experiência laboratorial* da SNJ na transmissão deste discurso aos jovens petistas. Registrado como o maior Encontro de Estudantes realizado até então (18 Estados, 65 delegados e 33 observadores)<sup>609</sup>, os petistas conseguiriam em sua plenária final unificar numa mesma tese e proposta de chapa cerca de 80% dos delegados petistas, mesma porcentagem alçada pelos petistas presentes 41º Congresso da UNE<sup>610</sup>. A coesão total foi inviabilizada pela oposição dos jovens ligados ao OT e CS, que refutaram as posições vitoriosas apresentadas em conjunto pela Articulação, DS e Nova Esquerda, posições estas que não contemplavam os pontos centrais de suas reivindicações: fim das negociações da CUT com o governo Collor, congelamento de mensalidades, perspectivas de estatização e manutenção da autonomia política das UEE's<sup>611</sup>.

A chapa “Prá fazer acontecer”, construída com o posicionamento majoritário dos estudantes petistas no ENEPT, obteria 665 votos dos delegados presentes no CONUNE, 50 votos a menos que a chapa “UNE nos tempos de Cólpera”, encabeçada pelo PC do B, em conjunto com MR8, PDT e PSDB, credenciando-a a assumir a presidência da entidade, 16 cargos na diretoria e 4 na Executiva. CS e O Trabalho se uniriam em uma outra chapa (“A UNE ao lado dos trabalhadores”) conquistando 216 votos, o que novamente seria suficiente, caso houvesse uma plena unidade estudantil petista, para

<sup>607</sup> Naquele momento composto pelos seguintes membros, além de Jorge Almeida: Danilo Zimbres, Hamilton Lacerda, Luis Antonio, Maurício Benito, Samory Sundjista e Vítor Salazar.

<sup>608</sup> ALMEIDA, J. “SNJ vencendo desafios”. Op.cit.

<sup>609</sup> *Boletim Nacional*, n. 53 abril de 1991.

<sup>610</sup> ALMEIDA, J. “O PT no Congresso da UNE”. *Boletim Nacional*, n. 55, junho de 1991, p. 11.

<sup>611</sup> *O Trabalho*, ano XIII, n. 308, 1990, p. 06.

controlar a entidade com ampla maioria<sup>612</sup>. O resultado desta eleição, no escopo das divergências ocorridas durante o ENEPT, culminou numa reflexão pública em tom de debate entre membros dos dois blocos de jovens petistas. O Secretário Nacional de Juventude incluiria no rol de responsabilidade pela dissidência petista a CEN, que não agiu preventivamente com mais esforços no posicionamento partidário conclamando a unidade estudantil petista<sup>613</sup>.

Em resposta, Alberto Handfas, membro da Coordenação Nacional de Universitários do PT, argumentaria que o Secretário omitira os procedimentos, segundo ele, pouco democráticos durante o ENEPT, com restrito espaço concedido para o debate, imposição das propostas sem discussão pela Articulação, DS e Nova Esquerda e a restrição da fala de vários estudantes petistas na tentativa de emendar a tese aprovada no Encontro durante o CONUNE<sup>614</sup>. Os petistas da *Juventude Revolução*, ligada à tendência O Trabalho, atribuiriam a culpa pela perda da presidência da UNE aos companheiros petistas da chapa “Prá fazer acontecer”, alegando que a mesma forçou a ruptura do bloco petista ao negar colocar em votação uma tese substitutiva, elaborada justamente pelos grupos derrotados no encontro de estudantes<sup>615</sup>. Já a Executiva Nacional, mediante nota emitida pela sua Comissão Política, se posicionaria em resposta à provocação da SNJ, visando averiguar essencialmente a denúncia de atuação sectária de jovens adeptos da tendência Convergência Socialista, estudando possíveis sanções<sup>616</sup>.

Contemplando um dos objetivos propostos pelo Coletivo Nacional de Juventude, num ano atribulado em meio às dificuldades de congregar posicionamentos de setores juvenis alinhados com tendências partidárias, nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 1991 a SNJ enfim realiza o 1º Encontro Nacional da Juventude do PT. O conteúdo das resoluções aprovadas neste encontro demonstra um amadurecimento analítico da juventude organizada do partido sobre a realidade do jovem brasileiro, com sua imersão em contextos críticos de vulnerabilidade social, exposição à criminalidade, rótulos de moratória social, obstáculos no acesso a educação, cultura e lazer. Em paralelo, fazem o contraponto (também crítico) da desarticulação dos jovens petistas na construção de

<sup>612</sup> ALMEIDA, J. O PT no Congresso da UNE. *Boletim Nacional*, n. 55, junho de 1991, p. 11.

<sup>613</sup> *Ibidem*.

<sup>614</sup> HANDFAS, A. Porque perdemos. *Boletim Nacional*, n. 56, julho de 1991.

<sup>615</sup> *O Trabalho*, ano XIII, n. 310, p. 2

<sup>616</sup> EXECUTIVA NACIONAL DO PT. A atuação dos petistas no Congresso da UNE. *Boletim Nacional* – n.56, julho de 1991.

pautas concretas diante deste cenário, atreladas com a desarmonia da estrutura orgânica do partido, que não fortalecera a sua juventude no fluxo de fortalecimento da representatividade do próprio partido.

Ainda temos companheiros com uma certa visão preconceituosa a respeito do movimento estudantil e do trabalho entre a juventude de modo geral. Muitos pensam que a juventude só serve para fazer pichações, panfletagens e outras atividades de agitação. Isto é injustificável num partido de um chamamento especial para a juventude brasileira e de importantes referências partidárias citarem este setor social como estratégico. Infelizmente isto não ocorre na prática: a questão não entra na pauta das reuniões das direções, não tem orçamento, não aparece nos programas de TV, não há prioridade no acompanhamento político. É preciso que a Direção Nacional dê resposta às iniciativas de abrir debate com o conjunto do partido, de maneira que a SNJ possa planejar suas atividades de acordo com o planejamento geral do partido, tendo estruturas e canais de discussão compatíveis com a sua importância<sup>617</sup>.

O recado para os dirigentes partidários era claro: queriam que o PT assumisse como prioridade a questão da juventude. Em contrapartida, convocam uma revisão da postura dos jovens dentro do partido, substituindo a acomodação pelo tensionamento dos limites do debate político e do seu papel dentro do partido. A feição contestadora do documento aponta uma Juventude do PT buscando quebrar a relação verticalizada e por vezes unilateral com o DN em termos de pontuações políticas e planejamento de ações. Exigiam uma resposta urgente do Diretório no sentido de abrir este debate para o conjunto do partido, “de maneira que a SNJ possa planejar suas atividades de acordo com o planejamento geral do partido, tendo estruturas e canais de discussão compatíveis com a sua importância”<sup>618</sup>.

As deliberações do Encontro, no que tange a sua estrutura e organização, partem do diagnóstico da distribuição dos setores, unidades funcionais, cargos e comunicação da SNJ. Segue abaixo os principais pontos com a então disposição organizacional e artifícios para seu aprimoramento<sup>619</sup>:

- ✓ O Coletivo Nacional estava composto por dez membros, a grande maioria militante no movimento estudantil. A proposta é manter os dez membros e

<sup>617</sup> Resoluções do 1º Encontro Nacional da Juventude do PT, op.cit., p. 209.

<sup>618</sup> Ibidem, p. 211.

<sup>619</sup> Ibidem.

incorporar 30% de militantes mulheres, além de militantes de movimentos de juventude que não dentro do ME;

- ✓ Definição de uma Executiva dentro do Coletivo, formada pelo Secretário Nacional e responsáveis por áreas como imprensa, formação política, campanhas e eventos;
- ✓ Criação de uma Coordenação Nacional da SNJ, formada por membros do Coletivo Nacional e Secretários Nacionais de Juventude;
- ✓ Priorizar a criação de Coletivos Estaduais e Municipais de Juventude, bem como incentivar a nucleação de jovens filiados;
- ✓ O principal canal de SNJ se dá por circulares internos e matérias no Boletim Nacional, surgindo a proposta de criação de um boletim mensal próprio da Juventude do PT.

Criar mecanismos de maior divulgação da juventude petista potencializando sua inserção no cenário de lutas da esquerda brasileira, para além das consolidadas no ME, fora uma preocupação que alimentou intensas discussões no 1º ENJPT. No começo de 1992, em simetria com a deliberação do Encontro, a JPT lança a campanha “Juventude, cidadania, liberdade e vida”, abrangendo cinco eixos prioritários: primeiro emprego, educação, direitos das crianças e dos adolescentes, meio ambiente e alistamento eleitoral<sup>620</sup>. Cada Estado, em articulação direta com Coletivos de Juventude Petista ativos em seus respectivos municípios, deveria selecionar um eixo de atuação pertinente à realidade local e, ao lado de outras bandeiras partidárias, instrumentalizá-los como carro chefe para afirmação dos jovens petistas no cenário regional de mobilização política, possibilitando chamar a atenção da sociedade “para a existência de um movimento de jovens petistas, abrindo canais para simpatizantes e novos filiados, e criando condições mais politizadas para o fortalecimento da nucleação e de outras instâncias partidárias”<sup>621</sup>.

O Coletivo Nacional de Juventude não negligenciava a oportunidade que o mote da campanha eleitoral nos municípios naquele ano poderia proporcionar aos jovens organizados do partido, pegando carona na esteira da divulgação da legenda partidária. Aquela primeira campanha externa de proporção nacional da JPT teria sua

<sup>620</sup> Juventude em campanha. *Boletim Nacional*, n. 63, maio de 1992.

<sup>621</sup> Campanha da Juventude PT. *Boletim Juventude PT*, n. 1, abril de 1992, p.02.

operacionalização bem reduzida sem esta conexão com a campanha eleitoral, engrenando de fato em maio de 1992, em conjunto com o início da mobilização dos diretórios municipais. As eleições eram um *locus* conjunturalmente interessante para a formação de comitês de juventude, com a perspectiva no pós-pleito de transformação dos mesmos em coletivos municipais de juventude e núcleos de base, fortalecendo a afirmação do braço organizado juvenil do PT<sup>622</sup>. Reflexo deste anseio era a orientação para que em todos os materiais da juventude, inclusive dos candidatos jovens, constassem marca, slogan e eixos da Juventude do PT e sua campanha.

A SNJ pressionava para que os Diretórios Regionais e Municipais assumissem a campanha com suas juventudes locais, inclusive com suporte financeiro, pois cada Estado receberia da Secretaria uma cota mínima de material de divulgação. Na reunião nacional ocorrida no dia 15 de junho<sup>623</sup>, tendo como tema chave exatamente o balanço da campanha da juventude petista, a Coordenação Nacional da Juventude do PT<sup>624</sup> reconhece o baixo interesse de muitas direções regionais em despender energia política no incentivo material e logístico para a iniciativa de seus jovens, travando em adendo à oportunidade de reflexão sobre a cultura política do PT local para a incorporação de um *ethos* juvenil. A campanha deslanchava nos Estados onde o Coletivo de Juventude estava mais consolidado, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Santa Catarina. Ao mesmo tempo, a SNJ sofria com a falta de recursos financeiros para confeccionar e atender às solicitações nos Estados de material gráfico, como resultado da negativa da direção nacional em aumentar este suporte<sup>625</sup>. Este problema não obstruiu o saldo positivo para a SNJ naquele ano de corrida eleitoral, ao conseguirem como nunca antes difundir a existência de uma juventude organizada do PT para diversos Estados com uma pauta temática unificada.

A frente de intervenção política externa da Juventude do PT coexistia naquele período com uma atuação interna mais incisiva, trazendo à tona atividades propositivas de forma a questionar a própria posição do partido sobre a questão do seu projeto político de governo para a juventude. O Seminário de Políticas Públicas das Prefeituras organizado pela SNJ em agosto, em parceria com a Secretaria Estadual de Juventude de São Paulo (cujo secretário era Alexandre Padilha), questionaria as administrações

<sup>622</sup> Passando a bola para a militância. *Boletim Nacional*, n. 64, julho de 1992.

<sup>623</sup> Participaram da reunião 17 lideranças de 8 Estados: SC, SP, RJ, ES, BA, MG, PA e GO, além de dois membros do Coletivo Nacional.

<sup>624</sup> Formada pelos membros do Coletivo Nacional e representantes dos coletivos estaduais.

<sup>625</sup> Coordenação Nacional orienta campanhas. *Boletim Juventude PT*, n. 3, junho de 1992, p. 01

petistas em âmbito municipal da carência de políticas específicas para a juventude, além de bastante imediatistas e fragmentadas, tampouco debatidas com o corpo juvenil do próprio partido. Como instigar a participação dos jovens filiados com administrações petistas mergulhados nesta concepção política e não-prática em relação à juventude? Esta indagação consensual na plenária do Seminário viria casada com a pontuação da necessidade do partido elaborar políticas públicas para a juventude, integrando iniciativas coordenadas com prefeituras, com a reafirmação de um diagnóstico já lapidado pela própria SNJ em outras ocasiões: “este não é um problema circunscrito das administrações, pois o trabalho junto à juventude é subestimado no conjunto do partido”<sup>626</sup>.

A inquietação do Coletivo da Juventude do PT, marcante neste estágio de intervenções externas, reorganização interna e de incisivos questionamentos ao quadro partidário, repercute até na roupagem de gênero de sua composição. O Coletivo, conforme auto-recomposição deliberada no 1º ENJPT, passa a trabalhar para contemplar a cota de 30% de mulheres em seu quadro de membros, o que viria a ocorrer efetivamente somente no ano seguinte. Os jovens petistas promoviam uma medida que era inédita até para o conjunto de organização do partido, pois o PT viria a aprovar a cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias de direção partidária em seu primeiro Congresso Nacional no final de novembro de 1991, portanto, vinte dias após o encontro dos jovens petistas, medida esta inovadora no quadro partidário brasileiro, seguindo o exemplo de vários partidos europeus que desde a década de 1980 vinham tomando esta iniciativa, além das cotas também nas listas de candidaturas ao parlamento<sup>627</sup>.

O ambiente de consubstancia da pauta juvenil petista havia surtido efeito também na disputa política dentro do movimento estudantil, quando os petistas conseguiram em março, na Plenária Nacional de Universitários, definir uma pré-tese unificada, com a assinatura da Juventude do PT, para disputa política entre os dias 28 e 31 de maio dentro do 42º CONUNE<sup>628</sup>. Resultado conquistado, em grande medida naquela altura, por certo distensionamento entre as diversas forças políticas juvenis, cimentando um propício espaço para a construção de um projeto unificado para o congresso. Foi um degrau importante galgado pelos jovens petistas, mesmo cientes da

---

<sup>626</sup> ALMEIDA, J. Seminário faz propostas para prefeituras. *Boletim Juventude PT*, n. 4, agosto de 1992, p. 3-4.

<sup>627</sup> GODINHO, T. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. *Estudos Feministas*. Florianópolis, ano 04, p. 148-57, I semestre, 1996.

<sup>628</sup> *Boletim Juventude PT*, n. 3, junho de 1992, p. 02.

dificuldade em enfrentar no congresso a máquina partidário-eleitoral orquestrada pelos situacionistas do PC do B, que coligados com MR8, PSDB e PMDB, viram sua chapa “Pro que der e vier nos vamos detonar” conquistar a maior porcentagem de votos dos delegados (49,5%), ficando a chapa petista “Tudo ao mesmo tempo agora”, em aliança com jovens do PSB, com 33,5% dos votos<sup>629</sup>.

A chapa petista, composta em sua maioria por membros da Articulação, DS e Nova Esquerda, retardaria durante o congresso o apoio à proposta de chamada da campanha pelo “Fora Collor” (no final aprovada por unanimidade entre todas as chapas no congresso). A explicação para esta letargia dos jovens petistas para deliberar sobre esta questão reside na cautela da coalizão dominante do PT naquele período em convocar de imediato esta campanha, preferindo a apuração mais aprofundada das denúncias de corrupção contra o governo de Fernando Collor, quando, no final de maio, sua bancada na Câmara e no Senado propôs a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, contrariando o posicionamento das correntes CS e O Trabalho, que desde o final de 1991 promoviam a ideia do Impeachment, indo, portanto, de encontro com a posição dominante no partido de enquadramento constitucional da crise do governo<sup>630</sup>. Como de praxe, este impasse interno na esfera partidária acabaria respingando na relação entre os jovens petistas, com os membros jovens das correntes trotskistas supracitadas tecendo duras críticas a este posicionamento da chapa petista<sup>631</sup>. Os jovens da CS abandonaram a chapa no primeiro dia do Congresso, motivados também pela decisão da reunião extraordinária da CEN do PT três dias antes, que cancelava o registro da Convergência como tendência interna do partido<sup>632</sup>.

É notável a participação dos jovens engrossando o caldo nas manifestações pró-impeachment de Collor que mobilizaram inúmeras cidades do país, intensificadas a partir de agosto de 1992. Os caras-pintadas resgatavam os recursos simbólicos da contestação, sob forte chamada dos meios midiáticos, incorporada na figura do estudante e de suas ações políticas em estreita relação com a figura da rebeldia marcante da geração de 68<sup>633</sup>. E a UNE, segundo Luiz Dias em sua pesquisa sobre os caras-

<sup>629</sup> *Em Tempo*, ano XV, n. 260, 1992, p. 18.

<sup>630</sup> MARTUSCELLI, D. E. O PT e o Impeachment de Collor. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, nº 2, p.542 – 568, nov. 2010

<sup>631</sup> *O Trabalho*, ano XIV, n 325, 1992, p.02.

<sup>632</sup> *Em Tempo*, ano XV, n. 260, 1992.

<sup>633</sup> RODRIGUES, V. M. Caras-pintadas: Estudantes na festa e na política. 1997. 204 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1997.

pintadas, desempenhou um papel fundamental na criação deste “produto”, reunindo milhares de estudantes sob sua área de atuação em exposição contínua na mídia, o que colaborou para alavancar seu prestígio junto às instituições e sociedade<sup>634</sup>. Jovens petistas, possuindo cargos na direção e na executiva da entidade, inerentemente se envolveram na construção de sua intervenção. E era muito comum, se observamos registros fotográficos das manifestações, a presença de jovens com adesivos, broches e bandeiras do Partido dos Trabalhadores, apelidados de “*caras-petistas*”<sup>635</sup>. Mas a Juventude do PT, ao menos na esfera diretiva nacional, não chegaria a transmitir instruções de intervenção aos seus membros ou mesmo planejar atividades coordenadas enquanto organização nestes atos de massa. A maior evidência disto é que não encontramos qualquer publicação desta natureza no boletim oficial da JPT ou nos cadernos das tendências mais atuantes em suas fileiras.

No começo de 1993, quando divulga o seu Planejamento Estratégico (PE) de atuação para o ano, a SNJ tinha real noção da debilidade do partido na organização de base da juventude, problema este que afetava diretamente qualquer tentativa da Secretaria de promover um trabalho consistente e organicamente descentralizado. A resposta a este problema focava na proposta de reorganização dos coletivos estaduais, com estímulos a criação de novas unidades, definição de prioridades, composição estável de membros e secretários eleitos, cronogramas previamente discutidos e planos de trabalho criterioso, dentro da linha geral apresentadas pela SNJ no PE, com atividades de: nucleação, formação política, elaboração de políticas públicas, comunicação própria e constituição de coletivos municipais<sup>636</sup>.

A Secretaria havia mapeado dez coletivos estaduais funcionando regularmente e apenas vinte coletivos municipais constituídos, estes em sua maioria com fraca intervenção da juventude petista nos movimentos de juventude. Como agravante, a composição dos coletivos se limitava em sua composição, quase em sua totalidade, com militantes jovens atuantes no movimento estudantil, dificultando a dissociação da visão intrapartidária do jovem petista (caráter geral) com o estudante petista (caráter categorial). A SNJ estava empenhada em reconfigurar este quadro, pois o ME possuía uma militância lapidada, base social e quadro de dirigentes que acabavam sendo

---

<sup>634</sup> DIAS, L.A. Política e participação juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo Impeachment. *História Agora*, 2010.

<sup>635</sup> Uma juventude para o PT. *O Trabalho*, ano XV n. 334, 1993, p. 06.

<sup>636</sup> Reorganizar os coletivos estaduais. *Boletim Juventude PT*, n. 7 e 8, jan/fev de 1993, p. 02.

relacionados com a temática de juventude no PT, o que não ocorria normalmente com os militantes jovens de outros movimentos<sup>637</sup>. Assim, muitos jovens petistas não optavam necessariamente por militar no setorial temático de juventude do partido, mas batalhar na construção de outras frentes onde havia uma maior identificação de luta, como do movimento negro, mulheres, sindical, homossexual, etc. O desafio se tornava ainda mais complexo diante da dificuldade de angariar novos filiados pertencentes a estes movimentos, e a Secretaria acreditava no trabalho da JPT nos revigoramento dos núcleos como uma via crucial de entrada de jovens no partido<sup>638</sup>.

O fortalecimento dos coletivos estaduais dialogava, em adendo, com os encontros setoriais preparatórios para o 8º Encontro Nacional do PT em junho de 1993, e a Plenária Nacional da Juventude estava prevista para acontecer pouco tempo antes do encontro. A Juventude do PT teria a possibilidade de indicar um membro próprio, eleito diretamente, para compor o Diretório Nacional como representante do setorial de juventude, partindo da normativa do regimento transitório aprovado pelo DN em fevereiro, onde os Encontros Setoriais teriam poderes para indicar representantes do setor nos Diretórios Estaduais e Nacional do PT<sup>639</sup>.

Ciente do baixo índice de jovens agregados nos coletivos estaduais, o DN estipulou que cada delegado apto para participar da Plenária de Juventude sairia de uma plenária de no mínimo 25 jovens, número menor do estipulado para outros setoriais (75 filiados), mantendo, contudo, o pré-requisito geral da realização de no mínimo cinco plenárias estaduais<sup>640</sup>. Os Coletivos de Juventude de São Paulo e Minas Gerais acabariam se destacando pelo alto número de participantes nas plenárias, superando com larga margem o requisito mínimo de participantes para retirada de delegados<sup>641</sup>.

O estudante de Ciências Sociais pela USP Maurício Benito Durá, então com 24 anos, eleito Secretário Nacional de Juventude na Plenária Nacional de Juventude, teve seu nome ratificado no 8º Encontro Nacional para ser o representante da juventude no Diretório Nacional<sup>642</sup>. Durá havia sido membro da Comissão Executiva Provisória da

---

<sup>637</sup> CESAR, 2015.

<sup>638</sup> Resumo das 11 operações. *Boletim Juventude PT*, n. 7 e 8, jan/fev de 1993, p. 05.

<sup>639</sup> *Ibidem*, p. 06.

<sup>640</sup> *Ibidem*.

<sup>641</sup> *O Trabalho*, ano XV, n. 336, 1993, p. 9

<sup>642</sup> *Boletim Nacional*, n.71, julho de 1993.

Juventude do PT, juntamente com Jorge Almeida e Vitor Salazar<sup>643</sup>, e sua posição lhe garantia ter plena ciência das dificuldades que enfrentaria neste processo de reorganização da juventude petista. De imediato, viajou para o nordeste para o 1º Encontro do Nordeste de Secretários da Juventude, evento que deu um estímulo às lideranças jovens da região que costumeiramente se queixavam da concentração no sudeste das atividades da SNJ<sup>644</sup>. E em agosto, participou da primeira viagem oficial da Juventude do PT ao exterior, representando a organização na Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina.

A SNJ, por intermédio da Coordenação de Estudantes Secundaristas, promove nos dias 24 e 25 também em julho o 3º Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas do PT – ENESPT na cidade de Cajamar (SP). Desde o começo da década, os secundaristas do partido vinham orientando-se numa atuação política mais descolada dos universitários petistas, tendo como nicho central de intervenção a mobilização de estudantes das escolas secundárias e a disputa política dentro da UBES. O Encontro promoveu a construção de propostas de atuação dos petistas no 30º Congresso da UBES, e reuniu 55 delegados de diversos estados, configurando o maior evento entre os secundaristas petistas até então realizado<sup>645</sup>.

Os petistas estavam bastante afinados no Encontro, indicando a formação de um amplo bloco de oposição (com previsão de aliança com PSB, PCB e até PC do B e PSDB), na disposição de conquistar a diretoria da entidade, nas mãos do MR-8, bastante influente entre esta categoria estudantil. E esta afinção foi decisiva para que este bloco oposicionista, sob regência dos jovens do PT, PSTU e PC do B (estes com o maior bloco de delegados), conquistassem a maioria dos votos dos delegados<sup>646</sup> no maior congresso da UBES da história (cerca de 3300 delegados)<sup>647</sup>. Em meio às propostas bem recebidas de apoio a greve dos professores de SP, contrariedade a revisão Constitucional e a oposição ao governo Itamar, teve interferência direta para o conagraçamento deste bloco oposicionista e agregação de boa parte dos delegados a

---

<sup>643</sup> Salazar era ligado à cúpula petista da Articulação, possuindo bastante proximidade neste período com José Dirceu. Em 1992, ele assumiu a Secretaria de Organização do PT, perdendo o cargo no ano seguinte com a derrota da Articulação na composição do novo Diretório Nacional. Fonte: *Folha de São Paulo*, caderno Política, p.07, 16 de junho de 1995.

<sup>644</sup> *Boletim Juventude PT*, s/n, outubro de 1993, p. 01.

<sup>645</sup> Secundaristas realizam o 3º ENESPT. *Boletim Nacional*, n. 72, agosto de 1993.

<sup>646</sup> Mesmo conquistando a maioria dos votos, o bloco oposicionista presenciou o MR8 conquistar 14 cargos na diretoria da entidade, de um total de 39 votos, com uma chapa onde disputou praticamente sozinho.

<sup>647</sup> Um balanço da UBES. *O Trabalho*, ano XV, n. 342, 1993, p. 08.

perspectiva da entidade ser regida em plena harmonia e como eixo de apoio de um possível governo Lula, naquela altura disparado em primeiro nas pesquisas de opinião<sup>648</sup>.

Pela segunda vez, havia uma grande expectativa pela SNJ de aproveitar o momento das eleições presidenciais para se apresentar ao eleitorado jovem e se afirmar dentro do partido na promoção do debate acerca da temática juventude, iniciativa esta que balizou praticamente todo o 2º Encontro Nacional da Juventude do PT em 22 e 23 de abril de 1994. Nele, os jovens petistas se emaranharam em reflexões sobre a construção da identidade juvenil, suas transformações e condição de existência em relação ao mundo adulto, além de reconhecerem as diferentes formas de organização da juventude e a nova faceta de grupos juvenis e suas diferentes tribos<sup>649</sup>. Esta preocupação surge num momento de grande cobrança programática interna dos jovens petistas para que o partido observasse com mais atenção suas dificuldades em dialogar com os jovens numa aproximação contextual de suas particularidades, o que diretamente acabava tendo um impacto negativo na atuação de sua juventude organizada. Além destas questões, foram temas de discussão os problemas centrais vinculados com os jovens brasileiros, como violência, desemprego, educação e dificuldades no acesso à cultura e lazer.

As resoluções deste Encontro foram encaminhadas para serem ratificadas no 9º Encontro Nacional do PT, constituindo-se na seqüência como um aporte contributivo da Juventude do PT para as bases do Programa de Governo da campanha de Lula para presidência<sup>650</sup>. O PT apostava suas fichas naquela eleição, através movimentação política em torno dos comitês populares, ramificados em comitês setoriais, o que incluía a formação de comitês populares de juventude<sup>651</sup>.

Os comitês de Juventude Pró-Lula foram espaços de bastante agitação dos jovens petistas, com organização de panfletagens na rua, passeatas, conversa com eleitores e trabalho de articulação política em redutos de juventude<sup>652</sup>. Nas Universidades, com a UNE patrocinando prévias, os petistas se empenharam em

---

<sup>648</sup> Vamos mudar a cara da UBES. *Boletim Nacional*, n. 74, setembro de 1993.

<sup>649</sup> DURÁ, M; DENIZAR, P. O governo do PT e os jovens. *Em Tempo*, ano XVII, n. 274, 1994, p. 08.

<sup>650</sup> Ver: Bases do programa de governo. Lula presidente: uma revolução democrática no Brasil, 1994, p. 29-32. Acervo CSBH/FPA. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>. Último acesso em: 10/12/2015.

<sup>651</sup> *Boletim Nacional*, n. 89, julho de 1994.

<sup>652</sup> Comitês de juventude fazem festa e panfletagem. *Folha de São Paulo*, caderno Folhateen, p. 6, segunda-feira, 21 de agosto de 1994.

garantir a indicação do maior número possível de estudantes da preferência do voto em Lula, com organização de reuniões seguidas com sua militância<sup>653</sup>. Todavia, os jovens petistas iam gradualmente sentindo o impacto da ascensão da campanha do candidato pelo PSDB, Fernando Henrique Cardoso, refletir em cheio na sua atividade política de campanha, com a perda de espaço de diálogo com a juventude. O teor do artigo publicado em setembro pelo Secretário Nacional de Juventude do PT, Maurício Durá, no jornal *Em Tempo* era de responsabilização do próprio partido por não ter aproveitado do movimento pró-impeachment e muito de sua identificação com o jovem petista para trazê-los para a discussão de projetos políticos para a sociedade.

A falta de uma política de investimento em sua juventude, diferentemente de outros partidos de esquerda no Brasil, segundo o Secretário (numa clara alusão à UJS), estava emperrando empreitadas do partido e de sua juventude organizada de vislumbrar horizontes de renovação programática em sinergia com as demandas juvenis da época.

A ideia de mudança assusta, e os jovens acabam optando pelo projeto FHC, do bom senso, da estabilidade, etc. **Mas porque o PT não tem uma política de investimento na juventude, ao contrário de todos os partidos de esquerda, que tiveram neste setor uma forma de renovação constante e o seu fim.** Qualquer projeto para se trabalhar com os jovens a médio e longo prazo encontrará barreiras na direção. A construção do PT tem que ser compatibilizada com o processo de formação de maiorias. Os projetos de médio e longo prazo acabam sendo transformados em projetos de curto prazo. A formação política, a imprensa partidária, a juventude, a memória. O setor de juventude demanda um grande investimento de formação e capacitação, acompanhamento por parte das direções partidárias, investimentos financeiros, etc<sup>654</sup>.

O choque entre a vontade de lapidar a mensagem de construção do projeto petista de sociedade com ações propositivas e a dificuldade de movimentação política pelo sentimento de baixo apoio dos dirigentes partidários transborda das interpelações antigas e constantes da SNJ para constar como adendo nas resoluções do 10º Encontro Nacional do partido em 1995. O texto de duas páginas carrega o tom de preocupação dos vários textos produzidos pelos jovens petistas ao longo de 15 anos de existência do PT, desta vez com a mensagem sendo transmitida em uma esfera deliberativa do partido do topo para a base, não o contrário. Ao pontuarem a existência de várias juventudes, e

<sup>653</sup> *Boletim Nacional*, n.90, setembro de 1994.

<sup>654</sup> Reforçando o conservadorismo. *Em Tempo*, ano XVII, n. 277/278, 1994, p. 18.

diante do cenário penoso da construção da candidatura com os jovens que enfrentaram na campanha Lula-94, quase que em tom de admissão de um erro, os dirigentes petistas reconhecem esta dificuldade de dialogar com a juventude como “conseqüência da ausência de uma política para o setor, da falta de renovação dos quadros partidários e de sua linguagem”<sup>655</sup>.

O plano de atuação com a juventude *sugerida* pelos dirigentes nesta resolução englobava, de encontro com os pontos deficitários para uma boa atuação do partido e de sua juventude organizada com este setor: a promoção de campanhas publicitárias para a juventude; intensificação do trabalho de formação política; coordenação dos secretários estaduais enquanto um coletivo de trabalho e até a organização de uma Caravana da Cidadania com a Juventude, inspirada na Caravana da Cidadania<sup>656</sup> empreendida por Lula em sua campanha presidencial. Estas proposições não seriam suficientes para frear o descenso na capacidade de organização e mobilização que a Juventude do PT enfrentava naquele momento, que acabou culminando em uma temporária desarticulação da Secretaria Nacional de Juventude<sup>657</sup>.

Não podemos resumir esta desarticulação pontualmente a um fato específico, pois acreditamos que ela tem origem nas várias dificuldades já elencadas enfrentadas pela juventude petista ao longo de sua trajetória de formação, constituição e afirmação. O fôlego do projeto se esvazia na medida em que aumentam os custos para o preenchimento deste espaço institucional. Segundo Rafael Moraes<sup>658</sup>, o ano de 1995, não por coincidência, encerra o ciclo de transição da direção petista, com a formação de uma maioria partidária que não era a maioria dos jovens petistas organizados naquele momento.

Após um curto período (1993-1995) com a esquerda petista compondo a maioria do corpo dirigente PT, a Articulação, aliando-se com a tendência Democracia Radical<sup>659</sup> e selando uma união que seria conhecida como Campo Majoritário, reassume o controle

<sup>655</sup> *Adendo*, Resoluções do 10º Encontro Nacional, 1995, p. 01-02.

<sup>656</sup> Iniciada em 1993, a Caravana da Cidadania, liderada por Lula e que tinha como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a realidade brasileira, havia passado até o dia 12 de julho por 281 cidades, constituindo uma das maiores empreitadas do PT na difusão de sua mensagem para articulação de propostas viáveis para o desenvolvimento de diversas regiões do Brasil. Ver: EMILIANO, J. 1994: real silêncio do Brasil profundo. *Revista Teoria e Debate*, edição 112, maio de 2013.

<sup>657</sup> CESAR, 2015.

<sup>658</sup> MORAES, R. Prefácio. In: ELIAS, Bruno; CESAR, Rodrigo. O PT e a juventude: a esperança em construção. São Paulo: Página 13, 2015. p. 8-23, 2015.

<sup>659</sup> Tendência originária da *Nova Esquerda – projeto para o Brasil*, que foi fruto de um racha interno em 1991 da tendência petista *Vertente Socialista*.

do partido no 10º EN. Como elucida Eurelino Coelho em sua tese de doutorado, há uma substituição significativa naquele momento dos nomes que compunham a Executiva Nacional, o que não correspondeu com sua renovação simples, pois diversos dirigentes da Articulação acabariam reassumindo seus postos nesta composição da maioria interna<sup>660</sup>. Em adendo, diante do impasse entre o corpo dirigente e tendências de esquerda na indicação do nome para assumir o cargo de secretário geral do PT, com a indicação Cândido Vacarezza, critérios majoritários foram utilizados na composição da EN com a esquerda do PT ausente da instância até 1997<sup>661</sup>.

Também na composição da CEN, nenhum representante direto da juventude fez valer sua representação, ao contrário das duas composições anteriores, perda de espaço esta considerável no coração do círculo dirigente do partido. O argumento de Rafael Moraes, ante esta configuração política e seu impacto na Juventude do PT, é bem interessante: as mutações sofridas pelo partido neste período de hegemonia do Campo Majoritário impactaram na organização de juventude, pois com a guinada institucional do PT priorizando a ação eleitoral em detrimento da luta social, aumentou-se a dependência do partido aos mandatos e das tendências para atuação nos movimentos sociais, colaborando decisivamente na desarticulação temporária e fragmentação da atuação na frente juvenil na esfera nacional.

A ala estudantil universitária petista, mantendo o forte atrelamento às tendências, continuou sua atuação na disputa das entidades estudantis, à revelia da crise vivida pela Secretaria de Juventude. Tal momento delicado impactou na tentativa de realização de uma plenária nacional de estudantes petistas preparatória para o próximo Congresso da UNE, em maio na cidade de Vitória (ES), que acabou esvaziada que foi palco de desentendimento entre as tendências<sup>662</sup>. No 44º CONUNE em junho, que contou com a presença de Marina Silva representando Lula (então presidente do PT)<sup>663</sup>, a falta de sinergia entre as propostas dos jovens petistas resultou na apresentação de quatro teses distribuídas de acordo com o posicionamento de diversas tendências: “Pra derrotar FHC” (Juventude Revolução – O Trabalho), “UNE para todos” (Unidade na

---

<sup>660</sup> COELHO, E. Uma esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). 2005. 549 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

<sup>661</sup> RIBEIRO, 2008.

<sup>662</sup> *O Trabalho*, ano XVII, n. 372, 1995, p. 02

<sup>663</sup> *PT Informes*, n. 924, 14 de junho de 1995, p.02.

Luta - Articulação e Democracia Radical), “Não vou me adaptar” (Hora da verdade e DS), e “Democracia e Mobilização” (Corrente Socialista dos Trabalhadores)<sup>664</sup>.

Parecia improvável naquela altura a unificação do campo petista da formação de uma chapa para a disputa da diretoria, o que acabou acontecendo após uma plenária durante o Congresso, que deliberou pela eleição de Érika Rocha Silva, da Democracia Socialista<sup>665</sup>, como cabeça de chapa, vencendo o goiano Olavo Noletto, da Articulação, que até então era o candidato mais cotado da oposição à presidência da entidade<sup>666</sup>. Mesmo o PT recebendo 28% dos votos, contra 53% do PC do B e 10% do PSTU e indicando 15 dos 51 novos diretores da entidade, sendo três na Executiva<sup>667</sup>, o DN publicaria um informativo<sup>668</sup> destacando a unificação do partido como traço marcante durante o Congresso, com a conquista da vice-presidência da candidata indicada pela chapa petista. No entanto, a dimensão desta festejada unificação era mínima e pontual, pela desarticulação de um ponto de referência de pauta em esfera nacional, reflexo das várias teses “petistas” apresentadas.

O período delicado vivido pela Juventude do PT culminou na tentativa, em vão, de reorganizar os trabalhos da juventude no interior do partido, com a discussão dos trabalhos dos jovens realizados em entidades estudantis, organizações culturais e movimentos sociais na reunião feita no Diretório Nacional nos dias 04 e 05 de maio de 1996<sup>669</sup>. Em vão porque, naquele momento, a organização de juventude petista estava colhendo os fracos resultados organizativos acumulados, como reflexo das dificuldades financeiras enfrentadas desde 1987; ausência de uma regulamentação própria e firmada estatutariamente; e sobreposição, em diversas ocasiões, do interesse das correntes, à mercê do projeto de unificação da pauta juvenil petista, sobretudo no movimento estudantil. Como agravante, o folheto próprio da Juventude do PT deixou de ser publicado ainda no final de 1993, impondo barreiras ainda mais severas na comunicação entre os jovens para programação e divulgação de suas atividades, numa época em que as tecnologias de informação e comunicação na interface *web* estavam em fase de difusão e popularização.

<sup>664</sup> O Trabalho, ano XVII, n. 374, 1995, p. 02

<sup>665</sup> Ibidem.

<sup>666</sup> *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, p. 10, 17 de junho de 1995.

<sup>667</sup> *O Trabalho*, n. 374, op.cit.

<sup>668</sup> *PT Informes*, n. 927, 20 de junho de 1995, p. 01

<sup>669</sup> *Linha Aberta*, n.133, 1996, p. 01.

Na entrevista concedida para esta pesquisa, o petista J.R.<sup>670</sup>, que entre 1998 e 1999 integrou a Coordenação Provisória da Juventude do PT, esclarece bem esta situação sob o prisma de quem vivenciou o período. Ele afirma que esta desorganização tinha relação com a carência de uma diretriz para as ações da Juventude do PT, o que não obliterava os duradouros debates entre os jovens sobre como a JPT poderia despontar como um braço mais autônomo dentro do partido. Vale frisar que esta autonomia organizativa da JPT aparecera pela primeira vez como uma emenda ao Estatuto do PT pontuada em seu 10º Congresso e protelada para apreciação na reunião subsequente do DN, fato este que não temos ciência de sua concretização. Julian destaca que esta autonomia caminhava em paralelo com busca de uma gestão de recursos financeiros próprios e a prerrogativa do tensionamento com o partido de pautas onde havia divergência, ou seja, a Juventude do PT poderia (e deveria) ter sido mais ousada na disputa do seu posicionamento político.

Na composição da Executiva Nacional eleita pelo Diretório Nacional em setembro de 1997, o setorial de Juventude novamente acabaria não tendo assento com direito a voz, justamente porque naquele momento não havia uma SNJ constituída, com cargos pré-definidos. Vale salientar que o temporário desarranjo da JPT na esfera nacional não significou uma paralisia total em cadeia para todas as outras esferas, pois encontramos registros de atividades entre 1995 e 1997 promovidas pelos coletivos estaduais de juventude na Paraíba, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal<sup>671</sup>. Alguns jovens petistas com engajamento no movimento estudantil tomariam as rédeas na organização de algumas atividades subscritas de forma mais geral: organização do 6º ENEPT no final de março de 1997 e participação do comitê preparatório brasileiro ao 14º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em Cuba em 28 de julho a 5 de agosto do mesmo ano<sup>672</sup>.

---

<sup>670</sup> J. pertencia a Articulação de Esquerda, tendência fundada oficialmente nos dias 18 e 19 de setembro de 1993, enquanto dissidência da tendência Articulação, resultado de um realinhamento político de uma ala mais radical da tendência majoritária. Mais informações ver: ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA. A trajetória da tendência petista Articulação de Esquerda. *Página 13*, 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/2o-congresso-da-ae/a-trajetoria-da-tendencia-petista-articulacao-de-esquerda/#.Vo1fkrYrLIU>. Último acesso em: 21/12/2015.

<sup>671</sup> O informativo *Linha Aberta* anunciou neste recorte temporal a promoção destas atividades, ainda que de forma concisa e com poucos detalhes.

<sup>672</sup> *PT Notícias*, n. 34, 1997, p. 5.

A base para a concretização do ENEPT partiu das orientações de uma Comissão Nacional constituída exclusivamente para a organização do evento<sup>673</sup>, eleita durante o CONEG da UNE na USP em dezembro de 1996<sup>674</sup>, não sendo esta comissão, portanto, uma instância de direção dos estudantes petistas. A orientação geral fora incumbir à Executiva Nacional as tratativas de quaisquer divergências ou orientações de fundo aos estudantes, por intermédio do membro Cândido Vaccarezza, então indicado para acompanhar as articulações estudantis naquele encontro<sup>675</sup>. Persistia um resquício de expectativa dos organizadores do encontro que nele os estudantes petistas tirassem uma tese unificada para o Congresso da UNE<sup>676</sup>, mas os 124 delegados presentes no 6º ENEPT, mesmo elegendo uma Coordenação Nacional dos Estudantes do PT, deram carta branca à produção autônoma, por cada força política estudantil petista, de sua própria tese, mesmo havendo a ratificação de inclusão coletiva de pontos específicos das resoluções gerais, como a cota de 30% de mulheres para diretoria da UNE, a implantação da Carteira Nacional de Juventude e pelo fim do serviço militar obrigatório.

Levando-se em conta o objetivo central do 6º ENEPT de fomentar, através de uma Coordenação Nacional, a regência de uma mínima unificação do bloco petista no 45º CONUNE, carimbamos o visível fracasso na atuação dos estudantes petistas no Congresso, jogados totalmente nos braços das desavenças partidárias entre as tendências que militavam, ecoando a diluição orgânica da intervenção compacta dos petistas no movimento estudantil a partir de então. A marca da desconexão petista ficou expressa com os jovens da Articulação (chapa Unidade na Luta) e seu apoio programático à proposta do PC do B e PDT de redução da quantidade de delegados em 80% para o próximo Congresso, com a extinção da eleição de delegações eleitas na base pela realização de Congressos Estaduais; pelo abandono da plenária, diante da aprovação desta proposta, dos jovens petistas que compunham a chapa “Não vou me adaptar”, representando ali a inserção majoritária do PT no ME, agregando correntes como DS, Força Socialista, Articulação de Esquerda, Tendência Marxista e grupos regionais<sup>677</sup>; e

---

<sup>673</sup> Circular ENEPT n02/97 In: *Linha Aberta*, n. 311, 1997, p. 01, 02. A Comissão Nacional de Organização do ENPT era formada por: Bento (UNE), Olavo (UNE), Juanito (UNE), Dênis (UNE), Marcos (UEE-SP), Denis e Lia (DCE PUCAMP), Daniel (DCE UNICAMP), Elaine (DF), Carlos (UFRJ) e Ulisses (MG).

<sup>674</sup> *Linha Aberta*, n. 310, 1997, p. 01.

<sup>675</sup> *Linha Aberta*, n. 305, 1997, p. 01- 02

<sup>676</sup> Juventude Petista realiza encontro. *PT Notícias*, n. 39, 1997, p. 03.

<sup>677</sup> *Em Tempo*, ano XX, n. 295, 1997, p. 06.

dos jovens ligados à tendência O Trabalho costurando uma chapa com o PSTU visando construir um projeto de direção nacional da entidade em oposição aos dois grandes blocos mencionados, principalmente ao bloco hegemônico<sup>678</sup>.

Em 1998, era estratégica para a direção do PT a rearticulação de sua Secretaria Nacional de Juventude e o motivo era mais do que nítido: o partido enfrentaria sua terceira eleição com Lula disputando o mais alto cargo no Poder Executivo, e a movimentação política bem articulada da JPT poderia ser uma ferramenta catalisadora do partido no sentido de atrair para o raio de apresentação das suas propostas diferentes segmentos juvenis, principalmente os em situação de vulnerabilidade social<sup>679</sup>. Naquele mesmo ano a juventude negra do PT vivenciava um momento distinto, dando passos expressivos para sua organização, ao criarem junto à Secretaria de Combate ao Racismo um grupo de trabalho, bem como a realização do 1º Seminário Nacional da Juventude Negra do PT em Belo Horizonte e, no ano seguinte, do 2º Seminário na cidade de São Paulo. Segundo Hellen Barcelos<sup>680</sup>, estes seminários foram decisivos para que estes jovens encaminhassem ao 2º Congresso do PT em 1999 o documento “Uma política para a juventude negra”, inserindo de forma inédita propostas ao eixo temático próprias da juventude negra do PT.

Na sede do PT em São Paulo no dia 30 de abril, cerca de 60 jovens petistas iniciaram as discussões sobre o *reorquestramento* da atuação da juventude no partido e sua movimentação política para a campanha de Lula. A grande ramificação da representatividade estadual da JPT nesta reunião (17 Estados assinaram presença) conferiu legitimidade para que os jovens petistas ali presentes elegeassem uma Coordenação Nacional Provisória da Juventude do PT, composta por oito membros de cinco Estados diferentes: Carlos Mário (RJ), Fausto Trindade (RJ), Humberto Jesus (SP), Julian Rodrigues (SP), Lazier Lopes (RS), Márcio Jardim (MA), Marta Battaglia (SP) e Rodrigo Seixas (MG)<sup>681</sup>.

Era enorme o desafio da Juventude do PT na construção do diálogo propositivo com setores juvenis diversos, diálogo este circunscrito, sobretudo, na demanda de estruturação de uma campanha político-eleitoral, frente o enrijecimento histórico de sua

<sup>678</sup> *O Trabalho*, ano XIV n. 419, 1997 p. 06.

<sup>679</sup> Seminário da Juventude Petista debate temas para a campanha. *Linha Aberta*, n. 562, 1998, p. 01.

<sup>680</sup> BARCELOS, H. A Juventude Negra do PT e o movimento social negro. In: PAPA, F; JORGE, F; MORAES, R. (orgs.) *Juventude em formação: textos de uma experiência petista*. São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2008, p.

<sup>681</sup> Juventude Petista a todo vapor. *Linha Aberta*, n. 570, 1998, p. 01.

faceta de atuação militante atrelada em sua essência com o perfil de engajamento restrito ao movimento estudantil. Em somatória, a vigência de redefinição do cenário de lutas sociais no Brasil naquela década, ambientado na crise de canais de mobilização tradicionais organizados (com os partidos políticos entrando neste balaio) e sua confiabilidade e legitimidade junto à população, comutados pela ascensão de novos atores políticos, reconhecimento da intervenção política pela via não-institucional eletiva, pelo fortalecimento de movimentos temáticos e ONG's e de políticas formuladas para segmentos sociais com a perspectiva de privilegiar áreas temáticas/problema e não necessariamente atores sociais organizados<sup>682</sup>. Na ânsia de oxigenar sua atuação política, a JPT almejava aproveitar o período eleitoral, como de *praxe*, para intercambiar experiências, diversificar sua pauta e heterogeneizar o perfil de seus quadros ativos, e as propostas aprovadas nesta reunião de abril sinalizavam neste sentido, via construção de Festivais de Juventude em apoio à candidatura Lula, realização de seminários da juventude petista para debater políticas públicas e de campanhas em clamor a melhores condições de trabalho e educação para os jovens<sup>683</sup>.

A Coordenação Provisória tentou (sem sucesso) convocar uma Plenária Nacional da Juventude Petista em junho, fracasso este previsível pelo pouco tempo hábil e ainda deficiente sistematização com coletivos estaduais, não obscurecendo, destarte, o importante papel exercido pela JPT em âmbito regional e local no fortalecimento da campanha pró-Lula, ações que dialogavam com as iniciativas propostas na reunião de reestruturação, cuja articulação dava ênfase, segundo um dos membros da Coordenação Nacional, a dois temas: a geração de empregos e a garantia de ensino público e gratuito<sup>684</sup>. A JPT participaria ativamente arquitetando duas atividades marcantes envolvendo os jovens naquela campanha: no dia 15 de agosto em São Paulo, juntamente com grupos de Hip Hop da cidade, conseguiram reunir cerca de quatro mil jovens em ato de apoio à Lula<sup>685</sup>, evento que contou com a presença de nomes renomados do RAP nacional, como Racionais MC's e Thaíde, além de lideranças petistas do Estado, como Marta Suplicy, Eduardo Suplicy, José Dirceu e o próprio Lula que, em seu discurso, se comprometera a criar mecanismos no seu governo para o desenvolvimento e incentivo das mais diversas expressões culturais da juventude; e no dia 23 de setembro quando,

---

<sup>682</sup> GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16 n. 47 maio-ago. p. 333-361, 2011.

<sup>683</sup> *Linha Aberta*, n. 562, 1998, p. 01.

<sup>684</sup> Ensino gratuito é bandeira do PT. *Folha de São Paulo*, caderno Folhateen, p. 06, 20 jul. 1998.

<sup>685</sup> *PT Notícias*, n. 68, 1998, p. 04.

juntamente com jovens de outras juventudes partidárias da coligação “União do Povo/Muda Brasil”<sup>686</sup>, tomaram as ruas de diversas capitais do país, como Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Florianópolis, em atos sincronizados com panfletagens, carreatas, atividades artísticas e comícios chamando o voto da juventude na coligação liderada pelo PT<sup>687</sup>.

Mesmo com a derrota de Lula no primeiro turno nestas eleições, o saldo desta campanha para a JPT foi em certa medida positivo, porque trouxe à tona a habilidade organizativa dos coletivos estaduais, que favoreceu a recomposição do debate sobre seu enquadramento setorial, tendo em vista a recomposição em definitivo da Secretaria Nacional de Juventude durante do 2º Congresso do PT. Situação que não sanou, entretanto, os obstáculos dos jovens petistas para uma chegada consistente do seu setorial ao Congresso, consequência da dificuldade em agilizar, no intervalo de pouco menos de um ano, encontros setoriais como requisito partidário para eleição de delegados. O petista Carlos Odas, ligado à Articulação, acabou sendo eleito Secretário Nacional de Juventude num Encontro de Juventude nos dias 30 e 31 de outubro em São Paulo bastante esvaziado e marcado por contestações de alguns setores da esquerda petista sobre a legitimidade de sua eleição diante daquele cenário de pouca representatividade estadual da juventude petista, o que não inibiu a confirmação pelo DN após o 2º Congresso da posse da nova gestão da Secretaria setorial, composta por dez membros mais o secretário.

O caso do encontro da juventude do PT em 1999 é um caso muito *sui generis*, é um caso à parte porque tem essa controvérsia, se a eleição do Carlos Odas foi legítima ou não, tem setores que não reconheciam na época, e tal, e acabou fragilizando a própria juventude do PT (...) A gente tem muita certeza de que o Encontro que conseguiu retomar a articulação da Juventude do PT a nível nacional foi em 2001, tem uma controvérsia sobre a SNJ em 1999, a juventude do PT estava desarticulada em nível nacional e teve o 2º Congresso do PT em 99 e tinha uma disputa pra saber como seria a escolha do SNJ. Um setor do partido achava que tinha que ter o Encontro de Juventude pra eleger, e ao fim o que aconteceu foi que tentou se realizar este encontro, teve muita disputa política, este encontro não conseguiu terminar, e o SNJ foi o Carlos Odas, um setor da juventude não o reconhecia como secretário, enfim, foi uma grande controvérsia, e ai depois do encontro de dois mil e um, foi um encontro mobilizado, que reconheceu o Rodrigo Abel se tornou o secretário nacional de juventude do PT<sup>688</sup>.

---

<sup>686</sup> Coligação composta pelo PT, PSB, PC do B, PCB, PCO e PDT. Fonte: *Tribunal Superior Eleitoral*.

<sup>687</sup> *PT Notícias*, n. 72, 1998, p. 04.

<sup>688</sup> Trecho da entrevista de R.C. ao autor, 17 de junho de 2015.

Mesmo reativada oficialmente, os trabalhos da SNJ persistiriam durante algum tempo intermitentes, fruto da pouca infiltração interna junto aos jovens do partido e esporádicas atividades de baixo impacto junto aos coletivos estaduais. Eram audaciosas as metas do plano de ação aprovado na reunião do Coletivo Nacional de Juventude em fevereiro de 2000, que englobava a participação da JPT em diversas atividades, ramificadas em dez propostas<sup>689</sup>, dentre as quais: construção da página da Juventude no site do PT; organização do Dia de Ação da Juventude, em comemoração ao aniversário de 20 anos do partido; realização de um Encontro Nacional de Juventude; propor reuniões com jovens sindicalistas da CUT, de igrejas e ONG'S; e mapeamento dos jovens petistas atuantes em movimentos e associações de juventude, bem como dos dirigentes nos níveis municipal e estadual. Contudo, à exceção do Encontro Nacional da Juventude do PT em outubro de 2001, nos registros públicos oficiais do partido não encontramos qualquer menção ao desenvolvimento de nenhuma destas atividades propostas, o que nos subsidia a afirmar que as mesmas não chegaram a se concretizar ou tiveram baixíssima expressão no conjunto interno do partido.

Isto não significa, entretanto, que a JPT foi inoperante nesta nova etapa organizativa. A postura de identificação com a organização e sua representação fez-se valer durante a campanha eleitoral municipal em 2000<sup>690</sup>, na presença do Secretário de Juventude e de diversos jovens petistas no Encontro Internacional de Jovens em Ribeirão Pires no final de dezembro do mesmo ano e no 1º Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre entre os dias 25 a 30 de janeiro de 2001.

Boaventura de Sousa Santos explica que o FSM constitui um conjunto de iniciativas de troca transnacional entre movimentos sociais, organizações não-governamentais e demais entidades com a finalidade de articular lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, objetivando romper com todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização e a ordem capitalista vigente<sup>691</sup>. Até fevereiro de 2016, onze edições do evento foram realizadas em diversas cidades ao redor do mundo, sendo Porto Alegre a cidade que mais vezes o acolheu (seis no total). Segundo Chico Whitacker, o Partido dos Trabalhadores estava à frente tanto da prefeitura de Porto Alegre como do governo do Rio Grande do Sul à época da construção do 1º FSM,

---

<sup>689</sup> JPT. *Plano de ação da SNJ*, 2000. Acervo FPA/CSBH.

<sup>690</sup> ODAS, C. Juventude boa de voto. *Linha Aberta*, n. 1072, 2000, p. 07.

<sup>691</sup> SANTOS, B. S. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 72, p. 07-44, 2005.

governos estes que operaram como facilitadores para que os representantes de organizações proponentes do Fórum pudessem realizá-lo (aporte logístico, estrutura física, manutenção)<sup>692</sup>.

Nos tópicos 8 e 9 da Carta de princípios<sup>693</sup> que norteia as ações do FSM, há o reforço de sua natureza plural, diversificada, não governamental, não confessional e não partidária, sendo sua abertura irrestrita à diversidade de engajamento e atuações, o que não significava carta branca para que organizações partidárias ou militares participassem do evento, salvo em caso de convite, em *caráter pessoal*, à governantes e parlamentares que assumam os compromissos da Carta. Gabriel Elias<sup>694</sup> afirma que este ponto não inibiu que o PT marcasse destacada presença nas atividades durante as diversas edições do FSM, inclusive internacionais, e o principal canal de entrada institucional do partido nos debates e deliberações do Fórum se dava via Fundação Perseu Abramo<sup>695</sup>.

Além da FPA, o PT se valeu de seu organograma setorial para também marcar presença nas atividades temáticas nas edições do Fórum, e a bandeira da Juventude do PT pôde ser vista circulando já no evento de 2001, pois além de compor o Comitê da Juventude, que dentre outras atividades organizou o Acampamento Intercontinental da Juventude<sup>696</sup>, promoveria um debate em parceria com o próprio Comitê sobre o tema “Juventude na virada do século XXI”, contando na composição da mesa central com a socióloga Marta Harnecker, do Centro de Memória Popular Latino-Americana de Cuba, e com o então presidente da UNE, Wadson Ribeiro<sup>697</sup>. Outras evidências do estreito vínculo entre a JPT e as edições do FSM repousam no papel de destaque da SNJ na composição da Comissão Petista de discussões para intervenção no Fórum de 2009, na iniciativa de empossar sua Direção Executiva, eleita no 2º Congresso da JPT em 2011,

---

<sup>692</sup> WHITAKER, C. *O Desafio do Fórum Social Mundial*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

<sup>693</sup> FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Carta de princípios*. Repositório digital del Foro Social Mundial. Disponível em: <http://memoriafsm.org/page/carta>. Último acesso em: 15/12/2015.

<sup>694</sup> ELIAS, G. A Relação dos Partidos Políticos com os Movimentos Sociais O caso do PT e o Fórum Social Mundial. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, jul. 2009.

<sup>695</sup> Segundo o autor, somente a partir da edição de 2009 que o PT decide articular sua atuação no Fórum dentro do próprio partido e não por intermédio de uma instância específica, com o Diretório Nacional criando uma comissão no ano anterior composta por diversas secretarias, parlamentares indicados, representantes políticos do Pará (Belém sediaria o evento) e FPA.

<sup>696</sup> Acampamento que acolheu jovens de diversos países e foi responsável pela promoção dos principais debates sobre a temática juvenil dentro do FSM.

<sup>697</sup> MOMBACH, A. A juventude do PT e o novo internacionalismo. *Em Tempo*, ano XXIV, n.320, 2000, p. 06.

no Acampamento da Juventude no FSM no dia 25 de janeiro de 2012<sup>698</sup>, além de estar presente em todas as edições realizadas em território nacional, com a promoção de debates e atividades artísticas normalmente organizadas em tendas próprias.

Posteriormente ao FSM de 2001 e enxergando como positivo o saldo de sua colaboração dentro do evento, a SNJ concentraria esforços na retomada do projeto de fomento de um canal próprio de comunicação, visando divulgar seus artigos de opinião, trabalhos desenvolvidos pela própria secretaria e demais secretarias regionais de juventude e facilitar o intercâmbio de informações acerca dos trâmites para a realização do Encontro Nacional da Juventude do PT ainda naquele ano. A Secretaria de Comunicação do PT, no começo de 2001, disponibilizou dentro do site do partido um canal específico de comunicação e interatividade para cada Secretaria temática, oportunidade abraçada pela JPT, que passou a veicular conteúdo informacional próprio, ainda que com baixa frequência de atualização. Por sua vez, naquele ano a Secretaria Municipal da Juventude do PT de São Paulo, após quase uma década de interrupção do jornal impresso da JPT, lançaria a revista *Rebele-se*, a primeira publicação em formato de revista na história da Juventude do PT, cuja primeira publicação contou com artigos de José Arbex Jr, Frei Betto, dentre outros<sup>699</sup>.

O Secretário Nacional de Juventude, em uma das primeiras publicações no novo portal<sup>700</sup>, escrevera sobre a solicitação da SNJ para que a Executiva Nacional e o Diretório pautassem em suas reuniões a discussão sobre os petistas no movimento estudantil, mirando a tentativa de resgatar o mínimo de unicidade do bloco do partido na disputa das entidades secundaristas e universitárias que há muito tempo estavam, como pontuamos, entregues completamente nas mãos das tendências petistas. O principal ponto de pauta do bloco petista ligado à Articulação era pela defesa das eleições diretas para a direção da UNE<sup>701</sup>, posicionamento adotado pelas outras tendências do outro bloco petista, convergência de pauta que se encerrava diante do posicionamento sobre o monopólio da entidade sobre a emissão de carteiras de meia-entrada, com o primeiro a

---

<sup>698</sup> JPT: Nova direção toma posse com o desafio de ampliar participação nos espaços de poder. *Portal de Notícias do Diretório Municipal de São Paulo*, 01 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.dmptsp.org.br/todas/1255-jpt-nova-direcao-toma-possa-com-o-desafio-de-ampliar-participacao-nos-espacos-de-poder>. Último acesso em: 16/12/2015.

<sup>699</sup> *Linha Aberta*, n. 1304, 2001, p. 02.

<sup>700</sup> ODAS, C. Resgatar a UNE como organização parceira na transformação da sociedade brasileira. *Portal do PT*, 19 de março de 2001.

<sup>701</sup> UNE discute eleições diretas e fim do monopólio nas emissões de carteirinhas. *Folha de São Paulo*, 16 de junho de 2001, p. c6.

favor e o segundo contra. Frente à imobilidade do DN para com a reivindicação da SNJ, o bloco petista, segundo maior partido em representatividade, chegou ao Congresso dividido em dois blocos para disputa da direção da entidade: “Mudança” (chapa 3) – bloco da Articulação na Luta e Rodrigo Abel como candidato à presidente; e “Oposição de esquerda” (chapa 1) – com Ademário Costa, da Articulação de Esquerda, candidato<sup>702</sup>. Mesmo ambas as chapas compondo a diretoria com o resultado final da apuração dos cerca de 3.700 delegados, foi esmagadora a derrota para a chapa liderada pelo PC do B, com diferença de 1.412 votos em relação à chapa 1 e discrepantes 2.075 votos em relação à chapa 3<sup>703</sup>.

Derrotado na eleição da UNE, Rodrigo Abel acabaria sendo eleito Secretário Nacional de Juventude durante o Encontro Nacional da Juventude do PT em Guarulhos entre os dias 26 a 28 de outubro de 2001, mantendo a Articulação no controle do principal posto organização, tal como prevalecia na maior fatia do corpo dirigente do partido. A SNJ encarava como principal desafio a ser superado, a partir deste Encontro e composição do novo corpo dirigente juvenil, pactuar os militantes da JPT no sentido de reconhecer espaços de formulação política e fóruns de tomada de decisão nas diversas frentes de luta nos diferentes níveis, meta intrinsecamente casada com o aprofundamento de sua organização em todos os Estados. No documento resolutivo final deste ENJPT<sup>704</sup>, o caminho debatido para melhor descentralizar a gestão da JPT lapidar-se-ia no fomento a regionalização da produção de iniciativas políticas e criação de fóruns próprios.

A aproximação dos jovens petistas com os governos petistas é apontada, na resolução, como essencial no sentido de favorecer o seu protagonismo, principalmente no que tange a elaboração de políticas públicas para a juventude. O balanço em relação ao último período do setorial de juventude carrega a crítica das poucas iniciativas da gestão para aproximar os jovens do partido e o intercâmbio entre os próprios jovens petistas.

A secretaria constituída, porém, dadas as condições oriundas de um processo político acidentado de equívoco, não foi capaz de concluir as tarefas que há muito nos desafiam: articular a juventude petista nas diversas frentes de luta

---

<sup>702</sup> Congresso vai definir hoje o novo presidente da UNE. *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 2001, p. c8.

<sup>703</sup> Um Congresso como nunca se viu. *O Trabalho*, ano XVIII, n. 497, 2001, p. 06.

<sup>704</sup> JPT. *Tudo ao mesmo tempo agora. Encontros Setoriais*, caderno 02, dezembro de 2001, p. 28-30, Acervo da Fundação Perseu Abramo.

criando o canal de diálogo entre o PT e a juventude brasileira, ferramenta imprescindível na disputa de hegemonia na sociedade. A gestão que se encerra deixa-nos em débito quanto à consolidação do espaço que merece a juventude no programa e na estratégia do PT, mas nos ensina que, ainda e como sempre, a história se constrói coletivamente, e que o peso da estrela vermelha do PT só se faz sentir quando respeitadas a diversidade que nos torna grande e a mística que nos reúne sob a bandeira do Partido dos Trabalhadores<sup>705</sup>.

Apesar de alguns contratempos no Encontro em virtude de problemas no cadastramento de alguns delegados, gerando distúrbios e atritos pontuais entre os jovens ali presentes<sup>706</sup>, o conjunto da juventude petista, com suas resoluções setoriais, mostrou-se consistente na tentativa de galgar um formato diferenciado no modelo de atuação até então vigente. César, Nadotti e Soncini<sup>707</sup> acreditam que este Encontro impulsionou a Juventude do PT rumo à uma maior solidez organizacional em âmbito nacional, sendo o primeiro degrau para a concretização do 1º Congresso da Juventude do PT sete anos depois.

As eleições gerais ocorridas em outubro de 2002 preencheria as principais agendas de trabalho da Juventude do PT naquele primeiro ano da nova gestão setorial. Repetindo a iniciativa da campanha de 1994, a SNJ lançou em março a campanha para que jovens entre 16 e 18 anos retirassem o título de eleitor, como ferramenta de aquecimento para que os coletivos estaduais iniciassem o trabalho de diálogo com o segmento juvenil, com orientação para que as suas sedes locais fossem disponibilizadas como pontos de informação para quaisquer dúvidas<sup>708</sup>. Naquele primeiro semestre, os Coletivos Municipais da JPT se movimentavam na preparação de Encontros setoriais, visando agregar um contingente significativo de jovens filiados para debater a conjuntura política para as eleições e preparar o terreno para a atuação destes jovens petistas em suas localidades. Algumas cidades como Florianópolis e Porto Alegre aproveitariam esta ocasião para emendar a eleição da nova coordenação setorial<sup>709</sup>.

Dentro da ideia de fomento à descentralização de iniciativas proposta pelo Coletivo Nacional, a agitação dos Coletivos da JPT, mergulhadas no clima de campanha, era de muito bom grado, tendo os dirigentes da juventude petista ciência que

---

<sup>705</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>706</sup> *Linha Aberta*, n. 1314, 2001, p. 03.

<sup>707</sup> CESAR, R; NADOTTI, V; SONCINI, L (orgs.) O PT e a Juventude. *Revista Perseu*, n. 10, ano 7, dez. 2013.

<sup>708</sup> *PT Informes*, n. 2502, 25 de março de 2002, p. 03.

<sup>709</sup> *Linha Aberta*, n. 1406, 2002, p. 04.

esta intervenção de seus colegas militantes poderia (e deveria) aperfeiçoar sua dinâmica de trabalho e angariar mais adesão se fosse pautada em diretrizes gerais e uniformes. A coordenação da campanha eleitoral para a Juventude do PT, bem como sua tática eleitoral, foram aprovadas por unanimidade pelo Coletivo Nacional na reunião em maio na cidade de São Paulo, com cinco de seus membros ocupando os postos nesta coordenação nacional voltada a articulação da campanha entre os jovens (eram eles: Adriano Oliveira, Vinicius Wu, Rogério Azevedo, Humberto de Jesus e Salmito Filho), ficando o Secretário Nacional de Juventude como coordenador geral<sup>710</sup>.

Qualquer entidade, associação e outros grupos de jovens que não somente os filiados ao PT poderiam criar um comitê de campanha de apoio à Lula, com a SNJ se encarregando de bancar e distribuir kits com orientações de funcionamento destes comitês. Os jovens petistas repetiam assim a tática de pegar carona na corrida eleitoral para transmitir as propostas do partido para a juventude e apresentar o cartão de visita de sua organização partidária juvenil, propostas estas em parte alinhadas com o plano de governo petista apresentado para a coligação encabeçada por Lula. E novamente as temáticas que centralizavam o plano de discussão do partido num plano de governo seriam *educação e trabalho*.

No programa de governo da coligação Lula Presidente 2002<sup>711</sup> está proposto uma atenção especial aos jovens brasileiros que buscam sem sucesso ingressar no mercado de trabalho, na maioria das vezes sem sucesso ou em empregos subvalorizados, conseqüência na negligência de governos anteriores para com as políticas públicas de preparação do jovem ao primeiro emprego e receptividade das empresas na sua contratação. No plano educacional, reconhece-se como uma educação de qualidade aquela que emancipa para a cidadania e integra de forma consistente o jovem no mundo do trabalho, evitando a fragmentação social que alimenta a violência e a criminalidade, na qual os jovens seriam as maiores vítimas na sociedade brasileira. O acesso a uma formação educacional consistente, inclusive superior, onde poucos jovens de camadas mais pobres da população tinham acesso, é tratado neste plano como prioridade num futuro governo petista.

---

<sup>710</sup> *Linha Aberta*, n. 1425, p. 2002, p. 02.

<sup>711</sup> *Um Brasil para todos*. Programa de governo 2002 – coligação Lula Presidente, 2002, Acervo - FPA/CSBH.

Neste ponto abrimos um parêntese: ao afirmarmos que a Juventude do PT adotou parcialmente a postura do programa do partido para aquelas eleições, reconhecemos que outros temas de complexa relevância para a categoria juvenil, que vinham sendo debatidos dentro da organização havia algum tempo e que estavam presentes nas chamadas de debate e troca de informações dentro dos Coletivos petistas de juventude (temas como participação política da juventude, garantia de proteção dos direitos humanos, livre expressão e manifestação cultural, dentre outros) tiveram, neste programa em 2002, baixa profundidade analítica, em direta conexão com os anseios específicos da juventude, ao relento do mote da campanha de disputar uma juventude que precisaria da tutela social, vulnerável (quicá problemática), suscetível ao risco de ser engolida pela criminalidade.

A vitória de Lula no segundo turno, derrotando o candidato do PSDB José Serra, veio como resultado agregado de vários fatores: em resposta aos anseios da maior parte do eleitorado dispostos a votar em um candidato opositor que representasse uma mudança nos rumos políticos do país<sup>712</sup>; o sucesso em neutralizar o perfil radical e o estigma do despreparo administrativo, aspectos centrais da rejeição ao candidato em outras eleições<sup>713</sup>; e a voluptuosa quantia de verba investida na campanha, pavimentando as engrenagens de uma máquina eleitoral profissionalizada, com propagandas eleitorais sofisticadas, extensa rede de apoio jornalístico e de assessoria nos Estados, showmícios, contratação de artistas com apelo popular e de profissionais para o trabalho eleitoral de base, configurando, portanto, “o ápice do processo de modernização das campanhas eleitorais do PT”<sup>714</sup>. A vitória marca a ascensão do primeiro líder de um partido de esquerda ao maior cargo político do país e o triunfo do PT em consolidar a transmissão do discurso político de superação do modelo neoliberal. Para a JPT, a vitória significava finalmente, enquanto braço oficial da juventude do partido no poder, deslocar seu eixo de discussão e atuação “não mais numa perspectiva de resistência, mas sim pensando em possíveis avanços”<sup>715</sup>, principalmente no perímetro de proposições concretas de políticas públicas para a juventude.

---

<sup>712</sup> FIGUEIREDO, R; COUTINHO, C. A eleição de 2002. *Opinião Pública*, v. 9, n. 2, p. 93-117, 2003.

<sup>713</sup> CARREIRÃO, Y. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 22, p. 179-194, 2004

<sup>714</sup> RIBEIRO, 2008, p. 119.

<sup>715</sup> SZERMETA, R; VALDOSKI, E; CABRAL, J. Juventude do PT: balanços e perspectivas. *Eleições 2002 – Caderno de textos*. Secretaria Municipal de Juventude do PT/SP, 2002.

A ala numericamente mais expressiva em toda trajetória da JPT sempre fora a vinculada com as lutas dentro do movimento estudantil. O Coletivo Nacional de Juventude sabia da importância das articulações estudantis na sua própria articulação institucional histórica, mantendo a crença de vitória na batalha pela unificação consolidada do bloco estudantil petista nos embates dentro de suas entidades de classe. O 8º Encontro Nacional dos Estudantes do PT<sup>716</sup> traria uma proposta inovadora pensada pela SNJ como indicativo de construção de uma plataforma comum nos círculos de debate e discussão de resoluções sobre conjuntura e políticas educacionais: o esgotamento dialógico na busca do consenso.

Cada grupo de discussão intercambiaria suas deliberações consensuais para que fossem coletivamente apreciadas, somente assim sendo transpostas para o Grupo de Sistematização. Seria a primeira experiência de um Encontro de jovens petistas com esta dinâmica de trabalho, esta que acabou sendo bem sucedida, galgando os jovens petistas a sistematização de um conjunto de propostas consensuais esgotadas nos debates, tais como a defesa da realização de um Plebiscito Oficial da ALCA<sup>717</sup> e da dívida externa, fim das Fundações Privadas dentro da Universidade Pública, regulamentação do Passe Livre Estudantil e Boicote ao Provão<sup>718</sup>, além da disposição em sistematizar no Congresso da UNE uma pauta comum para os jovens petistas e militantes identificados com o partido. Observa-se que mesmo tendo um petista à frente da pasta, algumas propostas vinham em tom de cobrança ao Ministério da Educação para que assumisse de fato as colaborações oriundas do meio estudantil petista.

Naquela altura, Rodrigo Abel já havia deixado o cargo de Secretário Nacional de Juventude do PT (para ocupar um cargo em comissão no Governo Lula), sendo substituído pelo seu companheiro de tendência, Humberto de Jesus<sup>719</sup>. O Secretário reiteraria em entrevista<sup>720</sup> que a juventude petista esperava, como deliberado no Encontro, se aproximar do MEC encaminhando-lhe, a título de contribuição, suas propostas na área da educação, almejando do governo Lula participação no apoio de sua coesão e legitimação de suas iniciativas. Esta deliberação do ENEPT tinha mais coerência do que conjecturar infringir uma derrota à hegemônica UJS na composição

---

<sup>716</sup> Ocorrido entre os dias 19 e 21 de abril de 2003 na cidade de Brasília.

<sup>717</sup> Área de Livre Comércio das Américas, idealizada pelos Estados Unidos durante a realização da Cúpula das Américas em 1994, objetivando eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos (exceto Cuba).

<sup>718</sup> VALENÇA, A. Encontro Nacional discute unidade. *O Trabalho*, ano XX, n. 536, 2003, p. 06.

<sup>719</sup> PT. *Resolução do Diretório Nacional*, 16/03/2003.

<sup>720</sup> PT parte para a conquista da UNE. *Jornal do Brasil*, acervo News Archive, 27/04/2003.

majoritária dos cargos da UNE em seu 48º Congresso. Com nove chapas disputando a direção<sup>721</sup>, os jovens petistas insistiam em seguir o *script* histórico da divisão de seu bloco, novamente favorecendo a permanência dos pededobistas no controle da entidade.

Mas o protagonista até então central na esfera de atuação em toda história da Juventude do PT, o movimento estudantil, teria um concorrente de impacto que disputaria a atenção dos jovens petistas a partir do momento que seu partido conseguiu conquistar a presidência da República: a articulação em torno das políticas públicas de juventude (PPJ). As juventudes partidárias naquele momento não tinham um acúmulo sobre PPJ (Políticas Públicas de Juventude), pois seus temas eram muito centrados no movimento estudantil e na luta por liberdades individuais (por exemplo, a liberação da maconha)<sup>722</sup>. O debate sobre políticas públicas de juventude forçou estas juventudes partidárias a entrar em contato com novos circuitos e atores políticos juvenis que se colocavam no debate, como os coletivos de Hip Hop, de cultura e educação popular, juventude do movimento negro, de mulheres, juventude agrária etc. A Juventude do PT, engessada até então nos moldes tradicionais de intervenção e engajamento político, parece, nesta conjuntura, querer adquirir contornos mais flexíveis e de maior preocupação multi-temática.

A eleição de Lula e sua representatividade junto a importantes atores engajados da sociedade civil na temática juvenil possibilitaram a construção de uma agenda pela institucionalização de direitos para a juventude, conferindo maior espaço propositivo de atuação destes atores. O governo tinha pleno interesse, segundo Regina Novaes, pela criação de um espaço institucional específico “de juventude”, que catapultou, principalmente a partir de 2004, inúmeras iniciativas, pesquisas, mobilizações da sociedade civil convergindo para articulação e formalização de políticas públicas voltadas para os jovens dentro do ambiente favorável fornecido pelo governo federal<sup>723</sup>.

Três espaços interconectados de discussão sobre a temática juventude, pela sua efetividade, foram decisivos para o nascimento da Política Nacional de Juventude, através do decreto da medida provisória nº 238 no dia 1º de fevereiro de 2005 (convertida na Lei 11.129/2005): a Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados; o

---

<sup>721</sup> *O Trabalho*, ano XX, n. 539, 2003, p. 06.

<sup>722</sup> ABRAMO, H. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

<sup>723</sup> NOVAES, R. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. *Juventude e contemporaneidade*, p. 253, 2007.

Projeto Juventude do Instituto Cidadania; e o Grupo Interministerial de Juventude do Governo Federal.

De acordo com os apontamentos de Rocha<sup>724</sup>, a partir de requerimento apresentado por parlamentares de diversos partidos (liderados pelo deputado petista Reginaldo Lopes) e aprovado pela Presidência da casa no dia 07 de abril de 2003, criou-se na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial com o objetivo de analisar propostas de políticas públicas para a juventude. Em conjunto ao requerimento, e como instrumento de pressão pela sua aprovação, alguns deputados organizaram uma Frente Parlamentar de Juventude. A Comissão acabou sendo instalada no dia 07 de maio, iniciando seus trabalhos oito dias depois. Os resultados dos estudos realizados dentro da Comissão (sua dinâmica finalizou-se em junho de 2004) sugeriam a regulamentação da categoria juvenil por intermédio da criação de um marco legal da juventude, através do Estatuto da Juventude, a PEC da Juventude e um Plano Nacional de Juventude. Buscando aproximar a sociedade civil para debater estas questões, esta Comissão acabaria encabeçando a convocação da Conferência Nacional de Juventude realizada nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2004 (após os encontros regionais), que contou com a presença estimada de dois mil jovens de diversas partes do país, além de especialistas na temática sobre juventude, parlamentares, e representantes do governo<sup>725</sup>.

O Projeto Juventude foi uma iniciativa implementada em agosto de 2003 pelo Instituto Cidadania no sentido de promover seminários temáticos sobre juventude, através da interlocução de diferentes atores sociais (movimentos de juventude, pesquisadores, entidades estudantis, parlamentares), resultando em um conjunto de diretrizes e orientações estratégicas sobre o tema, além de elaboração de uma agenda detalhada de “avaliações, recomendações e propostas específicas sobre os diversos temas relacionados, como educação, emprego, cultura, esporte, saúde, drogas, lazer, segurança pública etc”<sup>726</sup>. Os apontamentos presentes no documento de conclusão do Projeto<sup>727</sup> sugerem uma maior integração intergovernamental dos projetos e políticas

---

<sup>724</sup> ROCHA, S. Juventude e políticas públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

<sup>725</sup> Ibidem, p 98 - 104.

<sup>726</sup> INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude (2003/2004)*, publicado em 07/07/2011. Disponível em: <http://www.institutolula.org/projeto-juventude-20032004/>. Último acesso: 23/12/2015.

<sup>727</sup> O documento na íntegra pode ser acessado neste link: <https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dicas-projeto-juventude-final-1.pdf>

públicas para o jovem, como demanda de aperfeiçoamento da atuação do governo sob uma interface mais dinâmica e transversal. As diretrizes do documento orientavam para que as políticas públicas para a juventude superassem o caráter de compensação pela geração de oportunidades e reconhecimento de suas expressões e particularidades. Nas proposições, além dos inúmeros apontamentos para uma nova ótica de atuação dos diferentes setores sociais com a juventude, sugere-se a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, semeando a faceta da composição da Política Nacional de Juventude.

Por fim, o Grupo Interministerial de Juventude foi criado em 2004, como esclarece Rocha, com o objetivo de elaborar um mapeamento das políticas públicas, programas e ações para a juventude desenvolvida pelos Ministérios, no sentido de buscar uma maior integração de iniciativas, uma vez que até aquele momento havia uma deficiência no intercâmbio de projetos e experiências interministerial, cada qual atuando junto a juventude de forma relativamente isolada. Com o Grupo, o núcleo decisório do governo pôde ter um diagnóstico de todos os programas de juventude espalhados nos Ministérios.

Locco e Rocha irão destacar que tanto no Projeto Juventude quanto na Comissão de Juventude da Câmara os militantes das Juventudes Partidárias que compunham o bloco partidário do chamado “Campo Democrático Popular” (PT, PC do B e PSB) tiveram um papel destacado, fazendo-se valer da legitimidade institucional que lhes era conferida por comporem, como membros partidários, o bloco governista. Muitos quadros jovens destes partidos preenchiam a máquina de cargos no governo e de assessorias de Deputados Federais e Senadores, facilitando o seu trabalho, dentro da Comissão de Juventude, de articulação e pressão junto aos deputados de suas respectivas siglas para que incorporassem este tema na prioridade da bancada no Congresso Nacional. No Projeto Juventude, as Juventudes Partidárias destes partidos seriam presença carimbada nas reuniões que ocorriam a cada três semanas na sede do Instituto Cidadania (foram ao todo 18 Assembléias, contando com média de 30 a 50 participantes)<sup>728</sup>.

---

<sup>728</sup> ROCHA, H; LOCCO; L. O papel das juventudes partidárias na formulação da agenda da política nacional de juventude. In: Encontro Internacional: Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2, *Anais...* Campinas, abr. 2015.

Diferentemente do que acontecia nas disputas políticas das entidades estudantis, havia entre os jovens petistas um maior alinhamento na elaboração de posicionamentos nestes dois espaços. Não podemos simplificar a compreensão deste fenômeno como fruto da irrefletida iniciativa espontânea destes jovens, ao baixarem a guarda de seus posicionamentos construídos dentro das tendências. Alguns fatores nos ajudam a melhor compreender esta intervenção mais organizada da JPT.

Primeiro, o sucesso da centralização das diretrizes desta intervenção no Coletivo Nacional de Juventude. Segundo, se na arena estudantil os jovens petistas mantinham um embate histórico com os jovens do PC do B (o que colaborava para os rachas de posicionamento entre as correntes petistas), naquela conjuntura, agora pertencentes ao mesmo bloco político no governo, enfraquece a intensidade desta disputa dentro das discussões de PPJ's. Aliás, no dia 24 de março de 2004, os jovens de ambos os partidos realizariam uma reunião no Diretório Nacional para debater questões sobre políticas públicas, deliberando pela formação de um grupo de trabalho e de um fórum permanente de discussão<sup>729</sup>.

Terceiro, o presidente do partido no período, José Genoíno, se empenhou pessoalmente na cobrança para que a unidade da JPT fosse preservada, pontuação reforçada inclusive na reunião do Coletivo Nacional de Juventude do PT perto do encerramento do Projeto Juventude, quando da redação do relatório final dos grupos de trabalho<sup>730</sup>. Por fim, a participação da JPT seguia o protocolo do convite feito à SNJ, enquanto uma organização de juventude, para participar das audiências na Comissão Especial de Políticas Públicas da Câmara, não existindo brecha para inscrição em separado de grupos distintos que compunham a Secretaria. Uma audiência pública chegou a ser convocada em maio de 2004 por esta Comissão, cujo convite foi direcionado somente para as Juventudes Partidárias, audiência esta que contou com a participação de lideranças jovens representando 14 partidos<sup>731</sup>.

O Diretório Nacional do PT estava determinado em elevar para um novo patamar de discussões no partido a atenção de suas diversas instâncias sobre políticas públicas de juventude em todos os níveis. Consideravam a imprescindibilidade de uma

---

<sup>729</sup> *PT Notícias*, n. 150, 2004, p. 04.

<sup>730</sup> JESUS, H. Os desafios da Juventude do PT. *Portal do PT*, Secretaria de Juventude, 22/03/2004.

<sup>731</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ordem do dia das Comissões – Pauta de reunião ordinária em 06/05/2004. 52ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=6633>. Último acesso em: 23/12/2015.

aproximação do partido com os setores de juventude e suas inúmeras modalidades de atuação inovadoras, aproveitando-se do potencial que os jovens poderiam ter naquele momento de ruptura, com a conquista da presidência pelo partido, para impulsionar e consolidar as iniciativas políticas oriundas do governo. O partido reconhecia os trabalhos desenvolvidos nos estados e prefeituras governados pela coalizão vitoriosa em 2002, com apoio de organismos gestores específicos e políticas públicas setoriais. Mas sabiam que era estratégico aproveitar as circunstâncias da ótima repercussão dos intensivos trabalhos desenvolvidos tanto na esfera do governo, quanto na Câmara e também por inúmeras entidades no Projeto Juventude, para remodelar o modelo de gestão de suas instâncias para com os jovens e sua relação com seus setoriais de juventude.

Em conjunto com estas considerações, presentes na resolução sobre juventude<sup>732</sup> aprovada pelo DN em julho de 2004, segue-se um leque de orientações gerais destinadas às instâncias do partido, bancadas parlamentares e administrações municipais e estaduais onde o PT estivesse presente em ações concretas. Em linhas gerais, para as bancadas parlamentares petistas pelo país, sugeriam que estas tomassem iniciativas de apresentar projetos e proposições de políticas públicas específicas de juventude em seu campo de atuação. Para as administrações, a articulação de programas amplos e criação de organismos gestores compatíveis com iniciativas junto à juventude. Internamente, o DN apelava pelo fortalecimento do sentimento de unidade como base indispensável para uma atuação responsável nos organismos e movimentos ligados à juventude, evitando conotação aparelhista ou sectária. Queriam que os petistas se qualificassem sobre da realidade da juventude brasileira, propondo que Secretarias que desenvolviam intervenções com jovens orquestrassem cursos de formação sobre o tema.

Estas orientações foram muito bem recebidas pela Secretaria Nacional de Juventude do PT. Somado ao fato do DN procurar incrementar uma nova configuração da atuação do PT com a juventude como acima descrito, diretamente colocariam na mesa, como consta no item 6 desta resolução, que os organismos, secretarias e grupos de trabalho do partido voltados à questão da juventude deveriam estar assegurados de

---

<sup>732</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resolução sobre juventude*. Diretório Nacional, julho de 2004, Acervo FPA/CSBH.

“eficaz alocação de quadros, discussão e orientação política sistemáticas, e recursos materiais adequados”<sup>733</sup>.

Esta resolução é o resultado do trabalho que vem sendo realizado pela SNJ e pelo conjunto da militância da Juventude Petista. Aponta orientações importantes às direções estaduais e municipais no que se refere à prioridade que deve ser dada à militância da juventude petista. Apresenta o trabalho extraordinário que vem sendo realizado pelo Grupo Interministerial de Juventude, coordenado de maneira extremamente competente pela Secretaria Geral da Presidência da República, que além dos resultados expostos na reunião do DN pelo companheiro Beto Cury, acima de tudo demonstra, o compromisso do nosso governo, com as Políticas Públicas de Juventude. Apresenta também o resultado do Projeto Juventude que foi coordenado pelo Instituto Cidadania, que teve uma importante contribuição da Juventude do PT, que deixou entusiasmados os membros do DN<sup>734</sup>.

A SNJ teria agora em mãos o aporte normativo vindo do DN para que as instâncias do partido nas diferentes esferas melhor reconhecessem *também* seu papel no organograma partidário. O DN neste documento não reconhece as pontuações propositivas sobre juventude como atribuição exclusiva de sua Secretaria Nacional de Juventude, coerentemente pela transversalidade do interesse deste tema sobre outros círculos de militância interna. O que não anula este documento ser mais uma peça decisiva no quebra-cabeça da SNJ de auto-afirmação interna enquanto braço institucional de jovens do partido.

O PT realiza no ano de 2005 sua eleição interna para composição do 11º Diretório Nacional e do novo presidente do partido, através do segundo Processo de Eleições Diretas. Concomitantemente, os setoriais abriam seus encontros, e os Encontros Estaduais da Juventude do PT aconteceram no mesmo período da disputa no 2º turno para presidência do partido entre Raul Pont (tendência Democracia Socialista) e Ricardo Berzoini (Construindo um Novo Brasil). Berzoini acabou sendo eleito numa eleição bastante acirrada e fortemente marcada pelo clima de tensão gerado pela maior crise política vivenciada pelo partido em toda sua história, mergulhado em denúncias de pagamento de parlamentares da base aliada como contrapartida para o apoio ao Governo Lula e de orquestrar esquemas de “caixa dois” de campanha eleitoral.

---

<sup>733</sup> Ibidem.

<sup>734</sup> JESUS, H. *Resolução da Juventude*. Entrevista concedida ao Portal do PT, 22/07/2004.

Como os debates organizativos da JPT nestes encontros inevitavelmente sofriam interferência dos debates travados no PT, este momento de crise pautou boa parte das interlocuções em ambas as esferas. A eleição de um membro da Articulação de Esquerda como novo Secretário Nacional de Juventude durante o Encontro Nacional de Juventude teve como elemento decisivo a divisão política dentro do bloco de jovens pertencentes ao Campo Majoritário. A candidatura alternativa de Rafael “Pops” e sua estratégica aliança com setores juvenis descontentes com as opções programáticas trilhadas pelo partido exalava o fôlego que a Juventude do PT precisava naquele momento para oxigenar sua postura interna enquanto uma juventude questionadora, combativa, no ensejo da avaliação da sua postura política nos últimos anos. O setorial de Juventude, diferentemente de todos os outros setoriais, deslocou as suas rédeas de comando para um grupo diferente do que vinha dominando o Diretório Nacional nos últimos 10 anos. A semente para o 1º Congresso da JPT começava ali a ser regada.

Neste cenário, saímos vitoriosos do encontro de 2005 (...) Entre as notícias da nossa vitória, uma delas destacava que tínhamos feito o que os adultos não conseguiram: unificar e derrotar o antigo campo majoritário – o que não deixa de ser um pouco verdade, pois a juventude foi a única derrota nacional no processo de renovação das direções ocorridas em 2005 daquela maioria formada em 1995<sup>735</sup>.

Como primeiro grande desafio para esta nova gestão da Juventude do PT, as eleições gerais de 2006 apareciam no calendário do projeto político petista como uma resposta para a encruzilhada enfrentada pelo partido no último ano em virtude dos escândalos políticos na qual estava profundamente mergulhado. O projeto de campanha da juventude petista perpassava elencar as propostas contidas no programa de governo, principalmente no que se refere à ampliação das políticas de juventude implementadas durante a gestão petista no governo federal, o fortalecimento de programas como o Prouni e a rede de Pontos de Cultura.

O eixo Juventude contido no programa de governo, aliás, teve na sua elaboração a contribuição direta da JPT, resultado da plenária nacional realizada no dia 23 de julho em São Paulo. Esta plenária contou com a participação de diversos secretários estaduais e militantes da JPT, além de nomes como Beto Cury, então Secretário Nacional da

---

<sup>735</sup> MORAES, 2015, p. 18.

recém criada Secretaria de Juventude, e do membro da coordenação de campanha Valter Pomar, que diretamente foi o responsável pela comissão temática de Juventude no programa de governo. Este maior estreitamento do diálogo entre PT e JPT em torno da construção das propostas deste plano o credencia como o plano de governo petista que sofrera até então a maior interferência propositiva de organização de juventude.

As formulações das políticas públicas do governo federal abriam alas para que a Juventude do PT desembarcasse junto com as campanhas do partido buscando se aproximar de uma juventude que, naquele segundo semestre de 2006, era o setor com a menor aceitação positiva do governo, ainda que o percentual fosse bem mais elevado em relação aos outros partidos<sup>736</sup>. As caravanas da JPT davam-se no compasso das investidas de campanha da coligação “A Força do Povo” (PT- PCdoB- PRB), nas cidades onde sua organização tinha um mínimo de estruturação, estas que não eram muitas. Em algumas capitais e grandes centros urbanos, a Secretaria Nacional de Juventude do PT mobilizou suas bases estaduais para somarem na construção do Dia Nacional de Mobilização de Juventude pela reeleição de Lula, ocorridas no dia 29 de agosto e no dia 13 de setembro, com estimativa de participação no primeiro de cerca de quinze mil jovens promovendo passeatas e panfletagens<sup>737</sup>.

A União da Juventude Socialista, mesmo tarimbada nos históricos atritos com alguns setores estudantis da juventude petista, acabaria marcando presença junto com a JPT nestas amplas frentes de mobilização. UJS e JPT possuíam uma relação simbiótica no plano da interlocução estrutural de governo de suas matrizes partidárias, aproximação mais intensa esta principalmente nos períodos eleitorais e paulatinamente também sendo encorpada na participação de ambas nas organizações de intervenções do governo no planejamento das Políticas Públicas de Juventude.

A trajetória do governo petista a partir de 2003, tendo o PC do B como partido da base aliada no Congresso, influenciou para que dentro da JPT os jovens militantes do movimento estudantil atrelados com a tendência Campo Majoritário estabelecessem uma relação duradoura na composição de blocos de luta em conjunto com a UJS dentro da UNE. Esta relação começara na década de 1990, diante da sintonia de adesão conjunta entre ambas as frentes estudantis nos Congressos da entidade em torno de

---

<sup>736</sup> VALENTE, J. Candidatos de olho no voto da juventude. *Agência Carta Maior*, Caderno Política, agosto de 2006.

<sup>737</sup> Movimentos sociais farão mais cinco grandes atos pró-Lula. *Portal Vermelho*, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/6836-8>. Último acesso em: 05/01/2016.

diversas propostas, o que gerou inúmeros atritos com outras correntes estudantis petistas. Todavia, no 48º Congresso da UNE em 2003, as principais vertentes estudantis petistas estavam entusiasmadas com a conquista da cadeira da presidência da República pelo seu partido, fato este decisivo para que conseguissem pactuar um manifesto demonstrando vontade em retomar a direção majoritária da entidade, com a chapa *Mudar a UNE para Mudar o Brasil*. Os estudantes petistas acabariam sendo derrotados para a chapa *Pra Conquistar o Novo Tempo*, liderada pela UJS.

Nos Congressos seguintes, a união de forças dos jovens adeptos do Campo Majoritário com a mesma UJS seria fato corriqueiro, tanto no debate em torno das propostas principais como na composição da chapa para eleição da nova diretoria. O nexos causal nesta relação entre correntes petistas e pcedobistas pairava em torno da defesa irrestrita das iniciativas políticas do Governo Federal, principalmente no que tange as investidas na proposta da Reforma Universitária, quando em grande medida se debatiam dentro da entidade projetos governamentais como o Prouni, o Reuni, o Sinaes, o Enade e o Projeto de Lei nº 7200/06, que estabelecia as normas gerais da educação superior e regulamentação da educação superior no sistema federal de ensino. A última iniciativa mais incisiva da JPT em tentar construir uma atuação mais consistente e vanguardista dentro da UNE deu-se no contexto das propostas debatidas no 2º Seminário Nacional de Estudantes Petistas realizado em outubro de 2007.

De acordo com Paiva<sup>738</sup>, no 49º Congresso da UNE em 2005 as tendências estudantis petistas Articulação e Tendência Marxista unificaram luta com a UJS para a disputa da direção da entidade, saindo vitoriosos ao conquistarem 13 cargos na executiva (2.496 votos) e reelegendo Gustavo Petta como presidente da entidade. Uma vitória expressiva contra outras chapas petistas: *Por uma UNE combativa, democrática e de luta para barrar essa reforma e contra a divisão* (517 votos), com petistas da Articulação de Esquerda e O Trabalho, que se aproximaram dos estudantes ligados ao Partido Socialismo e Liberdade, e setores do PCB e PSB; e a chapa *Kizomba em movimento* (217 votos), que aglutinou as tendências petistas Democracia Socialista e Movimento PT. No 50º Congresso em 2007, novamente os jovens adeptos da ala majoritária do PT se uniram ao UJS na transposição para os debates temáticos pautas com conteúdo de defesa irrestrita das políticas governamentais. A afirmação nominal de

---

<sup>738</sup> PAIVA, G. A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010). 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, comunicação e artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel (PR), 2011.

uma chapa puro-sangue de jovens petistas (chapa *Juventude Petista*) por parte de jovens da Articulação de Esquerda, O Trabalho e Movimento PT, não conseguiu fazer frente à chapa *1º de Fevereiro*, encabeçada pela UJS e tendo em sua retaguarda petistas da Articulação, Democracia Socialista, além de jovens do PDT, PSB, chapa esta que fora a única dentre as 10 chapas a lançar candidato à presidência da entidade (Lúcia Stumpf).

A ascensão do PT ao Governo Federal tem orientado a ação da UNE até os tempos atuais numa lógica de colaboração e não mais do inconformismo desvinculado. É o que afirma Paula em sua tese de doutorado, que aponta a adesão do PC do B com o projeto de Lula, a inserção no projeto de lei de políticas de democratização do acesso e da assistência estudantil e a participação de ex-dirigentes e algumas lideranças em postos do Governo como elementos decisivos para esta priorização das negociações políticas de gabinete em prejuízo das mobilizações dos estudantes enquanto entidade autônoma e representativa.

Após a vitória de Lula no segundo turno sobre o candidato tucano Geraldo Alckmin, a JPT pôde concentrar esforços para pressionar o partido pelo aval à realização de seu 1º Congresso Nacional, que como vimos no capítulo anterior, acabou sendo contemplado dentro das resoluções finais do 3º Congresso Nacional do PT realizado em 2007, a partir de uma resolução diretiva elaborada pelo Coletivo Nacional da Juventude do PT, com a subscrição de 350 jovens petistas feitas durante a Jornada de Formação da JPT pouco antes do Congresso. O encaixe desta pressão situava-se no desejo da JPT em superar o patamar de *secretaria setorial*, como parte da proposta de maior fortalecimento de sua organização dentro do partido e de sua intervenção política junto à juventude brasileira, sob a ótica do projeto político do Partido dos Trabalhadores.

Enquanto secretaria do partido, a Juventude do PT precisava que o Diretório Nacional emitisse a resolução com toda a regulamentação do seu 1º Congresso, documento<sup>739</sup> este aprovado na reunião ocorrida no dia 09 de fevereiro de 2008 e revisado dias depois pela Comissão Executiva Nacional, com a seguinte pauta a ser discutida em todos os níveis: “O Brasil que queremos para a juventude” e “JPT: concepção e funcionamento”. A eleição para delegados norteou-se pelo modelo partidário de mobilização nas três esferas, com eleições proporcionais e diretas, com a

---

<sup>739</sup> DNPT. Regulamento do I Congresso da Juventude do PT. Portal do PT. Disponível em: [old.pt.org.br](http://old.pt.org.br). Acesso em 20/12/2015.

diferença em relação ao modelo setorial que desta vez haveria etapas municipais e validação online de comissões organizadoras municipais. O regulamento garantia ao Coletivo Nacional de Juventude, como até então não havia ocorrido em toda a história dos Encontros da JPT, larga margem de autonomia para deliberar sobre pontos chave da construção do Congresso, como a decisão sobre o local de sua realização, nomeação da comissão organizadora, aspectos organizativos gerais, registro de teses e julgamento de recursos, cabendo às Comissões Executivas nos três níveis o papel de acompanhar os trabalhos das Comissões organizadoras das respectivas etapas congressuais.

O impulso regulamentar no sentido de uma estruturação mais orgânica e institucional dos coletivos de juventude do PT existentes fez do 1º Congresso Nacional da JPT o mais representativo e sólido evento da Juventude do PT em toda sua história até então. Entre os dias 22 e 25 de maio em Brasília, cerca de 800 delegados debruçaram-se nos debates em torno do texto base, composto pelas 11 teses<sup>740</sup> apresentadas e a resolução “*O PT e a Juventude*” aprovada no 3º Congresso do PT. O diálogo entre as teses emoldurava as diferenças propositivas em torno do posicionamento institucional da JPT dentro do partido, a partir do momento que fortemente eram endossadas por diferentes grupos internos uma maior autonomia organizativa; a atuação fragmentada e muitas vezes pouco conectada com a realidade juvenil pelos militantes jovens do PT, que impactava diretamente na construção emissiva de seus diagnósticos sobre o papel da juventude e iniciativas de legitimação e inserção social produtiva; e a chamada “filiação intermediária”, que facultaria ao jovem uma filiação exclusiva apenas na JPT.

A mensagem oficial da JPT estabelecida em sua Resolução<sup>741</sup> final aprovada no Congresso trazia o seu posicionamento definitivo sobre o rumo que a organização almejava trilhar, munida de uma feição mais enrijecida no sentido da afirmação de sua identidade petista para o conjunto do partido e flexível no sentido do reconhecimento da então condição juvenil e suas nuances para aproximação com a juventude e construção de seu projeto político. Discriminamos e debatemos abaixo quatro eixos centrais pontuados nas deliberações finais:

---

<sup>740</sup> O acesso às teses apresentadas ao I Congresso Nacional da Juventude do PT pode ser feito através do portal WaybackMachine, através do link: [www.jpt.org.br](http://www.jpt.org.br), campo de varredura: mês de maio e abril de 2008.

<sup>741</sup> JPT. Resolução final do I Congresso da Juventude do PT, 2008, Acervo FPA/CSBH, s/d.

1. O PT e a ressignificação da relação com sua juventude: a JPT como peça central na ressignificação dentro do PT da concepção estereotipada de juventude enquanto um setor imaturo e inexperiente, já que inúmeras foram as dificuldades de sua juventude no curso de sua história de gerir sua própria organização não solapada pela ideia de movimento “etapista” e de mera vivência de aprendizado militante. A superação do limite político-organizativo da juventude no partido urge como condição à rejeição de qualquer negação de sua condição juvenil, balizada pela dificuldade de ascensão a espaços hierarquizados de maior poder. A JPT é taxativa quanto ao motivo central para a dificuldade do partido em dialogar com a juventude brasileira, mesmo contando naquele momento com significativa simpatia de grande parcela de jovens: nunca a organização e o diálogo com a juventude foi prioridade política para o PT. O jovem petista vem, portanto, afirmar-se enquanto agente com capacidade de intervenção e como sujeito político do partido, não devendo estar restrito às atividades tarefas, de agitação e propaganda.
2. Superação do modelo setorial: regulamentada estatutariamente em 2012, a JPT abdica do modelo de organização setorial (na carona do que fora aprovado no 3º Congresso do PT), modelo que a limitava a surfar mais nas pautas internas do partido e estava agarrada nos últimos anos primordialmente às atividades em torno das disputas eleitorais (engajamento de campanha, formulação de programas de governo e avaliação de políticas públicas). Sair do enquadramento setorial também representava a possibilidade dos jovens petistas militarem tanto na JPT como em outros setoriais, uma vez que até então aquele jovem que optava pelo setorial de juventude estava impedido de militar em outro setorial, o que diretamente afetava o contingenciamento de jovens para as fileiras da JPT. Também a JPT creditava sua dificuldade no enraizamento de seu corpo militante nos bairros e municípios pela limitação que a organização setorial, sob uma lógica macro-estrutural, impunha. A mobilização local em torno do Congresso cacifou a JPT para uma maior estruturação de suas secretarias municipais. Contudo, fracassou a principal engrenagem para um melhor resultado desta empreitada: a proposta de criação dos núcleos de base da JPT enquanto espaço transversal de militância.

3. Estruturação das Direções: o coletivo nacional, que até então contava com 10 membros, ganha robustez com a criação da Direção Nacional da JPT, sendo composta por 25 membros então eleitos no 1º Congresso (observando a orientação de paridade de gênero e étnico-racial) e da Comissão Executiva (11 membros divididos por funções específicas), com as direções estaduais e municipais seguindo o mesmo modelo, seguindo critérios de número de habitantes por estado e cidade. Percebemos então que a estrutura de direção segue a estrutura adotada na esfera do partido.
  
4. Autonomia de gestão: o Congresso, ao afirmar-se soberano, delibera pela prerrogativa de autonomia para discutir e decidir suas posições políticas, inclusive a respeito de temas que o PT venha a se omitir ou que não esteja de acordo com a opinião dos jovens do partido. A previsão de criação de Fóruns da JPT tem o intuito de construir a intervenção unitária nos movimentos sociais e garantir que posicionamentos nascidos dos debates dentro da organização reverberem para fora das trincheiras do partido. A fisionomia de uma juventude de massa presente nesta resolução, o que representa a possibilidade de uma nova relação de diálogo interno, não vem acompanhada de uma maior clareza sobre como a garantia desta autonomia driblaria a triagem da direção do partido em importantes decisões do coletivo de juventude, além de não evocar qualquer perspectiva de gestão autônoma de seus recursos financeiros.

Algumas formulações polêmicas apresentadas para discussão acabariam não sendo aprovadas: a vinculação direta de 3% do fundo partidário ao orçamento da Juventude do PT; a filiação intermediária, negada sob a alegação central do risco do enfraquecimento orgânico da juventude com o PT; e a proposta de realização de um PED da juventude, onde somente os participantes das etapas congressuais pudessem votar na nacional, vigorando assim o processo congressual de eleição das direções em todos os níveis. As resoluções são bem vagas na apresentação do socialismo enquanto objetivo estratégico e dentro da realidade brasileira, estando apenas inserida como objetivo final do projeto de internacionalização da JPT em integração com os movimentos sociais da América Latina.

A correlação de forças entre os grupos juvenis vinculados as tendências que dominam o cenário de disputa política dentro da JPT desde 1999 se manteve acesa na disputa para sua Direção Nacional. Um representante da Construindo um Novo Brasil volta a ocupar o posto máximo da organização com a eleição da catarinense Severine Macedo<sup>742</sup>, que derrotou Eduardo Valdoski, pertencente à tendência Democracia Socialista, por uma diferença de 44 votos (402 contra 358) no segundo turno, em uma disputa que envolveu quatro candidaturas<sup>743</sup>. O equilíbrio de forças dentro da direção foi turbinado pela vitória da chapa *Socialista*, composta em sua maioria pelo grupo de sustentação da candidatura da Articulação de Esquerda à SNJPT, derrotando a chapa *Juventude do PT Unida na Luta* por uma diferença de apenas dois votos.

Esta derrota política da CNB não anula o fato de reconhecemos que seu controle hegemônico sobre a direção do partido ganha um fôlego extra no sentido de fortalecer sua influência sobre sua organização de juventude, ainda em se tratando de um setor dentro do partido que progressivamente conquistava reconhecimento no organograma estratégico de composição militante. Jovens da Articulação de Esquerda chegaram a qualificar o saldo final do Congresso, diante do resultado das disputas políticas nas três esferas, como vitorioso para a CNB ao conquistarem vitórias eleitorais na maioria dos municípios e nos Estados, o que segundo nota oficial, poderia significar “um atraso ou até mesmo uma descontinuidade da política que veio sendo construída ultimamente”<sup>744</sup>, em referência a última gestão da JPT na qual a AE ocupava a Secretaria Nacional.

Três meses após o Congresso e contemplando uma das metas de atividades previstas enquanto resolução de seu 1º Congresso ainda para o ano de 2008, a JPT embarca em sua 1ª Caravana Nacional, valendo-se do cenário das eleições municipais para “viabilizar o debate do programa pra juventude, pulverizar as campanhas da JPT e ampliar nossa organização da base”<sup>745</sup>. Ao percorrer mais de 17 mil km entre os dias 16 de agosto e 21 de setembro, a JPT municiou-se de uma cartilha contendo as Diretrizes e Propostas para a formulação de programas de governo nos municípios, orientações para

---

<sup>742</sup> Severine contava com histórico de militância na luta agrária e na ocasião ocupava coordenava a Juventude da Fetraf-Brasil (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar).

<sup>743</sup> As outras candidaturas foram: Gabriel Ribeiro pelo *Movimento PT* e Rodrigo César pela *Articulação de Esquerda*.

<sup>744</sup> Tarefas da AE para o próximo período na JPT. *Página 13*, 2008. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/frentes/juventude-2/>. Último acesso em: 12/02/2016.

<sup>745</sup> *Construir uma Grande Caravana Nacional da JPT*. Resoluções do I Congresso Nacional da JPT, 2008, p. 05.

a organização das campanhas de juventude e uma Carta Compromisso da Juventude Petista, elaborada pelo Coletivo Nacional, às candidaturas do partido.



Caravana presente na cidade de João Pessoa/PB Severine Macedo, então Secretária Nacional da JPT, com Rodrigo Cesar, membro da Direção Nacional.

**Figura 7 – Caravana da Juventude do PT – agosto/setembro de 2008**

Fonte: Acervo FPA/CSBH

Esta atividade de longa duração revelou o amadurecimento da SNJPT na inserção das discussões sobre juventude nas campanhas eleitorais petistas, em alerta para o comprometimento e alinhamento que as candidaturas locais deveriam ter com as PPJ's. Esta tentativa “profissionalização” na produção de conteúdo e logística de transmissão de suas pautas propositivas ambientados à uma empreitada de longa duração sofreria com alguns percalços, em relato de Rodrigo Cesar, ex-membro da Direção Nacional da JPT e participante ativo da jornada:

A DNJPT e a militância nos estados e municípios enfrentaram dificuldades organizativas, devido, principalmente, ao período eleitoral, em que as atenções voltavam-se prioritariamente às candidaturas. O ritmo de viagem foi intenso e o tempo de permanência em cada cidade, curto, o que prejudicou o pleno cumprimento dos objetivos propostos em cada município<sup>746</sup>.

Mesmo colaborando para conferir legitimidade às Secretarias Municipais e Estaduais da juventude empossadas até então e sendo frutífero na coleta de assinaturas para o “Pacto pela Juventude” (proposta do CONJUVE na luta por um pacto de instalação de órgãos de juventude nos governos municipais), o processo de mobilização

<sup>746</sup> CESAR, R. Que venham novos desafios! In: ELIAS, B; CESAR, R. (orgs.). *O PT e a Juventude: a esperança em construção*. São Paulo: Editora Página 13, 2015, p. 66.

dos jovens petistas nesta Caravana, centrados em larga medida na defesa das plataformas políticas e movimentações eleitorais dos candidatos petistas, revelou a dificuldade da JPT em encampar importantes bandeiras discutidas internamente, como a Reforma Política e a Redução da Jornada de Trabalho para os jovens sem redução de salário, além do pouco contato com movimentos sociais e organizações locais no intercâmbio de ideias e experiências. Este diagnóstico, escrito pós-Caravana pela coordenadora de Movimentos Sociais da JPT no período, Marcella Berte, nos remete a pensar sobre os malogros sofridos pelo próprio Partido dos Trabalhadores ao conduzir progressivamente o funcionamento de seu aparato partidário, em sintonia com as conclusões de Pedro Floriano Ribeiro<sup>747</sup> no sentido do ajustamento ao sólido terreno estatal (ainda que de forma híbrida consiga construir diálogos pontuais com a sociedade civil organizada e movimentos sociais), na preocupação intensa e extensiva em termos de gerência de sua máquina política com campanhas eleitorais e na transformação dos núcleos em meros resquícios institucionais. Isto porque a JPT precisaria “fugir à regra”, vacinar-se contra qualquer vanguardismo partidário e remodelar o seu discurso temático para de fato incorporar-se numa conjuntura de proposição de luta coletiva com movimentos reivindicatórios urbanos que respiram demandas de articulação cada vez mais distantes das organizações tradicionais como partidos e sindicatos.

O catalisador destas dificuldades enfrentadas nesta jornada em 60 cidades brasileiras enraíza-se nas condições históricas de relação com o partido e opções político-conjunturais feitas pela JPT, pois: 1- durante longos anos a base de sustentação da sua atuação militante tinha como perímetro de enquadramento militante quase que exclusivamente o movimento estudantil; 2- pela questão da imagem de sua organização inerentemente estar atrelada com um partido político, acrescido cada vez mais de robustez no controle e/ou interferência em governos nas três esferas; 3- o intercâmbio de experiências da juventude petista numa atuação coletiva em superação às disputas entre as tendências oxigenar-se quase que somente em períodos eleitorais; 4 – as conquistas somente muito recentes da afirmação de sua identidade organizacional perante o conjunto partidário, amenizando o “tensionamento geracional”<sup>748</sup>. A regulamentação partidária que automaticamente enquadrava etariamente os filiados até 29 anos do PT como membros da JPT precisava naquele momento ser convertido em

---

<sup>747</sup> RIBEIRO, 2008.

<sup>748</sup> BRENNER, K. Militância de jovens em partidos políticos. In: BEZERRA, H. e OLIVEIRA, S (orgs). *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*. Goiânia: Cânone Editorial, 2013, p. 90.

iniciativas de tonificação programática interna das pautas de juventude e aumento do número de participantes por parte de suas direções municipais e estaduais. Obviamente que não seria espontânea a conversão do jovem petista em jovem *da* Juventude do PT, cuja travessia significava a incorporação de seu *ethos* político pela participação, diante dos influxos da ciência das ações políticas produzidas pela juventude organizada e do incentivo à presença em suas atividades e encontros próprios.

Com os objetivos de resgatar suas ações promovidas nos últimos anos e abastecer com conteúdo suas atividades de instrução e engajamento, a JPT, em parceria com as Fundações Perseu Abramo e Friederich Ebert, lança em 2009 três Cartilhas de Formação: “Juventude em Formação”, “Êa, Juventude!” e “O feminismo é uma prática”, compostas por textos utilizados em apoio na 1ª Jornada de Formação Política (agosto de 2007), no 4º Seminário da Juventude Negra do PT (fevereiro de 2008) e no 1º Seminário de Mulheres Jovens do PT (abril de 2008) respectivamente.

A orientação geral era de que estas cartilhas fossem encaminhadas na forma impressa para todas as direções estaduais da JPT, bem como disponibilizadas no portal oficial do coletivo nacional na internet. De certa forma a publicação conjunta destas cartilhas com o Setorial de Mulheres e a Secretaria de Combate ao Racismo servia como um elemento a mais na aproximação destas visando a construção coletiva de projetos e intercâmbio de material humano com a Juventude do PT. Durante o Seminário Nacional da JN13 no começo do ano, a Secretária Nacional de Juventude Severine Macedo chegou a exaltar a organização como um modelo a ser seguido pela JPT por sua atuação enquanto um setorial orgânico e combativo, pontuando também a elementaridade da integração dos jovens petistas na ampliação do debate racial no PT e na sociedade, assim como em setembro, a JPT firmaria uma parceria com o Setorial de Mulheres na realização do 2º Seminário de Mulheres da Juventude do PT.

O Encontro Nacional de Estudantes do PT (ocorrido nos dias 23 e 24 de março na cidade de Carapicuíba – SP) naquele ano aconteceu seguindo este fluxo de fortalecer institucionalmente a Juventude do PT, através da articulação de sua militância e do movimento estudantil petista sob uma plataforma comum. As direções estaduais da JPT constituíram-se enquanto comissões organizadoras dos encontros regionais, sob supervisão de uma comissão de mobilização criada pela Secretaria Nacional de Juventude. Se até então nos ENEPT's os incentivos às discussões pairavam na órbita da intervenção estudantil petista no Congresso da União Nacional dos Estudantes, as

resoluções<sup>749</sup> deste Encontro nos mostram o estímulo para que esta intervenção estudantil abastecesse a planilha de atividades da própria JPT (casadas com a temática da educação), como a intervenção da organização na Conferência Nacional de Educação, construção de um projeto de formação política dos jovens petistas abordando os temas da educação e mundo do trabalho, a chamada de uma campanha pela JPT para a criação de grêmios estudantis e criação de mecanismos de socialização da gestão petista na UNE.

Devemos aqui frisar que o fato da UNE não protagonizar o debate dentro do ENEPT não representou de forma alguma um pleno deslocamento da mesma no eixo da atuação da juventude estudantil petista. Percebemos, contudo, que há um *conformismo* de parte organizada da JPT, capitaneado pela CNB e DS, em ratificar a expressividade da UJS como parceiro na composição de chapa e na sua conseqüente conquista da presidência da entidade. Pela primeira vez desde 1987 não há qualquer menção no manifesto oficial<sup>750</sup> elaborado pela juventude organizada do PT antecedendo o Congresso bradando os jovens petistas a unirem-se pela conquista dos principais postos da entidade. Manter a UNE encampando a defesa dos programas sociais do governo petista na esfera federal (defesa esta que norteia as linhas de quase todo o manifesto da JPT) significava manter boa parte da direção enquanto espelho da composição da base aliada mais à esquerda do governo. Uma amostra da grande disposição da JPT em dialogar propositivamente com juventudes de partidos envoltos no raio de apoio ao governo foi sua participação pró-ativa em outubro no seminário “Juventude e Projeto Nacional”<sup>751</sup> onde, segundo Borgovoni<sup>752</sup>, juventudes do PMDB, PDT, Pátria Livre, PC do B e PSB discutiram o balanço das políticas públicas no Brasil com o intuito de reafirmar unitariamente o apoio ao governo e elaborar coletivamente uma contribuição programática sobre o tema juventude para as eleições no ano seguinte.

Uma semana após o 51º Congresso da UNE em Brasília entre os dias 15 e 19 de julho de 2009, aproveitando-se da presença de diversas lideranças estaduais que compareceram ao mesmo, o Conselho Político da Juventude do PT realiza sua primeira reunião do ano. Havia a preocupação entre os dirigentes presentes quanto ao papel que a

<sup>749</sup> JPT. Resoluções do Encontro Nacional de Estudantes Petistas, 2009. Acervo FPA/CSBH.

<sup>750</sup> A hora é agora! Fortalecer a UNE, a juventude e o povo. Manifesto da JPT ao 51º Congresso da UNE. *Portal da Juventude do PT*, jun 2009.

<sup>751</sup> Ver: A política de juventude no projeto nacional - Uma contribuição das juventudes partidárias! *Portal JPT*, out. 2009.

<sup>752</sup> BORGOVONI, F.H. Seminário revela unidade das juventudes político-partidárias para aprofundar os avanços em 2010. *Juventude.br*, São Paulo, dossiê: Juventude e esporte. PP.47-50, 2009.

JPT poderia e deveria desempenhar no Processo de Eleições Diretas do PT previsto para acontecer no final de novembro. A presença de jovens petistas nos postos dirigentes do partido ia ao encontro das expectativas de afirmação institucional da juventude organizada, em sinergia com o expediente final apresentado em seu 1º Congresso: combater o envelhecimento partidário pela renovação dos quadros, garantindo a inserção dos jovens petistas, até então bastante alijados dos espaços decisórios, enquanto sujeito político do partido:

Ainda é hegemônica no PT a tese apontada pelo I ConJPT, de que “a lógica da socialização do jovem é avançar de uma condição anterior de maior subordinação para outra hierarquicamente superior e dotada de mais autonomia e poder. Somente sob esta nova condição o indivíduo seria capaz de tomar decisões importantes, sendo inserido em um espaço que antes era impedido de estar”. O próximo processo de eleições diretas do PT, no segundo semestre de 2009, onde são escolhidas as novas direções partidárias em todos os níveis, deve ser marcado por uma intensa participação juventude para contrapor a tese descrita acima<sup>753</sup>.

Os jovens petistas deveriam exercer pressão interna nas diferentes instâncias partidárias para que a JPT fizesse valer sua representatividade enquanto porta voz de uma nova geração de militantes que merecia espaço dentro das chapas nas disputas dos diretórios em todos os níveis. Ao menos em se tratando do Diretório Nacional, o resultado a estas orientações do Conselho Político não foi das mais desejadas: o número de petistas jovens, enquadrados regimentalmente como pertencentes à JPT (até 29 anos), caiu pela metade (2,5% para 1,2%) dentro do quadro de composição social do 13º DN em relação ao último Diretório eleito no PED de 2007.

No final de setembro, seguindo a resolução de seu Conselho Político, a Direção Executiva Nacional da Juventude do PT convoca para fevereiro de 2010 o Encontro Nacional da Juventude do PT. Seria a primeira reunião de abrangência nacional dos jovens petistas após o seu 1º Congresso e, principalmente, estando sob os moldes do novo modelo organizacional. A data do evento estrategicamente fora marcada antecedendo em duas semanas o 4º Congresso Nacional do PT, motivada pelo desejo da juventude em qualificar sua intervenção no mesmo, firmando posição na largada da

---

<sup>753</sup> JPT. *PED 2009 e os jovens do PT*. Conselho Político, 2009. Acervo FPA/CSBH.

definição das diretrizes de programa de governo e estratégias de campanha para as eleições.

Aliás, o foco de mobilização da Juventude do PT para o ano 2010 voltava-se para a corrida eleitoral, cuja crucialidade batia na tecla de seu caráter plebiscitário em busca da “continuidade do projeto democrático-popular e das mudanças em curso no país”<sup>754</sup>, que para eles vinha impactando profunda e positivamente a juventude brasileira. O texto base elaborado para o encontro é sumariamente uma verdadeira convocação panfletária aos jovens petistas para que se empenhassem ao máximo na mobilização da disputa do pleito. Quase todos os tópicos (no total são 74) do texto base elaborado para o encontro fazem alusão as eleições gerais daquele ano, onde elencam as conquistas sociais e políticas durante os dois governos de Lula e destacam alguns dos principais desafios para a futura gestão, como a organização de uma plataforma comum com grupos progressistas em favor das reformas estruturais (política, educação, urbana, agrária, etc) e a consolidação de uma institucionalidade democrática de juventude. A permanência do PT no poder significava a permanência da JPT no coração das articulações da agenda em torno das Políticas Públicas de Juventude e dos canais de participação, formulação e controle social da política pela juventude.

O projeto em disputa nestas eleições é perceptível mesmo à avaliação mais desinformada. A população novamente terá de fazer a opção entre dois projetos de nação nos quais figuram duas formas opostas de lidar com a juventude. No momento em que a juventude trilha firme rumo à conquista plena dos seus direitos, o projeto demo-tucano quer voltar a governar o Brasil, aplicando a sua cartilha neoliberal. Neste ano de 2010, criaremos um amplo ambiente de debate sobre o país que nós queremos para a juventude, e a Juventude do PT deve tomar a frente na organização dos jovens brasileiros, nesta que será a eleição de nossas vidas. Reeleger o projeto que muda o Brasil, derrotando o projeto demo-tucano que exclui a juventude brasileira, é a nossa bandeira!<sup>755</sup>

As etapas nas três esferas seguiriam o fluxo contrário do que usualmente ocorria, em virtude exatamente do planejamento para as eleições: a etapa nacional aconteceria primeiro, seguida dos Encontros Estaduais (mobilização e preparação inicial de

<sup>754</sup> JPT. *Circular sobre o Encontro Nacional da JPT*, 2009. Acervo FPA/CSBH.

<sup>755</sup> JPT. *Texto base – Encontro Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores*, 2010, p. 09. Acervo FPA/CSBH.

campanha) e por fim os Encontros Municipais, que teriam a finalidade de instituir os comitês de Juventude para campanha a nível municipal.

Como a JPT não sabia com exatidão quantos encontros os jovens petistas haviam realizado ao longo de sua história, a divulgação do ENJPT saiu sem uma numeração, ficando marcado como o “Encontro de 2010”. Destes três dias de debates e proposições nasceu um ousado plano de metas com diversas tarefas voltadas para a construção de uma rede de juventude para a campanha de Dilma à presidência, dentre as quais ressaltamos: construção de um Comitê Nacional de Juventude; organização de comitês locais; produção de materiais específicos sobre juventude; realização de debates temáticos, organizados pelas secretarias estaduais e municipais de juventude; criação de um Grupo de Trabalho visando à elaboração das propostas para um Programa de Governo de Juventude. Consideramos este plano ousado uma vez que, se de um lado percebe-se uma JPT otimista em fortalecer uma mobilização popular, em intensificar uma campanha de massas adaptada às diferentes linguagens do público juvenil, em difundir seus valores e paradigmas políticos, do outro nos deparamos com uma organização vivendo um processo de reestruturação interna, deficiente quanto à capilaridade em boa parte dos municípios brasileiros e sem um orçamento próprio, o que limita sua direção plena do fluxo de caixa.

A figura que mais recebeu holofotes durante o Encontro, que contou com a participação de aproximadamente 600 jovens, não foi um membro da juventude petista, mas a então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Sua presença na cerimônia de encerramento era a garantia que a JPT precisava para de vez selar sua presença na elaboração das diretrizes do programa de governo com a emenda sobre juventude apresentada no 4º Congresso do PT, esta confirmada posteriormente como o capítulo “dimensão estratégica da juventude para um novo desenvolvimento” (tópicos 49 a 52). Os elementos programáticos do documento expõem uma preocupação ascendente nos discursos produzidos pela JPT com os impactos negativos, na juventude, das mazelas produzidas pela desigualdade social no país, da imposição frontal de um mercado de trabalho que os absorve precocemente e muitas vezes em postos precários e pelos limites estruturais de acesso a uma educação plena e de qualidade. No debate programático da Juventude do PT, o tratamento dado a articulação da educação com o mundo do trabalho reassume centralidade, onde a força deste tema situa-se como

sustentáculo para a emancipação destes jovens, dando vistas a garantia do direito de viver a juventude<sup>756</sup>.



**Figura 8 – Encontro Nacional da Juventude do PT (2010)**

Da esquerda para a direita: Alexandre Padilha (então Ministro das Relações Institucionais e ex-militante da JPT), Severine Macedo, Dilma Rousseff e José Eduardo Dutra (então presidente do PT).

Fonte: Antônio Cruz /Portal JPT

A preocupação do núcleo de mobilização da campanha de Dilma em mirar o jovem como uma figura estratégica neste processo tinha fundamento. A população brasileira na época dentro da faixa dos 15 aos 29 anos era de 51 milhões de pessoas<sup>757</sup>, que correspondia a cerca de 1/3 do eleitorado. A avaliação do comitê de campanha, tendo como base a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, era de que esta fatia dos brasileiros fora a menos impactada pelas políticas de combate a pobreza e redução da desigualdade social, que beneficiou principalmente os idosos e crianças na primeira infância<sup>758</sup>. Para o PT, pautar com intensidade propostas de políticas estruturantes e integradas para a juventude serviria para abrir alas e conquistar simpatia do eleitor até 24 anos, nicho eleitoral que certamente seria refratário à

<sup>756</sup> ELIAS, B. Juventude do PT e Programa de Governo. In: ELIAS, B; CESAR, R (orgs). *O PT e a Juventude: a esperança em construção*. Op.cit. pp. 100-106.

<sup>757</sup> IBGE. *Senso demográfico 2010 – Brasil*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>. Último acesso em: 18/06/2016.

<sup>758</sup> FLOR, A. Dilma foca juventude de olho em um terço do eleitorado. *Folha de São Paulo*, Caderno Brasil, p.03A, 17 de fevereiro de 2010.

estratégia de comparação entre os governos peesedebista e petista, tendo em vista que estes jovens não eram obrigados a votar em 2002 e, conseqüentemente, teriam mais dificuldades para promover esta comparação.

Os Encontros Estaduais da JPT ocorreram nos meses de abril e maio, e os Encontros Municipais concentraram-se no mês de julho. Basicamente as pautas tratadas em ambas as esferas foram as mesmas: análise de conjuntura eleitoral, programa de governo de juventude 2011-2014 e estratégia de campanha. Nos encontros municipais definiram-se a composição da Coordenação dos Comitês locais de juventude. Estes comitês possuíam algumas particularidades, no tocante a construção do diálogo com o público jovem, que o diferiam do formato tradicional de comitês organizados em campanhas anteriores: a aposta na criação de comitês específicos para a juventude; e a ideia de desengessar a noção de um comitê físico, pensadas a partir da multiplicação das plataformas de interação, na construção de novas interfaces e rompimento com a formalidade atrelada ao cotidiano de uma campanha. Abaixo um trecho de um informativo emitido pela coordenação de campanha do PT, embasado nesta perspectiva:

Um Comitê de Juventude Dilma Presidenta não necessita ser uma estrutura física. Pode ser uma galera que se reúne periodicamente, no bairro, numa universidade, numa escola ou num determinado movimento. (...) nele, além de militantes das juventudes partidárias que apóiam Dilma, queremos envolver os jovens que simplesmente aprovam o governo Lula e querem que o Brasil siga mudando<sup>759</sup>.

O propósito suprapartidário da criação deste tipo de comitê endereçava-se a todos os jovens que tinham interesse em engajar-se para a eleição de Dilma. À JPT cabia orquestrar o funcionamento destes espaços, auxiliada pelas Juventudes Partidárias do PDT, PPL, PSB, PMDB e PC do B (UJS). O principal veículo de comunicação das atividades de campanha dos jovens petistas era um portal na internet, denominado “galera da Dilma”, portal este com um formato e conteúdo destinados a despertar o interesse do público jovem. Nesta plataforma era possível participar de fóruns de debate, calendários de atividades, responder a enquetes, dar *upload* e acessar multimídias como arquivos em mp3 e vídeos, baixar materiais de campanha e cartilhas específicas sobre as propostas para a juventude. O blog também lançou para

---

<sup>759</sup> BONONE, L. Campanha de Dilma aposta na formação de comitês de juventude. *Portal Vermelho*. Caderno Geral. 16 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/135171-10>. Último acesso em: 18/06/2010.

compartilhamento um vídeo altamente didático contendo 13 dicas para construir um comitê jovem de campanha. Nele constam orientações de como convocar reuniões (“reunir a galera”), fomentar a divisão de tarefas, inovar nos métodos de campanha, estimular a discussão política entre os jovens, formular e gerenciar plataforma de comunicação e informação (“quem não se comunica se trumbica”), promover festas, dentre outras. Sua mensagem final sintetiza a aspiração do PT e da JPT em se apresentarem politicamente aos jovens num formato mais atraente e palatável: “vamos fazer uma campanha alegre, bonita, com garra e emoção. Que seja ousada, vermelha e de atitude. Que envolva a juventude e faça brilhar a nossa estrela, sem medo de ser feliz”<sup>760</sup>.

Como em outras eleições, os jovens petistas empenharam-se em conquistar o voto dos eleitores a partir dos 16 anos. Utilizando como ferramenta de divulgação as redes sociais populares na época (*Twitter* e *Orkut*) e a plataforma de vídeo *Youtube*, a JPT lançou a campanha “Seja um petista 2.0”. O prognóstico se baseava na expectativa de que estes jovens despertassem o interesse no alistamento eleitoral e compartilhassem as propostas dos candidatos do PT, com o intuito de colaborar com o projeto de governo petista iniciado com Lula. Era um projeto para formação de uma rede de militantes jovens on-line, estes que deveriam estar de prontidão para espalhar na web as informações repassadas pelo partido e candidatos. Uma das principais constatações da coordenação da campanha de Dilma era a de que o partido pouco interagira com os seguidores e militantes virtuais, à mercê de ser uma das agremiações que mais possuía seguidores<sup>761</sup>. A campanha se concentrou nos 22 dias que antecederam o prazo final para o alistamento eleitoral, não ficando restrita à esfera virtual, mas a investidas em panfletagens e atividades culturais nas escolas e praças de alguns municípios<sup>762</sup>.

A Executiva Nacional da JPT avaliou esta campanha como a melhor de toda a história da organização, de acordo com a então a Secretária Nacional, Severine Macedo. Para as lideranças petistas, o crédito deste feito repousa no número expressivo de atividades com articulação nacional, na intensa mobilização nos estados e nas condições

---

<sup>760</sup> 13 dicas para construir um Comitê de Juventude Dilma Presidenta. Produção: Juventude Dilma Presidenta, 3’36”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HuuVW\\_ckTJg](https://www.youtube.com/watch?v=HuuVW_ckTJg). Último acesso em: 18/06/2016.

<sup>761</sup> PT usa internet para conquistar voto de eleitores de 16 anos. *Folha de São Paulo*. Caderno Poder, 14/04/2010.

<sup>762</sup> Juventude do PT convoca 22 dias de mobilização pelo voto aos 16 anos. *Linha Direta*, abr. 2010.

de suporte e subsídios produzidos pelo Comitê Nacional de Juventude<sup>763</sup>. O evento de maior chamada publicitária durante a campanha foi o Dia Nacional de Mobilização pela Juventude, realizado no dia 08 de agosto e organizado por algumas juventudes partidárias que compunham a coligação *Para o Brasil seguir mudando*<sup>764</sup>. Atos unificados, caminhadas da juventude, panfletagens, bandeirações: propostas de ações que vinham sendo amplamente divulgadas pelos jovens petistas e de outros partidos principalmente nas redes sociais. Os poucos registros documentais da rotina de atividades dificulta-nos elaborar um retrato mais apurado das principais atividades encampadas pelos jovens petistas. Entretanto, um evento, dentro do calendário deste dia de mobilizações, estampou os noticiários do país: na comunidade Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, a candidata petista Dilma Rousseff fez o pronunciamento mais contundente sobre suas propostas políticas voltadas para a juventude brasileira<sup>765</sup>.

Logo no início do governo Dilma, o recém empossado Secretário-Geral da Presidência Gilberto Carvalho nomeia Severine Macedo para assumir a presidência da Secretaria Nacional de Juventude. A indicação da liderança da JPT partiu de sua referência por algumas entidades que trabalhavam com demandas de Juventude e pelo próprio PT, que seguia a cartilha de indicar para cargos estratégicos do governo pessoas de dentro da sua alçada de influência política.

Pedro Ribeiro afirma ser o PT o único partido brasileiro que se preocupou, desde sua fundação, em conferir atenção especial a profissionalização política dos seus militantes, sistematizando um exército de quadros orientados para o preenchimento de cargos de confiança na máquina do governo. A normatização de cargos públicos em prol do partido é ratificada positivamente dentro da concepção de que os cargos vinculados aos mandatos executivos e legislativos pertencem ao partido, e não aos eleitos<sup>766</sup>. Dados recentes mostram que dentre o total de 107.121 comissionados alocados na esfera federal, cerca de 10.200 cargos são preenchidos por filiados do

---

<sup>763</sup> MACEDO, S. Na trilha da organização. In: *Teoria e Debate*, n.90, pp 21-24, nov/dez, 2010.

<sup>764</sup> São elas: Juventude do PT, Juventude Socialista Brasileira, União da Juventude Socialista e Juventude Socialista – PDT.

<sup>765</sup> MENDONÇA, A. Dilma encontra líderes comunitários na Cidade de Deus, no Rio. *Globo (g1-rj)*. Eleições 2010, 07/08/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/dilma-fala-com-lideres-comunitarios-na-cidade-de-deus-no-rio.html>. Último acesso em: 27/06/2010.

<sup>766</sup> RIBEIRO, 2008, p. 138.

partido<sup>767</sup>. Dentre este conglomerado de petistas incrustados na administração pública federal, não teria sentido entregar um posto como a presidência de uma Secretaria responsável por coordenar, integrar e articular as políticas de juventude de bandeja para um *outsider*. Prevaleceu neste caso um dos eixos que norteiam o processo de nomeação para cargos comissionados: a proximidade político-partidária do nomeado com o cargo, numa relação entre técnica e política<sup>768</sup>, pois havia o aval de entidades de juventude somado à *expertise* adquirida por Severine à frente da Juventude do PT.

Esta indicação de Severine não foi uma conquista política isolada e pontual da JPT. A SNJ, desde sua fundação em fevereiro de 2005, vem sendo um espaço instrumentalizado pelo PT para aproximar seu braço de juventude do governo. Três dos cinco jovens que comandaram até agora esta Secretaria de Governo vieram das fileiras da JPT. Do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República no dia 12 de maio de 2016, tem-se a interrupção desta seqüência de nomeação, com a indicação de Bruno Moreira Santos (ex-membro da Juventude do PMDB) pelo Presidente interino Michel Temer.

Outro espaço estratégico para promoção das Políticas Públicas de Juventude sob forte intervenção política dos jovens petistas é o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). De caráter consultivo e propositivo, o Conselho é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil que são eleitos para uma gestão de dois anos. Salvo a primeira gestão, a JPT tem marcado presença enquanto entidade juvenil em todas as composições políticas do CONJUVE elegendo membros titulares ou suplentes, além contar com jovens de suas fileiras alternados com jovens da UJS na ocupação da presidência do Conselho.

---

<sup>767</sup> SOUZA, A. et. al. O espólio petista. *O Globo*, 08/05/2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/temer-tera-10-mil-cargos-ocupados-por-petistas-para-oferecer-aliados-19256955>. Último acesso em: 27/06/2016.

<sup>768</sup> LOPES, F; PRAÇA, S. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. In: LOPES, F (org.). Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro. Brasília: IPEA, 2015.

**Tabela 2 – Lista dos Secretários Nacionais de Juventude e dos Presidentes do Conselho Nacional de Juventude (2006 – 2016)**

| <b>Secretaria Nacional de Juventude</b> |   |                 |
|---|---|-----------------|
| <b>Nome</b>                             | <b>Juventude partidária da qual é militante</b> | <b>Período</b>  |
| Beto Cury                               | Juventude do PT                                 | 2006/2007       |
| Danilo Moreira da Silva                 | UJS   | 2007/2010       |
| Severine Macedo                         | Juventude do PT                                 | 2011/2014       |
| Gabriel Medina                          | Juventude do PT                                 | 2015-2016       |
| Jefferson Lima*                         | Juventude do PT                                 | mar/maio - 2016 |
| Bruno Moreira Santos                    | Juventude do PMDB                               | maio/2016 -     |
| <b>Conselho Nacional de Juventude</b>   |   |                 |
| Danilo Moreira da Silva                 | UJS   | 2007/2008       |
| David Barros                            | Juventude do PT                                 | 2009/2010       |
| Gabriel Medina                          | Juventude do PT                                 | 2011/2012       |
| Alessandro Belchior                     | Juventude do PT                                 | 2013            |
| Ângela Guimarães                        | UJS   | 2014/2015       |
| Daniel Souza**                          | -   | 2016 -          |

Fonte: elaboração própria, a partir de dados obtidos junto à SNJ.

\* Jefferson Lima ficou apenas dois meses a frente da SNJ, pois com o afastamento de Dilma Pela Câmara dos Deputados, ele acabou sendo exonerado pelo presidente interino.

\*\* Filiado ao Partido dos Trabalhadores.

A chegada do PT ao comando do governo federal colocou em definitivo as Políticas Públicas de Juventude na rota das afinidades de engajamento de sua juventude organizada. Havia jovens petistas mergulhados nas pressões congressuais para o fortalecimento desta pauta; havia jovens petistas preenchendo cargos em instâncias de fomento a estas políticas; e havia jovens petistas presentes nos principais eventos de discussão propositiva. No maior destes eventos até então, no caso a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, esta repleta de jovens delegados filiados a partidos políticos, seguramente não era difícil encontrar um jovem com a camiseta ou bandeira do PT ou JPT participando das atividades e plenárias.

A etapa nacional desta 1º Conferência aconteceu entre os dias 27 e 30 de abril de 2008 na cidade de Brasília e contou com a participação de 2600 pessoas credenciadas (delegados e convidados). A pesquisa de Castro e Abramovay nos oferece uma análise minuciosa do perfil dos participantes do evento, que revela a massiva representação juvenil partidária e a notória presença petista: exatos 50% dos participantes declarou

participar de um partido político, e deste percentual total 38,8% eram filiados ao Partido dos Trabalhadores, duas vezes mais que o total de participantes do PC do B (18,8%) e quatro vezes mais que os do PSB (9,3%)<sup>769</sup>.

A última intervenção da JPT na disputa política pela consolidação das PPJ's na agenda nacional durante a gestão de Severine Macedo fora sua contribuição para a aprovação a Proposta de Emenda à Constituição 42/08, conhecida como "PEC da Juventude". Aprovada em dois turnos de votação pelo Senado no dia 07 de julho de 2010, esta proposta possibilitou a inclusão dos jovens como sujeitos de direito no Artigo 227 da Constituição Federal, solidificando os direitos particulares da juventude, elevando-as a um patamar de política de Estado e colocando a violência, a opressão e a discriminação contra o jovem sob responsabilidade constitucional<sup>770</sup>. O coordenador nacional de políticas públicas de juventude da SNJPT, Murilo Parrino Amatneeks, representou a Juventude do PT na composição da Comissão de Acompanhamento ao Parlamento nesta etapa final de aprovação da PEC.

Severine tomou posse no dia 14 de abril de 2011, estando o principal cargo político dentro da Juventude do PT agora sob a responsabilidade do mato-grossense Valdemir Pascoal. A expectativa era de um ano bastante agitado para os jovens petistas. Perduravam limitações para uma incisiva aproximação pela construção do diálogo com setores sociais de juventude, limites estes, em grande parte, creditados pela JPT ao reconhecimento ainda insuficiente de seu partido sobre a importância interna da juventude<sup>771</sup>. Eles se deram por satisfeitos com a emenda aprovada no 3º Congresso do partido, retirando-os da atuação "setorial". A confirmação desta deliberação dentro do Estatuto era a garantia que a JPT precisava para se precaver contra qualquer retrocesso dentro da conjuntura de disputa política interna. Assegurar-se como instância partidária lhes daria mais fôlego para refinar suas perspectivas quanto à autonomia organizativa, financeira e de atuação tanto interna quanto externa.

A Executiva Nacional da JPT aterrissou no 4º Congresso do PT em setembro disposta a pressionar os 1.350 delegados cadastrados para que analisassem com atenção

---

<sup>769</sup> CASTRO, M, ABRAMOVAY, M. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Brasília: Ritla; 2009.

<sup>770</sup> SIMÕES SEVERO, M. *Levante sua bandeira! O Estatuto da Juventude no Brasil: teoria e prática no contexto estudantil (2004-2011)*. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

<sup>771</sup> JPT. *A organização da JPT em 2011*. Portal JPT.

sua emenda apresentada nesta etapa extraordinária para discussão e alteração do Estatuto. Esta emenda<sup>772</sup> nasceu como uma reação do Conselho Político da JPT ao Anteprojeto de Reforma Estatutária<sup>773</sup> apresentado pela Comissão de Construção, Organização e Reforma do Estatuto do PT. Reunidos entre os dias 08 e 10 de julho na cidade de Brasília, os cerca de 60 jovens de 25 Estados mais o Distrito Federal aprovaram uma resolução combativa em relação a alguns pontos presentes (e ausentes) no Anteprojeto que para eles teriam grande impacto para toda a militância jovem do partido<sup>774</sup>.

Eles questionaram a proposta que alteraria para dois anos o prazo mínimo de filiação para qualificar o filiado a votar e ser votado nos espaços partidários, o que para eles dificultaria a renovação periódica dos quadros nos espaços de juventude. Esta renovação também poderia ser afetada caso a proposta de supressão da proibição de acumular simultaneamente cargo no partido e cargo no executivo de mesmo nível federativo tivesse forte adesão no Congresso, porque dificultaria a ascensão de novas lideranças e, por conseguinte, de lideranças jovens.

Os jovens petistas repontuam a proposta de reconhecimento da JPT como instância partidária específica, agora com previsão organizativa também na esfera municipal, objetivando maior enraizamento nos municípios. Setores da JPT queriam mais autonomia interna para gerir suas ações e escapar da tutela constante do partido, autonomia que reforçada seria com o sinal verde do partido para que a JPT elaborasse seu próprio Regimento interno.

Dentro da JPT havia o desconforto de alguns grupos com a crescente simpatia de setores do partido em readequar seus processos internos de eleição de direções, de forma a estender o tempo de duração dos mandatos (de três para quatro anos). A Executiva Nacional da JPT encarava como danosa a ideia de transpassar esta medida para a organização de juventude, e a justificativa era a sua não adequação à velocidade das mudanças que se impunham sobre a condição de ser jovem. Um mandato tão longo batia de frente com a (re) definição de projetos de vida e percalços de transição a vida

---

<sup>772</sup> JPT. *Sobre a emenda da Juventude do PT para a Reforma Estatutária*. Resoluções do Conselho Político, 2011. Portal JPT.

<sup>773</sup> O Anteprojeto pode ser acessado por meio deste endereço eletrônico: <https://eduardoski.files.wordpress.com/2011/06/anteprojeto-de-reforma-estatutaria-do-pt.pdf>. Último acesso em: 29/07/2016.

<sup>774</sup> Conselho Político da Juventude do PT debate, em Brasília, grandes temas do país. *Linha Direta*, ago. 2011.

adulta que os jovens estavam sujeitos. O desrespeito a dinâmica e ao “tempo do jovem” poderia desembocar no esvaziamento das instâncias de base ou na sua excessiva burocratização, fatores estes que motivaram a Executiva a contemplar esta discussão em suas propostas.

Os jovens petistas também reivindicavam uma política permanente de investimento em sua organização, propondo na emenda a destinação para ela de 5% dos recursos partidários. Esta era uma solicitação bem antiga dos jovens junto ao partido, que começou a ser desenhada quando a Juventude do PT começou a ganhar contornos de identificação própria no final da década de 1980. Pesava negativamente contra a capacidade de organização e mobilização da JPT a ausência de um corpo dirigente dedicado integralmente a construção de suas atividades (o que exigia um auxílio financeiro para se manterem) e as constantes negociações que os jovens travavam com os dirigentes partidários para que os mesmos “abrissem os cofres” do partido para a juventude.

A nova demanda gerada por uma organização de massas na Juventude nem sempre foi bem compreendida e, algumas vezes, fomos vistos como aqueles que estavam sempre “pedindo” e “gastando”. Isso destoa, e muito, da perspectiva de compreensão do Jovem como dirigente partidário e sujeito político. Entendemos que o efetivo reconhecimento por parte da Direção Partidária da importância da priorização da Juventude, vista como setor estratégico para a disputa da sociedade e continuidade de nosso projeto partidário e de transformações sociais, passa necessariamente pelo devido investimento material<sup>775</sup>.

“Nunca um Congresso do PT foi tão vitorioso para os jovens”<sup>776</sup>. Foi com esta frase que o Secretário Nacional da JPT Valdemir Pascoal resumiu a sensação de muitos jovens petistas ao final do 4º Congresso do PT. Quando nos debruçamos sobre as deliberações dos treze Encontros Nacionais e três Congressos realizados pelo PT até então, os jovens de fato tinham motivos para saírem satisfeitos com as resoluções deste último Congresso. Pouco expressiva numericamente no evento (apenas 10% dos congressistas tinham até 30 anos de idade), coube às principais lideranças da JPT promoverem modestas reuniões e plenárias, além de trabalharem o lobby com diversos

---

<sup>775</sup> JPT. *Sobre a emenda da Juventude do PT para a Reforma Estatutária*, 2011. Portal JPT.

<sup>776</sup> PASCOAL, V. Nunca um Congresso do PT foi tão vitorioso para os jovens. *Blog do Zé Dirceu*, 24/09/2011. Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/nunca-um-congresso-do-pt-foi-tao-vitorioso-para-os-jovens/>. Último acesso em: 30/07/2016.

delegados pela aceitação de suas propostas. Muita energia foi despendida na articulação em torno da proposta de reserva de 20% das vagas para jovens nas direções partidárias apresentada por um dos fundadores do partido, Francisco Rocha (conhecido como “Rochinha”). Outras emendas, com a anuência da JPT e/ou de impacto sobre a juventude no partido, também foram sacramentadas no Congresso: consolidação da SNJ como instância partidária, limite para reeleição em mandatos legislativos no mesmo nível (3 para Deputados e 2 para Senadores), eleição de suas instâncias de direção a cada dois anos, paridade de gênero na composição das instâncias partidárias e reserva de 20% de vagas nas direções para filiados negros (conquista com a assinatura na articulação da Juventude Negra – JN13).

Como nem tudo são flores, a plenária final do Congresso acabou não aprovando a vinculação de 5% do fundo partidário aos trabalhos da JPT. E foi suprimindo do texto original remetido pela JPT a menção dando vistas à sua autonomia organizativa. No documento da juventude constava: “A Juventude do PT é organizada nos âmbitos municipal, estadual e nacional e possui autonomia organizativa, sendo o funcionamento de suas instâncias definido por regimento próprio, a ser aprovada em seu Congresso”<sup>777</sup>, trecho este que desaparece da emenda estatutária final sobre a JPT. A juventude petista desembarcou no Congresso com a proposta de reivindicar menor subordinação ao aval dos dirigentes partidários, endossados pela deliberação aprovada junto ao seu Conselho Político dois meses antes. Mas no meio do Congresso houve um racha por parte de algumas lideranças juvenis das tendências DS e CNB, que optaram por desistir de fechar consenso sobre esta proposta para submeter o voto ao plenário. É preciso frisar que ambas as tendências possuíam vários membros tanto na composição da SNJPT como no topo da hierarquia partidária, fato que colabora para compreendermos este *atrelamento* de posicionamento político.

A não aprovação desta emenda garantia a manutenção do controle total dos dirigentes petistas sobre as deliberações finais no que tange a posicionamento de pautas, organização de eventos e repasses financeiros. O partido mantinha assim as rédeas curtas da JPT quanto à evolução de sua organicidade e autonomia. Os novos artigos inseridos no Estatuto revelam o teor desta tutela histórica: o Regimento da JPT precisaria ser submetido à discussão e deliberação da instância nacional de direção do

---

<sup>777</sup> JPT. *Sobre a emenda da Juventude do PT para a Reforma Estatutária*, 2011. Portal JPT.

partido; e todo auxílio financeiro (a ser normatizado neste futuro Regimento) deveria ser vinculado a um plano de trabalho a ser pela avaliação dos dirigentes petistas.

As movimentações em torno do 2º Congresso Nacional da Juventude do PT vinham com o peso de ter que discutir estas pendências no que tange a elaboração de seu Regimento Interno e a sobrevivência financeira da organização. Sua dificuldade de se congregar enquanto unidade orgânica era o maior adversário dos jovens petistas naquele momento. Reproduzindo com altas dosagens dentro da JPT as disputas corriqueiras entre as tendências na esfera do partido, as etapas municipais e estaduais preparatórias ao Congresso tiveram suas agendas preenchidas em boa parte com articulações em torno da formação de chapas para disputa da diretoria da juventude. Os jovens chegaram à etapa nacional, realizada entre os dias 12 e 15 de setembro, não tendo em mãos sequer um boneco com as tipificações do que poderia constar no seu Regimento.

A configuração das chapas e das candidaturas para o cargo de Secretário/a Nacional da JPT mantinha certo padrão quanto ao posicionamento das tendências, quando comparado àquelas apresentadas ao PED dois anos antes<sup>778</sup>. Cinco jovens foram alçados a disputa: Jefferson Lima (CNB), Joana Paroli (DS), Tássia Rabelo (Movimento PT, com apoio da OT), Ronaldo Pinto (MAIS<sup>779</sup>) e Bruno Elias (Articulação de Esquerda, com apoio da Militância Socialista). Os jovens petistas da CNB conseguiram costurar com a DS a junção de suas propostas iniciais em uma chapa praticamente imbatível, culminando numa vitória esmagadora (411 votos) sobre as outras chapas (241 na somatória de todas as outras chapas juntas). A CNB sedimentava sua hegemonia dentro da SNJPT, tendo Jefferson Lima como novo Secretário Nacional e Joanna Paroli assumindo a cadeira de Secretária Adjunta. A tática da CNB de se manter no controle da JPT incluiu orquestrar a rejeição à proposta de grupos “oposicionistas” para que o cargo de Secretário Adjunto fosse ocupado pelo segundo candidato mais votado, o que custaria à DS a recompensa pelo apoio à chapa majoritária.

Em sua análise pós-congressual, Bruno Elias, candidato pela chapa Esquerda Socialista (AE e Militância Socialista), fez um alerta sobre alguns vícios presentes em congressos estudantis e eleições partidárias terem preenchido alguns momentos do 2º

---

<sup>778</sup> As composições das chapas e dos nomes à presidência do partido apresentados no PED 2009 estão disponíveis em: AMARAL, 2010.

<sup>779</sup> Corrente vinculada à Mensagem ao Partido.

CONJPT, como a “artificialização de delegações municipais e estaduais e o controle centralizado da burocracia do Congresso nas mãos de apenas uma força política”<sup>780</sup>. A DS criticou a postura dos jovens da corrente MAIS, estes seus companheiros da corrente Mensagem ao Partido, por inviabilizarem a construção de uma unidade em torno da tendência. E justificou a aliança com a CNB como estrategicamente essencial para “aprovar resolução política e organizativa mais avançada para a JPT”<sup>781</sup>.

A profundidade na abordagem dos principais eixos debatidos evidencia um amadurecimento das resoluções finais deste 2º Congresso em comparação com o aprovado no Congresso de 2008. Guiados por uma menor timidez na apresentação do seu alinhamento ideológico à esquerda, a JPT impôs para si como maior desafio a perspectiva holística de construção de um partido socialista de massas, com o aprofundamento dos laços com a classe trabalhadora e a presença na luta dos setores sociais explorados e oprimidos. Eles denunciam a dinâmica histórica e predatória do capitalismo no Brasil como o responsável central pela produção de mazelas como o analfabetismo, a marginalidade, o racismo e a opressão sobre as mulheres. O governo Lula é descrito como um período de ruptura com a lógica neoliberal e maior preocupação no combate às desigualdades sociais, e com esta promoção do governo petista vem com a crença da consciência da população brasileira mais favorável ao ideário de esquerda e progressista. Pontuando quase que premonitoriamente, a JPT mostra-se preocupada a governabilidade de Dilma diante do realinhamento de seus adversários políticos nas eleições de 2010 e nas investidas críticas ao partido por grupos religiosos, empresariais, do capital financeiro e da grande mídia.

Sua plataforma para a juventude melhor interpreta a flexibilidade com as abordagens e projeções de políticas em torno dos jovens, em respeito a sua autonomia, a liberdade e o direito a experimentação. Os jovens petistas acreditam que via JPT é possível somar na luta pelo rompimento com a moral burguesa, tomando o olhar sobre a juventude através das suas particularidades e como categoria para a emancipação. O foco na juventude vem de encontro ao reconhecimento das suas múltiplas formas de participação e engajamento político na atualidade. O discurso da JPT, outrora vanguardista, cristaliza-se com uma coloração pela parceria, do ombro com ombro na construção das intervenções juvenis. Ela acaba por ratificar o fluxo analítico que

---

<sup>780</sup> ELIAS, B. Não basta ser jovem. In: ELIAS, B. CESAR, R. *O PT e a juventude: a esperança em construção* (org.), op.cit. p. 148.

<sup>781</sup> 2º Congresso de Juventude do PT. *Em Tempo*, set. 2011.

majoritariamente rejeita a versão de um jovem atual apático, geralmente comparado com aquele jovem ativista da década de 1960. Sendo um militante de uma organização política dita “tradicional”, não há incoerência em reconhecer este formato de participação quando este tipo de militância (político-partidária) é elencada como uma estrela de peso similar nesta constelação de novas iniciativas juvenis. A JPT descortina assim uma nova etapa dentro dos seus anseios de posicionar-se como um instrumento político importante para as lutas sociais da juventude brasileira.

Hoje a expressão cultural da juventude é muito grande, e não necessariamente se dá apenas sob as formas da organização sindical e político/partidária que continua existindo, evidentemente. Longe de uma contraposição entre um formato de organização mais tradicional e os movimentos e formas de organização mais recentes, esses diferentes espaços devem ter capacidade de criar articulações e mecanismos de cooperação, de modo a ampliar e fortalecer as lutas pela emancipação e transformação social<sup>782</sup>.

---

<sup>782</sup> JPT. *II Congresso da Juventude do PT: resoluções e moções*, 2011, p. 16. Acervo FPA/CSBH.

## Capítulo 5

### Caracterização dos jovens militantes da Juventude do Partido dos Trabalhadores

O percurso analítico deste trabalho, que envolveu partes interdependentes contendo a relação histórica do PT com jovens, os degraus da *institucionalização em curso* de sua juventude organizada e sua gradual evolução organizacional ganhará neste último capítulo preenchimentos sociológicos voltados para a atmosfera interpessoal do jovem militante da Juventude do PT, partindo de suas motivações, trajetórias, opiniões políticas e expectativas acerca da sua condição enquanto um militante de um partido político. O presente estudo tem como unidade de análise investigativa jovens que são militantes ativos na JPT.

A delimitação de pró-atividade do jovem petista, levando-se em conta a resolução *Juventude* aprovada no 3º Congresso Nacional do PT, que enquadra todo filiado, dentro do limite máximo a idade de 29 anos, como automaticamente sendo membros da Juventude do PT, se respaldou em dois critérios, a título de demarcação metodológica: a participação do jovem em atividades organizadas pela JPT e eventos na qual ela marcou presença a título de convocação e a ocupação de algum cargo de liderança. Estes espaços de encontro dos jovens da JPT constituíram a principal fonte para nossa coleta de dados, cujas informações foram geradas por meio de dois dispositivos: questionários semi-estruturados e entrevistas em profundidade.

Os questionários foram aplicados com 151 jovens durante os seguintes eventos: Encontro Nacional dos Estudantes do PT em Belo Horizonte (2013); Festival Aldeias da Juventude, ocorrido nos dias 30, 31 de maio e 1 de junho de 2014 na cidade de Guarulhos; 54º Congresso da UNE, ocorrido entre os dias 03 a 07 de junho de 2015 na cidade de Goiânia; e 3º Congresso da Juventude do PT, entre os dias 19 a 22 de novembro de 2015 na cidade de Brasília. Durante estes eventos, além do recurso da observação direta, pudemos trocar informações com diversos jovens petistas de todas as regiões do país. O trabalho de *network* com alguns destes militantes fortuitamente nos levou ao encontro de importantes documentos sobre a Juventude do PT pertencentes aos seus acervos pessoais e as suas respectivas secretarias de juventude locais.

Por se tratar de um questionário extenso (35 questões, sendo a maioria com diversas alternativas adjacentes), não foi uma tarefa fácil conseguir “retirar” o jovem inserido em alguma atividade ou articulação política dentro destes encontros para preenchê-lo. No total, jovens de 17 estados brasileiros mais o Distrito Federal preenchem a composição da amostra coletada. Por meio de amostragem sistemática, foi utilizado como elemento aleatório de escolha do entrevistado o fato do mesmo pertencer a uma delegação estadual, facilitando o trabalho de coleta entre grupos de diferentes estados. A tabulação, tratamento estatístico e apresentação tabular dos dados extraídos destes questionários foram construídos com a utilização dos programas Excel (Office 2010) e SPSS 12.0.

No projeto inicial desta pesquisa, prevíamos genericamente a realização das entrevistas em profundidade com “lideranças da Juventude do PT”. Contudo, durante o percurso do trabalho de campo, notamos que metodologicamente seria mais interessante focar em um perfil de liderança, tendo como critério o cargo estratégico que ele ocupava no organograma da juventude petista. Como já havíamos entrevistado algumas antigas lideranças visando a construção da narrativa de desenvolvimento histórico da Juventude do PT, para esta etapa optamos por entrevistar aqueles que naquele momento ocupavam o mais alto posto na divisão hierárquica dos cargos na esfera estadual: os Secretários Estaduais de Juventude, além do então Secretário Nacional de Juventude do PT, totalizando dez lideranças estaduais entrevistadas de dez estados diferentes. Uma parte das entrevistas em profundidade foi realizada pessoalmente, quando estivemos em contato direto com os jovens que lideravam suas respectivas comitativas estaduais nos eventos. O tempo médio de duração de cada entrevista girou em torno de uma hora e trinta minutos. Como muitas lideranças não conseguiam dispor de todo aquele tempo durante os eventos para dedicar-se exclusivamente a participar da entrevista, muitos acabaram concordando em postergar a mesma, concedendo-a um tempo depois via videoconferência, através do aplicativo *Skype*. Para além da gravação em áudio que eram obtidas nas entrevistas face a face, o recurso virtual do *Skype* possibilitou-nos armazenar o arquivo da entrevista também em formato audiovisual.

A decodificação das entrevistas em profundidade, em harmonia com a proposta de análise dentro das questões a serem tratadas (ver quadro logo abaixo), teve como suporte técnico-metodológico a proposta de análise de conteúdo, essencialmente nos

moldes do que está proposto em Laurence Bardin<sup>783</sup>. Na linha de compreensão crítica do sentido das comunicações, seu conteúdo latente ou manifesto e as significações explícitas ou ocultas enquanto objetivo da técnica de análise de conteúdo<sup>784</sup>, a operacionalização da análise das entrevistas foi dividida em três etapas: a pré-análise, com a programação do roteiro de entrevista, execução do trabalho de campo, leitura flutuante do material coletado e sistematização inicial das informações, em conformidade com os problemas levantados; a exploração do material, através da descrição analítica com a codificação (identificação das unidades de registro a partir das respostas fornecidas pelos jovens) e sua conseqüente categorização; por fim, o tratamento dos resultados e interpretação referencial, com o recorte dos conteúdos (decomposição dos relatos), agrupamento dos elementos de conteúdo por parentesco de sentido (via modelo fechado categorial, já que havia construído as categorias *a priori*), e classificação/ agrupamento das informações com a alocação dos conteúdos e interpretação final dos conceitos.

A elaboração do questionário semi-estruturado, da entrevista em profundidade e da construção das categorias de análise deste capítulo tem como referência teórica o trabalho de Vicente Espinoza e Sebastián Madrid, “*Trayectoria y eficacia política de los militantes em juventudes políticas: estudio de la élite política emergente*”, uma seminal obra publicada em 2010, de natureza quali-quantitativa, que trata das principais juventudes partidárias no Chile. Para esta pesquisa, tivemos que efetuar uma adaptação metodológico-analítica em relação ao trabalho supracitado, pois mergulhamos aqui na caracterização do perfil dos jovens de apenas uma juventude partidária, circunscritos pelas suas particularidades organizativas e pelos constrangimentos institucionais de seu partido, o Partido dos Trabalhadores. Trabalharemos assim com as seguintes categorias e subcategorias de análise:

---

<sup>783</sup> BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

<sup>784</sup> CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (8a ed.). São Paulo: Cortez, 2006.

## Quadro 2 – Categorias e subcategorias de análise de caracterização

| Categorias  | Subcategorias  |
|---|--|
| <b>Subjetividade política dos jovens militantes</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Interesse pela política e motivação para militar;</li> <li>✓ Distância entre partidos e jovens;</li> <li>✓ Revisão da militância no partido;</li> <li>✓ Futuro e projeção de compromissos políticos;</li> </ul>   |
| <b>Contrapartida social e socialização política</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Influências sociais e familiares;</li> <li>✓ Entrada na atividade política;</li> <li>✓ Canais de ingresso no partido;</li> <li>✓ Escala de recompensas associadas à militância partidária;</li> </ul>   |
| <b>Trajétoria militante intrapartidária</b>         | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participação em instâncias de formação política;</li> <li>✓ Tempo de dedicação à militância;</li> <li>✓ Atividades militantes;</li> </ul>   |
| <b>Influência e eficácia do jovem militante</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Impressões sobre o grau de influência no partido;</li> <li>✓ Participação em instâncias de decisão na Juventude e no partido;</li> <li>✓ Responsabilidade e eficácia de participação partidária;</li> <li>✓ Dificuldades associadas com a militância no partido;</li> </ul> |

O questionário aplicado com 151 jovens militantes da Juventude do PT nos fornece um panorama bastante interessante de seu perfil sociodemográfico.

**Tabela 3 – Distribuição da amostragem quanto à idade, renda familiar e tempo de filiação ao Partido dos Trabalhadores**

| Variável                   | Média | Desvio-padrão | Mínimo | Mediana | Máximo |
|----------------------------|-------|---------------|--------|---------|--------|
| Idade                      | 22,4  | 3,5           | 16,0   | 22      | 31,0   |
| Renda Familiar**           | 6,6   | 6,0           | 1,0    | 2,0     | 28     |
| Tempo de filiação ao PT*** | 42,3  | 37,9          | 1,0    | 30,0    | 180    |

Fonte: elaboração própria

\* A variável *renda familiar* acabou sendo inserida posteriormente no questionário, por isso o número reduzido de respostas.

\*\*Em salários mínimos.

\*\*\* Em meses.

Dos 151 jovens que preencheram o questionário, apenas três se recusaram a revelar sua idade. Podemos notar que a média etária dos jovens petistas é baixa, dentro do parâmetro regimental do PT que prevê até 29 anos como teto máximo para ser um membro da JPT. Quatro entrevistados já haviam superado este limite, o que indica, e isto pudemos constatar também na observação direta durante os eventos, que muitos petistas não abandonam a militância na juventude mesmo superando o teto etário. Se por um lado estes militantes podem ser classificados como *outsiders*, ao terem anuladas suas prerrogativas de disputa institucional dentro da juventude, por outro certamente seu capital político acumulado na militância partidária aparentemente é bem-vinda neste ambiente interno de formação.

Na amostragem, a distribuição quanto ao gênero foi de 104 (68,4%) para o sexo masculino e 48 (31,6%) do sexo feminino. A vivência no ambiente universitário tem um peso significativo na composição social da juventude petista, uma vez que quase metade dos jovens entrevistados está cursando ensino superior (48,7%), número expressivo se comparado com os secundaristas (4,7%) ou mesmo aqueles que já possuem diploma universitário (25,3%).

**Tabela 4 – Atividade atual do militante da Juventude do PT**

| Atividade               | N  | %    |
|-------------------------|----|------|
| Somente estudando       | 62 | 41,1 |
| Somente trabalhando     | 11 | 7,3  |
| Trabalhando e estudando | 71 | 47,0 |
| Outra                   | 07 | 4,6  |

Fonte: elaboração própria.

O comparativo entre a atividade atual do militante da JPT com a do jovem brasileiro entre 15 e 29 anos (de acordo com os dados obtidos pelo IBGE – 2013<sup>785</sup>) mostra que ambas se assemelham no que tange ao significativo número de jovens trabalhadores (54,3% do primeiro e 57% do segundo), mas divergem quanto ao

<sup>785</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2013. Disponível em: <http://www.abres.org.br/v01/stats/>. Último acesso em: 03/03/2016.

engajamento exclusivo na atividade estudantil e aqueles que conciliam trabalho com estudo. A dedicação exclusiva aos estudos pelos jovens da JPT é percentualmente o dobro da diagnosticada nos jovens brasileiros, e esta diferença mais que triplica quando verificamos aqueles estudam e ao mesmo tempo estão no mercado de trabalho. O jovem brasileiro (ainda segundo o IBGE) é um segmento social que mais trabalha que estuda, enquanto que o jovem da JPT pende para o enquadramento enquanto estudante mais do que como trabalhador (88,1%). Reforçamos nossa afirmação quando destrinchamos o tipo de atividade profissional que os jovens petistas exercem: cerca de 40% responderam trabalhar com atividades que direta ou indiretamente atrela-se com seu cotidiano de militância política, tal como assessoria parlamentar, articulação de atividades político-partidárias, assessoria de comunicação, monitoria em cursos de formação, função em entidade estudantil, etc, sendo a esfera municipal a área de maior atuação. Há uma convergência direta entre o que eles definem como *trabalho* e seu vínculo com as atividades partidárias.

Para finalizar, quase a totalidade dos militantes da JPT entrevistados são jovens solteiros (as) (94%), onde apenas um em algum momento já fora casado (estado civil assinalado como divorciado). Percentual similar no que se refere àqueles que não possuem filhos (94,7%). Os jovens petistas parecem se enquadrar quase que com perfeição nas características apontadas no debate recente sobre as transições para a vida adulta, que têm demonstrado uma tendência crescente nas sociedades ocidentais, a partir dos anos 1970, de diminuição normativa das trajetórias de passagem para a vida adulta e do adiamento pelos jovens em assumir determinadas responsabilidades até então exponenciais enquanto demarcadores de etapas à adultez. De acordo com J.J. Arnett<sup>786</sup> visualiza-se então o acréscimo etário significativo dos indivíduos que decidem assumir responsabilidades matrimoniais, ter filhos, inserir-se no mercado de trabalho e galgar passos mais largos no que tange aos estudos. Sobre a situação conjugal, a título de comparação, os números dos jovens petistas superam com margem significativa os jovens brasileiros que se declararam solteiros (66%), segundo dados da Agenda Juventude Brasil (2013)<sup>787</sup>.

---

<sup>786</sup> ARNETT, 2010.

<sup>787</sup> BRASIL. SNJ. Agenda Juventude Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>

### 5.1 – Subjetividade política dos jovens militantes

Interessa-nos neste tópico trabalhar com a representação que o militante da Juventude do PT faz sobre a política, partindo dos seus interesses e motivações para ingressar na política, a importância dos partidos enquanto organizações para engajamento político e transformação social, e quais os elementos decisivos que desencadeariam a desistência da militância em seu partido.

No cenário brasileiro atual de militância e engajamento político, assolado por um descrédito da juventude para com as formas tradicionais de disputa política, revela-se nitidamente como exceção a opção daqueles jovens que optam voluntariamente por filiar-se e dedicar-se a defender as pautas de um partido político. A particularidade dos partidos, se distinguindo de outras organizações pelo ambiente específico e atividades específicas, legitimados como intermediadores legais na arena eleitoral da disputa de votos<sup>788</sup>, não explicam os fatores que ainda desperta em inúmeros jovens a motivação para surfar em uma arena socialmente tão desgastada. Resumir a visão de ingresso de um jovem a um partido pela aspiração proto-carreirista na vida da disputa política eletiva por demais tende a uma noção utilitarista de militância que obstrui a realidade motivacional de grande parte dos jovens.

Podemos apreciar este ponto de um ângulo mais compacto através da codificação das respostas obtidas no questionário aplicado aos jovens militantes da JPT. Alocamos o conjunto de manifestações sobre a principal motivação para ingresso no partido dentro dos seguintes eixos:

- ✓ Valores e ideologias: formulações diversas que atrelam suas crenças e convicções políticas em correspondência com o propósito de atuação do partido.
- ✓ Participação política instrumental: elementos associados a resultados de ações e conquistas políticas possíveis de conquista por intermédio da militância em um partido político. O partido é um instrumento para se atingir objetivos políticos práticos.
- ✓ Carreira política: filiação tendo como alvo o ingresso na disputa política eleitoral.
- ✓ Interação social: criar novos vínculos de socialização, como estreitar laços com outros militantes e fazer amizades.

---

<sup>788</sup> PANEBIANCO, 2005.

- ✓ Familiar: influência da família e/ou histórico familiar de militância no partido.
- ✓ Sensibilidade social: motivação alimentada por preocupações temáticas mais gerais, como desigualdades sociais, gênero, justiça social, etc.

**Tabela 5 – Motivações dos jovens petistas para ingresso em seu partido**

| Valores/Ideologia | Participação Política | Interação Social | Familiar | Sensibilidade social |
|-------------------|-----------------------|------------------|----------|----------------------|
| 42,8%             | 30%                   | 1,5%             | 7,5%     | 18%                  |

Fonte: elaboração própria.

Grande parte dos jovens da Juventude do PT (utilizaremos a abreviação “JP”) entrevistados tem como motivação central para o ingresso no partido fatores ideológicos associados com a possibilidade de no mesmo conseguir construir sua intervenção política. Diversos jovens mencionaram diretamente a palavra “ideologia”. Houve oscilações entre respostas bastante gerais, como “um partido preocupado com as causas populares” (JP – Tocantins), “os ideais, a história e as políticas do partido” (JP – Sergipe), “acreditar nas propostas defendidas pelo partido” (JP – São Paulo), “analisar e perceber que as ideologias políticas estavam consonantes” (JP – Santa Catarina), e outras ideologicamente mais específicas, tais como: “porque acho que o PT é uma das ferramentas disponíveis na sociedade para lutar e fazer frente ao avanço capitalista” (JP – Rio Grande do Norte) e “anos de atuação em movimento social, cultural de periferia com pessoas éticas que sabem respeitar movimentos sociais” (JP – Distrito Federal). Há uma demonstração evidente para estes jovens, no momento em que decidiram militar pelo Partido dos Trabalhadores, que sua visão de mundo tinha um amplo *feedback* dentro daquilo que eles esperavam enquanto organização política, uma correspondência entre os seus desejos e sonhos de intervenção social e o partido político. Apenas três jovens exaltaram o partido enquanto ferramenta para construção do socialismo, ao passo que doze inspiraram suas motivações pela filiação na colaboração pela luta dos trabalhadores. E para dois jovens a principal motivação está na figura da liderança máxima do partido desde a sua fundação: Luís Inácio Lula da Silva.

Uma visão mais pragmática do *fazer* política foi responsável por alimentar boa parte das respostas obtidas. 30% dos jovens entrevistados se sentiram motivados pelo

ingresso no PT pela possibilidade de efetiva intervenção política institucional, a maioria pegando gancho nas conquistas sociais dos governos petistas durante os mandatos de Lula e Dilma. A disputa político-eleitoral e construção de políticas públicas envoltas pelo espectro ideológico da esquerda barganha maior concretude sendo feita dentro de uma organização partidária como o PT: “É um partido popular, onde ocorre os debates de opressões, além de ser o único à esquerda que disputa hoje de forma grande o cenário nacional” (JP – Minas Gerais), “Ingressei no PT por acreditar que o partido é o principal instrumento na luta de classes, e por crer que no Brasil não existe outra instituição capaz de mudar a vida dos trabalhadores através da revolução democrática” (JP – Rio Grande do Norte), “possibilidade de articular políticas efetivas para o bem do Brasil” (JP – Bahia).

Foi possível observar em diversas respostas o reforço da idéia de que é preciso ter “pés no chão” quando o assunto é transformação social e emancipação dos trabalhadores, porque isto não pode estar dissociado da habilidade de governar, de pensar planos de governo, de articular posicionamentos políticos: “acredito que, apesar dos erros estratégicos cometido principalmente a partir do final da década de 90, o PT continua sendo o único partido com enraizamento na classe trabalhadora e pode servir como uma ferramenta revolucionária” (JP – Rio Grande do Sul), “compreendo a necessidade de ter no Brasil um partido que organize e politize a classe trabalhadora” (JP – Pernambuco). A experiência de militância no movimento estudantil despertando, conseqüentemente, o interesse em militar no PT, foi destacado por alguns jovens, e acreditamos que seja em virtude do contato naquele ambiente com jovens já engajados no partido. Contudo, nos causou estranheza que apenas três pessoas tenham relacionado sua motivação com o engajamento nas lutas sociais juvenis ou com o fortalecimento das políticas públicas de juventude: “a motivação principal era a concordância com o projeto político e o interesse em organizar a juventude em torno dele” (JP – São Paulo).

Os fatores “sensibilidade social”, “familiar” e “interações sociais” são os menos mencionados pelos jovens petistas. O primeiro nos mostra um desequilíbrio entre um posicionamento mais lapidado na realidade do que representa a atuação partidária específica dentro do PT e a assunção para motivações mais genéricas. Uma demanda temática de luta social enquanto fomento da comoção para a filiação, para o engajamento político-partidário: “luta pelo socialismo” (JP – Bahia), “a luta de classes no Brasil” (JP – Bahia), “libertar o Brasil da pobreza, fome racismo homofobia” (JP –

Amazonas), “as pautas socialistas e a pauta racial” (JP – Ceará), “igualdade para todos!” (JP – Rio de Janeiro), “combater o machismo” (JP – Bahia). Certamente muitos destes jovens enquadrados em outro eixo possuem relações de parentesco com filiados ou militantes do PT, mas poucos foram aqueles que abertamente declararam a influência da família como motivação central para ingresso no partido. Este ponto de vista parte do reconhecimento explícito da influência da socialização primária no que tange a assuntos político-partidários: “posso identidade ideológica com o partido porque meus pais são militantes e sempre tive proximidade com as atividades do PT” (JP – Minas Gerais).

A partir das respostas fornecidas pelos militantes da Juventude do PT, podemos concluir que a principal motivação destes jovens para começar a militar em um partido político, especificamente no Partido dos Trabalhadores, é tornar concreto o ideal de transformação da sociedade, dentro das suas crenças e convicções. Próximo deste perfil está aquele jovem com uma motivação para uma militância mais instrumental.

A insignificância percentual dos enquadramentos “interação social” (dois jovens) e “carreira política” (nenhum jovem) mascara, todavia, conseqüências latentes como resultado da vivência no ambiente partidário. Pertencer a uma organização como um partido político, e mais especificamente, pertencer a uma organização de juventude como a JPT é, compulsoriamente, estar sujeito a ser inserido num cenário de múltiplas convivências, de novos contatos e estabelecimento de grupos de afinidade ideológica. O jovem não ingressa *para* conquistar isso, mas tem ciência desta recompensa sócio-afetiva. Quanto ao eixo “carreira política”, não nos surpreende a ausência total de manifestações cuja motivação principal para o ingresso no partido é possibilidade de construção de uma candidatura, de tornar-se agente político, de disputar eleições, uma vez que as manifestações da grande maioria dos jovens fogem, em termos de motivação militante, do enquadramento tipológico atrelados com partidos ditos de “quadros” (Maurice Duverger) ou de “notáveis” e “eleitores (Jean Charlot<sup>789</sup>). Se na democracia representativa, o partido surge enquanto eixo de ligação entre a vontade individual e a disputa oficializada, atuando como agente que organiza o processo eleitoral<sup>790</sup>, o braço juvenil organizado de um partido pode ser visto também como um celeiro de ambições de candidaturas, não necessariamente enquanto um *fim ótimo*, mas uma conseqüência do engajamento para alguns. Em referência, as lideranças da JPT entrevistadas não

<sup>789</sup> CHARLOT, J. *Os partidos políticos*. Trad. Carlos Alberto Lombarck. 2. ed. Brasília: UNB, 1984.

<sup>790</sup> KINZO, 2005.

descartam a possibilidade de candidatarem-se em algum momento, como veremos adiante.

Todas as lideranças da JPT entrevistadas são petistas “puro sangue”, ou seja, não possuem filiação anterior a nenhum partido, o que nos impede de desenvolver qualquer caracterização motivacional para ingresso no atual partido em comparação com outrem. O início do interesse por assuntos políticos, conforme os relatos destas, em sua maioria começaram, para a maioria, bastante cedo, ainda no ensino médio, quando em contato com as atividades promovidas pelo grêmio estudantil de sua escola. Há de se deixar claro que o despertar crítico para temas políticos não necessariamente significa o interesse automático em torno de um partido político. Esta correlação possui algum significado, contudo, se levarmos em conta aqueles jovens “nascidos” em um ambiente familiar onde a política partidária e o engajamento compõem o cenário de convivência.

Eu entrei no partido por que minha mãe e meu pai são filiados ao PT , então eles é que me apresentaram o partido , eles que me apresentaram o PT lá em Sergipe , aí eu comecei a me aproximar muito do partido , participar dos encontros, das plenárias e aí foi quando eu me filiei ao PT no ano de 2005 (...) Comecei minha militância dentro do grêmio estudantil do colégio que eu estudava lá em minha cidade, quando eu fui do DCE, eu cursava o curso de história e sempre gostei muito dos debates políticos e de participar da política lá no meu Estado (Liderança H).

Eu me filiei em 2008, quando completei 16 anos e pude tirar o título de eleitor, foi quando eu comecei a frequentar as reuniões do partido também, por influência da família, meu irmão e meu pai são filiados, meu irmão foi candidato a vereador em Petrópolis, é presidente do diretório municipal aqui de Petrópolis também, meu pai sempre participou também das reuniões, levou meu irmão e os dois acabaram me levando também para o partido em 2008 (Liderança A).

Porque eu, como tinha influência de meu pai que me levava desde criança para as atividades do movimento sindical, do movimento dos professores, que meu pai era professor da rede municipal. Então eu sempre participei das atividades do partido (...)Eu acho que pra mim não tinha outra escolha, pra quem nasce e cresce dentro de uma casa onde se debate política todos os dias, onde você percebe as contradições sociais do mundo, de forma muito clara, ainda em uma fase da minha vida que a maioria, acho que 99% dos meus colegas nem debatiam política, nem assistiam jornal, nem entendiam que tinham condição de fazer alguma coisa, pela comunidade ao seu redor, eu já participava. Então assim, eu acredito que não tinha um outro caminho na política senão esse. Fora esse era opção de não fazer política partidária militante, como outras pessoas fazem, como minhas irmãs fizeram opção de gostar do PT, se filiar ao PT. (Liderança E).

A conjuntura política é uma variável que precisa ser considerada em torno desta questão motivacional. A idade destas lideranças da JPT no momento da entrevista gira em torno dos 28 anos, sendo que à época de suas aproximações e filiações ao partido, o mesmo ou protagonizava uma implacável oposição em torno do desgastado governo FHC no final de seu segundo mandato ou havia recém conquistado a presidência da República. O momento de destaque do PT enquanto referência da esquerda partidária, da luta contra a corrupção, do discurso autonomizado da ética e dos ideais de um novo projeto político para o país colaboraram para a aproximação destes jovens com o partido, alguns participando previamente de campanhas petistas nas eleições em 2000 e 2002.

Desde os 16 anos, quando minha família estava passando por um momento delicado e eu não entendia qual era a parcela de culpa do modelo econômico e do governo na situação do país, comecei a pesquisar, a ler, e participar de movimentos sociais. Desde esse momento identifiquei a necessidade tomar um lado e tentar materializar o meu modo de pensar, por acreditar que a ferramenta da política é um instrumento palpável de mudança para a melhora da vida das pessoas. (...) Eu já tinha uma simpatia pela esquerda, mas foi através da campanha eleitoral de 2000, onde no primeiro turno ajudei uma candidata a vereadora pelo PT, comecei a conhecer o partido, mas foi durante o segundo turno na minha cidade que me filiei, e também senti que estava fazendo a coisa certa (Liderança I).

Esta particularidade do PT aos olhos destes jovens militantes aparece como elemento central em todas as entrevistas, quando perguntados sobre as razões para escolha deste partido para militar. Na contramão da tendência observada nos estudos recentes sobre o desinteresse dos jovens pela formas de organizações tradicionais, estes jovens vislumbraram em um partido político a oportunidade de concretizar no campo da disputa política suas inquietações quanto aos problemas sociais e edificação de ideais. Um partido com as características do PT, com a abertura para existência de tendências internas e as diversas ramificações em torno de diversos eixos de intervenção, sem dúvidas reveste-se como um espaço propício para o “despertar à política” e o aprimoramento do capital político através do aprendizado do cotidiano da vida política organizada. O que estamos problematizando é que estes jovens, ao ingressarem no partido, já municiados estavam de certo *expertise* político e, principalmente, de posições ideológicas voltadas a questões progressistas. Não foi através do PT que isto nasceu neles. Mas eles miraram no PT uma forma de canalizar este interesse na política, mediante inserção em jogos específicos firmados numa arena de experiência coletiva mais sólida, real, concreta.

Optei pelo PT por um debate mais próximo daquilo que eu já defendia e convivia (...) da defesa daquilo que eu acredito em relação a uma atuação mais próxima dos movimentos sociais, das lutas de direito em relação a território, de lutas de direitos em relação a políticas mesmo que historicamente foram deixados a margem (Liderança B).

Por também achar possível uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais, econômicas, culturais e mais oportunidades que sirvam a todos, não apenas uma minoria. Acredito que alguns instrumentos levem à redução desse abismo historicamente e propositalmente construído, um deles se faz presente em setores da sociedade brasileira, não só com o Partido dos Trabalhadores, mas encontrei no PT o meu mecanismo para ajudar a superar esses desafios (Liderança G).

Os caminhos destes jovens para o ingresso no PT transpassaram a experiência prévia em atividades de cunho político ligadas geralmente ao movimento estudantil. Boa parte deles revela a importância da família dentro do espectro da interação de incentivo. E a conjuntura política subsidia a compreensão pela categórica afirmação de simpatia pelo partido. Mas alguns deles, indo além das pontuações que orbitam em torno deste entendimento, destacaram Luís Inácio Lula da Silva como uma fonte de inspiração motivadora na circunstância da decisão de filiação.

Inegável reconhecemos o grande poder de inspiração exercido por Lula desde os primeiros registros das greves dos metalúrgicos no ABC paulista no final da década de 1970. Lula enquanto um dos idealizadores do Partido dos Trabalhadores e figura máxima de transmissão da mensagem do partido atrelado às lutas da classe trabalhadora. Lula, de acordo com Bezerra, sendo aquele que consegue em diferentes momentos captar em torno de si os fervores da esperança coletiva, abarcando a “constelação de imagens constitutivas da idéia do Salvador, do Chefe”, surgido da classe mais humilde, da região mais miserável do país<sup>791</sup>. A alusão dos jovens entrevistados a Lula possui esta conotação, uma liderança referencial, um operário presidente, estro para as conquistas política galgadas pelo partido: “meu interesse político começou com o Lula. Eu era muito fã do Lula, acompanhava, desde quando me entendi e tinha entendimento já na minha infância da questão do Lula, das políticas que ele defendeu” (Liderança D); “Eu tive uma profunda identificação com a figura do Lula,

---

<sup>791</sup> BEZERRA, A.K. Carisma e mitologias políticas – a narrativa de Luiz Inácio Lula da Silva, o “operário presidente”. In: X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: história e política. Universidade Federal de Pernambuco. *Resumos...* Recife, 2010, p. 06.

e PT e Lula são coisas indissociáveis ao meu ver.” (Liderança C); “Me aproximei do PT através também (...) do líder , no grande comandante Lula , que sempre apresentou pautas que dialogavam e dialogam hoje com a nossa juventude “ (Liderança H); “Eu tinha uma admiração muito grande pelo Lula, que somada a influência do meu pai e meu irmão, somada essa questão do Lula ser presidente do Brasil e ser filiado ao PT” (Liderança A).

Em sentido amplo, a participação política das lideranças da JPT pode ser abordada sob o prisma da satisfação de necessidades, cujos traços particulares remetem à sensação de pertencimento, valorização social, correspondência ideológica. Levamos em conta, assim, os *interesses pessoais* (ótica da necessidade instrumental) associadas de modo direto com a participação. É claro que não podemos abjurar da possibilidade de existência de *interesses ocultos* para filiação e militância, não expressos meramente no conteúdo declarativo do indivíduo, e que muitas vezes não estabelece compatibilidade com as finalidades e objetivos do partido político. Segundo Yebra e Rolland<sup>792</sup>, estes interesses se sustentam por motivações mais profundas, como sentir prazer no exercício do poder, conseguir postos de trabalho na política, conseguir algum tipo de benefício econômico, autopromoção na carreira política, etc, questões que durante a análise são difíceis de serem diagnósticas.

Para os autores, as respostas para a pergunta sobre as razões do filiado ou militante estar filiado podem ser enquadradas em dois grandes grupos: motivações proativas e motivações reativas. Motivações proativas são embasadas no anseio em conquistar algo, a partir de questões genéricas ou pontuais. Conquistar “a liberdade”, “ajudar os desfavorecidos”, “fim do autoritarismo”, “alcançar o socialismo” e “legalização do aborto” são exemplos deste tipo de motivação. Já as motivações reativas são embasadas no anseio de impedir ou evitar algo, também a partir de questões genéricas ou pontuais. Impedir “o aumento da criminalidade”, “o avanço do pensamento extremista”, “a destruição do estado de bem estar”, “as práticas abortivas” são exemplos ligados a este grupo de motivações. As respostas dos jovens petistas nos permite enquadrá-los, no momento de sua filiação, tendo motivações proativas, pois em nenhum momento detectamos declarações de motivação alimentadas pela vontade em obstruir pautas e contestar itens polêmicos dentro do debate político.

---

<sup>792</sup> YEBRA, J. & ROLLAND, D. La desafección social hacia los partidos políticos. 1 ed. Madrid. Ed: Juan Vázquez Yebra, 2010, 353 p.

As lideranças petistas, dentro da condição de ponta da lança na hierarquia da Juventude do PT em seus Estados, adquirem com a vivência no cotidiano de militância com seus pares uma percepção mais apurada sobre as recompensas decorrentes da opção pelo ingresso em um partido. O chamariz para jovens *outsiders* nasce do saldo da equação composta por custos e benefícios de participar (derivados do processamento subjetivo tanto racional como emocional), e a supremacia dos benefícios obviamente desequilibra para uma maior motivação. Ao questionarmos para estas lideranças quais eram as principais recompensas oferecidas pelo PT aos seus militantes, numa situação hipotética de jovens procurando informações a este respeito, as respostas em quase sua totalidade foram categóricas e convergentes: o partido enquanto organização política é uma opção concreta e legalmente reconhecida para subsidiar o desejo de intervir politicamente na sociedade.

Eu, por exemplo, na condição de secretário estadual de juventude, eu sou procurado muitas vezes por jovens mais novos ou mais velhos que eu, eu sempre pauto na linha de que o porque é importante militar partidariamente. Nossa democracia é uma democracia com partidos, é uma democracia representativa, então por mais que você, que fique impregnado por uma visão negativa que a política tem, sobretudo os partidos, né, a gente tenta apresentar o partido e o debate com a agenda partidária para a sociedade. Porque às vezes pode parecer algo abstrato, mas quando você fala aquilo que tem mais a ver com as pessoas, dos impactos da ação governamental, os programas sociais, as políticas públicas, as pessoas saem daquele *start* inicial de não entender porque o partido é importante, porque que internamente é importante disputar o partido pras visões que a gente defende na sociedade, então assim as vezes sou procurado, apresento a estratégia do PT, a importância que o PT tem e teve para a redemocratização do país, a importância que o PT tem nestes x anos que sucederam a redemocratização, sob uma nova visão do Estado, por financiar políticas públicas sobretudo para a população mais pobre (Liderança C).

O movimento natural que acontece da maioria de quem tem se filiado hoje atualmente no partido é assim: 1º começa a militar no movimento estudantil. Então estes estudantes geralmente começam a militar no DCE, no DA, em um coletivo de estudantes, em um coletivo que tenha alguma função na sua universidade ou na sua comunidade. A partir daí a gente começa a debater de que o PT é o instrumento partidário que dá a base necessária para que os instrumentos sociais... é a ferramenta que a gente usa, a principal ferramenta de luta que a gente tem de link com os movimentos sociais (Liderança E).

Algumas lideranças pontuam que os programas do Governo Federal durante o mandato de Lula e Dilma Rousseff poderiam ser instrumentalizados enquanto um atrativo para aproximação dos jovens ao partido, principalmente no que tange as

Políticas Públicas de Juventude. Como os jovens petistas possuem ampla capilaridade dentro do movimento estudantil, principalmente na arena de disputa das entidades secundaristas e universitárias, o maior desafio para estas lideranças se dá na construção de um elo entre setores juvenis não engajados em formas/organizações tradicionais de militância e partidos políticos, através da ressignificação junto a estes jovens da posição estratégica que assume um partido no sistema democrático representativo, a partir da disputa no campo institucional. O desgaste galopante do PT junto à opinião pública, que automaticamente vem cristalizando uma tendência de repulsa ao partido, inclusive pela juventude (conforme discutido no capítulo 3), poderia ser driblado mediante intervenções de formação mais incisivas e programáticas do partido (através da JPT) em diferentes setores juvenis, no intuito de “mostrar o partido, como funciona, sua história, suas bandeiras e responsabilidades” (Liderança I).

O distanciamento entre os jovens brasileiros e os partidos políticos inquietam as lideranças da Juventude do PT, quando confrontados reflexivamente sobre as dificuldades de trazê-los para as fileiras de militância do PT. Emblemático pensar que estes jovens militantes se defrontam com a insurgência juvenil de uma negação institucional, de um descrédito para com a formalidade política tradicional, mediante gestação de novas formas de participação, o que significa o maior alargamento entre os sentidos valorativos de eficácia de engajamento que jovens partidários incorporam e os elementos que de fato tem entusiasmado a juventude de uma forma geral.

Apenas dois jovens disseram não concordar com o pressuposto da existência de uma rejeição programática e ideológica expressiva da juventude no Brasil aos partidos e especialmente ao Partido dos Trabalhadores. Ao contrário, para estes entrevistados, “a adesão dos jovens não tem diminuído, pois estão procurando o PT e outros partidos de esquerda, dando continuidade a luta dos trabalhadores” (Liderança F), uma vez que “no último período o partido teve um crescimento significativo no número de filiados, sendo 30% desses, jovens” (Liderança J).

Contudo, o restante das lideranças juvenis do PT entrevistadas têm plena noção desta conjuntura pouco favorável que atinge em cheio quaisquer iniciativas de oxigenação da composição de seus quadros e transmissão centrífuga de suas mensagens políticas. O desafio da empreitada de atribuir significado à formas tradicionais de participação política na arena pública, em desarmonia com os novos conteúdos e formatos de associativismo juvenil, despontam nestes jovens petistas em duas diferentes

percepções: sob o ponto de vista do empecilho ou sob o ponto de vista do estímulo. Empecilho porque não é simples se defrontar com o “desencanto”<sup>793</sup> dos jovens pela política, oriundo de sua profissionalização excessiva, emaranhada numa esfera instrumental, pragmática e engessada nos moldes clássicos da prática política. E estímulo porque este cenário invariavelmente tem a prerrogativa de funcionar enquanto um impulso para que a Juventude do PT recicle constantemente o seu discurso e se adapte ao movimento de reconfiguração do campo da participação juvenil.

Para explicar este afastamento dos partidos pelos jovens, algumas lideranças anexam um vetor a mais neste fluxo causal: os jovens se afastaram sim dos partidos, mas os partidos também se afastaram dos jovens, mediante a deficiência na construção do diálogo sintonizado com suas novas percepções de mundo. A realidade política brasileira é outro fator colocado em discussão, pois os partidos estariam no epicentro das críticas ao sistema político mergulhado em conchavos clientelistas, interferência do poder econômico, corrupção, burocratização e manutenção de privilégios. “A lógica ao dizer que todos os políticos e partidos são iguais, que nenhum presta e são todos corruptos, induzem essa rejeição geral, sem distinção, pela juventude” (Liderança G). Dois jovens sugerem que isto é o resultado da desinformação da juventude, bombardeada constantemente com pontos de vista que o afasta da possibilidade de conhecer de fato o papel de um partido político no regime democrático. E uma liderança chega a utilizar o termo “crise de representação” em diagnóstico sobre a qualidade de representação exercida pelos partidos político.

Em torno desta discussão sobre o desestímulo da juventude brasileira no engajamento em atividades partidárias, reforçado pelas peculiaridades do que significa militar pelo Partido dos Trabalhadores, os militantes de base da JPT se viram de frente do apontamento dos fatores que os levariam a reconsiderar a militância pelo seu partido.

---

<sup>793</sup> BAQUERO, M. e BAQUERO, R. Novos padrões política dos jovens na democracia brasileira? *Em Debate*, Belo Horizonte, v.4, n.8, p19-25, nov. 2012.

**Tabela 6 – Fatores de reconsideração da militância no PT**

| Fatores   | Sim | Não | Não sei |
|---|-----|-----|---------|
| Não ser considerado nas tomadas de decisões   | 42% | 36% | 22%     |
| Ter muitas dificuldades para seguir carreira política                               | 14% | 74% | 12%     |
| Casos de corrupção envolvendo dirigentes partidários                                | 27% | 53% | 20%     |
| Não conseguir ter acesso a cargos de responsabilidade política no partido ou gestão | 13% | 70% | 17%     |
| Não ter possibilidade de ser indicado candidato nas eleições                        | 11% | 74% | 15%     |
| Responsabilidades familiares  | 43% | 41% | 16%     |
| Orientações políticas do partido ficarem distantes dos meus princípios              | 72% | 19% | 9%      |

Fonte: elaboração própria.

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento publicado em 2003<sup>794</sup>, os jovens na atualidade tendem a aproximar-se de novas formas de organização política pela baixa expectativa de encontrar os seguintes atributos relacionados à participação nos meios de atuação tradicional: influência nas tomadas de decisão, rotina de *accountability*, amplos espaços de *decision-making* para os jovens e acesso a postos estratégicos e regulares dentro do organograma de funções. Quando analisamos a tabela acima contendo os resultados obtidos com os questionários aplicados aos jovens militantes petistas, observamos que não há uma preocupação tão generalizada (mesmo sendo maioria percentual) no que tange a serem considerados dentro das esferas de tomadas de decisão do partido, dado que vai de encontro com o anseio dos jovens pesquisados pela PNUD.

<sup>794</sup> Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento – PNUD - United Nations Development Programme – UNDP. Enhancing Youth Political Participation Throughout The Electoral Cycle – A Good Practice Guide, 2003.

Sim, a maioria reconsideraria sua militância no PT mediante deficiência interna em alguma demanda consultiva ou deliberativa, mas com pequena margem de diferença para os que são indiferentes a este fator. E este choque é ainda maior caso estivessem expostos a dificuldades de acesso a cargos de responsabilidade no partido ou em alguma gestão política. O percentual é equivalente, neste caso, com os resultados associados a obstáculos em torno de ambições de carreira política, como ambiente pouco favorável para uma eventual candidatura, empecilhos nas prévias durante a seleção de candidatos, etc. Há correspondência entre as principais motivações para ingresso no PT e os fatores que seriam determinantes para uma desfiliação: os princípios doutrinários e ideológicos que suprem os anseios daquilo que os jovens esperam de seus partidos. Esta informação é confirmada pelo alto percentual das respostas positivas quando questionados sobre as orientações políticas do partido se afastar dos seus princípios, bem como do baixo número de jovens que tiveram dúvidas de qual opção escolher (apenas 9%). Nem mesmo a hipótese do surgimento de alguma demanda no tocante a questões familiares supera este ponto.

Pouco mais da metade dos jovens petistas assinalaram que casos de corrupção praticados por dirigentes do PT não seriam determinantes no sentido de uma eventual revisão de filiação/militância. É um olhar bastante objetivo de separação entre o que representam as figuras partidárias de expoência e o partido enquanto organização consolidada, uma habilidade nítida na distinção entre o lugar e sujeições dos indivíduos na arena política e o real significado da institucionalidade. Chama-nos a atenção o fato de que 27% dos jovens petistas assinalaram “sim” para este fator, sendo que na última década diversos caciques petistas ocuparam as manchetes por estarem envolvidos em casos notórios de corrupção. Ou seja, eles tem vivenciado esta situação delicada, mas mesmo assim não deixaram de militar pelo partido, o que sugere certa incoerência entre as respostas fornecidas e os fatos em si.

O desalinhamento entre as convicções ideológicas e o posicionamento político do partido aparece também como fator chave em uma eventual desmotivação para militar em cinco das dez lideranças da JPT entrevistadas.

As pessoas que hoje militam em partidos, organização e entidades vinculadas à política, acreditam em algumas bandeiras e possuem ideais. À medida que vê seus objetivos se afastando pode deixar de militar ou seguir um partido, inclusive podemos apontar motivos semelhantes para a criação de siglas por

peças que historicamente sempre estiveram no PT (Liderança G).

Para a Liderança (H), o PT tem trilhado um caminho coeso com sua proposta político-programática e viável dentro das limitações imputadas ao jogo institucional, mas não tem dúvidas de sua provável desistência em cerrar suas fileiras caso o partido optasse por abdicar de bandeiras históricas voltadas, segundo ele, ao espectro ideológico de esquerda:

Só se mudassem os ideais que o PT tem hoje , só se o PT fosse pra direita , no caminho que o PT está , acho que é um caminho bom , saudável , um caminho de luta social , e a gente precisa cada vez mais especificar isso . Então , só seria isso , se o PT tomasse a decisão que não mais seria um partido de esquerda , que seria um partido de direita, um partido preocupado com os interesses das elites dominantes, coisa que o PT está longe de ser (Liderança H).

Quatro lideranças da JPT não conseguiram pensar numa eventual possibilidade de deixar o Partido dos Trabalhadores, ainda que insistíssemos para que imaginassem uma situação propícia. O pilar de sustentação desta negativa está insistência no posicionamento de que o partido precisa ser disputado mesmo numa situação de descarrilamento programático ou ideológico dentro do que subjetivamente eles consideram coerente.

Se o PT em algum momento tomasse uma postura, dentro do coletivo de decisão do congresso de alguma outra situação questionando ou contrariando tudo aquilo que fez, eu me manteria, como acredito que outros muitos manteriam, pra reverter qualquer coisa, qualquer outra ação que foi tomada negativa, pra resgatar aquilo que a gente defende nesse período (Liderança B).

A Liderança (C) ressalta que a dinâmica democrática no PT para escolha dos dirigentes, a abertura interna para sugestão de pautas nas diferentes esferas de debate e a liberdade de engajamento por intermédio das tendências constituem ferramentas singulares do partido oferecidas aos seus militantes de forma que estes possam combater qualquer ponto de vista ou deliberação que eventualmente se chocarem com os interesses da harmonia desejada para o bom funcionamento do partido. Ao mesmo tempo, ela afirma que as opções de partidos no sistema partidário altamente fisiológico

não são favoráveis para os jovens que desejam fazer uma disputa concreta dentro do campo da esquerda, credenciando o PT até o momento como a única alternativa viável, pela sua representatividade no Congresso e por numericamente ser expressivo em todas as regiões do país.

Eu confesso que eu não sei (pausa). Porque as minhas dúvidas centrais em relação a sair do PT, bem ou mal o PT representa aquilo que eu defendo. Não muitas vezes da forma, mas me representa. Tem uma matriz socialista, preocupado com coisas que a maioria da população não tá. Então eu digo: eu vou para onde? Eu vou pro PSOL? O PSOL não me representa. Vou pro PSTU? Porque eu não vou migrar daqui para direita. É daqui pra dentro da esquerda (...) Sabe que a vida da gente é um poço de dinamismo. Hoje eu não apontaria nenhum motivo para sair do PT, embora no mensalão eu particularmente fiquei um pouco apreensivo de permanecer no PT. Porque foi um período particular na história do PT, e muita gente acha que o PT se resume ao mensalão e não é. Então naquele momento em razão do acumulo que nós ficamos, tomando porrada de tudo quanto é lado, cacete da direita, cacete da esquerda, os companheiros internamente saem do PT para criar o PSOL...eu por algum momento pensei, né. Mas depois, avaliando melhor, eu disse: “rapaz, o PT é o PT, um organismo que não morre, porque o PT é sempre um desejo de mudar nossa sociedade” (Liderança C).

Os resultados apresentados por Ana Karina Brenner em sua tese<sup>795</sup>, ao questionar jovens ex-militantes do PT sobre os motivos de terem abandonado a militância neste partido, estão em sintonia com os diagnósticos obtidos nesta pesquisa, quando consideramos junto aos jovens da JPT os fatores a serem levados em conta numa eventual desistência. Divergência de idéias, indisponibilidade do partido para debater divergências e inexistência de um diálogo interno que reconheça as demandas da base (lideranças inquestionáveis) foram os motivos apontados pelos jovens que abandonaram o PT na pesquisa supracitada, com o adendo de um fator que não detectamos em nenhuma de nossas entrevistas: um dos jovens destacou as constantes tentativas internas de anulação de sua individualidade em prol do coletivo. Para Brenner, os jovens militantes não estariam dispostos a abrir mão de seus desejos, gostos e vontades mais significativos e isto diretamente implica na criação de espaços de negociação entre vontades privadas e gerais, evitando assim que suas individualidades sejam diluídas no coletivo.

O jovem desempenha um papel dentro do partido elaborado em torno de expectativas de conquistas objetivas, alçadas ao plano da materialidade do agir político. Característica esta que media, no campo da subjetividade, o cerne motivacional para

---

<sup>795</sup> BRENNER, 2011.

continuar esta empreitada e projeções de compromisso político daquilo que poderá ser conquistado no futuro. Projetar este tipo de compromisso é compreender o horizonte de tempo recheado de atributos e conquistas frutos do empenho na militância. Não é uma navegação à deriva da realidade destes jovens em seus partidos, devido ao mérito da opção pelo pertencimento no engajamento apensado às pressões que recaem sobre esta iniciativa.

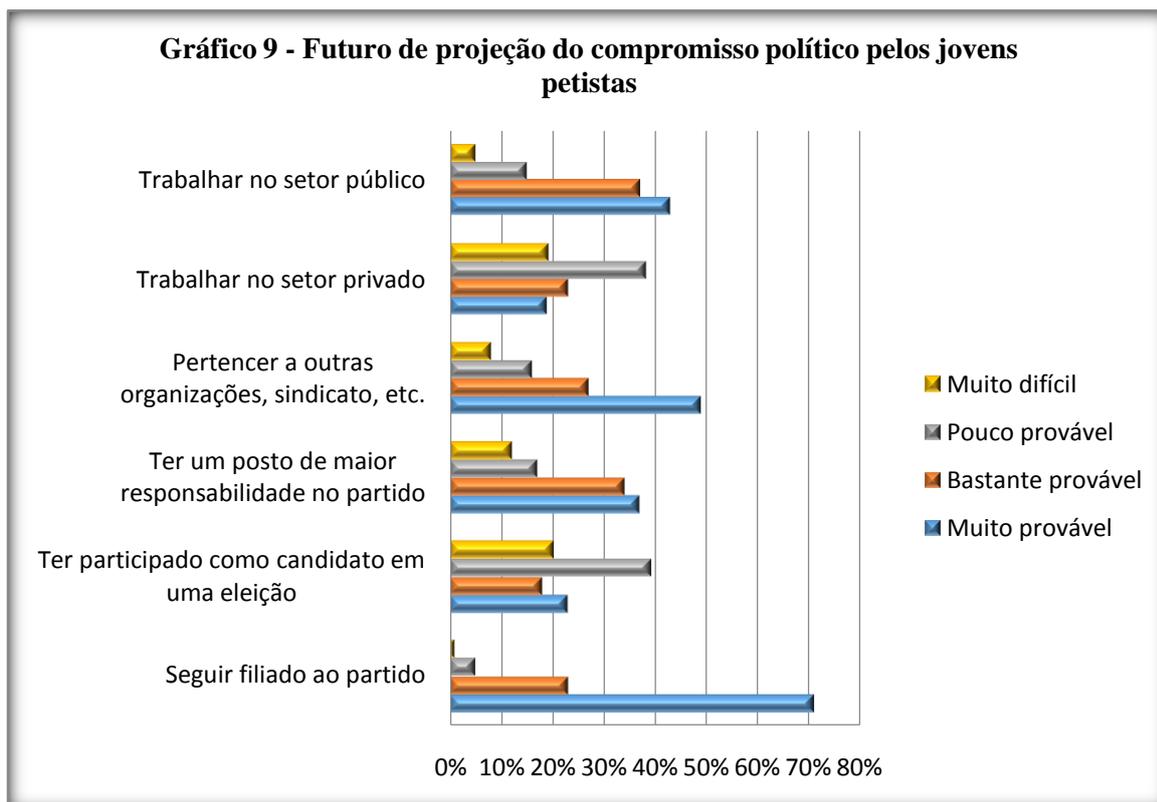
Analisamos assim a construção das projeções dos jovens dentro do partido amparados pela noção de *projeto* apresentada por Gilberto Velho<sup>796</sup>, de modo a observar condutas planejadas e organizadas para atingir finalidades específicas. Para o autor, a imagem do planejamento juvenil na modelagem cotidiana atual adquire uma dimensão dramática, pois “a elaboração de projetos individuais se dão num mundo complexo, tanto em termos de pertencimentos e papéis sociais como, sobretudo, de crenças, valores e referências simbólicas”<sup>797</sup>. Imersos em trajetórias de vidas fluídicas em cenários cada vez mais labirínticos<sup>798</sup>, os jovens da contemporaneidade figuram como agentes em processo de negociação de uma realidade imposta pela normatividade rígida, alinhada com acordos intersubjetivos dentro dos preceitos moratórios do que socialmente se almeja destes jovens: constituir família, alcançar patamares elevados nos estudos, inserir-se no mercado de trabalho cada vez mais complexo, competitivo e com expectativas novas quanto à estabilidade e garantias.

---

<sup>796</sup> VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. e EUGENIO, F (orgs). *Culturas Juvenis: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006, p. 192-201.

<sup>797</sup> *Ibidem*, p. 195.

<sup>798</sup> PAIS, J.M. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*, op.cit.



Fonte: elaboração própria.

Os jovens petistas não dissociam o projeto de vida pessoal e a atuação na vida política dentro do partido. Ambos se confundem num conjunto real de vivência. Seguir filiado no PT figura como garantia para o futuro, uma certeza daquilo que não somente eles presumem, como daquilo que eles desejam. Esta projeção vai além das circunstâncias que lhes é atribuída mediante o engajamento na ala jovem do partido, porque eles têm plena ciência de que em breve precisarão abandonar oficialmente esta fileira, quando cumprirem o limite etário máximo. Isto significa que o projeto *de* partido numa próxima etapa temporal perimetricamente possui um raio muito maior do que a atual condição de ser um jovem do partido.

E isto diametralmente tem relação com a possibilidade de assumir mais responsabilidades, a partir do reconhecimento entre os pares da importância interna de seu trabalho. Grande parte destes jovens (71%) projeta batalhar para garantir um posto de atuação com incumbências de maior impacto, o que implica trazer para si o peso de trilhar uma trajetória intrapartidária num campo de intensas disputas e de posicionamentos movediços. O mesmo entusiasmo de projeção não é detectado na

maioria destes jovens, todavia, no que se refere a cogitar o ingresso numa disputa eleitoral como candidato pelo partido, apesar do número ser consideravelmente expressivo (41% acreditam ser bastante ou muito provável uma futura candidatura). Mesmo que nenhum dos 151 jovens tenha assinalado que sua motivação central para ingresso tenha sido viabilizar um canal para tornar-se político, não podemos supor qualquer incoerência que esta pretensão tenha sido incorporada na agenda de boa parte deles, já que são inúmeras as formas para se “vestir a camisa” dos ideais e programas políticos do PT, e candidatar-se a um mandato eletivo é uma delas. Mas vestir a camisa do partido não significa vestir *somente* a camisa do partido. O PT não possui um selo de exclusividade nas aspirações futuras de militância para 2/3 dos entrevistados, que vislumbram participar também de outras organizações, ainda que o número dos que projetam continuarem filiados seja expressivo.

É quase espontâneo imaginarmos que os Secretários Estaduais da JPT, pela sua posição de destaque dentro da estrutura de poder da organização, tenham pretensões políticas mais audaciosas, marcando posição em esferas que exerçam domínio sobre esta ou aquela zona de incerteza partidária ou partindo para a disputa eleitoral como candidato. Apenas a Liderança G não manifestou qualquer interesse a longo prazo em seguir outros cargos na direção partidária (pois naquele momento ainda teria de cumprir um tempo considerável de mandato como Secretário Estadual na JPT) ou dentro da carreira política. Sua justificativa em rejeitar uma candidatura tem como base as baixas oportunidades para os jovens do PT nesta esfera, jovens que, segundo ele, normalmente entram mais para marcar posição:

Quanto a disputar cargos eleitorais, no momento não me sujeitaria a entrar nessas regras tão desfavoráveis aos jovens sem acúmulo e histórico político que possam resultar em votação com chances reais de vitória, e também sem recursos financeiros suficientes para estruturar uma boa campanha. Acredito que os 05 jovens que em 2014 levaram à frente seus projetos de candidatura mostraram que o sistema precisa de inovações, reformas, algo que favoreça melhor as pessoas, as idéias e propostas do que as condições que recursos financeiros favorecem. No entanto, somada a votação dos cinco não teríamos chances reais de eleger nenhum deles (Liderança G).

A exceção desta liderança, todas as outras fizeram projeções almejando subir alguns degraus na escala hierárquica de posição política dentro do partido. O cargo de Secretário Estadual é a mais alta posição na pirâmide organizacional da JPT em cada Estado. Sua conquista se dá via eleições entre os respectivos jovens dentro desta esfera.

De certa forma, este *status* interno conferido pela legitimidade entre seus pares na juventude premia estes jovens a aflorarem suas ambições pessoais com menor discrição e mais convicção.

O foco deste projeto pode ter como alvo principal disputar outros cargos dentro dos diretórios de sua cidade: “pretendo ser o próximo presidente do partido no meu município sede, agora é aguardar e fazer a leitura conjuntural” (Liderança F) ou mesmo o vislumbrando em uma esfera mais abrangente: “pretendo ser presidente do meu diretório municipal e posteriormente do estadual, mas não tenho nenhuma vontade de seguir carreira política” (Liderança J). A projeção para jovens líderes em seus Estados pode também estar voltada para escalas de maior expressão dentro da própria JPT. A Liderança (B) sublinha que a atuação junto à organização certamente não irá se encerrar com o fim de seu mandato na Secretaria Estadual, pois acredita que este a experiência neste cargo o credencia para disputas dentro da juventude na esfera nacional. Isto não exclui, contudo, o desejo enquanto membro do diretório de conseguir algum cargo na Executiva Estadual do PT. Como num tabuleiro de xadrez, a movimentação política dos jovens pode acabar sendo conseqüência das demandas que forem estrategicamente requisitadas por lideranças do partido:

Vejo-me servindo ao todo, e caso me escolham como instrumento para representar o partido em alguma esfera, farei de maneira tranquila e convicta do meu papel, se escolher outro nome, farei a defesa com mesmo afinco. Sobre carreira política, quem sabe um dia, estou me preparando para se um dia for me dada esta missão, eu tenha a qualificação necessária para cumprir o papel (Liderança I).

Ingressar na carreira política enquanto representante popular surge nos discursos destes jovens líderes como uma possibilidade natural daqueles que optam por ingressar numa associação voluntária como um partido político. É o auto-posicionamento enquadrado enquanto um *tipo* de militante preocupado com os objetivos organizativos oficiais e com o alinhamento ideológico dentro da ritualística que oxigena a motivação de participar (posição anti-*carreirista*) que refreia descartar ou deslegitimar esta forma de representação partidária. Ser candidato significa habilitar um cenário visando ocupar cadeiras políticas com representantes do partido, atrair mais companheiros para o círculo de filiados e militantes, apresentar as linhas gerais de seus programas de governo e continuar enquadrando socialmente o PT como uma ferramenta legítima de luta dos

anseios das classes menos favorecidas.

## 5.2 – Contrapartida social e socialização política

Levantamos até o momento algumas questões e considerações sobre as motivações dos jovens petistas para ingresso no PT, indo de encontro com a tendência da juventude brasileira em refutar participar de canais tradicionais da política, além das considerações sobre revisão de militância e projeções pessoais. Neste tópico, o nosso foco voltar-se-á para aprofundarmos o olhar analítico sobre as interferências de convívio social que foram determinantes para alimentar nestes jovens a vontade desta participação, os canais de ingresso no Partido dos Trabalhadores e a participação anterior em organizações sociais. Os resultados oriundos das discussões em ambos os tópicos nos forneceram matéria-prima para melhor enxergarmos as motivações e incentivos dos jovens militantes, a partir da análise dos principais componentes da escala de recompensas associadas com a militância partidária.

A dimensão dos valores sociais e políticos de referência dos jovens é construída sob a tutela de redes e recursos que estão dispostos socialmente. A incorporação de preferências se dá nos moldes dos quadros de referência que o jovem vivencia e vivenciou durante sua trajetória tutelada por ininterruptos processos de socialização. Castro<sup>799</sup> afirma que a perspectiva da socialização tem como pressuposto uma concepção do processo de subjetivação, onde o trajeto biográfico está balizado por pontos de partida e chegada, onde o indivíduo automaticamente está sujeito a um processo de transformação, “seja por práticas sociais formais do ensino-aprendizagem, seja por processos familiares que deixam marcas originais para futuras ações e atitudes”<sup>800</sup>.

A formação de nosso *self* pela internalização das coerções sociais canaliza-se pela adesão, voluntária e involuntária, a pontos de vista e competências a partir da

---

<sup>799</sup> CASTRO, L.R. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 25 n. 4, pp. 479-487, Out-Dez 2009, p. 482.

<sup>800</sup> Ainda que atualmente, para a autora, a aproximação conceitual de afinação para com a política encontre dificuldades em examinar criticamente as razões da limitação em termos de potencial emancipatório entre jovens e adultos.

interação com grupos de referência. Bauman e May<sup>801</sup> apontam, contudo, para a existência do lastro de uma não adesão interferencial mediante tradicionais agências de socialização como a família, amigos, professores, relacionamentos profissionais, etc, a partir do momento que não lhes atribuímos importância, que não haja um mínimo grau de consentimento. Instâncias de influência além dos contextos imediatos de nossas ações podem também (ou até com maior potencialidade) exercer influências pronunciadas e decisivas para moldar a visão, o posicionamento, as percepções de mundo. Segundo os autores, pertencem a este instância os grupos de referência comparativos, que seriam “grupos aos quais não pertencemos, ou porque estamos além de seu alcance, ou porque eles estão além do nosso”<sup>802</sup>, onde a atribuição de significados quanto à importância das coisas é unilateral, neste caso mútuo para quem as emite e decisivo para quem as recebe. Como exemplo, um jovem pode estar sujeito a ser influenciado em relação a alguma concepção estética a partir de um produto bombardeado por meios midiáticos ou da impressão vislumbrada na figura de uma autoridade.

O interesse de um jovem pela política parte da formulação de indagações em torno do *pool* de referências, de atitudes, de representações sobre o mundo no qual estão imersos e sujeitos aos fluxos de transmissão sócio-afetiva. O processo de socialização com a política concebe a interiorização pelo indivíduo da cultura política existente em um meio social por meio da apreensão e transação de referências políticas, traduzidas em formas de estar, ser e sentir<sup>803</sup>. E ao falarmos em processo, implicamos a denotação de sua extrema variabilidade, admitida em função do percurso de vida de cada indivíduo pelo seu contato com objetos e situações de natureza política, seja ainda na adolescência ou na fase adulta. A observação do desinteresse de um jovem por um formato específico de mobilização política não deve ser reduzida simplesmente à esfera das opções individuais, mas porque certos canais de mobilização podem não estar tão disponíveis ou adaptados as demandas de referência subjetiva. Sendo assim, há pouco futuro para abordagens moralistas justificando um fraco engajamento pela falta de interesse e senso crítico.

---

<sup>801</sup> BAUMAN, Z; MAY, T. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

<sup>802</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>803</sup> VARELA, A. *Jovens e política: o papel da socialização na participação política*. 2009. 267 f. Dissertação (Ciência Política). Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2009.

Podemos afirmar que um jovem brasileiro que adquire disposições para engajamento em um partido político rema diretamente contra a maré das orientações de preferências que atualmente reinam naquilo que a juventude enxerga com bons olhos dentro das práticas políticas consideradas por eles como aceitáveis, viáveis. O enfraquecimento das identificações partidárias e a desmobilização em organizações políticas tradicionais certamente têm reflexo no enfraquecimento do leque de possibilidades para construção de laços partidários através de grupos de afinidade. Isto torna nosso objeto de análise ainda mais interessante, já que estamos lidando com jovens que se enveredaram nesta estrada.

No cenário analítico de reconsiderações dos papéis das agências de socialização na transmissão intergeracional de orientações de perspectivas políticas e na troca de referências sociais entre agentes em interação (reconfigurações no significado de atuação política, intensidade dos *media*, valorização de ideais individualistas, agendas para imposição de padrões juvenis voltados ao consumo e apatia política, etc), as pesquisas apontam a família ainda possuindo presença elementar nos processos de socialização política das crianças e jovens, ainda que não protagonizando e possuindo exclusividade neste processo<sup>804</sup>. Para Czudnowski<sup>805</sup>, o recrutamento de um indivíduo a um partido político deve ser observado enquanto um *processo*, passível de iniciar-se ainda na infância, de forma indireta, quando membros partidários habitua-na pela observação simpática a este tipo de organização. A influência familiar na percepção política dos jovens pode ser notada em seus múltiplos formatos: quando tornam cotidiano no ambiente doméstico discussão sobre assuntos políticos, quando os pais ou indivíduo de referência (irmão/irmã mais velho, avô/avó) são politicamente ativos, quando a educação volta-se para um caráter mais politizante, etc. Em seu estudo sobre a socialização política dos jovens brasileiros, Schmidt<sup>806</sup> constatou que a transmissão de atitudes e orientações políticas entre pais e filhos tende a ser proporcionalmente maior em núcleos familiares onde há maior confiança e intimidade. A ausência destes elementos de cumplicidade geralmente fomenta um afastamento dos filhos da redoma de influência em todos os âmbitos, inclusive na política.

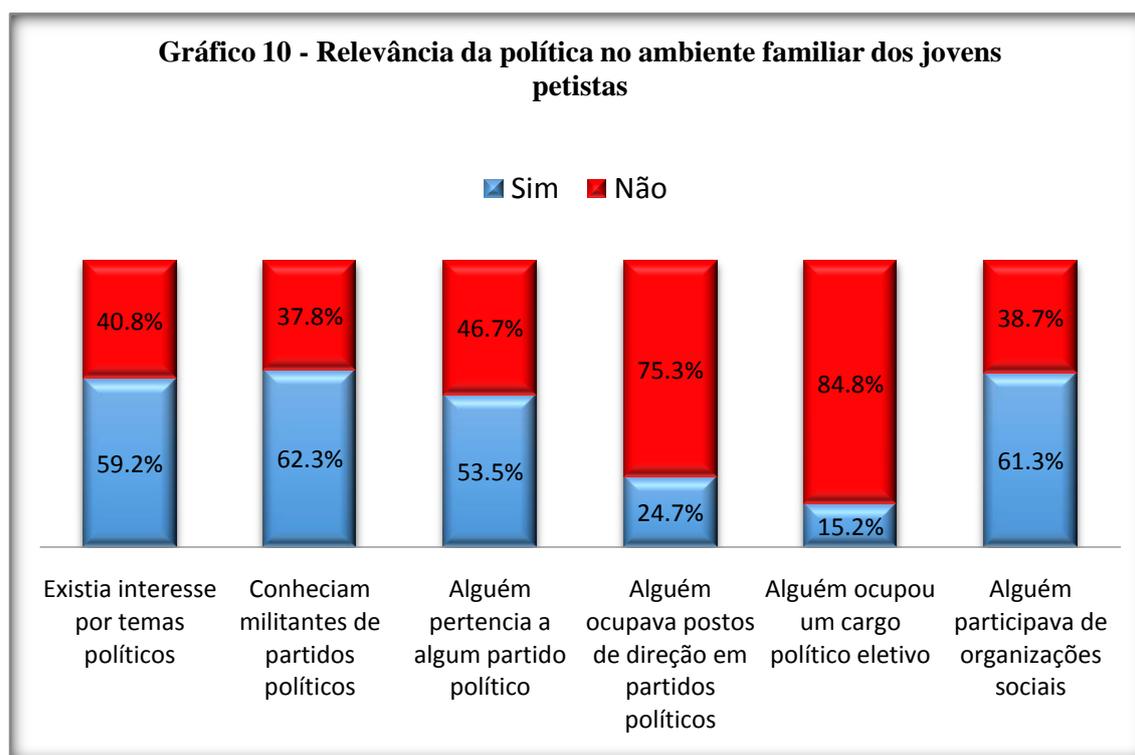
---

<sup>804</sup> CASTRO, L.R. Juventude e socialização política: atualizando o debate. Op.cit.

<sup>805</sup> CZUDNOWSKI, M. Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: A model and a Case Study. In: *Midwest Journal of Political Science*. Vol. 14, n. 2, pp. 216-248, 1970.

<sup>806</sup> SCHMIDT, J. P. *Juventude e Política no Brasil: A Socialização Política dos Jovens na Virada do Milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

Um estudo<sup>807</sup> com militantes jovens de três dos principais partidos políticos do Chile demonstrou que em 90% das famílias a política era um tema de interesse e que em 56% dos casos algum membro de primeiro grau era filiado e/ou militante de um partido. A pesquisa de Hooghe, Stolle e Stouthuysen<sup>808</sup> sobre o papel das juventudes partidárias no cenário de recrutamento de candidatos pelos principais partidos Belgas apontou que a família é uma variável que possui significância para a compreensão dos incentivos recebidos por estes jovens para ingresso nos partidos e para ingressar na carreira política. No Canadá, os jovens que se enveredam nas fileiras de um partido político normalmente estão, desde pequenos, expostos a um ambiente familiar bastante íntimo com atividades de cunho político. E as chances deste jovem optar pela militância partidária aumenta substancialmente quando um dos responsáveis também possui ou possuiu histórico de militância<sup>809</sup>.



Fonte: elaboração própria

<sup>807</sup> ESPINOZA, V; MADRID, S, 2010, p. 105.

<sup>808</sup> HOOGHE, M; STOLLE, D; STOUTHUYSEN, P. Head start in politics: The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). *Party Politics*. London. Vol. 10, No.2 pp. 193–212, 2004.

<sup>809</sup> CROSS, W; YOUNG, L. Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged To Join a Political Party: An Investigation of the Canadian Case. *Party Politics*, Vol. 14, n. 03, p. 345-369., 2008.

A conexão com partidos políticos é uma característica visível nas famílias de 58% dos jovens petistas. E esta conexão pode impactar decisivamente na percepção cognitiva de como estes jovens, desde muito cedo, constroem suas representações acerca do que significa esta organização (herança de identificação político-partidária). É maior a construção de uma predisposição para tornar mais palatável ingressar ou tão somente legitimar um partido a partir do momento que, em seu ambiente familiar, pessoas assim o fazem. Este é um cenário onde o jovem está bastante propenso a vivenciar diretamente a dinâmica política dentro de sua própria casa, de modo que a educação parental (pela construção de sentido sobre a atividade política) se confunde com o envolvimento político.

Uma parte significativa dos jovens da Juventude do PT é oriunda de núcleos familiares com um fluxo ativo e permanente de informação política, com este ou aquele membro politicamente ativo em organizações sociais e/ou partidos políticos e, mais do que isso, que não necessariamente preenchem alguma posição de destaque ocupando um cargo de direção ou eletivo. Contudo, existe um percentual considerável de membros da JPT onde se detecta a ausência destes meios específicos familiares que são ativados pelo processo de transmissão do conhecimento sobre política. Além disso, a variável família é pouco decisiva para o conjunto geral dos jovens entrevistados enquanto o canal de aproximação e ligação entre o jovem e o Partido dos Trabalhadores.

**Tabela 7 – Canal de ingresso do jovem petista no Partido dos Trabalhadores**

| <b>Canal</b>                          | <b>n</b> | <b>%</b> |
|---------------------------------------|----------|----------|
| Convidado por um militante do partido | 86       | 56,6     |
| Convidado por familiares              | 22       | 14,5     |
| Convidado por amigos                  | 48       | 31,6     |
| Por interesse próprio                 | 87       | 57,2     |

Fonte: elaboração própria

Possuir um membro da família filiado ao partido não é um sinal verde para que possamos impreterivelmente prever o destino político destes jovens militantes, pois o número daqueles que ingressaram no PT a convite de familiares é percentualmente três vezes menor dos que possuíam parentes filiados. A questão múltipla escolha permitia assinalar mais de uma opção e 87% dos jovens que assinalaram “interesse próprio” também marcaram outra opção dentre as alternativas. Isto indica que dificilmente um destes jovens petistas teria se filiado ao partido caso não possuíssem algum vínculo pessoal com pessoas ligadas ao partido. Este ponto complementa aquilo que fora destacado por algumas lideranças da JPT, que alertavam não existirem muitos estímulos sociais para despertar em um jovem o interesse por um partido político, muito por conta do descrédito generalizado dos jovens com a classe política e as instituições políticas. Sendo assim, uma cena ilustrativa incomum seria um jovem, de forma totalmente espontânea e sem possuir nenhum contato ou amizade com um filiado, decidir sair de sua casa para preencher a ficha de filiação em um diretório ou mesmo tão somente participar de alguma reunião partidária, atividade de campanha e demais atividades do cotidiano da vida partidária.

Tinha proximidade com grêmios da escola, mas nunca fiz movimento estudantil secundarista, mas conhecia o pessoal que era e estava também num ambiente de amigos e familiares que eram próximos ao partido. (...) Quando eu vim a me filiar, na verdade, foi quando eu completei 16 anos, foi um pouco depois até, que já com condições de ter o título de eleitor, eu decidi de estar junto organicamente, daquilo que eu já convivia e já participava (Liderança B).

Nas falas de todas as lideranças da JPT, o mergulho de fato em algum tipo de movimentação política aconteceu dentro do ambiente escolar ou da universidade. Alguns através da participação em grêmios estudantis, pelo estímulo oriundo de questionamentos sobre problemas dentro da escola e, no ensino superior, através do centro acadêmico e diretório central de estudantes.

Para Lee Ehman<sup>810</sup>, o clima de incentivo à reflexão crítica dentro da sala de aula e o clima organizacional da escola são fatores que interferem nas atitudes políticas estudantis. Enquanto local privilegiado de educação formal, a escola possui exclusividade em relação à família e aos meios de comunicação no que tange a

---

<sup>810</sup> EHMAN, L. H. The American school in the political socialization process. *Review of Educational Research*, v. 50, n. 1, p. 99-119, 1980.

responsabilidade pela transmissão intencional de atitudes políticas, além da grande chance de intercâmbio de experiências entre colegas, alunos e professores e nas demandas formativas de cunho político<sup>811</sup>. Uma escola acrescenta muito a formação política dos estudantes quando eles se deparam com situações de deliberação, de incentivo a criatividade, de aproximação com pensamento social crítico e de contato com organizações políticas (como grêmios estudantis e associações de alunos)<sup>812</sup>.

Pela estimativa média de tempo de filiação do jovem petista em relação à idade no momento da entrevista (três anos e meio / 22 anos), muito provavelmente o perfil de escolaridade deste jovem é de alguém que estava finalizando o ensino médio ou era recém ingressado no ensino superior (87% dos jovens petistas eram estudantes quando entrevistados). E para ao menos 1/3 destes jovens, em seus círculos de convivência no ambiente estudantil continham pessoas que eram filiadas ao Partido dos Trabalhadores.

**Tabela 8 – Esferas onde o jovem petista conhecia militantes do PT antes do ingresso no partido**

| <b>Esferas</b>                | <b>n</b> | <b>%</b> |
|-------------------------------|----------|----------|
| Família                       | 52       | 34,2     |
| Vizinhos ou comunidade        | 58       | 38,2     |
| Escola                        | 48       | 31,6     |
| Universidade                  | 44       | 29       |
| Trabalho                      | 19       | 12,5     |
| Organizações sociais          | 64       | 42,1     |
| Em outro contexto             | 07       | 4,6      |
| Não conhecia militantes do PT | 06       | 4,0      |

Fonte: elaboração própria

<sup>811</sup> SCHMIDT, J. P. 2001.

<sup>812</sup> ALMOND, G. A. e POWELL JR., G. B. *Uma teoria de política comparada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Apenas seis entrevistados, antes do seu ingresso no PT, não conheciam nenhuma pessoa que era filiada ao partido. O engajamento associativo advém das inúmeras socializações constitutivas da experiência do jovem petista e esta que não pode ser pensada dissociada das diferentes esferas de convívio social que ele percorreu até o momento de sua filiação. Uma das lideranças da JPT acredita que o recrutamento de jovens dificilmente acontece pela filiação direta no partido. Para ele, os jovens geralmente “iniciam suas atividades políticas em movimentos sociais que o PT se insere, como estudantis, culturais, causas sociais (igualdade de raças, sexo, orientações sexuais), sindicais, mobilizações populares em seus bairros, infinitos outros” (Liderança G).

Um dado que nos surpreendeu foi o alto percentual de jovens que conheciam vizinhos ou pessoas da mesma comunidade filiadas ao PT. A compreensão deste contato prévio é plausível em organizações sociais, na escola (pela interferência direta de entidades estudantis ligadas a partidos dentro dos grêmios), na Universidade e, especificamente no caso destes jovens petistas como foi observado anteriormente, na família. Mas num país onde apenas cerca de 7,5% dos cidadãos são filiados a partidos políticos<sup>813</sup>, certamente não é previsível que numa amostragem com 151 jovens, 38,2% conheçam pessoas de sua vizinhança filiadas especificamente a um partido político.

É nas organizações sociais o local onde os jovens petistas mais tiveram contato com filiados do PT (42,1%). Na definição clássica apresentada por Firth<sup>814</sup>, organizações sociais são arranjos de unificação social com a finalidade de ordenar sistematicamente as relações sociais pelos atos de escolha e decisão. Organizações de qualquer tipo, mesmo aquelas que não possuem objetivos políticos, podem atuar como mediadoras dentro do campo político, tornando-se assim um campo fértil de fomento a ambientes de sociabilidade política prévia a militância. A participação de um jovem em uma organização social pode se dar em tempo integral ou conciliada com outra atividade principal (como trabalho ou estudo). Abaixo apresentamos os resultados obtidos acerca da participação dos jovens petistas em organizações sociais e as informações na tabela de contingência quanto à distribuição da probabilidade de

---

<sup>813</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Brasil tem 15,3 milhões de filiados a partidos políticos, Caderno Imprensa, 25 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Abril/brasil-tem-15-3-milhoes-de-filiados-a-partidos-politicos>. Último acesso em: 05/05/2016.

<sup>814</sup> FIRTH, R. Organização social e estrutura social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.). *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. 9 ed. São Paulo: Editora nacional, 1976.

associação entre as amostras aleatórias (ver as variáveis nominais Q29 no anexo II). Para a execução deste teste de hipótese, valemo-nos do *teste exato de Fischer*.

**Tabela 9 - Correlação entre atividade atual e participação em organizações sociais**

| Participação em organizações  | Atividade atual   |                     |                         |            | Valor-p* |
|-------------------------------|-------------------|---------------------|-------------------------|------------|----------|
|                               | Somente Estudando | Somente trabalhando | Trabalhando e estudando | Outra      |          |
| <i>Q29_a</i>                  |                   |                     |                         |            |          |
| Sim, atualmente               | 32 (52,5%)        | 3 (27,3%)           | 38 (54,3%)              | 1 (16,7%)  | 0,14     |
| Antes de ingressar no partido | 10 (16,4%)        | 2 (18,2%)           | 16 (22,9%)              | 1 (16,7%)  |          |
| Nunca                         | 19 (31,2%)        | 6 (54,6%)           | 16 (22,9%)              | 4 (66,7%)  |          |
| <i>Q29_b</i>                  |                   |                     |                         |            |          |
| Sim, atualmente               | 48 (77,4%)        | 4 (36,4%)           | 47 (66,2%)              | 7 (100,0%) | 0,01     |
| Antes de ingressar no partido | 7 (11,3%)         | 6 (54,6%)           | 9 (12,7%)               | 0 (0,0%)   |          |
| Nunca                         | 7 (11,3%)         | 1 (9,1%)            | 15 (21,1%)              | 0 (0,0%)   |          |
| <i>Q29c</i>                   |                   |                     |                         |            |          |
| Sim, atualmente               | 29 (46,8%)        | 4 (36,4%)           | 37 (52,9%)              | 4 (57,1%)  | 0,09     |
| Antes de ingressar no partido | 11 (17,7%)        | 2 (18,2%)           | 22 (31,4%)              | 1 (14,3%)  |          |
| Nunca                         | 22 (35,5%)        | 5 (45,5%)           | 11 (15,7%)              | 2 (28,6%)  |          |
| <i>Q29d</i>                   |                   |                     |                         |            |          |
| Sim, atualmente               | 14 (22,6%)        | 3 (27,3%)           | 24 (33,8%)              | 1 (14,3%)  | 0,44     |
| Antes de ingressar no partido | 8 (12,9%)         | 0 (0,00%)           | 12 (16,9%)              | 1 (14,3%)  |          |
| Nunca                         | 40 (64,5%)        | 8 (72,7%)           | 35 (49,3%)              | 5 (71,4%)  |          |
| <i>Q29e</i>                   |                   |                     |                         |            |          |
| Sim, atualmente               | 20 (32,3%)        | 1 (9,1%)            | 29 (40,9%)              | 1 (14,3%)  | 0,23     |
| Antes de ingressar no partido | 8 (12,9%)         | 1 (9,1%)            | 10 (14,1%)              | 2 (28,6%)  |          |
| Nunca                         | 34 (54,8%)        | 9 (81,8%)           | 32 (45,1%)              | 4 (57,1%)  |          |

*Q29f*

|                               |            |           |            |           |      |
|-------------------------------|------------|-----------|------------|-----------|------|
| Sim, atualmente               | 9 (14,5%)  | 1 (9,1%)  | 20 (28,2%) | 1 (14,3%) |      |
| Antes de ingressar no partido | 23 (37,1%) | 2 (18,2%) | 21 (29,6%) | 2 (28,6%) | 0,34 |
| Nunca                         | 30 (48,4%) | 8 (72,7%) | 30 (42,3%) | 4 (57,1%) |      |

*Q29g*

|                               |            |           |            |           |      |
|-------------------------------|------------|-----------|------------|-----------|------|
| Sim, atualmente               | 15 (24,2%) | 2 (18,2%) | 19 (26,8%) | 1 (14,3%) |      |
| Antes de ingressar no partido | 7 (11,3%)  | 0 (0,0%)  | 5 (7,0%)   | 1 (14,3%) | 0,85 |
| Nunca                         | 40 (64,5%) | 9 (81,8%) | 47 (66,2%) | 5 (71,4%) |      |

---

\*Teste exato de Fisher

Fonte: elaboração própria.

Historicamente a base de composição dos grupos que fundaram o partido tinha no setor sindical grande expressividade. 66% dos jovens petistas nunca participaram de atividades sindicais. Apenas 21% afirmaram que participam na atualidade, mas parcela significativa destes apenas como apoiadores (40%), já que assinalam apenas “estudos” como sua atividade principal. Em relação aos que participam de organizações sociais de cunho religioso podemos observar que, em comparação com os dados sobre os jovens brasileiros referentes a este tipo de engajamento (8%)<sup>815</sup>, os petistas participam mais (20%). Frisamos aqui que este questionamento tem como referência a participação em grupos religiosos que se reúnem para ações políticas ou assistencialistas, e não pelo fato do jovem ser adepto de uma religião.

Os dados nos mostram que 70% dos jovens militantes da JPT participam de organizações ligadas ao movimento estudantil. Acrescentando os que afirmaram já terem participado, este percentual sobe para 84,7%. *Há associação quanto à significância de ocorrência entre pertencer a JPT e militar em uma organização estudantil.* Um jovem petista estudante é invariavelmente um jovem que está imerso nas disputas do movimento estudantil. Quando a única ocupação deste jovem é com o trabalho, cai expressivamente o número daqueles que atuam em organizações de estudantes. Em quase todas as atividades, é maior o percentual dos jovens petistas que conseguem conciliar estudo, trabalho com o engajamento em organizações sociais, se

---

<sup>815</sup> BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. Agenda Juventude Brasil: perfil nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros, op.cit, p. 38.

comparado com aqueles jovens que somente estudam. O foco para os que se dedicam exclusivamente as atividades escolares está mais voltado para as atividades de militância estudantil.

A socialização política dos jovens petistas em espaços políticos como as entidades ligadas ao movimento estudantil ainda possui bastante significado no quadro de sua importância histórica enquanto reduto de atuação, conforme vimos nos capítulos anteriores. Estes espaços tradicionais conseguem se manter relevantes para a formação dos futuros quadros partidários, diante de nossa realidade democrática institucional e a repetição dos sufrágios universais em uma atmosfera onde os direitos democráticos são assegurados por lei<sup>816</sup>. A rede escolar, segundo Brenner<sup>817</sup>, aparentemente oferece suporte e segurança para participar de uma atividade que ocorra dentro do espaço escolar e universitário, o que garante aos partidos uma fonte que pode ser proveitosa para recrutamento de jovens.

### 5.3 – Trajetória militante dentro do partido

A opção destes jovens pela atuação no Partido dos Trabalhadores como um militante significa a disposição em encarar frontalmente as condições postas no jogo político intrapartidário. Estes jovens se dispõem a assumir uma posição bem distinta das que são atribuídas aos eleitores e os filiados, estes que preenchem as esferas mais afastadas dos círculos de intervenção no partido. Panebianco (valendo-se da imagem dos círculos concêntricos de Duverger) afirma que é pouco nítida a separação entre os filiados e os militantes, porque muitas atividades de base dentro do partido têm caráter altamente descontínuo, em virtude das diferenças de escala de participação entre os filiados. Os militantes participam de forma contínua e ativa, “embora com intensidade variável, e que com sua atividade faz funcionar a organização”<sup>818</sup>.

A Juventude do PT compõe o organograma da estrutura da máquina petista, mas possui dinâmica e estrutura de funcionamento própria, manuseada por jovens que escolhem seu interior se engajar. Dentro desta organização de juventude existem escalas

---

<sup>816</sup> FERREIRA, T. I. Os jovens e a política: contribuições do ensino de Ciências Sociais para a socialização política. *Pensamento Plural* | Pelotas [08]: 143 – 163 janeiro/junho, 2011.

<sup>817</sup> BRENNER, A.K, 2013, p. 44.

<sup>818</sup> PANEBIANCO, 2005, p. 53.

de participação, tal como no partido. Quando um jovem transita de forma intensa neste espaço específico do partido tornando-se, portanto, um militante da JPT, ele traz para o epicentro de sua vivência interna a combinação de elementos que são frutos de um processo complexo de combinação de diferentes histórias. Segundo Pudal<sup>819</sup>, o que se combinam são as histórias destes militantes, com base em suas origens sociais, socializações específicas, papéis sociais, recursos físicos, psicológicos e psicológicos, investimentos para com a militância e a história dos riscos e etapas de uma empreitada militante.

As lideranças da JPT descrevem a entrada no partido e na JPT como uma conquista, um caminho para uma nova etapa de seu compromisso social. Suas expectativas dão-se pelo acesso a uma realidade que lhes permite realizar o seu ideal de transformação da sociedade. Quando questionados sobre quais os principais espaços de participação para os jovens dentro do partido, dois pontos apareceram condensados em todas as respostas: a Juventude do PT enquanto instância privilegiada de articulação dos jovens e a reserva de cota de 20% para os cargos de direção plena e das direções executivas.

A cota geracional, aprovada em reunião plenária no 4º Congresso do PT, surge em meio a um cenário desenhado historicamente de engessamento de quadros nos cargos de direção e poucas oportunidades para os militantes jovens. Em algumas falas, a cota vem à tona como uma ferramenta para garantir a revitalização das instâncias partidárias, aproximando a juventude dos centros de decisão do partido. A Liderança (A) enfatiza que ela também pode ser instrumentalizada para fins de atração de jovens para as fileiras do partido, oxigenando um cenário de inúmeros percalços na construção de um diálogo de apresentação do PT para a população juvenil. A cota fomentando a desverticalização no intercâmbio de demandas de ação e decisão foi um ponto interessante levantado pela Liderança (I), que destacou que esta resolução, de forma permanente, desloca um pouco o jovem petista do eixo de poder interno das sugestões e solicitações para o eixo das proposições e deliberações para além dos redutos tradicionais dos jovens no partido, no caso a JPT e alguns setoriais.

---

<sup>819</sup> PUDAL, B. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista concedida a Kimi Tomizaki. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 129-138, maio/ago. 2009.

Algumas lideranças destacaram o papel dos jovens petistas nas atividades de campanha durante o período eleitoral. Em sua tese, Ribeiro diagnostica que o estilo de campanha do PT passa por profundas transformações, resultantes do processo de terceirização da mão-de-obra, modernização e enfraquecimento da base. As campanhas petistas baseadas no voluntarismo vêm sofrendo mutações pela substituição de militantes por profissionais, evidenciando uma das facetas da substituição do modelo de campanha *trabalho-intensivo* para *capital-intensivo*<sup>820</sup>. Este fenômeno da dificuldade do PT em angariar militantes para suas campanhas em nenhum momento foi abordado por estas lideranças da JPT. Eles crêem que o partido deposita o poder de mobilização de sua juventude para o corpo a corpo de campanha, a ocupação das ruas, a construção de um diálogo revitalizado com o eleitor.

O PT precisa dialogar com essa juventude que não tá no partido ainda , então no processo de campanha isso aumenta muito mais , né ,a mobilização social , a relação dentro das universidades , dentro da escola , a relação com a diversidade da juventude brasileira . O PT nos demanda isso , então o PT nos consulta . O PT exige que a juventude possa dialogar com a diversidade da juventude brasileira , não fique somente presa a alguns temas, ou a alguns setores da juventude . O PT exige a que juventude do PT possa entender que existe uma nova juventude brasileira e que faça com que o partido possa agregar cada vez mais jovens pra sua discussão interna, pra se filiar ao PT e que aproxime essa juventude dos ideais do Partido, os programas que o PT defendem . Então é um processo muito interessante , é um processo em que a gente exige do PT mas o PT também exige da sua juventude (Liderança H).

O incentivo interno para que os jovens participem do trabalho de campanha é seguido pelo desamparo partidário para que construam suas próprias candidaturas, conforme discutido no capítulo 3. A crítica feita pela Liderança (D) pega exatamente neste ponto: a liberdade dos jovens petistas para elaboração de sua própria agenda de campanha não caminha na mesma intensidade das candidaturas jovens que são viabilizadas pelo partido. Segundo esta liderança, os jovens sofrem com a falta de recursos financeiros para compra de material de campanha e mesmo de apoio dos diretórios às suas candidaturas. São poucos os candidatos englobados etariamente na faixa dos 18 aos 29 anos e, obviamente, mais raros aqueles oriundos da JPT (pois nem todo jovem petista participa ativamente da ala jovem organizada do partido).

---

<sup>820</sup> RIBEIRO, 2008, p. 109.

A construção de uma base de apresentação que seja palatável para que novos jovens despertem o interesse em ingressar no PT passa necessariamente pelo discurso que é produzido pela organização de juventude para o partido. Mas existe uma deficiência da JPT quanto à formação dos novos quadros juvenis que adentram no partido, em virtude de não existir um manual ou roteiro programático específico de apresentação desta organização voltado para o público jovem. O PT possui uma secretária própria de formação política e regulamentou estatutariamente no 4º Congresso a obrigatoriedade do partido receber todo filiado e filiada com uma atividade formativa, objetivando apresentar a história do partido, o programa político, os direitos e deveres dos filiados, o funcionamento burocrático e os diferentes tipos de participação possível (desde 2007 existe no partido a Escola Nacional de Formação, criada no 3º Congresso). No Portal da Escola Nacional de Formação do PT<sup>821</sup> está digitalizado inclusive um Caderno de Formação e um vídeo de apresentação.

Esta iniciativa entra na rota de coalizão com os dados obtidos sobre a participação dos jovens petistas em cursos de formação no PT. A entrevista com os jovens da JPT deu-se quando esta regulamentação já estava em vigor (há cerca de quatro anos), e consideramos em acréscimo o tempo médio de filiação destes jovens (três anos e seis meses). Ou seja, a grande maioria destes jovens em algum momento, em tese, deveria ter participado de alguma atividade de formação interna, principalmente no momento de ingresso no partido. Todavia, apenas pouco mais da metade dos militantes da JPT afirmaram terem vivenciado alguma atividade desta natureza. No caso das lideranças, todas afirmaram já terem participado de alguma atividade de formação dentro do partido.

São quatro os principais espaços do PT que nos últimos anos tem-se encarregado de acolher os jovens petistas na promoção de atividades formativas. Segue abaixo os espaços mais mencionados pelos jovens entrevistados e os principais temas abordados nas atividades:

Fundação Perseu Abramo – espaço que mais vezes foi citado pelos jovens. Abordagem de temas diversos, como movimentos sociais, mulheres no poder e feminismo, tática eleitoral, mídias sociais.

---

<sup>821</sup> Para maiores informações, acessar: <http://www.pt.org.br/secretaria/formacao-politica/>. Último acesso em: 10/06/2016.

Tendências internas – espaços também muito citados pelos jovens, cujos trabalhos englobam um amplo leque temático (política estudantil, ideologia da corrente, combate ao racismo, socialismo, marxismo, comunicação eleitoral).

Diretórios Municipais – abordagens voltadas mais para a apresentação do partido, sua história de lutas, funcionamento interno e as conquistas sociais dos governos Lula e Dilma. Alguns jovens enfatizaram que estas atividades foram promovidas pela Escola Nacional de Formação do PT.

Juventude do PT – mesmo não possuindo um órgão interno específico de formação, muitos jovens afirmaram já terem participado de atividades deste tipo promovido pela organização.

A Fundação Perseu Abramo é um órgão do PT cujo funcionamento está previsto no art. 110 de seu Estatuto e que surgiu com a aprovação de sua criação pelo Diretório Nacional no dia 05 de maio de 1996. A ideia de criação da Fundação partiu da necessidade do partido de constituir um espaço para o desenvolvimento de atividades como “as de reflexão política e ideológica, de promoção de debates, estudos e pesquisas, com a abrangência, a pluralidade de opiniões e isenção de ideias (...) que dificilmente podem ser encontradas nos embates do dia-a-dia de um partido político”<sup>822</sup>. É muito difícil encontrar um membro da Juventude do PT que esteja ocupando um alto cargo na hierarquia da organização e que tenha se envolvido com trabalhos de formação que, em algum momento, não esteve em contato com atividades desenvolvidas pela Fundação, de acordo com uma liderança da JPT<sup>823</sup>.

Os Encontros e Congressos do PT e da Juventude do PT foram destacados pelas lideranças juvenis como instâncias que também possuem uma natureza formativa, por serem espaços exclusivos de experimentação, em termos práticos, da dinâmica do intercâmbio de ideias, qualificação do debate e deliberação sobre os rumos do partido. A Liderança (B) acredita que os inúmeros eventos promovidos pelo partido e pela JPT são oportunidades singulares para o aprendizado daquele militante jovem da base que ainda não está inserido no processo de formação dos quadros dirigentes. Ele cita como exemplo o Festival “Aldeias da Juventude”, promovido pela JPT na cidade de

---

<sup>822</sup> FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *Histórico*, 11 de abril de 2013. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/historico-0>. Último acesso em: 12/05/2016.

<sup>823</sup> Muito recentemente a FPA iniciou uma chamada nos diretórios municipais e estaduais para que estes lhes enviassem materiais diversos sobre a JPT, com a finalidade de recuperar a memória e história da organização.

Guarulhos em maio de 2014<sup>824</sup>. Este evento contou com uma programação recheada de atrações artístico-culturais, além de oficinas e mesas de discussão. Um jovem petista, ao participar de um festival como este, tem a oportunidade de não apenas se divertir com companheiros de partido vindos de diversas partes do país. Neste tipo de evento o jovem tem uma chance ímpar de trocar experiências de atuação militante com jovens de outras regiões, agendar ações, debater sobre temas de sua preferência, fortalecer correntes e externar opiniões e questionamentos de forma direta com diversas lideranças do partido que normalmente se fazem presentes. Tudo isto faz parte da bagagem de formação político deste jovem, que acaba o capacitando, segundo a liderança, para atuar em prol do partido e das demandas de juventude.

As correntes políticas internas do PT (tendências) também são importantes redutos de formação política disponível para o jovem petista. Na década de 1980, a atuação destes jovens aparecia para o PT tão somente por intermédio de suas articulações dentro destes agrupamentos políticos. Uma parcela significativa dos jovens militantes da JPT entrevistados atualmente milita dentro de uma tendência (81,6%). Divididas por orientação política ou região, as correntes possuem prerrogativa regulamentada para promoverem reuniões, eventos e encontros, além de outras atividades alinhadas com sua proposição ideológica de como intervir na disputa política interna. Nos eventos que participamos do PT e da JPT (processo de coleta de dados), as atividades mais gerais mesclavam-se com as intervenções das tendências e as seguidas reuniões de seus destacamentos. O jovem petista em uma corrente experimenta uma vivência particular de formação política dentro do PT.

Fora isso a gente tem os próprios debates da construção da nossa corrente. Então assim, a juventude da EPS se organiza, a gente faz ciclo de formação política, debate de formação política sobre o PT, sobre debates da sociedade, sobre a economia, sobre feminismo, sobre machismo, sobre diversas pautas da sociedade (...) posteriormente a filiação ao partido, você acaba caindo nos debates dentro das próprias correntes políticas. Então dificilmente hoje isso acontece fora das correntes políticas, fora isso são os municípios que fazem, na maioria das vezes, cursos de formação, debate de formação, ciclo de formação política (Liderança E).

---

<sup>824</sup> Foi exatamente durante este Festival que três das dez entrevistas com lideranças da Juventude do PT foram realizadas, além da aplicação dos questionários com jovens petistas da base.

É muito habitual que os militantes, inclusive os jovens, não limitem o seu campo de atuação somente a um setorial ou secretaria do PT. Todo filiado tem a liberdade de participar em quantas destas instâncias desejar, e isto é fundamental para entendermos a pluralidade de visões e interpretações presentes dentro do PT. O exercício crítico do contato direto com as abordagens produzidas pelos setoriais de certa forma pode ser visto sob o ponto de vista pedagógico, através da oportunidade de superar percepções dogmáticas e retransmissão de verdades prontas. E para esta liderança isto ajuda a explicar os motivos que levam tantos jovens a ocuparem as fileiras dos setoriais.

São dois os pontos de vista levantados até aqui pelos jovens petistas sobre o significado de uma atividade de formação: existem aquelas sob incumbência da instância própria do partido para tal finalidade, no caso a Secretaria de Formação (formal); e a vivência de maneira engajada dentro do partido, que por si só fornece aos jovens experiências constantes de aprendizado da política. E este “viver o partido” projeta-se em meio a várias alternativas, como a ocupação de um cargo de destaque em alguma composição executiva, na organização/participação de um seminário para debater conjuntura política, na panfletagem em uma praça durante o período eleitoral ou até mesmo quando jovens se reúnem em um diretório municipal para assistir a um filme e promover análises críticas sobre o mesmo.

A auto-percepção dos jovens sobre o nível de engajamento para o PT é bastante relevante dentro da discussão sobre como eles vivenciam esta atmosfera de engajamento político-partidário. Como a maioria deles precisa conciliar a militância no partido com os estudos e o trabalho, esperávamos respostas com menores índices em relação ao tempo de dedicação à militância.

**Tabela 10 – Classificação do jovem petista de acordo com o nível de engajamento no Partido dos Trabalhadores**

| Muito ativo |    | Ativo |    | Pouco ativo |      | Nada ativo |     |
|-------------|----|-------|----|-------------|------|------------|-----|
| n           | %  | n     | %  | n           | %    | n          | %   |
| 72          | 48 | 57    | 38 | 20          | 13,3 | 1          | 0,6 |

Fonte: elaboração própria.

Os militantes da JPT avaliam de forma satisfatória seu grau de ativismo dentro do PT. Entretanto, a percepção do que representa ser um militante “muito ativo” ou “ativo” no partido para estes jovens pode variar significativamente, pois precisamos considerar a existência de diferentes escalas de atividade política, que compreendem diferentes aspectos como relação com autoridades, mobilização, campanhas eleitorais, causas, participação associativa. Um jovem pode considerar-se ativo dentro do PT porque freqüentemente participa de seminários temáticos promovidos pelo diretório de sua cidade, por exemplo. Por outro lado, outro jovem que igualmente se considera ativo pode atrelar esta condição a um cotidiano de trabalho muito mais intenso, ou partindo da exaltação de algumas tarefas em detrimento de outras.

Podemos refinar melhor esta questão se analisarmos o tempo de dedicação destes jovens da JPT despendidos exclusivamente para a militância no PT no último mês, considerando o dia em que eles preencheram o questionário. Com exceção de apenas cinco jovens, que assinalaram não terem participado de atividades do partido durante o período levantado, todos os outros jovens separaram parte do seu tempo diário doando-se para as tarefas do partido, mesmo que algumas horas por dia (37,1%). Pode parecer incoerente o contingente expressivo de jovens que se dedicaram em período integral (43,1%) ou meio período (16,6%) ao partido, quando temos ciência que eles precisam conciliar a militância com os estudos e trabalho. Contudo, como a atuação no movimento estudantil é expressiva no dia-a-dia do engajamento político da maioria destes jovens, concluímos que não existe uma plena separação entre o significado de suas atividades pessoais no cotidiano e aquelas que dizem respeito ao PT. No ambiente escolar, certamente muitos destes jovens *carregam o partido na mochila*, incorporando-o enquanto organização política para disputa da sociedade nas atividades dos grêmios estudantis, entidades de classe e mobilizações políticas. Isto certamente engloba outras formas de atuação, através de outras organizações sociais ou ações mais pontuais. “Aquele jovem que se filia é fundamental que ele viva o PT, que incorpore o PT na sua vida. O PT não é um partido que só existe no período eleitoral, é um partido que tem movimento constante, diário.” (Liderança H).

Na tabela abaixo, apresentamos as respostas dos militantes da JPT sobre a freqüência com que eles participam de algumas atividades que consideramos essenciais dentro do que vislumbramos enquanto essenciais para uma intervenção externa (no ambiente) do jovem empunhando a bandeira do partido.

**Tabela 11 – Indicadores da frequência em atividades políticas externas na qual participam os jovens do PT**

| Atividade   | Frequência     |                |           |       |
|---|----------------|----------------|-----------|-------|
|   | Freqüentemente | Ocasionalmente | Raramente | Nunca |
| 1-) Faz propaganda em favor do partido ou candidato durante uma campanha eleitoral                      | 76,6%          | 15,8%          | 2,0%      | 2,6%  |
| 2-) Colabora na arrecadação de fundos para o partido ou candidato durante uma campanha eleitoral        | 29,0%          | 26,3%          | 21,7%     | 23,0% |
| 3-) Busca convencer as pessoas que votem no candidato de sua preferência durante uma campanha eleitoral | 86,2%          | 9,9%           | 1,3%      | 2,6%  |
| 4-) Participa de debates públicos representando o partido   | 58,6%          | 23,0%          | 8,6%      | 9,9%  |
| 5-) Organiza manifestações populares  | 45,4%          | 34,9%          | 12,5%     | 7,2%  |
| 6-) Participa ativamente em uma campanha eleitoral  | 75,7%          | 15,1%          | 5,3%      | 4,0%  |
| 7-) Participa de manifestações populares  | 75,5%          | 17,2%          | 4,0%      | 3,3%  |
| 8-) Participa de grupos de discussão, reflexão ou estudo sobre conjuntura política                      | 78,3%          | 16,5%          | 4,0%      | 1,3%  |

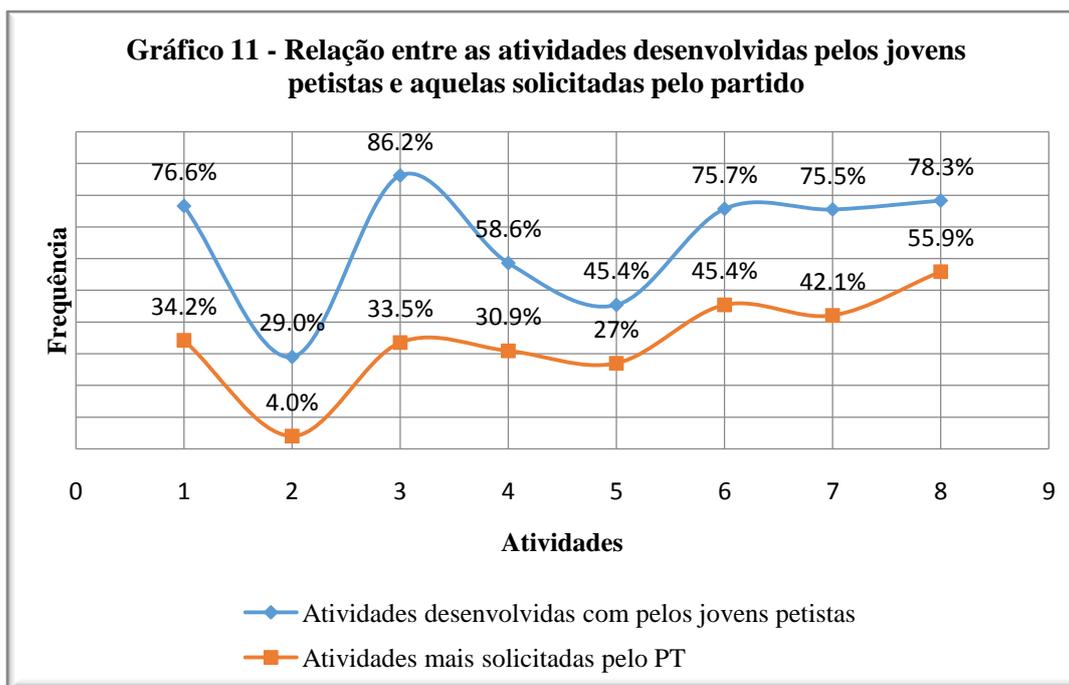
Fonte: elaboração própria

Em três das quatro atividades afinadas com campanhas eleitorais, conseguimos notar que poucos são os jovens que não estejam envolvidos, ainda que uns com baixa frequência. Isto demonstra que *o impacto das eleições no fomento ao engajamento dos jovens militantes da JPT é grande*, ainda que quase a metade deles dificilmente ou nunca tenham se envolvido com iniciativas de arrecadação de fundos para o partido ou candidato. A movimentação imperiosa da JPT durante o período eleitoral, natural em face do seu vínculo umbilical com um partido político, não gera um hiato temporal quanto ao engajamento dos jovens petistas em atividades políticas, já que estes jovens sinalizaram positivamente e com intensidade proporcional para o envolvimento em outras atividades que não são restritas a uma campanha.

Os militantes da JPT também podem ser solicitados a atender uma chamada do partido para se envolver em alguma atividade permanente ou pontual. A utilização do braço juvenil em uma demanda do partido pode representar uma oportunidade de estender a influência da organização para além das questões políticas voltadas para a juventude. De acordo com Emily Rainsford, os partidos políticos nas principais democracias ocidentais vêm enfrentando dificuldades para incorporar seus jovens militantes no cotidiano de suas principais iniciativas políticas, limitando-os na maioria das vezes à participação em reuniões circunstanciais ou como mão de obra em campanhas eleitorais<sup>825</sup>. Dentre as atividades acima elencadas, foi sugerido aos jovens petistas que indicassem três das mais solicitadas pelo partido. A numeração do eixo horizontal corresponde a das atividades na tabela anterior.

---

<sup>825</sup> RAINSFORD, E. Political parties need to better integrate young members and give them the chance to influence policy, *Democratic audit*, UK, 2014. Disponível em: <http://www.democraticaudit.com/?p=6169>. Último acesso em: 26/06/2016.



Fonte: elaboração própria.

O indicador de frequência das atividades requisitadas pelo partido aos jovens petistas evolui em ritmo similar com aquelas que eles realizam. Não se trata de simples convergência de interesses em onde e como atuar, mas também da disposição destes jovens em acatar as solicitações do partido. A restrição para a escolha de apenas três das oito atividades sugeridas explica a diferença percentual de uma variável para outra.

Gostaríamos de levantar mais duas considerações sobre as informações demonstradas no gráfico acima. Primeiro, observa-se que a chamada para contribuição financeira para candidatos ou ao partido em períodos eleitorais raramente é endereçada aos jovens petistas. Poderíamos questionar se isto não poderia ser feito de forma indireta, através do repasse de recursos via contribuição para a JPT. Não existe previsão legal que obrigue os jovens petistas a contribuírem financeiramente (mensalidade ou anuidade, por exemplo) para com a JPT, sob pena de perder algumas prerrogativas dentro da organização. O caixa da JPT é abastecido essencialmente com verba oriunda do PT (ainda que não regulamentada estatutariamente), portanto é pouco plausível imaginar que ela (a Juventude) teria condições de arcar financeiramente com campanhas. E segundo, a iniciativa de convencer pessoas a votarem em um determinado candidato, tal como sugerido na questão (3), está mais atrelada com preferências individuais do que com orientações objetivas do partido. O maior apoio (financeiro, material de campanha, chamada publicitária) que um candidato venha a receber de seu

respectivo diretório não é a mesma coisa que o partido oficialmente manifestar orientações para privilegiar o voto em específico neste ou naquele candidato. Deduzimos então que os jovens que pontuaram este item como um dos três mais sugeridos pelo partido o fizeram pensando no conjunto de candidatos que receberam apoio do partido dentro da conjuntura normal de disputas eleitorais.

#### **5.4 – Influência e eficácia do jovem militante**

Quando um jovem filiado ao PT opta por fortalecer as fileiras de luta da Juventude do PT, ele automaticamente se coloca à disposição de uma instância partidária que tem como objetivo central organizar a atuação dos jovens petistas visando à construção de um diálogo e intervenção junto aos diferentes movimentos sociais, tal como descrito no Estatuto. O que não o impede de transitar por outros espaços dentro do partido, consolidar posições de poder e alcançar incidência em processos de tomada de decisão. Existe restrição somente em relação ao cargo de Secretário da JPT eleito no Congresso da Juventude, pois este não poder ser ocupado em acúmulo com outro cargo de secretaria na mesma instância partidária.

A aprovação da cota geracional para composição final das instâncias de direção do PT fundamentou-se em torno de dois objetivos principais: proporcionar garantias de visibilidade interna das bandeiras da juventude e regulamentar mecanismos de reparo histórico aos jovens nos círculos de influência interna. Pouco tempo antes da aprovação e entrada em vigor desta resolução, Ribeiro escrevera sobre como a máquina partidária petista (esfera da direção nacional) tinha sido afetada por um processo de oligarquização “cirúrgica”, onde cargos estratégicos repousavam continuamente nas mãos de uma reduzida aristocracia partidária autonomizada em relação à base, ainda que houvesse um fluxo contínuo de novos dirigentes no DN e CEN se comparado com outros partidos de esquerda<sup>826</sup>.

Esta medida de combate ao obstáculo do partido em renovar seus quadros dirigentes teve um efeito imediato: no PED de 2013 (sob orientação desta nova regra estatutária), 30.845 jovens estavam inscritos em chapas, o que representou 21% do

---

<sup>826</sup> RIBEIRO, P.F. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. *Teoria & Pesquisa*, v. 18, p. 119-150, 2009.

total<sup>827</sup>. A militante da Juventude do PT, Anne Karolyne Moura (então com 26 anos), foi o nome mais jovem a compor a CEN em nomeação durante o 5º Congresso do PT<sup>828</sup>. A guinada do partido rumo à execução de medidas de inclusão dos mais jovens nos círculos de decisão vem na mesma toada temporal das ações de fortalecimento institucional da Juventude do PT, que naquela altura já havia realizado o seu 2º Congresso Nacional e atingido um patamar estatutário diferente em relação aos setoriais. Os jovens petistas entrevistados estavam vivenciando as conseqüências imediatas deste processo no momento da coleta de dados, e isto precisa ser colocado no tabuleiro analítico quando nos dispomos a avaliar as suas percepções de eficácia política dentro do partido.

**Tabela 12 – Percepção de influência e eficácia política dos jovens militantes do PT**

|  | Muito de acordo | Correto até certo ponto | Tendo a discordar | Nada de acordo | Não estou seguro para opinar |
|--|-----------------|-------------------------|-------------------|----------------|------------------------------|
| A política é uma profissão   | 21,7%           | 32,9%                   | 21,1%             | 21,1%          | 3,3%                         |
| Os líderes do partido geralmente escutam os militantes jovens                    | 13,8%           | 34,9%                   | 34,9%             | 12,5%          | 4,0%                         |
| O fato de ser militante do partido me permite aprender coisas                    | 85,5%           | 10,5%                   | 2,6%              | 0,7%           | 0,7%                         |
| Os debates dentro do partido geralmente são interessantes                        | 60,5%           | 29,0%                   | 9,2%              | 0,7%           | 0,7%                         |
| Os membros adultos do partido não levam muito em conta a opinião dos mais jovens | 23,7%           | 36,8%                   | 18,4%             | 17,8%          | 3,3%                         |
| Pertencer a um partido ajuda a obter um posto na administração pública           | 17,1%           | 30,3%                   | 26,3%             | 21,7%          | 4,6%                         |
| Homens e mulheres tem a mesma oportunidade dentro do partido                     | 38,2%           | 23,0%                   | 21,1%             | 16,5%          | 1,3%                         |

Fonte: elaboração própria.

<sup>827</sup> SOUZA, F. PT tem um novo perfil dirigente. *Teoria e Debate*. São Paulo, Edição 120, janeiro de 2014.

<sup>828</sup> GOMBATA, M. Aos 26 anos, militante é a mais jovem integrante da Executiva do PT. *Carta Capital*. Editora Confiança, dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-disputa-pelo-jovem-na-politica-5309.html>. Último acesso em: 23/06/2016.

Os jovens petistas enxergam o seu partido enquanto um espaço importante de aprendizado, e podemos inferir que sua militância lhes coloca em contato com um mosaico de opiniões, prioridades e métodos de como exercer a prática política. No mesmo sentido deve ser compreendido o interesse atribuído por grande parte destes jovens a participação em debates internos, onde se materializam as construções críticas de sua dimensão cognitiva ou intelectual pelo intercâmbio dialógico de ideias. Os debates se solidificam na arena da interlocução interessada, que inevitavelmente dispõe o contato geracional no mesmo espaço organizacional.

A dimensão de eficácia política perde fôlego sob o ponto de vista da receptividade e disposição dos adultos em legitimar opiniões e demandas dos jovens. Qual a real eficiência das iniciativas recentes de inclusão dos jovens nos círculos de decisão interna se 60% dos jovens ainda se queixam do pouco espaço no partido para exposição de suas ideias? A conquista de cadeiras cativas em postos de direção não significa uma conversão automática da juventude em categoria valorosa para o intercâmbio horizontal de vivências. As oportunidades internas para homens e mulheres é uma dimensão particular onde também respingam impressões de ineficiência política e clivagem (37,6% tendem a discordar ou não estão de acordo com a existência de igualdade gênero e 23% não crêem na sua existência de forma plena), mesmo com a adoção em 2011 das cotas para mulheres na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias. As mulheres atualmente correspondem a 45% do corpo de filiados ao PT<sup>829</sup>, mas esta “queixa” expressa nas respostas destes jovens denota para a (ainda) existência de uma cultura interna machista que valoriza mais modelos de comportamento masculino, dificulta a exposição de convicções pelas mulheres e desnivela a competição nas esferas representativas.

As narrativas das lideranças da JPT são mais otimistas se comparadas aos jovens da base quanto à eficácia da interferência da juventude no interior do partido. Apenas um posicionamento de protesto foi levantado, mesmo surgindo algumas diferenças quanto aos modos e mecanismos levantados para a construção desta influência. A campanha eleitoral posiciona-se como o espaço onde estes jovens mais se sentem valorizados, pois foi a esfera de influência com o maior número de menções. A Juventude do PT pode ser convocada para trabalhar na construção de uma candidatura de alguém de sua categoria ou colaborar na redação do eixo temático voltado aos jovens

---

<sup>829</sup> SORG, *Planejamento 2015*, 2014. p. 14.

em um plano de governo. Com a JPT progressivamente ganhando força na estrutura interna do partido, não teria sentido sua exclusão, destaca a Liderança (D), da consulta sobre como pensam os jovens e o que eles desejam de um governo, já que possuem mais bagagem e entendem suas linguagens próprias. “Quando se trata do tema juventude nas eleições, quem conduz é a própria Juventude do PT, porque nós que lidamos todos os dias com a questão da juventude nas ruas”. Uma liderança nos traz um relato bem minucioso da participação dos jovens petistas durante as eleições de 2014 em seu Estado:

O exemplo mais prático disso é como que eu, junto com outros companheiros da juventude, tivemos na formulação do programa de governo que foi apresentado pelo companheiro de partido, que é nosso governador aqui no Estado, na campanha dele no ano passado. Então, a gente fez uma consulta coletiva e ampla, mas a gente fez parte da construção de pegar esse material dessa consulta ampla, que foi feita durante todo Estado, esta consulta que a gente chamou de PGP, que era o Programa Participativo, daí a gente fez o condensamento disso em uma proposta de governo de uma plataforma de governo deste companheiro, e eu fiz parte da constituição deste documento e foi através disto que a gente aprovou dentro da juventude do PT e que foi muito bem recebida e posteriormente aprovada também no PT. Este documento foi a base para a construção da campanha do nosso candidato a governador e também serviu como base para outros candidatos a cargos no legislativo (Liderança E).

Duas lideranças afirmaram que, durante as eleições de 2012, a JPT em seus estados pode gerir um orçamento próprio para ser aplicado nas viagens e elaboração de material com conteúdo voltado aos temas de interesse dos jovens. Dentro das gestões petistas, muitos jovens são chamados para ocupar postos-chave, diante dos incentivos promovidos pelo governo Lula e Dilma às Políticas Públicas de Juventude nas três esferas de poder. A JPT compôs a linha de frente do partido nas Conferências e nos debates dentro das Comissões no Congresso para a aprovação do Estatuto da Juventude, lhes garantindo mais respeito ante o conjunto do partido.

À respeito da cota geracional, a Liderança (C) reconhece que é uma medida emergencial que precisou ser adotada pelo partido (pressionada principalmente por jovens expoentes de algumas tendências que compõem a JPT), o que não anula sua relevância, por ter elevado a juventude dentro do partido a um patamar que outrora ela nunca esteve. As cotas representam o sinal verde para políticas de inclusão, a exemplo das que são adotadas em outras esferas da sociedade, como nas Universidades e nos

concursos públicos. Para este jovem, as lideranças do PT enfim vem percebendo o quão estratégico é familiarizar o partido com a ideia de uma nova roupagem, com novos quadros e novas lideranças antenadas numa nova lógica de se perceber a política.

Neste jogo de conquista de influência, as tendências cumprem um papel singular, de acordo com a Liderança (F). Por elas muitos jovens garimpam atalhos para levar seus posicionamentos ao conjunto do partido com os temas de interesse da juventude. Este raciocínio tem bastante fundamento, porque a feição de um tensionamento político entre duas instâncias é bem distinta daquela que é promovida quando há infiltração de diferentes pontos de vista especificamente dentro de uma tendência. Os diretórios são compostos por militantes de tendências, e certamente muitos debates ali são frutos de posicionamentos lapidados dentro das correntes. Um jovem indiretamente tem a chance de interferir nos assuntos tratados em um diretório ao engajar-se na construção de pautas em sua tendência.

Diretamente acabamos não tendo muita influência no partido, estamos vivendo um processo de maior aceitação da juventude, porém na tendência ai sim, tenho uma interferência considerável. A area onde sinto ter mais voz é quando abordo os temas da juventude direcionada à luta do cumprimento da laicidade da constituição, luta contra a homofobia, racismo e pelos mantimentos e ampliações dos direitos estudantis universitários (Liderança F).

Para a Liderança (H), motivos não faltam para que o jovem petista se entusiasme com esta transformação vivida pelo partido em relação à juventude, em se tratando de maior respeito e reconhecimento, e grande parte destas conquistas é oriunda das lutas históricas internas travadas pela Juventude do PT, que hoje está num patamar de diálogo direto com a direção do PT. Ela acredita que isto é um projeto de quebra da unilateralidade na relação de demandas que ainda está sendo redigido, lapidado, mas certos temas que dialogam com a juventude brasileira, como a política de drogas, desemprego, a redução da maioria penal, acesso a cultura e lazer, dificilmente são ratificados ou mesmo colocados em discussão sem a presença e anuência da JPT nas cidades onde ela está organizada.

Dentro da Executiva Nacional e das Executivas Estaduais o representante da Juventude do PT marca presença apenas como vogal, não tendo direito a voto. A Liderança (B) crê que isto não é um obstáculo que impeça a colaboração deste jovem na

defesa e justificativa de alguma pauta. Ele mesmo nunca experimentou a sensação de ser desprestigiado na Executiva de seu Estado, porque acredita que a relevância de uma opinião, independente de ele ser jovem ou não, depende muito mais da habilidade pessoal do militante de argumentar e negociar a maioria. Posicionamento bem diferente tem a Liderança (A) sobre este ponto, pois para ela o papel de Secretário da Juventude nestes espaços é bastante figurativo. Não poder votar é uma obstrução clara do caráter mais decisivo que as questões relevantes para os jovens poderiam ter. O fio condutor de suas críticas revela uma JPT ainda muito deslocada dos círculos de decisão do partido. Pressão é a palavra que mais se encaixa no vocabulário da relação dos jovens com as lideranças partidárias: pressão para que sejam ouvidos; pressão para não sejam minimizadas suas posições; pressão para neutralizar a moratória adulta.

Infelizmente a juventude acaba tendo uma interferência no partido através da conquista de um cargo fora da juventude, quando ele desiste de ocupar um cargo na secretaria da juventude para ocupar um cargo, por exemplo, de formação política pelo partido, ou passa a exercer um cargo de vice-presidência ou de secretaria geral ou de finanças ou de secretaria de organização e de mobilização. Quando a juventude para de ocupar um cargo relacionado só com a construção da juventude do PT, e aí ela começa a ter uma interferência maior dentro do partido (...) Como a Juventude interfere? Agora a forma como a juventude consegue interferir de forma mais forte é tensionando, é fazendo pressão por dentro do partido, é mostrando que é fundamental que se tenha uma pressão para que o PT mantenha uma posição sempre à esquerda, através de posicionamentos tanto internos quanto externos. Uma prova disso que pode ser usada como exemplo foram, além das manifestações de junho, que tomaram as ruas também do Rio de Janeiro, foi uma forte pressão da JPT e de movimentos sociais também ligados ao PT, mas com muita combustão da juventude, a juventude botou muita gasolina nesse debate (Liderança A).

Esta liderança aponta de forma clara os problemas decorrentes do desequilíbrio na balança de influência conforme o peso dado internamente para o engajamento em esferas distintas. A Juventude do PT é uma organização que produz pautas, tem uma ritualística própria de articulação política, fornece aos seus quadros elementos de fomento a identificação e sustenta um formato hierárquico de distribuição dos cargos e posições. E o que isto representa? Representa a inerência processual do surgimento de particularidades dentro do jogo da disputa de poder dentro dela, principalmente no que tange a construção das interações com menos ingredientes da verticalidade adulto-jovem, mas sim da maior simetria dialógica entre pares (jovem-jovem). Em adendo, estamos falando de uma arena política do partido onde o critério de seleção (etário)

restringe o raio de composição numérica dos membros. Esperávamos então que os jovens petistas tivessem uma percepção sobre a influência nas decisões internas do partido menor do que na organização de juventude na qual eles militam. Mas os resultados apresentados na tabela abaixo nos mostram que esta diferença não é tão expressiva como inicialmente supúnhamos.

**Tabela 13 – Percepção de influência dos jovens petistas na JPT e no PT**

|  | Muita | Em alguma medida | Pouca | Nenhuma |
|--|-------|------------------|-------|---------|
| Grau de influência nas decisões da JPT | 32%   | 43%              | 19%   | 5,3%    |
| Grau de influência nas decisões no PT  | 18,5% | 40%              | 24,5% | 16,6%   |

Fonte: elaboração própria.

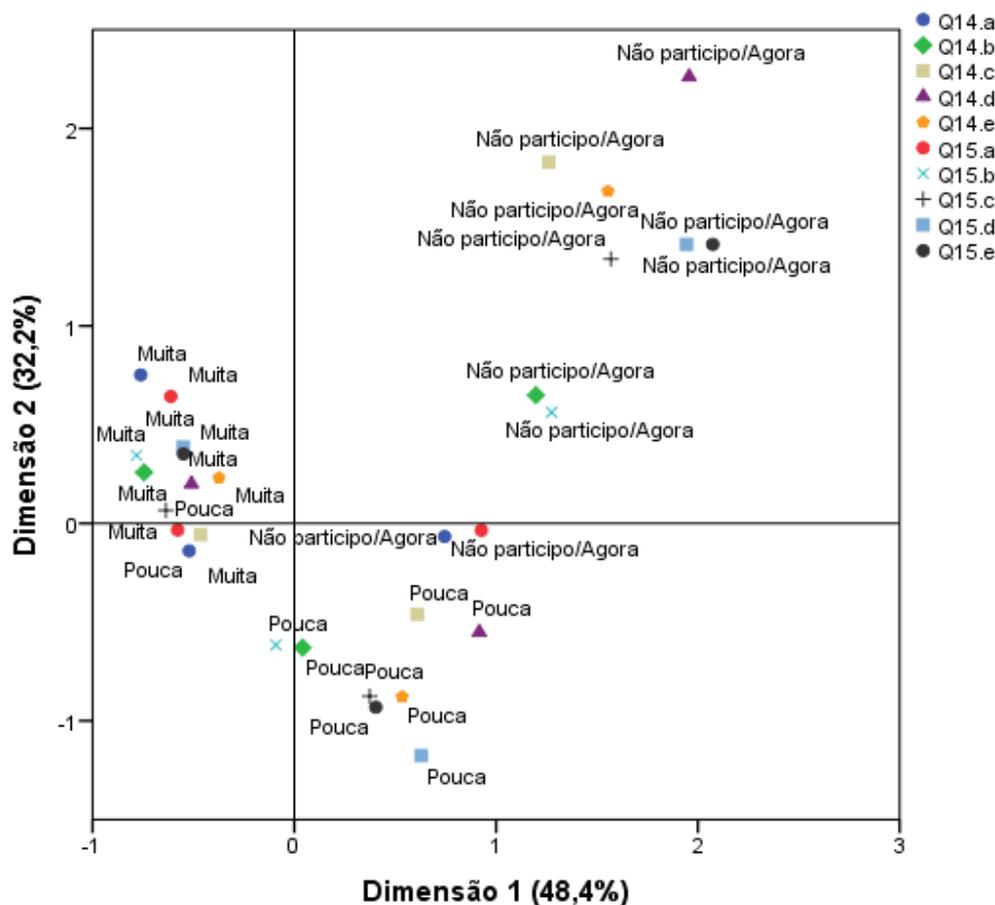
A influência de percepção nas decisões da Juventude do PT se associa fortemente com o fato do jovem estar empossado em algum cargo: 30,3% destes jovens possuem cargos de responsabilidade dentro da organização, que corresponde a 89% daqueles que acreditam possuir muita influência em suas decisões. A maior parte destes jovens está alocada em cargos no âmbito municipal, especificamente onde a JPT possui direções municipais constituídas. Já na estrutura partidária “adulta”, a proporção é similar: 33,8% afirmaram possuir cargos no PT, em sua grande maioria também na esfera local. O maior reduto dos jovens que trabalham na máquina partidária são os diretórios municipais, principalmente nas secretarias e coordenações setoriais. A esfera regional abriga 16% destes jovens, todos com cargos no diretório estadual.

Encontramos também números mais expressivos quando analisamos a frequência com que os jovens petistas participam de atividades orgânicas da JPT em nível municipal: 59,3% afirmaram participar ativamente de instâncias de decisão nesta esfera; 27,3% participam, ainda que pouco; e 6% não possuem qualquer envolvimento. São índices de engajamento elevados, se comparados com as outras esferas: 36,2% na estadual e apenas 13,9% na nacional. A maioria destes jovens pouco ou nada participa nos círculos de decisão nestas duas esferas (55,9% e 72,9% respectivamente). Como 70% dos entrevistados declararam não possuir nenhum cargo dentro da JPT, não podemos vincular diretamente o envolvimento em instâncias de decisão a esta variável,

mas sim elencar a verticalidade organizacional e a territorialidade como significativos para compreendermos esta questão. Os jovens petistas se sentem mais decisivos na JPT em seus municípios, porque ali constitui a primeira etapa de um processo que é construído pelo trabalho de aproximação do jovem com o partido. Em suas cidades também é mais simples a aproximação nas reuniões e articulações diversas, porque nem todo militante consegue sustentar uma rotina de deslocamento para participar de atividades em outras cidades e em outros estados. O trabalho envolvendo a conquista de espaço dentro da JPT também precisa ser considerado, porque não podemos tomar como regra que em uma organização de abrangência nacional, um militante sinta-se confortável e decisivo em esferas mais importantes de decisão sem possuir conexão com instâncias de menor escala ou ter ao menos acumulado algum tipo de experiência nas mesmas. Um bom exemplo são os Secretários Estaduais entrevistados, que primeiramente se destacaram politicamente em seus municípios antes de alçar vôos mais altos na hierarquia interna. Por fim, a participação nas eleições para escolha dos dirigentes é bem mais ampla nos municípios, pois vigora o processo congressual em todos os níveis. Logo, aqueles que não são eleitos delegados na etapa municipal ficam impedidos de votar nas etapas subsequentes.

Em se tratando da participação dos jovens petistas em atividades orgânicas nas instâncias de decisão do partido, os resultados percentuais de intensidade distribuídos nas três esferas são muito próximos proporcionalmente daqueles elencados acima em relação à JPT. Isto nos suscitou de imediato um questionamento: estes dados poderiam indicar que existe uma correspondência entre participar do PT e participar da Juventude do PT? Para responder esta pergunta, aplicamos a técnica exploratória da análise de correspondência múltipla (AC), convertendo uma matriz de dados não negativos em um tipo particular de representação gráfica, onde as linhas e colunas da matriz são simultaneamente representadas em dimensão reduzidas. Levamos em conta as múltiplas entradas representadas pela distribuição das esferas (nacional, estadual e local) e intensidade (“muita”, “pouca”, “não participo” e “antes sim, agora não”) conforme apresentadas nas questões 14 (Q14) e 15 (Q15) do questionário (vide apêndice II).

**Gráfico 12 – Relação entre a participação em atividades orgânicas no PT e na Juventude do PT**



Fonte: elaboração própria

A análise dos componentes gráficos revela que os jovens ativos na Juventude do PT necessariamente participam das atividades orgânicas também do partido. Não é observável um tipo de *militância exclusiva*, condicionada à canalização da energia de engajamento apenas no braço organizado de juventude. Dois tipos de jovens petistas são detectados neste cenário: existem aqueles que intervêm junto às instâncias de decisão da JPT, intervenção esta que reverbera junto às instâncias de decisão do partido; e aqueles que pouco ou nada participam tanto de uma como de outra. Dificilmente encontraremos jovens dedicados à Juventude do PT que também não se empenhem para sê-lo em outros setores dentro do seu partido. As probabilidades de participação em instâncias de decisão nacional do partido se incrementam para os jovens que exercem responsabilidades de similar nível na juventude, correspondência esta notada nas outras instâncias.

E quando analisamos a associação entre a amostragem de distribuição de cargos na Juventude e no partido (*teste qui-quadrado*), concluímos que existe relação estatística entre a posse de um cargo na JPT e a posse de um cargo no PT.

**Tabela 14 – Relação entre a distribuição de cargos de responsabilidade (JPT e PT)**

| Cargo de responsabilidade na JPT | Cargo de responsabilidade no PT |            | Valor-p* |
|----------------------------------|---------------------------------|------------|----------|
|                                  | Não                             | Sim        |          |
| Não                              | 85 (80,2%)                      | 21 (19,8%) | <0,01    |
| Sim                              | 16 (34,8%)                      | 30 (65,2%) |          |

Fonte: elaboração própria

\* Teste Qui-quadrado

N.S. ( $\alpha = 0,05$ )

O vínculo do partido com sua juventude organizada ultrapassa as fronteiras da prescrição normativa. A movimentação política interna e no ambiente do PT é acompanhada a curta distância pelos jovens petistas, tendo como aporte a legitimidade institucional conferida para sua categoria por intermédio da JPT. Eles não abnegam da sua condição juvenil pelo crédito conferido à expectativa futura de sua maior incorporação em espaços hierárquicos de decisão no partido. A queixa pela baixa relevância de suas opiniões junto às lideranças petistas não atravança a disposição destes jovens em alinhar sua disciplina legal ao estatuto do PT, em atender as solicitações de intervenção, na crença do partido como ferramenta imprescindível para a disputa social do jovem em apelo a um projeto político democrático e popular e em não imaginar a condução da organização juvenil desatrelada do conjunto partidário. Estar na JPT é estar no PT sob a tutela da disputa na juventude com o projeto do partido.

As críticas em torno da relação do partido com a juventude e os obstáculos a serem superados pelos jovens internamente vem preenchendo as principais resoluções políticas e organizativas produzidas pela JPT há um tempo considerável. Questionados

sobre este ponto, as lideranças da JPT elencaram um conjunto de contestações, dentre as quais duas se destacaram: a lentidão partidária na articulação pela transição geracional e o pouco espaço no PT para candidaturas jovens nas eleições.

A Liderança (H) afirma que alguns setores do PT persistem na teimosia de enxergar a juventude apenas como um braço para preencher espaços de mandatos, um braço que serve exclusivamente a interesses de alguns grupos. A única maneira do PT empoderar de fato a juventude brasileira é dando o exemplo, mostrando para o conjunto da sociedade que ele difere de outros partidos por se preocupar em dividir com os mais novos suas rédeas. Não faz sentido que movimentos juvenis se aproximarem de uma organização política envelhecida, por mais interessantes que sejam suas propostas para o setor. Para ele, o jovem tem o adulto como referência, mas prefere somar forças com outros jovens. A sobrevivência do PT depende da forma como ela irá investir na juventude nos próximos anos, inclusive na disposição em construir narrativas que reconheçam as realidades juvenis, decreta a Liderança (F). Ele acredita que o projeto partidário corre o sério risco de se esgotar com essa nova geração, e uma JPT atuando isolada não terá forças para construir canais de diálogo e lutas comuns com os jovens.

Falta a efetiva aplicação da transição geracional no PT. Acho que deveria haver uma modificação no estatuto dando mais influência aos jovens. Hoje temos políticos de grande significância, porém estamos desperdiçando influência por causa da burocracia e apatia dos mais experientes no partido (Liderança F).

Para a Liderança (D), a dinâmica do partido reproduz muitas vezes a dinâmica que está colocada na sociedade. Então, se na sociedade persiste a rotulação do jovem como aquele passível da moratória adulta, é natural que, em parte, o partido a reproduza também. Mesmo havendo exceções, muitos dos seus companheiros adultos de partido perdem a dimensão do debate geracional, porque não procuram o diálogo, porque reproduzem opiniões equivocadas atrelando o jovem com a irresponsabilidade, porque não entendem que a juventude possui um jeito particular de articular intervenções. Mesmo com as conquistas da JPT nos últimos anos, o embate geracional interno pela quebra de paradigmas ainda é inevitável.

O PT não possui uma plataforma consolidada para pré-candidaturas jovens, o que gera, como consequência, um baixíssimo percentual de candidatos dentro da faixa

etária dos 18 aos 29 anos. Isto é reflexo, segundo a Liderança (I), da falta de apoio institucional para estas candidaturas. Normalmente elas são sugeridas figurativamente para compor chapa e angariar alguns votos, fortalecendo candidatos com maior capital político. Uma sugestão interessante colocada pela Liderança (D) seria modificar o formato da indicação de candidatos pelos diretórios, tornando obrigatório que as chapas proporcionais estabeleçam uma cota de 20% para postulantes jovens, tal como é feita para as direções de diretório e executiva.

A Liderança (B) mostrou-se incomodada com a busca desenfreada do PT pela competitividade eleitoral, garimpando no mercado eleitoral aspirantes a candidaturas que pouco ou nenhuma afinidade ideológica possuem com o campo da esquerda. Ele enxerga o esfacelamento da preocupação inicial do partido com os critérios para filiação e a aproximação com diferentes redutos sociais via núcleos de base, substituídas pelo imperativo do mandato, pela força política com que ocupantes de cargos públicos possuem dentro dos diretórios. O PT pouco se preocupa em flexibilizar o ritmo de suas atividades políticas e administrativas ao ritmo da vivência diária dos jovens, o que emperra em inúmeras ocasiões sua maior participação. Não é o partido que se adequa ao jovem: é o jovem que ainda precisa se adequar ao partido.

A gente tem que discutir métodos de participação e o método de participação que a gente tem hoje acaba sendo o fortalecimento cada vez mais dos mandatos, por conta da condição de quem está nos mandatos pra ter tempo, financeiro, suporte, facilitação suporte seja técnico, seja o que for necessário para poder ir. Ter carro, ter tudo. O jovem que está trabalhando, quem está estudando, quem trabalha 08 horas por dia, quem estuda a noite não consegue ter essa condição de parar 02, 03 horas numa semana, num mês pra participar de uma reunião mesmo se programando muito tempo antes. A vida está muito dinâmica, muito corrida e essas demandas da sociedade que o PT precisa entender. A gente não tem condição de viver pra nós mesmos internamente. A gente tem que dialogar cada vez mais forte com quem está fora do PT até pra mostrar que o PT ideologicamente, enquanto projeto sociedade defende algo melhor pra todos. PT é um partido de quadro de massas, mas que hoje na prática, como uma crítica, os quadros estão usando a massa, porque o número de filiados só serve para o TRE, porque a gente não está estimulando a uma ação efetiva e uma atuação da nossa militância que não esteja em cargos de direção.

(...) Que a gente possa ter essa representação, esse fortalecimento no executivo e legislativo, mas que a gente consiga ter essa representação, esse debate na associação de bairro, nos movimentos de cultura, naquilo que é específico, discussão de mobilidade urbana, discussão de meio ambiente e tudo isso dentro de uma discussão que são transversais da juventude (Liderança B).

Outro obstáculo levantado é ausência no estatuto de previsão orçamentária para abastecer financeiramente a JPT. A preocupação dos jovens petistas (de longa data) com a política financeira motivou a aprovação, no 2º Congresso, de uma resolução apontando para que o partido debatesse a criação de uma rubrica específica do fundo partidário para a organização (mínimo de 5%), percentual que precisaria estar vinculado a um plano de trabalho definido no começo de cada gestão em todos os níveis<sup>830</sup>. Quatro anos depois, no seu 3º Congresso, a JPT reforça no texto base de preparação que era preciso edificar sua autonomia financeira, reivindicando desta vez que no mínimo 10% do orçamento partidário fosse destinado para viabilizar o funcionamento de suas instâncias e o cumprimento das tarefas fundamentais em cada conjuntura<sup>831</sup>. De acordo com a Liderança (C), a letargia partidária para sancionar no estatuto o aporte financeiro específico para a JPT é indiscutivelmente passível de crítica, pois:

É revelador quando você percebe que não houve um orçamento específico, que isso é um limitador, porque muitas das vezes nas gestões estaduais da juventude do PT e nas gestões municipais é só na força e na pressão dentro do partido, que muitas vezes para realizar um ato é uma complicação, você tem que rodar peneira, a gente tem que falar com o presidente que manda pro tesoureiro e fica neste bate-bate. Então muitas vezes eu percebo que isso dificulta um pouco e até desanima em alguns aspectos a militância, porque é inevitável, no grau que as coisas estão colocadas não se faz mobilização só na boa vontade. Para fazer política e não ter uma estrutura mínima e o fato do PT não ter isso regulamentado estatutariamente nos leva a isso (Liderança C).

Para concluir, duas lideranças acreditam que tanto o PT como a própria JPT possuem deficiências em suas políticas de comunicação ampla, com pouca diversificação dos meios, baixa capilaridade nas bases sociais e linguagem muitas vezes descontextuada, engessada. A timidez do partido em expor melhor seus pontos de vista sobre algumas conquistas de seus governos acua muitos petistas dentro do debate, afirma uma destas lideranças. Ele ilustra esta questão com o caso do Programa Mais Médicos: o PT acaba ficando no meio do fogo cruzado entre parcelas corporativistas e empresários da saúde, pouco qualificando e firmando sua posição. Mas ele deixa claro que é preciso diferenciar os meios que propagam as conquistas governamentais dos governos petistas dos meios que fortalecem a imagem do próprio partido. Internamente

<sup>830</sup> JPT. *Resoluções sobre a política financeira*. Caderno de Resoluções do 2º Congresso Nacional, 2011, p. 41.

<sup>831</sup> JPT. *Proposta de anteprojeto de texto-base ao 3º Congresso Nacional da Juventude do PT*, 2015, item I, p. 08.

muitos militantes não acompanham os projetos importantes elaborados pelo partido não por falta de interesse, mas porque a informação não chega de forma efetiva e numa linguagem que desperte a atenção.

## Discussão e considerações finais

O discurso do presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, era o mais aguardado pela platéia composta por 600 jovens petistas reunidos em Brasília para participar da cerimônia de abertura do 3º Congresso Nacional da Juventude do PT ocorrido no dia 20 de novembro de 2015. Tendo ao seu lado esquerdo o presidente do partido, Rui Falcão, e ao seu lado direito o então secretário nacional da JPT, Jefferson Lima, Lula falou por exatos 35 minutos e 30 segundos. Em sua fala, alguns trechos transbordavam preocupação com os rumos de seu partido. Em outros, o clamor para que os jovens ali presentes jamais abdicassem da noção de que eles representam a renovação que o PT tanto deseja diante do desgaste institucional sofrido nos últimos anos:

A juventude brasileira historicamente, todas as vezes que se apresenta uma crise ou início de crise, é a juventude que vem pra rua dar os primeiros passos pra tentar mudar a lógica da política (...) As palavras de ordem que estou vendo aqui é como doce de cupuaçu em comparação ao que a gente ouvia no Colégio Sion (...) Vai chegar o momento em que vocês irão eleger uma nova direção e um novo programa de luta, ai não tem corrente, ai é o Partido dos Trabalhadores que vai pra rua pra fazer as coisas acontecer (...) Levantem a cabeça, não de arrogância, mas de quem sabe o que quer, que não vai permitir que destruam o nosso governo e o nosso partido<sup>832</sup>.

A preocupação de Lula tem fundamento. E ela vai muito além da conjuntura política por deveras hostil na qual o PT patina, bombardeado por sucessivas denúncias envolvendo militantes de suas fileiras e governos sob seu controle; ou pelo desgaste social da imagem do partido, fulminante em sua alegoria simbólico-identitária; ou porque projeções eleitorais negativas sobre futuras candidaturas petistas navegam de vento em popa. Trata-se da incerteza diante do futuro do PT, que progressivamente se vê defronte a necessidade de executar com maior destreza a transição geracional dos condutores orgânicos do partido, em tempos onde a percepção e tipo de engajamento político da juventude diferem daquele registrado algumas décadas atrás.

---

<sup>832</sup> 3º Congresso JPT: Discurso do ex-presidente Lula. *Portal PT*. Disponível em: <http://www.pt.org.br/abertura-3o-congresso-jpt-ex-presidente-lula/>. Último acesso em: 01/09/2016.

Se na década de 1960 e 70 repousava sobre o jovem a identidade participativa filiada a caracterização estudantil, nota-se na atualidade a qualificação desta identidade pela noção mais abrangente de cidadão<sup>833</sup>, cuja faceta de mobilização social diversificasse em coletivos e preocupações temáticas diversas. A multiplicidade de formas de atuação sócio-política juvenil alastra-se em meio à rejeição das formas tradicionais de engajamento utilizadas pelas gerações anteriores. Transformações estas deslizando em estruturas sociais cada vez mais fluidas e modeladas em função dos indivíduos e seus desejos: “os jovens sentem a vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém”<sup>834</sup>. A baixa disponibilidade dos jovens contemporâneos em se envolverem com organizações como os partidos políticos segue o fluxo contrário a outras formas de envolvimento político e cívico, menos burocratizadas, engessadas e mais dinâmicas, flexíveis e pontuais. A resistência juvenil adota a pluralidade das *micropolíticas urbanas*, pouco identificadas polifonicamente com narrativas homogêneas. Müxel, Riou e Lehay destacam que o envolvimento político juvenil da geração anterior estava determinado por fortes marcadores ideológicos, no contexto da dicotomia “esquerda e direita” impulsionando a adoção de uma posição no espectro ideológico. A diluição destas fronteiras pela hibridez na demarcação tem revelado uma juventude expressando seus posicionamentos através de grupos culturais, instrumentalizando novas tecnologias de informação e comunicação, sendo pontuais nos compromissos assumidos por novas estratégias de manifestação da inconformidade pela transformação social<sup>835</sup>.

É neste quadro de crise das formas tradicionais de ação no sistema político institucional atingindo o conjunto da sociedade que os partidos políticos se vêem expostos. Na relação dos jovens com a política, o processo de revinculação desta para domínios não institucionais, confluyente com a despartidarização, abstenção e não recenseamento<sup>836</sup> exige da articulação programática do partido a reavaliação mínima do seu papel no cenário da disputa política democrática. Este fenômeno, sem dúvidas, elenca suas organizações juvenis a um patamar diferenciado quanto a finalidades nunca

---

<sup>833</sup> MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, p. 134-150, mai./ago. 1997.

<sup>834</sup> PAIS, J.M. Jovens e Cidadania. In: *Sociologia, problemas e práticas*. Lisboa, n. 49, 2005, p. 58.

<sup>835</sup> MÜXEL, A; RIOU, C; LEHAY, V. Political Participation of Young People in Europe – Development of Indicators for Comparative Research in the European Union (EUYOUPART) WP8/ D15. National Report: France, FNSP (Fondation Nationale des Sciences Politiques) - CEVIPOF, mar, 2005.

<sup>836</sup> AUGUSTO, N. A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 81, p. 155-177, 2008.

outrora vistas. A tendência ao reposicionamento das Juventudes Partidárias no organograma estratégico dos partidos políticos na atualidade dialoga com a urgência da revitalização dos objetivos destas organizações, transpassando a imagem adultocêntrica de simples espaço interno voltado à lapidação e amadurecimento político do jovem. Para Hoogue, Stolle e Stouthuysen, as *youth wings* despotam como essenciais para combater de maneira eficaz o problema do recrutamento partidário junto ao público jovem, pela legitimidade que lhes pode ser atribuída na eficácia em construir diálogos com as novas linguagens juvenis<sup>837</sup>.

Nesta tese, nossa atenção esteve voltada especialmente para a organização de juventude do maior partido de esquerda da América Latina. O partido que durante 14 anos ocupou a Presidência da República do Brasil. O partido que melhor conseguiu carregar a mensagem da insatisfação popular ao regime militar em decadência. O primeiro partido de massas no Brasil e que “apresentou uma proposta definitiva de inserção da classe trabalhadora no sistema político”.<sup>838</sup> Contudo, o partido que também vem sendo impactado pela rejeição juvenil aos mecanismos tradicionais da prática política.

O PT nasceu como um partido jovem. Não somente porque setores juvenis, tendo como interface essencialmente o setor estudantil, figuravam no balaio de interesse pela organização política popular nascente. A composição social etária era majoritariamente jovem, tanto em relação aos militantes da base como as lideranças. O envelhecimento do quadro de filiados ao partido veio acompanhado de outros elementos que confirmaram o pouco espaço em esferas partidárias decisivas disponibilizadas à juventude em grande parte destes trinta e seis anos de existência.

O partido vem encarando um processo de envelhecimento no quadro de delegados presentes nas instâncias nacionais deliberativas (Encontros e Congressos Nacionais). Os dados apresentados mostram que a representação juvenil nestes espaços manteve-se em patamares percentualmente pouco expressivos, em paralelo com o aumento do percentual de delegados acima dos 40 anos. A mesma tendência da sub-representação juvenil no PT é vista quando apresentamos o perfil daqueles que vem compondo o corpo dirigente partidário, detendo assim o controle dos recursos de poder organizativo dentro do partido. No que se refere aos candidatos jovens lançados à

---

<sup>837</sup> HOOGUE; STOLLE; STOUTHUYSEN, 2004.

<sup>838</sup> MENEGUELLO, 1989, p.36.

disputa eleitoral aos cargos legislativos na esfera estadual e nacional, perpetua-se no PT a cultura da baixa representatividade desta categoria. Todas estas ausências confluindo com a queda de popularidade do partido não somente com o público em geral, mas de forma mais impactante junto à juventude.

Esta situação, que não é pontual e vem se consolidando ao menos nos últimos vinte anos, auxilia na explicação da dificuldade histórica do braço juvenil petista em afirmar-se perante o conjunto partidário. Boa parte da vivência juvenil no partido fora condicionada a uma visão de tutela, pela falta de reconhecimento da juventude como setor específico e pela sua dificuldade de interferir nas opiniões gerais do partido. É importante frisar que a Juventude do PT não surgiu com um decreto. Ela vivenciou e vem vivenciando um processo de institucionalização iniciado ainda no final da década de 1980, quando a identificação com o ideal partidário chamou a atenção dos jovens que até então despendiam grande parte de sua energia na movimentação política em suas facções internas. Quando falamos de institucionalização da JPT, recorreremos a tipologia proposta no capítulo 2, onde levamos em conta o enunciado de características e ações básicas a serem desenvolvidas por ela enquanto subunidade partidária, considerando um conjunto de itens demarcados em três variáveis: atributos, funções internas e funções externas. O quadro abaixo revela o enquadramento atual desta organização juvenil frente a estes quesitos, como síntese ao que discutimos nos capítulos 2 e 3:

**Quadro 3 – Juventude do PT / variáveis de institucionalização**

|  | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
|--|------------|------------|
| <b>Atributos</b>                           |            |            |
| Legalmente constituída                     | ■          |            |
| Regimento/ Estatuto próprio                |            | ■          |
| Referenciada no Estatuto do partido        | ■          |            |
| Controle de filiação                       |            | ■          |
| Organograma de cargos e funções            | ■          |            |
| Código de ética                            |            | ■          |
| <b>Funções internas</b>                    |            |            |
| Previsão de fóruns, encontros e congressos | ■          |            |

|  |  |  |
|--|--|--|
| Cursos de formação específicos para jovens   |  |  |
| Ocupação de cargos estratégicos no partido   |  |  |
| Eleições de representantes para cargos na juventude                                      |  |  |
| Autonomia para gestão e execução de projetos   |  |  |
| Disposição expressiva de candidatos para a disputa eleitoral                             |  |  |
| <b>Funções externas</b>  |  |  |
| Campanhas de adesão e filiação de membros  |  |  |
| Participação em campanhas eleitorais   |  |  |
| Presença em eventos voltados ao público juvenil  |  |  |
| Interferência nas discussões e proposições acerca de Políticas Públicas para Juventude   |  |  |
| Eleição de representantes para cargos públicos em entidades relacionadas com a juventude |  |  |

Afirmamos então que a institucionalização da Juventude do PT ainda é um *processo em curso*, inacabado em relação aos quesitos que a colocariam numa posição de autonomia quanto à deliberação de suas atividades gerais e posicionamentos políticos, bem como quanto à sobrevivência financeira. Na atual condição institucional da JPT frente ao partido, há pouca margem para que os jovens apresentem posições sobre temas na qual o PT possua posição completamente diferente. Além disso, a insistência nas resoluções congressuais da JPT na previsão de uma destinação dos recursos financeiros do fundo partidário à organização traz à tona o vínculo de dependência entre ela e o partido no que tange a materialização e execução de trabalhos. Para funcionar efetivamente, a JPT precisa da anuência dos dirigentes partidários em relação aos incentivos materiais e a ratificação das iniciativas mais gerais.

A figura do estudante associado como sinônimo da condição juvenil povoou o imaginário do partido durante boa parte da década de 1980. A própria articulação entre os jovens dava-se pela identificação mútua como categoria estudantil (essencialmente universitária) do PT. Tanto que até 1987, quando em São Paulo aconteceu o 1º Encontro Estadual de Jovens do PT, os encontros de jovens petistas consistiam em encontros de estudantes petistas. A noção de “identidade juvenil” começa a ser incorporada na agenda petista amparada pela preocupação crescente com a situação dos jovens vítimas de opressão e situação de vulnerabilidade social. Mas foi somente em 1991, no 1º Congresso do partido, que a juventude incorpora sua posição estratégica enquanto categoria que garantiria a renovação dos quadros partidários e a aproximação do partido com as demandas juvenis. Ao mesmo tempo, o partido passa a adotar o discurso propositivo do jovem como “sujeito de direitos”, reconhecendo-o como o contingente populacional mais vitimizado pela violência, pelas barreiras de ingresso no mercado de trabalho, estigmatizado pelos seus hábitos e contrariado quanto aos seus ideais de liberdade. E em 1995, no 10º Encontro Nacional do partido, reproduz nas resoluções a solicitação elaborada pelo coletivo de juventude petista para que observassem com mais atenção esta ala interna e que reavaliasse sua interpretação sobre a juventude reconhecendo-a no *plural* e que combatesse estereótipos homogeneizantes.

A trajetória de estruturação da Juventude do PT ao longo dos anos dentro do PT não foi pavimentada de forma retilínea e constante. Os jovens petistas vivenciaram momentos de oscilação em seu arranjo organizacional, alguns ocasionados pela desarticulação de suas atividades e em outros pela conjunção deste fator com a pouca ingerência das direções partidárias na admissibilidade e legitimidade do discurso produzido pelos jovens. O momento mais crítico vivenciado pela JPT fora entre 1995 e 1999, em virtude da total desarticulação da Secretaria Nacional de Juventude e diluição do seu corpo dirigente.

Para alcançar o patamar de instância partidária, a Juventude do PT transitou institucionalmente por outras esferas legais dentro do partido. Surgida como uma Secretaria em 1987, ela acabou anos depois sendo enquadrada como um setorial, para enfim receber o aval no 3º Congresso do PT do *status* organizacional que atualmente possui. Isto não desembocou em sua constituição plena enquanto organismo partidário com plena autonomia política e organizativa. O fato de ainda não possuir um Regimento próprio e de não haver qualquer dispositivo interno que garanta sua plena sobrevivência

financeira, inclusive para gerir seus próprios investimentos, vem obliterando a perspectiva de sua institucionalização plena, tornando-a ainda dependente dos dirigentes partidários quanto a ratificações resolutivas e promoção de atividades com feições mais particulares. Todas as principais intervenções, organização e resolução de eventos, encontros e congressos ainda precisam necessariamente passar pelo crivo do Diretório Nacional.

Os campos de atuação externos que mais receberam atenção dos jovens petistas durante as décadas de 1980 e 90 foram as arenas do movimento estudantil e as campanhas eleitorais. Havia uma enorme disposição dos jovens petistas em torno das disputas das entidades estudantis secundaristas e universitárias. A mobilização não era sazonal, não se restringia a momentos esporádicos. Mesmo diante do esforço interno pela ressignificação do que representava pertencer a categoria social “juventude”, sob o prisma do descolamento com a denotação “estudante”, a frente estudantil organizada petista era a que mais possuía fôlego, a que mais conseguia articular dentro das correntes o debate e a que mais garantia visibilidade às intervenções juvenis dos petistas fora do partido. A juventude petista organizada também se colocava sempre de prontidão nas mobilizações políticas durante as campanhas eleitorais. Em ano de eleição, grande parte dos informativos produzidos pela e para os jovens do partido focavam nas convocatórias para o trabalho em torno das candidaturas petistas e de aliados. As caravanas organizadas pela Secretaria Nacional de Juventude do PT aconteceram sempre nos meses que antecediam um pleito. Acreditamos assim que as eleições eram os momentos mais propícios estrategicamente para viabilizar um melhor contato entre a população, especialmente o público jovem, e a JPT.

A conquista da Presidência pelo PT em outubro de 2002 colaborou decisivamente para aproximar a Juventude do PT das iniciativas programáticas de intervenção junto à elaboração de Políticas Públicas de Juventude. O partido trouxe sua juventude para este debate dentro do governo, aproximando-a das proposições de pautas no período de formulação da política nacional de juventude, especialmente no grupo interministerial, Projeto Juventude (coordenado pelo Instituto Cidadania) e a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados. De acordo com Heber Rocha e Lígia De Locco, a JPT, juntamente com as juventudes do PC do B e do PSB, atuou como articulador da temática da PPJ's no nível nacional, forçando suas

bancadas parlamentares a fortalecerem a pauta no Congresso Nacional<sup>839</sup>. A presença dos jovens petistas preenchendo espaços no Conselho Nacional de Juventude e à frente das gestões na Secretaria Nacional de Juventude credenciou a colaboração decisiva da JPT na aprovação da Emenda Constitucional nº65 (PEC da Juventude) e na aprovação, no dia 09 de julho de 2012, do Estatuto da Juventude. O espaço da Juventude do PT na máquina do governo, desconsiderando indicações pessoais em cargos de comissão, deu-se primordialmente em torno desta vertente institucional.

Em toda história do partido, desde o período de pré-fundação, não podemos dissociar o engajamento organizado dos jovens petistas da ligação que eles mantinham com suas correntes. As tendências são células vivas e decisivas na vida orgânica do partido e continua sendo essencialmente por meio delas que os jovens lapidam suas intervenções mais incisivas no ambiente, nas atividades desenvolvidas pelo partido e mesmo no processo de institucionalização da organização de juventude.

Quando os jovens partem para a disputa de alguma entidade estudantil, eles assim o fazem carregando a mensagem de sua tendência, mesmo que sob a insígnia de comporem o braço juvenil do PT. Os problemas históricos no seio da juventude envolvendo a falta de unidade para articulação política no campo externo deu-se por problemas de divergência entre posicionamentos de tendências. Nas disputas políticas ocorridas dentro da JPT não é diferente. Nos Congressos, por exemplo, a inscrição, composição e nos debates entre as chapas e candidatos tem como pano de fundo o entrosamento das pautas entre as tendências. O caminho para uma militância pró-ativa na Juventude do PT sem estar vinculado a uma corrente interna do partido pode ser bastante árduo, galgado em baixas oportunidades de visibilidade no conjunto dos trabalhos dos jovens.

O controle majoritário da Juventude do PT oscilou bastante ao longo dos últimos 30 anos, desde a fundação da Secretaria de Juventude do PT. Como na década de 1980 a juventude estava recortada a esfera estudantil e como o braço partidário juvenil não despertava tanta atenção dos dirigentes partidários, algumas tendências da esquerda mais radical acabavam preenchendo este espaço com seus quadros. O cenário começa a mudar no final da década de 1990 (após um período de desarticulação da JPT entre 1995 e 1998), quando jovens ligados ao então Campo Majoritário e tendências aliadas passam progressivamente a controlar postos estratégicos dentro da Juventude. Em 2005

---

<sup>839</sup> HEBBER; DE LOCCO, 2015.

a Articulação de Esquerda ainda conseguiria emplacar seu candidato como Secretário Nacional da Juventude (tendo base de apoio minoritária na composição da direção nacional), mas de 2008 até o presente são os jovens da Construindo um Novo Brasil que vem galgando vitórias internas mais expressivas, inclusive ocupando a Secretaria Nacional desde então, reflexo do controle e interesse cada vez mais crescente exercido pela coalizão dominante sobre seu braço juvenil organizado.

No capítulo 5, a preocupação da tese volta-se para a caracterização do jovem militante da Juventude do PT. Objetivamos assim incrementar o conhecimento sobre esta organização considerando as motivações, socialização, trajetórias e influência e eficácia de seus membros. A partir dos dados coletados, conseguimos traçar o perfil sociodemográfico médio deste jovem: ele situa-se na faixa dos 22 anos de idade, é solteiro (a), possui grau de escolaridade acima da média brasileira (cursou ou está cursando nível superior), ser estudante é sua atividade principal e que quando conciliada com o trabalho, este normalmente está ligado a alguma atividade do partido.

O jovem petista optou por aderir ao partido basicamente por dois tipos de motivações: ideológica ou instrumental-participativa. Um jovem pode ter inúmeras motivações para tomar a decisão de ingressar em um partido. Neste trabalho procuramos enquadrar classificativamente aquela enunciada nas respostas aos questionários. A maioria simples ingressou no Partido dos Trabalhadores porque nele encontrou uma correspondência em termos de ideal, mediante *afinidade de convicção*. Estes jovens estão mais propensos a abdicar de projetos pessoais de carreira em prol do reforço à construção programática dentro do coletivo. Eles não se enxergam como profissionais da política, mas como ativistas políticos. O partido é uma ferramenta para que eles expressem suas convicções morais recém-cristalizadas. O outro perfil motivacional com expressividade percentual são os jovens que ingressaram no partido objetivando principalmente através dele melhor intervir no ambiente político institucional. Para eles, o partido político constitui um elemento básico dos aparelhos institucionais democráticos, e que precisa ser ocupado para uma intervenção mais concreta na vida política. Pelo partido é possível concretizar lutas travadas ideologicamente em cenários pouco estáveis. Estes jovens possuem, enfim, uma visão mais pragmática do *fazer* acontecer na política.

Na fala das lideranças juvenis, as motivações melhor se encaixam neste segundo perfil: elas vislumbraram em um partido político a oportunidade de concretizar no

campo da disputa política suas inquietações quanto aos problemas sociais e edificação de ideais. Elas reconhecem o distanciamento entre a juventude e os partidos na atualidade, ocasionado exatamente pela indisposição ou pouca ciência sobre o papel dos partidos políticos em uma democracia representativa. A conjuntura pouco favorável para incorporação de novos membros em suas fileiras não é orquestrada somente pelo desinteresse oriundo dos jovens. As lideranças juvenis petistas reconhecem que os partidos (inclusive o PT) perderam o *time* na interpretação das realidades juvenis, se afastando da juventude e seus anseios.

No outro pólo perceptivo, ou seja, a desmotivação para continuar no partido, existe correspondência entre as principais motivações para ingresso no PT e os fatores que seriam determinantes para uma desfiliação: os princípios doutrinários e ideológicos que suprem as expectativas daquilo que os jovens esperam de seu partido. Contudo, a margem para os que são indiferentes a este fator é bem pequena. Dificuldades associadas com a obtenção de espaço para lapidar candidaturas a postos eletivos é outra variável relevante que pode influenciar o jovem a desistir de militar pelo partido.

Os jovens petistas não dissociam o projeto de vida pessoal e a atuação na vida política dentro do partido. Seguir filiado no PT figura como garantia para o futuro, uma certeza daquilo que não somente eles presumem como daquilo que eles desejam. Grande parte dos jovens militantes de base da JPT (71%) projeta batalhar para garantir um posto de atuação com incumbências de maior impacto. As lideranças são mais ambiciosas: nove dos dez jovens fizeram projeções almejando subir alguns degraus na escala hierárquica de posição política dentro do partido, e sete deste conjunto desejam algum dia entrar na disputa eleitoral. E a análise de correspondência demonstrou que os militantes com incumbências de responsabilidades na JPT assim também o tem dentro do partido. Os jovens ativos na JPT são jovens ativos no PT.

Uma parte significativa dos jovens petistas possui núcleos familiares com um fluxo ativo e permanente de informação política, com este ou aquele membro politicamente ativo em organizações sociais e/ou partidos políticos e, mais do que isso, que não necessariamente preenchem alguma posição de destaque ocupando um cargo de direção ou eletivo. Metade dos militantes de base da JPT possuía algum membro da família que, no momento do seu ingresso, estava filiado ao seu partido. O ambiente de socialização com maior significado estatístico é o escolar, pela intermediação do contato partidário com pessoas ali já engajadas. E tradicionalmente é através do movimento

estudantil que eles experimentam as primeiras vivências de militância política, uma vez que 70% dos militantes de base da JPT participam de organizações ligadas a ele.

Os jovens petistas consideram uma vitória histórica a conquista do espaço da JPT enquanto instância privilegiada de articulação dos jovens e a reserva de cota de 20% para os cargos de direção plena e das direções executivas. É um degrau que a juventude precisava subir para obter mais atenção e respeito interno. Algumas lideranças destacaram o papel dos jovens petistas nas atividades de campanha durante o período eleitoral. O incentivo interno para que os jovens participem do trabalho de campanha é seguido pelo desamparo partidário para que construam suas próprias candidaturas, e estes relatos coincide com os dados coletados sobre as candidaturas jovens pelo PT nas últimas cinco eleições.

Para finalizar, sobre o nível de engajamento destes jovens, há uma avaliação satisfatória quanto ao grau de ativismo dentro do PT. As lideranças juvenis reconhecem os obstáculos que persistem em obstruir muitas iniciativas dos jovens, mas estão convictos que o partido tem evoluído no quesito inclusão. Como a atuação no movimento estudantil é expressiva no dia-a-dia do engajamento político da maioria destes jovens, concluímos que não existe uma plena separação entre o significado de suas atividades pessoais no cotidiano e aquelas que dizem respeito ao partido. Além disso, externamente os jovens petistas possuem uma agenda bastante movimentada, pois participam de manifestações populares, debates públicos e discussões gerais sobre a conjuntura política. Todavia, as eleições continuam tendo um grande impacto em suas militâncias, pois três das quatro atividades afinadas com campanhas eleitorais sugeridas no questionário, conseguimos notar que poucos são os jovens que não assinalaram um envolvimento, ainda que uns com baixa frequência.

Estas dificuldades afetam a dimensão da eficácia política do jovem militante, sob o ponto de vista da receptividade dos adultos em legitimar expectativas e demandas dos jovens petistas. No futuro será possível mensurar os reais impactos das cotas geracionais, melhor distribuindo os vetores hierárquicos de produção do discurso interno, tendo em vista que atualmente ainda 60% dos jovens se queixam do pouco espaço no partido para exposição de suas ideias. Por ocuparem uma posição de maior destaque na juventude, ao carregarem o peso da representatividade do coletivo, as lideranças da JPT se mostraram mais otimistas em relação aos jovens da base quanto à eficácia da interferência da juventude no interior do partido.

As Juventudes Partidárias constituem um terreno analítico bastante fértil para pesquisas envolvendo a temática dos jovens e participação política. Esperamos que esta pesquisa, pioneira no Brasil pela abordagem em profundidade de uma destas organizações juvenis de partidos, tenha colaborado no sentido de inserir um ingrediente a mais nas inúmeras empreitadas de pesquisa feitas sobre o PT, bem como sirva de incentivo para que outras iniciativas analíticas sejam construídas em torno de um tema de tamanha importância para a compreensão do engajamento político dos jovens na atualidade.

## Referências Bibliográficas

ABMA, R. Working-class heroes : a review of the youth subculture theory of the Centre for contemporary cultural studies. *Adolescence, careers, and cultures*, n. 99, 1991.

ABOIM, S; VASCONCELOS, P. From political to social generations: A critical reappraisal of Mannheim's classical approach. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association Annual Meeting, Caesar's Palace, Las Vegas, NV, ago. 2011.

ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 5 e n. 6, p. 25 – 36, maio/dez. 1997.

\_\_\_\_\_. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ACOSTA, G. Jóvenes en la política partidaria Una aproximación a las organizaciones de juventud, vinculadas a los partidos políticos en Colombia. *Anagramas*, Medellín. Volumen 9, Nº 19, pp. 51-68, 2011.

AGGER, B. *Cultural Studies as Critical Theory*. London/Washington DC: The Falmer Press, 1992.

AGUILAR LOPEZ, J. Identificación partidaria: apuntes teóricos para su estudio. *Polis*, México, v. 4, n. 2, p. 15-46, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S187023332008000200002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S187023332008000200002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 02 de novembro de 2016

ALBUQUERQUE, A. Juventude, educação e participação política. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012, p. 15.

ALLEBECK, K; ROSENMAYR, L. *Introducción a la sociología de la juventud*. Editorial Kapeluz, Buenos Aires, 1979.

ALMOND, G. A. e POWELL JR., G. B. *Uma teoria de política comparada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. *As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. 2010. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ANDRADE, O. Glórias de praça pública. In: BOAVENTURA, M. E. (Org.). *22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 75

ANGELO, Vitor. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. 2007. 114 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

\_\_\_\_\_; VILLA, Marco Antonio (Orgs.) *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos(SP): Editora: EdUFSCar, 2009 (275p.).

\_\_\_\_\_; *As correntes partidárias são fator de divisão? Em debate*, Belo Horizonte, v.1, n.3, p. 20-26, nov. 2009.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Editora Perspectiva. São Paulo, 1996.

ARNETT, J. J. Emerging adulthood: A theory of development from late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480, 2000.

\_\_\_\_\_. *Adolescence and Emerging Adulthood*. New Baskerville: Pearson, 2010.

ASSUMPCÃO, R. S. *Análise organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006)*. Araraquara, 2008. Tese (doutorado em sociologia) – Universidade Estadual Paulista, 2008.

ATTIAS-BONFUT, C. *Sociologie des générations : L'empreinte du temps*, Paris, PUF, 1988, 249 p.

AUGUSTO, N. A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 81, p. 155-177, 2008.

BAQUERO, M. e BAQUERO, R. Novos padrões política dos jovens na democracia brasileira? *Em Debate*, Belo Horizonte, v.4, n.8, p19-25, nov. 2012.

BARCELOS, H. A Juventude Negra do PT e o movimento social negro. In: PAPA, F; JORGE, F; MORAES, R. (orgs.) *Juventude em formação: textos de uma experiência petista*. São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2008, p.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRA, C. (Coord.). *Ligado na galera – juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Edições UNESCO, 1999.

BAUMAN, Z; MAY, T. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENNET, A. *Punk's not dead: the continuing significance of punk rock for an older generation of fans*. London: BSA Publications Ltda, 2006.

BERTOLLO, M. Juventude e participação política: motivações, trajetórias e representações. Vitória. Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

\_\_\_\_\_; SOUZA, L. de; MENANDRO, M. C. S. Representações, identidade social e tensões interpartidárias: um estudo com jovens militantes. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 7(2), São João del-Rei, p. 299-310, jul/dez 2012.

BEZERRA, A.K. Carisma e mitologias políticas – a narrativa de Luiz Inácio Lula da Silva, o “operário presidente”. In: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA. Universidade Federal de Pernambuco. *Resumos...*Recife, 2010.

BLACKMAN, S. Youth Subcultural Theory: A Critical Engagement with the Concept, Its Origins and Politics, from the Chicago School to Postmodernism , *Journal of Youth Studies* 8(1): 1-20, 2005.

BOLOGNESI, B; COSTA, L; CODATO, A. A revolução silenciosa no Partido dos Trabalhadores. In: X ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, *Anais..*Belo Horizonte, 2016.

BORELLI, S.. Prefácio. In: FREIRE FILHO, João. Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 10.

BORGOVONI, F.H. Seminário revela unidade das juventudes político-partidárias para aprofundar os avanços em 2010. *Juventude.br*, São Paulo, dossiê: Juventude e esporte. PP.47-50, 2009.

BOURDIEU. P. A juventude é apenas uma palavra. In. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_.PASSERON, J. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Ed, Vozes, 2 Edição, 2009.

BRAGA, M. S. Partidos Políticos: organização e controle sobre a dinâmica de representação na democracia brasileira. In: V ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Belo Horizonte, 2006.

BRANDÃO, M A. O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994). São Paulo: Fapesp, 2003.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Agenda Juventude Brasil: perfil nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros, 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRENNER, A.K. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários. 2011. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Militância de jovens em partidos políticos. In: BEZERRA, H. e OLIVEIRA, S (orgs). *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013, p. 90.

BRUNET, I; PIZZI, A. La delimitación sociológica de la juventud. *Ultima decada* Nº38, Cidpa Valparaíso, p. 11 – 36, jul, 2013.

BRUTER, M; HARRISON, S. Tomorrow's Leaders? Understanding the Involvement of Young Party Members in Six European Democracies. *Comparative Political Studies*. v.42, p. 1259-1291, 2009.

BUSCH, T. Creating a local Youth Concil. In: GOLOMBEK, Silvia. What Works in Youth Participation:: Case Studies from Around the World. Baltimore: International Youth Foundation, 2002. p. 41-48. ("What works").

CACCIA-BAVA, A.; COSTA, D. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, A.; PAMPLOS, C. F; CANGAS, Y. (Org.). *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p. 71-78.

CALDEIRA, P. Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicossociologia, Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CALIARI, H.F. Um ensaio sobre a participação política da Juventude Brasileira. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

CARREIRÃO, Y. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 22, p. 179-194, 2004

CASTRO, L.R. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilidade frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 25 n. 4, pp. 479-487, Out-Dez 2009, p. 482.

CASTRO, M, ABRAMOVAY, M. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude . Brasília: Ritla; 2009.

CERVI, E; CODATO, A. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL no Paraná. In: CODATO, Adriano; SANTOS, Fernando. *Partidos e Eleições no Paraná: Uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006. p. 245-274.

CESAR, R. Textos gerais. In: ELIAS, B; CESAR, R. O PT e a juventude: a esperança em construção. São Paulo, Editora Página 13, 2015.

\_\_\_\_\_.NADOTTI, V; SONCINI, L (orgs.) O PT e a Juventude. *Revista Perseu*, n. 10, ano 7, dez. 2013.

CHARLOT, J. *Os partidos políticos*. Trad. Carlos Alberto Lombarck. 2. ed. Brasília: UNB, 1984.

CHAUÍ, M. PT "Leve e suave". In: SADER, Emir. *E agora, PT?* São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 111-140.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (8a ed.). São Paulo: Cortez, 2006

CINTRA, A; MARQUES, R. *Ubes - uma rebeldia conseqüente: a história do movimento estudantil secundarista do Brasil*. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

COELHO, E. Uma esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). 2005. 549 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COELHO, M.F; SANTANA, V.L. A geração 68 no Congresso Nacional: ideologia e comportamento legislativo. *Soc. estado.*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 285-307, ago, 2010.

COIMBRA, C. M. B; NASCIMENTO, M. L. do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Imagens sobre a Juventude. Jóvenes. *Revista de Estudos sobre Juventud*, ano 9, n. 22, México, jan.-jun/2005, p. 346- 363.

COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995

COUTO, Cláudio. O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992). São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CROSS, W; YOUNG, L. Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged To Join a Political Party: An Investigation of the Canadian Case. *Party Politics*. 14(3), p. 345-369, 2008.

CRUZ, M.B. A participação política da juventude em Portugal — as elites políticas juvenis. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), p. 223-249, 1990.

CUNHA, L. A. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. *Cadernos de Pesquisa*, n. 101, p. 20-29, jul. 1997.

DALTON, R.; WATTENBERG, M. Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies. Oxford University Press, 2002.

CZUDNOWSKI, M. Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: A model and a Case Study. In: *Midwest Journal of Political Science*. Vol. 14, n. 2, pp. 216-248, 1970.

DAYRELL, J. O Jovem Como Sujeito Social. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro. n.24, p. 4-13, set/dez 2003.

\_\_\_\_\_; REIS, J. B. *Juventude e Escola: reflexões sobre o ensino de sociologia no Ensino Médio*. Maceió: Edufal, 2007.

DELLA VECHIA, R. O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985). 2011. 414 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DIAS, L.A. Política e participação juvenil: os “cara-pintadas” e o movimento pelo Impeachment. *História Agora*, 2010. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/8dias\\_luiz\\_artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8dias_luiz_artigo.pdf)

DIAS, R. Imprensa revolucionária dos anos oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a revolução brasileira. 2011, 257f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DIRCEU, J. Os desafios do PT. In: SADER, E. *E agora PT?*. São Paulo: Brasiliense, 1986

DOMINGUES, J.M. Gerações, modernidade e subjetividade. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, S. Paulo, 14(1): 67-89, maio, 2002.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisa qualitativas. *Revista Educar*, n.24.p.213-225, 2004, p. 215.

DUBET, F. *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987, 503 p.

DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DUVERGER, M. Os Partidos Políticos, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.

EHMAN, L. H. The American school in the political socialization process. *Review of Educational Research*, v. 50, n. 1, p. 99-119, 1980.

EISENSTADT, S. N. *De geração em geração*, São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, B; CESAR, R. O PT e a juventude: a esperança em construção. São Paulo, Editora Página 13, 2015.

ELIAS, G. A Relação dos Partidos Políticos com os Movimentos Sociais O caso do PT e o Fórum Social Mundial. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, jul. 2009.

ERIKSON, E. H. *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

FARIA, M. de. Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores?: Contribuição à história do trotskismo no Brasil: a experiência do Movimento Convergência Socialista, 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Comparada)-da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FEIXA, C; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Soc. estado.*, Brasília , v. 25, n. 2, Aug. 2010

\_\_\_\_\_ ; NILAN, P. Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais. *Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho*. Edição Online. Nº 31, 2009. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6818>. Último acesso em: 20/05/2014.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRA, J. O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

FERREIRA, T. I. Os jovens e a política: contribuições do ensino de Ciências Sociais para a socialização política. *Pensamento Plural* | Pelotas [08]: 143 – 163 janeiro/junho, 2011.

FIGUEIREDO, R; COUTINHO, C. A eleição de 2002. *Opinião Pública*, v. 9, n. 2, p. 93-117, 2003.

FILHO, J. F. Das subculturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *Contemporânea. Revista de Comunicação e Cultura*, 2005.

FINOCCHIO, S. Práticas dos jovens de hoje (e os fantasmas dos adultos de ontem). In: Cadernos Adenauer, vol. VIII, n. 02, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2007.

FIRTH, R. Organização social e estrutura social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.). *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. 9 ed. São Paulo: Editora nacional, 1976.

FLEISHER, D. Recrutamento partidário. In *Partidos Políticos*, Caderno de Política, Brasília Ed. UNB, 1993.

FLINTER, A. *Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude*. In: Sulamita de Brito (org). *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1968.

FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Livraria Pioneira. 1972.

\_\_\_\_\_. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FOX, R; LOWLESS. J. Run or not to run for office: explaining nascent political ambition. *American Journal of Political Science*. Vol. 49. nº03. Jul 2005.

FREIDENBERG, F. Democracia Interna: reto ineludible de los partidos políticos. *Revista de Derecho Electoral*. n.01, Primer Semestre, p. 1-17, 2006.

FREIRE FILHO, J. Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FRIDMAN, L.C. O rock dos anos 60 e as utopias privatizadas da contemporaneidade. *Lugar Comun*, nº 35-36, pp. 211-229, s/d.

GALLAND, O. Changing Family Transitions: Young people and new ways of life in France. In: CHISHOLM et al (eds) *Growing Up in Europe – Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*, Gruyter, Berlim, New York, 1995.

GARCIA, C. Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. 2008. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GASPARI, E. A ditadura encurralada. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GAVIRIA, D. A. Aportes conceptuales de La sociologia de La juventud: las juventudes como campo de interes para las Ciencias Sociales. *Revista Universidad De San Buenaventura* ISSN: 0121-7887 ed: UNIVERSIDAD DE SAN BUENAVENTURA v.11 fasc.22 p.145 - 162 , 2005.

GELVIN, J. *The Arab Uprisings: what everyone needs to know*. Oxford: Kirkus Review, 2012, 208 p.

- GIANNASI, C. A. A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico (1969/1973). 2011. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- GODINHO, T. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. *Estudos Feministas*. Florianópolis, ano 04, p. 148-57, I semestre, 1996.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16 n. 47 maio-ago. p. 333-361, 2011.
- GOMES, E. Os caminhos e descaminhos das Juventudes Trabalhistas do PTB e PDT. 2009. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- GONÇALVES, D. *Jovens na política: animação e agenciamento do voto em campanhas eleitorais*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- GONZÁLEZ, F; CASTAÑOS, S. The political career of members of youth wings. In: XII Congress of Spanish Association of Political Science., *Anais...* San Sebastian, 2015, 27 p.
- GRINDER, R. E; STRICKLAND, Ch. E., *A significação social na obra de Stanley Hall*. In: Sociologia da Juventude I. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1968.
- GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- \_\_\_\_\_ Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. *Última Década* Nº33, CIDPA VALPARAÍSO, dez. 2010, PP. 11-26.
- GURGEL, C. *Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Editora Papagaio, 1989.
- HEBDIGE, D. *Subculture: the meaning of style*. New York: Routledge. 1979.
- HELDER, R. *Como fazer análise documental*. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

- HOBBSAWM, E. J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 482p
- HOFMEISTER, W; GRABOW, K. *Political parties : functions and organisation in democratic societies*. Singapore: Konrad Adenauer Stiftung, 2011.
- HOLLINGSHEAD, A.B. A juventude numa pequena cidade norte-americana. In: BRITO, S. *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1968.
- HOLLOWAY, J. *Change the Word without Taking Power*. Londres: Pluto, 2005.
- HOOGHE, M; STOLLE, D. Youth organisations within political parties: political recruitment and the transformation of party systems. In: FORBRIG, Joerg (Org.). *Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council Of Europe, 2005
- \_\_\_\_\_; STOLLE, D; STOUTHUYSEN, P. Head start in politics: The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). *Party Politics*. London. Vol. 10, No.2 pp. 193–212, 2004.
- HORTA, C. et.al. O perfil dos representantes eleitos para as Assembléias Legislativas no Brasil. *Temas de Administração Pública*. Belo Horizonte, v.09, n.1, 2014.
- HOWELL, J; MOORE, J. The changing boundaries of youth gangs. *See Huff*, 2002, pp. 2–18.
- HUNTINGTON, S. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.
- IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. Expressão Popular. São Paulo, 2006.
- IBASE. Relatório Final: *Juventude brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas*, São Paulo, 2005.

IMMERGUT, E. M. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, vol. 26, n. 1, p. 5-34.

INDOVINA, F. Geologia da Insegurança Urbana. *Cidades: Comunidades e Territórios*, Vol. 2, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, Lisboa, 2001.

INESC. Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: desafio à democracia. Brasília, set. 2014.

ISLAS, P.A. *Juventude e Contemporaneidade: desafios e perspectivas*. In: Org.[por] GUIMARÃES, C.T. M; SOUZA, G. M.S; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia:UFG: Cãnone Editorial, 2009.

JAIDE, W. As ambigüidades do conceito de “geração”. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude II: para uma Sociologia Diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

JUNQUEIRA, F.C. Estigmatização e rotulação no contexto escolar: a construção social da violência. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*, Dossiê: Educação, políticas públicas e mudanças sociais, p. 17-38. jan./jun. 2010.

KANYADUDI, Cosmas J. O. The role of political parties youth leagues in democratization and regional integration in east Africa. Nairobi: Friedrich Ebert Stiftung, 2010. 36 p.

KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. p 153-234. In.: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs). *História do marxismo no Brasil*. V 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 160.

KATZ, R; MAIR, P. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *The American Review of Politics, Fayetteville*, v. 14, p. 593-617, winter, 1993.

\_\_\_\_\_. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, vol. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KECK, M. PT, *A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991, p.105.

KERTZER, D. *Generation as a sociological problem*. *Annual Review of Sociology*,

9:125-149, 1983

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 57, vol. 20, fevereiro de 2005.

\_\_\_\_\_; BRAGA, Maria do Socorro S. Eleições e representação partidária no Brasil. São Paulo: Humanitas/CNPQ, 2007.

KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, J; WEINER, M.(ed.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

KRAUSKOPF, D. Comprensión de La juventud: El ocaso Del concepto de moratória psicosocial. *Revista de Estudios sobre Juventud Edición: año 8, núm. 21 México, DF, jul-dez. 2004 pp.26-3*

KRISCHKE, P. J. Perfil da Juventude Brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. *Revista Internacional Interdisciplinar – INTERTHESES*, Florianópolis, PPGICH, UFSC, 2003.

LAGOA, M. I. O programa político do Partido dos Trabalhadores no contexto de uma esquerda em crise. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

LAMB, M. Young Conservatives, Young Socialists and the great youth abstention: youth participation and non-participation in political parties. 2002. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, Department Of Political Science And International Studies, University Of Birmingham, Birmingham, 2002.

LEÓN, O.D. Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes. *Última Década – CIDPA - N°21 – dez. 2004*.

LEVI, G; SCHMITT, J.C. (orgs). *História dos jovens I: da antiguidade a era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. (orgs). *História dos jovens II: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES, A.M. Os jovens na era do jazz ou os belos malditos. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*. Lisboa, n.28, p. 201-210, 2013.

LOPES, F. F. *Partidos políticos e sistemas eleitorais: uma introdução*. Lisboa: Celta Editora, 2002.

LOPES, F; PRAÇA, S. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. In: LOPES, F (org.). *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro*. Brasília: IPEA, 2015.

LUCAS, J. P. Partidos políticos e oligarquização: um estudo da organização interna do PMDB e do PT do RGS. Porto Alegre, 1996. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

MACEDO, E. A. de. Os Trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MAIA, R.G. Juventude como valor: referencial teórico e método para uma definição a partir do cotidiano. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* vol. 2 Nº 4, dez, 2010.

MAIR, P, and VAN BIEZEN, I. Party membership in twenty European democracies, 1980-2000, *Party Politics*, 7 (1), 2001, p. 5-21.

MANN, P. Micro-politics: agency in a postfeminist era. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1994, p. 124.

MANNHEIM, K. El problema de las generaciones [tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera]. *REIS - Revista española de investigaciones sociológicas*, n. 62, p. 193- 242, abr/jun. 1993, p. 216.

\_\_\_\_\_ O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (org.). *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARCONI, M; LAKATOS, E. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

MARQUES, J. E. D. Na busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal – aspectos teóricos e um estudo de caso. 2007.

197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MARGULIS, M; URRESTI, M. *La construcción social de la condición juvenil*. In: HUMBERTO CUBIDES et al. (org.): *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998.

MARSH, M. Testing the second-order election model after four European elections. *British Journal of Political Science*, v.28, p. 591-607, 1998.

MARTIN CRIADO, E. *Producir la juventud: crítica de la sociología de la juventud*. Madrid: Ediciones AKAL, 1998, 381 p.

MARTUSCELLI, D. E. O PT e o Impeachment de Collor. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, nº 2, p.542 – 568, nov. 2010.

MAYORGA, C; CASTRO, L; PRADO, M. A participação social e política juvenil como questão. In: MAYORGA; et. al.(Org.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

McGUIGAN, J. *Cultural Politics*. Volume 2 Issue 2 pp. 137-158 Berg, 2006.

McROBBIE, A. *Postmodernism and popular culture*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

Acesso em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.468.308&rep=rep1&type=pdf>.

MENDES, J. T. Juventude e geração: a relação entre presente, passado e futuro. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2011.

MENEGUELLO, R. PT: a formação de um partido (1989-1982). RJ: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 20, p. 115-134, Jun. 2003.

- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: Juventude e Contemporaneidade: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, São Paulo: 1997, p. 135.
- MORAES, R. *Análise de Conteúdo*. Revista Educação. Porto Alegre. V. 22, n. 37 p 7-32, 1999.
- MORAES, R P. Prefácio. In: ELIAS, Bruno; CESAR, Rodrigo. O PT e a juventude: a esperança em construção. São Paulo: Página 13, 2015. p. 8-23, 2015.
- MOTTA, A. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. *Soc. estado.*, Brasília , v. 25, n. 2, p. 225-250, ago. 2010 , p. 231.
- MOUFFE, C. Democratic politics and the question of identity. In: RAJCHMAN, J. The identity in question. New York: Routledge, 1995.
- MÜLLER, A. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 128-147, 2014.
- MUXEL, A. Jovens dos anos noventa – a procura de uma política sem “rótulos”. In: Juventude e Contemporaneidade: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, São Paulo, 1997, p. 153.
- \_\_\_\_\_ ; RIOU, C; LEHAY, V. Political Participation of Young People in Europe – Development of Indicators for Comparative Research in the European Union (EUYOUPART) WP8/ D15. National Report: France, FNSP (Fondation Nationale des Sciences Politiques) - CEVIPOF, mar, 2005
- NASCIMENTO, E. P. *Aspectos da juventude brasileira*. Brasília: mimeo, s/d.
- NEVES, F. L. d. O indivíduo restrito: reflexos biográficos da estrutura social brasileira. 2011. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- NORONHA, E. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova, São Paulo, 76: 119-168, 2009.
- NORRIS, P. Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice? Report for the Council of Europe Symposium, 2003. Disponível em: <http://www.pippanorris.com>. Último acesso em 18 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. *Democratic Phoenix. Re-inventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NOVAES, R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena Wendel.; FREITAS, Maria Virgina de.; SPÓSITO, Marília P. (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 53.

\_\_\_\_\_. VITAL, C. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, A. A. (Org.) *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

\_\_\_\_\_. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida*. São Paulo, outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. *Juventude e contemporaneidade*, p. 253, 2007.

O'CONNOR, A. The sociology of youth subcultures. *Peace Review*. 16:4. dez. 2004.

OLIVEIRA, I. R. Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1987.

ORTEGA Y GASSET, J. El método histórico de las generaciones, En torno a Galileo, Obras completas, Vol. 5, Madri: *Revista de Occidente*, pp. 11-71 [Man and crisis, Nova York: Allen & Unwin, 1970.

OZAÍ, A. Partido de massas e partido de quadros: A social democracia e o PT. São Paulo: CPV, 1996.

PAES, M. H. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 4ªed. São Paulo: Ática, 1997.

PAIS, J.M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Sociológica*, v. 25, n. 105-106, 1990.

\_\_\_\_\_. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto:

AMBAR, 2001.

\_\_\_\_\_. *Culturas Juvenis* 2º Ed. Casa da Moeda. Lisboa, 2003.

\_\_\_\_\_. Jovens e Cidadania. In: *Sociologia, problemas e práticas*. Lisboa, n. 49, 2005.

\_\_\_\_\_. *Buscas de si: expressividade e identidades juvenis*. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Org.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PAIVA, G. A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010). 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, comunicação e artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel (PR), 2011.

PAIVA, M. Juventude e mobilização. In: ABRAMO, Helena Wendel.; FREITAS, Maria Virginia de.; SPÓSITO, Marília P. (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2002.

PANEBIANCO, A. Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAPA, F; JORGE, F.(org.) *Êa juventude : Juventude Negra do PT em movimento*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

PAPPÀMIKAIL, L. Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, pág. 395-410, 2010.

PARK, R. *A cidade: sugestões para uma investigação do comportamento humano no meio urbano*. En: Velho, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PARSONS, T. *Youth in the context of American society*. Daedalus, 1962. 97-123

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Bem vinda, bem vindo ao PT!*. Caderno de formação. Escola nacional de formação do PT. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Trajetórias: Partido dos Trabalhadores (2003) das origens à vitória de Lula*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

---

\_\_\_\_\_. *Perfil dos filiados*. Secretaria de Organização, 2014.

PAULA, Gil César Costa de. A atuação da União Nacional dos Estudantes - UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009). 2009. 383 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PELLICCIOTTA, Mi. Liberdade e Luta: considerações sobre uma trajetória política. 2012. 511 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PERALVA, A. *O jovem como modelo cultural*. In. “Juventude e Contemporaneidade”. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

PERSEU ABRAMO. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

PIAGET, J. - *Seis Estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. 153p.

PIMENTA, M.M. Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias. 2008. 464 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PIVETTA, M. Renovação à brasileira. *Pesquisa Fapesp*. Caderno: Humanidades – Ciência Política, edição 225, p. 76 – 81, 2014.

PLEYERS, G. Prefácio. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo. (Org.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POMAR, V. P. A metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. 2005. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PONTE DE SOUZA, J. T. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PORNER, A. O poder jovem: história da participação dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula. 5. ed. Rio de Janeiro: Boolink, 2004.

PRZEWORSKI, A. Estratégia partidária, organização de classe e votação individual In: *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 – p. 121 a 160.

PUDAL, B. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista concedida a Kimi Tomizaki. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 129-138, maio/ago. 2009.

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999

\_\_\_\_\_. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova York: Simon and Schuster, 2000.

RAINSFORD, E. Political parties need to better integrate young members and give them the chance to influence policy. *Democratic Audit UK*, jul. 2014. Disponível em: <http://www.democraticaudit.com/2014/07/11>.

RESTA, E. O tempo entre gerações. *Revista Eletrônica Unijui*. Juiz de Fora, 2003.

RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2000*. 2008. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

\_\_\_\_\_. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. *Teoria & Pesquisa*, v. 18, p. 119-150, 2009.

RIBEIRO, R. J. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 24.

ROCHA, H; LOCCO; L. O papel das juventudes partidárias na formulação da agenda da política nacional de juventude. In: Encontro Internacional: Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2, *Anais...* Campinas, abr. 2015.

ROCHA, S. Juventude e políticas públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, V. M. Caras-pintadas: Estudantes na festa e na política. 1997. 204 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1997.

RODRÍGUEZ, J. Las Juventudes Partidárias de três partidos políticos en Colômbia. 2009. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Política, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009.

ROMÃO, Wagner de Melo. Juventude petista não foge à luta. In: PAPA, Fernanda; JORGE, Flavio; MOARES, Rafael. Juventude em formação: textos de uma experiência petista. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 53-58.

ROSENMAYR, L. *A situação sócio-econômica da juventude hoje*. In: SULAMITA, B (org) Sociologia da Juventude I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ROUSSEAU, J.J. *Emílio ou Da Educação*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SADER, E. Quando os novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALLAS, A; BEGA, M. Por uma sociologia da juventude: releituras contemporâneas. *Política e sociedade: revista de sociologia política*, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 31-58, 2006.

SALGADO, P. In: BOAVENTURA, M. E. (Org.). *22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 329.

SAMPAIO JR, P (org.). *Jornadas de junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: Icp-instituto Caio Prado Jr, 2014.

SAMPAIO, S; SANTOS, G. O interacionismo simbólico como abordagem teórica aos fenômenos educativos. *Revista tempos e espaços em educação*. Vol. 06. Jan - jun, 2011.

SAMUELS, D. A evolução do petismo. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, p.302-318, nov. 2008.

\_\_\_\_\_.From Socialism to Social Democracy? Party Organization and the Evolution of the Brazilian Workers' Party. *Comparative Political Studies*. v. 37 No. 9, p. 999-1024, nov. 2004.

SANTANA, F. *Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*, São Paulo, 2007.

SANTOS, B. S. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 72, p. 07-44, 2005.

SANTOS, J, de S. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Aurora*. Ano III, n. 5, dez. 2009.

SANTOS, M. C. L. *Maria Antonio: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 218.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc*, vol.26, n.91, 2005.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1982.

SAVAGE, J. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 15.

SCARROW, S; ASHIAGBOR, S. Estándares mínimos para el funcionamiento democrático de los partidos políticos, Washington, Instituto Nacional Demócrata para Asuntos Internacionales, 2008.

SCHMIDT, J. P. *Juventude e Política no Brasil: A Socialização Política dos Jovens na Virada do Milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SECCO, L. História do PT. (1978-2010). Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2011.

SIMÕES SEVERO, M. *Levante sua bandeira! O Estatuto da Juventude no Brasil: teoria e prática no contexto estudantil (2004-2011)*. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012

SINGER, A. O PT. São Paulo: Publifolha, 2001.

SINGLY, F. d. Penser autrement la jeunesse. *Lien Social et Politiques* (43), 9-21, 2000.

SOFIATI, F. M. Religião e juventude: os jovens carismáticos. 2009. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, C. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. *Última década* Nº20, Cidpa Viña Del mar, pp. 47-69, junho 2004.

SOUZA, F. PT tem um novo perfil dirigente. *Teoria e Debate*. São Paulo, Edição 120, janeiro de 2014.

SPANNRING, R. We vote and then we suffer: Survey results in the light of young people's views on participation. *Young people's studies magazine*, Madrid, n.81, p.45-66, 2008.

SPOSITO, M. P. (Coord.). O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v.1-2.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para a discussão sobre a condição juvenil no Brasil. *Rio TVE Brasil*, jun. 2004 Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2004/em/tetxt1.htm>

STAHL, G. Tastefully renovating subcultural theory: making space for a new model. In: Muggleton & Weinzierl (org.) *The Post-Subcultures Reader*. Oxford, Berg. pp.27-40, 2004.

STOLLE, D; HOOGHE, M. Review article: Inaccurate, Exceptional, One-sided or Irrelevant? The Debate about the Alleged Decline of Social Capital and Civic Engagement in Western Societies. *British Journal of Political Science*, n. 35, p. 149-167, 2004.

STROM, K. A behavioral theory of competitive political parties. *American Journal of Political Science* . 34 (1): p. 593-613, mai. 1990.

TAPSCOTT, D. *Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net*. Makron Books, São Paulo, 1999.

TAYLOR, S.J. & BOGDAN R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*. Barcelona: Editora Paidós, 1992.

TEORELL, J. A Deliberative Defence of Intra-Party Democracy. *Party Politics*, vol. 5, nº 3, p. 363-382, Jul. 1999.

THORNTON, S. *Club Cultures, Music, media and subcultural capital*. Connecticut: Wesleyan University Press, 1996.

TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Educ. Soc.*, Campinas , v. 31, n. 111, Jun. 2010 .

VARELA, A. *Jovens e política: o papel da socialização na participação política*. 2009. 267 f. Dissertação (Ciência Política). Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2009.

VEIGA, L. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores. *Opinião Pública*, v.13, n.2, p.340-65, 2007.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. e EUGENIO, F (orgs). *Culturas Juvenis: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006, p. 192-201.

VENTURI, G. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária, impacto nas eleições de 2010. *Revista Perseu*, nº 5, p. 197-214, 2010.

\_\_\_\_\_. BOKANY, V. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 351-368). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

VILLAVICENCIO, N. Calidad democrática y democracia interna de partidos políticos. Trabalho apresentado no 7º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política de la ALACIP, Bogotá, set. 2013.

WALLACE, C; KOVATCHEVA, S. *Youth in Society. The Construction and Deconstruction of Youth in East and West Europe*. London: Macmillan, 1998.

WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Cortez/UNICAMP, 1992.

WHITAKER, C. *O Desafio do Fórum Social Mundial*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

WILLIS, P. *Learning to labour: How working class kids get working-class jobs*. Farnborough, Hants: Saxon House, Teakfield Ltd, 1991.

WOLINETZ, S. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, R; MONTERO, J;

LINZ, J. *Political Parties: Old Concepts, New Challenges*. Oxford: out. 2002. p. 136-165.

WYN, J; WHITE, R. The Concept of youth In. *Rethinking Youth*. London. Sage Publications, 1997.

YEBRA, J; ROLLAND, D. La desafección social hacia los partidos políticos. 1 ed.. Madri. Ed: Juan Vázquez Yebra, 2010, 353 p.

### **Revistas e jornais consultados**

*Em Tempo*

*O Trabalho*

*Convergência Socialista*

*Alicerce*

*Folha de São Paulo*

*Estado de São Paulo*

*Revista Veja*

*Revista Istoé*

*Carta Capital*

*Carta Maior*

*Portal Vermelho*

### **Documentos partidários**

Regimentos internos das juventudes do PMDB, DEM, PC do B e PSDB.

Estatuto do Partido dos Trabalhadores: versões 1980, 1995, 2001, 2007 e 2012;

Documentos da pré-fundação do PT;

Documentos de fundação do PT;

Resoluções do I ao XIV Encontro Nacional do PT;

Resoluções dos Encontros Nacionais Extraordinários do PT;

Resoluções do I ao IV Congresso Nacional do PT;

Resoluções de Encontros e Congressos da JPT;

Informativos gerais online da Juventude do PT (2005-2013);

Programas de Governo: eleições presidenciais – 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2012;

Boletim Nacional do PT: edição 01 a 90;

PT Notícias: edições 02 a 159;

Linha Aberta: edições 01 a 1520;

PT Informes: n. 01 a 2570;

Jornal *O Trabalho*: edições 00 a 561 (impresso) – 562 a 680 (on-line);

Jornal *Em Tempo*: edições 01 a 327 (impresso) – 328 em diante (on-line);

Boletim *Alicerce*: edições 01 a 53.

Jornal *Convergência Socialista*: edições 01 a 264.

Jornal *Juventude do PT*: edições 00 a 08 (impresso – 1991 a 1993).

### **Institutos de Pesquisa**

*IBASE*

*PÓLIS*

*IBOPE*

*DataFolha*

*Latinobarômetro*

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos).

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



foram levadas em conta pelo partido? Poderia me dar um exemplo, por favor?

### **O partido e a juventude**

---

8. Em termos gerais, é possível afirmar que a juventude do partido tem uma agenda temática própria?
  - Quais seriam estes temas?
  
9. Você diria que o partido integra os temas dos jovens em sua agenda?
  - Poderia exemplificar como convergem os interesses dos jovens com os do partido?
  
10. O partido possui linhas de ação especiais para os jovens?
  - Ele realiza ou incentiva atividades especiais para jovens?
  - Se sim, que tipo de atividades?
  - Quem organiza estas atividades? O partido ou a juventude?
  - Quem dá o suporte para estas atividades e onde elas se realizam?
  
11. Que espaços de participação tem os jovens dentro do partido? Em que consiste esta participação?
  - Normalmente, qual a maior demanda que o partido traz para a juventude partidária?
  - E em tempos de campanha eleitoral?
  
12. É possível dizer que o partido tem uma política de recrutamento de jovens?
  - O partido tem alguma estratégia para incorporar jovens para a organização? Se sim, em que consiste esta estratégia? São ações explícitas e formais ou ações isoladas?
  
13. Se um grupo de estudantes te procura e diz que quer militar em seu partido, o que você diria que o partido oferece aos seus militantes?
  
14. O que acontece com os jovens quando ingressam no partido? Como é este processo?
  - Existe um processo de formação? Em que consiste? Caso exista, você chegou a

participar de algum processo deste tipo?

- Existe algum sistema de tutoria ou mentores para jovens que ingressam no partido?
15. Que idade é considerado “jovem” dentro do partido? Existe uma definição formal? Sabe me dizer por que esta idade?
16. Em sua opinião, quais são os maiores obstáculos que os jovens devem superar no partido?
- As mulheres jovens possuem os mesmos obstáculos ou existem outros?
17. Nas eleições de 2014, sabe quantos candidatos da JPT se candidataram pelo partido?

### **Crenças e ideologia**

---

18. Qual a principal crítica que você faria hoje ao seu partido em termos da relação do mesmo com relação à juventude?  
E aos outros partidos?
19. Neste sentido, quais os aspectos ou características de seu partido que devem ser modificadas para aumentar a participação e adesão dos jovens? (práticas institucionais como barreiras à entrada para o partido, pouco envolvimento ou influência na tomada de decisão, pouca mobilidade aos postos de responsabilidade, pouca possibilidade de ser candidato).
20. Quais medidas o partido poderia tomar para atrair mais os jovens? E no caso das mulheres? Deveriam ser as mesmas ou diferentes medidas?
21. Em sua opinião, porque você acha que existam jovens que participam e se filiam à partidos políticos?
- Acha que a baixa adesão do jovem aos partidos na atualidade se deve a um problema dos próprios partidos ou da juventude como um todo?
22. Hipoteticamente falando, que situação no interior do partido fariam com que você parasse de militar?

23. Pensando no seu futuro político, consegue visualizar como será sua atuação dentro do partido? Almeja alguma posição interna? Almeja ocupar ou concorrer a cargos dentro do partido?

- E nas eleições? Almeja seguir carreira política?

24. Por fim, como funcionava a sobrevivência financeira da Juventude do PT de seu Estado. Vocês promoviam campanha de arrecadação, recebiam auxílio financeiro do Diretório Nacional. Explique-nos brevemente este ponto.

## Apêndice II

### Questionário estruturado - Estudo de jovens e partidos: caracterização dos jovens militantes da Juventude do Partido dos Trabalhadores

|  |
|--|
| 1. Quanto tempo está filiado ao partido? _____ anos ou _____ meses |
|--|

|   |
|---|
| 2. Está (esteve) vinculado com alguma corrente interna do partido?<br><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não<br><br>Se sim, qual? _____<br><br>Como você avalia o governo Dilma Rousseff?<br><input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo |
|---|

3. Qual foi sua principal motivação para ingressar no PT?

|  |            |            |
|--|------------|------------|
| 4. Quais das seguintes situações ocorriam em seu convívio familiar, durante sua infância e adolescência? |            |            |
| <i>Marque todos os itens que corresponda</i>   | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| a. Existia interesse por temas políticos   |            |            |
| b. Conheciam militantes de partidos políticos  |            |            |
| c. Alguém pertencia a algum partido político   |            |            |
| d. Alguém ocupava postos de direção em partidos políticos  |            |            |
| e. Alguém ocupou um cargo político eletivo   |            |            |
| f. Alguém participava de organizações sociais  |            |            |

|   |  |
|---|--|
| 5. Conhecia militantes do PT antes de ingressar no partido?<br>(marque todas que corresponda) | <input type="checkbox"/> Sim, familiares<br><input type="checkbox"/> Sim, vizinhos ou comunidade<br><input type="checkbox"/> Sim, na escola<br><input type="checkbox"/> Sim, na universidade<br><input type="checkbox"/> Sim, no trabalho<br><input type="checkbox"/> Sim, em organizações sociais |
|---|--|

|  |   |
|--|---|
|  | <input type="checkbox"/> Sim, em outro contexto (explicar):<br><br><input type="checkbox"/> Não conhecia militantes do PT |
|--|---|

|   |         |                       |
|---|---------|-----------------------|
| 6. Você recebeu algum tipo de formação ou capacitação em seu partido? |         |                       |
| <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não             |         |                       |
| Tema  | Duração | Instituto Responsável |
| a.  |         |                       |
| b.  |         |                       |
| c.  |         |                       |

|  |  |
|--|--|
| 7. Quão ativo se considera na militância em seu partido? | <input type="checkbox"/> Muito ativo<br><input type="checkbox"/> Bastante ativo<br><input type="checkbox"/> Pouco ativo<br><input type="checkbox"/> Nada ativo |
|--|--|

|  |   |
|--|---|
| 8. No último mês, quanto tempo dedicou-se à militância no partido? | <input type="checkbox"/> Período integral<br><input type="checkbox"/> Meio período<br><input type="checkbox"/> Algumas horas por dia<br><input type="checkbox"/> Não participei |
|--|---|

|  |                       |                       |                  |              |
|--|-----------------------|-----------------------|------------------|--------------|
| 9. Com que frequência desenvolve as seguintes atividades políticas? ( <i>assinalar com X</i> )         |                       |                       |                  |              |
|  | <b>Frequentemente</b> | <b>Ocasionalmente</b> | <b>Raramente</b> | <b>Nunca</b> |
| a. Faz propaganda em favor do partido ou candidato durante uma campanha eleitoral                      |                       |                       |                  |              |
| b. Colabora na arrecadação de fundos para o partido ou candidato durante uma campanha eleitoral        |                       |                       |                  |              |
| c. Busca convencer as pessoas que votem no candidato de sua preferência durante uma campanha eleitoral |                       |                       |                  |              |
| d. Participa de  |                       |                       |                  |              |

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| debates públicos representando o partido  |  |  |  |  |
| e. Organiza manifestações populares   |  |  |  |  |
| f. Participa ativamente em uma campanha eleitoral                                 |  |  |  |  |
| g. Participa de manifestações populares   |  |  |  |  |
| h. Participa de grupos de discussão, reflexão ou estudo sobre conjuntura política |  |  |  |  |

10. Da lista anterior, indique as três atividades mais solicitadas pelo partido aos seus jovens militantes (anote aqui somente as letras correspondentes):

11. Possui algum cargo de responsabilidade na Juventude do PT?  
 Sim       Não

Se sim, qual?

12. Possui algum cargo de responsabilidade no PT?  
 Sim       Não

Se sim, qual?

13. Com que frequência participa das seguintes atividades orgânicas da Juventude do PT? (*assinalar com X*)

|                                | <b>Muita</b> | <b>Pouca</b> | <b>Não participo</b> | <b>Antes sim, agora não</b> | <b>Não aplicável</b> |
|--------------------------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|
| Instâncias de decisão nacional |              |              |                      |                             |                      |
| Instâncias de decisão regional |              |              |                      |                             |                      |

|   |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|
| Instâncias de decisão local                       |  |  |  |  |  |
| Eventos especiais (Congressos, conferências, etc) |  |  |  |  |  |
| Formação política                                 |  |  |  |  |  |

|  |              |              |                      |                             |                      |
|--|--------------|--------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|
| 14. Com que frequência participa das seguintes atividades orgânicas do PT em geral? ( <i>assinalar com X</i> ) |              |              |                      |                             |                      |
|  | <b>Muita</b> | <b>Pouca</b> | <b>Não participo</b> | <b>Antes sim, agora não</b> | <b>Não aplicável</b> |
| Instâncias de decisão nacional   |              |              |                      |                             |                      |
| Instâncias de decisão regional   |              |              |                      |                             |                      |
| Instâncias de decisão local  |              |              |                      |                             |                      |
| Eventos especiais (Congressos, conferências, etc)  |              |              |                      |                             |                      |
| Formação política  |              |              |                      |                             |                      |

|   |   |
|---|---|
| 15. Qual a impressão você tem sobre o grau de influência que você possui nas decisões tomadas pela Juventude do PT? | <input type="checkbox"/> Muita<br><input type="checkbox"/> Em alguma medida<br><input type="checkbox"/> Muito pouca<br><input type="checkbox"/> Nenhuma |
|---|---|

|  |   |
|--|---|
| 16. Qual a impressão você tem sobre o grau de influência que você possui nas decisões tomadas pelo PT? | <input type="checkbox"/> Muita<br><input type="checkbox"/> Em alguma medida<br><input type="checkbox"/> Muito pouca<br><input type="checkbox"/> Nenhuma |
|--|---|

|   |             |            |            |                 |               |
|---|-------------|------------|------------|-----------------|---------------|
| 17. Qual o grau de importância você dá para as seguintes prioridades políticas? |             |            |            |                 |               |
|   | Fundamental | Importante | Secundário | Sem importância | Não desejável |
| Promover o crescimento econômico  |             |            |            |                 |               |
| Baixar os impostos  |             |            |            |                 |               |
| Proteger o meio ambiente  |             |            |            |                 |               |

|                                   |  |  |  |  |  |
|-----------------------------------|--|--|--|--|--|
| Promover a diversidade cultural   |  |  |  |  |  |
| Lutar contra a delinquência       |  |  |  |  |  |
| Reduzir a desigualdade de renda   |  |  |  |  |  |
| Favorecer a iniciativa individual |  |  |  |  |  |

18. Em continuidade te apresentamos pares de afirmação para que você indique qual você sente mais afinidade. Marque com um X na escala de 1. Total afinidade até 5. Nenhuma afinidade

|  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 1   | 2 | 3 | 4 | 5 |
| a. É mais importante o cuidado e a proteção do meio ambiente |   |   |   |   | É mais importante o desenvolvimento econômico |   |   |   |   |

|   |   |   |   |   |  |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|--|---|---|---|---|
| 1   | 2 | 3 | 4 | 5 | 1  | 2 | 3 | 4 | 5 |
| b. Nunca é justificável o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo. |   |   |   |   | Sempre é justificável o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo |   |   |   |   |

|                                  |   |   |   |   |                                |   |   |   |   |
|----------------------------------|---|---|---|---|--------------------------------|---|---|---|---|
| 1                                | 2 | 3 | 4 | 5 | 1                              | 2 | 3 | 4 | 5 |
| c. Nunca é justificável o aborto |   |   |   |   | Sempre é justificável o aborto |   |   |   |   |

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1   | 2 | 3 | 4 | 5 | 1   | 2 | 3 | 4 | 5 |
| d. O principal responsável pelo sustento econômico das pessoas é o Estado |   |   |   |   | O principal responsável pelo sustento econômico das pessoas são elas mesmas |   |   |   |   |

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1   | 2 | 3 | 4 | 5 | 1   | 2 | 3 | 4 | 5 |
| e. As rendas das pessoas deveriam ser mais iguais, mesmo que não se premie esforços individuais |   |   |   |   | Devemos premiar o esforço individual, mesmo produzindo diferenças de renda entre as pessoas |   |   |   |   |

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1   | 2 | 3 | 4 | 5 | 1   | 2 | 3 | 4 | 5 |
| f. A maconha deve ser legalizada totalmente |   |   |   |   | A maconha não deve ser legalizada de forma alguma |   |   |   |   |

| 1  | 2  | 3                      | 4                                 | 5                        | 1   | 2                                   | 3 | 4 | 5 |
|--|--|------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---|-------------------------------------|---|---|---|
| g. A pena de morte deveria ser adotada no Brasil           |  |                        |                                   |                          | A pena de morte não deveria ser adotada no Brasil |                                     |   |   |   |
| 19. Qual o seu grau de acordo com as seguintes afirmações? |  |                        |                                   |                          |   |                                     |   |   |   |
|  |  | <b>Muito de acordo</b> | <b>Acho certo até certo ponto</b> | <b>Tendo a discordar</b> | <b>Nada de acordo</b>                             | <b>Não estou seguro para opinar</b> |   |   |   |
| a.   | A política é uma profissão   |                        |                                   |                          |   |                                     |   |   |   |
| b.   | Os líderes dos partidos geralmente escutam os militantes jovens                  |                        |                                   |                          |   |                                     |   |   |   |
| c.   | O fato de ser militante me permite aprender coisas                               |                        |                                   |                          |   |                                     |   |   |   |
| d.   | Os debates dentro do partido geralmente são interessantes                        |                        |                                   |                          |   |                                     |   |   |   |
| e.   | Os membros adultos do partido não levam muito em conta a opinião dos mais jovens |                        |                                   |                          |   |                                     |   |   |   |
| f.   | Pertencer a um partido ajuda a obter um posto na administração pública           |                        |                                   |                          |   |                                     |   |   |   |
| g.   | Homens e mulheres tem a mesma oportunidade dentro do partido                     |                        |                                   |                          |   |                                     |   |   |   |

|   |  |
|---|--|
| 20. Ordene os quatro objetivos seguintes de acordo com sua militância por grau de importância.<br>Use (1) para o mais importante até (4) para o menos importante. Se alguns dos itens não tiverem nenhuma importância, marque com um zero (0) |  |
| Ajudar o partido a ganhar eleições  |  |
| Contribuir para a governabilidade democrática do país   |  |
| Alcançar eu mesmo postos de responsabilidade  |  |
| Ajudar que triunfem as ideias que eu defendo  |  |

| 21. Quanto crê que conquista como militante do partido nos seguintes aspectos: |       |       |      |
|--|-------|-------|------|
|  | Muito | Pouco | Nada |
| a. Satisfação de influenciar na política do país                               |       |       |      |
| b. Prestígio e status  |       |       |      |
| c. O privilégio de conhecer gente interessante                                 |       |       |      |
| d. Oportunidade de trabalho fora do partido                                    |       |       |      |
| e. Oportunidade de trabalho dentro do partido                                  |       |       |      |
| f. Oportunidade de seguir carreira política                                    |       |       |      |
| g. Participar de alguns debates interessantes                                  |       |       |      |
| h. A impressão que sua vida tem mais sentido                                   |       |       |      |
| i. A impressão que pode ajudar os outros/melhorar a sociedade                  |       |       |      |
| j. A impressão que é um bom cidadão  |       |       |      |
| k. Formar parte de um grupo de amigos  |       |       |      |

| 22. Falando hipoteticamente: acredita que alguma das seguintes situações te faria reconsiderar a sua militância? |  |  |         |
|--|--|--|---------|
|  | Me faria reconsiderar minha militância | Não me faria reconsiderar minha militância | Não sei |
| a. Não ser considerado nas tomadas de decisões   |  |  |         |
| b. Ter muitas dificuldades para seguir carreira política   |  |  |         |
| c. Casos de corrupção envolvendo dirigentes do partido   |  |  |         |
| d. Não conseguir ter acesso a cargos de responsabilidade política  |  |  |         |
| e. Não ter possibilidade de ser indicado candidato nas eleições  |  |  |         |
| f. Responsabilidades familiares  |  |  |         |
| g. Orientações políticas do partido ficarem distantes dos meus princípios  |  |  |         |

| 23. Dentro de dez anos crê que é muito provável, bastante provável, pouco provável ou muito difícil que (marque todas que achar correspondente). |                |                   |                |               |
|--|----------------|-------------------|----------------|---------------|
|  | Muito provável | Bastante provável | Pouco provável | Muito difícil |
| a. Siga filiado ao partido   |                |                   |                |               |
| b. Tenha ganhado uma eleição ou participado como candidato   |                |                   |                |               |
| c. Tenha um posto de maior   |                |                   |                |               |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| responsabilidade dentro do partido                 |  |  |  |  |
| d. Pertença a outras organizações, sindicato, etc. |  |  |  |  |
| e. Trabalhe no setor privado                       |  |  |  |  |
| f. Trabalhe no setor público                       |  |  |  |  |

*Finalmente, te agradeceríamos se completasse o questionário com alguns dados pessoais*

|   |   |                                    |   |
|---|---|------------------------------------|---|
| 24. Idade:  | 25. Sexo<br><input type="checkbox"/> masculino<br><input type="checkbox"/> feminino | 26. Estado civil:                  | 27. Filhos?<br><input type="checkbox"/> Sim<br><input type="checkbox"/> Não |
| 28. Assinale participa ou já participou de algumas das seguintes organizações |   |                                    |   |
|   | Sim, atualmente   | Sim, antes de ingressar no partido | Nunca   |
| a. Grupos culturais   |   |                                    |   |
| b. Organizações estudantis  |   |                                    |   |
| c. Atividades filantrópicas ou voluntárias                                    |   |                                    |   |
| d. Organizações ambientais  |   |                                    |   |
| e. Organizações de direitos humanos   |   |                                    |   |
| f. Grupo religioso  |   |                                    |   |
| g. Organização sindical   |   |                                    |   |

29. Grau de escolaridade:

30. Grande de escolaridade dos pais:

Mãe:

Pai:

31. Qual sua atividade atual?

- Somente estudando  
 Somente trabalhando  
 Trabalhando e estudando  
 Outra (especifique):

|   |  |
|---|--|
|   |  |
| 32. Se está trabalhando:  |  |
| a. Em que consiste o trabalho?  |  |
| b. Para qual empresa, organismo ou empregador desenvolve sua atividade? |  |
| 33. Qual a ocupação (trabalho) de seu pai ou responsável?               |  |